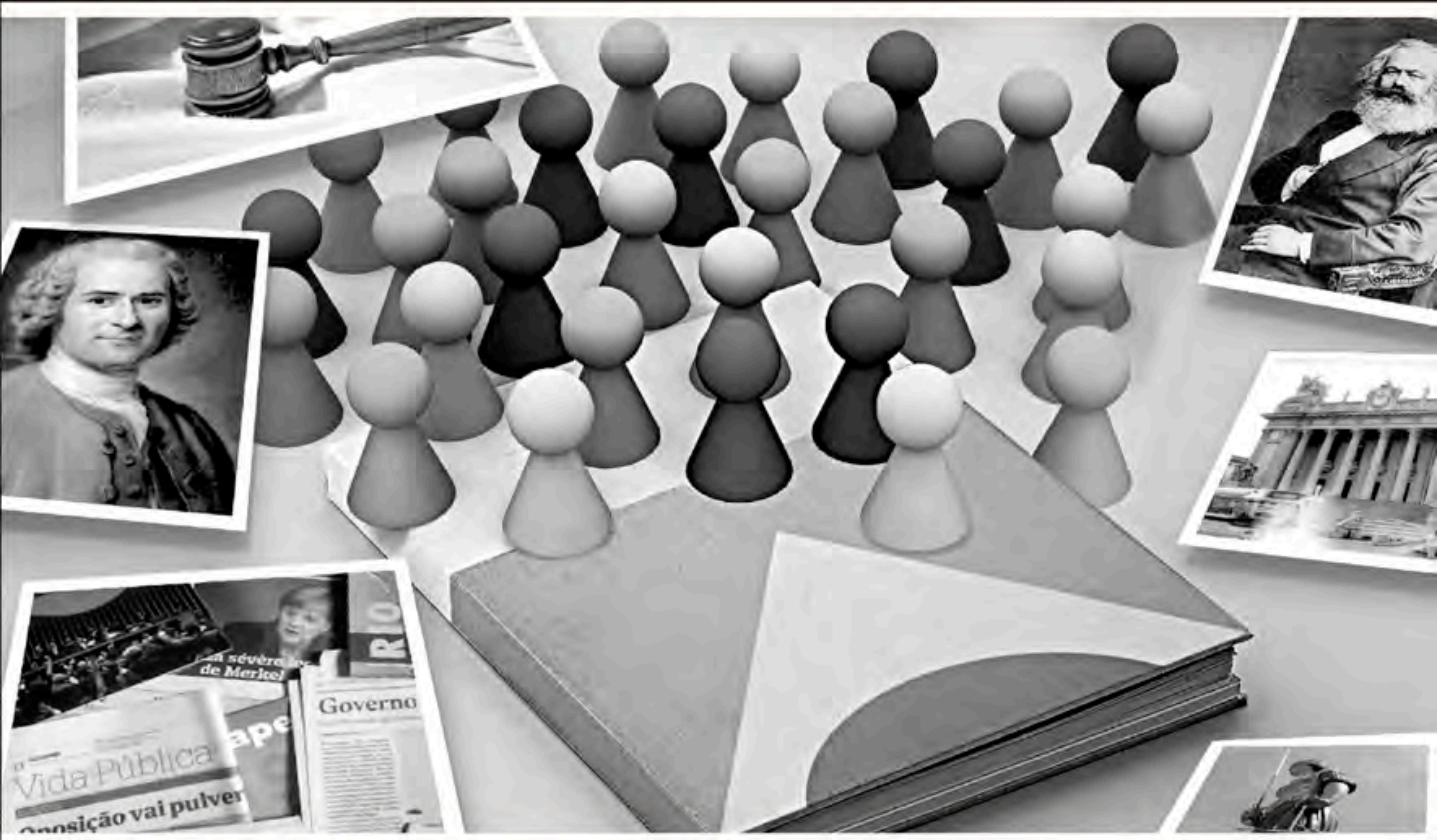


Estado, Direito e Cidadania, em Perspectiva Comparada

Volume Único

Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Estado, Direito e Cidadania, em Perspectiva Comparada

Volume Único

Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública

UFF - Pedro Heitor Barros Geraldo

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo

Branco

Luiz Carlos Ramiro Jr.

Coordenação de Desenvolvimento Instrucional

Cristine Costa Barreto

Supervisão de Desenvolvimento Instrucional

Flávia Busnardo

Desenvolvimento Instrucional e Revisão

Anna Maria Osborne

Henrique Oliveira

José Meyohas

Paulo César Alves

Avaliação Do Material Didático

Thaïs de Siervi

Departamento de Produção

Editor

Fábio Rapello Alencar

Revisão Tipográfica

Beatriz Fontes

Thelenayce Ribeiro

Coordenação de Produção

Bianca Giacomelli

Programação Visual

Alessandra Nogueira

Alexandre d'Oliveira

Andréia Avillar

Juliana Fernandes

Ilustração

Jefferson Caçador

Capa

Fernando Romeiro

Produção Gráfica

Verônica Paranhos

Copyright © 2014, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

B816e

Branco, Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo.

Estado, direito e cidadania, em perspectiva comparada. V. único / Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco, Luiz Carlos Ramiro Junior. – Rio de Janeiro : Cecierj, 2014.

ISBN: 978-85-7648-934-4

I. Estado. II. Estado moderno. III. Constituição-sociedade. IV. Movimentos sociais. V. Liberalismo. 1. Ramiro Junior, Luiz Carlos. 2. Título.

CDD: 300

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

Gustavo Reis Ferreira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 1 – O nascimento do Estado moderno	7
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 2 – A consolidação do Estado moderno e as demandas do liberalismo.....	37
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 3 – A dinâmica do liberalismo, do individualismo e da cidadania na Europa entre os séculos XVI e XVIII.....	71
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 4 – Mecanismos de repressão e de controle da emergente sociedade burguesa europeia	101
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 5 – Relações entre direito, Estado e sociedade: você conhece essa trama?	131
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 6 – Para que serve a Constituição?	159
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 7 – Constituição e sociedade I.....	195
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 8 – Constituição e sociedade II.....	221
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 9 – Surgimento da sociedade civil e seu protagonismo	249
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 10 – Os movimentos sociais e o protagonismo da sociedade civil – a história continua	291
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 11 – Movimentos políticos, cidadania e escravidão no Brasil imperial.....	339
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 12 – Nascimento das forças repressivas no Estado brasileiro.....	383
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 13 – Forças repressivas organizadas do Estado brasileiro no século XX.....	417
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Aula 14 – Democracia e esfera pública moderna. Consenso e dissenso na prática democrática	463
<i>Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco / Luiz Carlos Ramiro Jr.</i>	
Referências.....	497

Aula 1

O nascimento do Estado moderno

*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Meta

Introduzir noções fundamentais a respeito do nascimento do Estado moderno.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer, em uma perspectiva histórica, o nascimento do Estado moderno;
2. apresentar uma definição geral sobre o conceito de Estado moderno;
3. identificar alguns dos principais pensadores e correntes do pensamento político que contribuíram para a sua formação.

Introdução

O Estado e os seus significados

A capacidade de fazer um julgamento pressupõe o conhecimento da história que se pretende julgar. O tema deste curso envolve os conceitos de Estado, Direito e Cidadania e, para ter algo a dizer sobre cada um deles, é preciso saber o que significam e como surgiram ao longo do tempo. Assim, ao final do curso, você poderá ter um conhecimento a respeito desses temas concernentes à política. A primeira aula tem por objetivo abordar o conceito e o panorama histórico do surgimento do Estado moderno.

Frequentemente, ao assistirmos aos noticiários, lermos os jornais ou folhearmos revistas, nós nos deparamos com termos como Estado, liberdade, direito, soberania, cidadania, segurança pública, polícia, justiça, exército, juiz, etc. Mas o que seria o Estado, afinal? O que se entende por liberdade, cidadania e indivíduo? Temos alguma noção desses conceitos, mas em geral não sabemos defini-los, não costumamos perguntar quando e onde surgiram, e quais os seus diferentes significados. Ora, antes de mais nada, é importante levar em conta que tais conceitos surgem em determinado momento, percorrem distintos contextos históricos e, assim, assumem novos significados. É por isso que podemos chamá-los de conceitos **POLISSÊMICOS**, ou seja, palavras que possuem diversos sentidos ou significados, pois suas acepções vão se ampliando ao longo do tempo.

Considerando o fato da polissemia dos conceitos políticos, é que tentaremos explicar distintos sentidos referentes ao Estado, ao direito e à cidadania, com base em mais de um autor, para que você possa ter um panorama do assunto e sentir-se apto a reconhecer os problemas políticos que aparecem no cotidiano de qualquer cidadão e, propriamente, do profissional que lida com a segurança pública.

POLISSEMIA

Significa a multiplicidade de sentidos de uma palavra ou locução (p.ex., prato: “vasilha”, “comida”, “iguaria”, “receptáculo de balança”, “instrumento musical”, etc.; *pé de moleque*: “doce”, “tipo de calçamento”). Gramaticalmente, trata-se de um fenômeno comum nas línguas naturais, e são raras as palavras que não o apresentam. A polissemia tem como causas: 1) os usos figurados, por metáfora ou metonímia, por extensão de sentido, analogia, etc.; 2) empréstimo de acepção que a palavra tem em outra língua.

ESTADO MODERNO

Você poderá notar que, nestas aulas, a palavra Estado, na maioria das vezes, é acompanhada do adjetivo *moderno*. Em que reside o atributo “moderno” quando associado ao Estado? O objetivo é compreender a noção de Estado dentro do contexto europeu ocidental a partir do século XVI, quando o mesmo passa a ter uma configuração diferente da medieval. Isso se explica porque o significado de modernização que temos hoje é fruto do desenvolvimento da história europeia, à qual o Brasil se filia, por ter sido um dos países colonizados por um país europeu (Portugal). Acontece o mesmo na relação entre os Estados Unidos e a Inglaterra, por exemplo. Deve-se entender que o Estado, como estrutura política de um país organizado, existiu desde a Antiguidade, à medida que o termo “Estado” indica a condição do país, tanto em seus dados sociais como políticos, na sua constituição material de recursos e na sua organização legal. Com o advento da Era Moderna, o Estado refere-se à organização da vida humana em sociedade, quando voltada para fins não espirituais. O domínio estritamente político encontra seu centro gravitacional no Estado. Em outras palavras, política moderna se equipara ao Estado, isto é, a uma associação organizada capaz de garantir a segurança de seus membros. O Estado surge como protagonista nas relações, sendo a fonte primordial da produção de acordos, guerras, tratados, leis, pronunciamentos, obras públicas, etc.



Figura 1.1: Jornais e revistas.

Fonte: produzida pelo próprio autor.

Para saber melhor do que estamos tratando: o Estado moderno

A compreensão de alguns conceitos centrais do curso, a exemplo de liberalismo, individualismo e cidadania, não pode ser alcançada sem que antes se tenha uma clareza com relação ao que seja o **ESTADO MODERNO**.

O Estado Moderno é uma instituição política que surge nos séculos XVI e XVII na Europa a partir dos conflitos civis e religiosos – como o massacre de **SÃO BARTOLOMEU, NA FRANÇA, EM 1572**, e a Guerra dos Trinta Anos, entre 1618 e 1648, que ocorreu, sobretudo, na Alemanha. Na Europa, a perda de unidade da Igreja romana, ocorrida a partir do **RENASCIMENTO** e da **REFORMA PROTESTANTE**, promoveu o pluralismo religioso e a fragmentação política. O contexto histórico da formação do Estado Moderno ocorre em meio a uma sociedade feudal marcada pela descentralização do poder político, o que pode ser observado:

- i. pela ausência de uma nítida demarcação territorial;
- ii. pelo forte poder da Igreja Católica;
- iii. pela multiplicidade linguística e monetária em uma mesma região;
- iv. pela descentralização da arrecadação tributária.

Em suma, havia uma completa fragmentação do poder político em virtude da ausência de rei em condições de centralizar o poder. O desenvolvimento do comércio encontrou obstáculos na sociedade medieval, dividida em feudos, que dificultavam a produção e circulação de mercadorias, bem como na concentração e monopolização do poder no interior de um território unificado. A burguesia foi a classe social empenhada em superar as barreiras impostas pelo **feudalismo**.



Feudalismo

A forma política moderna aparece com o Estado moderno, mas não é só na política que a transformação acontece. Há um conjunto de fatores – como iremos estudar – que promovem essa transformação. A sociedade se transforma, e o nome para caracterizar o seu funcionamento na Idade Média até o advento da Era Moderna é feudalismo. Segundo os historiadores, o fim da Idade Média é marcado pela queda de Constantinopla e a conquista da capital turca pelos otomanos (muçulmanos), provocando o fim do Império Romano do Oriente, ocorrido em 476 d.C.

O feudalismo caracteriza-se por um tipo de sociedade baseado nas relações servis, cujos determinantes são:

- um tipo de dominação tradicional formada por laços de dependência pessoal entre suseranos e vassallos, incluindo guerreiros especializados que ocupam posições em escalões superiores;
- um parcelamento máximo do direito de propriedade;
- uma hierarquia dos direitos à terra, organizada em conformidade com relações consuetudinárias;
- uma divisão do poder público, criando em cada região uma hierarquia de instâncias autônomas, que exercem, no seu próprio interesse, poderes que serão atribuídos ao Estado.

O feudalismo apresenta um sistema econômico que precede ao modelo capitalista e se caracteriza pela sua estrutura agrária e bélica, ou seja, enquanto as relações de troca e produção de bens

SÃO BARTOLOMEU, FRANÇA - 1572

Foi o massacre de protestantes ocorrido em Paris, no dia 24 de agosto de 1572, dia de São Bartolomeu. Prolongou-se durante vários dias, tanto na capital francesa quanto em demais cidades e províncias, por semanas seguidas. É um episódio que se insere nas guerras de religião na Europa, resultado de múltiplos fatores, tanto religiosos quanto políticos e sociais. Um deles refere-se às disputas militares e civis da nobreza francesa, dividida entre católicos e protestantes. Outro foi a reação da população católica, hostil à política da realeza.

RENASCIMENTO

O Renascimento foi um movimento cultural que ocorreu entre os séculos XIV e XVII, iniciado na Itália, e que se espalhou pelo resto da Europa. Preconizou a recuperação dos valores e modelos da Antiguidade greco-romana em oposição à tradição medieval, ou propondo sua renovação nos mais diversos campos do saber (nas ciências, na literatura, na arquitetura) e da arte humana. A escola renascentista empregava o método humanista de estudos, cujo aspecto primordial residia na centralidade do homem como objetivo básico dos estudos, interligando filosofia antiga com retórica – que significa *a arte de bem argumentar*. Esse método também procurava atender ao estilo realista e à captação da emoção humana na arte. Os critérios humanistas gravitam em torno da substituição do teocentrismo pelo antropocentrismo.

Valorizam as virtudes humanas, a técnica, a arte e a ciência.



O homem vitruviano, de Leonardo da Vinci: uma síntese do ideário renascentista.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Da_Vinci_Vitruve_Luc_Viatour.jpg

REFORMA PROTESTANTE

A Reforma Protestante foi um cisma religioso iniciado no século XVI por Martinho Lutero, João Calvino e outros que protestavam contra dogmas católicos. O movimento eclodiu em 1517, quando Lutero pregou as 95 teses, contestando as doutrinas da Igreja Católica. Além da tentativa frustrada de superar a reforma humanista, oriunda do Renascimento, a Reforma Protestante pretendia dar ao cristianismo sua forma primitiva, radicalizando as premissas de Santo Agostinho – como as concepções sobre o pecado original, o platonismo, a doutrina da predestinação e da graça. O reformador Calvino (1509-1564), por exemplo, levou as teses agostinianas ao extremo: para ele, depois do pecado original, o homem está totalmente corrompido pela concupiscência, e depende exclusiva e absolutamente da vontade divina a concessão da graça para a salvação. A Reforma Protestante teve como principal

se baseiam na exploração da terra, a aquisição de outros bens é proveniente da pilhagem e do saque de guerra.



Figura 1.2: *O burguês*, pintura de 1517, feita por M. Schwarz. Retrata um burguês junto de seu contador.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Fuggerkontor.jpg>

Burguesia é a classe social surgida na Europa durante a era medieval, com o desenvolvimento dos burgos – locais onde se faziam feiras para troca de produtos e o incremento do comércio. Com o enriquecimento, a burguesia torna-se cada vez mais poderosa e passa a reivindicar liberdade e poder político. A atividade burguesa pode ser comercial, industrial, artesanal e financeira. A burguesia foi revolucionária ao se opor à nobreza -, pois era a camada social que vivia da propriedade rural e não compartilhava dos mesmos valores libertários. Ela não se insurge apenas contra a nobreza, mas também contra o clero e os príncipes, que não reconheciam as reivindicações de direitos civis e políticos.



Guerra dos Trinta Anos e a Paz de Vestfália



Figura 1.3: A pintura do artista Jacques Callot (1592–1635), cujo título original é *Les misères de la guerre* (tradução: As misérias da guerra), retrata a calamidade que foi a Guerra dos Trinta Anos (1618–1648).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:The_Hanging_by_Jacques_Callot.jpg

A Guerra dos Trinta Anos foi uma série de guerras que ocorreram na Europa central (em especial, no que hoje se constitui a Alemanha), envolvendo uma série de países europeus. Foi um dos mais destrutivos conflitos da história europeia e um dos mais longos da História.

Não há uma causa única para o início dessas guerras, mas elas se iniciaram como guerras religiosas entre protestantes e católicos no Sacro Império Romano. Gradualmente, os conflitos envolveram a maior parte das grandes potências da época. Uma das fortes consequências da Guerra dos Trinta Anos foi a devastação de regiões inteiras, provocando fome e doenças em vários estados germânicos, assim como no norte da Itália.

A Guerra dos Trinta Anos terminou com os tratados de Osnabrück e Münster, como parte daquilo que se chama Paz de Vestfália.

A Paz de Vestfália foi uma série de tratados de paz entre maio e outubro de 1648, que selaram o fim da Guerra dos Trinta Anos, e a Guerra dos Oito Anos (1568-1648) entre Espanha e Holanda, com a Espanha reconhecendo a independência da república holandesa. O famoso acordo de paz de Vestfália promoveu um novo concerto na política europeia, tendo como consequência o fim

consequência a criação de religiões protestantes, como o luteranismo, o calvinismo e o anglicanismo. A Reforma Protestante contribuiu igualmente para reforçar o absolutismo monárquico. Isso pode ser observado na história da Inglaterra, mediante o caso de Henrique VIII, que promoveu a separação da Igreja Católica Inglesa da Igreja Católica Romana. O mote dessa separação era que o rei da Inglaterra, Henrique VIII, em 1527, queria anular seu casamento com a princesa Catarina de Aragão, alegando que ela já havia sido esposa de seu irmão; ademais, ela não era capaz de lhe dar um filho homem. Impedido pelo Papa, o rei inglês resolve criar uma igreja nacional, a Igreja Anglicana, em 1534, da qual se autoneomeia chefe. Henrique VIII passa a concentrar dois poderes – o político e o religioso –, algo que antes estava dividido. Foi a mais radical desobediência de um rei ao chefe da Igreja, uma clara representação no âmbito político da reforma protestante.

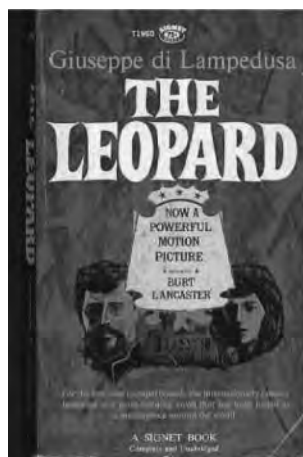
das guerras de religião, a partir de acordo entre o Sacro Império Romano e a França (com seus aliados) pelo Tratado de Münster e firmado entre o Sacro Império Romano e a Suécia (com seus aliados) pelo Tratado de Osnabrück, ambos em 1648.



Sugestão de filme: *O Leopardo*

O Leopardo (1963), Itália, 187 min., é um filme dramático de 1963, dirigido pelo cineasta italiano Luchino Visconti, e baseado no romance homônimo de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, publicado em 1958. O filme ilustra muito bem a transição de uma elite como principal referência na sociedade e trata da melancólica decadência da aristocracia do sul da Itália diante da ascensão da burguesia do norte. Uma frase, enunciada por uma das personagens da obra, marca essa mudança de posições: “É preciso que tudo mude para que tudo se mantenha”.

Fonte: <http://www.imdb.com/title/tt0057091/>



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/b/bf/The_Leopard_Signet_1960s.jpg

Atividade 1

Atende ao Objetivo 1

E o Brasil nessa história?

O Brasil torna-se independente de Portugal em 7 de setembro de 1822. Entre 1822 e 1889, o Brasil foi um império que gradativamente procurou realizar a modernização do Estado, à medida que buscava separar o Estado da Igreja, e eliminar outros resquícios do Antigo Regime (que se contrapõe ao Regime Moderno), como o poder de clãs locais (próximo de senhores feudais). Ainda assim, o Brasil imperial contava com várias instituições liberais, como uma constituição escrita com declaração de direitos, separação entre poderes políticos, burocracia estatal (servidores públicos), controle entre os poderes – a partir do exercício de um poder moderador e representação popular no Legislativo. O regime de governo era monárquico. Quanto à forma de governo, é difícil dizer se era autocrática (concentração de poderes ilimitados nas mãos de um único governante), democrática (quando o povo detém o poder através de seus representantes) ou oligárquica (um grupo é detentor do poder político). Foi autocrática em vários momentos, como quando D. Pedro I fechou a Constituinte de 1823 e propôs uma Constituição. Formalmente, existia democracia durante o Brasil Império, por haver representação por deputados eleitos; contudo, uma democracia bastante relativa e restrita – a maioria das pessoas estava alijada do processo decisório, boa parte das eleições eram fraudadas, havia pouca informação ao público em geral sobre a política, etc. O governo monárquico foi oligárquico, em certo sentido, sobretudo quando a porcentagem de eleitores reduziu-se com o censo pecuniário – só votavam os ricos, a partir de 1881 – e foi adicionado à restrição literária – analfabeto perdeu o direito de voto. O exercício de governo também é complicado, pois o país contava com outro sistema que incluía um poder moderador acima do Judiciário, do Executivo e do Legislativo. Mas pode-se dizer que, só a partir de 1871, o sistema parlamentarista saiu da teoria e começou a funcionar no Brasil.

O principal objetivo do Estado imperial era assegurar a soberania do país, organizar o sistema político, garantir a paz interna e manter boas relações exteriores e, propriamente, formar a nação.



Figura 1.4: Primeira bandeira do Brasil independente, em 1822.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_Regent_Prince_of_Brazil.svg

A respeito da modernização do Estado brasileiro, o maior desafio dos intelectuais é perceber as peculiaridades nacionais. A partir dessa análise, que reconhece o que é o país, quem é o seu povo, suas crenças e sua cultura, pode-se descrever melhor aquilo que iguala o país aos demais países ocidentais e aquilo que lhe é particular para, a seguir, definir-se a melhor forma de organização política. Mas será que isso funciona? É assim que as coisas acontecem?

Responda: Um Estado é capaz de formar uma nação? Ou uma nação deve vir antes do Estado? Quem vem primeiro? Como você encara essa questão para o caso brasileiro? Disserte a esse respeito.

Resposta Comentada

Iremos estudar, nesta aula e nas próximas, como o Estado é uma forma de organizar o poder político dentro de um espaço físico, com uma população, através de um centro político e exercendo uma soberania política.

Não há uma regra pronta para que possamos dizer que primeiro deve vir a nação e depois o Estado. Primeiro, porque essas noções se misturam; segundo, porque nem sempre um modelo que serviu para um país caberá aos demais e, terceiro, porque não é possível fazer um julgamento de valor sobre um formato, mas apenas sobre o resultado. O que importa é saber se, no caso brasileiro, o Estado contribuiu para formar a nação, pois é fato que a organização estatal a partir de 1808 – quando o

país ainda era dependente de Portugal e a família real estabeleceu uma estrutura governamental no Rio de Janeiro e, mais fortemente, depois de 1822 – fundou o país antes de a nação ser uma unidade homogênea. Quando estudarmos a cidadania no Brasil, isso ficará mais claro e retomaremos essa discussão.

O Estado moderno: na fé, na força e na lei

Para a organização do poder político e do comércio, três fatores são fundamentais: a crença, a força e a lei. Na disputa contra a Igreja Católica, o Estado procurou adquirir o poder de orientar a conduta humana. Dois outros fatores que contribuíram para a formação do Estado moderno foram o monopólio da força coercitiva e o monopólio da elaboração das leis. O que é essa força coercitiva? E o monopólio de fazer leis? Como o Estado conquistou tais monopólios?

- i. A força coercitiva corresponde ao controle da força física por meio de um conjunto de homens especializados e legitimados a empregá-la em obediência a algum poder político, tal como as forças armadas, cuja função é manter a integridade das fronteiras no cenário exterior no qual os Estados se encontram em competição. Ao mesmo tempo, a formação do Estado moderno se relaciona com o surgimento da polícia para garantir a ordem interna e o cumprimento da lei.
- ii. O Estado também alcançou o monopólio da produção legislativa ao se tornar a única fonte de elaboração do Direito. Quer dizer que, enquanto na Idade Média a lei era local e cada reino, e até mesmo cada feudo produzia suas regras, com o advento do Estado moderno, quem tem o poder de dizer o direito, ou seja o poder jurisdicional (o que é certo ou errado), no âmbito de um território demarcado é o seu soberano.

Não podemos nos esquecer de que a concentração da arrecadação dos **TRIBUTOS** nas mãos do Estado foi um elemento importante que contribuiu para a conquista de tais monopólios: da crença, da força coercitiva e da elaboração das leis. Não há concentração de poder sem concentração de recursos financeiros. Na verdade, o emprego da força coercitiva e da elaboração das leis por parte de um Estado surge com o monopólio da arrecadação tributária. Tente imaginar as ocasiões em

TRIBUTO

Tributo é uma contribuição monetária imposta pelo Estado ao povo, sobre mercadorias, serviços, etc. Segundo a atual Constituição Brasileira, de 1988, o artº. 145 institui que tributos são: impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios. Tributos são valores pagos ao Estado, a fim de que execute alguma atividade para você e para o conjunto da sociedade. O sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) possui uma obra em que apresenta o surgimento do Estado Moderno à luz de um processo civilizatório que pode ser compreendido a partir do monopólio fiscal de arrecadação nas mãos de um só reino. Segundo Elias, “a propriedade territorial de uma família de guerreiros possui o direito de dispor do solo e exigir dos seus habitantes parte dos dividendos da produção *in natura* ou de serviços, o que é substituído, em seguida, pela divisão progressiva de funções, de uma série de lutas concorrenciais e eliminatórias, para a centralização do poder de dispor de meios de força militar, de ‘ajudas’ regulares ou de ‘impostos’ sobre um território infinitamente mais vasto” (ELIAS, *La dynamique de l'occident*. 1991, p. 153).

– que o exército de um país unificado – como a França, Portugal ou a Espanha – teve que empregar o uso da força contra um senhor feudal que se negasse a pagar determinado tributo.

E vamos a alguns conceitos!

Após uma visão ampla a respeito da história do surgimento do Estado Moderno, você pode atingir outro nível de compreensão e entender algumas conceituações consagradas a respeito do Estado Moderno. A primeira delas, dentre as mais notáveis, foi dita por **MAX WEBER**:

MAX WEBER

Nasceu na Alemanha em 1864 e viveu até 1920. Foi um dos fundadores da Sociologia e deu diversas contribuições às definições de Estado, economia, sociedade, direito. Fez carreira como professor em diversas universidades alemãs e foi personagem influente na política alemã, inclusive como membro da Comissão que redigiu a Constituição de Weimar, de 1919.

O Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão (WEBER, 2008, p. 46).



Figura 1.5: Max Weber, sociólogo alemão.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Max_Weber_1894.jpg

Weber caracterizou o domínio do Estado pela capacidade de deter o monopólio da força legítima. Isso requereu um desenvolvimento no aspecto funcional e organizacional das funções públicas pela criação de uma burocracia estatal, ou seja, o Estado passou a demandar servidores permanentes, não apenas militares para a guerra, mas pessoal que tratasse da arrecadação tributária, da gestão dos espaços públicos, da administração da justiça, da segurança pública e de toda organização social em que o Estado pudesse estar presente. Não haveria centralização das funções públicas, Justiça e educação reguladas pelo Estado sem que houvesse profissionais preparados para tal. É a burocracia que garante o domínio do Estado, tanto por meio da violência legítima – com as polícias e o exército, como por qualquer outro meio de dominação e controle – fiscalização das vias públicas, vigilância sanitária, fiscais dos impostos, fiscais do trabalho, etc.

Agora, vale a pena pensar como o modelo do Estado moderno foi vitorioso ao criar uma ordem interna. Um conceito mais positivo desse Estado foi descrito pelo cientista político alemão Carl Schmitt:

Realmente houve um tempo em que se fazia sentido identificar os conceitos estatal e político, pois o Estado europeu clássico havia conseguido algo completamente inverossímil: estabelecer a paz em seu interior e excluir a inimizade como conceito jurídico. Ele havia conseguido eliminar a guerra privada, uma instituição do direito medieval, acabar com as guerras civis confessionais dos séculos XVI e XVII, conduzidas por ambas as partes como guerras especialmente justas, conseguindo promover a tranquilidade, a segurança, e a ordem no interior de seus domínios. A fórmula, “tranquilidade, segurança e ordem” servia, sabiamente, como definição da polícia (SCHMITT, 1992, p. 32).

Estado – Império – Cidade

Além do Estado, outras formas de organização política da sociedade num determinado espaço existiram, como o caso dos impérios e das cidades-estados. Cita-se como alguns exemplos, o Império do Brasil (1822-1889), o Império russo (1721-1917), o Império turco-otomano (1299-1922), e cidades-estados como Atenas (Grécia), Veneza (Itália), Hamburgo (Alemanha), e algumas nos tempos atuais, como o Vaticano, Singapura e Mônaco. Você já pensou por que não há mais impérios e como são raras as cidades-estados?

O cientista inglês Charles Tilly procurou saber por que o Estado saiu-se vitorioso. Através de um estudo de caso, Tilly examinou a fisiologia da formação do Estado: como os formadores dos Estados agiam, ou procuravam agir, naquilo que dizia respeito ao uso da coerção por parte do Estado. O Estado foi capaz de organizar forças armadas permanentes e prontas para fazer guerra, o que gerou uma cadeia de fatores que concorreram para a permanência e consolidação do Estado: (1) partindo da mudança ou expansão dos espaços ocupados por armas, conseguiu-se, (2) o emprego de novos esforços na extração de recursos da população, (3) o desenvolvimento de novas burocracias e administração inovadora, (4) modos mais eficientes de resistir ao descontentamento da população, e (5) renovar a coerção, a fim de (6) ampliar a durabilidade do conjunto de extração de poder em prol do Estado – na justificativa de estar sempre a postos para a guerra.



As guerras que marcaram a formação do Estado moderno

As guerras foram muito importantes para justificar o poder do Estado, alocando uma enormidade de recursos humanos e econômicos, movimentando a sociedade em geral a agir em prol do Estado.

Guerra(s)	Mortos*	Conclusão
Dos Trinta Anos (1618-1648)	2.071.000	Tratado de Westphalia
Franco-Espanhola (1648-1659)	108.000	Tratado dos Pireneus
Otomana (1657-1664)	109.000	Tratado de Vasvar
Da Holanda (1672-1678)	342.000	Tratado de Nimègue
Otomana (1682-1699)	384.000	Tratado de Karlowitz
Da Liga d'Augsbourg (1688-1697)	680.000	Tratado de Ryswick
Da Sucessão Espanhola (1701-1714)	1.251.000	Tratado de Rastatt
Da Sucessão da Áustria (1746-1748)	359.000	Tratado d'Aix-la-Chapelle
Dos Sete Anos (1756-1763)	992.000	Tratado de Paris e de Hubertsbourg
Otomana (1787-1792)	192.000	Tratado de Jassy
Revolucionárias (1792-1802)	663.000	Paz de Amiens
Napoleônicas (1803-1815)	1.869.000	Congresso de Viena
Da Crimeia (1854-1856)	217.000	Congresso de Paris
Franco-Prussiana (1870-1871)	180.000	Tratado de Frankfurt
Russo-Turca (1877-1878)	120.000	Tratado de San Stefano, Congresso de Berlim
Grande Guerra ou Primeira Guerra Mundial (1914-1918)	7.734.000	Tratados de Brest-Litovsk, de Versalhes, de Saint-Germain, de Neuilly, de Trianon
Sino-Japonesa (1937-1941)	250.000	Nenhum
Mundial, Segunda (1939-1945)	12.948.300	Nenhuma paz geral
Da Coreia (1950-1953)	954.960	Simple armistício

*O número de mortos só refere-se aos combates, não contam os civis. Por exemplo, se formos contabilizar também os civis na Guerra dos Trinta Anos, o número passaria de cerca de 2 milhões para 5 milhões de mortos, entre civis e combatentes.

Fonte: Produzido pelo autor, com base no livro de Charles Tilly, *Contrainte et capital dans la formation de l'Europe: 990-1990*. Paris, Aubier, 1992, p. 276.



Estado e segurança pública

Qual o objetivo de o Estado exercer a função de segurança pública na sociedade?

A segurança pública serve para garantir a paz interna e o pleno funcionamento do Estado. Um dos mecanismos utilizados na formação do Estado moderno foi a promoção da guerra externa, a fim de minimizar os problemas internos. Se não há garantia de segurança dentro de um país, a sociedade, o comércio, os serviços e as indústrias têm problemas e procuraram responsabilizar o poder político público. A criação de homens especializados para promoverem a paz pública faz parte do equilíbrio do Estado. Ao longo do curso, iremos analisar como a noção de segurança pública se democratiza e passa a refletir também a defesa dos direitos dos cidadãos, e não apenas a defesa da ordem interna do Estado.

Atividade 2

Atende aos Objetivos 1 e 2

Estado e palavras correlatas



A respeito daquilo que discutimos, quanto à polissemia das palavras, o mais difícil é concentrar uma palavra em apenas um conceito. Por exemplo, o que você entende por Estado? Há uma série de palavras que estão ligadas à concepção de Estado, tais como poder, segurança pública, ensino, justiça, organização, forças armadas, burocracia, administração pública, obras públicas, tributos, políticos, partidos, nação, cidadania, individualismo, liberalismo, etc.

Observe a figura anterior e procure adicionar outras palavras que envolvam a noção de Estado. Reflita sobre cada uma delas – as que já estão no quadro e as que você acresceu. E responda às seguintes questões:

a) O Estado moderno sempre teve o monopólio da produção das leis?

b) Qual é o instrumento estatal, composto pelo conjunto de funcionários especializados, que melhor relaciona-se com o conceito de Estado moderno fornecido por Max Weber?

Resposta Comentada

a) A resposta correta é não. Porque, conforme apresentado na aula, antes da formação do Estado moderno na Europa, a produção legislativa era descentralizada. De modo geral, no feudalismo, havia uma série de leis produzidas nos pequenos reinos e até mesmo dentro dos feudos. O que conformava todo esse conjunto variado de leis era a religião unificada pela Santa Sé em Roma; a Europa era centralizada pelo poder espiritual da Igreja. O Estado moderno surge contra essa centralização, concentrando em cada território o poder sem depender da alçada espiritual.

b) A burocracia é o instrumento estatal por excelência, que garante sua manutenção por meio do exercício da dominação legítima. Trata-se de um elemento que faz parte da definição de Estado moderno, como parte do conjunto de instituições que controlam e administram um país soberano. Burocracia significa o conjunto de funcionários com cargos definidos e regulamentados dentro de uma hierarquia e que trabalham para o Estado. Burocrata pode ser o funcionário do cartório judiciário até o policial civil. Todo aquele que exerce um serviço público ou autárquico dentro da hierarquia do Estado é um membro da burocracia. Mesmo que Weber tenha chamado a atenção para o monopólio da violência legítima por parte do Estado, como característica que o diferencia dos demais poderes organizados, a burocracia é aquilo que garante o funcionamento desse aparato montado para a o exercício da violência legítima, que serve para a dominação do Estado sobre a sociedade.

A teoria do Estado moderno

Em geral, estuda-se a teoria do Estado a partir da Grécia Antiga, especialmente com o livro *Política*, de Aristóteles, e *A República*, de Platão. A concepção de Estado no mundo **HELÊNICO** é bastante diferente da cultivada na Idade Média. Para Aristóteles, o fim do Estado era assegurar a “vida boa” aos que viviam em comum na cidade, no sentido de obterem a tranquilidade pública e a moderação.

HELÊNICO

Termo relativo à Grécia Antiga (Hélade), assim como lusitano é relativo a Portugal.

Na Idade Média, o predomínio da religião cristã pregava uma concepção negativa do homem, isto é, que o homem é um pecador de má índole, e que o Estado teria o papel de ajudar no controle dos apetites de seus membros que se dirigissem à injustiça e ao pecado. Desse modo é que o grande tema político durante a Idade Média foi a dicotomia Igreja/Estado, oscilando entre momentos de maior integração e de disputas. O primordial era o controle, e menos a organização política superior pelo Estado, já que a autonomia local era mais forte, tendo como freio ampliado a religião, que agia sobre todos os reinos europeus de modo a uniformizá-los sob um aspecto e, nos demais, vigorava uma diversidade, ou seja, era praticamente unânime o exercício da religião católica romana a partir da doutrina oriunda da Santa Sé (em Roma); contudo, pela estrutura da sociedade feudal em termos bastantes fracionados e em regiões autônomas, nos aspectos políticos, linguísticos, comerciais, culinários e culturais, a uniformidade não existia até o advento dos Estados absolutistas modernos, com formas de organização social, de tributos, de organização do trabalho, de costumes.



Sugestão de filme: *El Cid*



Figura 1.6: Cena do filme *El Cid*, na parte exterior da Fortaleza de Belmonte, província de Cuenca, Espanha.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ac/Torneo1C.JPG>

El Cid – Dir. Anthony Mann, ITA-USA, 182 min. drama e aventura, 1962.

Rodrigo Diaz é *El Cid*, o lendário herói espanhol na luta contra os invasores mouros no século XI, empenhando seus esforços pela unificação da Espanha. O filme conta com cenas épicas e uma ótima reconstituição de época. Retrata um momento significativo da unificação dos reinos espanhóis por essa liderança em uma luta para expulsar os muçulmanos e unificar os reinos cristãos na Espanha. *El Cid* é considerado um herói do país.



Figura 1.7: Capa do DVD do filme *El Cid*.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/5/53/El-Cid.jpg>

Maquiavel – maquiavélico?

Maquiavélico é um adjetivo que costumeiramente utilizamos ou ouvimos para designar alguém que é falso, que age com astúcia e má-fé; enfim, é o verdadeiro velhaco. Os historiadores políticos se debatem para saber se Maquiavel (1469-1527) era também um deles. Além de viver ao redor dos príncipes, em busca de indicação para um cargo público, o mais seguro é afirmar que Maquiavel era um comediante; escrevia peças teatrais como ninguém. Mas foi em tom de ironia que escreveu uma das obras mais importantes de toda a política, *O Príncipe*, escrito em 1513 na Itália. Trata-se de um livro de recomendações, um tipo de literatura chamada *espelho de príncipe*, escrita para os governantes, a fim de sugerir práticas políticas, estratégias de guerra, cuidados com os inimigos e uma análise a respeito da conduta humana.

E qual era o objetivo de Maquiavel? Primeiro, dirigir-se ao príncipe da cidade de Florença, Lorenzo de Medici, e conseguir um bom emprego; segundo, sugerir um novo príncipe que soubesse tirar dos vícios, virtudes, da potência dos principados da Península Itálica, uma Itália unificada, dos seus inimigos, oportunidade para promover pactos e, do temor, obediência dos súditos. O príncipe deve ser inteligente, tendo duas outras qualidades marcantes: domínio de ação e força de vontade,

traduções para os termos que utiliza – fortuna e *virtú*. Maquiavel dotou o príncipe com uma série de armas políticas, para que se sentisse forte e capaz. Para que isso fosse feito, precisou separar a moral da política, sugerindo que a verdade religiosa já não deveria mais misturar-se com o domínio da política, pois o príncipe precisaria sentir-se livre para guardar e ampliar seus domínios. Esse pensamento produziu um efeito enorme, ao liberar o homem para o agir político desapegado da consciência religiosa. Só por aí, Maquiavel já pode ser colocado no panteão dos construtores do pensamento a respeito do Estado Moderno – mas não é só: o autor italiano foi um dos primeiros a utilizar a palavra “Estado” com o sentido de estado unificado, que era sua pretensão para a Itália (que, na sua época, era dividida em diversas cidades-estados, como Florença, Nápoles, Veneza, Milão, etc., estados papais e pequenos reinos).

Um monstro marinho do caos primitivo – O Estado absoluto no *Leviatã*, de Thomas Hobbes

Leviatã é um ser mitológico que remonta aos fenícios e é mencionado na Bíblia como um monstro que habita os mares e surge no caos dos primórdios do mundo. Thomas Hobbes (1588-1679) utilizou esse ser para designar o Estado como poder soberano absoluto que atua sobre seus súditos a partir de um pacto social. Leviatã é sinônimo de estado absoluto.

Hobbes é autor-chave do estudo que estamos desenvolvendo aqui, porque é um daqueles autores que inauguram a ideia de que o consentimento do poder político do Estado é dado pelo indivíduo. Surge um novo padrão de legitimidade para o poder. A questão é: o que fundamenta um poder? Por que um rei é rei, um presidente é presidente, um chefe é um chefe? Eles o são porque os demais, “que estão embaixo”, o legitimam, consentem e concordam com aquela situação, ou porque há alguma explicação sobrenatural que justifique haver alguém superior hierarquicamente aos demais.

Na nova formulação política de Hobbes, o que vale não é mais a ordem divina comandando os homens, mas sim o homem legitimando um ser todo-poderoso, terreno, para ordenar a sociedade, para que, no recinto privado, o homem possa gozar de liberdade, já que no ambiente público ele cede e anula a sua condição natural de fazer o que bem entender para o único ser – o Leviatã.

Qual a origem dessa percepção negativa do homem? E dessa necessidade incontestável de formar o poder absoluto do Estado? Hobbes constrói um estado absoluto que detenha o poder das armas e da interpretação

religiosa com um propósito: a manutenção da paz. A intenção era evitar a desagregação política provocada pela Guerra Civil Inglesa (1642-1649) e pelas guerras religiosas que assolavam a Europa no século XVII.

Lembre-se de que enquanto predominou a Igreja na Europa, o poder espiritual estava sobreposto ao poder temporal. Hobbes pretende inverter esse quadro. Todo poder, da Igreja e da sociedade civil, deve estar sob as rédeas de um único sujeito – o Leviatã. Ele é praticamente um deus na Terra, e a Igreja terá o papel de instrumento a serviço dos interesses políticos do Estado. Não há separação entre poder político e religioso, mas incorporação do segundo pelo primeiro.

Hobbes explica que, se o homem viver sob suas paixões, seguindo seus desejos (e não sua razão), estará sempre no Estado de natureza. E se não há uma ordem política que organize a sociedade, não apenas um homem estará no caos, mas a sociedade inteira. “O homem é o lobo do homem”, diz o filósofo inglês Thomas Hobbes, porque é naturalmente individualista, egoísta e miserável.

A solução, no entanto, encontra-se no próprio pacto entre os homens e um soberano, porque o Estado de natureza é insuportável. Somente um louco consegue conviver sempre na bagunça, no caos, na guerra contínua. A saída está numa capacidade deliberativa de um ser superior terreno, instância cujo fim é impor a ordem, eliminando, assim, a violência natural e substituindo a guerra de todos contra todos pela paz de todos com todos. Como todos nós temos o mínimo de razão, podemos vencer as paixões e instituir esse Leviatã que ordene a sociedade, permitindo que, no espaço privado, o homem possa ser livre. Aqui está a origem da intervenção do Estado no domínio público e na inviolabilidade do homem no domínio privado.



Guerra Civil Inglesa (1642-1651)

Foi uma série de conflitos e disputas políticas entre os parlamentaristas (que queriam descentralizar o poder) e os realistas (que queriam manter a concentração do poder no rei). A primeira (1642-1646) e a segunda (1648-1649) guerra civil foram entre os

adeptos do rei Carlos I contra aqueles que defendiam o Parlamento. A terceira guerra (1649-1651) foi a luta entre os apoiadores do rei Carlos II e o Parlamento, liderado pelo puritano (protestante) Oliver Cromwell.



Leviatã, por Thomas Hobbes, 1651



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/db/Leviathan_gr.jpg

Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil, por Thomas Hobbes de Malmesbury – este é o título do livro e da figura acima. Uma página inteira acaba sendo pouco para tratar da figura do Leviatã. São tantos e tão importantes os detalhes, que a própria obra pode ser resumida na figura que serviu de capa para diversas edições do livro de Thomas Hobbes.

- No topo da figura, há citação bíblica, do livro de Jó 41,24, *Non est potestas Super Terram quae Comparetur ei*, que significa: Não existe poder sobre a Terra que se lhe compare. Em outras palavras, é Deus no Céu e Leviatã na Terra;
 - O Leviatã é esse rei que segura o báculo em uma mão – representando o poder sobre a religião –, e a espada na outra – que significa o poder civil das armas. Em seu corpo estão os indivíduos. Sua força corporal é imensa, nada resiste a ele, pois todos estão contidos em seu corpo.
 - A cidade está pacificada, porque há um ser que a protege e a domina.
 - Os demais símbolos representam forças dominadas pelo Leviatã, como a Igreja, as forças armadas, as fortalezas, a instituição política monárquica, etc.
-

Atividade 3

Atende ao Objetivo 3

a) Comente sobre o efeito da separação da moral da política, promovida pelas ideias de Nicolau Maquiavel.

b) Qual o objetivo do Leviatã? Qual o propósito de Thomas Hobbes, ao criar essa máquina para o poder político?

Resposta Comentada

a) O efeito dessa proposta de Maquiavel foi criar a ciência da política; foi criar uma esfera autônoma para a política, independentemente da ética religiosa. Maquiavel é considerado um dos pais da ciência política moderna, por abrir essa questão.

b) Leviatã é o soberano político criado a partir do pacto político entre os homens, que cedem sua liberdade pública para um único ser que estabeleça a ordem. O objetivo primordial é proporcionar a segurança. Livrar o homem das contingências da vida social faz parte do projeto hobbesiano para a criação do Estado, em que o homem temeroso seria mais bem protegido pelo Estado. A ideia de máquina tem a ver com a teoria do conhecimento de Hobbes; ele foi bastante influenciado pelas ideias mecanicistas, como de Francis Bacon. O Leviatã é projetado como uma máquina política, equivalente ao funcionamento de um relógio analógico. Inclusive, o que Hobbes faz no seu modo de explicação do Estado é o equivalente a alguém que desmonta um relógio e estuda suas peças.

Conclusão

A primeira aula serviu para fornecer informações a respeito do surgimento do Estado Moderno. Uma série de palavras que estão no cotidiano foram melhor analisadas, especialmente o conceito de Estado. O propósito do curso é diversificar a apresentação a respeito de cada tema; por isso, falamos da polissemia das palavras, em que cada conceito pode ter mais de um significado.

A princípio, o foco é tratar do Estado a partir das noções de justiça, liberdade, cidadania e segurança pública. São muitos aspectos, mas todos se ligam ao funcionamento da justiça e da força policial na sociedade. Para que seja possível orientar o pensamento, a fim de compreender o papel da segurança pública na formação do Estado, será requerido um esforço do aluno, a fim de entender a finalidade das instituições, refletindo sobre as interações entre elas e as relações sociais. Para tornar mais visível o significado das instituições políticas, que, mesmo sendo alvo de constantes desejos por poder, a cada uma correspondem funções sociais em prol da melhoria de vida das pessoas. Por exemplo, a polícia deve obediência ao poder do Estado, como constitucionalmente o chefe de uma polícia militar em cada estado da federação brasileira é o governador, mas a instituição policial não foi feita para o bel-prazer do poder do estado, menos ainda do governador, e sim para que esses poderes funcionem em prol da segurança pública social. Há sempre um fim para o qual as instituições foram construídas.

Thomas Hobbes, no século XV, apesar de ter contribuído para a construção do Estado absoluto, em que todo o direito público concentra-se

em um único soberano permanente e supremo, permitiu também que vigorasse uma liberdade privada irrestrita. Ou seja, no ambiente público, tudo é regulado pelo Leviatã, segundo Hobbes, mas, no ambiente privado, vigora a inviolabilidade do lar, a livre expressão e disposição dos seus bens, até o ponto que não onere o Estado ou os demais membros da cidade. Significa que a justificativa final não era o poder pelo poder, mas a função benéfica de promover a paz e a concórdia entre os homens e o Estado.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Em sentido amplo, define-se o Estado como a sociedade política, vale dizer, aquela espécie de unidade social (sociedade) que, globalizando séries diversas de formas menores de vida associativa em um determinado território, é governada por uma autoridade detentora, no âmbito de sua competência, de um poder soberano (isto é, internamente superior e externamente independente) (SOUSA JÚNIOR, 1978, p. 2).

O desafio na formação do Estado está no relacionamento entre o seu poder e os homens. A forma pela qual o Estado se organizou, a fim de exercer um domínio sobre os homens, pode ser chamada de regime de governo. Há uma extensa classificação a respeito do poder governamental. Segundo um importante cientista político francês, Maurice Duverger: “Na base de todo regime político se toma o fenômeno essencial da autoridade, do poder e da distinção entre governantes e governados” (DUVERGER, 1965).

Uma classificação possível (mas não a única, pois cada governo possui inúmeras peculiaridades, e nem todos os países podem ser enquadrados nessa classificação) é a que consta logo abaixo:

Quem governa?

Regime de governo:

– *República* – um representante é eleito chefe do Estado (no Brasil é o presidente), pelos cidadãos ou seus representantes, tendo sua chefia uma duração limitada;

- *Monarquia* – a chefia do Estado está nas mãos de um rei ou rainha; em geral, são cargos hereditários.

Como governa?

Forma de governo:

- *Autocracia* – o poder é exercido por uma só pessoa. A ditadura é um exemplo;
- *Democracia* – o poder é exercido pelo povo ou seus representantes;
- *Oligarquia* – o poder é exercido apenas por um pequeno grupo;
- *Teocracia* – toda forma de poder político se submete a uma religião, a um Deus.

Como esse governo é exercido?

Sistema de governo:

- *Parlamentarista* – a chefia do governo é retirada de dentro do Parlamento.
- *Presidencialista* – o chefe do governo é eleito separado do Parlamento.



Figura 1.8: Em preto são os governos republicanos, e em cinza os governos monárquicos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Formas_de_governo.PNG

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

PREÂMBULO - Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I - Dos Princípios Fundamentais:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Questões:

1. Como o Brasil se enquadra na classificação apresentada? Responda à questão a partir do art. 1º da Constituição Brasileira de 1988.

2. Antes de ter se tornado uma República, o país teve outros regimes de governo. Você saberia dizer como era a configuração do Estado depois de 1964 e até 1988?

Resposta Comentada

1. O Brasil tem como regime de governo o republicano; é governado de forma democrática através da representação política (aqueles que exercem os cargos executivos e legislativo são eleitos pelo sufrágio eleitoral), o sistema de governo no Brasil é o presidencialista, em que há separação entre o chefe de governo e o parlamento, ou seja, o presidente é eleito separadamente com relação ao Legislativo.

2. Entre 1964 e 1985 o regime de governo no Brasil permaneceu sendo uma República. Por outro lado, a forma de governo era autocrática, ou seja, havia uma ditadura militar que governava o país; por isso, todos os chefes de Estado e governo durante esse período foram militares. Várias liberdades fundamentais foram cassadas e a representação política bastante limitada, pois havia apenas dois partidos e a impossibilidade de escolher o presidente da República pelo sufrágio da população. O sistema de governo era presidencialista. Apesar de, em 1985, ter havido o fim do regime militar, uma constituição democrática só saiu em 1988 – a que está em vigor até hoje.

Resumo

Nesta aula, a meta foi atentar para as bases do nascimento do Estado Moderno, tratando-o historicamente e conceitualmente.

1. Estudamos dois autores políticos que transformaram a política a partir de suas ideias, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes.
2. Componentes que formam o Estado Moderno: entre outros, o poder de orientar a conduta humana, o monopólio da força física, o controle militar em um dado território composto por um agrupamento humano, o poder de arrecadar tributos, o monopólio da produção de leis.
3. A consolidação de um território, um povo, um centro de poder e uma soberania foram elementos fundamentais para o surgimento do Estado.
4. Nicolau Maquiavel promoveu a separação da ética cristã da política, criando uma moral própria para o exercício do poder político.

5. Essa ideia de Maquiavel, separando a ética da política, abriu espaço para a atuação desapegada da religião por parte do chefe estatal.
6. Hobbes é um autor contratualista; inova, ao entender que o poder político parte do consentimento dos indivíduos.
7. O maior objetivo de Hobbes é o fim da guerra e a paz pública.

Informação sobre a próxima aula

Na aula seguinte, dialogaremos melhor a respeito das noções de Estado e como sua consolidação pode ser analisada pelos chamados filósofos contratualistas.

Leituras recomendadas

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe e escritos políticos*. Coleção Os pensadores, capítulo X. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Coleção Os pensadores, capítulo XVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

Aula 2

A consolidação do Estado moderno e as demandas do liberalismo

*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Meta

Apresentar a consolidação do Estado moderno e as noções a respeito do liberalismo como forma de limitação do poder do Estado.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os elementos fundamentais que formam o Estado;
2. reconhecer, na obra de John Locke, as principais demandas do liberalismo político: a supremacia do poder legislativo e a relação entre lei e liberdade;
3. reconhecer, a partir das contribuições de Montesquieu, a importância do equilíbrio político para a liberdade;
4. avaliar como a noção de igualdade é marcante nas ideias de Jean Jacques Rousseau;
5. analisar o conceito de “vontade geral” de Rousseau e a concentração de poder em torno do Estado;
6. reconhecer o surgimento do liberalismo e sua relação com o Estado moderno.

Introdução

O segredo

A política é obra do segredo. Entender a política é como revelar um mistério. O que vem à tona ao público é o resultado de formulações desenvolvidas em privado. Muitas decisões e ações políticas saíram de pequenas reuniões, cujo propósito foi desenvolver alguma ideia entre poucas pessoas ou exercer influência. Apenas num segundo momento parte-se à execução, o que não significa que sempre são revelados os reais objetivos de uma política.

O segredo é um fato social presente em todos os espaços da coletividade humana, seja entre as cúpulas dos partidos, nas reuniões ministeriais, entre advogados e juízes, nas corporações, nas reuniões de bairro, entre amigos e inimigos, e até nas fofocas. O segredo é um fato integrativo da vida, que não aparece a todos.

Aquilo que está escrito nos jornais ou que sai das telas da televisão é apenas uma parte da verdade, quando não meia-verdade, ou completa mentira. Agora, se você for capaz de compreender as raízes dos problemas colocados hoje, essas noções de Estado, Direito e Cidadania tornam-se mais claras. É importante que se saiba o sentido político das instituições que estão na sociedade. Estar ciente das decisões do governo federal, do estado, do município, do funcionamento da justiça, do trabalho das forças de segurança, das instituições privadas, das empresas, não que seja necessário cuidar de tudo isso, mas saber o que elas são, para que servem e para quem servem. E não esqueça que, a propósito do segredo, o silêncio é consentimento.

O segredo na vida pública é um engodo, uma complicação que pode ser descomplicada. Podemos não saber do que se trata, mas a partir de uma análise mais criteriosa dos fenômenos políticos e sociais, é possível saber que os segredos na política existem. E silêncio, nesse sentido, significa aderir à ignorância, mesmo sabendo que se pode ir mais além. O importante para cada um é ter a capacidade de desconfiar quando parecer necessário, como o objetivo de quem estuda uma matéria – como agora fazemos com a *segurança pública* – que é sair das concepções óbvias, do senso comum, e pensar que muitas vezes a informação é, na verdade, desinformação. Há uma forte tentação do Estado em que-

RAZÃO DE ESTADO

Razão de Estado abrange os objetivos e ambições de um Estado no campo econômico, militar e cultural. Trata-se ainda de um princípio sobre o qual o Estado fica autorizado a violar o direito em nome de um bem superior. A expressão Razão de Estado surge na Itália durante a segunda metade do século XVI. A princípio, com conotação negativa, que significava uma razão “pouco cristã e pouco humana” de agir no mundo político. Segundo o filósofo brasileiro Roberto Romano, na literatura italiana do século XVI, a “crítica à razão de Estado é ligada ao horror pela soberania laica do Estado, contrária à moral religiosa, em especial a católica, a qual também estava imersa em questões de Estado, com os territórios pontifícios”. Razão de Estado, após o século XVI, passa a recolher o tema da conservação política. Ou seja, a busca por manter o poder do Estado, evitando reformas e revoluções. O primeiro autor a tratar do tema com uma conotação positiva foi Giovanni Botero (1544 - 1617), em seu livro *Della Ragione di Stato* (1589), em que procurou estabelecer uma razão de Estado própria para governos católicos contra a forma laica de Maquiavel. O conceito de “razão de Estado” desenvolvido por Botero é assim apresentado: “Estado é um domínio firme sobre povos e razão de Estado é o conhecimento de meios adequados a fundar, conservar e ampliar um domínio deste gênero.”

rer enxergar e ouvir tudo, para garantir seu pleno domínio e soberania; daí, os serviços de informação e inteligência serem tão desenvolvidos. Frequentemente, vemos nos noticiários a facilidade com que a Polícia Federal no Brasil consegue implantar escutas telefônicas.

E qual é a relação entre o segredo na política e o tema de nossa aula? É que uma das ideias utilizadas para afirmar a força do Estado perante os demais poderes concorrentes foi a **RAZÃO DE ESTADO**. Tratava-se de uma maneira de justificar toda e qualquer ação e poder do Estado em nome de uma razão que lhe era própria. A partir do momento em que os governantes se afastavam da legitimidade religiosa, enquanto rompiam com a Igreja, precisavam de algo que justificasse a concentração de poder. Nessa aula, iremos analisar melhor como se constitui o Estado moderno, a concentração do poder e a crítica dessa concentração absolutista pelo liberalismo político.

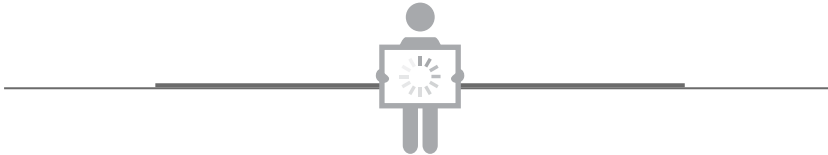
A razão de Estado foi um instrumento para superar qualquer possível instabilidade política e conservar o poder. Quem adquire o poder não quer perdê-lo por nada. Lembre-se de que vimos, na aula passada, como o poder do governante no Estado moderno paulatinamente distanciava-se da legitimidade religiosa. E como manter-se no poder sem um fundamento religioso? A segurança da religião reside na fé, contribui para as pessoas acreditarem em algo, trata-se de um condutor. Sem esse instrumento, como os governos fizeram e fazem até hoje para justificar o poder na sociedade? A instabilidade tornou-se maior, e isso é uma das explicações para termos um aparato estatal tão grande. A solução que justificasse a razão de Estado encontra-se na ideia de república e cidadania; caso contrário, o poder que se sustenta apenas pela força cedo perece.



Figura 2.1: Homens confabulando em segredo.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1213465>

A título de exemplo a respeito do tema dessa introdução, vale conferir o filme de Joaquim Pedro de Andrade, *Os inconfidentes*, que mostra o grupo de aristocratas mineiros descontentes com a cobrança de impostos por parte de Portugal, confabulando para agir e provocar uma revolta contra o governo.



Sugestão de filme: *Os Inconfidentes*

Os inconfidentes – Brasil/Itália, 1972, 100 min. Direção: Joaquim Pedro de Andrade. É a versão cinematográfica da Inconfidência Mineira, de 1789. O filme apresenta o início do movimento até o degredo dos culpados e a execução de Tiradentes. A obra é rica em detalhes e é baseada nos autos do processo que condenou os inconfidentes.

O filme pode ser assistido em: <http://www.youtube.com/watch?v=8bzRfasyJ4o>.



Figura 2.2: Cartaz do filme *Os Inconfidentes*.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/9/99/Os_inconfidentes.jpg

Mas não precisamos ir muito longe. Nesse momento, você sabe quantas decisões o governo está preparando, quantas leis os deputados estão encaminhando para votação, quantos decretos o prefeito de sua

cidade está assinando, e que irão repercutir na sua vida, na sua família, na sua profissão, no seu município, no seu país?

Podemos não saber de tudo o que acontece, ou melhor, jamais conseguiremos saber de tudo. Na maioria das situações, agimos por pura confiança, no costume ou porque há uma lógica qualquer estabelecida. Mas antes de simplesmente fazermos as coisas, confiando cegamente naquilo que vemos, no político que foi eleito, na forma de governo estabelecida, no trabalho das forças armadas, na justiça do país, no policial, e até mesmo na escola, é preciso ter a mínima capacidade de ler a realidade. Isso significa conscientização sobre a vida social e privada, dar conta de perceber as origens dos ideais de cidadania, de um Estado democrático, de uma justiça eficiente.

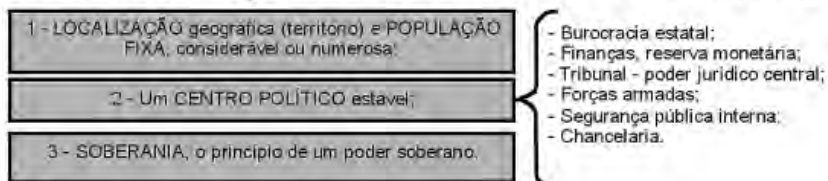
A contribuição desse curso para a sua formação acadêmica e profissional está em dar alguns esclarecimentos a respeito de elementos centrais da política: o Estado, o direito e a cidadania. É irrelevante decorar o nome das coisas sem saber para que servem e como foram formadas. O caminho que nos leva a essa compreensão passa por uma teoria da política formulada por grandes pensadores, assim como personagens e fatos históricos marcantes.

Atividade 1

Atende ao Objetivo 1

Antes de aprofundarmos a discussão que trata da passagem do Estado absoluto ao Estado liberal, será válido reforçar algumas ideias a respeito da formação do Estado. A seguir, há um quadro que explica as condições primordiais para o surgimento do Estado.

3 CONDIÇÕES PARA O ESTADO



O centro político é o local de maior movimentação do Estado, onde constam as principais instituições. Cite um ou dois exemplos para cada grupo elencado acima. Para o caso da burocracia estatal, pode-se lembrar dos servidores públicos do Ministério da Educação ou dos técnico-administrativos do Senado Federal. Complete os demais:

- Burocracia estatal:

- Finanças, reserva monetária:

- Tribunal – poder jurídico central:

- Forças armadas:

- Segurança pública interna:

- Chancelaria:

Resposta Comentada

A ideia do exercício é consolidar a sua noção a respeito das instituições que compõem o Estado. Respostas possíveis:

- Burocracia estatal: a Controladoria Geral da União, funcionários do Detran.
- Finanças, reserva monetária: Banco Central, bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal.
- Tribunal – poder jurídico central: Supremo Tribunal Federal, os Tribunais de Justiça estaduais.
- Forças armadas: Marinha, Aeronáutica, Exército.
- Segurança pública interna: Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar.
- Chancelaria: Ministério das Relações Exteriores, embaixadas.

CONTINGENTE

É o incerto, duvidoso, que ocorre por acaso ou por acidente; acidental, casual. Para os filósofos escolásticos, contingente é qualquer ocorrência fortuita e casual, quando considerada isoladamente, mas necessária e inevitável, ao ser relacionada às causas que lhe deram origem. Para Spinoza, é a circunstância aparentemente eventual, em decorrência de uma limitação do conhecimento humano na compreensão de sua origem causal. Já na filosofia contemporânea, em polêmica com a tradição, diz-se de evento natural ou humano que se caracteriza por sua absoluta indeterminação e imprevisibilidade.

Fonte: *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0 – 2009.

O ideal político é a superação da limitação humana

Há uma diferença entre o agir político e a teorização da política. Muitos dos autores que mencionamos no curso são teóricos políticos, isto é, não necessariamente tiveram algum cargo governamental, um mandato parlamentar ou assessoraram algum político. Outros foram as duas coisas, atores e autores políticos. Uma coisa não é igual à outra; quem age nem sempre consegue aplicar aquilo que estava escrito em seus livros ou nos livros que tomou como base. Isso acontece até mesmo conosco: quantas coisas você já planejou, e até colocou no papel, mas na hora da execução foi diferente? É como receita de bolo, cada um tem um jeito e o bolo pode não sair igual para cada cozinheiro. Isso acontece porque tudo que envolve o homem é **CONTINGENTE**. Somos seres limitados, e aquilo que produzimos, inclusive política, direitos, segurança e ideais de igualdade, são realizações passíveis de falhas.

Além dessa compreensão da falibilidade humana, o sentido de entendermos o contexto de produção de alguma ideia é porque elas surgem para dar conta de um problema que é colocado para o político, na prática ou na teoria. Hobbes (1588-1679) estava preocupado em acabar com as guerras que assolavam a Inglaterra; sendo assim, sua solução para a paz foi drástica e radical, dando todo o poder público ao soberano. Os autores que iremos estudar apresentavam outras demandas, como a liberdade, para Locke (1632-1704); a igualdade, para Rousseau (1712-1778); e a conservação de uma classe para Montesquieu (1689-1755).

Do Estado de natureza à sociedade civil

JOHN LOCKE

Filósofo e médico, ficou amplamente conhecido como o pai do liberalismo clássico e um dos homens mais influentes do Iluminismo. Suas principais obras são *Ensaio sobre a tolerância religiosa* e os dois tratados sobre o governo civil, escritos entre 1690 e 1694.

Assim como Hobbes e Rousseau, **JOHN LOCKE** é um autor contratualista. Os três autores representam o jusnaturalismo, ou teoria dos direitos naturais. Para dar uma explicação à origem da sociedade política, eles formulam uma tese sobre seu surgimento. Desse modo, é possível dar uma razão para as teorias contratualistas, em que os homens passam do estado de natureza para a sociedade civil por meio de um pacto ou contrato.

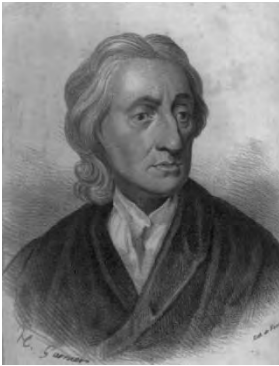


Figura 2.3: John Locke (1632-1704) nasceu e morreu na Inglaterra.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Locke-John-LOC.jpg>

Hobbes entendia que no estado de natureza, isto é, antes de os homens terem criado a sociedade política, vivia-se no puro caos, em que cada um lutava violentamente para conseguir a sua sobrevivência. Locke também tem uma perspectiva individualista em que, antes da sociedade civil, os homens viviam plenamente livres e iguais, sem qualquer constrangimento político. A diferença entre Hobbes e Locke está no fato de que o segundo mostra a liberdade ligada à obediência às leis da natureza, já que nessa consta a origem dos direitos naturais. Portanto, o homem entendido por Locke não estava guerreando barbaramente pela sobrevivência no estado de natureza contra os outros homens; ao contrário, poderia estar em harmonia, desde que estivesse vivendo dentro das leis naturais. Toda a liberdade para Locke está dentro das leis, sejam elas civis ou naturais.

A grande vantagem do estado de natureza concebido por Locke é não estar submetido a poder algum. Então, para que submeter-se a um governo? Para que criar o governo civil? O próprio Locke responde, ao tratar do objeto da comunidade e sua razão de existência: “Parece-me que a comunidade é uma sociedade de homens constituída apenas para a preservação e melhoria dos bens civis de seus membros” (LOCKE, 1978, p. 5).

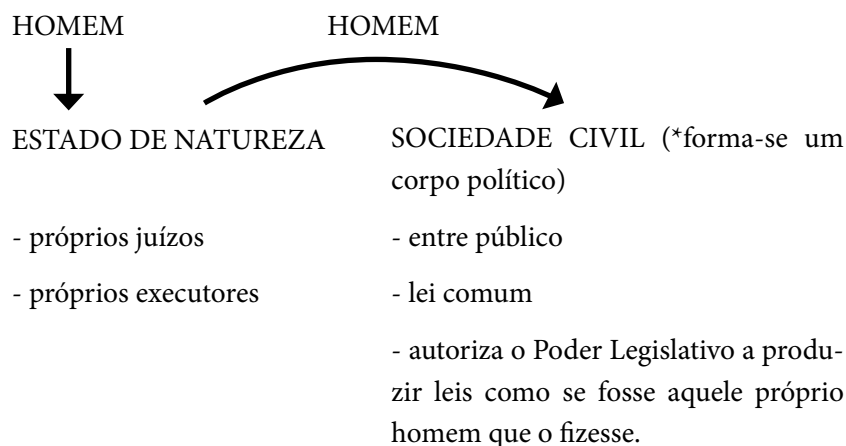


Figura 2.4: Do estado de natureza à sociedade civil, segundo Locke.

Do Estado absoluto ao Estado liberal

Para Hobbes, o soberano é absoluto; para Locke, os indivíduos têm o direito de fazer a revolução. Hobbes é um expoente da monarquia absoluta, enquanto Locke favorece o governo limitado, tendo sido defensor da **REVOLUÇÃO GLORIOSA** (1688), e sua doutrina do direito natural inspirou a Declaração de Independência dos Estados Unidos. O governo limitado de Locke pressupõe a divisão de poderes entre o Legislativo (aquele que faz as leis) e o Executivo (aquele que as aplica).

REVOLUÇÃO GLORIOSA

Também chamada de Revolução de 1688, foi a queda do rei Jaime II da Inglaterra, que sofria forte oposição do Parlamento. A vitória do Parlamento, em aliança com o rei Guilherme de Orange, foi a derrota do direito divino dos reis, conclamado por Jaime II. Jaime pretendia reestabelecer o catolicismo como religião da Inglaterra, contra os puritanos da câmara baixa. A religião foi um fator que isolou Jaime II diante dos dois partidos; em ambos, a maioria dos membros era adepta do protestantismo. Culminando com a entrega da coroa inglesa à Maria, esposa de Guilherme de Orange, a Revolução Gloriosa marcou a definitiva predominância da burguesia nos destinos da nação. O regime liberal resultante inspirou a Revolução Francesa e outros acontecimentos que mudaram a face do mundo ocidental.



Figura 2.4: Jaime II.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bf/James_II_%26_VII.jpg

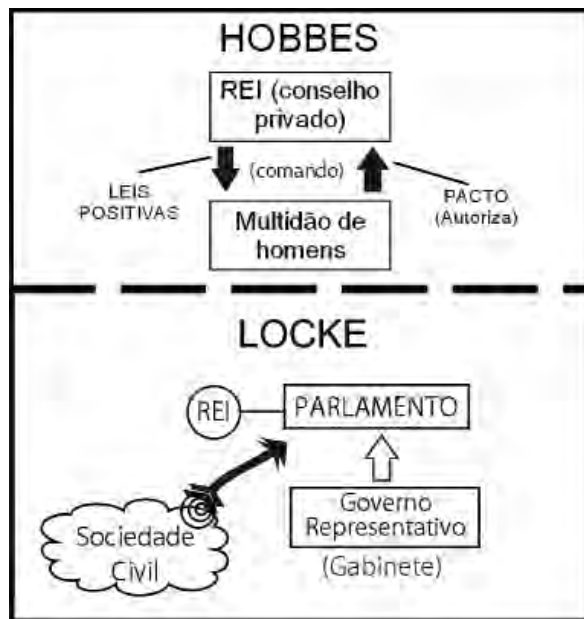


Figura 2.5: Esquema do governo em Hobbes e Locke.

De acordo com o esquema, em Hobbes, a multidão cede todo o poder público ao soberano através de um pacto irrevogável, e o soberano outorga leis para ordenar a sociedade.

Para Locke, a complexidade relaciona-se com a ideia de governo do autor. Para Locke, o governo precisa ser confiável e, nesse sentido, ser controlado.

Uma observação preliminar: o esquema e a explicação não são do funcionamento do governo inglês no século XVII, enquanto Locke ainda era vivo; corresponde, simplificada, ao funcionamento atual, que contou substancialmente com as ideias de Locke. Por exemplo, só mais de 100 anos após a morte de Locke é que foi criado o cargo de primeiro-ministro na Inglaterra (ou seja, chefe de governo).

Para Locke, o parlamento, isto é, o poder legislativo, é o mais importante. É onde se representam os interesses da sociedade civil. O parlamento divide-se em duas câmaras: a dos *lords* (câmara alta, equivalente ao que hoje é o senado brasileiro), e a dos comuns (câmara baixa, equivalente a uma câmara de deputados). No parlamento inglês, a câmara alta só tem o direito de vetar projetos de lei. Os únicos a fazerem projetos e propostas são os membros da câmara dos comuns. Os *lords* representam a aristocracia rural, classe inimiga de John Locke, que está preocupado em desenvolver a atividade burguesa, daqueles que são representados na câmara baixa ou dos comuns.

O governo representativo é formado por membros do Parlamento. O primeiro-ministro e assessores formam o gabinete, que deve gozar da confiança (*trust*) do parlamento.

O rei serve para dar incumbência ao Parlamento, permanece como chefe de Estado. É o representante da nação.

Ao contrário do que se pensa, o rival de Locke não era Hobbes, e sim Robert Filmer (1588-1653), um defensor do absolutismo e do direito divino do rei. A doutrina do direito divino era uma tentativa de legitimar o poder absoluto do rei, sob a crença de que a autoridade do monarca derivava diretamente da vontade de Deus. De acordo com essa doutrina, apenas Deus pode julgar um rei justo ou injusto. Locke se opôs a essa concepção política, pois entendia que a fonte do poder não poderia residir na autoridade dada por Deus, desde Adão. A autoridade de um homem sobre outro, segundo Locke, decorre de um contrato, e não por naturalidade ou condição divina.

A lei que cria a liberdade e protege a propriedade

O que um liberal clássico diria diante de um mendigo? “Esse indivíduo não tem dignidade consigo mesmo, é através do trabalho que se tem dignidade. Ele tornou-se mendigo porque perdeu a consciência do seu valor.” Depois de alcançar a dignidade, vem o resto. E o que gera a dignidade? O trabalho.

Em Locke, o Estado é esvaziado de alma, torna-se o lugar das leis que sustentam os interesses materiais da propriedade. Para o liberalismo, homem livre é homem proprietário. John Locke desenvolve a ideia de que nós somos proprietários de nossa consciência, do nosso ser, de nossa integridade; por isso, exigiu que cada um guardasse bem a sua vida. Não há muita compaixão de um pelo outro; é cada um por si. O liberalismo clássico repudia quem está na penúria. Essa ideologia liberal é centrada no indivíduo único.

A vida é uma luta; essa ideia já está em Hobbes. Mas, para Locke, os homens são razoáveis (racionais). E o âmagô do pensamento de Locke é que cada um deve vencer sua batalha, ganhar seu pão, alimentar sua família, manter sua casa. Por isso, o homem sente a necessidade de desenvolver seu físico, seu intelecto, suas relações pessoais. Nesse momento, talvez Locke dissesse para você que está lendo este texto: “você faz este curso

porque quer vencer, quer superar os demais, quer ganhar mais dinheiro, quer ter mais propriedade, quer saber mais para poder mais.” É o homem a serviço do seu pão.

Locke é um **HETERODOXO**, e para essa linha de pensamento, não há mais milagres na Terra, não há nada que se possa esperar de Deus. Tudo está disposto, e Deus legou a racionalidade, as leis da natureza, para cada um exercer sua inteligência no mundo e vencer as batalhas da vida.

Propriedade é a extensão da liberdade do reino da escassez – essa é a definição de propriedade para Locke. Em aulas futuras, iremos entender como o comunismo é completamente antagônico ao liberalismo, pois, se para Locke há um mundo de escassez e vigora a propriedade privada, as propostas comunistas, como através de um dos principais pensadores dessa tendência – Karl Marx – aponta que a solução está na distribuição da propriedade dos meios de produção da riqueza (as fábricas, as máquinas, os transportes, etc.) àqueles que trabalham nela, sendo esses meios distribuídos comumente entre os operários.

HETERODOXO

Aquele que contraria padrões, normas ou dogmas estabelecidos (em certo domínio). Refere-se ainda àquele que não está de acordo com as opiniões, as ideias tradicionalmente ou geralmente admitidas (por um grupo); funciona como sinônimo de herege em muitas ocasiões, e é o oposto do ortodoxo. No caso de Locke, resgata a oposição à ortodoxia, que compreendia a política como um condomínio teológico político em que religião e governo civil estariam juntos.



Figura 2.7: O mendigo e o rato.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/4872>

A figura retrata um mendigo das ruas de Nova Iorque – Estados Unidos, e que ficou conhecido por viver alimentando um ratinho (que pode ser observado no seu colo, na perna direita). A ideia é que você possa refletir a respeito da noção de como o homem se torna alguém na noção do liberalismo clássico lockeano, que é através do trabalho. Alguém que não trabalha, como o indivíduo da foto, seria desqualificado como alguém desprezível, indesejado na sociedade pensada por John Locke.



A Inglaterra no século XVII

O contexto inglês é fundamental, porque lá estavam sendo desenvolvidas as principais ideias a respeito da consolidação do Estado moderno e a respeito das liberdades civis.

Na época em que Locke escreveu suas obras – no final do século XVII –, a Inglaterra estava se tornando uma potência econômica, e sua capital, Londres, era uma das maiores cidades da Europa, com cerca de 500 mil habitantes. Grande parte da população vivia de atividades manufatureiras e ligava-se ao comércio com as colônias. Já era o prenúncio da Revolução Industrial inglesa, que transformou o mundo a partir do século XVIII.

Para o nosso estudo, cabe identificar o funcionamento da política inglesa nessa época, pois o que fez da Inglaterra uma potência em momentos futuros, especialmente no século XIX, foi o resultado de uma combinação entre organização do poder político e sucesso econômico, liberalismo com industrialização. Foi marcante para essa conjunção de fatores a Guerra Civil inglesa (1642–1651), que foi a série de conflitos entre defensores do Parlamento (designados pelo termo Roundheads) e defensores do poder do rei (realistas ou Cavaliers), e terminou com a vitória do Parlamento na Batalha de Worcester em 1651. Veja, a seguir, como era essa tensão que marcou a Guerra Civil inglesa.

COROA x PARLAMENTO: forte antagonismo entre defensores do poder único do rei e aliados do Parlamento, que procuravam inibir os abusos do rei e legislar em seus interesses;

ABSOLUTISMO x LIBERALISMO: é o nome ideológico para essa disputa entre Coroa e Parlamento;

BENEFICIÁRIOS dos privilégios e monopólios mercantis concedidos pelo ESTADO x **LIBERDADE** de comércio e produção: aqui também refere-se aos aliados do Rei contra aliados do Parlamento.

Locke explica o seguinte: só há liberdade onde existe lei; quando não há a natureza com suas leis, é preciso que o homem legisle para fundar a liberdade. Isso não significa que quanto mais leis mais liberdade, pois é preciso ser razoável. No governo civil, surge essa necessidade, e, para que apenas um soberano não usurpe a liberdade que deve caber a todos os membros da sociedade, leis são instituídas, a fim de controlar o governo. Leia as palavras do próprio autor sobre esse ponto:

(...) o objetivo da lei não consiste em abolir ou restringir, mas em preservar e ampliar a liberdade. Como em todos os estados de seres criados capazes de leis, onde não há lei, não existe liberdade. A liberdade tem de ser livre de restrição e de violência de terceiros, o que não se pode dar se não há lei; mas a liberdade não é como nos dizem: licença para qualquer um fazer o que bem lhe apraz (...) mas liberdade de dispor e ordenar, conforme lhe apraz a própria pessoa, as ações, as posses e toda a sua propriedade, dentro das sanções das leis sob as quais vive, sem ficar sujeito à vontade arbitrária de outrem, mas seguindo livremente a própria vontade (LOCKE, 1983, p. 56).

Atividade 2

Atende ao Objetivo 2



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rio_\(Pal%C3%A1cio_Tiradentes\)_\(28Mar1964\)_REFON_.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rio_(Pal%C3%A1cio_Tiradentes)_(28Mar1964)_REFON_.jpg)

O Palácio Tiradentes foi inaugurado em 1926. Antes, no mesmo local, havia outro palácio que fora sede do primeiro parlamento brasileiro durante o império (1822-1889). Já com o novo palácio, foi sede do Congresso Nacional entre 1926 e 1960. Atualmente abriga a Alerj – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

E o Legislativo no Brasil...vamos à Constituição:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

a) O que é mais importante para John Locke, o parlamento ou a monarquia? Por quê?

b) Quem faz a maior parte das leis no Brasil? E na Inglaterra?

Resposta Comentada

a) Ao estudarmos John Locke, vimos que, para esse autor, o poder supremo está no Legislativo. A figura do rei serve para representar o país como um Estado. Quem representa a sociedade civil é o Parlamento; portanto, as leis devem sair desse órgão, para que o rei não usurpe a liberdade, pois, se for o único a ter o direito de fazer leis, fará apenas para seus interesses.

b) Quem faz as principais leis é o Poder Legislativo, exercido pelo Congresso Nacional (no Brasil) e pelo Parlamento (na Inglaterra).

O liberalismo nobre de Montesquieu

Charles de Montesquieu, ou Barão de Montesquieu (1689 – 1755), foi um político, filósofo, aristocrata e escritor francês. Ficou famoso pela sua Teoria da Separação dos Poderes, consagrada em muitas constituições modernas.

Montesquieu foi quase um continuador de Locke. Enquanto na Inglaterra as ideias de Locke contribuíram para acabar com o direito divino dos reis, na Europa continental também uma série de filósofos estavam preocupados em desenvolver outros mecanismos de legitimidade do poder.

A França viveu o auge do absolutismo real no final do século XVII, com o reinado de Luís XIV, que foi de 1660 a 1715, que se autodenominou “Rei Sol” e concentrava a maioria dos poderes políticos, tal como um **DÉSPOTA**. Para que não fosse controlado, o rei Luís XIV transformou a nobreza em classe parasitária, vivendo ao seu redor no Palácio de Versalhes e não exercendo suas funções na sociedade – de dar o exemplo moral e de virtudes a toda a população, exercer um meio de amparar o monarca sem deixar de controlá-lo, aperfeiçoar a defesa da nação – no passado, eram os nobres que mais procuravam exercer as artes da cavalaria, do exército, das armas, da segurança.

Aqui entra Montesquieu, descontente com o papel da nobreza dentro do Estado francês. O povo passou a ver a nobreza como uma classe inútil e perdulária, quando a mesma deixou de exercer aqueles atributos que lhe eram peculiares e faziam parte do costume da nação. A burguesia em ascensão, por seu lado, ocupava os cargos públicos e ia aperfeiçoando suas aptidões técnicas e políticas. Montesquieu faz parte de um grupo de nobres defensores da aristocracia rural e do liberalismo, fora um rico produtor de vinhos na França, mas queixava-se da passividade da nobreza perante o governo. Nesse quadro, o povo foi facilmente conquistado pela burguesia, para agir contra a nobreza.

O grande ideal de Montesquieu era a Constituição da Inglaterra. O autor admirava o funcionamento do governo moderado inglês, que proporcionava liberdade aos cidadãos e uma separação de poderes. O destaque para a Inglaterra é pela capacidade de equilíbrio encontrada nas leis daquele país. Montesquieu dizia inclusive que se tratava do único Estado livre moderno. As boas leis geram estabilidade para um governo e liberdade para os seus membros, pois estão relacionadas ao que a nação é, e não ao que ela deveria ser. Ou seja, uma lei costumeira toma como pressuposto os hábitos reiterados das pessoas e instituições, de

DÉSPOTA

Que ou quem exerce autoridade arbitrária ou absoluta (diz-se de governante); sinônimo de tirano. Que emprega ou quem quer que empregue de autoridade tirânica para dominar. Trata-se de uma forma de governo admitida por Montesquieu, mas que diz ser a pior.

modo a não se sobrepor à realidade – mas ser a realidade. Isso é diferente de fazer uma lei para corrigir um povo, tratá-lo como detentor de certos direitos que ainda não é capaz de conquistá-los. Um exemplo: em qualquer país ocidental, é completamente aceitável uma lei que condene o assalto às pessoas na rua – pois isso é do costume, está nos mandamentos das religiões das pessoas, nos hábitos familiares, etc. Porém, talvez não fosse válida a lei que determinasse a obrigatoriedade do idioma japonês como língua oficial no Brasil – pois isso não está cultura das pessoas, nos hábitos, no passado coletivo, enfim – as pessoas não iriam cumprir a lei, por mais que o poder público forçasse.

Lei, segundo Montesquieu, significa a relação necessária que deriva da natureza das coisas. Em sua principal obra política, *O espírito das leis* (1748), Montesquieu procura dar conta de todas as circunstâncias que envolvem o governo, como a religião, o clima, a geografia, a cultura, a língua, o tipo de população. Ele explica que, para cada conjunto de fatores que determinam uma sociedade (tipo de povo, clima, solo, recursos, história, religião, etc.), cabe uma lei e uma forma de governo correspondente. Isso racionaliza a produção das leis. Grosso modo, uma lei que regule o uso de *jet-ski* no litoral brasileiro não tem o menor sentido se promulgada pela Rússia para valer no norte da Sibéria.

A seguir, esquemas que resumem contribuições de Montesquieu à teoria política, com base em sua obra *O espírito das leis*.

1. Governo Misto + Teoria da Separação dos Poderes

PODER EXECUTIVO – monárquico (um só).

PODER LEGISLATIVO – aristocracia (Senado) e democrático (Deputados).

PODER JUDICIÁRIO – nulo politicamente, não tem interesse político próprio.

O governo é misto porque mais de um grupo social possui representação na confecção das leis. A separação de poderes responde ao princípio da moderação, em que o equilíbrio entre os poderes separados dificulta a concentração por parte de apenas um deles. É bom lembrar que a separação de poderes não é absoluta para Montesquieu; há um sistema de interdependência.

2. Classificação dos regimes políticos, segundo Montesquieu:

Formas de Governo	Princípio de Governo	Religião predominante no Estado	Tamanho do Território	Natureza do poder soberano
República	Virtude	Protestante	Pequeno	Povo num só corpo – democracia; Outra parcela do poder – Aristocracia.
Monarquia	Honra	Católica	Médio	Um só governa, de acordo com leis fixas e estabelecidas.
Despotismo	Medo	Muçulmana	Grande	Um só governa, sem obedecer a qualquer lei ou regra. Tudo é submetido à vontade do governante.

Montesquieu explica como cada forma de governo combina-se com uma virtude ou princípio que o rege; cada religião também se relaciona melhor com certo tipo de governo, assim como o tamanho do território e a natureza do poder.



Figura 2.8: O Palácio de Versalhes em 1668; autor da pintura: Pierre Patel (1605-1676).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Palace_of_Versailles.gif

O Palácio de Versalhes é um palácio e monumento histórico francês localizado em Versalhes, região de Paris. Foi residência dos reis Luís XIV, Luís XV e Luís XVI. Até a Revolução Francesa, o palácio tinha 8.000 hectares de área.

Atividade 3

Atende ao Objetivo 3



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/618653>

O equilíbrio é uma condição de um sistema em que forças se compensam mutuamente. O princípio físico foi aplicado politicamente por Montesquieu.

Revista *Veja* – 24/06/2011:

“Procuramos balanço de poder entre cidadãos e governo”, diz membro do Anonymous.

Programador americano diz que grupo não quer desestabilizar estados nacionais: “Sem pessoas, não há governo; sem governo, há caos”.

A revista entrevistou um membro de um grupo de *hackers* que atua anonimamente, desestabilizando *websites* governamentais, de bancos e de grandes empresas.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/procuramos-balanco-de-poder-entre-cidadaos-e-governo-diz-membro-do-anonymous>

O equilíbrio político é um anseio para a consolidação e funcionamento do Estado.

a) Como Montesquieu procurou explicar o equilíbrio político?

b) A respeito da matéria da revista *Veja*, destacada acima, perceba que o entrevistado reconhece a necessidade de governo, mesmo atuando criminosamente contra ele. Isso lhe parece contraditório?

c) Ainda sobre a matéria da revista *Veja*: Qual a diferença entre a concepção do membro do Anonymous para balanço de poder e a teoria da separação dos poderes, preconizada por Montesquieu?

Resposta Comentada

a) O equilíbrio é uma qualidade ligada à ideia de moderação, resgatada da filosofia aristotélica por Montesquieu. O equilíbrio político adquire-se através do governo misto e da separação entre os poderes.

b) Sim, de algum modo há contradição, por agir ilegalmente e secretamente. A resposta pode também ser “não”, pois o grupo Anonymous, segundo o membro entrevistado, procura legitimidade na intenção de equilibrar poder entre cidadãos e governo, por entender que os governos, bancos e grandes empresas detêm poder demais em face do povo, que fica alienado nessa condição. A atuação dos *hackers*, nesse sentido, pode ser compreendida como uma provocação ao poder e um sinal de instabilidade nas relações entre instituições sociais e a população. No fundo, todos procuram alguma forma de obter equilíbrio, inclusive os subversivos.

c) Havíamos explicado que o Estado absoluto sempre procurou concentrar seu poder, para aperfeiçoar seu domínio e escapar de toda forma de controle. A teoria das formas de governo foi mais uma constatação a respeito do funcionamento da Constituição inglesa, que é propriamente

uma teoria idealizada. Ademais, o Estado tomou tal configuração de equilíbrio entre os poderes, separando-os, porque as disputas sociais assim o colocaram. Se não houvesse demandas por poder a partir daqueles que não detinham o poder do Estado, a tentativa de desequilibrar o Estado absolutista não existiria. Montesquieu quer salvar uma classe social, pois percebe que o avanço da burguesia significa o fim da nobreza. Mas não faz isso meramente por apreço aristocrático ou interesse pessoal (por ser um nobre), e sim porque estudou as sociedades e entende que a sociedade é naturalmente dividida em grupos diferentes. Compreende que são saudáveis as diferenças, contanto que as diferentes classes se harmonizem e encontrem um equilíbrio. O Estado pode recepcionar essas diferenças tendo cada poder vinculado a um grupo, como aristocracia sendo representada no Senado, e a burguesia, na Câmara dos Deputados. A forma estatal obteve mais vigor com a teoria da separação dos poderes, e as concepções de liberdade e participação política também.

O contratualismo em Rousseau

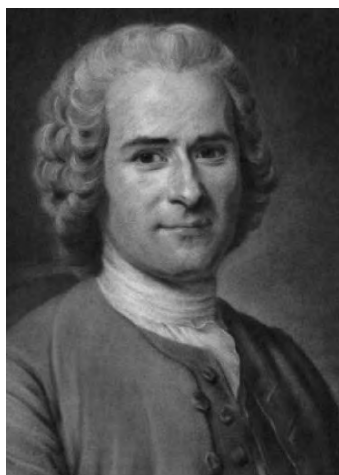


Figura 2.9: J. J. Rousseau (1712-1778). Tela de Maurice Quantin de La Tour (1704-1788).

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jean-Jacques_Rousseau_\(painted_portrait\).jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jean-Jacques_Rousseau_(painted_portrait).jpg)

Rousseau nasceu em Genebra, na Suíça, em 1712 e morreu na França em 1778. Foi escritor, filósofo e músico. É um dos pensadores mais importantes de toda a história moderna ocidental. Suas reflexões influenciaram filósofos

como Kant e Hegel, transformações políticas profundas – a exemplo da Revolução Francesa –, a literatura romântica e idealizada, o debate moderno sobre a democracia e parte da fundamentação do socialismo moderno.

Rousseau esboçou uma democracia radical, em que não aceitava a representação. A prioridade de seu regime político é a soberania do povo sem intermediários. Contudo, o projeto é ideal – jamais foi completamente posto em prática e, mesmo na teoria, só caberia em países muito pequenos.

As lições que devemos fixar da obra de Rousseau são as seguintes: (i) A crítica à desigualdade e à propriedade; (ii) A teoria do bom selvagem; (iii) O homem é naturalmente livre e busca a liberdade; (iv) O contrato social e a formação de um Estado democrático soberano.

(i) A crítica à desigualdade e à propriedade: Rousseau faz a denúncia da desigualdade como fonte de todos os vícios. Para ele, os crimes existem em decorrência da propriedade privada. Rousseau é uma das fontes da ideia comum de que o crime é fruto da desigualdade.

Como surgiu essa perversão humana em torno da propriedade? Ele explica que a regra do jogo da existência foi fruto de um espertalhão que, um dia, colocou uma cerca num pedaço de terra e disse: “é meu!”. Esse foi o pecado original do homem. Quem irá absorver a explicação rousseauiana, para o surgimento da propriedade privada como algo baseado no egoísmo, será Karl Marx – o principal teórico do socialismo científico.

(ii) A teoria do bom selvagem: em um livro chamado *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755), Rousseau dá a receita de como corrigir aquilo que para ele está errado, aquilo que tirou o homem da sua condição natural de um ser bom e harmonioso no estado de natureza. A ação benevolente do homem no estado de natureza explica-se por dois princípios anteriores à razão: o amor de si e a piedade. O egoísmo e a propriedade privada foram o mal. Mas o homem pode ser salvo, instituindo um Estado civil baseado na razão, que seja justo e garanta a liberdade.

(iii) O homem é naturalmente livre e busca a liberdade: neste ponto, explica-se a força de Rousseau para o liberalismo francês e para o individualismo. Ele afirma que “O homem nasce livre”, e isso não apenas é uma condenação à escravidão, como também a explicação de que a liberdade é natural. Ninguém precisa instituí-la, todos nós temos o instinto e a paixão pela liberdade. Aquele que busca a liberdade é um

ser virtuoso. No Estado civil de Rousseau, todos estão condenados à liberdade. Rousseau diz: “Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres” (ROUSSEAU, 1997,p.62).

A liberdade consiste na autodeterminação, e a política deve refletir a autonomia da personalidade do indivíduo. A busca é individual, mas não é por um amor próprio, e sim para destruir o particularismo e cultivar o individualismo (no sentido positivo do termo). O particularismo era o reflexo de uma velha marca da política francesa, que Rousseau queria acabar: o **PATRIMONIALISMO**.

PATRIMONIALISMO

É quando não há distinção entre o que é público e o que é privado. Algo comum nos regimes absolutistas. O palácio do rei era tanto coisa pública como propriedade dele. O Estado moderno promove a separação. O Palácio do Planalto, em Brasília, por exemplo, sede do poder executivo do Brasil, não pode ser considerado propriedade do presidente (bem privado), mas sim do Estado brasileiro (bem público).

(vi) **O contrato social e a formação de um Estado democrático soberano:** Assim como Hobbes e Locke, Rousseau é um autor contratualista. Mostra que, para libertar o homem do egoísmo, é preciso fundar a lei racional através do Estado civil instituído no *contrato social*. Quem contrata com quem? De forma unânime, por uma Vontade Geral, os homens entram em acordo e fundam um Estado civil. Assim, a soberania é democrática e o domínio do poder é do povo.

Na instituição do Estado civil, há uma troca que todos fazem: anulando seus direitos naturais em prol da comunidade, em retribuição, todos teriam a segurança da liberdade natural mais a liberdade das leis civis. Por exemplo: no estado de natureza, o direito era ilimitado, e algum egoísta poderia sair ocupando todos os terrenos e matar os demais, para aumentar suas terras. Mas, como o homem é um ser racional e movido por instintos de justiça e moralidade, concorda em instituir o Estado civil, que é capaz de impor limites legais ao espaço de cada um, à propriedade de cada um e, assim, organizar a sociedade. Fica a questão: O que garante que o Estado devolverá a liberdade natural?

A obrigação em ser livre

No governo civil instituído pela Vontade Geral, os homens serão obrigados a ser livres. Isso significa que cada um será obrigado a obedecer às ordens do Estado civil, pois Rousseau compreende que, saindo do estado de natureza, só há liberdade pela via estatal.

O acordo que funda o governo é geral e sem representantes. Aquele que é eleito deputado, por exemplo, deve cumprir estritamente o que o povo quer, pois o mandato não é dele, e sim do povo.

E se o deputado descumprir as ordens do povo? Resposta: deve ser destituído. E se houver alguém da população que discorde do governo? Se for uma minoria, deverá acatar as decisões da maioria. Na teoria de Rousseau, há permissão para uma ditadura da maioria.

Atividade 4

Atende aos Objetivos 4 e 5



Figura 2.10: Congresso Nacional do Brasil – Distrito Federal.

O Congresso Nacional é o órgão constitucional que cumpre o papel de aprovar leis e fiscalizar as ações do executivo, assim como administrar e julgar em comissões parlamentares de inquérito. O Congresso Nacional é a união do Senado e da Câmara dos Deputados. O formato constitucional brasileiro é uma mistura entre a teoria de Montesquieu (separação de poderes) e a teoria de Rousseau (unicameral). O Congresso Nacional é uma herança longínqua da teoria rousseuniana, a de que o poder legislativo deve estar em apenas uma casa.

Rousseau e a soberania indivisível – Rousseau é o grande teórico da democracia moderna. Ele consegue unir teoricamente o ideal republicano com o ideal democrático. Mostra ainda que a soberania popular é o exercício da Vontade Geral. O povo jamais perde sua soberania, apesar de se submeter às ordens do Estado. Há uma unidade intrínseca na formação do Estado. Rousseau nega a possibilidade de três poderes em equilíbrio. Rousseau é o teórico do Legislativo unicameral. E não é só

no sentido técnico constitucional que Rousseau é diferente de Montesquieu; Rousseau é um radical, questiona o princípio da moderação.

a) Por que Rousseau não propõe uma divisão do poder legislativo em câmara alta (= a Senado) e baixa (= a Câmara dos Deputados), tal como Montesquieu?

b) Segundo Rousseau, qual é o principal fator que destruiu a igualdade natural entre os homens?

Resposta Comentada

a) Para o autor genebrino, a soberania é indivisível, justamente porque, ao conceituar vontade geral, mostrou que a mesma não se divide, assim como não é a mera soma de todos os indivíduos. Na estrutura política, o legislativo – onde reside a soberania, não pode ser dividido em duas câmaras. Se a soberania para Rousseau é indivisível, logo não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo. Montesquieu pensa diferente, porque quer dividir a soberania conforme as classes sociais: de um lado os nobres e, do outro, o povo.

b) Segundo Rousseau, o estabelecimento da propriedade privada retirou a igualdade natural que existia entre os homens, provocando, a partir desse processo, uma série de vícios em decorrência da desigualdade. Para a resposta correta, bastava que você respondesse: a propriedade privada.

Uma das críticas que podemos fazer a essa concepção é que nem toda moral baseia-se no ter ou não ter, para exercer certa atividade. Essa noção rousseauiana está presente na nossa sociedade, quando lemos ou ouvimos o senso de que “o sujeito rouba porque é pobre” – como se ser pobre fosse condição para tornar-se criminoso. Contudo, a noção rousseauiana nos faz pensar em como a desigualdade é um problema para a sociedade e como ela impede o exercício da democracia calcada no pressuposto da igualdade entre os homens.

Estado liberal versus Estado absoluto

O nascimento do liberalismo está intimamente ligado à história da democracia. Mas... cuidado! liberalismo e democracia são conceitos diferentes. A democracia significa o governo do povo e preocupa-se com a maior distribuição do poder, enquanto o liberalismo pensa na limitação do poder. O Estado liberal existe enquanto o Estado absoluto é paulatinamente suprimido.

Nos dias de hoje, é comum confundirmos liberalismo com democracia, pois o Estado liberal contemporâneo é democrático. Mas nem sempre foi assim; o liberalismo nasceu para poucos. Foi o processo de democratização da sociedade, aquisição de direitos para um número cada vez maior da população, que conseguiu equacionar essa relação entre liberdade e democracia.

O liberalismo é um valor político e também um comportamento, que encontrou amplo canal de desenvolvimento nas pessoas relacionadas ao comércio e aos negócios internacionais. A economia de livre mercado é um desenvolvimento das ideias liberais. Para comercializar, é preciso ser livre, a fim de fazer negócios, discutir preços, distribuir mercadorias, etc.

Dentro desta aula, estamos-nos limitando a tratar da face política do liberalismo, como Estado limitado, que é sinônimo de Estado liberal. Norberto Bobbio, cientista político italiano, explica essa construção:

O Estado liberal nasce de uma contínua e progressiva erosão do poder absoluto do rei e, em períodos históricos de crise mais aguda, de uma ruptura revolucionária (exemplares os casos da Inglaterra do século XVII e da França do fim do século XVIII); racionalmente, o Estado liberal é justificado como o resultado de um acordo entre indivíduos inicialmente livres que convençionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura (BOBBIO, 2000, p. 14).



Figura 2.11: Martelo da Justiça.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/673264>

O Estado liberal é limitado, e uma das formas mais eficientes de limitar o poder e não permitir que usurpe suas prerrogativas, não ultrapasse seus limites constitucionais, é mediante um bom funcionamento da justiça.

Onde há justiça que seja capaz de atingir os poderosos, quando culpados de algum crime ou ato ilegal, há estado de direito. O Estado de direito pressupõe a existência de leis superiores ao governo dos homens, que foram objeto de contrato na sociedade. Significa que todos estão submetidos à lei, tanto o monarca, quanto qualquer cidadão.

Conclusão

Esclarecimento é o ato ou efeito de clarear, de explicar o sentido de uma informação. Na história política, é igual a “iluminismo”, movimento intelectual caracterizado pela centralidade da ciência e da racionalidade, em detrimento do dogmatismo e das doutrinas religiosas tradicionais.

O Estado moderno foi construído no bojo do esclarecimento. Apesar de muitas vezes misturarmos os contextos francês, inglês, norte-americano e brasileiro, para cada situação, houve um contorno diferente na construção da estatalidade.

Importa perceber como o Estado incorporou as críticas e foi tomando novas formas. Surge como Estado absoluto, no século XVI; viu-se como Luís XIV foi o exemplo máximo da concentração de poderes. Com o aparecimento das ideias liberais na política, o objetivo foi a desconcentração do poder e o rumo para o equilíbrio.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2, 3, 4, 5 e 6

A Secretaria da Receita Federal do Brasil é um órgão específico, singular, subordinado ao Ministério da Fazenda, exercendo funções essenciais para que o Estado possa cumprir seus objetivos. É responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e aqueles incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do país. Também subsidia o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, previne e combate a sonegação fiscal, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/SRF/ConhecaRFB.htm>

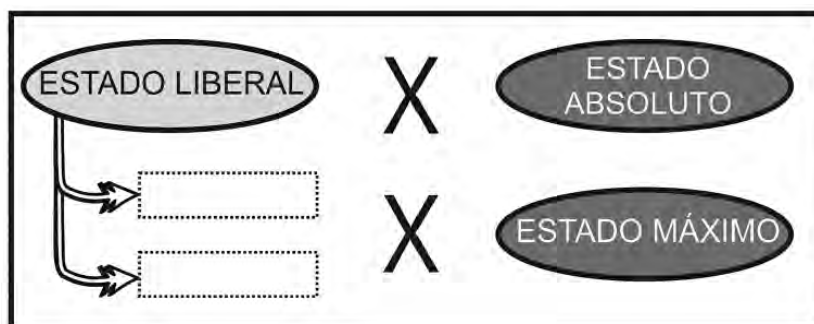
Matéria da revista *Consultor Jurídico*, de 3 de fevereiro de 2009:

PROCESSO CARO – OAB questiona lei que instituiu custas abusivas

Assim também foi por ocasião do julgamento da ADI 2655/MT, proposta de igual modo pelo Conselho Federal da OAB:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 7.603, DE 27.12.2001, DO ESTADO DE MATO GROSSO. CUSTAS JUDICIAIS E EMOLUMENTOS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTIGOS 5º, XXXV, LXXIV, 7º, IV, 22, I, 145, II E § 2º E 154, I, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Fonte: <http://www.conjur.com.br/2009-fev-03/oab-questiona-lei-instituiu-custas-judiciais-abusivas-rondonia?pagina=3>



a) Por que a Receita Federal pode ser considerada uma das principais formas de manifestação do controle burocrático do Estado brasileiro? Uma observação: para responder a essa questão, revise rapidamente aquilo que tratamos, na aula anterior, sobre o conceito e importância da burocracia para a formação do Estado moderno.

b) O trecho da matéria da revista *Consultor Jurídico* trata da arrecadação de custas judiciais e emolumentos abusivos. Essas cobranças servem para cobrir os custos de um tribunal de justiça. Mas, em diversos casos, tornam-se uma maneira de o poder judiciário ficar independente financeiramente de verbas do poder executivo. Para Montesquieu, o poder judiciário era um poder político?

c) Complete os dois espaços deixados no quadro anteriormente exposto. Em cada um, cabe um termo sinônimo de Estado liberal, que se opõe ao Estado absoluto ou máximo. Escreva cada um deles e os explique.

Resposta Comentada

a) Assim como vimos na aula passada, a arrecadação de tributos é fundamental para manter o poder do Estado. A Receita Federal cumpre o papel de aparato do Estado, e assim o mesmo pode dispor de recursos financeiros, a fim de garantir uma autonomia política.

b) Para Montesquieu, o poder judiciário tem poder político nulo, não tem interesse político próprio, apenas exerce a função de executar a Lei.

c) Os dois espaços em branco devem ser completados pelos termos: Estado de direito e Estado mínimo. Estado de direito refere-se à condição jurídica do Estado liberal, em que há uma lei superior a todos os homens, em que mesmo o governo precisa reger-se por ela. Estado mínimo trata-se do sinônimo de Estado liberal, marcando a ideia de que o Estado é um mal necessário para o liberalismo; quanto menor sua presença na sociedade, melhor.

Resumo

1. A contribuição deste curso para a sua formação acadêmica e profissional está em dar alguns esclarecimentos a respeito de elementos centrais da política: o Estado, o direito e a cidadania.
2. Razão de Estado significa os objetivos e ambições de um Estado no campo econômico, militar e cultural.
3. As três condições básicas para a formação do Estado são: território com população fixa + centro político + poder soberano.
4. As ações humanas, assim como o funcionamento político da sociedade, são passíveis de falha; por isso, a política está em constante aperfeiçoamento.
5. Contratualismo refere-se às teorias políticas que veem a origem da sociedade e o fundamento do poder político num contrato, a partir de um acordo tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos, para assinalar o fim do estado natural e o início do estado social e político.
6. Segundo John Locke, os motivos pelo qual o homem sai do estado de natureza e decide viver em comunidade política são para assegurar a paz, a segurança e o conforto. A partir daí, poderá gozar de sua propriedade.

7. Para John Locke, o grande objetivo do governo é a preservação da sociedade. E, para isso, muitas coisas faltavam no estado de natureza; precisavam ser completadas, como uma lei estabelecida para garantir a liberdade; lei aceita mediante consentimento comum; juiz conhecido e indiferente com autoridade; um poder que sustente a sentença, quando justa.

8. O poder máximo, segundo John Locke, é o Legislativo. Isso marca uma crítica ao Estado absoluto, que tudo concentrava no rei (que sozinho reunia os poderes de executar e legislar).

9. A Inglaterra teve sua história marcada pelos conflitos entre o rei e o Parlamento. Em cada lado, várias teorias foram formuladas e contribuíram para a formação do Estado moderno.

10. As maiores contribuições de Montesquieu para a teoria política são a Teoria da Separação dos Poderes e uma tipologia dos regimes de governo.

11. Na Teoria da separação de poderes, de Montesquieu, o governo é misto porque mais de um grupo social possui representação: os aristocratas no senado e o povo na câmara dos deputados.

12. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi um filósofo nascido em Genebra, Suíça. Foi um dos principais autores da democracia moderna. Entre suas principais ideias estão:

- a crítica à desigualdade e à propriedade;
- a teoria do bom selvagem, em que o homem é um ser naturalmente bom, mas a civilização o fez mau;
- o instinto humano condiciona cada um a viver pela liberdade;
- o contrato social surge de uma vontade geral e funda um Estado democrático soberano sem representantes entre o poder e os cidadãos.

13. Rousseau foi um dos principais autores utilizados pelos revolucionários da França, no final do século XVIII. Todo pensamento revolucionário a partir da Revolução Francesa é tributário das teorias de Rousseau;

14. O Estado liberal é fruto da ideologia liberal, que contraria o Estado absoluto, pois pretende que o Estado atue minimamente na sociedade.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos nos concentrar em estudar os conceitos de liberalismo, individualismo e sociedade. Isso permitirá uma nova percepção sobre a vida social não apenas do centro do poder político estatal, mas daqueles que giram em torno dele ou pretendem um espaço nele.

Leituras recomendadas

COUTINHO, C. N. Crítica e utopia em Rousseau. In: *Lua nova*, n. 38. São Paulo, 1996, p. 05-30.

Blog do professor Roberto Romano – <http://robertoromanosilva.wordpress.com/>

Aula 3

A dinâmica do liberalismo, do individualismo e da cidadania na Europa entre os séculos XVI e XVIII

*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Meta

Avaliar a formação do liberalismo, individualismo e cidadania na Europa moderna.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais demandas do liberalismo político;
2. obter as noções básicas a respeito do conceito de liberalismo e sua importância na relação entre a sociedade, os valores sociais dos indivíduos e o Estado moderno;
3. definir os conceitos de liberalismo, individualismo e cidadania, explicando brevemente o contexto histórico de seu surgimento;
4. reconhecer as diferenças entre cidadania, Nação e Estado.

Introdução

Quem é o protagonista na sociedade? A própria sociedade ou o Estado?

Quem ocupa mais espaço na construção da vida social? As pessoas organizando-se livremente ou a organização estatal? Quanto mais instituições o Estado possui atuando na organização da vida social, maior é seu protagonismo na sociedade.

Pelas leis brasileiras, o lixo doméstico é responsabilidade do cidadão. Mas como acontece em sua cidade? Na maioria dos casos, é a prefeitura que contrata uma empresa terceirizada ou a própria administração municipal faz o serviço e cobra uma taxa mensal. Por outro lado, pergunta-se: Isso não poderia ser feito pela própria população, através de associações, organizando-se e contratando diretamente uma empresa para fazer esse serviço sem a intermediação do Estado?

Sim, poderia. Esse é um dos maiores debates a respeito da política no Brasil e no mundo. Mais Estado ou menos Estado? Tocamos nesse assunto porque, muito provavelmente, você tenha percebido que repetimos bastante a ideia da construção do Estado moderno, certo? Isso se explica pelo seguinte: para dar conta dos grandes temas desta aula – liberalismo, igualdade e cidadania –, é fundamental entendermos o Estado.

O liberalismo

O nome liberalismo surgiu na Inglaterra, na luta política que culminou na Revolução Gloriosa de 1688 contra Jaime II. Já o nome “liberal”, como rótulo político, nasceu nas Cortes espanholas de 1810, num parlamento que se revolta contra o absolutismo.

Liberalismo é a atividade política e filosófica em prol da liberdade individual nas suas dimensões econômica, política, religiosa e intelectual. Defende a economia de mercado, a propriedade privada, a liberdade de opiniões, a variedade, a autonomia da vontade individual, o governo limitado, a competição, a liberdade religiosa.

Um dos principais teóricos do liberalismo foi estudado na aula passada, John Locke. Outros são: David Hume, Alexis de Tocqueville, Benjamin Constant, John Stuart Mill, Robert Spencer, Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman, entre outros.

Vamos a um especialista no assunto, o cientista político Norberto Bobbio, que destaca três características históricas do liberalismo:

[...] o Liberalismo é justamente o critério que distingue a democracia liberal das democracias não-liberais (plebiscitárias, populista, totalitária). Em segundo lugar, o Liberalismo se manifesta nos diferentes países em tempos históricos bastante diversos, conforme seu grau de desenvolvimento...enquanto na Inglaterra se manifesta abertamente com a Revolução Gloriosa de 1688-1689, na maior parte dos países da Europa continental é um fenômeno do século XIX. Em terceiro lugar, nem é possível falar numa “história-difusão” do Liberalismo, embora o modelo da evolução política inglesa tenha exercido uma influência determinante, superior à exercida pelas Constituições francesas da época revolucionária...o Liberalismo defrontou-se com problemas políticos específicos (BOBBIO et ali, 1998, p. 687).

O liberalismo é um movimento múltiplo. Cada revolução europeia contribuiu na formação do Estado moderno e também fez parte do movimento para o desenvolvimento do liberalismo:

- da Revolução Gloriosa de 1688, na Inglaterra, tem-se como pilares vitoriosos a tolerância religiosa e o governo constitucional;
- da Revolução Francesa de 1789, tem-se a vitória contra o particularismo, a representação popular.

Aquilo que diz respeito à limitação da autoridade do rei, às propostas de divisão dessa autoridade, assim como as demandas por liberdades civis são partes da construção do liberalismo. Divide-se a autoridade de maneira a manter limitado o poder. A conquista de liberdades civis relaciona-se com a obtenção do *status* de homem livre; trata-se de um direito que se opõe ao homem servil ou escravo.

No desenvolvimento do curso, lidaremos principalmente com dois pilares da doutrina liberal: a teoria dos direitos humanos e o constitucionalismo. A economia clássica é um terceiro pilar que não estudaremos diretamente nas próximas aulas; apenas faremos uma breve explicação em um dos pontos a seguir:

Teoria dos direitos humanos: segundo essa teoria, todos os homens, indiscriminadamente, têm, por natureza, independente de sua vontade ou de outros, certos direitos fundamentais: direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade. Esses direitos devem ser respeitados e protegidos pelo Estado ou pela instituição que detém o poder político em uma sociedade. Significa que um policial, por exemplo, mesmo servindo ao Estado, deve, antes de tudo, respeitar os direitos do homem, porque esses estão acima e são anteriores ao próprio Estado.

(i) Constitucionalismo: relaciona-se com constituição. Trata-se de um complexo de ideias, atitudes e padrões de comportamento e princípios em que a autoridade do governo deriva da lei fundamental de uma nação, isto é, da Constituição.

(ii) Economia clássica: é a primeira escola moderna de pensamento econômico, desenvolvida por Adam Smith, Jean-Baptiste Say, David Ricardo, Thomas Malthus e John Stuart Mill. Tem relação intrínseca com o liberalismo econômico, clamando pelo livre mercado. Essa doutrina entende que o mercado é capaz de regular a si próprio e a sociedade, quando livre de qualquer intervenção. Adam Smith dizia que uma “mão invisível” atua no mercado livre em direção ao equilíbrio natural.

Toda liberdade é liberdade política?

Não. É preciso não confundir sistema econômico com sistema político. Capitalismo é uma técnica para a atividade econômica. A liberdade econômica não traz as outras liberdades. A China é um exemplo disso. No período da última ditadura militar no Brasil (1964-1985), havia mais liberdade econômica que hoje, mas as liberdades políticas e vários direitos civis foram violados ou até suprimidos. Sem liberdade econômica não há as demais, mas a liberdade econômica por si só não traz as demais.



Figura 3.1: Edifício da Bolsa de Valores de Xangai, no centro financeiro de Pudong, Xangai, China. A República Popular da China é um país em que há liberalismo econômico (com a autorização do Estado, é possível abrir uma empresa, comercializar, contratar trabalhadores, etc.), mas não há liberalismo político. Não há liberdade de opiniões, não há pluralidade partidária, não há liberdade para contestar o governo, ainda que nominalmente seja um governo popular.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Shanghaistockexchange.jpg>



A Revolução Francesa, 1789

A revolução na era moderna representa uma promessa de futuro melhor em troca de concentração de poder. Rousseau, autor que estudamos na aula passada, foi um dos principais teóricos mobilizados pelos revolucionários franceses no final do século XVIII. O idealismo filosófico era difundido nas obras de Rousseau, Voltaire, Diderot e outros autores iluministas, servindo de fundamentação teórica para a prática revolucionária para acabar com o poder dos reis, da nobreza, e aplicar os princípios de Igualdade, Liberdade e Fraternidade. Além do mais, a partir desses filósofos, três linhagens do idealismo estavam em disputa na Revolução

Francesa: liberal, socialista e nacionalista. A cada um correspondeu uma força política, um partido político que se formou, por isso é que em quase todos os países ocidentais há partidos com tendências liberais, outros socialistas, outros nacionalistas.

A Revolução Francesa tem como marco o ano de 1789, quando os revolucionários tomam o poder. A seguir, uma série de decisões se tornaram marcantes para a história moderna, como a Declaração dos Direitos do Homem, em 1789; a Constituição da República Francesa de 1791; o fim da realeza em 1792 com a decapitação do rei. A Revolução Francesa insere-se em uma era revolucionária, que começa até mesmo antes de 1789 e dura até hoje em todo o mundo. As bandeiras da revolução fazem com que o movimento seja inacabável, pois liberdade, igualdade e fraternidade são conquistas permanentes, fazendo de um projeto político um processo sem fim.



Liberté • Égalité • Fraternité

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

Figura 3.2: Logotipo oficial do governo francês, desde a instauração da República Francesa com a Revolução de 1789.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Logo_de_la_R%C3%A9publique_fran%C3%A7aise.svg

Liberdade e moralidade

Pelo princípio liberal, quanto mais liberdade melhor, certo? Sim. E onde estão os limites para a vida em sociedade? Na lei. Por isso, o desenvolvimento do direito, primeiro a partir da limitação do poder político do absolutismo, depois pela promoção da cidadania e conquista de direitos por parte dos membros da sociedade civil, foi importante. É a legalidade, e não mais a moralidade que limita as ações humanas no limite do aceitável para a vida em sociedade.

O artigo 5º da atual Constituição Brasileira aponta para vários direitos invioláveis:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes(...).

Na Idade Média, não havia essa ideia, muito menos uma lei que dissesse que você estava proibido de ir até a terra vizinha e roubar a colheita do outro. Mas ninguém fazia isso porque vigorava uma moral comum que censurava esse tipo de atitude; o imperativo era moral e não legal. A formação do Estado moderno passou pela quebra dessa moralidade e pela promoção da legalidade. Cada um tem a moral que quiser na vida privada, contanto que respeite as leis comuns sem intervir na vida dos demais cidadãos.



Figura 3.4: Estátua da Liberdade, Nova Iorque – EUA.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Majestic_Liberty_Large.jpg

Os Estados Unidos são o país em que a liberdade é apresentada como característica que forma a nação. Trata-se do país mais liberal do mundo, tanto politicamente quanto economicamente. A liberdade é uma prática para os americanos e uma ideologia de exportação de um modo de vida. Em muitas situações, tornou-se uma imposição aos demais países, como nas vezes que o país entrou em guerra para assegurar democracia e liberdade aos demais países.

Em qualquer ocasião, a liberdade é um dilema, tal como a frase da escritora brasileira Cecília Meireles: “Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.”

Liberdade dos antigos e liberdade dos modernos

Há vários tipos de liberdade, e algumas frases célebres ilustram o tema:

1. “Liberdade é o direito de fazer aquilo que a lei permite” (Montesquieu, *Do espírito das leis*, livro 12, cap. 2).
2. “Liberdade significa obediência à lei que nós nos prescrevemos” (Rousseau, *Contrato social*, livro 2, cap. 8).
3. Liberdade moderna é a “fruição pacífica da independência individual ou privada” (Benjamin Constant, “Liberdade antiga e moderna”).

Segundo Norberto Bobbio, no conceito liberal, liberdade significa ausência de coerção. No sentido democrático, significa autonomia, a saber, o poder de autodeterminação. A liberdade moderna pressupõe um governo democrático e representativo, para que o homem esteja livre de qualquer opressão, a não ser os limites da lei. Para que alguém precisa de liberdade? Segundo o filósofo suíço Benjamin Constant (1767-1830), para ter a opinião livre, dispor da sua propriedade, ir e vir, reunir-se, ir à igreja que preferir e poder influir na administração do governo.

Atividade 1

Corresponde aos Objetivos 1, 2 e 3



Figura 3.5: Acrópolis, Atenas – Grécia.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Acropole1.jpg>

A Acrópole é o local mais alto das antigas cidades gregas. Atenas foi a mais importante cidade da Antiguidade grega, berço de grandes filósofos. Segundo Benjamin Constant, a liberdade dos Antigos, como a praticada na Grécia Antiga, correspondia à liberdade de participação nas decisões políticas, e o indivíduo estava completamente submetido à autoridade do todo.

Matéria da revista *Exame*, 25/01/2012:

Brasileira vende a virgindade a japonês por 780.000 dólares

Catarina Migliorini afirmou à imprensa que desejava financiar os estudos de Medicina na Argentina.

Fonte: <http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/entretenimento/noticias/brasileira-vende-a-virgindade-a-japones-por-780-000-dolares>



Figura 3.6: *Charging Bull* é o touro de Wall Street.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Charging_Bull_statue.jpg

A escultura é o símbolo da agressividade financeira, otimismo e prosperidade. Está na área do maior mercado de ações do mundo, Wall Street, Nova Iorque, EUA.

1. Qual a relação entre liberalismo político e limitação do poder estatal?

2. Você saberia dizer qual a prática que mais influenciou no desenvolvimento da liberdade moderna, conforme o conceito de Benjamin Constant?

3. O mercado é o local onde se comercializam mercadorias, ativos financeiros, especula-se, e onde o liberalismo econômico melhor se exerce. A sociedade capitalista transforma o mundo em um grande mercado. Há algum limite para o tipo de relação existente no mercado? Se a matéria da revista *Exame* mostrou que uma garota vendeu a sua virgindade, amanhã alguém poderia vender, por exemplo, a própria mãe na internet?

Resposta Comentada

1. Um dos mecanismos de construção do liberalismo é a limitação do poder estatal. O liberalismo é uma doutrina do Estado limitado, quanto aos seus poderes e quanto às suas funções. A noção de Estado de direito reflete a superioridade do governo das leis sobre o governo dos homens, em que mesmo os membros do Estado devem se submeter. Pode-se ainda falar da constitucionalização dos direitos naturais, a transformação de direitos juridicamente protegidos em direitos positivos.

2. O comércio. Segundo Constant, o comércio não deixa o homem inativo, provoca movimento na vida social. O homem moderno é aquele que procura a segurança dos privilégios privados para estar apto a comercializar, a gerar riqueza, a circular. A independência individual é a primeira das necessidades modernas, e o comércio faz os homens se emanciparem.

3. Um fator decisivo para o liberalismo econômico é o mercado. Para John Locke, as ideias morais da sociedade são formadas pelo livre arranjo das relações sociais. O próprio mercado é uma combinação aleatória. A filosofia lockeana é uma combinação de prazer e dor. O que orienta o homem a perceber aquilo que é melhor – dando-lhe prazer –, ou pior – provocando-lhe dor –, é a racionalidade. Locke diz, em sua obra *Segundo Tratado sobre o Governo* (1690), que a libertação da escravidão ocorre quando somos governados pela razão e, enquanto seres inteligentes, estamos aptos a determinar a nossa vontade às ações que julgamos melhores para nós. E o que é o melhor para nós? A suprema e autêntica felicidade, como sendo a razão de ser da liberdade. Como essa suprema felicidade é um bem que só se adquire depois da morte, assim como a mais terrível miséria, dependendo das obras feitas durante a vida, Locke aponta que aquilo que se refere ao prazer e à dor na vida terrena são aparências que coincidem com a realidade. Algo é bom ou mau enquanto nos causa prazer ou dor. A diferença é sutil, mas surge uma moralidade nova condicionada pelo par prazer e dor, que é diferente da moralidade religiosa pelo par de atitudes *conforme a religião* e a *pecaminosidade*. Por conta da autonomia dos indivíduos, da condição racional, cada um tem a capacidade de dirigir sua vida para aquilo que lhe dê mais prazer ou dor, sabendo, no entanto, que há um bem maior e um mal maior – um céu e um inferno. O mercado figura como o espaço mais evidente em que cada homem age conforme suas liberdades e onde pode encontrar a solução dos dilemas da vida econômica.

E onde entram os valores nessa discussão? A origem dos valores não é o mercado, mas o que é decisivo na liberdade no mercado são os valores. O mercado só promove a combinação dos valores. Portanto, a melhor ciência para entender o mercado é a filosofia ética. O motivo dessa questão não é de ordem econômica, apesar de envolvê-la também. Por isso, não se entende a sociedade pela economia.

O grande problema do mercado é quando ideias destrutivas se tornam predominantes, como na ampla discussão a respeito da garota que vendeu a virgindade pela internet.

A limitação do mercado está na moral dos seus participantes, quando a lei fundamental já não possui uma limitação. Por exemplo, ao menos no Brasil, você está impedido de vender sua mãe, pois há o direito inviolável à vida (art. 5º da Constituição).

O conservadorismo, por exemplo, é uma doutrina política que também faz apologia da economia de mercado, mas o faz em nome de certos valores que limitam ações que violem preceitos religiosos ou ainda a dignidade humana.

É por isso que grupos mais conservadores procuram balancear a concepção liberal com a religião, para dar moral.



O individualismo

Homem livre é aquele que não está preso às correntes da escravidão. Qual a condição para ser livre e viver no liberalismo? Primeiro, é preciso ser indivíduo. Segundo, é preciso ser proprietário. Terceiro, é preciso que haja condições para a liberdade ser exercida em dado território e sociedade, leis que possibilitem a fruição dos direitos de propriedade do indivíduo. O liberalismo só foi possível a partir da existência do indivíduo.

Mas nem toda concepção individualista foi feita para o liberalismo. As mais variadas intervenções políticas modernas compartilham da ideia de indivíduo, como o anarquismo, o existencialismo, o libertarismo e o próprio comunismo.

Indivíduo é um conceito moderno que designa o homem isolado da comunidade que faz parte, e que pode ser o sinônimo de cidadão. Na

Idade Média, não há espaço para a concepção individualista, pois todas as pessoas fazem parte de um corpo orgânico, de um sistema integrado e que não são capazes de se ver fora da comunidade. Emile Durkheim (1858-1917), um dos pais da sociologia, dizia que quanto maior o número de instituições de que alguém faz parte, mais indivíduo ele é, pois maior é a sua capacidade de ser autônomo e integrar-se em diversas partes.



Figura 3.7: Símbolo do anarquismo.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Anarchy-symbol.svg>

Assim como o liberalismo e o existencialismo, o anarquismo também é um dos movimentos que pressupõe a individualidade humana como o centro da análise. O anarquismo é uma filosofia política que aponta o Estado como indesejável, desnecessário e danoso ao indivíduo. O anarquismo pretende acabar com qualquer hierarquia social. Trata-se da forma mais radical de buscar a liberdade. A sociedade ideal anarquista funcionaria sem o emprego de coação, prescindindo de todas as instituições equipadas para impor a vontade do Estado. Portanto, qualquer aparato da segurança pública estaria fora desse projeto. Dentre os principais teóricos do anarquismo podemos citar: o alemão Max Stirner, os russos Bakunin e Kropotkine, e ainda os norte-americanos Josiah Warren, Benjamin Tuckes e o contemporâneo Noam Chomsky.

O individualismo na construção da modernidade serviu para a ruptura dos laços tradicionais. Essa forma de pensamento preconizava a defesa dos valores de liberdade de consciência e de autonomia moral. De acordo com as teorias contratualistas de Locke, Hobbes e Rousseau, a sociedade civil surge como efeito de um contrato entre os indivíduos. Tanto que a originalidade de Hobbes e Locke está em pensar que a fun-

dação do poder político depende do consentimento do indivíduo.

Emmanuel Kant foi outro filósofo importante para o desenvolvimento do individualismo, pois mostrou que o indivíduo como ser autônomo deve exigir que não seja utilizado como meio. Esse pensamento gera a ojeriza completa com relação à escravidão, pois coloca homens na condição imprópria de meio. Por isso que kantianamente a melhor sociedade é aquela que se protege dos fatores arbitrários, em que as regras são produzidas racionalmente pelos homens, contra as contingências – fome, escravidão, paixões e toda sorte de irracionalidades.

Os opostos e os excessos do individualismo

O oposto do liberalismo é o socialismo. Do individualismo é o coletivismo, que deifica o Estado ou a sociedade contra a ideia de que o indivíduo basta a si mesmo. O liberalismo tende a valorizar o individualismo, em detrimento do coletivismo ou comunitarismo. Não obstante, nem todo liberal faz ode ao individualismo.

O socialismo no plano político tem como fim a adoção de propriedade coletiva dos meios de produção – terra e trabalho, assim como a organização da sociedade sem classes. Na prática política contemporânea, aparece nos partidos como a tentativa de atenuar as políticas privadas e individualistas da economia, promovendo maior intervenção do Estado na economia, propondo maiores ações sociais, etc. O socialismo é a principal forma de ação antiliberal.

Durante o século XIX, o termo comunitarismo ligava-se à prática ou defesa de doutrinas comunistas ou socialistas como formas opostas ao individualismo. Contemporaneamente, o pensamento comunitarista, a partir de autores como Michael Sandel, Michael Walzer, Charles Taylor, Alasdair MacIntyre e Amy Gutmann, procura apresentar teorias de como a sociedade deve se estruturar e de como o Estado deve agir. Esses autores defendem valores comunitários e as redes de relações sociais baseadas em valores partilhados, para que esses aspectos comunitários superem o individualismo das políticas liberais.

Como um exemplo de um típico autor liberal do século XIX, mas não individualista, tem-se Alexis de Tocqueville (1805-1859), que caracterizava o individualismo como um comportamento que provoca a separação dos membros da comunidade da massa de seus semelhantes, e o faz isolar-se com sua família e amigos, formando vínculos fechados,

deixando que a sociedade siga sua própria sorte sem o devido cuidado. Nesse sentido, o individualismo tem uma conotação negativa, como ente da democracia e da liberdade, mas que, se radicalmente praticado, provoca o distanciamento dos assuntos políticos e do trato com a coisa pública. Esse temor também era partilhado por Benjamin Constant, quando disse que a liberdade moderna poderia tornar os homens distantes demais da política, permitindo que tiranos e usurpadores utilizem a política a seu bel-prazer.

Há o extremo do individualismo a partir de pensadores libertaristas. O principal autor dessa vertente é o norte-americano Robert Nozick, que publicou um livro (*Anarchy, State and Utopia*) em 1974, expondo a crítica libertária ao Estado social, mostrando que o Estado é um mal necessário e deve ter funções mínimas. Enquanto muitos pensadores mostram que a importância do Estado está na, (i) promoção de justiça, (ii) criação de maior bem-estar, e/ou (iii) promoção do bem comum, para Robert Nozick o Estado deve restringir-se à proteção dos indivíduos quanto a roubos, fraudes, contratos forçados e demais problemas que envolvem violência, e qualquer situação que supere isso é compreendida como uma violação ao direito das pessoas. Portanto, Nozick prega o livre mercado e a não intromissão do Estado na economia, rechaçando ainda qualquer política social do Estado. Por exemplo, para um libertário é um absurdo o Estado organizar o pagamento de seguro-desemprego, pois isso significa uma excessiva intervenção do Estado nas relações econômicas da sociedade, assim como chega ao ponto de defender que os homens não devem ser tributados em favor do bem-estar dos demais cidadãos, pois isso significaria um sacrifício injusto. Nessa teoria, o homem deve ser autônomo, até mesmo diante da sua coletividade.

A cidadania

Esse não é um assunto que se esgotará nesta aula. Cidadania é um dos eixos deste curso, e tem tantas definições que, a seu respeito, um curso inteiro poderia ser dado. Você se lembra daquela atividade na primeira aula, que consistia em relacionar termos que fossem ligados ao conceito de Estado? Pois bem, com o conceito de cidadania poderíamos fazer a mesma coisa. Cidadania é a qualidade daquele que é cidadão, e esta relaciona-se com fazer parte de uma comunidade, de uma nação, ter direitos e deveres, participar da política, trabalhar pela comunidade,

respeitar o espaço público, ser responsável, etc.

Autor clássico a respeito do tema foi o sociólogo inglês T. H. Marshall (1893-1981), que explicou como a cidadania faz parte de uma sequência de direitos progressivamente incorporados ao homem moderno, para torná-lo cidadão pleno. Segundo ele, essa sucessão é temporal e, em cada momento da história europeia, um conjunto de direitos foi sendo conquistado. Os direitos civis correspondem ao século XVIII; os políticos, ao XIX; os sociais, ao XX.

Desde sua origem, a cidadania vincula-se à condição de um indivíduo em ser membro de uma sociedade, de um Estado, e gozar de direitos. Na era moderna, cidadania liga-se ainda à reivindicação por participação no bolo social. Mas nem sempre foi assim: na Grécia Antiga, os cidadãos eram os homens nascidos na Grécia, ricos ou de classe média, e que não precisavam trabalhar. Mulheres, crianças, estrangeiros e escravos não eram considerados cidadãos, não tinham direitos e eram tutelados pelos homens. Na Roma Antiga, a cidadania era hereditária: se alguém fosse filho de nobre, seria um cidadão nobre, mas se fosse filho de escravo, seria escravo, e não cidadão. Não havia mudança social significativa.

Na Idade Média europeia, o conceito não tem muito sentido, pois não cabe a ideia de cidadão, tampouco de indivíduo autônomo e fora do corpo social. A filosofia católica, dominante no período medieval, trabalhava com a noção de *pessoa*, que tem outra complexidade.

Tudo aquilo que vimos até agora contribui à construção da cidadania: o nascimento do Estado moderno, o controle sobre o poder absoluto dos reis, a divisão dos poderes políticos, o surgimento do indivíduo e do liberalismo, a democracia moderna e a representação política. Acontece que, com a cidadania em cena, aparece um terceiro elemento em ascensão: um número cada vez maior de pessoas lutando pelos direitos civis, pela participação e ação política, e nas lutas por melhores condições sociais. Esse percurso aparece na maioria dos países ocidentais. Na história da cidadania na Europa, divide-se em três conjuntos:

1º. Direitos civis – liberdade individual, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, liberdade para dispor da propriedade, liberdade para realizar contratos, direito à justiça, direito ao trabalho;

2º. Direitos políticos – participação no exercício do poder por meio de representantes eleitos, direito de ser eleitor, direito de se candidatar

ao parlamento, direito de propor ação pública, etc.;

3º. Direitos sociais – bem estar econômico, segurança ao direito de participar da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade, direito à educação e aos serviços sociais.

A busca da cidadania, conforme a explicação de T. H. Marshall, é como tentar transformar qualquer pessoa em um cavalheiro. Por isso, o rol de direitos é tão extenso. E fazer de um simples camponês um lorde demanda tempo e requer, muitas vezes, a intervenção do Estado.



Poor Laws (Lei dos Pobres)

Foram leis para ajuda social aos pobres, que se originaram na Inglaterra, ainda na Idade Média. Esse sistema legal inglês, que procurava diminuir as calamidades provocadas pela extrema pobreza, mendicância, fome e outros problemas sociais vigorou até o surgimento do Estado de bem-estar social moderno. A *Poor Law* na Inglaterra foi a primeira ação para a cidadania promovida pelo Estado. Ao longo do tempo, funcionou a partir de diversos mecanismos, como concedendo alimento aos mais necessitados, fornecendo dinheiro para que as pessoas pudessem comprar comida, criando abrigos para famílias, etc. Alguns fazem um paralelo entre a Lei dos Pobres inglesa e os programas modernos de assistência, como o próprio Programa Bolsa Família, em vigor no Brasil. A *Poor Law* na Inglaterra sempre fora motivo de disputa entre políticos com tendências liberais e outros com tendências sociais, pois segundo muitos liberais, essas leis poderiam ser uma ameaça ao próprio capitalismo. Contudo, o próprio Karl Marx (o principal teórico moderno do socialismo) já colocava que a Lei dos Pobres cumpria a função na sociedade capitalista de contribuir para a redução dos salários dos trabalhadores. O sociólogo

inglês T. H. Marshall argumenta que

A Poor Law se constituiu num auxílio, e não numa ameaça ao capitalismo, porque eximiu a indústria de toda responsabilidade que não fizesse parte do contrato de trabalho, ao passo que aumentou a competição no mercado de trabalho. A educação primária foi, também, uma ajuda, porque aumentou o valor do trabalhador sem educá-lo acima de sua condição de subsistência (Marshall, 1949, p. 80).



Figura 3.8: Passaporte da República das Filipinas. O passaporte é um documento pessoal, emitido pela autoridade de um Estado, atestando livre trânsito aos seus nacionais. Aquele que adquire a cidadania de um país tem o direito de portar um passaporte. Por exemplo, se um cidadão americano vem viver no Brasil e se casa com uma brasileira, também adquire a cidadania brasileira. Nesse caso, ele possui dupla cidadania, pode tanto portar o passaporte norte-americano como o brasileiro. Há países que não permitem essa dupla cidadania, como a Alemanha e o Chile. Se a pessoa for brasileira e mudar-se para o Chile, uma das condições para tornar-se cidadão chileno será abdicar da cidadania brasileira.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/743260>

Cidadania e participação

Você participa de alguma entidade do terceiro setor? Organização não governamental? Partido político? Associação de moradores? Igreja? Essas são algumas maneiras de envolver-se com os assuntos da comunidade, independente do poder político do Estado. Há ainda modos de participação cidadã vinculados a instituições estatais, como prestar serviços gratuitos à escola pública, consertar o parque da praça ou, ainda, alistar-se voluntariamente para ir à guerra. Nos Estados Unidos, por exemplo, o alistamento militar não é obrigatório, como no Brasil. Em situações de guerra, o presidente costuma fazer um pronunciamento conclamando os cidadãos a se alistarem, em nome da cidadania.

Na contemporaneidade, a cidadania tornou-se uma espécie de regra moral. Superou até mesmo a moral cristã. Por exemplo, é frequente alguém dar esmola a alguém, achando que está dando uma lição de moral. Pela doutrina cristã, o que um olho dá o outro não precisa saber. Mas na ética cidadã atual, vale a preocupação se a pessoa irá melhorar com aquela ajuda que você está dando. Não à toa muitos não darem mais esmola, quando não acreditam que o sujeito irá sair daquela condição penosa.

Um libertário poderá contestar essa relação automática entre cidadania e igualdade, ao dizer que cidadania significa maturidade e autossuficiência, de modo que nem todos estariam aptos a serem cidadãos, pois nem todos são iguais. Nessa lógica, entende-se que a um direito deve corresponder o poder e a capacidade de exercê-lo, de modo que não haveria sentido em dar cidadania a um cachorro, por exemplo, pois o animal não será capaz de exercer direitos e deveres dentro da sociedade, além de não ser um humano. Agora, a discussão será bem mais complicada quando tratarmos dos índios no Brasil. Mais à frente retomaremos esse ponto, ao tratarmos da cidadania no Brasil.



Kant e a cidadania cosmopolita

Emmanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo alemão da cidade de Koenigsberg, lugar no qual passou toda a sua vida. Homem austero, regular em suas atividades, trabalhou como preceptor em muitas famílias nobres. Viveu solteiro, mantendo vida regular e metódica. Permanece na história mundial como um dos maiores nomes do Iluminismo.

Kant tem uma ideia de lei cosmopolita, em que o indivíduo possui direitos por sua condição natural de ser humano, independente do Estado. Trata-se de uma concepção mais ampliada da relação entre indivíduo e Estado. Com essa ideia de direitos cosmopolitas, Kant procurou apresentar um novo tipo de relação

entre o Estado e os estrangeiros, garantindo as condições para uma hospitalidade universal. Sua ideia não está baseada em uma filantropia, mas em um direito universal. Significa que ser bem tratado em território estrangeiro é um direito seu, como indivíduo, e não um favor que o Estado está concedendo ao estrangeiro. Contudo, Kant rejeita a ideia de um estado mundial; no lugar disso, ele pensa na ideia moderna do princípio da não intervenção, e propôs o estabelecimento de um mundo cosmopolita ordenado por um congresso central de estados livres, tratando de maneira cooperativa para uma regulação sem constituir princípios, que já estariam dados por sua filosofia.

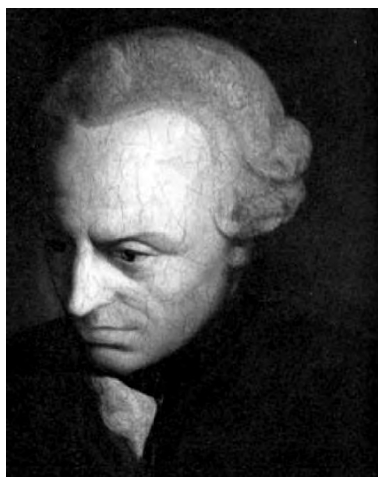


Figura 3.9: Emmanuel Kant.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/43/Immanuel_Kant_%28painted_portrait%29.jpg

Atividade 2

Atende aos Objetivos 3 e 4

Matéria do portal G1, Cinema, 03/01/2013:

Putin dá cidadania russa ao ator Gérard Depardieu

Decreto foi anunciado pelo Kremlin.

Ator protesta contra a alta de impostos sobre os ricos na França.

Ator é francês de nascimento, mas saiu do país, renunciando à cidadania, por não querer pagar tantos impostos

Fonte: <http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2013/01/putin-da-cidadania-russa-ao-ator-gerard-depardieu.html>

Matéria da revista eletrônica *Omelete*, do portal UOL

Superman | Homem de Aço renuncia à sua cidadania estadunidense

Para David Goyer, governos limitam o super-herói

Em sua história, Goyer mostra o Superman defendendo o povo nas ruas de Teerã das forças opressoras do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinajad. E também renunciando à sua cidadania estadunidense, para não ter que submeter suas ações aos desígnios dos Estados Unidos ou da ONU. Na HQ, o herói alega que os governos o limitam e que o mundo é pequeno demais - e conectado demais - para depender desses conceitos.

Acesse o link: <http://omelete.uol.com.br/quadrinhos/superman-homem-de-aco-renuncia-sua-cidadania-estadunidense/> e você poderá ver a figura em que aparece um diálogo entre o Super-Homem e uma personagem (provavelmente um agente do serviço secreto norte-americano). A tradução do diálogo é a seguinte:

(1) Super-Homem: “[...] por isso que eu pretendia falar antes das Nações Unidas amanhã e informar a todos que eu estou renunciando à minha cidadania norte-americana”.

Outra personagem: “O quê?”.

Super-Homem: “Eu estou cansado e ver minhas ações construídas como instrumentos da política americana”, “‘Verdade, Justiça e estilo americano de viver’... já não são mais suficientes”.

(2) Super-Homem: “O mundo é muito pequeno, muito conectado”.

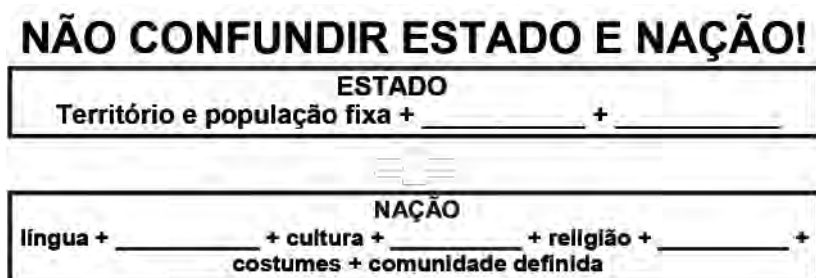


Figura 3.10: Estado e nação.

a) Segundo a matéria do portal G1, você acha que o famoso ator francês Gérard Depardieu foi individualista ao trocar de nacionalidade? De qual qualidade do conceito de individualismo o ator lançou mão para trocar de cidadania?

b) A matéria da revista *Omelete* é parecida com a anterior, do portal G1. O Homem de Aço declarou oficialmente que não segue mais o modo de vida americano e que não quer mais ser um instrumento da política externa americana! Mas, nesse caso, há uma renúncia completa a qualquer tipo de cidadania nacional, certo?

c) Complete os espaços da **Figura 3.10** e explique a diferença entre Estado e Nação.

Resposta Comentada

a) Sim, ele foi individualista. Aqui não cabe fazer um juízo moral sobre o assunto. Pode-se refletir a respeito de uma possível crise contemporânea no que diz respeito à cidadania, ou seja, o ator multimilionário prefere gozar de sua individualidade, lançando mão de sua autonomia,

para trocar de país, a fim de não pagar tributos no seu país de origem. Depardieu percebeu que não valia mais a pena ser francês, o preço a pagar era alto demais. Certamente, o cálculo foi racional, sem considerar a fraternidade e a solidariedade para com os conterrâneos, em que o seu dinheiro poderia ajudar o Estado francês a melhorar a condição dos demais cidadãos.

b) Sim. Para fazer valer seus direitos e deveres no mundo, o Super-homem acredita que não vale mais a pena vincular-se a qualquer instituição, seja nacional ou internacional, muito provavelmente por entender que os valores globais sejam do homem, independente de governo ou de organismos internacionais. Ser um “cidadão global” (não significa aquele que trabalha na TV Globo, mas aquele que corresponde a todo o mundo) é compartilhar de valores supranacionais, tais como: direitos humanos, anti-imperialismo, garantia de todas as liberdades individuais. O propósito do “Homem de Aço” em salvar o mundo é tamanho, seu valor altruísta, que não cabe mais nos desígnios da promoção da cidadania americana, por isso quer tornar-se cidadão global. Mais de 2.400 anos atrás, Sócrates teria dito: “Eu não sou ateniense ou grego, mas cidadão do mundo.”

c) Estado é formado por território e população fixa + centro político estável + soberania. Por Nação, além dos componentes presentes no quadro, pode-se acrescentar a etnia, a descendência e a história comum de um povo. Nação tem um sentido maior que Estado; Nação compõe-se de mais atributos e não se restringe a poder político organizado. Em um Estado pode existir mais de uma nação, como o Brasil que contempla várias nações indígenas. No sentido bíblico, nação significa “comunidade religiosa”.

Conclusão

Liberalismo, individualismo e cidadania são conceitos que surgem na modernidade. As transformações políticas possibilitaram uma nova etapa para a relação entre o homem, a sociedade e suas instituições.

Para possibilitar um ser liberal, um ser individual e um ser cidadão, foi preciso dotar o homem de capacidade para exercer novos direitos e deveres. É fundamental entender o papel que o Estado vai assumindo, como mecanismo de concentração do poder político, das forças repressivas, do controle para a ordem social. Ainda que se possa considerar, como Kant o fez, que o direito do homem independe do Estado, haverá sempre uma necessidade de legitimação. Ninguém consegue chegar a um homem na rua e dizer: “Eu tenho direito de usar a sua camisa.” Para ser capaz desse direito, é preciso alguma força que o permita, uma cobertura, uma base legal e costumeira, um poder que garanta; portanto, é inerente a presença de organização política na construção dos direitos.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4



Figura 3.11: Polícia polonesa no controle de multidões.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Police_Poland_1_AB.jpg

Matéria do jornal *Gazeta do Povo* (Paraná) – 14/04/2012:

O coro da multidão – só protesto não basta

Autor: Rodrigo Deda

Mais uma rodada de protestos contra a corrupção deve acontecer no próximo sábado, 21 de abril, quando, no Dia de Tiradentes, manifestantes organizam o “Dia do Basta” em 42 cidades do país. Em Curitiba, a manifestação está marcada para as 10 h, na Boca Maldita. Entre os objetivos do movimento, estão o fim do foro privilegiado e a caracterização da corrupção como crime hediondo. Mesmo supondo que dezenas de milhares de cidadãos em todo o país estejam dispostos a sair de suas casas para participar dos protestos, por mais alto que o coro de manifestantes eleve sua voz, o evento não será mais que um recado para surdos.

Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/colunistas/conteudo.phtml?id=1244628>

1. No final do século XIX, houve um crescente interesse pela igualdade como princípio de justiça social e uma consciência de que não bastava a formalidade do direito; requeria-se a sua substancialidade. Vários protestos da sociedade procuram reivindicar direitos ou substanciá-los, isto é, torná-los efetivos. Além do conceito de igualdade, qual outra noção política liga-se à presença da população na reivindicação de direitos?

2. O direito de protestar faz parte das liberdades civis do cidadão. Você acha que a polícia é legítima para coibir violentamente protestos sociais, quando aquilo que fundamenta a própria entidade política (e que sustenta a polícia) é o próprio povo?

3. Rousseau declarava que o homem apresenta-se, ao mesmo tempo, de três formas diferentes no governo civil; como:

- povo – enquanto membro da coletividade;
- cidadão – enquanto partícipe da autoridade soberana;
- súdito – enquanto submetido às leis do Estado.

Há poucos anos, o cientista político brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos publicou o livro *Paradoxo de Rousseau*, explicando como aquilo que cada cidadão deseja na condição de soberano:

impostos para financiar a produção de bens públicos, redistribuição de renda para minimizar desigualdades, etc.; esse mesmo cidadão repudia, como súdito: deseja pagar o mínimo de impostos, desaprova egoisticamente ver sua renda diminuída em benefício de quem quer que seja, pretende isenções tributárias, etc.

Comente sobre a formulação teórica de Wanderley Guilherme dos Santos.

Resposta Comentada

1. A participação. Cidadania é participar da coisa pública, especialmente na noção republicana do termo, em que a cidadania acontece nos espaços comuns, no exercício da soberania popular e na própria participação das decisões políticas.
2. Pela lógica rousseauiana, se for uma minoria, a polícia tem legitimidade. Rousseau concorda com uma ditadura da maioria. Contudo, se se tratar de um número considerável, pode ser a maioria, então ela é soberana. Ainda assim, no desenvolvimento ao longo do tempo da cidadania, direitos mais amplos foram incorporados ao homem, acima daquilo que Rousseau previa; portanto, na sociedade moderna, são legítimas as formas de protesto sem que possam ser reprimidas, por encontrarem respaldo nos direitos civis e políticos, enquanto liberdade de expressão, de participação nas decisões políticas, de opinião, de ir e vir, até o limite em que não incida sobre o direito dos demais cidadãos.
3. Wanderley Guilherme evidencia uma contradição na teoria, que se comprova na prática, conforme as pesquisas de opinião publicadas nos jornais. O público quer mais escolas gratuitas e de qualidade, mas critica a

cobrança de impostos. Essa contradição pode estar relacionada ao hábito de o cidadão encontrar-se em muitas ocasiões atraído pelos benefícios estatais, mas acaba não se dando conta de como a instituição tem um custo bastante alto. Toda a máquina estatal é cara: pagamento de servidores públicos, manutenção de prédios, etc. Dentro dessa confusão, há algo que mostra a precisão de Rousseau: o consentimento é do povo. Se o Estado existe, ainda quando domina um povo extorquindo-o com altas taxas tributárias e baixos salários, é porque o povo consente, é cúmplice.

Resumo

- Liberalismo é a atividade política e filosófica em prol da liberdade individual nas suas dimensões econômica, política, religiosa e intelectual. Entre outros autores, um dos principais formuladores foi John Locke.
- O liberalismo pode ser tratado em três pilares: os direitos humanos, o constitucionalismo e a economia clássica.
- Nem todo liberalismo econômico é liberalismo político, mas, para existir liberdade política, é preciso que haja liberdade econômica.
- A liberdade moderna pressupõe um governo democrático e representativo, para que o homem esteja livre de qualquer opressão, a não ser os limites da lei.
- O liberalismo só foi possível a partir da existência do indivíduo. Mas nem toda concepção individualista foi feita para o liberalismo.
- O individualismo na construção da modernidade serviu para a ruptura dos laços tradicionais, pretendendo a defesa dos valores de liberdade de consciência e de autonomia moral.
- Cidadania é um complexo de atributos relativos ao cidadão. Significa pertencimento a uma nação, aquisição de direitos, responsabilidades civis e participação na sociedade.
- Há uma sequência temporal na história da conquista dos direitos;

eles não vieram de uma vez só. Para a história europeia, em especial a inglesa, conceitua-se que o século XVIII foi dos direitos civis; o XIX, dos políticos; o XX, dos sociais.

- Uma das fortes concepções da cidadania é sobre o aperfeiçoamento da vida humana, em que a aquisição de um direito incorpora-se ao próprio ser. Por exemplo, o direito ao trabalho foi um direito civil básico no setor econômico. Conforme o homem ia adquirindo esse direito, mais ele ia aperfeiçoando um *status*, tal como o *status* de trabalhador. *Status* é a condição daquele que tem direito.

Informação sobre a próxima aula

O tema da próxima aula é a repressão e o controle social na sociedade moderna. Estudaremos o conceito de burguesia e sociedade burguesa, assim como a contribuição de autores que contribuíram para a compreensão dos mecanismos de repressão do Estado moderno, tal como Michel Foucault.

Leituras recomendadas

CONSTANT, Benjamin. “Da liberdade dos antigos comparada à dos Modernos” (1819). Discurso proferido no Royal Athenée, em Paris, em 1819. O texto pode ser lido em: <http://es.scribd.com/doc/31823776/Benjamin-Constant-Da-liberdade-antiga-comparada-com-a-dos-Modernos>.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *O paradoxo de Rousseau – uma interpretação democrática da vontade geral*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2007.

Aula 4

Mecanismos de repressão e de controle da
emergente sociedade burguesa europeia

*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Meta

Identificar a burguesia como classe social revolucionária europeia e os instrumentos do Estado para controle e repressão social.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as transformações na política e na economia europeia nos séculos XVIII e XIX;
2. avaliar o surgimento da sociedade burguesa europeia e seu conceito;
3. discutir sobre o Estado moderno como centro organizador dos instrumentos de controle e repressão dos sujeitos;
4. definir socialização e controle social;
5. apresentar uma definição de biopoder.

Introdução

Nesta aula, identificaremos como ocorre o surgimento e desenvolvimento da classe promotora da sociedade moderna: a burguesia. Valores e ideais, como racionalismo, liberalismo, democracia, iluminismo, legalização, secularização, modernização, etc. foram fortemente impulsionados pelos burgueses ao longo dos últimos quatro séculos.

Ainda nessa exposição será possível perceber como o protagonismo da burguesia se encontra com o poder do Estado. A classe social que domina a cena política procura no poder estatal maneiras de assegurar seu poder, ao passo que as instituições governamentais são equipadas com mecanismos mais arrojados de controle.

Enquanto nas três aulas anteriores vimos que o poder do Estado era justificado legitimamente para assegurar a soberania sobre um território, nos séculos XIX e XX os instrumentos estatais servirão de modo bastante arrojado para o controle de homens sobre outros homens, do poder político sobre os indivíduos. Uma maneira mais crítica de interpretar esse fenômeno é pensar que isso existe para o controle da burguesia, através do Estado, sobre as demais classes sociais.

Refazendo o caminho da unidade política

Qualquer regime político busca uma estabilidade política. Para afirmar a ordem do poder estatal, a teoria de Thomas Hobbes apresentou o estado de natureza anterior ao pacto social como um ambiente de completo caos. Hobbes quis mostrar que, sem a ordem do soberano, a vida é um verdadeiro inferno.

A Reforma Protestante e o Renascimento provocaram um desequilíbrio na vida política, intelectual, cultural e social da Europa. Martinho Lutero, um dos principais nomes da Reforma Protestante na Alemanha, queria apenas reformar a Igreja, e não o mundo político. O insucesso de uma reforma interna da Igreja propiciou a aliança das recém-criadas igrejas protestantes com os nobres. Isso salvou o movimento protestante e fez vários reis desvincularem-se da Igreja Católica, pois podiam apresentar aos súditos uma religião independente do papa. O resultado desse pacto foi o surgimento de uma nova fórmula de sociedade política, desvinculada do poder espiritual da Igreja Católica e incorrendo em uma transformação na mentalidade da classe governante. É importante saber que a Reforma Protestante, como o próprio nome diz, não é uma revolução

propriamente dita, mas contém elementos revolucionários, ou seja, a promessa futura de uma ordem melhor que justifique as ações presentes.

A partir da quebra da unidade política vinculada à Igreja, a concentração de poder político nas mãos das monarquias absolutas dos países europeus foi ascendente. Diante do caos das guerras de religião que assolavam a Europa no século XVII, a teoria política absolutista anunciava o aparecimento de um soberano que concentrasse o poder.

Hobbes é um dos principais justificadores da teoria do absolutismo, da concentração do poder no Estado. Para isso, ele dissolveu o sentido religioso das guerras argumentando em torno da luta de todos contra todos, e a intenção foi a refundação do poder pelo Leviatã. No fundo, com a saída dos valores religiosos em disputa, o poder político adquire completa independência.

O absolutismo passa a se desgastar quando o rei absoluto já não é mais capaz de gerir o poder e quando outros grupos da sociedade passam a reivindicar sua participação direta no poder. As Revoluções Inglesa, de 1688, e Francesa, de 1789, são marcos da derrota do absolutismo monárquico nos principais países europeus da era moderna.

O advento da era moderna repercutiu em todos os âmbitos da vida social. Por exemplo, na Idade Média, a política era mera executora dos direitos, calcados em uma moral religiosa comum. Com a modernidade, cria-se uma nova moralidade, baseada na razão, e junto dela a ideia de legalidade. O certo e o errado perante a ordem estatal não se justificam por ser virtude cristã ou pecado. Passa a vigorar a régua da lei, independente do credo individual de cada um.

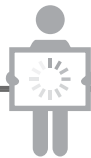
Dessa rápida rememoração a respeito do surgimento do Estado moderno e da política moderna, caber-nos-á o estudo das consequências sociais desse percurso. Como foi o surgimento de uma sociedade burguesa europeia depois das Revoluções? Como o Estado moderno logrou implantar uma nova ordem política? Como o Estado moderno foi o centro organizador dos instrumentos de controle e repressão dos sujeitos? Pois, enquanto era preciso fazer as pessoas viverem e trabalharem em novos padrões sociais e econômicos, uma sociabilidade teve que ser recriada. Surgiram instrumentos para o controle social dos indivíduos, tão sutis que superavam meios de dominação tradicional, e eram capazes de domesticar os corpos dos sujeitos. É desse conjunto de questões que iremos conduzir nossa aula.



Figura 4.1: Controle sobre os homens.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/361520>

Foi com violência que o Estado moderno surgiu, que a burguesia moderna ascendeu ao poder e que os indivíduos foram conduzidos à vida moderna.



Sugestão de filme: *Ivan, o terrível*

Direção de Sergei Eisenstein, Rússia, 1944, preto e branco, 188 min.

Filme épico-histórico sobre o czar (imperador) Ivan IV, da Rússia. Retrata o momento de modernização no século XVI. Ivan derrotou a sociedade conservadora e implantou o Estado moderno, e passa de Grande Príncipe de Moscou, para czar de todas as Rússias em 1547. Também ampliou significativamente o território e o poder, ao derrotar os tártaros muçulmanos. O país torna-se um império multiétnico e multiconfessional sob um só soberano, que consagra a Rússia como a Terceira Roma. O filme

surgiu em um momento-chave de ascensão da União Soviética contra a Alemanha nazista, em 1944, já no ocaso da II Guerra Mundial. Ivan representa o heroísmo revolucionário. Sua extrema violência e terror são apresentados como etapas necessárias para colocar a Rússia na era moderna.



Figura 4.2: Ivan IV, da Rússia (1530-1584).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Vasnetsov_loann_4.jpg

A burguesia, uma classe protagonista

ARISTOCRACIA E NOBREZA

Aristocracia é o grupo dos que detêm privilégios. Nesse sentido, tem como sinônimo: nobreza, classe nobre e fidalguia. Mas enquanto nobreza significa apenas a qualidade de quem é nobre, cujos valores são de polidez, boa educação, fineza, comedimento, etc., em outro sentido, a aristocracia refere-se à organização sociopolítica baseada em privilégios de uma classe social formada por nobres que detêm o monopólio do poder.

Burguesia é a camada social intermediária entre a **ARISTOCRACIA** e a **NOBREZA**, detentoras hereditárias do poder e da riqueza econômica, e o proletariado, composto de assalariados. Promotora das revoluções modernas, especialmente da Revolução Inglesa (1688) e Francesa (1789), a burguesia é a classe que passou a deter os meios de produção das mercadorias, concentrando amplo poder econômico e político.

A origem da palavra burguesia está na Idade Média, e designava a qualidade ou condição de burguês (“habitante livre”). O burgo era o lugar de concentração militar, para defesa da região, e passou a ser o lugar de concentração das trocas comerciais da sociedade feudal. Com o desenvolvimento dos burgos medievais e o influxo do comércio na socie-

dade feudal, a burguesia principia a gozar, com o seu enriquecimento, de crescente liberdade e poder, passando a dominar as outras classes, a partir da Revolução Francesa (1789).

O burguês figura como classe média enquanto executor de profissões liberais, ligado às esferas dirigentes e detentoras da economia. Com a Revolução Industrial, a burguesia passa a congregar várias camadas estratificadas, que se distinguem pela riqueza de que são detentoras e por suas relações mais ou menos diretas com os meios de produção. O burguês proprietário de uma grande indústria e detentor de altos recursos financeiros conquistará uma consideração social e participação no domínio econômico bem maior que o então burguês dono de uma barraca para vender frutas na feira.

A economia de mercado capitalista desenvolveu-se de modo único com a racionalidade da burguesia e a sua vontade em acumular riquezas. É no processo de industrialização que o burguês torna-se o moderno empresário capitalista.



Figura 4.3: M. Jourdain é o burguês fidalgo da peça de Molière.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Le-bourgeois-gentilhomme.jpg>

A figura do burguês existe desde a Idade Média. As composições de Molière dão conta disso. Molière (1622-1673) foi um dos maiores dramaturgos do teatro francês durante o século XV. Em uma de suas peças, *O burguês fidalgo*, Molière satiriza as tentativas de ascensão social da personalidade burguesa, ridicularizando tanto a classe média vulgar (burguesia) quanto a esnobe e vaidosa aristocracia. Era um momento em que os valores sociais gerais eram nobres, e a burguesia buscava seu espaço, primeiramente em uma tentativa tosca de imitar os nobres.

Burguesia, classe revolucionária

A burguesia constituiu-se como classe revolucionária, destronando reis e substituindo a aristocracia no poder dos Estados. Foi ainda a principal interessada nas Revoluções Inglesa e Francesa, cuja consequência foi a inversão de estruturas sociais, econômicas, religiosas e políticas.

Segundo Karl Marx (1818-1883), a burguesia moderna é o produto de um longo processo que se desenvolveu em uma série de revoluções nos modos de produção e de troca. A cada transformação econômica, um processo político foi correspondente. A burguesia desempenhou um papel revolucionário na história, atuou em prol da superação da sociedade tradicional. Valores antigos, como do tradicionalismo familiar, foram superados pela ação da burguesia. Nesse movimento, a classe ainda foi capaz de colocar todos os demais sujeitos ao seu mecanismo de funcionamento econômico, transformando em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência. Todos passaram a girar em torno dos desígnios da sociedade burguesa. Nesse processo, a burguesia lançou mão de mecanismos legais e repressivos.



Karl Marx

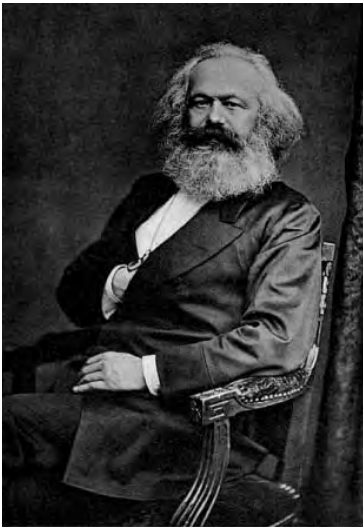


Figura 4.4: Karl Marx (1818-1883).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Marx7.jpg>

Marx foi um pensador social que desenvolveu o socialismo científico. Estudou profundamente o capitalismo e seu principal agente, a burguesia. Para ele, o conflito de classes é o motor da história, e as contradições entre empresários e trabalhadores criam condições para a superação da estrutura social estabelecida. Segundo Marx, a história é feita de etapas, assim como na Idade Média foi o feudalismo a principal base econômica, o capitalismo superou o modelo anterior e, nessa sequência, a etapa seguinte seria a do socialismo.

A Revolução Industrial

A Revolução Industrial foi o processo de transição para a nova manufatura que ocorreu no período de 1760 até por volta de 1840. Essa transformação contou com inovações tecnológicas, novos métodos de produção, implantação de máquinas a vapor e o desenvolvimento de ferramentas industriais. O principal berço da Revolução Industrial foi a Inglaterra. O historiador inglês Eric Hobsbawn (1917-2012) comenta, no livro *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*, a respeito das diversas condições que propiciaram a Revolução Industrial na Inglaterra a partir do século XVIII, cujo fator mais singular foi a concentração da população em um espaço urbano – proporcionando mão de obra disponível e barata e um público consumidor em potencial.

DESCOBERTAS

Significa a chegada, a conquista e a exploração de território oficialmente desconhecido ou ignorado. No século XV, países como Espanha e Portugal inauguraram esse movimento expansionista em busca de ouro e prata, matéria-prima, especiarias e alimentos. Inglaterra, Holanda e França também entraram nesse movimento europeu das Descobertas.

Em um contexto mais amplo, as **DESCOBERTAS** e a expansão marítima europeia possibilitaram o acesso à maior riqueza por parte do Estado, variedade de matérias-primas às indústrias e o escoamento da produção nas colônias. Um produto feito na Inglaterra em 1760, por exemplo, podia ser vendido no próprio país, na colônia dos Estados Unidos, no Canadá, na África do Sul, na Austrália, na Índia e em qualquer das possessões do Império Britânico, ou ainda nas demais partes do mundo, conforme os acordos entre os países.



Figura 4.5: *Ferro e carvão (1855-1860).*

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:William_Bell_Scott_-_Iron_and_Coal.jpg

Tela de William Bell Scott, mostrando homens e crianças trabalhando em uma indústria. A massa trabalhadora e o mercado interno consumidor foram formados pela concentração da população nas cidades, a partir da saída das pessoas do campo e de um aumento populacional acima do normal nas cidades, gerando mão de obra disponível e barata. A Inglaterra contava com 8 milhões de habitantes em 1750; cem anos depois, em 1850, passou para 21 milhões e, no ano de 1900, atingiu 30 milhões.

Atividade 1

Atende aos Objetivos 1 e 2

As manufaturas inglesas requeriam baixos custos, sobretudo a respeito da mão de obra. O banqueiro inglês Rothschild chegou a dizer: “Há três maneiras de se perder dinheiro: mulheres, jogos e construções fabris. As duas primeiras são mais agradáveis, mas a última é seguramente a mais garantida.” Portanto, para estabelecer-se, a manufatura contou com forte incremento político para algo fundamental: transformar os homens em consumidores.

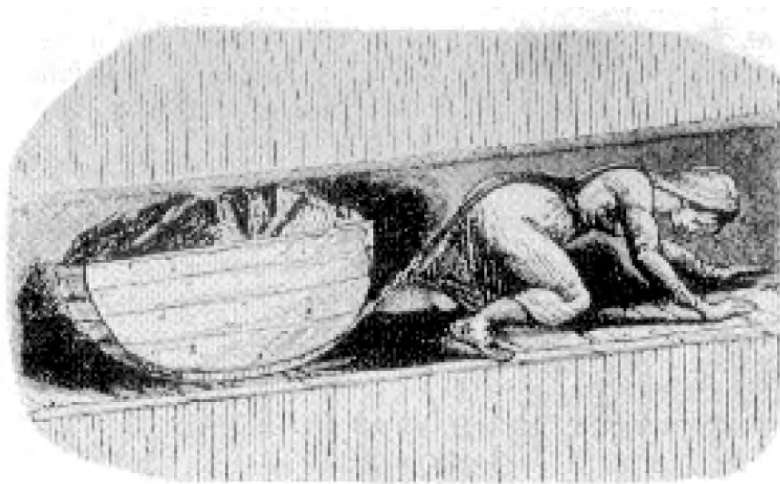


Figura 4.6: Mulher trabalhando em mina de carvão.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Coaltub.png>

a) Pode-se igualar consumo e cidadania? Um consumidor é igual a um cidadão? Estabeleça essa diferença.

b) Diante da frase do banqueiro Rothschild sobre as manufaturas, você saberia explicar um fator que determinou a superação do modelo industrial capitalista?

Resposta Comentada

a) Como vimos na aula anterior, cidadania é a capacidade de adquirir direitos. Consumo é a capacidade de adquirir produtos. Direito não é um produto, pois em geral existe independentemente da capacidade financeira da pessoa, como um patrimônio que se incorpora à pessoa. O próprio consumo está dentro do direito do cidadão em adquirir bens, mas a cidadania não é um artigo que se compra em uma loja.

A burguesia, ao longo da Revolução Industrial, percebeu que era preciso mudar os hábitos da sociedade, a fim de criar o consumidor mais do que o cidadão. Essas são noções que erroneamente são confundidas: o consumidor e o cidadão. É certo que foi considerável o movimento da sociedade burguesa para que houvesse melhoria na condição das classes subalternas (trabalhadores), mas em muitos casos isso se relacionava com a tentativa de tornar as pessoas aptas a consumir.

b) Conforme as lições do historiador Hobsbawm, um fator fundamental para o sucesso da indústria foi ter conseguido superar o dilema entre baixo custo de mão de obra e mercado consumidor. Para que exista muito produto disponível, é preciso consumidor, demanda. A burguesia contou com a intervenção estatal, tanto para proporcionar matéria-prima a partir das colônias como na aprovação de leis e na não intervenção nas relações entre industriais e trabalhadores. Isso aconteceu mesmo quando era evidente que a Revolução Industrial era um processo violento. Em muitos casos, as pessoas eram forçadas a trabalhar em regimes duríssimos, longas horas (no mínimo, dez horas diárias), castigos, punições severas e péssimas condições de vida.

Além da contribuição do aparato estatal, a superação da indústria contou com o aperfeiçoamento tecnológico. Quando, no século XX, Henry Ford inaugura a etapa norte-americana da Revolução Industrial, pas-

sando a produzir em linha de montagem os automóveis Ford-T, o industrial logrou produzir também o que não existia nos Estados Unidos: um número enorme de compradores. Com a inovação tecnológica, os custos se reduziram significativamente.

Como surgiu a sociedade burguesa europeia?

A vida social moderna passou a ser condicionada pelos hábitos burgueses. Por isso, desde o **ILUMINISMO**, e fortemente no século XIX, com a consolidação da Revolução Industrial, a sociedade passa a ser burguesa. Hábitos culturais, intelectuais e sociais vigoram conforme os padrões da classe burguesa dominante na Europa.

Os demais entes existem na relação com a burguesia. A ideologia proletária é assim: só existe o proletário na indústria; na existência do burguês, trata-se de uma condição obrigatória. Assim como você não pode duvidar da sua própria sombra, ela só existe porque você existe.

O fim do conflito da classe burguesa com os valores tradicionais representou a unificação do mundo ocidental segundo os valores burgueses. Toda a cultura mundial, na medida em que o capitalismo expandiu-se internacionalmente, passou a girar em torno de questões econômicas, seja nos quesitos morais, comportamentais, sociais ou políticos. Por isso, hoje, podemos dizer que nosso raciocínio é completamente burguês; salvo em raras exceções e momentos, em geral atrela-se tudo a um pensamento econômico (relação de ganhos futuros e presentes) e economiza-se tudo. Foi fundamental ao Estado moderno e à sociedade burguesa alijarem a religião da política, o que significou a recusa da interferência de qualquer ordem não terrestre, não material, não econômica.

ILUMINISMO

Movimento intelectual do século XVIII, caracterizado pela centralidade da ciência e da racionalidade crítica no questionamento filosófico, o que implica recusa a todas as formas de dogmatismo, especialmente o das doutrinas políticas e religiosas tradicionais.

A legitimidade do poder do Estado moderno

Nosso estudo procurou entender como um poder central foi criado em substituição ao temor a um Deus central. O Estado moderno se fez contra a Igreja Católica. Os anjos das nações são demônios, segundo a Bíblia. Mas a discussão não é apenas teológica; relaciona-se com a noção de poder, de um querer mandar nos demais.

A ambição de poder surge com a concepção de uma sociedade inteira; a sociedade feudal dividida não possibilitava que o senhor feudal tivesse uma paixão de mando maior que o espaço de suas terras, tampouco o homem das cavernas pretenderia mandar nos seus semelhantes. Foi com a sociedade moderna que se pensou na ocupação de todos os espaços do poder. Não há mais espaço vazio; em todos os lugares e relações, há alguém que manda: pessoa, associação ou governo.

A vontade de poder político do Estado pressupôs uma compreensão ampla do ambiente, daí o fim da sociedade feudal com centenas de regimes de terras diferentes ter sido fundamental. Em um exemplo mais próximo, imagine uma favela ou comunidade dominada pelo tráfico: quantos traficantes desejam estar acima dos outros e mandar nos demais? Poucos. E aquele que pensa nisso não é um idiota, mas um sujeito tentado a mandar porque compreende que possui uma noção sobre toda aquela comunidade. A maioria não tem essa ideia.

Ressalta-se que o Estado é a organização social mais importante da sociedade moderna. É uma associação política dominante e reivindica com legitimidade o monopólio da força física. O Estado não tem um fim exclusivo, trata-se de um instrumento de dominação. Os fins estatais estão sempre em disputa. Assim como as empresas, o Estado persegue fins estipulados.

Só há poder, há legitimidade, que está ligada à modernidade. Com o fim da vinculação religiosa, foi preciso buscar um fundamento para o poder, a partir do qual todos acatassem e respeitassem. Para entender como o Estado moderno se relacionou com a sociedade, recorreremos ao estudo da legitimidade de um ente público. Em outras palavras, é o estudo de como alguém aceita ser dominado, de como é possível encontrar obediência em um determinado mando. O sociólogo alemão Max Weber explica três tipos puros de dominação legítima:

- Burocrática legal – funda-se na razão, advém de ordens impessoais. A dominação legal funciona pelas leis (mas nem toda lei adquire grau de legitimidade), a ordem social moderna tende a essa prática de dominação.
- Tradicional – tem como base as crenças tradicionais, proporciona maior estabilidade, organização hierárquica. Surge da longa rotina, aquilo que foi assim e continuará sendo; pode inclusive ser irracional.
- Carismática – legitimidade extraordinária a partir de uma relação pessoalizada.

Atividade 2

Atende aos Objetivos 2 e 3



Figura 4.7: Propaganda do *American way of life*.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:American_way_of_life.jpg

a) O que significa o advento da sociedade burguesa?

b) Por que o Estado moderno encontrou na dominação burocrático-legal a melhor forma para encontrar a obediência dos cidadãos?

c) Sobre os três tipos puros de dominação tratados por Max Weber, você saberia mencionar uma instituição que até hoje procura legitimar-se via dominação tradicional?

Resposta Comentada

a) Quando falamos em advento da sociedade burguesa europeia, significa que o padrão de vida burguês passa a ser predominante e dita o modo de pensar do resto da sociedade.

Aquele que está no topo passa os valores. E os valores da sociedade sempre serão os da classe dominante, segundo Karl Marx. Isso se reflete no padrão de vida das pessoas, como certas propagandas são incorporadas, certas referências sociais. Desse modo, por exemplo, foi difundido o *American way of life*, o jeito americano de viver, que procurava repassar a imagem do sucesso americano capitalista, através do consumo e da liberdade, contra o mundo soviético socialista.

b) Vimos que o Estado se formou a partir da guerra, do controle da força e do capital. A consolidação do poder estatal contou com a organização de um corpo de funcionários treinados a exercer as funções civis; a esse corpo dá-se o nome de burocracia.

No mais das vezes, o Estado procurou um meio de aceitação acima da força. Em um primeiro momento, a forma de legitimidade tradicional não podia ser utilizada, por o Estado moderno ainda ser um fenômeno recente. A legitimidade carismática é muito esporádica e requer uma contínua recuperação daqueles atributos que são responsáveis pela obediência dos demais agentes. Desse modo, o melhor mecanismo de legitimidade que o Estado desenvolveu foi a burocracia legal. A racionalidade foi fruto do pensamento iluminista encampado pela classe burguesa, e tanto os mecanismos materiais quanto simbólicos (inclusive a legislação) tornaram-se aliados da dominação burocrático-legal.

c) O melhor exemplo para ser mencionado é a Igreja Católica, pois procura, na tradição, uma forma de se apresentar como legítima detentora da palavra de Deus, mostrando que essa é uma crença reiterada e corroborada com provas racionais, em que o fundo último da legitimidade da Igreja é a tradição.



Socialização e controle social

Socialização é o processo através do qual os indivíduos passam a adotar os valores e padrões de comportamento do seu entorno social. Esses processos se iniciam na infância e prosseguem ao longo da vida, através de mecanismos formais e informais de aprendizagem social, e a sua maior ou menor eficácia varia de acordo com uma série de fatores individuais e sociais. O estudo dos mecanismos de socialização relaciona-se com o debate mais

amplo nas ciências sociais sobre a natureza da ordem social e sobre os mecanismos de poder utilizados para garantir a adequação dos comportamentos humanos aos costumes, regras e normas institucionalizadas (AZEVEDO, Rodrigo G. Socialização e controle social. In: *Curso de sociologia política*, 2011, p. 102).

Para Émile Durkheim (1858-1917), um dos pais da sociologia moderna, a socialização assumia uma importância considerável, por ser responsável pela transmissão das normas e valores da sociedade às gerações seguintes. A sociologia surge preocupada com o fenômeno da socialização. A abordagem de Durkheim é funcionalista, segundo a qual os mecanismos de socialização assumem uma função integradora, responsável pela manutenção da ordem social. Como se um sociólogo fosse um médico da sociedade pronto para diagnosticar problemas, doenças e irregularidades. O estado saudável é sempre a harmonia entre instituições (governos, associações, igreja, escola, etc.) e os indivíduos, ou seja, uma sociabilidade perfeita.

Controle social... encontra-se, por exemplo, na teoria do Estado de Hobbes, entendido como a limitação do agir individual na sociedade. Embora já estivesse presente, portanto, desde os primórdios do pensamento social moderno, o tema do controle social adquire lugar de destaque na teoria sociológica dentro da perspectiva do estrutural-funcionalismo (AZEVEDO, Rodrigo G. Socialização e controle social. In: *Curso de sociologia jurídica*, 2010, p. 107).

Controle social refere-se aos meios utilizados pela sociedade para enquadrar seus membros desviantes. Em qualquer grupo de pessoas há controle social, pois em algum momento será necessário agir para manter o grupo unido. Ocorre que os métodos de controle social podem variar de acordo com a finalidade e o caráter do grupo em questão, podem variar de recomendações para que alguém não deixe de cumprir uma regra, até a eliminação de um membro – na prática: o controle pode variar de um simples aviso para que a pessoa atravessasse a rua na faixa de segurança ou até a prisão, caso alguém seja condenado por um crime de homicídio.

O meio supremo e mais antigo de controle social é a violência física. Percebemos como isso existe cotidianamente entre as crianças. Do mesmo modo, nas mais polidas sociedades democráticas, o argumento final é a violência.

A ordem política do mesmo modo tem como alicerce a violência. Não há Estado sem força policial ou o equivalente armado para instituir esse elemento último. O ideal é que esse instrumento não precise ser utilizado com frequência. Assim como a sociedade reconhece o direito pe-

nal e sua função, e pede sua aplicação eficaz nos momentos necessários, por outro lado, teme que a excessiva penalização da sociedade exagere com o uso do controle social e restrinja a liberdade dos cidadãos.

O controle social também pode ser compreendido como uma forma de poder, junto do controle legal e político, ou ainda das pressões econômicas. Meios em que os homens são coagidos a agir da maneira mais conveniente à sociedade da qual fazem parte. Por exemplo, se alguém deve um dinheiro a outrem, o não pagamento provoca uma pressão do credor, que tem instrumentos legais para intimidar o devedor, inclusive para chegar ao ponto em que uma força policial seja mandada judicialmente para apreender bens do devedor em nome do pagamento da dívida. Observa-se, desse modo, que a violência pode ser oficial e legalmente utilizada como controle social.

O conceito de controle social é um dos mais importantes na Sociologia. De modo geral existe para promover o reequilíbrio da sociedade dentro de uma mesma estrutura, para evitar desequilíbrios e danos aos membros dessa sociedade. Depois de Durkheim e demais sociólogos ao longo do século XIX e XX, quem retomou o conceito de controle social foi outro francês, Michel Foucault, que nos anos 1960 reinterpretou o conceito segundo novas teorias do conflito, mostrando que a sociedade é vista como um campo de forças conflitantes em que se enfrentam diferentes estratégias de poder. Controle social é conceituado por Foucault como uma estratégia para naturalizar e normalizar uma determinada ordem social. É uma ação exercida pelas forças sociais dominantes, especialmente o Estado, através do seu aparato: polícia, justiça, escola, órgãos fiscalizadores, etc. A atuação ocorre em níveis distintos: ativo ou preventivo, mediante processo de socialização; e o reativo ou estrito, quando os mecanismos de controle atuam para coibir as formas de comportamento não desejado ou desviado. De um lado, o controle social age a partir da lei, regulando o que os indivíduos devem ou não fazer, em geral sob o convencimento racional dos indivíduos de que o melhor a fazer é seguir a norma. Por outro lado, quando o indivíduo não se sociabiliza com as normas racionais do Estado, aparecem os mecanismos de repressão. E é nesse campo que a segurança pública costuma atuar.



Figura 4.8: Émile Durkheim (1858-1917).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Emile_Durkheim.jpg

Durkheim é francês. Considerado um dos pais da moderna ciência social, a Sociologia. Boa parte de seus trabalhos sobre a sociedade tratam do tema da integridade e coerência da vida humana na sociedade moderna em uma época em que a sociedade tradicional e religiosa não mais assumia seu papel central e novas instituições estavam em formação. Seu primeiro trabalho foi o livro *A divisão do trabalho social* (1893); em 1895, ele publica *As regras do método sociológico* – a fim de criar a ciência da sociedade (Sociologia), sendo o primeiro a criar um departamento de Sociologia em uma universidade europeia.



Figura 4.9: Michel Foucault (1926-1984).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Michel_Foucault_Dibujo.jpg

Michel Foucault foi um sociólogo francês, autor de obras que muito contribuíram ao movimento antipsiquiátrico e antipedagógico. Seu principal trabalho é o livro *História da loucura na Idade Clássica* (1961). No Brasil, uma de suas obras de maior sucesso foi *Vigiar e punir*, de 1975. O livro inclusive aparece como tema de debate no curso de Direito, no filme *Tropa de elite I*, mostrando sua relevância para a segurança pública, o sistema prisional e o direito penal como um todo.

Os trabalhos sociológicos de Foucault nos levam diretamente ao aparato interno do sistema penal, focando as tecnologias do poder penal e seu modo de operação. Seus estudos analisam com detalhes os princípios do controle e da disciplina que são descritos nas instituições penais modernas e no que consta nas racionalidades penais pelas quais o sistema opera. Foucault é um autor crítico das formas de poder e racionalidade que estruturam o mundo moderno, desmistificando a ideia de que a modernidade com o Iluminismo, os paradigmas da razão, da liberdade, da ciência, da justiça e da democracia não trariam consigo efeitos repressivos justamente através da razão.

Na interpretação de Foucault, a punição legal não se restringe às tentativas de “fazer justiça”, de reparação de danos ou reintegração do indivíduo à sociedade; funcionam ainda como táticas políticas.

Da sociedade disciplinadora à sociedade do controle

Michel Foucault também explica que a evolução dos mecanismos de repressão e controle social acontece na passagem de uma sociedade disciplinadora para uma sociedade de controle. No século XIX, Marx já havia identificado o sistema penal como um aparato do poder e do controle do Estado e, como reconhecimento de leis criminais e das instituições penais, usualmente encapsula valores morais.

Quando o comando social se constrói através de uma rede difusa de dispositivos e aparatos que produzem e regulam costumes, hábitos e práticas produtivas, Foucault caracteriza isso como a sociedade de controle. A sociedade disciplinadora age na reiteração das regras através dos mecanismos de socialização, pelo uso das instituições públicas, e o controle social, inclusive o coercitivo.

As transformações no uso dos mecanismos de repressão servem para assegurar a obediência às regras e aos instrumentos de inclusão ou exclusão dos indivíduos. O lugar onde esses mecanismos funcionam são as instituições disciplinadoras da sociedade (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola, etc.), que estruturam o terreno social e apresentam lógicas adequadas à razão da disciplina.

Em seu importante livro, *Vigiar e punir*, Foucault explica o aperfeiçoamento da repressão como um mecanismo do poder estatal. Ao narrar uma história das instituições penitenciárias, o autor explica como o surgimento de um **BIOPODER** acontece no aspecto prisional. O objetivo do livro foi contar a história da alma moderna e de um poder de julgar, em um percurso que explica onde reside o apoio para o poder de punir, como o poder justifica as regras e mascara seus efeitos.

O sistema punitivo é como uma arte complexa que obedece a regras especializadas e reforça o princípio do segredo. Há uma relação com a especialidade do próprio Estado como órgão julgador, como parte do processo de estabelecimento dessa entidade enquanto ente coercitivo da sociedade. As exigências da prova jurídica nos processos passam de um modo de controle interno do poder absoluto para um uso geral em todos os processos contra qualquer cidadão.

A sociedade de controle é aquela em que os mecanismos de comando se tornam ainda mais democráticos, mais impessoais dentro da esfera social; contudo, mais poderosos, por serem interiorizados. Isso leva às discussões contemporâneas quanto à presença de câmeras de vigilância em todos os espaços, implantação de identificação por meio de *chips* eletrônicos introjetados ao corpo da pessoa e toda a publicidade da vida pessoal por meio da internet. A sociedade de controle ainda pode ser caracterizada pela intensificação e generalização dos aparatos normalizadores das disciplinas.

BIOPODER

É um conceito criado por Foucault, que explica a forma de regular a vida íntima de cada pessoa a partir do seu interior. Como se houvesse uma perseguição ao sujeito, sem que ele soubesse. Foucault explica que a vida se tornou objeto de poder. Esse poder está em geral concentrado nas mãos das instituições públicas. O mando não é apenas sobre o corpo; atinge o pensamento, sancionando ou punindo comportamentos aceitos como normais ou desviantes. Ao reconhecer que a vigilância aparece como elemento central do controle na sociedade moderna, Foucault percebe que a biorregulação exercida pelo Estado significa um controle implícito sobre os corpos dos indivíduos, sem autorização, mas feita a partir de instrumentos racionais do Estado. Os instrumentos de disciplina e regulação da sociedade são utilizados pelo Estado como poderes que se sobressaem. O mecanismo disciplinar funciona a partir do aperfeiçoamento de valores nas instituições sociais, como as escolas com o ensino orientado conforme regras delimitadas por um ministério. O mecanismo regulador aparece, por exemplo, sobre as regras de higiene, sobre o controle medical do Estado sobre a sociedade e os indivíduos – elementos que, apesar da face benéfica, muitas vezes (ou na maioria das vezes) carrega fortes traços de restrição da liberdade dos indivíduos e formas bastante afinadas de controle.



Figura 4.10: Câmera de vigilância.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/662944>

As câmeras de vigilância estão em todas as partes; um exemplo do exercício do biopoder.

Atividade 3

Atende aos Objetivos 4 e 5

Leia as frases a seguir e responda:

“O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade” (FOUCAULT, 1997, p. 76).

“Essa racionalidade ‘econômica’ é que deve medir a pena e prescrever as técnicas ajustadas. ‘Humanidade’ é o nome respeitoso dado a essa economia e a seus cálculos minuciosos” (FOUCAULT, 1997, p. 77).

- a) Tente explicar a primeira frase, utilizando os conceitos de socialização e controle social.

b) A evolução da sociedade repressiva, de disciplinadora à controladora, é explicada pelo conceito de biopoder, segundo Michel Foucault. Explique tal conceito e diga qual é a forma científica que está contida na ideia da frase, a mesma que percorreu todo o processo de construção da sociedade burguesa e tem um domínio nas mentes modernas.

Resposta Comentada

a) Socialização é o processo pelo qual, ao longo da vida, a pessoa aprende e interioriza os elementos e regras do seu meio, da sua sociedade. Controle social é o conjunto das sanções positivas e negativas a que um organismo de organização do poder social recorre para manter a conformidade das condutas aos limites considerados aceitáveis. A retórica democratizante de que a sociedade é um bem de todos procurou apresentar o uso dos mecanismos de controle para o bem público. Foucault quis dizer que a punição deixa de ser um direito exclusivo do soberano diante dos seus súditos, para ser algo público, do Estado-nação. Vimos que, na teoria rousseauiana, todos se tornam soberanos, logo todos são governantes e governados ao mesmo tempo; assim, na teoria democrática, não há apenas um soberano, mas o Estado democrático (que teoricamente é de todos) torna-se o soberano. A ironia de Foucault quanto ao tema é que, na realidade, o Estado jamais é de todos, mas funciona como um instrumento em disputa em torno dos grupos que melhor conseguirem exercer seu poder dentro dele.

b) Biopoder é a passagem do sistema jurídico da lei para o sistema regularizador da norma e com, o poder multiplicado em nome da defesa da vida, o Estado utiliza-se de órgãos complexos de organização e coordenação dos indivíduos, como os hospitais, as escolas, os centros sociais, os centros culturais, etc., que acabam exercendo um controle disciplinador aparentemente invisível sobre os indivíduos. Biopoder envolve ainda discursos de verdade sobre o caráter vital dos seres humanos, bem como um conjunto de autoridades ditas competentes para exercer o controle da sociedade – como a vigilância sanitária e órgãos públicos de saúde. Formulam-se ainda a partir do biopoder estratégias de intervenção na existência coletiva em nome da proteção à vida e da saúde, além de fazer com que as pessoas atuem e reproduzam um discurso em nome da vida ou da saúde individual ou coletiva, mas que tem o efeito perverso do maior controle sobre a liberdade individual.

A ideia contida na frase e que percorreu a construção da sociedade moderna é a racionalidade econômica, tendo dominado os espaços de pensamento, agindo sobre todas as esferas, inclusive jurídicas, como explicou Foucault na frase.

Conclusão

A questão do poder ronda a ciência política: como o poder é adquirido, conservado, perdido, exercido, defendido e autocontrolável. A máxima concentração do poder estatal ocorre com o monopólio do poder coercitivo, e estende-se ao poder ideológico, através da aliança entre Estado e igrejas, partidos e instituições. E se o poder do Estado surgiu para a paz, ao quebrar a ordem tradicional, que estava imersa em um ambiente de paz e ordem medieval, como recolocar a harmônica aliança entre homens e poder público? Paz significa o amor às mesmas coisas; portanto, como o Estado unificou os homens?

A burguesia foi bem-sucedida ao promover revoluções que transformaram a sociedade e foram capazes de mudar a estrutura de poder. Com o vigor da sociedade burguesa, os valores iluministas, racionais, laicos e economicistas passaram a predominar em todos os campos da vida humana.

No campo do direito penal, a racionalidade na aplicação das penas teve como principal teórico o italiano Cesare Beccaria. Em seu tratado, *Dos delitos e das penas*, o autor aplica a filosofia francesa do Iluminismo à legislação penal, agindo contra a tradição jurídica, invocando a razão. Beccaria faz-se ainda porta-voz dos protestos da consciência pública contra os julgamentos secretos, o juramento imposto aos acusados, a tortura; estabelece limites entre a justiça divina e a justiça humana, entre os pecados e os delitos; condena o direito de vingança e toma por base o direito de punir a utilidade social; declara a pena de morte inútil e reclama a proporcionalidade das penas dos delitos, assim como a separação do poder judiciário do poder legislativo. Enfim, propõe um amplo rol de alterações para tornar racional a justiça, rompendo com os laços tradicionais.

Essa evolução nas formas de controle do Estado chegou ao ponto de superar a violência física e agir por meio de violência psicológica. Aliás, o conceito de biopoder de Foucault é bastante psicológico, enquanto

entende que o controle social sobre os homens pode vir de meios indiretos. De algum modo, explica a esquizofrenia da sociedade pós-moderna em meio a escalada de síndromes de pânico e doenças psiquiátricas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2, 3, 4 e 5



Figura 4.11: A grande guerra da Vendeia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:GuerreVend%C3%A9e_1.jpg

A guerra da Vendeia foi uma guerra civil que opôs participantes da Revolução Francesa e opositores, entre 1793 e 1796. Em 24 de fevereiro de 1793, a Convenção emite um decreto que ordenava o recrutamento imediato de 300 mil homens para lutar na defesa da Revolução. Em várias regiões da França, os homens indignaram-se e recusavam-se a entrar em guerra por algo que era contra seus valores. Uma das regiões mais apegadas à religião, a Vendeia, conseguiu reunir os homens para enfrentar o exército revolucionário e não terem que se alistar em

favor da República. A sublevação não foi diretamente, porque aqueles homens da Vendéia eram muito religiosos. Isso contribuiu, mas a guerra tornou-se religiosa porque eles não queriam se alistar e aliar-se aos valores da revolução burguesa. O exército revolucionário francês venceu as batalhas. O resultado foi a morte de mais de 300 mil pessoas.

A violência da Revolução Francesa

Em suma, a Revolução Francesa foi o evento político mais marcante para a modernização da sociedade ocidental. E de uma violência sem precedentes! Em meados de 1793 (pouco mais de três anos do marco inicial da Revolução, 14 de julho de 1789), a contabilidade dos mortos em decorrência da Revolução já chegava a 500 mil, isso sem contar os mortos na Guerra da Vendéia (1793-1796), o sanguinário período do Terror (1793-1794) e as guerras napoleônicas (1803-1815). O aspecto da violência revolucionária agitou a política europeia pela perplexidade que causava aos olhares internos e externos. É possível dizer que os atores e autores políticos que se dispuseram contra a Revolução Francesa, o fizeram não apenas contra os métodos violentos dos revolucionários, mas quanto a um elemento que para eles faltava ao novo governo: a legitimidade. As principais obras que contestam a Revolução por esse aspecto apresentam em comum um caráter militante pelo tradicionalismo.

Mafalda e a repressão

Mafalda é a personagem central das histórias em quadrinhos produzidas pelo cartunista argentino Quino. Nas tiras, a menina aparece com questões filosóficas, defensora da humanidade, das causas sociais, questionando o sistema capitalista e o Estado. Apareceu nos jornais entre os anos de 1964 a 1973, e fez sucesso não só na Argentina, como adquiriu altíssima popularidade na América Latina e Europa. O consagrado intelectual italiano Umberto Eco comparava Mafalda ao personagem Charlie Brown, de Charles Schulz. Na *internet*, há várias edições de Mafalda que podem ser encontradas gratuitamente. Vale a pena fazer uma pesquisa e conhecer melhor essa que foi uma das personagens mais inteligentes das histórias em quadrinhos.

No conjunto de quadrinhos de Mafalda, há uma tira muito interessante sobre o questionamento da violência do Estado.

[1º quadro] Mafalda cruza com dois homens que conversavam na calçada e diziam: “É preciso dar tempo ao país! Em algumas coisas, pouco a pouco se nota um desenvolvimento.”

[2º e 3º quadros] Mafalda observa um soldado e um policial na rua.

[4º quadro] Mafalda reflete sobre o que os homens diziam e o que ela acabara de ver e, em pensamento, respondeu: “...e em outras, de golpe e porrada, um crescimento.”

Fonte: LAVADO, Joaquín Salvador (Quino). *Toda Mafalda*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1993.

1. A partir da figura e dos textos sobre a violência para promover a Revolução Francesa, explique qual foi o elemento que dificultava a aceitação da Revolução por parte de seus opositores; qual era a crítica fundamental.

2. Sobre o quadrinho: Mafalda mostra preocupação quanto ao controle policial e militar nas ruas, mas há outras formas de repressão. Explique uma delas a partir daquilo que estudamos sobre as teorias de Foucault.

Resposta Comentada

1. Os opositores questionavam a legitimidade dos revolucionários. A violência foi o meio abrupto para se fazer a Revolução e conquistar o poder no menor tempo possível. Isso provocou um choque de legitimidade. As pessoas acostumadas à obediência ao poder estatal pelo carisma do rei (dominação carismática) ou pela tradição (dominação tradicional) chocaram-se com um novo tipo de poder que procurava se legitimar mediante práticas racionais, inclusive nas execuções penais – daí, lembrarmos da guilhotina, um instrumento para execução, de tanta precisão, que não provoca qualquer dor no sentenciado e age precisamente naquilo que interessa: na morte do condenado.

2. O biopoder é explicado como a forma de exercer controle sobre corpos, independentemente de contato ou violência direta. Como exemplo, podemos citar a facilidade com que a polícia pode perseguir alguém via escutas telefônicas ou como somos observados por câmeras de vigilância espalhadas em todos os lugares.

Resumo

1. Nesta aula, refizemos o caminho em torno do advento da era moderna; em especial, do surgimento do Estado moderno.
2. Tratamos a respeito da burguesia, como a classe detentora dos meios de produção; como o burguês surgiu na Idade Média e já exercia as atividades comerciais nas pequenas cidades.
3. A classe burguesa é revolucionária ao promover revoluções e modernizar o Estado. Derrotou o estado absolutista, derrotando ainda mais os elementos tradicionais que permeavam as relações de poder.
4. Com a burguesia no poder, a sociedade se transforma, os valores dessa classe passam a determinar o modo de vida da sociedade como um todo e até mesmo seu raciocínio passa a imperar sobre os demais.
5. A Revolução Industrial, ocorrida entre meados do século XVIII e meados do século XIX, foi a face econômica das revoluções políticas, como a inglesa, de 1688, e a francesa, de 1789.
6. A evolução do Estado pode ser explicada pelos modos em que o poder tentou se legitimar perante os indivíduos. Max Weber foi um sociólogo preocupado com essa questão e tratou de explicar as três formas de dominação legítima: a burocrática legal, a tradicional e a carismática.
7. Socialização e controle social foram conceitos estudados para entendermos como o Estado agia perante o indivíduo e a sociedade; assim como procurava sua legitimidade, também agia ao controlar por meios disciplinadores e violentos.
8. Michel Foucault explica como a sociedade passou da disciplina para o controle, como elemento fundamental da ação de um poder político sobre a sociedade. O estudo de caso em que aplicou sua teoria foi o sistema prisional, em *Vigiar e punir*.
9. Foucault explica o conceito de biopoder como a forma de exercer

controle sobre os indivíduos de modo indireto, contando com aparatos que atinjam o corpo de modo implícito e intocável.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 5, apresentaremos o conceito de direito e como o mesmo se relaciona com os indivíduos, com a sociedade e com o poder político. De antemão, lançamos a pergunta: tudo o que é legal ou inscrito na lei é justo?

Leituras recomendadas

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 16ª edição, 1997.

Um artigo que explica melhor o conceito de biopoder: MARTINS, Luiz Alberto Moreira; PEIXOTO JR., Carlos Augusto. *Psicologia & Sociedade*, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a02.pdf>.

Aula 5

Relações entre direito, Estado e sociedade:
você conhece essa trama?

*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Meta

Estabelecer o significado do direito na sociedade moderna.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. aplicar as noções de ser e dever ser, o diagnóstico e o prognóstico no estudo sobre direito e sociedade;
2. estabelecer um conceito de direito;
3. identificar as noções de legalidade e legitimidade;
4. comparar as concepções de direito: direito natural e direito positivo;
5. conceituar direitos humanos;
6. reconhecer a dimensão que o direito possui nas relações entre o Estado e os cidadãos – o problema da judicialização das relações sociais.

Introdução

Ser e dever ser

É uma atitude corriqueira do ser humano combinar aquilo que é e aquilo que deve ser. Alguém que vê um carro ultrapassar o sinal vermelho pode facilmente descrever o fato e emitir um juízo de valor. Pode-se narrar o acontecido: *o carro ultrapassou o sinal vermelho*; e ainda emitir uma opinião: *o motorista é imprudente, cometeu uma infração ao Código de Trânsito Brasileiro*. Ser ou não ser remete-se ao conhecimento sobre algo, enquanto dizer se algo é bom ou mau, certo ou errado, refere-se ao juízo sobre a coisa.

A política como ciência preocupa-se com aquilo que é, analisar os fatores que concorrem para o diagnóstico sobre o poder. O direito atua no campo do dever ser, conforme as crenças, os valores, a moral e todo um conjunto de preceitos inscritos na lei.

O direito é a capacidade de exercer um poder, que está tanto dentro do Estado como no cidadão e nas relações sociais, mas de forma alguma se estabelece por si só. Para dar conta da combinação entre Estado, direito e cidadania, você deve estar ciente de uma noção: a confiança no poder. Como essa relação se estabelece e como ela é garantida faz parte do estudo do tema *direito e sociedade*, que iremos ver nesta aula.



Figura 5.1: O ator americano Edwin Booth como Hamlet, em 1870, durante o monólogo *Ser ou não ser*; eis a questão!

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Edwin_Booth_Hamlet_1870.jpg

Hamlet: Ser ou não ser, essa é a questão: será mais nobre suportar na mente as flechadas da trágica fortuna, ou tomar armas contra um mar de obstáculos e, enfrentando-os, vencer? Morrer – dormir, nada mais; e dizer que pelo sono se findam as dores, como os mil abalos inerentes à carne – é a conclusão que devemos buscar. Morrer – dormir; dormir, talvez sonhar – eis o problema: pois os sonhos que vierem nesse sono de morte, uma vez livres deste invólucro mortal, fazem cismar. Esse é o motivo que prolonga a desdita desta vida (SHAKESPEARE, William [1564-1616]. *Hamlet*).

Como no célebre trecho da peça de Shakespeare, o ser e o não ser são mais do que descrever e julgar ou idealizar um fato; são provocações no homem para a inércia ou para a ação. A vida é esse impasse entre decidir e não decidir. O drama é que nem sempre é possível decidir; portanto, poder significa a capacidade de decidir.

O que é o direito?

Ao tentar responder à pergunta, talvez passem por sua cabeça palavras como lei, justiça, ordem, regra, obrigação, limite, etc. O senso comum percebe direito como lei e ordem – essa é a explicação mais simples. O direito é sempre uma relação por meio de lei, escrita ou não, e garantida para estabelecer uma ordem. Desse conceito preliminar que expusemos, podemos dizer ainda que direito não é simplesmente uma regra, pois prescinde de garantia – e onde há direito, há sociedade – e porque se funda em relações **BILATERAIS**. Ninguém consegue estabelecer ordem, organizando um grupo ou mesmo a relação entre duas pessoas, sem regras. O direito é inerente à condição humana em sociedade.

BILATERAL

Que tem dois lados; que diz respeito a lados opostos. Juridicamente: em que há o concurso de duas vontades.

Para aprofundar a análise, vamos observar o direito a partir das relações de poder. A sociedade se forma a partir dessas relações: dominação, mando, ordem, imperatividade. Pode-se definir direito como *a garantia dada por uma comunidade, através de seus representantes, ao exercício de um determinado poder*.

O direito existe porque é garantia de algo. Com exemplo, fica mais fácil entender: imagine que um amigo adoece e você o leva ao hospital público de sua cidade. Segundo a Constituição do país, o seu amigo tem direito a atendimento médico. Acontece que o hospital não tinha os equipamentos para tratar do seu amigo, ainda que fosse direito dele receber o atendimento. Nesse caso, a teoria mostra que há um direito (segundo a lei, os princípios legais, a jurisprudência, etc.), contudo falta a garantia.

E, na prática, direito sem garantia não é direito, pois não vale nada, é impraticável. De que adianta o direito, se não temos **CAPACIDADE** de utilizá-lo?

Conclui-se que ninguém pode lhe dar um direito sem que você tenha capacidade de exercê-lo e de fazer ou não fazer algo. É certo que há fatores externos que podem cercear o exercício desse poder, como um fenômeno natural, que independe da ação humana, quando mesmo as relações sociais estabelecendo o direito (na lei) e a garantia (condições para o exercício do direito), há um obstáculo supra-humano para a realização desse direito.

Um direito sempre requer uma garantia, através de um terceiro elemento superior. Outro exemplo: como alguém consegue contestar uma ordem policial? Sozinho, não consegue. Mesmo havendo leis que apontem para o direito de defesa, é preciso uma autoridade à qual se possa recorrer e que se garanta perante outra. Desse modo, o pedido do cidadão em face do juiz, por meio de um advogado, consegue garantir o seu direito diante da ordem policial. Perceba que há sempre uma autoridade que se garante perante outra, que se garante perante outra... e, assim, sucessivamente. A autoridade que não está no grau máximo é relativa, pois depende de um terceiro.

Nessa sucessão de garantias, há um momento no qual é impossível encontrar um garantidor para seus atos. O fim da linha é o poder político suprallegal. A garantia do poder político suprallegal é o próprio poder. O Estado moderno não responde a mais ninguém acima dele, a não ser a si próprio. Essa capacidade de se autogarantir existe porque o Estado tem o monopólio da força coercitiva. O poder político estatal não tem outra garantia senão a sua força. Em outra seção desta aula, perceberemos como o Estado é instrumento político e como existe um poder suprallegal agindo dentro dele.

O jurista brasileiro Miguel Reale (1910-2006) tem um conceito importante e complicado de direito: “é a ordenação heterônoma, coercível e bilateral atributiva das relações de convivência, segundo uma integração normativa de fatos segundo valores”. O direito realiza-se em uma estrutura tridimensional, em que há um *fato* (realização ordenada de um bem), uma *norma* (ordenação bilateral-atributiva de fatos segundo valores) e um valor (concretização da ideia de Justiça). Traçar o raio X de um direito funciona aplicando a estrutura tridimensional do professor Miguel Reale, para encontrar o *fato*, o *valor* e a *norma*. Faça um breve exercício mental: pense em um direito e procure perceber isso: fato, valor e norma!

CAPACIDADE

Potencial para conter, acomodar ou guardar algo, como ao se dizer: “um teatro tem capacidade para 200 pessoas.” Importante ressaltar que, muitas vezes, utilizamos esse termo no sentido jurídico, denotando a condição de alguém perceber e praticar um direito. Por isso, é possível dizer “aquela pessoa é capaz de direitos”, porque pode exercê-los em sua plenitude, tem qualidade ou condição de capaz.

Vamos reforçar as características do conceito de direito de Miguel Reale:

- O direito é coercível: isso difere do direito da moral, que é incoercível. Coercibilidade expressa a compatibilidade entre o direito e a força. A partir da nossa exposição, pode-se dizer que o direito é uma efetiva expressão da força.
- O direito é heterônomo: as leis que regem o direito são objetivas, independentem da nossa adesão. Você pode não gostar de uma lei, mas precisa respeitá-la, pois ela tem validade objetiva e transpessoal. Foi Emmanuel Kant foi o primeiro a promover e destacar a diferença entre a moral (autônoma) e o direito (heterônomo).
- O direito é uma relação de bilateralidade atributiva: significa toda relação na qual cada uma das partes sabe que ela pode pretender garantidamente da parte da outra. Não havendo essa relação bilateral, a relação não é jurídica.



Miguel Reale

Jurista e filósofo, Miguel Reale foi um dos maiores nomes do direito brasileiro. Deixou amplas contribuições à ciência e à filosofia. Você poderá conhecer melhor a personalidade do professor Miguel Reale assistindo a uma entrevista concedida ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em 2000. Procure no YouTube por “Miguel Reale entrevista Roda Viva” ou acesse o link: <http://www.youtube.com/watch?v=v94XacSGJLA>.

Atividade 1

Atende aos Objetivos 1 e 2



Figura 5.2: Estátua da Justiça, na vila antiga de Berna, Suíça.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Picswiss_BE-98-17_Biel-_Gerechtigkeitsbrunnen_\(Burgplatz\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Picswiss_BE-98-17_Biel-_Gerechtigkeitsbrunnen_(Burgplatz).jpg)

São marcantes, nas estátuas que representam a Justiça, as seguintes características:

- (i) trata-se de uma deusa da Antiguidade, de olhos vendados, o que representa o nivelamento do tratamento jurídico, sem distinção, com o propósito de imparcialidade e objetividade. Afirma-se, com isso, o princípio de que todos são iguais perante a justiça;
- (ii) a balança, que simboliza equidade, ponderação, igualdade nas decisões;
- (iii) a espada, que representa força, coragem e ordem.

A justiça é mais do que uma qualidade, trata-se de uma virtude. Inscritas na Antiguidade clássica e absorvidas pela tradição cristã, são quatro as virtudes cardeais: justiça, fortaleza, prudência e temperança. São elas que fundam as virtudes morais do homem. Justiça é a virtude de dar a cada um o que lhe pertence. Nem sempre podemos igualar justiça a direito, pois esta se relaciona com a moral, enquanto o direito, com a lei. Ou seja, justiça é um valor, a palavra tem um sentido mais forte que direito, que se liga mais à lei. O ideal é que todo direito seja justo; desse modo, as duas palavras podem ser sinônimas.

Mafalda e os direitos

Assim como na aula passada, pensamos nos quadrinhos da Mafalda para introduzir as questões desta seção.

Você poderá conhecer mais sobre a Mafalda numa pesquisa na internet, começando pelo website do cartunista Quino: <http://www.quino.com.ar/bra-index.html>.

No quadrinho “Mafalda e os direitos”, há um diálogo entre Mafalda e sua amiga:

[1º quadro] A amiga de Mafalda diz: *Eu sei, sim.*

[2º quadro] E continua...: *Sei que meus direitos terminam onde começam os dos demais.*

[3º quadro] E conclui, para o olhar espantado de Mafalda: *Mas... É minha culpa que os direitos dos demais comecem tão longe?*

Fonte: LAVADO, Joaquín Salvador (quino). *Toda Mafalda*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1993.

A amiga de Mafalda reconhece que sabe dos limites do direito. Esse tipo de concepção foi formulado por Kant, ao combinar racionalidade com individualismo, desenvolvendo ainda o conceito de autonomia privada. Racionalmente, a amiga de Mafalda reconhece que a sua capacidade individual de obter um direito é limitada pelo direito do outro. Apresenta-se uma noção espacial do direito, que se aplica nos limites da capacidade do indivíduo. Kant entende que os homens são propensos à sociabilidade quando esclarecidos pela razão; desse modo, para deixar o estado de natureza onde julgam segundo seus critérios de forma particularizada, constroem o direito público. O objetivo da ordem normativa moderna deve ser preservar o igual direito de todos à liberdade privada (ARAÚJO, 2011, p. 157).

No último quadrinho, a amiga de Mafalda pretende expandir seu direito, por entender que o direito dos demais começa bem longe, ou seja, ela reconhece os limites, mas procura ampliar a área de atuação do seu direito frente aos demais.

a) Como podemos considerar justiça e direito sinônimos?

b) A partir da tira de Mafalda, explique a importância dos limites do direito do indivíduo na vida em sociedade. Esses limites precisam ser garantidos?

Resposta Comentada

a) Em suma, direito é aquilo que deve ser, conforme prescrito em lei. Quando alguém teve seu direito violado e procura a justiça, significa que está procurando o que deve estar correto. A justiça é a pretensão de um ideal de sociedade, um dever ser, algo relacionado à moral. Logo, ser justo é uma virtude, mesmo nos casos extremos em que não corresponde a nenhum direito. A relação entre justiça e lei é estabelecida pela confiança. Justiça equivale a direito quando há uma correlação moral entre o que é justo como virtude e o que é legal; então, há confiança do indivíduo, ou da sociedade, na lei. Assim, direito pode significar justiça.

b) O direito funciona como um campo de batalha. Há uma tensão entre você ampliar seus direitos e vê-los diminuídos. Não há nenhum impedimento legal que o impeça de comprar uma mansão de dez milhões de dólares; contudo, quantos são capazes de exercer esse direito? Aquele que se vê garantido pelo dinheiro a pagar. E quem garante essa relação? A justiça do país, que prescreve regras para as transações imobiliárias. Os limites do direito de cada um existem para que todos possam ter algum grau de liberdade. Se um indivíduo extrapola seus direitos sobre outro, inexistente liberdade a uma das partes, pois esse outro não exerce o seu direito, porque alguém o exerce sobre ele. Quem garante esses limites é uma autoridade, um terceiro superior que permite a capacidade de exercício de um direito. Sem essa garantia, não há direito.

Qual é o objetivo do direito?

Falamos o que o direito é, mas faltou tratar melhor do seu propósito: estabelecer uma ordem.

Há uma série de teorias tentando explicar como se estabelece a ordem ou a integração entre os indivíduos por meio da lei. Todas procuram pensar o direito como um modo de estabilização da sociedade, ao suprir as expectativas individuais, equilibrar as relações, evitar excessos e promover ações condizentes com um ideal de justiça. O direito também é uma linguagem social, que diz à sociedade para integrar-se por meio da lei, legitimada de acordo com o modo em que o Estado se organiza. Se for uma democracia, pelo princípio da soberania popular, significa que o poder de dizer o direito é autorizado por leis emitidas pelos representantes do povo, tal como acontece no Brasil e na maioria dos países ocidentais.

O filósofo contemporâneo alemão Jürgen Habermas entende o direito moderno como um agir comunicativo. A integração social perseguida pelo direito é produzida através de um tipo de linguagem. O direito funciona como uma rede de comunicação de conteúdos dentro de um espaço público, em que essa linguagem (jurídica) pretende ter um alcance geral diante dos membros daquele espaço, guardando uma pretensão de aceitação pública. A chave dessa compreensão está em entender quem é o emissor e quem tem poder de dizer o direito. Ao reconhecer o emissor e o intérprete, pode-se saber dos seus propósitos.

Habermas propõe que o agir comunicativo dos cidadãos, nas sociedades democráticas, seja capaz de produzir direitos de forma integrada, entendendo que o espaço público é do povo.

Interpretação do direito

Tão importante quanto as leis é o poder de interpretá-las e dizer à sociedade como devem ser observadas. A ciência que cuida do conjunto de regras e princípios usados na interpretação do texto legal chama-se hermenêutica. Trata-se de uma técnica que permite controlar as leis e articulá-las conforme um fim desejado.

Como o sistema jurídico jamais consegue ser perfeito, sempre haverá lacunas. Suprir esses buracos do texto legal é outra função da hermenêutica. Há vários métodos para a interpretação de um texto jurídico. Eis alguns deles:

- *gramatical*: o intérprete deve analisar o dispositivo legal para captar o seu pleno valor expressional, perceber a lei como declaração de vontade do legislador, reproduzir com exatidão e fidelidade.

Esse método interpretativo foi muito utilizado a partir da “Escola da Exegese”, movimento do século XIX que apontava no Código Civil francês, de 1804, a possibilidade de prever todos os problemas jurídicos – não havia nada que o Código não suprisse. Não se permitia outra interpretação, pois o marco fundamental dessa concepção era a supremacia do legislador, conforme os ideais da Revolução Francesa, de 1789;

- ▶ *sistemática*: alia-se à interpretação gramatical, pois além de analisar os valores linguísticos da lei, afirma que o intérprete precisa entender que o código foi feito numa lógica sistemática. O apego ao texto foi uma das marcas do positivismo da Escola da Exegese;
- ▶ *histórico-evolutiva*: a lei representa uma realidade cultural que muda conforme o tempo, ou seja, o significado de uma lei pode mudar. É um método de interpretação compreensivo, que procura entender a evolução da lei para atender às transformações culturais de uma sociedade;
- ▶ *jurisprudencial*: conduzida a partir do estudo e da análise de sentenças, acórdãos, súmulas e enunciados proferidos, tendo por base a discussão legal ou o litígio sobre o qual a lei em análise recai;
- ▶ *doutrinária*: doutrina, no direito, é o produto dos estudos dos cientistas do direito; costumeiramente, você irá pegar um livro que pode ter o título *Manual de Direito Penal I*, e alguém comentar: “Esse é um livro de doutrina”. A interpretação doutrinária é aquela que se baseia nesses estudos, que tendem a abordar o assunto de maneira ampliada, recepcionando outras formas interpretativas;
- ▶ *teleológica*: interpretação que procura os fins sociais e bens comuns da norma, em que é menor o apego à literalidade da lei, mas mantém o respeito pelos princípios do direito.

Na realidade, essas formas de interpretação se misturam. O advogado, por exemplo, para vencer uma causa, pode lançar mão de diversos métodos e apresentar a tese mais convincente. De um modo ou de outro, recai-se naquela noção que apresentamos na introdução: convence mais a tese que se torna mais confiável. O juiz, ao julgar, procura ser convencido de que a sua decisão, também conforme alguma linha de interpretação, será mais condizente com seu ideal de justiça e com sua consciência.

Legalidade e legitimidade

Sabemos que “o direito é, objetivamente, o conjunto das leis que dirigem o homem e lhe indicam o que deve ou não deve fazer, o que pode ou o que não pode fazer” (SANTOS, 1963, p. 559). Mas nem tudo que é legal é legítimo. E para funcionar, o poder político que emite leis precisa de legitimidade.

Há sempre um sentido nos indivíduos para aceitarem ou confiarem em uma lei. Como isso funciona? Segundo Max Weber, através do estudo dos tipos de dominação: racional-legal, carismática e tradicional. O sentido que alguém dá para obedecer à ordem de um juiz no tribunal pode não ser o mesmo entre duas pessoas. Um homem simples do interior lhe obedece, por entender que, tradicionalmente, há uma hierarquia de poder, e o juiz está acima dele no tribunal. O advogado pode obedecer, pensando que a hierarquia está prescrita em lei, e que é racional acatar às ordens do juiz no seu âmbito de atuação.

A diferença existente entre o que é legítimo e o que é legal serve para pensar nas formas de direito presentes na sociedade. Muitas vezes, a sociedade funciona a partir de um direito que não é o mesmo que o emitido pelo Estado, ainda que só o Estado tenha poder de emitir leis válidas a todos.

O direito pode ser entendido de um ponto de vista jurídico e sociológico. Analisado juridicamente, o direito é o correto; sociologicamente, direito é o que acontece, como os sujeitos captam a norma e a aplicam ou, se não aplicam, por qual motivo.

É a partir de uma análise sociológica, conforme Weber, que se pode pensar o direito na realidade empírica, no mundo da vida, no cotidiano das pessoas, como é aceito e aprovado, e assim aferir a sua legitimidade perante o social. O legal será legítimo enquanto houver aceitação, obediência, confiança. Weber criticava os juristas, perguntando como o direito podia falar de si mesmo, se o direito é o direito do Estado? Portanto, falar do direito era falar do Estado e, para tratar da sociedade, é preciso sair do Estado.

Positivismo jurídico e o pós-positivismo

Estudamos nas aulas anteriores como a formação do Estado moderno alterou a estrutura pluralista da sociedade medieval, e o Estado

passou a concentrar os poderes de criar o direito, e sem ser o bastante, torna-se o único autorizado a reconhecer os costumes. Esse processo é chamado de *monopolização da produção jurídica por parte do Estado* (BOBBIO, 1995, p. 26).

A noção de que direito e Estado são a mesma coisa é fruto da modernidade. Neste estágio da História, direito natural e direito positivo já não estão no mesmo patamar. Antes, na sociedade medieval, cada agrupamento social poderia ter seu próprio ordenamento jurídico. Com o monopólio do Estado, sobretudo o direito positivo (o direito posto e aprovado pelo Estado) é considerado como o único verdadeiro.

O direito positivo ou a pretensão de elencar as leis em códigos parte de uma noção racionalista. Contra o direito natural, o direito positivo tem inspiração iluminista. O objetivo era formar um código, como o Código de Napoleão, de 1804, em que todos os casos pudessem ser analisados, entendendo que a razão é simples e deve ser dita pelo Estado, expressando a onipotência do legislador.

Há duas características que dão conta da concepção positivista do direito, a saber, o formalismo e o imperativismo.

- ▶ *Formalismo*: o direito é definido como a expressão de quem tem poder; trata-se de um comando soberano. A definição do direito tem como base a autoridade que põe as normas, por isso o apego à forma. Essa foi a opinião de Thomas Hobbes, que não foi bem-sucedido em estabelecer a positividade do direito na Inglaterra, já que as tendências liberais naquele país foram mais fortes e a jurídica estatal perdeu diante do direito costumeiro (*Common Law*), permanecendo em vigor mesmo com o advento do Estado moderno inglês. Por isso, até hoje, a Inglaterra não tem Constituição, e é o direito que mais se aproxima da forma medieval. A França, por sua vez, instituiu o modelo do direito prescrito em lei (ou *Civil Law*, como Hobbes poderia desejar), as raízes do direito romano na Europa continental contribuíram para essa construção que prevê a codificação do direito.
- ▶ *Imperativismo*: o direito é um comando que impera sobre a sociedade. Essa concepção liga-se ao conceito absolutista do Estado, em que o soberano ordena ou proíbe dados comportamentos por meio da lei, e seus súditos precisam cumprir.

A tabela a seguir serve para mostrar a distinção entre direito natural e direito positivo. A discussão entre direito natural e positivo envolve a

capacidade de cada um de dispor uma ordem aos homens e ao mundo. Foi com a modernidade que esse debate tornou-se público, com a dimensão que possui até o século atual.

Direito natural	Direito positivo
Universal	Particular
Imutável	Mutável
Origem pode estar no poder divino, na natureza ou na razão.	Origem no poder político soberano.
É conhecido pela pessoa através da razão natural que todos possuem.	É conhecido através de uma declaração de vontade alheia.
Regula os comportamentos como bons ou maus por si mesmos.	Tem como objeto que o justo é o que foi ordenado, e injusto é o que foi vetado.
Critério de valoração: o que é bom.	Critério de valoração: o que é útil.

O positivismo, no século XX, teve como principal expoente Hans Kelsen (1881-1973). Segundo o jurista austríaco, o direito positivo é um sistema com lógica e coerência a partir do enquadramento normativo. O direito não deve portar valor, deve descrever sem julgamento moral. Para Kelsen, só existe o direito positivo. Enquanto Weber descrevia o Estado moderno como o detentor do monopólio da violência legal, Kelsen o afirma como o detentor da obrigação legal.



Figura 5.3: Direitos humanos.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/170986>

As mesmas características encontradas no direito natural são revigoradas com o conceito de direitos humanos modernos. Direitos humanos são direitos fundamentais inalienáveis à pessoa pelo simples motivo de esta ser humana. É uma forma de direito universal (aplicável em qualquer lugar) e igualitário (igual para todos). Esse conjunto de direitos humanos existe como direitos naturais ou direitos legais, nas leis nacionais e internacionais. Em uma palavra, é um *superdireito*. A prática internacional dos direitos humanos é mantida por acordos internacionais, recepção de normas estrangeiras nas constituições nacionais e a atuação de organismos internacionais, em especial da ONU – Organização das Nações Unidas. O rol de direitos humanos compreende o direito à vida; à liberdade contra a tortura; à liberdade contra a escravidão; o direito a um processo legal; à liberdade de expressão (como consta na foto); à liberdade de pensamento, consciência e religião; o direito de debater sobre todos os assuntos concernentes à vida humana.

O *pós-positivismo* é uma teoria que atesta a continuidade do método tradicional para o direito, garantindo-lhe certa autonomia com relação às demais ciências humanas. A atividade jurídica não deve restringir-se à lei e à aplicação de leis, devendo ainda buscar, pela razão prática, a decisão justa. Os instrumentos jurídicos do pós-positivismo refletem-se nos princípios de proporcionalidade, ponderação de valores e razoabilidade, para o exercício efetivo de um sistema garantista, no sentido de poder concretizar o direito.



Há liberalismo no positivismo?

Sim. O positivismo criou uma situação que Miguel Reale chamou de “*jurisfação*”, em que há enorme ampliação do poder das leis estatais prevendo todas as relações sociais, fazendo do legislador um todo-poderoso. Lembre-se: um dos pais do liberalismo, John Locke, dizia que o homem é livre na lei; portanto, o positivismo

jurídico é tido como uma libertação da humanidade diante do medievalismo do direito natural. A concepção moderna do direito irá dizer que a tirania e a arbitrariedade existem fora do universo legal. O advento das leis estatais funda a liberdade.

Mas como não pensar que, em havendo leis para todas as relações humanas, haverá menos liberdade? Não é o contrário do que está escrito no parágrafo anterior?

Não. A ideia é que as leis possam garantir a liberdade humana. Na concepção liberal clássica, o homem já é livre, apenas precisa que o Estado o confirme e garanta a sua condição diante dos problemas que superam sua possibilidade individual de solucioná-los.

Atividade 2

Atende aos Objetivos 3, 4 e 5

Matéria do jornal *Folha de S.Paulo*, 02/02/2013 – Opinião:

Romário: Copa para inglês ver

O Brasil aproveitará o potencial da Copa? NÃO, responde o deputado e ex-jogador de futebol.

“Seria ingênuo imaginar que uma Copa resolveria todos os problemas de uma nação, mas também não é confortável constatar que o evento poderá aprofundar alguns deles.”

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1224724-romario-copa-para-ingles-ver.shtml>

Você conhece a origem desse termo tão utilizado: “para inglês ver”?

A expressão é usada quando se fala em leis demagógicas que não são cumpridas no Brasil. Surgiu no século XIX, durante o Brasil Império, quando os ingleses pressionavam para o fim do tráfico de escravos. Em 1826, o Brasil firmou um tratado de abolição do tráfico em três anos, o que acabou não sendo cumprido. Em 1831, o regente Diogo Feijó sancionou a lei que daria liberdade a todos os escravos que entrassem em território

brasileiro. Foi a Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831, que ficou conhecida como lei “para inglês ver”, pois servia para satisfazer os ingleses contra a escravidão, mas os brasileiros sabiam que ela seria descumprida.

a) Faça uma relação entre a matéria do jornal sobre a Copa do Mundo de Futebol e os conceitos de legitimidade e legalidade. Segundo Romário, qual será o resultado da Copa para o Brasil?

b) Como as características dos direitos humanos os aproximam dos direitos naturais?

Resposta Comentada

a) Nessa questão, você deve analisar a crítica expressa na matéria, juntamente com a expressão *para inglês ver*, que é capaz de revelar quão comum e antiga é a noção popular do direito como distante da realidade. Nessa análise, é possível pensar em Weber como aquele que introduziu, de maneira original, a sociologia para pensar o direito e como pensar as relações de dominação na sociedade é capaz de mostrar a legitimidade de uma norma. Legítimo é a qualidade do que é verdadeiro, que é obedecido por ser legal, tradicional ou carismático. Legalidade é o que consta na lei; a legalidade sem legitimidade é igual à expressão “lei para inglês ver”. Sobre o resultado da Copa para o Brasil, segundo a opinião do deputado, será negativo, inclusive aprofundando problemas para o país. Mesmo sem ler a matéria completa, pode-se presumir o imenso desgaste que o país exerce para promover o evento: altos investimentos e facilidade para desvios de verba e modos de corromper a coisa pública.

b) Primeiramente, você precisa voltar ao quadro que compara os di-

reitos naturais ao direito positivo. Características como universalidade, imutabilidade, origem racional, natural ou divina, relação entre bom e mau, parâmetro de valoração conforme o que é bom, representam o direito natural contemporâneo, que têm a sua forma mais veiculada nos direitos humanos. Não há propriamente uma aproximação entre direito natural e direitos humanos; melhor dizer que direitos humanos são uma forma de direito natural.

Direito e poder político

O maior desafio da política é saber onde está o poder supralegal. Não basta saber que está no Estado, pois esse é apenas o principal instrumento de exercício do poder sobre a sociedade, e há uma série de fatores que o envolve. Neste tipo de análise, novamente entra a importância do segredo na política, pois, na maioria das vezes, quem decide são poderes invisíveis. Siga o raciocínio, que você irá entender.

Ainda nesta aula, explicamos que o sistema legal não garante tudo, por mais que pretenda suprimir todas as lacunas. A interpretação do direito será legítima, conforme a confiança dos cidadãos naquele que detém esse poder.

Pode-se criticar o sistema jurídico positivista, mostrando a insustentabilidade do sistema na permanente necessidade de uma autoridade mantenedora da ordem. A autoridade política que garante o sistema jurídico precisa ascender a uma forma de segurança que não esteja dentro do sistema jurídico. Isso significa que, na prática, não existe Estado de direito válido para todos. O regime democrático moderno baseia-se no estado de direito, mas é impossível as relações jurídicas abrangerem tudo!



Estado de direito

Estado de direito é a condição de o Estado se colocar diante das leis da mesma maneira que os cidadãos; trata-se do meio que possibilita julgar o governante, um membro do legislativo, pelo mesmo corpo de leis emitido por aquele que exerce o poder; trata-se de uma marca do Estado liberal-democrático. Kelsen, na Teoria Pura do Direito, desdenha da Teoria do Estado de Direito e mostra suas contradições. Para ele, o Estado de Direito é uma teoria que torna o Estado objeto do conhecimento jurídico, enquanto afirma como pessoa jurídica o próprio Estado; e aqui recai a contradição, em que o Estado acentua seu vigor como produtor das leis. O absurdo, para Kelsen, está em o Estado ser, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento jurídico. Para o pensamento positivista, o Estado é unicamente sujeito; ele é a ordem jurídica.

A estrutura do poder é colocada de maneira que alguém é capaz de dizer e interpretar o direito, sem precisar dar uma garantia. No Brasil, parte da população precisa declarar anualmente o Imposto de Renda; e quem nos garante diante da Receita Federal? Os advogados, conforme a lei; e quem os garante? Os juízes, e o que garante esses juízes? O Supremo Tribunal Federal, em última instância. E quem garante os ministros do STF? Eles mesmos. Ainda que não quisessem, a sociedade os empurra para um poder supralegal. Esse poder supralegal não aparece, pois não sabemos se há algo a que esses ministros-juízes respondem, a quem obedecem. Essa configuração do atual Estado democrático brasileiro surge assemelhadamente com o Estado norte-americano, em que a Suprema Corte também exerce o poder último de decidir.

Qual o problema prático disso? Fazer com que todas as relações sociais tornem-se objeto de discussão judicial, havendo uma verdadeira judicialização das relações sociais. Há pouca política e muita “justiça” sendo feita, que, na verdade, não é justiça, mas o meio pelo qual as pes-

soas colocam sua confiança para canalizar seus anseios pelas mais diversas razões, que extrapolam o próprio ideal do justo ou injusto.

E as forças armadas? Não podem submeter o poder jurídico? Na prática, sim, mas não o fazem, nem no Brasil nem nos Estados Unidos. Assim como o presidente da República, as forças armadas também estão submetidas à lei até certo ponto. Podem sair dessa condição ao declarar golpes. Todos os golpes são feitos contra a lei estabelecida (como foi o Golpe de 1964 no Brasil), e as razões alegadas são as mesmas: o estabelecimento da ordem. Independente do governo, o ideal é a integração dos militares à sociedade, sem serem considerados à parte. Na tradição norte-americana, os militares precisam estar integrados no sistema; eles possuem um poder supralegal latente, que não é exercido em nome do respeito à sociedade, à nação; não é à toa o grande número de filmes americanos ovacionando as forças armadas daquele país.

Essa concepção de que um poder supralegal ou extralegal recai no judiciário abre um campo de análise sobre como esses atores são influenciados por outros poderes que não aparecem. Há sociedades secretas? Maçonaria? Grupos religiosos? Interesses partidários implícitos? Interesses mundiais? Grandes empresas? É difícil dizer.

Nos Estados Unidos, os juízes da Suprema Corte são o poder supralegal que se apresenta. E no Brasil? Quem tem esse poder nas mãos? Se for o STF – Supremo Tribunal Federal, a partir do momento em que o público começar a questionar essa Corte, achar que ela está legislando, será o primeiro passo para a sua falha. Revela-se a fonte do poder. Aqueles que percebem esse poder garantidor e querem mantê-lo secretamente, o querem fazer sem que ele apareça.

Qual o risco para a sociedade dessa maximização do poder jurídico? De que aquele absolutismo estatal que vimos na Aula 2, sobre Luís XIV da França, um rei absoluto, pode voltar a acontecer com o Supremo Tribunal Federal hoje, tornando-se o dono da verdade e determinando os rumos da sociedade.

Mas a democracia não é o governo de todos? Não, quando deixa de funcionar como deveria. O ideal democrático é a rotatividade do poder, para que haja o controle temporal sobre os governantes e que ninguém se estabeleça no poder por longo tempo sem que tenha de deixá-lo. Se isso não acontece, é difícil dizer que existe democracia.



Figura 5.4: Você confia em mim?

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/836231>

É paranoico pensar que o sistema jurídico pode ser inteiramente confiável. O sistema é feito de pessoas, que são falíveis, contingentes. Não há anjos no poder, tampouco no Supremo Tribunal; são homens e mulheres como todos os demais.

Quando não se sabe quem manda, roga-se para que o poder seja benevolente. E se, por outro lado, causar o mal? Aí está o desafio de entender a política e desvendar esse poder invisível. A confiança pessoal é absolutamente indispensável. Weber, ao apontar as três formas de legitimidade, ainda que reconhecesse que o Estado moderno se fundamentava na legitimidade racional-legal, não excluiu as demais, pois elas sempre irão existir ao mesmo tempo. No fundo, mesmo se você for o ditador, ainda assim não será possível confiar em si mesmo, pois você também poderá cair nas tentações do poder. Em última instância, o que rege a relação dos homens com a política é alguma forma de fé.

A modernidade apontou que Deus não manda mais no mundo civil. E quem manda? É sempre uma constante a ser descoberta. O importante é entender que a base das relações sociais ocidentais e da confiança no poder se dá pelo modelo da crença cristã. E tirada essa base, o caos será completo.

Conclusão

O direito é baseado na lei que funda a sociedade. Se mal utilizado, é capaz de desestruturá-la. Como a palavra direito possui várias acepções, e seria possível descrever páginas e páginas de conceitos diversos, vale a pena terminar reiterando a teoria tridimensional do direito, do professor Miguel Reale, que tem por base o fato, o valor e a norma. Procure, mais uma vez, exercitar essa noção, ao ver uma relação jurídica qualquer, como a conta de luz que você precisa pagar: é um *fato*, possui uma norma que o coloca na condição de devedor de um serviço prestado, e há um *valor*: uma relação entre o indivíduo e a compreensão que possui da *norma*, o motivo que o predispõe a achar que o pagamento da fatura é justo.

Outro modo de compreender o direito é percebendo que ele não existe sem seu par, a garantia. Dois indivíduos em situação de igualdade procuram a figura de um terceiro para fazer valer a ordem estabelecida pelo Estado diante de um litígio. Nesta aula, não nos preocupamos muito com a maneira com que essa ordem é estabelecida. Nos Estados democráticos, o equilíbrio do poder tem por princípio os interesses do povo.

O controle entre os poderes políticos, como vimos com Montesquieu, na Aula 2, procurou amarrar o poder do legislativo no executivo, e do executivo no legislativo; assim, reciprocamente, eles se anulam (para Montesquieu, o judiciário não é poder político, não tem capacidade para mandar). Essa construção jurídica deve respeitar o espírito das leis de uma nação, o costume do lugar, o clima, os hábitos culturais, a religião, enfim, como se cada lugar possuísse uma maneira de estabelecer as leis e o poder, para que o legal também possa se legitimar e as leis não se tornem ficção.

Onde começa um vínculo legal, que não pode ser zerado pela lei diretamente? Na família e entre amigos. Não há nenhum juiz que precise dizer: “está instituída uma família”, ou “está formado um grupo de amigos”; essas coisas simplesmente se formam, e não há nenhum empecilho na lei, algo que impeça. Por isso, todo poder que procura formar uma ordem extralegal organiza-se familiarmente entre amigos, como as sociedades maçônicas, em que todos chamam uns aos outros de irmãos, mas também nas igrejas, nas máfias (a propósito, vale a pena assistir ao filme: *O Poderoso Chefão*, do diretor Francis Ford Coppola), e nos grupos de interesse, como o CFR (veja figura a seguir). Quando surgem pretensões políticas a partir de dentro desses grupos, organizações familiares ou de amigos, a ideia é que possam adentrar no cenário político sem aparecer diretamente como mandantes.

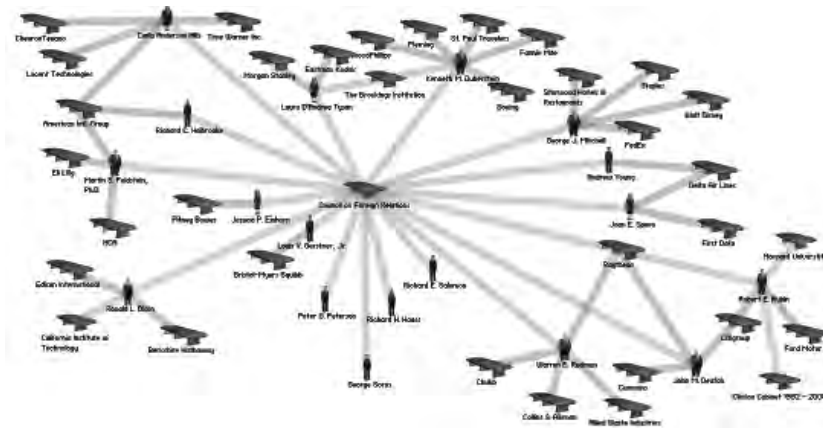


Figura 5.5: Rede de relações do CFR.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:CFR-Interlocks-2004.jpg>

CRF – *Council on Foreign Relations* (Conselho de Relações Estrangeiras). É uma organização norte-americana que atua como uma usina de ideias (*think tank*) no campo dos grupos de interesse, sendo nominalmente filantrópica e apartidária. É especializada em política externa americana e em relações internacionais. Fundada em 1921, em Nova Iorque, é considerada a organização mais influente na política externa americana.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2, 3, 4, 5 e 6

[...] a aplicação de conceitos como “exploração do estado de necessidade” (na lei sobre a usura) ou as tentativas de tratar como contrários aos bons costumes, e, portanto nulos, contratos que incluem contraprestações desmesuradas, baseiam-se, em princípio, do ponto de vista jurídico, em normas antiformais que não têm caráter jurídico, convencional ou tradicional, mas sim puramente ético, pretendendo justiça material em vez de legalidade formal (WEBER. Economia e Sociedade, 2004, p. 46).

“Cubículo é moradia de famílias em Hong Kong, China” – esse é o tema de uma matéria do jornal *The Guardian*, da Inglaterra, publicada em 22 de fevereiro de 2013. Trata do déficit habitacional na metrópole chinesa, assim como das péssimas condições de habitação de muitas pessoas. Acesse o link:

<http://www.guardian.co.uk/world/gallery/2013/feb/22/hong-kong-flats-tiny-cubicles#/?picture=404496549&index=1>

Lá você poderá encontrar as imagens dessa reportagem.



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/939207>

No continente sul-americano, a situação da moradia também é problemática, como mostra a imagem anterior, que apresenta as condições precárias de habitação de uma família no Peru. Essa realidade também faz parte de milhares de famílias no Brasil.

1. Interprete a passagem do texto de Max Weber e responda: Weber mostra que todas as concepções de justiça recaem na legalidade formal? Justifique.

2. Observe a figura sobre as condições de moradia. Há algum direito humano sendo infringido nessa situação?

3. Qual o papel dos cidadãos diante das relações entre Estado e direito? Disserte também sobre o que debatemos a respeito da judicialização das relações sociais.

Resposta Comentada

1. Não. Weber mostra o contrário da pergunta. Weber está explicando que, em muitas ocasiões aquilo que compõe as leis formais é formado de percepções de justiça da sociedade, a partir de tradições comunitárias, da ética comum de um povo, enfim, de situações informais. Assim, muitas vezes, uma norma é obedecida porque há uma obediência antiformal. Por exemplo, uma ordem de pagamento, muitas vezes, é mantida e não descumprida, por honra pessoal em não ficar devendo na praça, algo que move mais a pessoa do que a ordem legal. Essa questão envolvia a sua percepção, aluno, a respeito das ideias de legalidade e legitimidade.

2. O jornal inglês *The Guardian* trouxe na matéria: “Apartamentos cubículos de Hong Kong: você conseguiria viver desse jeito?”, o dado de sociedades de defesa dos direitos humanos a uma moradia digna, de que mais de 100 mil pessoas vivem em cubículos na cidade de Hong Kong. A própria matéria já apresenta uma característica dos direitos humanos, o universalismo. Um jornal inglês, tratando de um problema da China. Assim como a situação precária de moradia é identificada na foto de uma casa em péssimas condições no Peru. Os direitos humanos são preservados ao homem pela condição inerente ao ser humano. Qualquer pessoa, dentro dessa óptica, se sensibiliza e reconhece que o direito à moradia digna é um direito de todos, e o tipo de moradia em que muitas famílias vivem em Hong Kong, no Peru, no Brasil, ou em qualquer outro lugar do mundo, é algo desumano, uma afronta à própria humanidade. Com a humanidade tornando-se um direito, não há apenas um sentimento moral, existe uma violação legal a uma justiça ideal que compreende todos os seres humanos.

3. O papel do cidadão é saber em que está confiando, se está obedecendo às leis de um Estado, por qual motivo o faz e quais os objetivos desse ideal de justiça. No plano democrático, o cidadão tem o dever de exercer sua função de fiscalizador do poder público. Do mesmo modo, é preciso fazer uma análise política para compreender e encontrar aqueles poderes que escapam de uma obrigação legal. E mesmo sobre eles, a quem eles recorrem para decidir sobre a legalidade. Pois, como vimos, todo o direito procura uma garantia através da qual se torna viável. Aquele que

tem o poder em última instância é que não precisa de garantia. Em muitas relações pessoais, a garantia é a força ou o dinheiro ou a beleza ou a maneira com que uma pessoa consegue exercer poder sobre outra. Para o Estado, é a força. Mas você deve ter percebido que, nesta aula, fomos um pouco mais longe; tentamos estudar o poder que se exerce dentro do Estado, e não apenas o ente institucional.

Sobre a judicialização das relações sociais, você deveria escrever que, na configuração atual do Estado brasileiro, o Supremo Tribunal Federal tornou-se mais que o guardião da Constituição, mas um corpo de ministros livres da garantia do direito. A confiança geral do público recai na justiça enquanto percebe uma forma de ver seus direitos garantidos. O problema é a hiperconcentração das demandas no seio da justiça, enquanto outros canais de atividade social se esvaziam – como os debates políticos entre oposições, associações comunitárias, grupos de fiscalização das contas públicas, outras formas de reivindicação a respeito das injustiças sociais, etc.

Resumo

1. O direito é o campo do deve ser, conforme as crenças, os valores, a moral e todo um conjunto de preceitos inscritos na lei.
2. Uma definição de direito é a garantia dada por uma comunidade, através de seus representantes, ao exercício de um determinado poder. Conclui-se que ninguém pode lhe dar um direito sem que você tenha capacidade de exercê-lo, e de fazer ou não fazer algo.
3. Segundo o jurista brasileiro Miguel Reale, o direito realiza-se em uma estrutura tridimensional, em que há um fato (realização ordenada de um bem), uma norma (ordenação bilateral-atributiva de fatos segundo valores) e um valor (concretização da ideia de Justiça).
4. Direito e justiça: nem sempre podemos igualar Justiça a direito, pois aquela se relaciona com a moral, enquanto este, com a lei. Ou seja, Justiça é um valor, a palavra tem um sentido mais forte que direito, que se

liga mais à lei. O ideal é que todo direito seja justo; desse modo, as duas palavras podem ser sinônimas.

5. Qual o objetivo do direito? Estabelecer uma ordem.

6. Hermenêutica jurídica: é a ciência que cuida do conjunto de regras e princípios usados na interpretação do texto legal. Permite controlar as leis e articulá-las, conforme um fim desejado.

7. Legalidade e legitimidade – o direito do Estado e o direito da sociedade. Legalidade é a qualidade ou o estado do que é legal, do que está conforme com ou é governado por uma ou mais leis. Legitimidade existe quando uma lei é conforme à equidade, à razão, à moral, divina ou dos homens; enfim, tem aceitação porque a sociedade confia nela, e não meramente porque está escrita em algum documento.

8. Direito positivo: ou a pretensão de elencar as leis em códigos parte de uma noção racionalista. Há duas características que dão conta da concepção positivista do direito, a saber, o formalismo e o imperativismo. Enfim, o direito positivo é particular, mutável, tem origem no poder soberano e é reconhecido através de uma declaração de vontade alheia.

9. Direito natural foi o modelo jurídico ao qual o Estado moderno se colocou contra, por ser universal, imutável, ter origem no poder divino, na Natureza ou na razão, ser reconhecido pela pessoa naturalmente sem chancela estatal.

10. Direitos humanos possuem as características dos direitos naturais, especialmente a universalidade e a condição de valer para qualquer ser humano, pelo simples fato de ser humano. Procura ser legítimo, na maior parte dos países, por meio da veiculação de valores comuns e da força de organismos internacionais, como a ONU. Em resumo, são direitos humanos o direito à vida, à liberdade, à moradia digna, a não ser torturado, à liberdade de trabalho contra a escravidão, a um processo legal com garantias, à liberdade de expressão e de pensamento, bem como de livre debate.

11. Juridicialização das relações sociais: as crises políticas e das demais instituições que organizam a sociedade provocaram, nos últimos anos, um processo de aumento das demandas judiciais. O fenômeno da hiperconcentração das questões sociais na justiça pode provocar um desequilíbrio na estrutura do poder do Estado, tornando o judiciário mais forte diante dos demais poderes. Outro problema é a diminuição de debate político e formas de organização extrajudiciais para resolver problemas sociais e individuais.

Informação sobre a próxima aula

O tema da próxima aula chama-se constitucionalismo. Estudaremos o conceito de constituição, como se tornou o principal mecanismo jurídico do Estado, assim como a principal garantia dos direitos dos cidadãos.

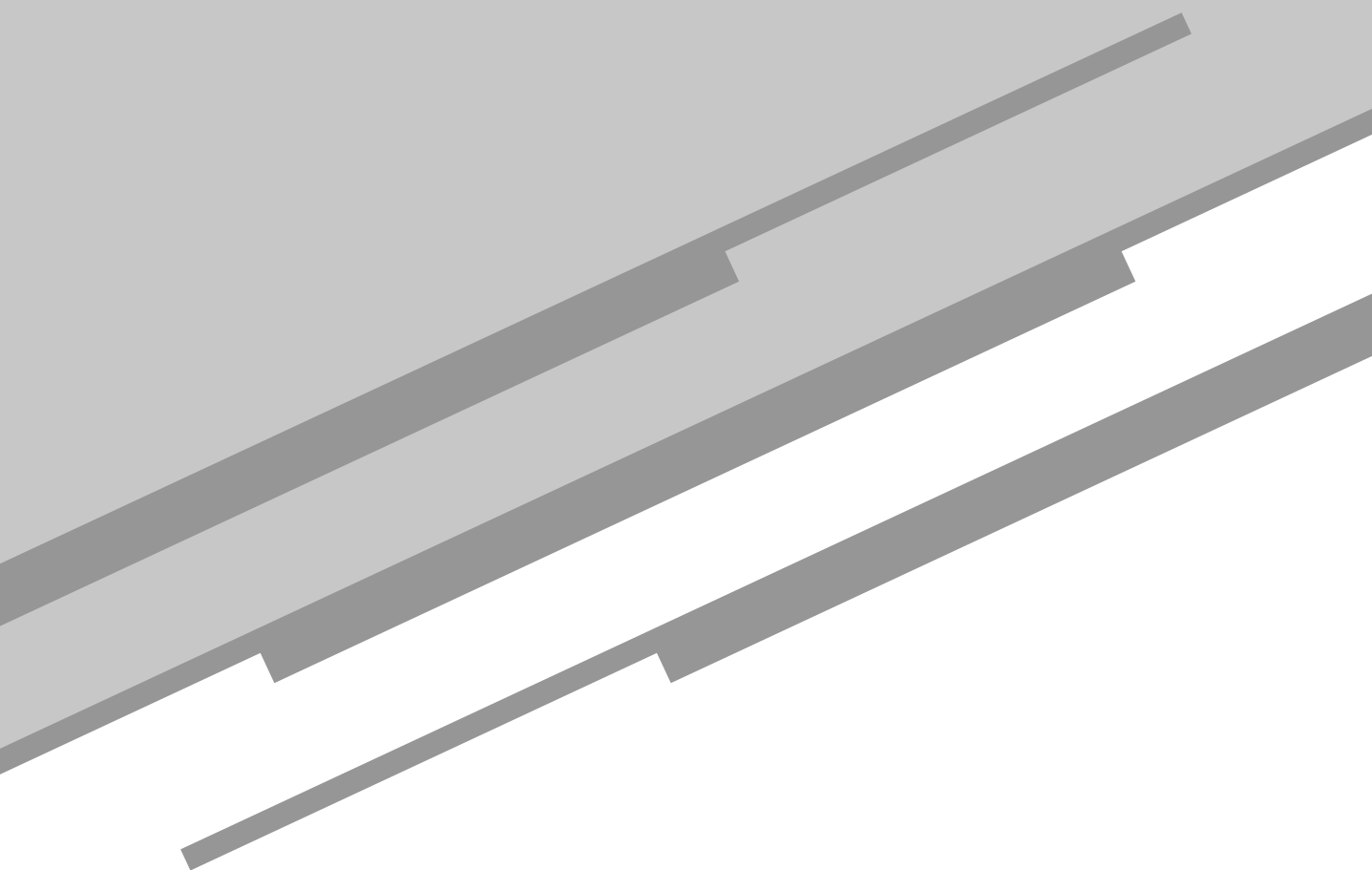
Leituras recomendadas

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico*: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995 (Parte I).

REALE, Miguel. *Lições preliminares do direito*. São Paulo: Saraiva, 2002.

Aula 6

Para que serve a Constituição?



*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Meta

Avaliar o significado de uma Constituição moderna, entre a afirmação do poder do Estado e a afirmação dos direitos individuais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever a construção dos direitos e garantias fundamentais, a partir dos conflitos políticos e revoluções na Europa e nos Estados Unidos;
2. reconhecer os principais direitos e garantias fundamentais;
3. expressar um conceito de Constituição;
4. relacionar o constitucionalismo e o poder constituinte;
5. apontar a importância dos princípios no constitucionalismo contemporâneo.

Introdução

Estado, direito e cidadania: quem é o agente?

Há uma frase que costuma ser atribuída à filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975) e que servirá de pontapé inicial desta aula: “O direito é um poder passivo ou pacificado pelo Estado e é sinônimo de poder, pois sem esta participação e legitimação democrática, só resta a violência, a descrença e a barbárie”. Há dois entes participantes que concorrem para a afirmação do direito: os cidadãos e o Estado. O instrumento do poder político da sociedade, o Estado moderno, quando não movido por princípios e práticas democráticas, descamba na violência, descrença e barbárie, conforme o comentário de Hannah Arendt. A ação dos cidadãos diante do poder político dirige-se em três linhas: para limitar o poder do Estado, para cumprir com seus deveres e manter o Estado como garantidor dos direitos e liberdades e para viver em sociedade independentemente do Estado, sempre que for possível.

Entre Estado, direito e cidadania, o agente é o indivíduo, enquanto cidadão – pessoa portadora de direitos e deveres. Ou seja, na sociedade moderna e democrática, como a em que vivemos e cuja formação estamos estudando neste curso, a legitimidade das instituições públicas é dada pelo poder dos indivíduos enquanto cidadãos. Por isso, o Estado e o direito são instrumentos do cidadão; sempre alguém age por meio deles. Se acaso o Estado e o direito estiverem a serviço de apenas um ou alguns indivíduos, e não do conjunto dos cidadãos, então estará se ferindo um princípio democrático, enquanto só alguns estiverem se aproveitando das instituições públicas em detrimento do benefício do conjunto. De uma forma ou de outra, o que deve ficar claro é que são as pessoas que atuam dentro das instituições e são os interesses particulares ou públicos que estão em jogo nas decisões a partir dessas instituições.

Aquele que trabalha no Estado, o presidente, o policial, o militar, o fiscal da Receita, o professor, etc., no fundo, cada um desses servidores estatais deve agir em prol do cidadão. Assim vale para o direito: todos os que atuam na justiça de uma nação, desde o escrivão do cartório ao ministro do STF, devem agir para o cidadão. Direito é conquista e, para conquistar algo, é preciso agir. Essas ações são políticas, e como em política não existe espaço vazio, se os cidadãos não atuam em prol de seus direitos, facilmente os instrumentos políticos são tomados,

principalmente o Estado, e dessa maneira os cidadãos são dominados por meio do maior instrumento que rege as relações sociais, o direito. Isso tudo pode acontecer sem nos darmos conta, quando nos alienamos diante das decisões políticas, não refletimos em nossas atuações públicas e naturalizamos, tornando banais os problemas crônicos da sociedade. Em resumo, essa é a dinâmica que movimenta as três palavras-título do nosso curso – Estado, direito e cidadania.

Esta aula terá como principal tema a Constituição. Antes de explicar o que isso significa, como se pode falar de uma teoria da Constituição e de um poder constituinte, é preciso retomar o tema dos direitos. Você já aprendeu na aula anterior sobre alguns conceitos de direito, marcadamente o que fica é aquela relação de que todo direito deve vir com o par garantia. Há certos direitos e garantias fundamentais que foram objeto de conquistas do indivíduo e marcam as Constituições de boa parte dos países do mundo. É preciso saber que os resultados das disputas entre o poder político e o indivíduo recaem no direito. No Estado moderno, a expressão do direito é a Constituição do país. É por meio desta construção jurídica chamada Constituição que os direitos e garantias do cidadão diante do Estado são expressos, dentro dela é possível saber a respeito dos direitos e deveres dos cidadãos e do poder público, em nome da construção de algo que se chama nação.

No primeiro momento da aula, trataremos dos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, desde aquilo que compreende o controle do poder do Estado até os direitos humanos contemporâneos. A seguir, estudaremos o constitucionalismo, partindo do conceito de Constituição, o significado e características do poder constituinte, e uma noção a respeito da relevância dos princípios constitucionais para o direito atual. Essa sequência da aula é quase uma inversão do que é dado em um curso de direito constitucional, mas procura abordar o mesmo conteúdo. A razão dessa mudança serve para tornar mais claro que não são as constituições que fundam o direito, pois elas são o resultado de objetivos políticos estatais, de direitos conquistados pelos homens, de acordos para tornar um país independente e fundar uma nação, da apresentação de um ideal de justiça, de projetos para um futuro melhor.

Luta contra o poder arbitrário e o controle do poder público

Para compreender o significado do constitucionalismo moderno, é preciso ter uma noção de qual o percurso histórico para a produção das constituições modernas. Nesta primeira seção da aula, procuraremos mostrar como as disputas políticas e as conquistas legais por direitos tornaram-se fundamentais para as Constituições modernas.

Há um histórico de demandas por liberdades, controle do poder político, igualdade perante a lei, entre outros direitos, que passaram a constar em grande parte dos documentos constitucionais (conjunto de leis mais importantes de uma nação) dos países, porque a Constituição é considerada o instrumento político e jurídico que garante esses direitos. Em cada lugar há uma história da conquista desses direitos; o que apresentaremos a seguir são apenas os casos mais exemplares e inaugurais desse movimento de construção de direitos que ajudaram a formar a sociedade moderna.

Foi 1215 o ano de publicação da Magna Carta na Inglaterra, o que significou um marco do longo processo que leva ao surgimento do constitucionalismo moderno. A Grande Carta das Liberdades da Inglaterra, outro nome para a Magna Carta, é uma carta que se tornou lei e tinha como propósito proclamar certas liberdades e evitar a **ARBITRARIEDADE** do rei João Sem Terra, da Inglaterra. Por exemplo, explicitava a carta que um *homem livre* (que não fosse servo) não poderia ser punido se não fosse julgado conforme as leis da terra. O documento foi formulado por um grupo de barões feudais e é um dos primeiros documentos capazes de forçar o rei da Inglaterra a limitar seus poderes em nome da lei e proteger os privilégios da nobreza. Uma carta anterior também arrogava liberdades diante do rei, como a Carta das Liberdades, do ano de 1100, também na Inglaterra. Contudo, a Magna Carta de 1215 é mais completa e será um símbolo para as demais conquistas de direitos na Inglaterra, como o Habeas Corpus, em 1679; a Petição de Direitos, de 1628; o Bill of Rights, depois da Revolução em 1689, e o Act of Settlement, de 1701.

O sucesso inglês na luta contra o absolutismo, no apaziguamento de conflitos religiosos, na conquista de liberdades individuais e em toda sorte de limitação do poder real tem como corolário o Bill of Rights ou a Declaração de Direitos da Inglaterra, de 1689. O documento reafirma os direitos dos soberanos e aponta o conjunto de direitos que deve ser

ARBITRARIEDADE

Qualidade do que é arbitrário, um abuso de autoridade, violência. Difere de discricionariedade, que é o ato livre do poder nos limites estabelecidos, ou seja, a diferença entre arbitrariedade e discricionariedade está na previsão legal: o arbitrário age fora das leis, o discricionário pode ser autoritário, mas está amparado pelas leis.

respeitado. Foi resultado da Revolução Gloriosa de 1688, que legou mais poderes ao parlamento e consagrou a burguesia liberal como vitoriosa sobre o Antigo Regime.

A independência norte-americana, de 1776, também surge como uma luta pela soberania e liberdade locais. Um dos documentos mais importantes surgidos nos Estados Unidos, para a história dos direitos e liberdades fundamentais, foi a Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia, que é também uma declaração de direitos inscrita no contexto da luta pela independência dos Estados Unidos e precede a Declaração de Independência. O documento de 1776 proclama a herança dos direitos do homem, incluindo o direito de se rebelar contra governos “inadequados”, ou seja, estava no homem, independentemente de governo qualquer, a possibilidade de questionar um poder político que não lhe conviesse. A Declaração da Virgínia influenciou inúmeros documentos posteriores, como a própria Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776), a Declaração de Direitos dos Estados Unidos (1789), a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa (1789).

A partir da criação dos Estados Unidos com base nos direitos fundamentais do homem, os colonos pensaram em criar algo que garantisse aquelas conquistas e, assim, se pensou em cada estado elaborar sua própria Constituição. Não sendo o bastante, como era preciso garantir a união daquelas ex-colônias, foi preciso erigir a Constituição dos Estados Unidos em 1787, como suprema lei, estabelecendo regras e a separação dos poderes entre o legislativo, com um Congresso bicameral; um executivo, liderado pelo presidente, e um judiciário, encabeçado pela Suprema Corte. A Constituição de 1787 também fixou a estrutura do federalismo.

A Revolução Francesa de 1789 deu o sentido moderno à palavra “revolução” e decididamente marcou o início da era moderna. A vitória de um modelo de ação política revolucionária contou com um alarde de princípios universalistas e **INALIENÁVEIS**, sendo os mais famosos os estampados como lemas da Revolução: a liberdade, a igualdade e a fraternidade. O legado da Revolução para os direitos e a construção do Estado moderno fixa-se nos seguintes pontos:

- abolição do sistema feudal – para instituir uma nova ordem burguesa e destituir os poderes da aristocracia.
- promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.
- elaboração de uma nova Constituição em 1791.

INALIENÁVEL

Aquilo que não pode ser renunciado, vendido, cedido, revogado. Nesse sentido, você não pode dizer: “Eu não quero ser livre” ou “Eu não quero ser protegido contra a arbitrariedade do Estado, etc.

- constituição civil do clero, de 1790 – procurava eliminar o poder político da Igreja, tornando o clero funcionário público do Estado.

A Declaração francesa de 1789 tem caráter (a) *cognitivo*: de fundar a nação; (b) *pedagógico*: diferente da declaração norte-americana, explica a existência dos direitos, não só os afirma; é escrita de maneira que o redator se dirige aos outros; (c) *garantista*: figura até hoje como **PREÂMBULO** da Constituição francesa.



Figura 6.1: Rei João Sem Terra, assinando a Carta Magna (Inglaterra, 1215).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Joao_sem_terra_assina_carta_Magna.jpg

PREÂMBULO

Relatório que antecede uma lei ou Constituição, em geral corresponde à porta de entrada do edifício constitucional de um país. A atual Constituição brasileira, de 1888, por exemplo, mostra que foi elaborada pelos representantes do povo em Assembleia Nacional Constituinte, trata dos princípios democráticos e dos objetivos em assegurar a garantia dos direitos sociais e individuais, que procura fundar a harmonia, ordem e a resolução pacífica dos conflitos, estando protegida por Deus.



Declaração de direitos... e o Brasil?

A primeira Constituição do Brasil é a de 1824; até hoje foi a mais duradoura, foi até 1891, quando foi promulgada a Constituição Republicana. Um caráter curioso da Constituição do Império do Brasil, de 1824, é que ela é uma das primeiras da História a ter uma declaração de direitos dentro do corpo da Constituição. Enquanto nas Constituições francesas a Declaração de direitos compunha o preâmbulo, a brasileira de 1823 separou todo o título 8º (dos artigos 173 a 179) para tratar “das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”. Ainda que já existissem esses direitos positivados na Constituição e, até mesmo, o termo cidadão para os seus possuidores, a grande obstrução à efetividade dos direitos fundamentais na história do Brasil Imperial foi a escravidão, regime que só teve fim em 1888 e deixou profundas sequelas na construção da cidadania brasileira.



Cuidados com o Imperialismo

Mais uma vez, você deve estar se perguntando: Mas por que a Inglaterra? E mesmo que a pergunta não fosse lançada, vale explicar o porquê de a Inglaterra aparecer tantas vezes como paradigma (modelo) na construção de direitos e liberdades.

O destaque dado para esse país, assim como para os demais países europeus e os Estados Unidos, se dá pelo caráter exemplar de muitos deles na conquista de direitos, mas também como exem-

plos de problemas. Trata-se de um aprendizado avaliar como a História aconteceu, a fim de recuperar sucessos e evitar tragédias.

Certamente, a Inglaterra foi o palco de grandes conquistas de direitos, como vimos com a Carta Magna, de 1215, o Bill of Rights, de 1689, etc. E ainda, a limitação do poder público, as liberdades individuais: o ir e vir, o direito de não ser punido sem lei anterior e sem julgamento, entre outras conquistas, são direitos que servem a toda a humanidade. Mas isso não significa que podem ser implantados diretamente em outros países, como alguém exporta um produto. Um direito é construído a partir de uma carga histórica, repassa de geração em geração através da manutenção da cultura e da consciência sobre dos antepassados. Como se nos perguntássemos: Quais eram as demandas por direitos e liberdades quando o meu bisavô era vivo? Qual a importância de elas terem ou não sido efetivadas? Como posso honrar o meu passado, mantendo a luta para que esses direitos não sejam usurpados?

Outra questão importante: Porque uma nação é bem-sucedida ao conquistar direitos e liberdades aos seus nacionais, isso lhe daria o aval para ela tentar solucionar o problema dos outros? O Império Britânico (Inglaterra mais País de Gales, Escócia e Irlanda, bem como suas possessões) tinha consciência de que nenhum outro país do mundo era tão liberal quanto a Inglaterra; então eles pretendiam conquistar outros territórios e dar solução aos problemas dos outros. Segundo os britânicos, o que não era regido pelo modelo inglês de governo, direitos e liberdade, era bárbaro ou pertencia a outros reinos inimigos, como a Espanha. Do projeto de dominação britânica, de ser um império onde o sol jamais se punha, entre os séculos XVIII e XX, vários territórios conquistados foram beneficiados até certo ponto, com pacificação, organização do trabalho, comércio, etc. Mas há uma condição inerente a qualquer um que se pretenda independente, e que não se é sob um império estrangeiro: a soberania. Por isso, as ex-colônias inglesas, por mais que possuísem boas leis e ordem, procuraram a sua soberania: Estados Unidos, Índia, África do Sul, Austrália, Canadá, etc. Não sabemos dizer qual a melhor solução, se lutar contra a barbárie (quando um ditador sanguinário está no poder em um país e é benéfico que outro o destitua e reintegre a liberdade naquele país) ou permitir a liberdade em um país, ainda que seja perversa (como os países ocidentais fizeram com a Alemanha nazista, ao não terem se aliado antes de terem sido atacados, para evitar os absurdos do regime nazista).

Até que ponto vai a permissibilidade de intervenção de um país sobre o outro? Há limites para a implantação dos valores nacionais, e

isso vale para os EUA atualmente, como valeu para a Alemanha até a II Guerra Mundial, ou seja, os valores da sociedade americana, assim como a alta cultura alemã podem ser boas para eles, mas isso não dá garantia para que os americanos invadam os demais, e nem para que os alemães prendessem os judeus e os matassem porque queriam implantar uma sociedade alemã no resto do mundo.



A Revolução Americana



Figura 6.2: Tela de John Trumbull, retratando a assinatura da Declaração de Independência pelos representantes do povo norte-americano no Congresso em 4/7/1776.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Declaration_independence.jpg

A *Revolução Americana* foi um levante político na última metade do século XVIII em que 13 colônias da América do Norte se uniram contra o Império Britânico, o que resultou nos Estados Unidos

da América. O primeiro ato de autonomia das colônias unidas foi o Congresso Provincial de 1774, reconhecido pela coroa britânica. Já no segundo Congresso Continental, os americanos planejaram um conflito armado em resposta aos britânicos, o que resultou na Guerra da Revolução Americana, que compreende a própria Guerra de Independência, entre os anos de 1775 e 1783.

Atividade 1

Atende ao Objetivo 1

História dos direitos fundamentais em gerações

Uma maneira pedagógica de tratar a história dos direitos fundamentais é mostrando as suas gerações. Cada uma corresponde a um bloco de conquistas, e, entre uma e outra, há sobreposição, há uma sequência cumulativa, em que uma vai acrescentando à outra. Não é algo que vale para todos os países, mas, em geral, os autores as dividem nas seguintes:

1ª Geração: pensamento liberal, liberdades básicas (séc. XVIII), positivadas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e o conteúdo de direitos elencados na Constituição francesa de 1791;

2ª Geração: positivação dos direitos sociais, século XX, com a Constituição de Weimar, de 1917;

3ª Geração: segunda metade do século XX, direitos difusos, como direitos do meio ambiente, da comunidade, etc.

a) Qual o documento medieval mais simbólico para a construção dos direitos e controle do poder do monarca na Inglaterra?

b) Quais as características que fizeram da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, da França, um documento que se arrogava exportável para todo o mundo e inerente a todos os homens e, por isso, marca a primeira geração de direitos?

Resposta Comentada

a) A Carta Magna de 1215 contém garantias aos direitos que serão reafirmados na era liberal, como o direito ao devido processo legal, *habeas corpus*; trata-se ainda de um documento para evitar a arbitrariedade do rei. Apesar de encartar uma série de direitos, os beneficiados eram limitados pela classe social; os servos não tinham acesso a esses direitos. Foi a partir das revoluções burguesas que se iniciou a expansão desses direitos, a qual é uma luta até os dias de hoje.

b) Na própria questão, você poderia encontrar a resposta. As características são de universalidade e inalienabilidade; significa que valeriam não apenas para a França e não apenas para os homens e cidadãos franceses, mas para qualquer humano, e não poderia ser afastado dos homens. Isso provocou com que uma série de outros países e colônias se inspirassem e procurassem efetivar direitos.



Direitos e liberdades fundamentais

Saber do processo de conquista de direitos assinalados em declarações, constituições e documentos nacionais serve para entender que o resultado desse processo é o rol de direitos e garantias fundamentais que temos hoje. A resultante que vigora na Constituição de 1988 incorpora todo esse processo; os direitos e garantias fundamentais encontram-se regulados entre os artigos 5º e 17º, reunidos em três gerações ou dimensões: 1. individuais, civis e políticos; 2. sociais, econômicos e culturais; 3. difusos e coletivos. Veja o *caput* (cabeça) do artigo 5º, e trataremos brevemente de alguns desses direitos e garantias fundamentais em seguida.

Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (CRFB/88).

- *Princípio da igualdade*: ninguém pode ser discriminado por cor de pele, sexo, religião, idade ou etnia.
- *Confiança na lei*: coerência com o princípio democrático, pois foram os representantes do povo que fizeram as leis, portanto deve-se confiar ao sistema para que ele vigore plenamente.
- *Respeito ao estrangeiro*: direito de o estrangeiro no Brasil receber tratamento digno, não ser constrangido por sua nacionalidade.
- *Direito à vida*: é o mais fundamental de todos os direitos, sendo o pré-requisito à existência e ao exercício de todos os demais. Aponta que o Estado deve, primeiramente, cuidar para que os cidadãos continuem vivos desde a concepção, quando se dá o início da vida (o que veda leis em favor da eutanásia e da pena de morte, e põe em dúvida leis em favor do aborto), e, em segundo lugar, de ter vida digna quanto à subsistência (combate à fome, à desnutrição, às doenças).
- *Direito à liberdade*: incorpora uma série de outros direitos, tais como o direito de empreender aquilo que lhe convém, o direito de não ser oprimido e escravizado, liberdade de se expressar sem constrangimento, o direito de se locomover, de se organizar politicamente, de fazer greve, de escolher uma religião, etc.
- *Direito à igualdade*: contra os privilégios, foi um direito construído contra o Antigo Regime, baseado nos privilégios da nobreza e do clero.
- *Direito à segurança*: inviolabilidade do domicílio, direito à inviolabilidade de documentos pessoais, de não ser constrangido arbitrariamente pela segurança pública estatal.
- *Direito à propriedade*: direito de poder gozar, usar e fluir de um bem, direito de não ter a propriedade ocupada ou destruída ilegalmente, direito de o Estado não intervir sem previsão legal na propriedade.
- *Direito ao devido processo legal*: tem origem na Carta Magna de 1215 – qualquer ato das autoridades, para ser válido, eficaz e completo, deve estar previsto em lei anterior, assim como qualquer pessoa, ao ser julgada em algum processo, tem a garantia de que o processo obedece a limites prescritos em lei, sem que haja arbitrariedades.
- *Direito ao habeas corpus*: trata-se de uma garantia constitucional em favor de quem sofre violência ou ameaça de constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção, por parte de autoridade legítima.



Principais termos que se referem aos direitos e garantias fundamentais

- Direitos naturais: também citados como *jusnaturalismo*, ideia de que sobre a ordem jurídica há uma ordem natural, têm validade independente de reconhecimento da lei, possuem racionalidade intrínseca.
- Direitos civis: são aqueles elencados em lei. Nos Estados Unidos vigora essa noção (*civil rights*), são direitos da liberdade do cidadão tributários da tradição liberal.
- Liberdade pública: mesma noção dos direitos civis nos Estados Unidos, mas predomina no cenário francês, como a liberdade de locomoção, de religião, inviolabilidade do domicílio, etc.
- Direitos públicos subjetivos: semelhante à ideia de liberdade pública, remete-se aos principais direitos do indivíduo no espaço público.
- Direitos humanos: caracteriza os direitos mais básicos; é bastante utilizado no direito internacional e quando se fala em direitos fundamentais (que é nada mais que o seu nome para o direito público interno).
- Direitos do homem e do cidadão: é o rol de direitos apresentados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que congrega a tradição liberal dos direitos do homem e a tradição democrática de atividade civil política.

Atividade 2

Atende ao Objetivo 2



Figura 6.3: Mesquita em Constança, Romênia.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1399320>



Figura 6.4: Muros e cercas.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/747250>



Figura 6.5: Mamadeira.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1393142>

Observe as figuras anteriores e relacione cada uma com um direito fundamental, justificando sua escolha.

Resposta Comentada

A **Figura 6.3** significa a liberdade religiosa. A **Figura 6.4** tanto pode ser relacionada como uma obstrução ao direito de liberdade, querendo representar alguém que está trancado em um estabelecimento como pena e tem seu direito suspenso, ou o direito de segurança, de se proteger e de guardar a sua propriedade. A **Figura 6.5** relaciona-se com o direito à vida, o que compreende o direito a uma alimentação sadia, à saúde.

O conceito de Constituição



Figura 6.6: Colunas.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/956794>

O que poderíamos dizer da **Figura 6.6**? Trata-se de colunas, fortes, grossas, com material sólido, rígidas, e sustentam as estruturas de um edifício – que se pode presumir que seja grande e forte, conforme suas colunas.

Quais as características da Constituição em um país? Ser consistente, nem sempre rígida, pode ser flexível também, importa é que tenha colunas resistentes que garantam os direitos do edifício constitucional. As colunas, portanto, podem equivaler às **CLÁUSULAS PÉTREAS**, aquilo que é imutável e representa o equilíbrio constitucional, sem as quais a Constituição pode facilmente ser modificada e deixar de existir. Uma Constituição completamente flexível, por exemplo, nem cláusula pétrea possuirá.

Constituição é o ponto de partida dos princípios fundamentais ou procedimentos estabelecidos de um estado ou organização política. Remete àquele princípio que trabalhamos na aula passada: onde houver sociedade, haverá direito. Uma constituição tem um conceito duplo, formal e material. Materialmente, Constituição é o *complexo de normas jurídicas*. Formalmente, Constituição é o *instrumento fundamental*, são as normas de maior hierarquia do **ORDENAMENTO JURÍDICO**.

CLÁUSULAS

PÉTREAS

São as partes da Constituição que não podem ser alteradas por emenda constitucional, tampouco abolidas de qualquer outra forma. É um limite material ao poder de reforma da Constituição. No direito brasileiro, as cláusulas pétreas podem ser encontradas no art. 60 §4º da Constituição de 1988, que dispõe: “§ 4º – Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I – a forma federativa de Estado; II – o voto direto, secreto, universal e periódico; III – a separação dos Poderes; IV – os direitos e garantias individuais”.

ORDENAMENTO

JURÍDICO

É o conjunto organizado de normas jurídicas: Constituição, decretos-leis, leis, tratados, códigos, estatutos, etc. Deve ser unitário, coerente e completo.



Figura 6.7: Estrutura do ordenamento jurídico, elaborado por André Koehne.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ordenamento_juridico.svg

Tal como um conceito polissêmico, constituição possui várias acepções: (i) conjunto dos elementos essenciais de alguma coisa; (ii) organização, formação, como a constituição de um grupo, de uma assembleia; (iii) ato de estabelecer juridicamente, a constituição de um dote, de uma renda, de uma empresa; (iv) conjunto de normas que regem uma corporação, uma instituição; (v) a lei fundamental de um Estado.

Os juristas dão diversas concepções sobre o significado da Constituição de um país. José Afonso da Silva (1994) nos apresenta modos de tratar o conceito, segundo três autores germânicos. *Ferdinand Lassalle* (1825-1864) entende, no *sentido sociológico*, que a Constituição de um país é, em essência, *a soma dos fatores reais do poder que regem nesse país*, sendo esta a *Constituição real e efetiva*; conta aquilo que é efetivado, e não, meramente, porque está no papel. Outro autor, *Carl Schmitt* (1888-1985), aborda Constituição em um *sentido político*, tratando-a como *decisão política fundamental, decisão concreta de conjunto sobre o modo e a forma de existência da unidade política*. Ele ainda distingue *Constituição* e *leis constitucionais*, aquela se refere à decisão política fundamental (estrutura e órgãos do Estado, direitos individuais, vida democrática, etc.); enquanto as leis constitucionais seriam os demais dispositivos inseridos no texto do documento. O *sentido jurídico* do termo é expresso

por Hans Kelsen (1881-1973), que considera Constituição como *norma pura*, puro *dever-ser*, sem qualquer pretensão à fundamentação sociológica, política ou filosófica.

O primeiro a fazer um estudo constitucional comparado foi *Aristóteles* (384-322 a.C.). O filósofo grego comparou mais de cem Constituições e fez um sistema de classificação de governos, chegando à conclusão de que o ponto ideal em uma Constituição é a moderação. Na Grécia Antiga, tempo em que viveu Aristóteles, já existiam Constituições (enquanto documentos escritos), mas a diferença era no sentido que Constituição tinha. Aristóteles diz que Constituição é apenas a *politeia*, isto é, a “ordenação das magistraturas” (em outras palavras, dos cargos). Grosso modo, o que entendemos hoje como Constituição, no tempo de Aristóteles, era um documento para tratar dos cargos públicos das cidades-estado gregas. Nos dias de hoje, incluiríamos algo mais numa noção de Constituição: ao nos referirmos às Constituições italiana, brasileira, peruana ou chinesa, falamos da lei fundamental de um Estado, que estabelece seus órgãos, relações recíprocas entre esses órgãos, suas funções, etc.

Ao explicar que o melhor caminho é a moderação, Aristóteles nos legou uma noção de equilíbrio que vigorou ao longo do tempo, e reaparece em várias situações, como, por exemplo, na noção de divisão de poderes e moderação, de Montesquieu. Contudo, a concepção antiga de Constituição é um tanto quanto diversa da atual, pois não significa apenas a descrição de um projeto de conciliação e disciplina das relações sociais e políticas, escrita para servir de ordem política ideal e promover a melhora de uma nação.

Contemporaneamente, as Constituições possuem os seguintes componentes:

- ▶ Servem como *garantia das liberdades fundamentais*, conforme a lógica do Estado liberal. Primeiro, a partir de um funcionamento oligárquico-censitário (iremos estudar mais à frente como não foi de uma hora para outra que as pessoas passaram a ter direito a voto e participação na política; no início, isso era restrito a uma minoria) e, depois, na versão democrática (tal como temos hoje).
- ▶ Propiciam a *estabilização e racionalização* de um determinado *sistema de poder*. A Constituição é um ponto firme, uma base coerente e racional.

- ▶ Podem ter a função mais limitada *de legitimação de um novo titular do poder político*. Sempre que surge um novo Estado, um dos primeiros atos é a convocação de uma assembleia constituinte para fazer uma nova Constituição, quando não se trata de um governo ditatorial, que simplesmente apresenta uma Constituição pronta.
- ▶ A Constituição possui ainda a função de *propaganda e de educação política*. Isso fica mais claro nas Constituições com elevado conteúdo ideológico.
- ▶ Representariam as opções essenciais referentes à *forma de Estado ou regime*, à organização e junções dos *poderes públicos*, e aos *direitos e deveres dos cidadãos*. Relacionam-se ao controle do poder do Estado, bem como à atribuição das principais funções de cada um dos poderes que o compõe.
- ▶ Têm o papel de estar acima de todas as outras normas do país e *condicionar a produção das demais normas* que compõem o ordenamento jurídico. Nenhuma norma pode ser contraditória à Constituição ou não respeitar seus princípios.



Figura 6.8: Aristóteles (384-322 a. C.), dando lições a Alexandre, o Grande, da Macedônia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Alexander_and_Aristotle.jpg

Aristóteles, junto com Platão, são os maiores responsáveis por toda a filosofia até os dias de hoje. Chega-se a dizer que o que veio depois foram apenas notas de rodapé do que eles produziram. A Grécia Antiga foi um manancial de pensadores importantes, e o resgate das ideias de Aristó-

teles e Platão, assim como de outros filósofos e escolas filosóficas para o ocidente moderno, ocorreu ainda na Idade Média, com teólogos cristãos, como Santo Tomás de Aquino, Santo Abelardo, São Boaventura.

Atividade 3

Atende ao Objetivo 3



Figura 6.9: Alta tensão.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/793407>

Segundo Carl Schmitt, a Constituição é válida quando emana de um poder (com a força da autoridade) constituinte e se estabelece por sua vontade (SCHMITT, 1996). Se entendermos a relação de poder como uma dominação, logo, numa situação em que há bilateralidade (alguém que manda e outro que obedece, alguém que pede, outro que acata; alguém que ajuda, outro que é ajudado; alguém que ama, outro que é amado, etc.) não existe poder exercido sobre o vazio; há sempre uma relação. Desse modo, essa noção exposta por Schmitt resolve parte daquela discussão que tivemos na aula passada, quanto à legalidade e à legitimidade do direito. Não basta que a Constituição exista materialmente, é preciso que ela seja válida pelo poder que a institui, para ter validade nas relações sociais.

Além do título e do símbolo de “alta tensão”, você sabe explicar o que quer dizer a mensagem da placa? Não?! Eu também não sei! Deve ser alguma língua eslava: polonês, tcheco, eslovaco. Imaginemos que o que está escrito abaixo do símbolo seja uma nova norma constitucional do poder público. Na visão kelsiana, pelo simples fato de ser uma norma do poder público, terá validade.

Faça uma crítica a essa concepção de Hans Kelsen a partir das reflexões de Carl Schmitt. É possível dizer que, para uma lei ou norma ter validade, basta que o poder público a outorgue? A lei deve ser legítima perante os cidadãos, ou basta que seja legal?

Resposta Comentada

Para uma lei valer, não basta que seja imposta pelo poder público, pois, na verdade, a legitimidade é tão importante quanto a legalidade. A concepção positivista de Hans Kelsen tem o problema de não enfrentar o tema da legitimidade, por dar mais atenção à legalidade. A crítica de Carl Schmitt ao conceito de Constituição de Hans Kelsen se dá pelo seu caráter tautológico. Para Schmitt, a constituição não é válida por si só, a normatividade de Kelsen parece tautologia de simples feitos: algo vale, quando vale e porque vale. No caso da imagem, aquilo que está escrito valeria (na concepção de Kelsen) porque um poder público determinou, e ponto. Sob o ponto de vista de Carl Schmitt, é preciso observar se sociologicamente as pessoas iriam compreender aquela mensagem, se os cidadãos legitimariam aquela norma.

Constitucionalismo e poder constituinte

Constitucionalismo é o complexo de ideias, atitudes, padrões de comportamento elaborados segundo o princípio de que a autoridade governamental é derivada e limitada por uma lei fundamental (Constituição). Fruto das revoluções liberais (inglesa, francesa e americana), é ainda um ramo de estudos da teoria do direito constitucional, que examina o

papel da Constituição no ordenamento jurídico, em especial o tema do *controle de constitucionalidade*. A Constituição moderna, por sua vez, é criada pelo *poder constituinte*.

Pode-se dizer que o constitucionalismo se identifica com a divisão do poder ou, de acordo com a formulação jurídica, com a separação dos poderes. A limitação do governo, a fim de evitar abusos e arbitrariedades, é o primeiro passo para a conquista de direitos e liberdades fundamentais por parte dos indivíduos. O poder político do Estado é expresso na Constituição, mas a legitimidade das nações modernas é dada pelo povo – conjunto de indivíduos de uma nação. Tanto que uma das mais importantes funções da Constituição é garantir os direitos, o que é sinônimo de pleno funcionamento do Estado de direito.

Poder constituinte é o poder que estabelece a Constituição, a organização fundamental de um Estado. Tem origem no contratualismo, com destaque para a ideia de Rousseau sobre a fundação da sociedade civil a partir de um contrato, e dessa união erige-se o supremo comando da vontade geral, de forma indivisível e irrepresentável.

Emmanuel Joseph Sieyès (1748-1836) será o responsável por aperfeiçoar a teoria de Rousseau e combiná-la com o princípio representativo, criando a concepção que temos até hoje de poder constituinte. No ano de 1789, pouco antes de estourar a Revolução Francesa, o rei convoca os chamados *Estados Gerais*, espécie de órgão colegiado, formado por três estados, o clero, a nobreza e o povo, que detinham o poder de alterar as leis fundamentais.

Nos Estados Gerais, cada estado possuía um voto. E como, em geral, o clero se aliava à nobreza; em praticamente todas as votações, o povo (a burguesia, melhor dizendo) saía derrotado. Sieyès torna-se o autor do poder constituinte quando questiona a representação na reunião dos Estados Gerais. Ora, se o povo é maioria, como pode ter só um voto? Por isso, Sieyès propõe o voto por cabeça, e, como o povo era maioria em número, conseguiria vencer em todas as votações.

No livro *O que é o terceiro Estado?*, Sieyès já aponta que o poder constituinte é anterior à Constituição, ele é a origem dos poderes do Estado. Os poderes são constituídos ou feitos pelo poder constituinte, como se fossem os construtores do edifício jurídico constitucional.

Qual o argumento utilizado para defender a titularidade do poder constituinte nas mãos do povo? O poder constituinte originário é a vontade geral, que está representada na Assembleia (reunião dos Estados Gerais torna-se uma assembleia), e a nação ganha o sentido estatal.

Sieyès iguala esses dois conceitos para mostrar que o Estado é do povo, e não da minoria composta pela nobreza e pelo clero. Percebe-se que o inimigo principal é a nobreza. Todo o movimento inspirado no iluminismo e no contratualismo rousseauiano é feito contra o absolutismo decadente na França.

FACÇÃO

Atualmente, equivale a partido político, aquilo que divide o todo. Significa o grupo de indivíduos partidários de uma mesma causa em oposição à de outros grupos. Segundo o dicionário *Houaiss*, no Império Romano, as facções formavam-se entre os lutadores de circo e seus respectivos torcedores; mais tarde, formaram-se entre diversos grupos da cidade e do campo, que rivalizavam entre si; na modernidade, o termo passou a designar cada grupo antagônico que disputa a supremacia política.

Sieyès quer dizer que a nobreza é uma **FACÇÃO**, e isso põe a perder o “*interesse nacional*”, ainda que esse termo possa parecer um pouco anacrônico. Rousseau já falava contra as facções. De Rousseau toma-se que a vontade da facção é inimiga da geral. O que vale é a vontade geral, e Sieyès diz que não há mais situação social para justificar a divisão da nação em estados (clero, nobreza e povo [terceiro estado]). A nobreza já teve o seu papel, porque antes o mundo era a guerra, e hoje é o comércio. Ou seja, explica que a liderança de um grupo sobre a sociedade tem um tempo; se as coisas mudam, é preciso que o poder também mude.

Portanto, como a nação é idêntica à ideia de soberano, enquanto poder constituinte originário, é a nação quem faz a Constituição e a altera quando desejar.

As principais características do poder constituinte, segundo Sieyès:

(a) *poder ilimitado*: não se sujeita/submete a nenhuma norma jurídica;

(b) *poder incondicionado*: não há nenhum procedimento previamente estabelecido que condicione a manifestação do poder constituinte. Quem tem o poder convoca uma Assembleia Nacional Constituinte (o que acabou se tornando a reunião dos estados gerais da França em 1789) ou impõe uma Constituição;

(c) *poder imprescritível*: pode se manifestar a qualquer tempo;

(d) *poder inicial*: uma manifestação do poder constituinte significa uma ruptura com o passado, com a ordem jurídica anterior. O poder constituinte é criador, como se fosse um nascimento. Cria-se um novo fundamento de validade para a ordem jurídica;

A título de exemplo, pode-se dizer que o Brasil “nasceu” constitucionalmente, pelo menos, sete vezes, pois tivemos sete Constituições: a Constituição do Império do Brasil, de 1824; a Republicana, de 1891; a Constituição de 1934; a Constituição do Estado Novo, de 1937; a Constituição de 1946; depois do golpe, a Constituição de 1967 e uma considerável alteração em 1969; e a Constituição de 1988, que está em vigor.



Figura 6.10: Abertura dos Estados Gerais (França, 5 de Maio de 1789). Tela de Auguste Couder (1790–1873).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Couder_Stati_generali.jpg



Poder constituinte originário e derivado

Poder constituinte originário é aquele que funda a ordem jurídica da nação. Quando em momentos excepcionais, os representantes se reúnem para formular uma nova Constituição. A fim de promover as alterações necessárias e permitir o funcionamento do sistema, o poder constituinte originário cria poderes constituintes derivados. Há duas modalidades, sendo a primeira o poder constituinte previsto para a revisão ou reforma daquilo que foi estabelecido pelo poder constituinte originário; trata-se do poder constituinte de revisão, ou reforma. A segunda é o poder constituinte dos estados federados, ou seja, cada estado (Paraná, Ceará, Acre, Rio de Janeiro...) tem um poder constituinte decorrente do poder constituinte originário e, com esse poder, tem algumas atribuições, certa margem de autonomia para gerir o estado, fazer uma constituição

estadual para tratar dos temas que lhe cabe. No atual federalismo brasileiro, as principais competências das unidades federativas (estados) dizem respeito à segurança (por isso, cada estado tem sua polícia) e à educação.

Pós-positivismo e a teoria dos princípios

Na aula anterior, tratamos do pós-positivismo como uma tentativa de superar o positivismo introduzindo os valores de justiça e legitimidade, para reaproximar as noções de ética e direito. Desse modo, os princípios constitucionais passam a ser a síntese de valores abrigados no ordenamento jurídico. Os princípios têm como papel:

- (a) congregar valores;
- (b) dar unidade ao sistema;
- (c) condicionar a atividade do intérprete.

São modos de consolidar as garantias aos direitos do cidadão, preocupando-se com a efetividade do direito, e não apenas a apresentação do princípio em lei.

No constitucionalismo moderno, os princípios ganham centralidade. Qualquer defesa jurídica não pode deixar de atentar para os princípios como escudos para a defesa dos direitos e garantias fundamentais.

No Brasil, o marco desse novo tratamento ao direito constitucional foi a Constituição de 1988. A Constituição deixa de ser apenas um documento político, que diz respeito à separação de poderes, às competências de cada poder, etc., e passa a significar o instrumento das pretensões jurídicas, servindo de instrumento diário de todo advogado, defensor, promotor, juiz, e do cidadão em geral. Qualquer questão que repercuta nos direitos fundamentais do cidadão, seja o não pagamento da taxa de condomínio até um assassinato, envolve princípios e regras constitucionais.

Atividade 4

Atende aos Objetivos 4 e 5



Figura 6.11: Detalhe do preâmbulo da Constituição dos Estados Unidos, de 1787.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Constitution_We_the_People.jpg

O destaque é dado para a passagem em que consta “We the People” (Nós, o Povo) – no preâmbulo da Constituição dos Estados Unidos, de 1787. É a marca da adesão do constitucionalismo norte-americano ao princípio democrático e representativo.

O rei absolutista precisava legitimar-se de alguma maneira. A evolução do Estado absolutista para o constitucional passa pela ideia de que o povo é o legitimador da soberania estatal. A nova legitimidade política é dada pelo povo.

Constituição Brasileira de 1988:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único - A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Matéria do jornal *Euronews*, 8 de março de 2013:

Dia da Mulher: 7 em cada 10 mulheres são vítimas de algum tipo de violência

Fonte: <http://pt.euronews.com/2013/03/08/dia-da-mulher-7-em-cada-10-mulheres-sao-vitimas-de-algum-tipo-de-violencia/>

a) Qual a relação da frase na **Figura 6.10** com o constitucionalismo moderno?

b) A manchete da notícia refere-se à violência contra a mulher em todo o mundo. O artigo 4º da Constituição brasileira aponta princípios que o país deve adotar nas relações internacionais. Aponte qual princípio do Art. 4º da Constituição brasileira que melhor se relaciona com a manchete da notícia? Faça um comentário a respeito.

Resposta Comentada

a) A resposta consta na própria questão. Você precisa relacionar o conceito de constitucionalismo, que ampara a legitimidade do poder político do Estado no povo, com a frase da figura “Nós, o povo”. A ideia é que o poder político expresso na Constituição existe por vontade popular, por isso a Constituição dos Estados Unidos, assim como a brasileira, aponta em seu preâmbulo que os direitos e deveres constitucionais partem da vontade do povo, bem como o poder constituinte, para existir, prescinde de legitimidade democrática.

b) O inciso II do art. 4º da Constituição federal dispõe sobre a prevalência dos direitos humanos. Esse é um princípio apontado para estar presente em todas as relações sociais. Nas decisões políticas de relações com os demais países, o Brasil deve observar se há respeito aos direitos

humanos, como a não violência contra a mulher, ao relacionar-se com outras nações. Significa que o Brasil optou por defender os direitos humanos em seu próprio solo e diante das relações internacionais; como o próprio texto aponta, os direitos humanos *prevalecem* sobre as demais relações. No âmbito interno, o artigo 5º da Constituição Federal, que apresenta os principais princípios que devem reger a vida social da nação, também compreende os direitos humanos, ao dispor:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

Neste mesmo artigo, o parágrafo 3º reafirma o compromisso internacional do país:

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

Conclusão

Leia o trecho a seguir:

Desde há muito, tem sido objeto de crítica o fato de a democracia liberal se restringir a aspectos formais. Alega-se que a democracia tem-se limitado ao reconhecimento legal de determinadas regras do jogo democrático (tais quais o pluralismo partidário; o voto direto, secreto, universal e periódico; a liberdade de imprensa, entre outras), sem que tal reconhecimento legal resulte na conformação de sociedades verdadeiramente democráticas. As democracias contemporâneas se caracterizariam, na realidade, pelo desinteresse generalizado pela política; pela grande influência do poder econômico sobre os processos eleitorais; pela manipulação da opinião pública pelos meios de comunicação; pela corrupção generalizada dos governos; pela ausência de fidelidade dos governantes aos princípios de seu partido e às propostas de campanha, etc. Diversas são as vertentes do pensamento político que elaboram críticas como estas; desde realistas – que

sublinham o caráter elitista da democracia contemporânea –, até marxistas, passando por liberais igualitárias (SOUZA NETO; BERCOVICI; MORAES FILHO; LIMA, 2003, p. 3, 4)

Uma das superações do formalismo da democracia liberal, que fundou a noção moderna de onstitucionalismo e poder constituinte, consta no pós-constitucionalismo que procura valorizar os princípios. O formalismo muitas vezes impede a efetividade da justiça, como uma conquista dos indivíduos diante do Estado. Vimos como o controle do poder político foi iniciado por meio de cartas que restringiam ações do monarca, assim como posteriormente as Constituições modernas apresentaram um amplo mecanismo para evitar arbitrariedades dos governantes e garantir liberdade aos cidadãos. A primazia dos princípios como orientadores das interpretações constitucionais procura dar uma saída à excessiva formalidade da justiça, a fim de tornar efetiva a Constituição, para fazer valer o que está escrito, e que aquilo que significa dignidade humana não seja apenas um termo constitucional, mas funcione para reivindicar acesso à moradia, à educação, a um tratamento adequado nos hospitais públicos, à creche para as crianças, a não ser coagido pelas forças repressoras do Estado sem prévio cometimento de crime ou delito, de ser tratado com respeito nos espaços públicos, etc.

Lidar com o conceito de Constituição é perceber a centralidade que essa palavra tem no cotidiano. São comuns as manchetes de jornais mencionando essa noção: “Um tribunal constitucional para o Brasil” (*Jornal do Brasil*, 2012), “Constituição venezuelana em frangalhos” (*Estadão*, 2012), “Afronta à Constituição” (*Estadão*, 2012), “Royalties: Congresso se mobiliza para alterar Constituição” (*O Globo*, 2013), “Há mesmo uma ditadura dos juízes? Reflexão sobre a legitimação constitucional do Poder Judiciário” (*Gazeta do Povo*, 2012). Em todas essas menções, o que fica claro é o caráter quase sagrado da Constituição na vida civil contemporânea, justamente porque ela serve para congregar um complexo aparato de garantia das liberdades individuais, bem como o controle dos poderes políticos e o acesso à justiça. Trata-se do maior instrumento para a garantia democrática, tanto no sentido individual – de liberdades e direitos individuais – quanto no coletivo – de deveres políticos sociais, controle do poder político, separação de poderes, vontade popular, etc.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2, 3, 4 e 5

Por mais que as Constituições sejam consistentes, não podem ter a pretensão de ser imutáveis. O constitucionalismo compreende a modificação pela via formal como um meio de reforma constitucional, situação prevista na própria Carta, que disciplina o modo como isso poderá acontecer, e nela se inclui a emenda constitucional. A via informal de alteração é pela mutação constitucional, quando o sentido da norma é alterado sem que se altere o conteúdo do texto, o que revela certa plasticidade das normas constitucionais. Um dos principais instrumentos para a mutação constitucional é a interpretação. Sobre isso, o professor Luiz Roberto Barroso aponta que a presença de enunciados normativos de textura aberta, como conceitos jurídicos indeterminados – e.g., ordem pública, dano moral, interesse social, abuso de poder econômico, calamidade pública – e os princípios – e.g., dignidade da pessoa humana, igualdade, moralidade – tornam o intérprete [cidadão, advogado, defensor público, juiz, etc.] coparticipante do processo de criação do Direito. Sua função já não consistirá apenas em um papel de conhecimento técnico, voltado à revelação de soluções integralmente contidas no texto normativo (2009, p. 129).

Emenda constitucional refere-se a modificações, supressões ou acréscimos feitos ao texto constitucional, mediante procedimento disciplinado pela própria Constituição. O artigo na Constituição Federal de 1988 a respeito da *reforma constitucional* por meio de emenda é o art. 60, que dispõe (com grifos nossos):

Art. 60. A Constituição poderá ser *emendada* mediante proposta:

I – *de um terço*, no mínimo, dos membros da *Câmara* dos Deputados ou do *Senado* Federal;

II – *do Presidente* da República;

III – *de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação*, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º – A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º – A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º – A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º – *Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:*

I – a *forma federativa* de Estado;

II – o *voto direto, secreto, universal e periódico*;

III – a *separação dos Poderes*;

IV – *os direitos e garantias individuais*.

§ 5º – A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (CRFB/88).



Figura 6.11: Corda de enforcamento.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/620961>

1. Se o governo brasileiro quisesse aprovar a pena de morte em lei, seria possível através de emenda constitucional? Justifique.

2. E para uma mutação constitucional por meio de nova interpretação, seria possível tornar existente no Brasil a pena de morte? Justifique.

3. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 previu, para o ano de 1993, um plebiscito para definir a forma (república ou monarquia) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que o país iria adotar a partir daquele ano. Na votação, realizada em 7 de setembro de 1993, a população optou pela *República Presidencialista*. E se hoje um parlamentar pretender aprovar uma lei para instituir o parlamentarismo no Brasil, com base nos princípios fundamentais do Estado brasileiro, seria possível retirar a cláusula republicana e instituir um governo parlamentarista ou uma monarquia por meio de emenda à vigente Constituição? Justifique.

Resposta Comentada

1. Todas as três questões lidam com o mesmo assunto da possibilidade de reforma constitucional por meio de emenda, e as respostas são parecidas. Para a primeira pergunta, a resposta é negativa: o governo não pode instituir a pena de morte, a não ser que a Constituição seja alterada, pois como consta no art. 60 §4º, os direitos e garantias individuais não são passíveis de alteração por emenda constitucional. Na Constituição, onde consta o título sobre os *direitos e garantias fundamentais*, há dentro o capítulo referente aos *direitos e deveres individuais e coletivos*, que dispõe, no art. 5º, inciso XLVII – “não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX”. Há uma possibilidade para *a vigorar* a pena de morte no Brasil: quando houver guerra declarada; mas em situações normais, a proibição à pena de morte é uma garantia individual.

2. Aqui você poderia adentrar no debate a respeito do constitucionalismo contemporâneo e sobre a importância dos princípios. A resposta também é negativa: não seria possível uma mutação constitucional pela via informal para instituir a pena de morte no Brasil, através de mudança interpretativa, porque não se pode superar princípios e garantias individuais e coletivas, ou seja, esse tipo de alteração constitucional esbarra nos princípios constitucionais. Além disso, a vedação à pena capital é taxativa; uma mudança só pode ocorrer pela via formal, alterando-se o texto através de uma nova Constituição.

3. A leitura do art. 60, § 4º da Constituição federal não aponta que a forma de governo seja cláusula pétrea, ou seja, pode-se pensar que a *República* não é uma forma imutável de governo exercido no Brasil. Contudo, apesar de o termo República não constar expressamente do rol das cláusulas pétreas do § 4º do artigo 60 da Constituição Federal, a alteração da forma e do sistema de governo no Brasil só seria possível por meio de revisão constitucional, através de plebiscito popular – o que já aconteceu em 1993. Só o poder constituinte teria poder para fazer alterações a esse respeito, e não o poder constituinte reformador por meio de emenda constitucional. Mas como o poder constituinte já se manifestou em 1993, não há mais cabimento um novo plebiscito sobre o mesmo tema.

Resumo

1. No Estado moderno, a expressão do direito é a Constituição do país. É nessa construção jurídica chamada Constituição que os direitos e garantias do cidadão diante do Estado são expressos; dentro dela é possível saber a respeito dos direitos e deveres dos cidadãos e do poder público, em nome da construção de algo que se chama nação.
2. A Magna Carta, de 1215, na Inglaterra, significou um marco do longo processo que leva ao surgimento do constitucionalismo moderno na luta contra o poder arbitrário e pelo controle do poder público.
3. Outros documentos históricos importantes do direito inglês foram: o *Habeas Corpus*, em 1679; a *Petição de Direitos*, de 1628; o *Bill of Rights*, depois da Revolução em 1689; e o *Act of Settlement*, de 1701.
4. Momento marcante do constitucionalismo moderno foi a Independência norte-americana, de 1776, que também surge como uma luta pela soberania e pela liberdade local.

5. A Revolução Francesa, de 1789, deixou um legado para os direitos e a construção do Estado moderno constitucional, conforme os seguintes pontos: (I) abolição do sistema feudal; (II) promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789; (III) elaboração de uma nova Constituição para a França, em 1791; (IV) elaboração de uma Constituição civil do clero, de 1790, que procurava acentuar a separação entre Igreja e Estado, dentro de um processo de modernização da sociedade.

6. Vários princípios alicerçados na experiência política inglesa, francesa e norte-americana – junto da própria tradição jurídica ibérica (Portugal e Espanha) – foram incorporados ao direito brasileiro, como o princípio da igualdade, da confiança na lei, do respeito ao estrangeiro, do direito à vida, direito à liberdade, direito à igualdade, direito à segurança, direito à propriedade, direito ao devido processo legal, e ao *habeas corpus*.

7. Constituição é o ponto de partida dos princípios fundamentais ou procedimentos estabelecidos de um estado ou organização política. Uma Constituição tem um conceito duplo, formal e material. Materialmente, Constituição é o complexo de normas jurídicas. Formalmente, Constituição é o instrumento fundamental, são as normas de maior hierarquia do ordenamento jurídico.

8. Contemporaneamente, as Constituições possuem os seguintes componentes: (I) servem como garantia das liberdades fundamentais; (II) propiciam a estabilização e racionalização de um determinado sistema de poder; (III) podem ter a função mais limitada de legitimação de um novo titular do poder político; (IV) possuem, ainda, a função de propaganda e de educação política; (V) representariam as opções essenciais referentes à forma de Estado ou regime, à organização e às junções dos poderes públicos, bem como aos direitos e deveres dos cidadãos; (VI) têm o papel de estar acima de todas as outras normas do país e condicionar a produção das demais normas.

9. Cláusulas pétreas – são as partes da Constituição que não podem ser alteradas por emenda constitucional, tampouco abolidas por qualquer outra norma.

10. Constitucionalismo é o complexo de ideias, atitudes e padrões de comportamento elaborados segundo o princípio de que a autoridade governamental é derivada e limitada por uma lei fundamental (Constituição).

11. Poder constituinte é o poder que estabelece a Constituição, a organização fundamental de um Estado. Emmanuel Joseph Sieyès (1748-1836) será o responsável por aperfeiçoar a teoria de Rousseau e combiná-la com o princípio representativo, criando a concepção que temos até hoje de poder constituinte.

12. A respeito do pós-positivismo e da teoria dos princípios, vimos que os princípios constitucionais passam a ser a síntese de valores abrigados no ordenamento jurídico. Os princípios têm como papel: (a) congregar valores; (b) dar unidade ao sistema; (c) condicionar a atividade do intérprete.

Informação sobre a próxima aula

Em nossa próxima aula, prosseguiremos com o tema do constitucionalismo, dando mais atenção para o diálogo entre a perspectiva jurídica e as demandas da sociedade.

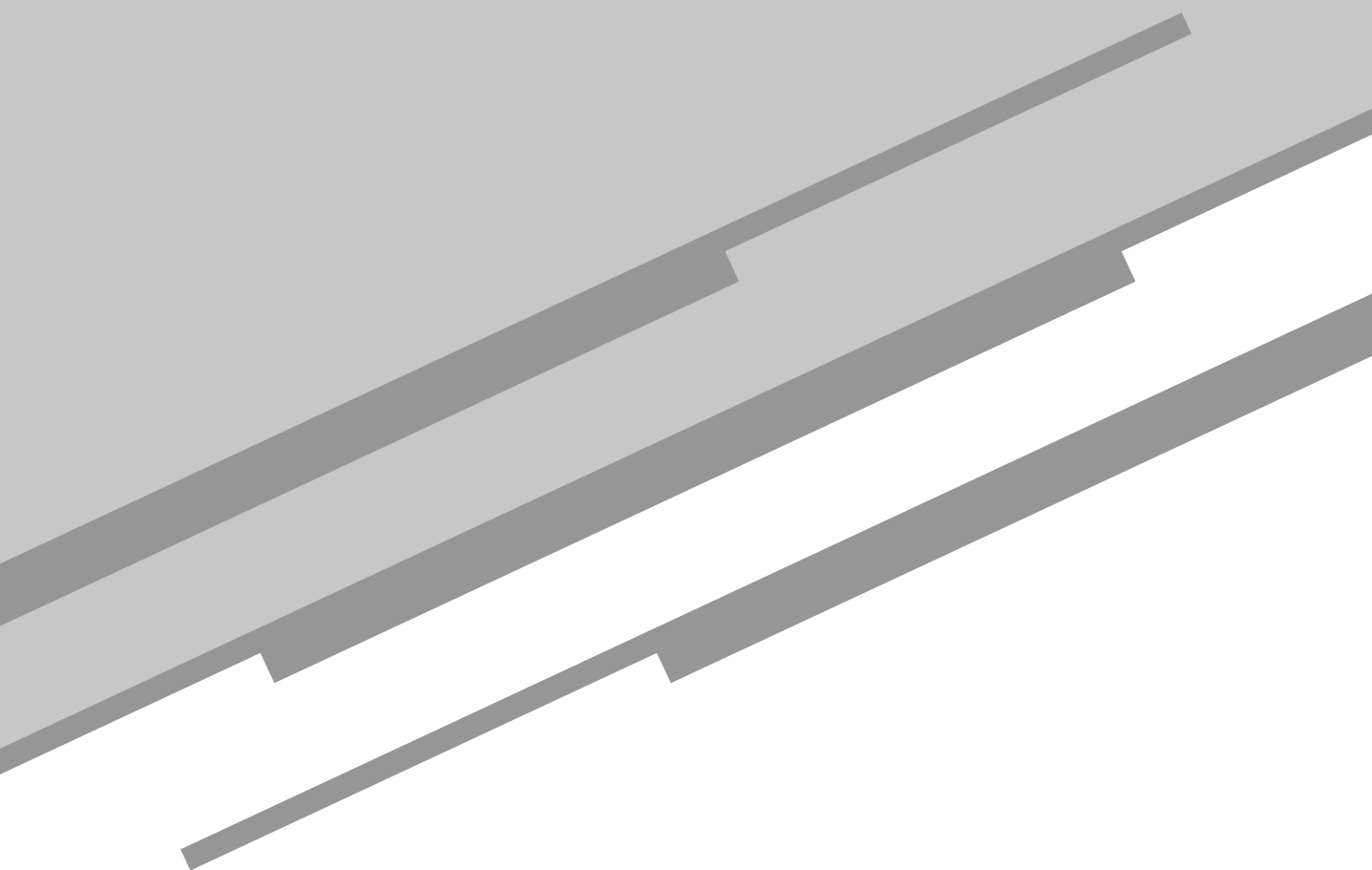
Leituras recomendadas

Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao-compilado.htm.

Aula 7

Constituição e sociedade I



*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Metas

Estabelecer a centralidade da ideia de efetividade no debate entre Constituição e sociedade, e ter uma compreensão geral sobre a elaboração das leis.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar como a Constituição moderna significa uma espécie de segurança ao Estado Democrático de Direito;
2. reconhecer os fatores reais de poder da Constituição;
3. descrever o processo de elaboração e alteração constitucional;
4. identificar como uma lei é produzida.

Introdução

Uma coisa e outra: Constituição e sociedade

A introdução desta aula não é muito diferente daquilo que vimos na Aula 5, quando tratamos de “Direito e sociedade”. Ao pensarmos em “Constituição e sociedade” também relacionamos a existência das sociedades modernas vinculadas a normas que apresentam os direitos e as garantias dos indivíduos, a organização dos poderes políticos, e aquilo que diz respeito à organização da vida em sociedade.

O que é uma sociedade? Trata-se de um agrupamento de seres que vivem em conjunto e em colaboração mútua. Podemos chamar de sociedade brasileira os indivíduos que vivem dentro do território nacional e que se relacionam em prol de objetivos comuns – paz, bem-estar, felicidade coletiva, melhoria das condições sociais, pleno emprego, etc.

E o que significa uma Constituição? É aquilo que constitui essa sociedade, trata-se de um documento político e jurídico que procura mostrar o que a sociedade é e o que ela quer ser. Se você ler os primeiros artigos da Constituição brasileira de 1988, irá notar que ela diz o que somos: uma sociedade democrática, com poderes políticos divididos, republicana, plural, etc., e que temos metas em conjunto a cumprir, tais como a prevalência dos direitos humanos, a paz entre os povos, a igualdade entre todos os indivíduos, o acesso à educação, à saúde, etc.

A premissa básica que não podemos abandonar é a seguinte: onde está a sociedade, está o direito, e vice-versa. Não é possível organizar um grupo tão grande quanto a sociedade brasileira (que conta com quase 200 milhões de habitantes), sem leis acessíveis e observáveis por todos. Daí ser tão importante conhecer a Constituição.

Toda sociedade pressupõe uma estrutura jurídica mínima, cujo sentido pode ser pensado como o de uma Constituição. Uma sociedade sem leis fundamentais não é uma sociedade, mas algo próximo de um estado de natureza, de uma situação anormal ou anárquica. A história da Constituição está relacionada à luta de grupos sociais pela limitação do poder absoluto das monarquias, mediante a proteção dos direitos civis, políticos e posteriormente sociais.

A aula procura reforçar que não há Estado democrático de direito sem Constituição que defina as linhas básicas de um ordenamento jurídico, cuja finalidade é dar forma, orientação e segurança à vida social.

Logo em seguida, há duas figuras que servem para ilustrar um termo já utilizado na aula anterior: “edifício constitucional”.



Figura 7.1: Interior da Catedral de Lincoln – Lincolnshire, Inglaterra.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1414366>

Lincoln Cathedral, ou Igreja Catedral da Virgem Maria de Lincoln, foi inicialmente construída em 1088, e entre os anos de 1311 e 1549 era considerada o prédio mais alto do mundo. É parte da Igreja da Inglaterra e funciona até hoje.



Figura 7.2: Estádio Olímpico João Havelange (Engenhão), construído em 2007, sendo de propriedade da Prefeitura do Rio de Janeiro. O local foi levantado para sediar as competições de atletismo e futebol dos Jogos Pan-americanos de 2007 e vinha sendo utilizado como palco de jogos de futebol até março de 2013, quando foi interditado por problemas estruturais na cobertura.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenh%C3%A3o_panor%C3%A2mica_\(12-OUT-2009\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenh%C3%A3o_panor%C3%A2mica_(12-OUT-2009).jpg)

Observando as figuras: o que garante a sustentação desses dois edifícios? Estruturalmente, as colunas, paredes e os arcos de ferro. O que dá segurança para alguém entrar no interior da Catedral de Lincoln ou no estádio do Engenhão é a confiança de que o teto não irá desabar ou que as paredes não cairão.

Um jurista alemão, chamado Karl Loewenstein (1891-1973), mostrou que os três incentivos fundamentais que dominam a vida do homem na sociedade e regem as relações humanas são: *o amor, a fé e o poder*. E isso não é diferente com a formação e funcionamento da Constituição. Esse mesmo autor aponta que a luta pelo domínio da infraestrutura dinâmica das instituições sociais é definida como sendo a política. As constituições modernas são o principal resultado das disputas políticas. O movimento dos homens em torno daquilo que as pessoas amam, acreditam e procuram exercer poder tem, como um dos resultados práticos e visíveis a todos, o documento constitucional.

Quando falamos *edifício constitucional*, a intenção é que você compreenda a Constituição justamente como um prédio. As colunas são as *cláusulas pétreas* – aquele rol de direitos e garantias fundamentais que não pode ser alterado e, se modificado, pode provocar a interdição da nação, e todo o desgaste para erigir-se um novo edifício constitucional, com novas paredes e janelas. O material que produz esse edifício, conforme iremos estudar nesta aula, são os fatores reais de poder. É como se disséssemos que a Constituição é uma síntese de forças articuladas em tensão ou conciliação. Ou seja, os deputados eleitos que representavam os trabalhadores procuravam levantar paredes para a defesa dos direitos trabalhistas; os deputados que representavam os religiosos procuraram garantir a liberdade de religião; os representantes que queriam promover a justiça social procuraram construir projetos para erradicar a pobreza, e assim por diante...

O que a Constituição assegura aos cidadãos?

A dinâmica entre Constituição e sociedade procura entender o país formal (aquilo que está escrito nas leis) diante do país real (como a sociedade funciona na prática).

Quando lemos na **CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA**, no art. 6º que diz “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...”, na prática, há muitas

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Quando não mencionamos exatamente a Constituição brasileira à qual estamos nos referindo, é porque se trata da Constituição brasileira atual, de 1988. Portanto, todas as vezes que aparecer “Constituição brasileira”, “Constituição Federal”, “Constituição brasileira de 1988”, “lei fundamental”, “lei suprema”, “lei das leis”, “lei maior”, “carta-mãe”, “carta da república”, “texto constitucional” ou, ainda, “Magna Carta”, tudo se refere ao mesmo documento que rege as leis brasileiras, promulgado em 1988. O nome completo é “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Antes de 1988, o Brasil teve outras constituições: a do Império, em 1824; da primeira República, de 1891; da segunda República, de 1934; do Estado Novo, de 1937; a democrática, de 1946; a do regime militar, de 1967 (que contou com uma profunda modificação em 1969), e a chamada “Constituição cidadã”, de 1988, que segue em vigência.

peças sem acesso à educação, mal alimentadas, desempregadas, sem moradia própria, sem direito ao lazer, vivendo em situações de insegurança, etc. Aquilo que é escrito na Constituição, no mais das vezes, não encontra concretude na realidade.

Teoricamente, quando o texto fundamental das leis de um país já não consegue adquirir materialidade, não funciona; é hora de chamar uma nova constituinte e escrever um novo documento.

Mas para que precisamos de uma Constituição? Vimos na aula anterior que esse documento formal foi resultado de conflitos políticos a fim de garantir direitos àqueles que lutavam contra as arbitrariedades do poder e, gradativamente, a sociedade foi conquistando direitos civis, políticos e sociais. A Constituição existe para que os cidadãos possam exercer seus direitos fundamentais e ter segurança na vida em sociedade, promovendo o Estado Democrático de Direito – nas situações em que o poder constituinte originário é democrático.

Estado Democrático de Direito significa que o exercício do poder governamental é restringido por leis. Essa limitação do poder estatal existe para evitar governos opressivos, assim como designa que cada cidadão tem suas liberdades civis listadas em lei e tem o direito de dirigir-se à Justiça contra qualquer outro cidadão, ou mesmo contra o Estado. *Não é possível um país ser democrático e liberal se não contar com o Estado Democrático de Direito.*

Ainda que muitas injustiças sejam praticadas, a Constituição aparece como instrumento máximo de defesa legal em vários problemas do cotidiano das pessoas. Imagine que um amigo trabalhou um ano em uma empresa, foi demitido sem justa causa, e não recebeu qualquer indenização trabalhista. Acima de tudo, além do aspecto moral, legalmente, o que garante o direito do trabalhador é o art. 7º da Constituição Federal; a partir dos direitos elencados nesse artigo são compreendidas as demais normas, como a própria CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). O amparo sobre qualquer reivindicação e fundamento das demais leis trabalhistas está na Constituição.

Caso não houvesse essa garantia, o seu amigo não teria como recorrer à Justiça para reivindicar direitos, e vigoraria a barbárie da justiça com as próprias mãos. Desse modo, a Constituição é um marco civilizatório, em que os homens evitam confrontos diretos porque existe esse instrumento que elenca direitos e deveres sobre quase todas as relações sociais dentro de um país.

A intenção desse curso é que possamos sair do argumento meramente jurídico, de achar que o conteúdo da Constituição representa diretamente aquilo que o país é de verdade. Alguém que teve a oportunidade de ler a Constituição brasileira pode considerar os direitos e garantias fundamentais uma maravilha, mas basta abrir um diário qualquer para saber das notícias para reagir com espanto: *o país constitucional não é o país que aparece nos jornais*.

Há algo de errado? Sim e não. Em grande parte as coisas estão erradas, porque a Constituição mostra-se falha em obrigar os entes públicos e os cidadãos a cumprirem as regras. Não está tão errado em certa parte, quando se reconhece que muitos artigos são programáticos, que servem para dar uma direção ao poder político e aos cidadãos, e fazer uma sociedade mais justa e cidadã.

Especialmente no caso da Constituição brasileira de 1988, muitos dos artigos expostos têm esse caráter programático e servem a um objetivo fundamental. Por exemplo, *a defesa da paz nas relações internacionais*, que está no art. 4º, VI da Constituição brasileira: trata-se de um fim, de um objetivo futuro que os constituintes acreditaram que faz parte de um valor comum da nação brasileira e, portanto, deveria ser escrito como algo a ser feito pelo Brasil. Contudo, é impossível vincular o país em todas as situações, a qualquer tempo para a defesa da paz nas relações com outros países. Caso haja uma ameaça real de um país estrangeiro, as forças armadas não poderão deixar de reagir, justificando que há um **DISPOSITIVO** constitucional para promover a defesa da paz. Isso mostra como a constituição não serve apenas para consolidar direitos e liberdades fundamentais antigos, mas em alguns casos conta com dispositivos para um projeto de futuro da nação.

Nas páginas seguintes, iremos recompor a noção apreendida anteriormente sobre o significado de uma Constituição moderna, entre a afirmação do poder do Estado e a afirmação dos direitos individuais. Nessa relação entre Constituição e sociedade, trataremos dos fatores reais do poder. A seguir, será possível ter uma breve noção sobre como funciona o processo de elaboração das leis constitucionais.

DISPOSITIVO

É um fragmento de legislação, uma parcela de um documento normativo. Pode ser o *caput* (a cabeça) de um artigo, um *inciso* (que se identifica por numeração romana, I, II, III, ...), ou um *parágrafo* (podendo ser “único”, ou, quando mais de um, indicado pelo símbolo §).

Constituição e sociedade

Entender as relações entre Constituição e sociedade é saber que a Constituição não cria a pobreza nem a riqueza, a fome nem a comida, a educação nem o analfabetismo, a vida nem a morte.

EFETIVIDADE

Caráter, virtude ou qualidade do que é efetivo, que possui a faculdade de produzir um efeito real e de funcionar normalmente, que possui existência real.

Juridicamente, anota-se que as leis precisam atingir três planos: o da *existência* (ou vigência), o da *validade* e o da *eficácia*. Ou seja, as normas (ou leis) precisam *existir* materialmente e precisam ser *válidas*. Por isso, há um poder público que dá validade, pois não é qualquer pessoa que pode emitir uma lei, escrever um código e mandar os demais cumprirem.

Requer-se um poder que valide aquela norma que pretende ter eficácia social, justo porque uma norma não pode existir sem compreender um objetivo. Por exemplo, se existe no art. 121 – “Matar alguém; Pena – reclusão, de seis a vinte anos”, do Código Penal brasileiro, essa punição de privação da liberdade para aquele que comete homicídio significa que a eficácia da norma contra aquele indiciado por cometer esse crime é a realização de um processo para que o mesmo seja considerado sentenciado como culpado ou inocente – tornando a norma eficaz. Há ainda um quarto plano, proposto pelo professor Luís Roberto Barroso (2009), que é o da *efetividade*. Efetividade constitucional significa o cumprimento da norma, a realização do direito, o desempenho concreto de sua função social, representando essa união necessária entre aquilo que está escrito constitucionalmente e a vida real da sociedade, aproximando o dever ser normativo e o ser da realidade social.

Constituição é um documento para afirmação dos direitos fundamentais econômicos e sociais, vinculados a uma organização do poder político. Para nós, a questão é saber avaliar a dimensão e as consequências dos princípios constitucionais e a **EFETIVIDADE** das leis fundamentais.

Tanto aquilo que consta nos artigos constitucionais, como a realidade social, e a distância ou aproximação entre esses dois pontos – constituição e sociedade –, partem de configurações políticas.

Há vários sujeitos, grupos e forças conflitantes e, às vezes, concorrentes, dentro de uma sociedade. O resultado desse emaranhado de fatores em alguma medida aparece na Constituição.

Por exemplo, os desejos dos trabalhadores em aumentar seus salários muitas vezes encontra obstáculo no projeto dos empresários em aumentar seus lucros; o desejo da burocracia estatal em aumentar os impostos sobre as indústrias esbarra na expansão do setor em disponibilizar produtos mais baratos; o desejo dos liberais em promover privatizações é antagônico ao rumo socialista de concentrar a economia no poder do Estado, e assim por diante. Esses são apenas alguns casos de conflitos existentes entre cidadãos, grupos sociais e o Estado.

Ao levantar a pergunta sobre o que é a Constituição, *Ferdinand Lassalle* (1825-1864) mostrou que ela não é uma lei como as outras, mas sim a lei fundamental da nação: lei básica (mais que todas as outras) que fundamenta outras leis e significa uma necessidade ativa. De modo que a Constituição é determinada pelo que ele chamou de fatores reais do poder. Lassalle promove uma diferença entre a constituição escrita (que, enquanto documento, é apenas uma folha de papel) e a constituição real (determinada pelos fatores reais de poder).

Mas o que são esses *fatores reais de poder*? O autor alemão explica esse termo a partir de uma suposição: se em um país desaparecessem, por um incêndio geral, e fossem apagados todos os arquivos da lei constitucional escrita, e não houvesse mais como dizer o que estava escrito na carta magna, seria preciso refazer a constituição desde o começo, do fundamento ao telhado. Nesse meio-tempo, o que seria constitucionalmente real? O que as pessoas credenciariam, quais leis fundamentais seriam consideradas válidas? Aquilo que vai além do papel e que vigora é a realidade dos poderes de uma nação, responde o autor. No exemplo apresentado por Lassalle, em um país com regime monárquico, com o desaparecimento das leis escritas, o monarca seria capaz de dizer:

Podem estar destruídas as leis, porém, a realidade é que o Exército subsiste e me obedece, acatando minhas ordens; a realidade é que os comandantes dos arsenais e quartéis põem na rua os canhões e as baionetas quando eu o ordenar, e, apoiado neste poder real, efetivo, das baionetas e dos canhões, não tolero que venham me impor posições e prerrogativas em desacordo comigo (LASSALLE, 1933 [1863]).

O que vale, portanto, não é o escrito da Constituição, mas aquilo que subsiste independentemente dela, em que ela é o resultado prático, confirmando a noção de que a Constituição é uma garantia social, mais do que um documento que vincula a ação dos homens.

Fatores reais de poder podem ser os grandes industriais, os sindicatos, os trabalhadores organizados, as instituições religiosas com poder de influência política, o exército, o presidente da República, os deputados, etc. Como se perguntássemos, em uma condição hipotética como a descrita por Lassalle, na inexistência de quaisquer leis escritas: em quem você confiaria o poder, quais grupos sociais e cidadãos seriam as referências para reger a sociedade? O presidente da República? A Igreja? O sindicato? Os militares? O Movimento dos Sem-Terra? A universidade? O Parlamento? Ou a cada um conforme um espaço de abrangência?

Em uma palavra, Lassalle quer mostrar que “de nada servirá o que se escrever numa folha de papel, se não se justifica pelos fatores reais e efetivos do poder” (LASSALLE, 1998, p. 51).



Figura 7.3: Ferdinand Lassalle (1825-1864). Imagem de Philipp Graff, 1860.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f5/.jpg>

Ferdinand Lassalle foi economista, agitador e grande orador. Foi amigo de Marx e de Proudhon (ícones do socialismo alemão). Foi partidário da unificação alemã e do sufrágio universal. Em 1863, formou o *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* [Associação Geral dos Trabalhadores Alemães], o primeiro partido trabalhista alemão, depois transformado no Partido Social Democrata. Defendia a colaboração com o governo para a implementação de medidas socialistas, tendo colaborado com o chanceler prussiano Otto von Bismarck que, como Lassalle, não apreciava o liberalismo. Advogava o estabelecimento de cooperativas de trabalhadores, não por utopismo, mas para obtenção dos lucros que lhes eram negados.



Princípios constitucionais

Princípios constitucionais são ordenações que fundamentam o ordenamento jurídico, que determinam a realização de fins abstratos e indeterminados objetivamente, e que dependem de atos institucionais e de toda a sociedade para ter sentido, tal como democracia, paz, legalidade, igualdade, etc. Os princípios constitucionais estão previstos na Constituição de 1988. Assim, podemos citar alguns:

- Princípio da legalidade: consagra a proteção individual no Estado Democrático de Direito, teve origem no fim do século XVIII e cujo significado político se traduz no paradoxo entre regra/exceção que instaura. Em resumo, estabelece que ninguém será punido sem que haja uma lei prévia, escrita, estrita e certa.
- Princípio da igualdade: aponta que “todos são iguais perante a lei”, independentemente de quaisquer atributos, como riqueza, sexo, etnia ou origem social, todos devem ser tratados com igualdade perante a lei.

- Princípio da liberdade: todos os cidadãos são livres para expressar suas opiniões, para se locomover e buscar seus objetivos. Os limites do exercício da liberdade estão no respeito ao direito do próximo, conforme disposto em lei.
 - Princípio da ampla defesa e do contraditório: trata-se de um direito processual, para que após ter sido acusado, o cidadão possa ser ouvido, defendido por advogado e amparado por leis que tornem o processo justo.
 - Princípio da razoabilidade: relaciona-se à proporcionalidade da lei, bastante vigente no direito penal; serve para estabelecer um critério entre o crime cometido e a pena recebida: quanto mais grave a infração, o delito ou o crime, maior a punição.
 - Princípio da simetria: postula que haja uma relação simétrica entre as normas jurídicas da Constituição Federal e as regras estabelecidas nas Constituições estaduais, e mesmo nas leis orgânicas dos municípios. Isto quer dizer que, no sistema federativo, ainda que os estados-membros e os municípios tenham capacidade de se auto-organizar, essa auto-organização se sujeita aos limites estabelecidos pela Constituição Federal.
 - Princípio da supremacia da Constituição – significa que nenhum ato normativo, nenhum ato jurídico pode subsistir validamente se for incompatível com o texto constitucional. A Constituição é parâmetro de validade para todas as normas do sistema.
 - Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos do poder público – decorre do princípio da separação dos poderes e funciona como fator de autolimitação do judiciário. Esse princípio deve pautar a atuação do intérprete das normas em geral. Tanto no ato legislativo que procura realizar a Constituição, como nas atividades normais dos poderes políticos – seja de um governador de Estado ou de um delegado de polícia – todos devem agir conforme a Constituição.
-



Sugestão de filme: *Sessão especial de justiça*



Figura 7.4: Cartaz do filme.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/2/25/Section_sp%C3%A9ciale.jpg

Você pode encontrar o filme completo no YouTube; procure por “sessão especial de justiça”.

Trata-se de um filme produzido na França pelo diretor grego Costa-Gavras, em 1975, tem 110 minutos de duração e é baseado em fatos reais.

Enredo: Paris, mês de agosto de 1941. A metade norte da França, inclusive a capital, está ocupada pelo exército nazista. Um militar alemão é abatido sob tiros de revólveres em uma estação do metrô. Os autores do homicídio, jovens da resistência, não seriam detidos. Em represália, os alemães prometiam executar 50 franceses. Mas o governo colaboracionista do general Pétain chega a um outro acordo: matar seis franceses “legalmente”, sob o amparo da lei. Assim, devia ser promulgada uma lei que permitisse condenar sem recurso, nem apelação, cujo texto se aplicaria, retroativamente, às infrações cometidas anteriormente à sua promulgação.

A lei criava uma Sessão Especial pelo Tribunal de Recursos de Paris, uma jurisdição de exceção, incumbida de matar. Agora só faltava escolher os magistrados para compô-la e presidi-la. O que acontece quando a justiça é pressionada pelo poder?

O filme é uma aula daquilo que exatamente não é um Estado Democrático de Direito. Os juízes do processo diziam estar respondendo à razão de Estado, que era maior que o ideal de justiça. Princípios básicos como da legalidade, da irretroatividade da lei penal, da ampla defesa e do contraditório, do devido processo legal, da anterioridade, dentre outros, são explicitamente violados.

Atividade 1

Atende aos Objetivos 1 e 2



Figura 7.5: Monumento em comemoração à Magna Carta.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/503269>

Runnymede é uma região alagada ao longo do rio Tâmesa, na Inglaterra, e está associada à Magna Carta inglesa, a ponto de o local congregar uma série de memoriais comemorativos. Como esse da imagem, creditado à American Bar Association (Associação dos Advogados Americanos), em que consta a mensagem: “Para comemorar a Magna Carta, símbolo de liberdade sob a lei”. O monumento é de 1957.

Aceitar uma regra é aceitar um poder político que a impõe. No ideal do Estado democrático, concebe-se que as leis emanam da vontade geral através dos representantes do povo. Mas ao estudarmos Ferdinand Lassalle, com a explicação dos fatores reais de poder da Constituição, percebemos que de nada importa a norma, se não está apoiada nos fatos, na força da realidade do poder.

Essa noção sociológica da Constituição contribui para entendê-la como um problema político, vinculado ao poder. É por isso que, ao analisarmos uma nova lei, podemos pensar em qual poder e qual interesse consta naquela nova normatização. De algum modo, quanto mais leis regendo a vida social, mais assegurados os cidadãos estão por um poder, do mesmo modo que serão mais controlados.

A partir dessa exposição e da figura anterior, responda:

Como entender que as leis servem de garantia à liberdade dos cidadãos?

Resposta Comentada

Essa noção que aparece na **Figura 7.5**, comemorando a Magna Carta como instrumento para a liberdade, corresponde à concepção liberal do Estado democrático de que, a partir das leis, os homens não estão submetidos ao poder político arbitrário, estando livres para agir conforme um instrumento impessoal e igual para todos – a lei. O mais importante na observação da figura comemorativa à Magna Carta é que esse documento partiu da sociedade para o poder político do monarca, ou seja, no passado foi uma maneira de os proprietários de terra e comerciantes controlarem o rei. Com o desenvolvimento do Estado moderno e o monopólio estatal do processo legislativo, o único ente legítimo para emitir leis será o Estado, por isso entra toda a discussão a respeito do controle dos cidadãos por parte do Estado, na medida em que as leis deixam de servir à liberdade, mas passam a ser instrumentos de repressão e controle. Esse é um argumento liberal que serviria para criticar o excesso de leis no Estado brasileiro.

Sob o ponto de vista do Estado social, a Constituição elaborada democraticamente deve ter como principal objetivo não exclusivamente a liberdade, mas sim a promoção do equilíbrio social, a melhoria das condições de vida das pessoas, a ponto de ser muitas vezes necessário concentrar poder sobre o Estado, sacrificando a liberdade, mas salvando o ideal social. Pensando sociologicamente, conforme os ensinamentos de Ferdinand Lassalle, é possível entender que a garantia de liberdade sob as leis para os cidadãos só ocorre se os poderes que vinculam as leis constitucionais tiverem pretensão de promover a liberdade.

Como a Constituição é feita e alterada, e como ocorre a elaboração das leis

Estudamos que as constituições modernas são feitas a partir de um **PODER CONSTITUINTE**.

A Constituição moderna surge para dar segurança aos direitos dos cidadãos, assim como afirmar a unidade política, de modo que não é a Constituição que funda a nação, mas a nação que se reafirma juridicamente por meio da Constituição e constrói seus direitos fundamentais, aquilo que a sociedade é. Na medida em que a lei fundamental torna-se um programa para o futuro, em que projeta um plano para a nação, deixa de ser o que a sociedade é, para representar aquilo que ela deve ser.

Carl Schmitt mostra que, conforme a flexibilidade de uma Constituição pode-se introduzir novas normas constitucionais, sem que o Estado (a unidade política do povo) acabe. Por isso existem, como no caso brasileiro, as normas jurídicas, produzidas de acordo com as regras do processo legislativo: *emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções*.

Na Atividade Final da Aula 7, havíamos visto que o constitucionalismo compreende a modificação pela via formal como um meio de *reforma* constitucional, situação prevista na própria Carta que disciplina o modo como isso poderá acontecer, e nela se inclui a emenda e a revisão constitucional.

A via informal de alteração ocorre pela *mutação* constitucional, quando o sentido da norma é alterado sem que se altere o conteúdo do texto, o que revela certa plasticidade das normas constitucionais.

Pela via formal: Reforma, emenda e revisão constitucional.

1. *Reforma constitucional* compreende tanto mudanças pontuais como mudanças abrangentes.

1.a. *Emenda constitucional* designa modificações, supressões ou acréscimos feitos no texto constitucional; rege-se pelo art. 60 da Constituição Federal. A Constituição pode ser reformada por meio das Emendas Constitucionais – EC, cujo procedimento está previsto na própria Constituição, sendo necessário para aprovação de um projeto de EC 3/5 dos deputados e senadores em duas votações em cada casa legislativa. Procure pensar na dificuldade em se aprovar uma EC – Emenda Constitucional, pois são necessários na Câmara cerca de

PODER CONSTITUINTE

O poder constituinte originário pode ser *democrático* (quando exercido dentro da ideia de vontade geral da nação, por representantes do povo), ou *autoritário* (quando imposto de cima para baixo, seja por um golpe de estado, por uma revolução ou por um ditador).

O poder constituinte originário é *ilimitado, imprescritível e incondicionado*, pois funda a Constituição.

O poder constituinte derivado surge a partir da Constituição e é *limitado, condicionado e prescrito* pelo que foi estabelecido pelo poder originário na lei fundamental.

Poder constituinte originário é a força legitimadora da criação da Constituição, trata-se de um poder oriundo do conceito de nação: na forma democrática, os representantes do povo reúnem-se em nome da vontade geral para criar um documento político e jurídico superior, único e incontestável.

Como o Brasil é uma federação, em que os poderes legais também estão divididos territorialmente em União, estados, municípios e Distrito Federal, existe o poder *constituente decorrente*, que significa a competência dos estados membros da federação para elaborarem as constituições estaduais (assim como os municípios em produzirem atos legislativos), e seu poder de competência é previamente limitado pela Constituição.

300 votos (se considerarmos em média 500 deputados), o que terá que se repetir duas vezes (algo complicado, se considerarmos as divergências ideológicas e políticas, na miríade de partidos); na sequência, uma vez aprovada, vai ao Senado, que também necessitará de 48 votos (se considerarmos 81 senadores) e também em dois turnos.

- 1.b. *Revisão* é a designação de reformas extensas ou profundas da Constituição. A revisão constitucional já ocorreu e não mais poderá existir, pois foi prevista pelo poder constituinte originário (Constituinte de 1987/1988), sendo que o poder constituinte derivado (Congresso Nacional) não pode instituí-la novamente. Tratou-se de uma regra transitória, motivo pelo qual consta no ato das disposições constitucionais transitórias (ADCT): art. 3º da ADCT aponta: “A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.”

A revisão da Constituição de 1988 por meio de EC – emendas constitucionais – teve um período previsto (5 anos após sua promulgação – portanto, até 1993), em que as ECs poderiam ser aprovadas com um quorum mais baixo que o normal (o normal é o que consta no art. 60 da CRFB/88).

Observe que na EC, normalmente, é preciso um quorum (número de deputados e senadores) muito maior e, no total, são necessárias quatro sessões (quatro aprovações). Na revisão constitucional, isso poderia ser feito em apenas uma. Ainda que a mudança de qualquer dispositivo da Constituição fosse simplificada nesse período, pois todos os parlamentares iriam se reunir em uma única sessão (unicameral) e pela maioria absoluta aprovariam a EC proposta, tornando mais fácil as mudanças, foram poucas as alterações em função do momento político daquela época (entre 1988 e 1993).

Pela via informal: a Constituição é alterada pelo comportamento da sociedade em relação às leis ou a partir de iniciativa estatal.

- (i) A *interpretação constitucional* é uma via comum de adaptação da constituição a novas realidades; trata-se da via mais comum, em que por

efeito de órgãos e agentes públicos, o sentido das normas constitucionais é alterado. Interpretação é determinação de sentido e alcance a uma norma para a sua aplicação.

(ii) A Constituição pode ainda ser alterada pelo *costume*, quando cidadãos e agentes públicos, de maneira reiterada e socialmente aceita, criam um padrão de conduta com relação a um dispositivo constitucional, e que passa a ser válido e mesmo obrigatório. O costume é uma fonte do direito positivo, e sua força em transformar a constituição se dá pela adoção de prática reiterada. Muitas vezes, significa a atualização do texto constitucional.



As ECs aprovadas por meio de revisão constitucional entre 1988 e 1993 foram as seguintes:

- Emenda Constitucional de Revisão nº 1, que instituiu o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica;
- Emenda Constitucional de Revisão nº 2, que possibilitou a convocação de ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados;
- Emenda Constitucional de Revisão nº 3, que permitiu a dupla nacionalidade do brasileiro em determinados casos e facilitou a requisição da nacionalidade brasileira por estrangeiros;
- Emenda Constitucional de Revisão nº 4, que ampliou o rol das inelegibilidades, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato e a normalidade e legitimidade das eleições;
- Emenda Constitucional de Revisão nº 5, que reduziu o mandato presidencial de 5 para 4 anos;

- Emenda Constitucional de Revisão nº 6, que suspendeu os efeitos da renúncia do parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato.
-

Como se faz uma lei

O nome técnico para explicar a produção de uma lei é “processo legislativo.” Segue abaixo um esquema explicativo simplificado de como ocorre a produção de leis no Brasil.

Fases do Processo Legislativo ocorrem na seguinte sequência:

1. Iniciativa de um projeto de lei
2. Tramitação: em uma das casas/câmaras (dos deputados ou dos senadores).

Comissão: grupo que avalia e até desenvolve um projeto; primeiramente, é formada pela casa que propôs o projeto. Nesse momento, avalia-se a constitucionalidade do projeto, se está de acordo com as leis fundamentais do país.

- Aprovado na comissão: o projeto de lei será debatido.
 - nas discussões, os legisladores podem apresentar emendas;
 - *votação*: APROVADO ou NÃO. Se aprovado, o projeto poderá tornar-se lei.

Em caso de aprovação: o projeto é encaminhado para a outra câmara (seguindo trâmites semelhantes).

3. Sanção – concordar com a lei, procedimento feito pelo chefe do poder Executivo – presidente da República.
 - Positiva – aprovou o projeto = torna-se LEI.
 - Negativa – veta-se o projeto.
4. Promulgada a lei (quando a sanção for positiva).
 - Publicada no Diário Oficial.
 - Passa a *valer* depois de certo tempo, conforme lei constitucional.

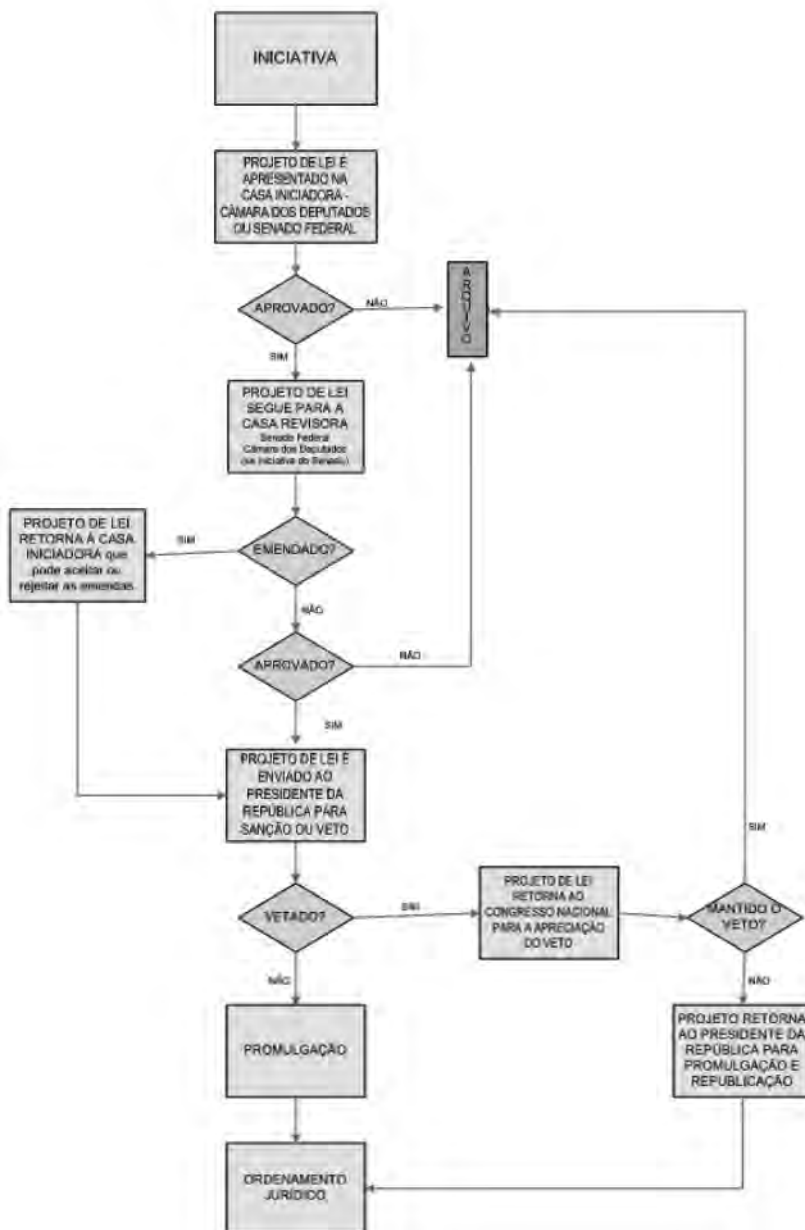


Figura 7.6: Fluxo simplificado do Processo Legislativo para uma nova lei.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/processo-legislativo/fluxo/fluxoConstitucional>

O fluxo constitucional reflete, em linhas gerais, o conteúdo dos artigos 65 e 66 da Constituição Federal e é referente ao processo legislativo de um Projeto de Lei que ocorre no âmbito das duas casas do Poder Legislativo, Câmara dos Deputados e Senado Federal e se finaliza com a participação do Poder Executivo.

Atividade 2

Atende aos Objetivos 3 e 4

A Lei Complementar nº 95/1998 dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. O art. 59, por sua vez, elenca uma lista que se refere ao processo legislativo.

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos;
- VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis (CRFB/88).

Dessa lista do art. 59 da Constituição brasileira de 1988, qual delas compreende alteração material da Constituição?

Resposta Comentada

A resposta correta é o inciso I, emenda à Constituição. Emenda é uma proposta de alteração do texto original. Trata-se de uma forma de reformar a Constituição, mantendo suas cláusulas pétreas, garantindo a estrutura das leis fundamentais e alterando aquilo que compete ao poder constituinte derivado. Uma emenda constitucional tem por objetivo permitir modificações pontuais, sem a necessidade de abolir toda a Carta Magna vigente e construir uma Constituição inteiramente nova. A ideia é dar uma dinâmica ao texto fundamental, atualizando-o, quando necessário, e corrigir possíveis equívocos.

Conclusão

A grande preocupação com a formação de uma consciência constitucional aparece na identidade entre cidadãos e a lei formal. Importa saber que a Constituição indica formas de ação dos cidadãos na sociedade e resulta de conflitos e acordos permanentes.

Apesar de vincular grande parte das ações sociais, nenhum documento legal será capaz de satisfazer todos os desejos individuais, por mais pretensioso que possa ser o catálogo de direitos fundamentais econômicos e sociais. A Constituição não pode salvar o abismo das desigualdades entre os homens. Por isso, analisamos como a Constituição passa por alterações pela via formal e informal; ainda que rígida, a Constituição brasileira pode sofrer mutações e reformas.

Muitas vezes, o rumo que tomou o Estado para promover aquilo que se chamou “Estado de bem-estar social” foi feito apesar da Constituição. Nem sempre foi possível encontrar dispositivos que garantissem uma justiça social no documento legal. Portanto, ação estatal bem como a atuação da sociedade civil independente do Estado procuram alterar ou produzir leis para validar suas ações. O paradigma da lei escrita é uma realidade que surgiu na Europa continental e faz parte da história política de todos os continentes americanos.

Como iremos observar na aula seguinte, há um forte conflito entre o *constitucionalismo liberal* – que procura na Constituição um meio de limitar o poder estatal e garantir as liberdades individuais – e o *constitucionalismo social* – que procura garantir na Constituição algo além do plano democrático e liberal, para fundar um projeto que possa resolver os problemas sociais do país, quanto à pobreza, ao analfabetismo, ao trabalho precário, à falta de acesso à saúde, etc.

A forte presença do tema constitucional no cotidiano das pessoas significa que aquilo que diz respeito às necessidades vitais dos homens pode ser encontrado no texto legal. Além do aspecto político – o que por si só justificaria toda a importância do documento –, a Constituição promove uma perspectiva que envolve as mais diversas relações sociais. Por exemplo, a conquista do acesso gratuito ao coquetel de remédios pelos portadores do vírus HIV no Brasil se fez judicialmente, em argumentações que se baseavam no art. 6º da Constituição, que elenca a saúde como um direito social fundamental.

Por fim, deve ficar bem claro que uma Constituição, para ter prestígio na sociedade, precisa ser efetiva. O diálogo entre ideias liberais e sociais é saudável a todos, contanto que os direitos fundamentais à vida, à educação, à saúde, à liberdade de expressão e locomoção, à segurança pública, ao acesso à justiça, enfim, aos mais diversos direitos civis, sociais e políticos, sejam garantidos, e os problemas gradativamente solucionados.

===== **Atividade Final** =====

Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4

Matéria jornalística: Agência CNM – Confederação Nacional dos Municípios, 5/4/2013.

Lei altera as Diretrizes da Educação, mas mudanças não são novidade

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sofreu alterações com a publicação da Lei 12.796/2013 no Diário Oficial da União (DOU) nesta sexta-feira, 5 de abril. O texto adéqua a redação de artigos da LDB, entre elas o ensino obrigatório de crianças a partir de 4 anos, que já existia previamente de acordo com a Emenda Constitucional 59/2009.

Fonte: http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22341:lei-altera-as-diretrizes-da-educacao-mas-mudancas-tambem-estao-previstas-em-legislacoes-anteriores&catid=44:educacao&Itemid=140

Segundo a Lei 12.798/2013, que alterou a LDB, todas as crianças a partir de 4 anos de idade serão obrigadas a serem matriculadas na escola. Por outro lado, o ativista evangélico, professor, escritor e *blogueiro* Júlio Severo (<http://juliosevero.blogspot.com.br/>) critica a obrigatoriedade da nova lei, como um defensor do ensino das crianças em casa, Severo chega a dizer que essa lei é uma voracidade estatal contra a liberdade dos pais de decidirem sobre o futuro de seus filhos. Esse debate mostra como mais leis podem significar mais controle estatal. Sob uma perspectiva liberal, como a de Júlio Severo, o Estado deveria reger menos sobre como as pessoas conduzem a educação das crianças. A partir des-

se debate, e daquilo que foi discutido ao longo da aula, discorra sobre como as leis repercutem no cotidiano das pessoas.

Resposta Comentada

Nessa questão, você tem a liberdade de articular os pontos que foram tratados na aula. Primeiramente, refletindo as críticas do ativista Júlio Severo às alterações da LDB, é possível considerar como os documentos formais repercutem diretamente no cotidiano das pessoas e como passam por diversas tensões. Entre uma opinião contra a intervenção do Estado na vida privada das famílias e uma perspectiva cristã-liberal de Júlio Severo, entende-se por que o processo de elaboração de uma lei requer plenos debates para procurar dar conta do maior número de interesses, a fim de que o projeto possa ser aprovado e entrar em vigor.

Em segundo lugar, por trás de uma iniciativa legislativa, há fatores reais de poder atuando. No debate levantado pela questão, Júlio Severo quer mostrar que na Constituição real da sociedade deve prevalecer a família sobre os filhos, e não o Estado – com a escola e os professores – sobre as crianças.

Um terceiro ponto que poderia ser tratado é a respeito da necessidade da vinculação da lei às normas constitucionais. A Constituição pode servir como um instrumento de garantia dos direitos básicos. Há tanto espaço para argumentar em prol da intervenção do Estado como responsável por promover a educação das crianças na mais tenra idade, assim como o argumento oposto, que a Constituição, no art. 205, aponta que a educação é um dever do Estado e das famílias, em conjunto com a sociedade, e não unilateralmente por apenas um dos entes. Em uma palavra, deve-se entender que mexer com direito envolve argumentação.

Resumo

1. O termo “edifício constitucional” compreende a analogia entre a Constituição e um edifício em que as colunas representam as cláusulas pétreas, e que a durabilidade e prestígio da Constituição dependem do

grau de confiança que a sociedade tem nesse “edifício”.

2. A Constituição é um documento formal resultante de conflitos políticos, a fim de garantir direitos àqueles que lutavam contra as arbitrariedades do poder absolutista e, gradativamente, a sociedade foi conquistando direitos civis, políticos e sociais que foram estruturados no texto legal.

3. A Constituição existe para que os cidadãos possam garantir direitos fundamentais e ter segurança na vida em sociedade, promovendo o Estado Democrático de Direito – nas situações em que o poder constituinte originário é democrático.

4. A maior ou menor distância entre a Constituição como texto formal e o funcionamento real da sociedade envolve questões políticas. O resultado do emaranhado de fatores que envolvem os interesses políticos em alguma medida aparece na Constituição.

5. Ferdinand Lassalle (1825-1864) mostrou que Constituição não é uma lei como as outras, mas sim a lei fundamental da nação: lei básica (mais que todas as outras), que fundamenta outras leis e significa uma necessidade ativa.

6. Fatores reais de poder que determinam a Constituição real, segundo Lassalle, podem ser os grandes industriais, os sindicatos, os trabalhadores organizados, as instituições religiosas com poder de influência política, o exército, o presidente da República, etc.

7. Princípios constitucionais são ordenações que fundamentam o ordenamento jurídico, que determinam a realização de fins abstratos e indeterminados objetivamente, como a igualdade, o pleno emprego, a erradicação da pobreza, a paz entre os povos, etc.

8. Efetividade constitucional significa o cumprimento da norma, a realização do direito, o desempenho concreto de sua função social.

9. A Constituição moderna é feita a partir de um poder constituinte, como ocorreu com a Constituição brasileira de 1988, em que um poder constituinte composto por representantes eleitos pelo povo reuniu-se em uma Assembleia Constituinte para escrever uma nova Constituição para o país.

10. A Constituição pode ser alterada pela via formal ou informal. Formalmente, através de Emendas Constitucionais, conforme o art. 60 da CRFB/88, e por meio de revisão constitucional, que já foi realizada na Constituição brasileira nos cinco primeiros anos que esteve em vigor; in-

formalmente, a Constituição sofre mutações sem alteração material do texto, a partir de novas interpretações e costumes reiterados que criam um padrão de conduta com relação a um dispositivo constitucional.

11. O processo de produção de uma lei envolve várias fases: iniciativa de um projeto de lei, depois tramitação nas câmaras legislativas – contando com debates e comissões que promovem discussões internas e com o público, assim como avaliam a constitucionalidade do projeto (se o projeto em lei não viola a Constituição ou se não viola as cláusulas pétreas, para o caso de Emenda Constitucional), depois de aprovado nas comissões, debatido nas duas casas (deputados e senadores), segue para votação e envio para sanção do chefe do poder Executivo; em caso positivo, a lei é promulgada e publicada no Diário Oficial.

Informação sobre a próxima aula

A Aula 8 será uma continuação desta, focando a exposição dos principais direitos e garantias fundamentais na Constituição brasileira, um estudo do processo constitucional brasileiro e as reflexões sobre o debate entre constitucionalismo liberal e constitucionalismo social.

Leituras recomendadas

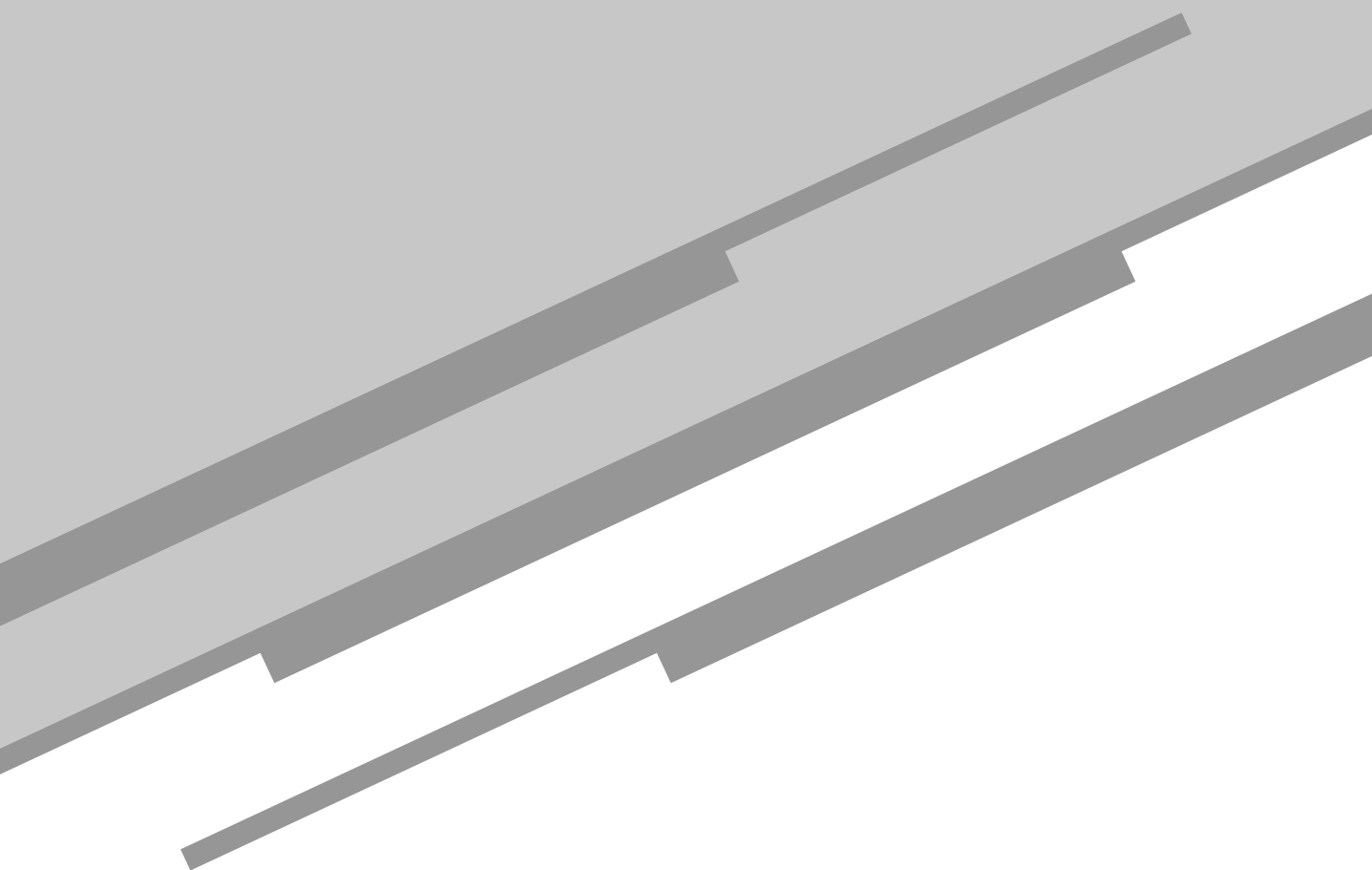
Website da Câmara dos Deputados: www2.camara.leg.br

Website do Senado Federal: www.senado.gov.br

Website da Prefeitura de Belo Horizonte, com uma explicação bastante didática de como funciona o processo legislativo no âmbito municipal: www.cmbh.mg.gov.br/leis/conheca-o-processo-legislativo/entenda-como-funciona-o-processo-legislativo

Aula 8

Constituição e sociedade II



*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Meta

Reconhecer os principais direitos e garantias constitucionais no Direito brasileiro, a importância do controle de constitucionalidade e a dinâmica entre o constitucionalismo liberal e o constitucionalismo social.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os principais direitos e garantias fundamentais da Constituição brasileira;
2. analisar o artigo da Constituição brasileira que trata da segurança pública;
3. definir o conceito de processo constitucional e seu principal objeto: o controle de constitucionalidade;
4. reconhecer a dinâmica entre: constitucionalismo social x constitucionalismo liberal.

Introdução



Figura 8.1: Ulysses Guimarães segurando uma cópia da Constituição de 1988.
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/64/Ulyssesguimaraesconstituicao.jpg>

Na aula anterior, listamos alguns princípios constitucionais. A partir de agora, estudaremos com maior atenção a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de modo que tanto a noção a respeito dos princípios constitucionais será retomada, como analisaremos os direitos e garantias fundamentais da Constituição brasileira e outros dispositivos importantes para que o profissional em segurança pública possa ter uma noção de direito constitucional. A estrutura dessa primeira parte da aula corresponde à organização da própria Constituição brasileira.

A Constituição brasileira

A Constituição brasileira de 1988 é composta de 250 artigos, dividida em nove títulos. A seguir, uma breve apresentação deles com explicação de alguns de seus dispositivos:

Título I — Princípios Fundamentais: do art. 1º ao 4º da CRFB/88.

- *Preâmbulo* da Constituição: no Brasil tem baixa utilidade e serve para discussão teórica; não é considerado norma jurídica e menciona quem é o autor do poder constituinte; tem eficácia interpretativa apenas quando combinado com o texto constitucional.

- *Princípio republicano*: é aquele que se refere à “coisa pública”; tem função estruturante e prática. A exigência de concurso público para ingressar no funcionalismo público é um instituto republicano, assim como as licitações para que uma empresa seja escolhida para fazer uma obra pública. O antirrepublicanismo é observado, por exemplo, no nepotismo – quando políticos nomeiam familiares para exercer cargos públicos.
- *Princípio federativo*: corresponde à separação dos poderes políticos dentro do Brasil, entre União, estados, municípios e Distrito Federal. A união entre os entes é indissolúvel, não havendo direito de secessão (separação). O modelo federativo pode mudar – com a criação de novos estados e municípios, por exemplo –, mas o princípio deve permanecer.
- *Princípio democrático do Estado de Direito*: vincula-se à concepção liberal de moderação do poder, com separação entre executivo, legislativo e judiciário. A moderação ocorre: (i) na observância do devido processo legal; (ii) no cumprimento dos direitos e garantias individuais; (iii) e no cumprimento da legalidade. O Estado é democrático enquanto as decisões advêm dos representantes da vontade popular.
- *Soberania*: consta no inciso I do art. 1º da Constituição e significa o poder político supremo e independente de um Estado; mostra que o Estado não tem que acatar regras que não sejam voluntariamente aceitas em pé de igualdade com os poderes supremos de outros povos.
- *Cidadania*: princípio multidimensional, que identifica o pertencimento político e social à nação, aquilo que une o indivíduo ao país pela nacionalidade. É cidadão o indivíduo que possui o status de membro da nação e adquire direitos de participação na vida política do país.
- *Dignidade da pessoa humana*: ideia de que o homem é tratado como um fim em si mesmo, e não como um meio ou instrumento, o que coíbe a transformação de uma pessoa em coisa – como ocorria no período da escravidão no Brasil. Esse princípio ainda congrega a relação do indivíduo com a coletividade, em que todos devem ser tratados de modo mútuo, com dignidade e respeito.
- *Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa*: é um princípio que identifica como a Constituição acaba sendo formada por soluções de compromisso. “Valores sociais do trabalho” corresponde aos interes-

ses de defesa das ideologias trabalhistas, dos direitos trabalhistas, da segurança do trabalhador, etc. “Livre iniciativa” é uma concepção do capitalismo liberal que permite a liberdade de empreender uma empresa, de criar produtos, de fazer invenções, realizar comércio, sem o constrangimento direto do Estado ou de qualquer pessoa.

- *Pluralismo Político*: mostra que o resultado político deve se dar pelo debate de ideias; dá-se valor à diversidade de opiniões políticas.
- No art. 2º da Constituição há ainda o *princípio da separação de poderes* correspondente à forma de tripartição de poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Cada um deles é independente, e os membros do Judiciário têm as garantias da vitaliciedade (os cargos são vitalícios), irredutibilidade dos vencimentos (os salários não podem ser reduzidos), e inamovibilidade (os juízes não podem ser transferidos arbitrariamente do tribunal em que atuam). Os demais poderes também têm alguns privilégios legais, como foro privilegiado em processos judiciais, segundo o cargo do membro do Executivo e do Legislativo.
- O art. 3º apresenta o conteúdo programático da Constituição, mostrando seu caráter dirigente – ou seja, que pretende fixar um projeto de futuro e legitimar a atividade legislativa futura. Os objetivos fundamentais são: I - *construir uma sociedade livre, justa e solidária*; II - *garantir o desenvolvimento nacional*; III - *erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*; IV - *promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*;
- Por fim, o art. 4º trata das relações internacionais do país.

Título II — Direitos e Garantias Fundamentais: do art. 5º ao 17 da CRFB/88.

O art. 5º refere-se aos **DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**: trata-se do núcleo mais importante para a defesa do indivíduo perante o Estado, e contra as injustiças de outros indivíduos e coletivas. Boa parte dos direitos materialmente fundamentais conquistados historicamente estão nesse artigo, como o direito à vida, à integridade humana contra a tortura, à vedação da pena de morte no Brasil, à liberdade, à igualdade, ao devido processo legal, à inviolabilidade do lar, o direito à propriedade, à vedação a tribunais de exceção, etc.

- O art. 6º e seguintes referem-se aos **DIREITOS SOCIAIS**, como a *educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança,*

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Direitos individuais são aqueles direitos considerados como inerentes ao homem; referem-se aos direitos subjetivos aos quais as pessoas estão investidas de faculdades e poderes para que possam fazer o melhor uso ao seu interesse, com a segurança da lei. Por vezes, os direitos individuais são encarados como equivalentes aos direitos naturais, mostrando que esses direitos são próprios ao homem e que devem ser garantidos pelo Estado. O art. 5º da Constituição elenca uma série desses direitos, como o direito de locomoção, da inviolabilidade do lar, de liberdade de não ser detido sem que tenha infringido lei penal, de reunião ou de associação, etc.

Direitos coletivos servem para amparar algo que supera o indivíduo, mas abarca os membros do grupo social ligados entre si. Ensina o constitucionalista José Afonso da Silva que os direitos coletivos são tais como o de acesso à terra urbana e rural, para nela trabalhar e morar, o de acesso de todos ao trabalho, o direito ao transporte coletivo, à energia, ao saneamento básico, o direito ao meio ambiente sadio, o direito à melhoria da qualidade de vida, o direito à preservação da paisagem e da identidade histórica e cultural da coletividade, o direito às informações do Poder Público a requerimento de sindicatos e associações em geral, dos direitos de reunião, de associação e de sindicalização, o direito de manifestação

coletiva, incluindo-se aí o direito de greve, o direito de controle do mercado de bens e serviços essenciais à população e os direitos de petição e de participação direta.

Deveres individuais e coletivos é a contrarresposta ao rol de direitos; a Constituição de 1988 apontou que os deveres referem-se àquilo que os indivíduos, bem como os entes coletivos, devem fazer para que cada titular de direitos possa reconhecer, respeitar e defender o igual direito do outro, de modo a comportar-se adequadamente para a vida em sociedade, mantendo a postura democrática, respeitando a dignidade humana. Os deveres do art. 5º da Constituição não se dirigem apenas aos individuais e coletivos, mas em especial àqueles que estão no Poder Público, para que mantenham a inviolabilidade dos direitos assegurados aos cidadãos, e façam cumprir o que determina os dispositivos constitucionais.

DIREITOS SOCIAIS

Parte da dimensão dos direitos fundamentais do homem são prestações positivas estatais escritas na Constituição (art. 6º), com o intuito de possibilitar melhores condições de vida aos mais necessitados e realizar a igualação de situações sociais desiguais. São direitos que mantêm uma conexão com o direito de igualdade porque procuram fazer com que o Poder Público crie mecanismos de garantir a igualdade real entre os cidadãos, tornando efetivos os direitos individuais e coletivos.

a *previdência social*, a *proteção à maternidade e à infância*, a *assistência aos desamparados*. E o art. 12 refere-se à nacionalidade brasileira.

- Os *direitos políticos* constam nos arts. 14º a 16º e vinculam-se ao princípio da soberania popular, exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, segundo a lei estabelece. Tanto em eleições regulares para eleger os membros do poder Executivo e Legislativo, como em: I - *plebiscito* (consulta popular que visa decidir previamente uma questão política antes de sua formulação legislativa); II - *referendo* (semelhante ao plebiscito, mas ocorre como uma consulta popular depois que o projeto de lei já existe por parte do legislativo); e, III - *iniciativa popular* (oportunidade de o povo apresentar projetos de lei).
- Por fim, o art. 17 trata dos *partidos políticos*, principal instrumento de organização política do regime democrático representativo.



Figura 8.2: “Remédios constitucionais”.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/349987>

Quando estamos doentes, muitas vezes procuramos um médico ou um farmacêutico para nos medicarmos e superarmos a moléstia. Com a Constituição acontece a mesma coisa: como um organismo vivo, o texto legal pode não produzir os efeitos desejados e coerentes com os princípios fundamentais conquistados pelo homem, mas nesse caso nem sempre é necessário requisitar um especialista para medicar. No caso do *habeas corpus*, qualquer cidadão pode entrar com um pedido para libertar alguém que é inocente, mas no caso de um mandado de segurança é preciso um advogado.

A previsão dos “remédios constitucionais” consta no art. 5º da Constituição, e são os instrumentos jurídicos para tornar efetivo o exercício dos direitos constitucionais, como o *Habeas Data*, a *Ação Popular*, a *Ação Civil pública*, o *Habeas Corpus*, o *Mandado de Segurança*, o *Mandado de Segurança Coletivo* e o *Mandado de Injunção*.

Título III — Organização do Estado: do art. 18 ao 43 da CRFB/88.

- Tratam das atribuições de cada ente da federação (União, estados, Distrito Federal e municípios); além disso, tratam das situações excepcionais de intervenção nos entes federativos, versam sobre administração pública e servidores públicos militares e civis, e também das regiões do país e sua integração geográfica, econômica e social.

Título IV — Organização dos Poderes: do art. 44 ao 135 da CRFB/88.

- Definem a organização e atribuições de cada poder – Executivo, Legislativo e Judiciário –, bem como de seus agentes. Também definem os processos legislativos.

Título V — Defesa do Estado e das Instituições: do art. 136 ao 144 da CRFB/88.

- Tratam do Estado de Defesa, Estado de Sítio, das Forças Armadas e da *Segurança Pública*.

Título VI — Tributação e Orçamento: do art. 145 ao 169 da CRFB/88.

- Definem as limitações ao poder de tributar do Estado, organiza o sistema tributário e detalha os tipos de tributos e a quem cabe cobrá-los, assim como mostra a repartição das receitas entre os entes federativos e de normas para a elaboração do orçamento público.

Título VII — Ordem Econômica e Financeira: do art. 170 ao 192 da CRFB/88.

- Regulam a atividade econômica e financeira, e as normas de política urbana, agrícola, fundiária e de reforma agrária, compreendendo ainda o sistema financeiro nacional.

Título VIII — Ordem Social: do art. 193 ao 232 da CRFB/88.

- Tratam de temas bastante caros para o bom convívio e o desenvolvimento social do cidadão, a saber: *Seguridade Social*; *Educação*, *Cultura e Desporto*; *Ciência e Tecnologia*; *Comunicação Social*; *Meio Ambiente*; *Família* (incluindo nesta acepção crianças, adolescentes e idosos); e *populações indígenas*.

Título IX — Disposições Gerais: do art. 234 ao 250 da CRFB/88.

- Referem-se às disposições esparsas que não foram inseridas em outros títulos em geral por tratarem de assuntos muito específicos.

Segurança pública na Constituição



Figura 8.3: Policial feminina.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/568577>

A Constituição brasileira de 1988 foi a primeira da história do país a definir o conceito de *segurança pública* como distinto de segurança nacional. Nesse sentido, a nova noção de segurança pública entrou como parte do processo de democratização das instituições públicas brasileiras. Depois da ditadura militar (1964-1985), a sociedade reivindicava instituições menos repressivas e mais participativas, menos militarizadas e mais solidárias às demandas da comunidade. A atividade policial passava a ser pensada como de proteção aos cidadãos, assim como exercício de atividade-meio para a efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivas.

A respeito da *Defesa do Estado e das Instituições brasileiras*, encontramos no art. 144 matéria específica sobre a *segurança pública*.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pú-

blica e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

No Brasil, há duas grandes concepções de segurança pública:

1ª. *Combate bélico*: atua contra poderes paralelos ao do Estado, para a manutenção da ordem pública, ostensivamente e preventivamente contra os crimes públicos e privados.

2ª. *Prestação de Serviços Públicos*: os membros da segurança pública do Estado devem agir em prol da cidadania, atuando para o bem-estar público, na preservação do patrimônio público, na segurança das pessoas, no combate a problemas decorrentes de fenômenos naturais e tragédias – como incêndios, inundações, fazer parte de campanhas educativas, estar em contato com as demandas da comunidade em que atua, e ser um aliado dos cidadãos. Essa noção ganhou força com a Constituição de 1988 e procurou mudar o foco da segurança pública do Estado para a sociedade. As demandas da sociedade passam a nortear as ações dos organismos da segurança pública, e não propriamente o interesse exclusivo dos governos.

Há vários tipos de polícia no Brasil, como a:

- Ostensiva: como a *Polícia Militar*, atuando diretamente e visivelmente contra o crime e os delitos.
- Patrimonial: como a *Guarda Municipal*, que tem a função de defender o patrimônio público municipal.
- Judiciária e Investigativa: como a *Polícia Civil*, que de uma parte faz a investigação dos crimes e atua judicialmente na execução de diligências determinadas pelo poder Judiciário.
- Polícia de fronteira: como a *Polícia Federal*, que procura evitar a entrada de armas e drogas proibidas em solo nacional, contribui para a defesa do território, controla a entrada e saída de imigrantes, bem como de cidadãos do território nacional.

Atividade 1

Atende aos Objetivos 1 e 2

a) Sobre os “remédios constitucionais” que podem ser encontrados no art. 5º da Constituição brasileira. Faça uma pesquisa na internet sobre cada um deles e escolha um para indicar em qual inciso do art. 5º ele se encontra, qual o objetivo e faça um breve resumo.

b) Há diferença entre direitos e garantias constitucionais? Sim! Ao conseguir completar a frase abaixo, retirada do curso do professor Luciano Ávila (disponível no website do STF), você será capaz de identificar essa diferença. Preencha os espaços com as palavras “direitos” e “garantias”:

“Assim, (I)_____ são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto (II)_____ são os instrumentos através dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos (preventivamente) ou prontamente os repara, caso violados.”

c) Observe a figura abaixo, e responda qual concepção de segurança pública relaciona-se à atuação do Corpo de Bombeiros para a sociedade brasileira?



Figura 8.4: Corpo de Bombeiros.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/30606>

Resposta Comentada

a) A pesquisa na internet facilita a resolução da questão. Apenas citaremos três remédios constitucionais, mostrando-os como exemplos de como poderiam ser relacionados:

(I) **Direito de petição**: inciso XXXIV do art. 5º da CRFB/88; tem como *objetivo*: a) defender direito ou reclamar de ilegalidade ou abuso; b) obter certidões para defesa de direitos ou pessoais; em *resumo*, é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas.

(II) **Habeas corpus (HC)**: inciso LXVIII e LXXVII do art. 5º da CRFB/88; tem como *objetivos*: Proteger a liberdade de locomoção, já retirada ou sob ameaça de sê-la (ainda que de modo indireto); em *resumo*, pode ser impetrado em face de autoridade (contra o abuso de poder) ou de particular (contra a ilegalidade). É gratuito. De natureza penal. Pode ser preventivo ou repressivo.

(III) **Mandado de segurança (MS)**: inciso LXIX do art. 5º da CRFB/88; tem como *objetivo*: proteger direito líquido e certo não amparado por HC ou *Habeas Data*; em *resumo*, é impetrado em face de autoridade pública ou de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

b) Para (I), você deve escrever “direitos”; para (II), preencher com “garantias”.

c) Bombeiros são equipes treinadas para agir contra incêndios, resgatar pessoas de acidentes de trânsito, do desmoronamento de edifícios, agir em desastres naturais, prestar serviços de primeiros socorros, resgatar animais e defender o patrimônio social, humano e público da sociedade. A concepção dos bombeiros no âmbito da segurança pública brasileira serve à *prestação de serviços públicos* à comunidade. Bastava que você escrevesse “prestação de serviços públicos”, para acertar a questão.

E se a lei for contra a Constituição?

Apesar de ser uma tarefa especializada da Justiça, a verificação de constitucionalidade das leis é um assunto bastante frequente no cotidiano. Um governo que pretende fazer mudanças muito radicais na socie-

dade poderá encontrar barreiras na Constituição, e as leis que produzir para poder facilitar algum procedimento podem sofrer processo de inconstitucionalidade. Por exemplo, no *website* www.jurisciencia.com, encontramos a seguinte matéria: “Impugnada Lei 100/2007 de MG que efetiva não concursados como servidores...”. Nesse caso, como há uma obrigatoriedade constitucional na admissão como servidores a partir de concurso público, o governo de Minas Gerais teria legislado inconstitucionalmente, o que foi observado pelos órgãos que faziam esse controle, e a lei foi impugnada, perdendo sua validade e impossibilitando o governo mineiro de admitir servidores sem concurso público.

O ramo do direito processual que estuda o controle de constitucionalidade chama-se *processo constitucional*. Trata-se ainda do conjunto de instrumentos legais que objetivam garantir o respeito à Constituição, verificando a regularidade da produção de normas infraconstitucionais.

Controle de constitucionalidade significa a verificação da conformidade das normas jurídicas com o texto constitucional. Sempre que houver anormalidade no sistema jurídico, em que se perde a harmonia, ordem e unidade, entram em cena os mecanismos do controle de constitucionalidade.

É com esse controle que se garante a supremacia da Constituição contra a ação ou omissão do poder legislativo. Há casos em que uma nova lei não pode ser feita porque irá ferir regras básicas da Constituição, assim como a falta de iniciativa de lei por parte do legislador significa o descumprimento de uma obrigação imposta pela Constituição. Para cada caso, haverá um tipo de controle.

O *controle político* é feito primeiramente nas Comissões parlamentares ainda no processo de produção de uma lei (conforme vimos na aula anterior); esse controle político ainda se exerce quando o chefe do poder Executivo veta uma lei por considerá-la inconstitucional ou quando a administração pública se nega a cumpri-la por considerá-la incompatível com as leis fundamentais.

O *controle judicial* é feito por órgãos de natureza judiciária; no Brasil, acontece de modo *difuso* – em que qualquer órgão do poder judiciário pode realizar o controle, um juiz pode dizer que uma lei é inconstitucional, por exemplo. E também de modo *concentrado* – nos casos em que apenas um órgão especializado pode julgar a inconstitucionalidade de uma lei, como o STJ – Superior Tribunal de Justiça e o STF – Supremo Tribunal Federal.

Atividade 2

Atende aos Objetivos 1 e 3

Em 19/2/2013, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal declarou inconstitucional a Lei 4.890/12, de autoria parlamentar, que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de coletes infláveis de proteção – *air bags* – para motocicletas. A lei procurava dar uma proteção especial aos motociclistas. Contudo, foi considerada inconstitucional porque o parlamentar do Distrito Federal não é competente para legislar sobre essa matéria. Apenas o Congresso Nacional tem competência para legislar sobre as leis de trânsito, argumentou o Tribunal do DF.

Fonte: <http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2013/fevereiro/conselho-especial-declara-inconstitucional-lei-sobre-air-bags-para-motociclistas>

Diante dessa decisão do TJ do DF, pode-se perceber que a inconstitucionalidade foi proclamada não por causa do conteúdo da lei, mas porque o poder constituinte decorrente (no caso, o parlamentar do Distrito Federal) não era competente para legislar sobre trânsito. Caso você fosse defender essa lei em uma comissão parlamentar na Câmara dos Deputados federais, qual direito fundamental você utilizaria para sustentar seu argumento?

Resposta Comentada

Nessa questão, você precisaria retomar as lições da primeira seção da aula, sobre o estudo da Constituição brasileira. A defesa da constitucionalidade da lei que prevê a obrigatoriedade de *air bags* para motociclistas pode ser feita a partir do art. 5º da CRFB/88, no que se refere à defesa do *direito fundamental à segurança*. Pode-se mencionar ainda, no mesmo art. 5º, o *direito fundamental à vida*. A partir dos princípios fundamentais da Constituição, o argumento poderia apoiar-se no art. 1º, III - *a dignidade da pessoa humana*. E ainda quanto ao direito social ao trabalho e à segurança, conforme o art. 6º da Constituição Federal.

Constitucionalismo liberal e constitucionalismo social



Figura 8.5: Equilíbrio.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/577013>

Aquilo que significa a Constituição brasileira atual é uma tentativa de equilíbrio entre constitucionalismo liberal e constitucionalismo social. Nesta seção da aula, iremos apresentar os pressupostos históricos e conceituais dessas duas concepções acerca da constituição escrita, para que você possa perceber como elas são importantes para entender o direito e a noção de cidadania no Brasil a partir da Constituição.

Em momentos anteriores, estudamos neste curso que *constitucionalismo* significa o movimento social, político e jurídico que promoveu o surgimento das constituições nacionais e que concebe a Constituição como o instrumento maior de determinação das leis de um país.

Nessa função de orientar os direitos e deveres do Estado, cidadãos e instituições, a Constituição pode apontar tanto para objetivos mais liberais quanto sociais. Ou seja, orientar a nação para dar maior atenção à defesa das liberdades individuais, sociais, políticas, civis, na medida em que procura inibir a presença do Estado nas ações da sociedade e dos indivíduos. De outro modo, é possível que a Constituição aponte para objetivos mais sociais, em que se requer maior presença do Estado para tornar efetivos esses objetivos, como na erradicação da pobreza.

Como tudo na vida, a política é feita de decisões, e o constitucionalismo enfrenta essa tensão entre decidir sobre projetos liberais ou sociais. É possível observar, no entanto, que ao longo do tempo houve

várias tentativas de conciliar esses dois paradigmas. De fato, o liberal não é inconciliável com o social. No fundo, é impossível que um governo liberal seja antissocial. Mesmo um dos maiores defensores do liberalismo contemporâneo, o economista austríaco Frederick von Hayek (1899-1992), entendia que era preciso um mínimo de equilíbrio social entre as pessoas para o bom funcionamento das políticas liberais de não intervenção do Estado na economia. Por outro lado, as políticas sociais também não deixam de pregar as liberdades conquistadas, mas colocam em primeiro lugar a solução dos problemas sociais.

Visto isso, um critério sob o qual podemos estabelecer a verificação se um governo constitucional é mais liberal ou mais social é quanto a intervenção do Estado nos mais diversos âmbitos da sociedade: economia, educação, religião, etc.

O quadro que se segue pode ajudar você a entender as gerações dos direitos, que também refletem essa tensão entre constitucionalismo liberal e constitucionalismo social. Em cada geração, um objetivo ganhou mais destaque. A 1ª geração corresponde aos séculos XVIII e XIX, a 2ª e a 3ª ao século XX, e a 4ª ao XXI, em que a concepção de *pluralismo jurídico* significa a existência de múltiplos sistemas jurídicos em um mesmo ambiente espaço-temporal, pode ser observado na coexistência das leis brasileiras com convenções arbitrárias internacionais funcionando para negócios privados dentro do solo brasileiro. Ou então, como a lei da religião islâmica funciona igualmente em países diferentes, como em regiões da Índia e da Tanzânia, com cortes especiais para as pessoas dessas religiões, ao mesmo tempo em que as leis de cada um desses países precisa ser respeitada, em linhas gerais.

1ª Geração	2ª Geração	3ª Geração	4ª Geração
Estado Liberal	Estado Social e Estado Democrático Social		
Liberdade	Igualdade	Fraternidade	Pluralismo jurídico
- política - religiosa - de comércio	- Direitos sociais, econômicos e culturais	- Direitos de desenvolvimento, meio ambiente sadio e paz	
Direitos negativos (de o Estado NÃO agir contra as liberdades individuais)	Direitos positivos (intervenção do Estado na economia, legislação e tutela social)	Dever do Estado em zelar pelo patrimônio histórico-cultural da nação	
Direitos individuais	Direitos coletivos	Direito a toda a humanidade	

De modo geral, as constituições que surgiram na fase moderna do Constitucionalismo foram feitas nos séculos XVIII, XIX e XX. Em ordem cronológica, algumas das constituições que marcaram esse período constitucional são as seguintes:

I) Declarações e Constituições revolucionárias do século XVIII – a Declaração dos Direitos da Virgínia é uma declaração de direitos que se inscreve no contexto da luta pela independência dos Estados Unidos e foi proclamada em 1776; a Constituição dos Estados Unidos de 1787; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 juntamente com a Constituição Francesa de 1791. Essas estão entre as primeiras constituições escritas que limitavam expressamente o poder monárquico absoluto, reafirmavam a independência do poder político, expressavam a separação de poderes e procuravam assegurar liberdades e garantias individuais. Na história europeia, a primeira Constituição escrita reconhecida como marcadamente democrática e mantendo o poder monárquico foi a Constituição da Polónia de 1791;

II) Constituições napoleônicas – Constituição do Ano XII da França, de 1804, que era também chamada de Constituição Imperial, pois criou o Primeiro Império da França, tendo sido a de maior destaque como a constituição escrita da modernidade que servia para legitimar a autoridade de um imperador, no caso Napoleão Bonaparte (1767-1821).

III) Constituições da Restauração – restauração porque procuravam restaurar a monarquia francesa. O marco constitucional escrito é a França, enquanto o marco do direito costumeiro (sem uma Constituição escrita) é a Inglaterra. Contudo, para entender o Brasil, é preciso olhar para o processo histórico da França, o qual serviu como parâmetro para a Constituição do Império do Brasil de 1824, feita com base na Carta Constitucional de 1814 da França – que restaurou a monarquia, e especialmente a Constituição de Cádiz (Espanha) de 1812 – que já trazia fortes traços de uma constituição liberal.

IV) Constituições liberais – são classificadas como tal a Constituição francesa de 1830 e a belga de 1831. Contudo, antes da Constituição da Bélgica de 1831, a brasileira de 1824 fora a primeira no mundo a ter uma Declaração de Direitos dentro da Constituição, mostrando o caráter conciliatório dessa primeira constituição brasileira – entre a afirmação do poder monárquico e a promoção de direitos liberais. Desse modo, o período do constitucionalismo liberal é marcado pela declaração de direitos incorporada à Constituição e não mais promulgada à parte, renovando o compromisso do constitucionalismo moderno com os direitos e as liberdades pessoais.

V) Constituições democráticas do século XIX – mais uma vez vale retomar o paradigma do constitucionalismo francês, que nas leis constitucionais de 1875 inauguram a mescla entre forma republicana de governo (em que o rei não mais está no poder) e parlamentarismo, visando assegurar a liberdade do regime e dos cidadãos e a democracia – processo político que era visto como inevitável no fim do século XIX. A Constituição de 1875 da França foi ainda a primeira a falar do controle dos governantes por parte dos eleitores e a segunda na França a proteger as liberdades públicas – como de fazer reuniões públicas.

VI) Constituições do século XX – conforme vimos no item anterior, a democracia torna-se um dos paradigmas políticos do século XX. Algumas Constituições marcantes desse período procuraram conciliar as liberdades conquistadas ao longo dos séculos no Ocidente com a promoção de programas sociais. Até a Segunda Guerra Mundial (1938-1944), em vários países erigiu-se o que se chamou de Estado Social, com constituições que podem ser marcadas pelo Constitucionalismo social. No pós-Segunda Guerra Mundial, surge o Constitucionalismo democrático-social. Apesar da revelação da crise do Estado liberal erigido no século XVIII, o liberalismo não deixa de figurar nas eleições enquanto as liberdades continuam a ser asseguradas e o controle do poder político do Estado é mantido. No entanto, o grau de presença do liberalismo varia, de quase zero nas constituições sociais a mediano nas constituições democrático-sociais.

Para o primeiro caso, das *Constituições sociais*, que conclamam os direitos de segunda geração/dimensão – relativos às relações de produção e de trabalho, à educação, à cultura, à previdência (*ver quadro mais abaixo*) temos como exemplos: (I) a *Constituição Mexicana de 1917* – refletindo as diferentes tendências expressas antes e durante a Revolução Mexicana e prescrevendo o anticlericalismo, o agrarismo, a sensibilidade social, o nacionalismo, anunciando ainda uma reforma agrária e leis sociais – jornada de oito horas, direito de associação em sindicatos, direito à greve, salário-mínimo, limitação do trabalho feminino e infantil; (II) a *Constituição de Weimar (Alemanha) de 1919* – foi o marco do movimento constitucionalista que consagrou direitos sociais na Europa e reorganizou o Estado em função da sociedade e não mais do indivíduo; a *Constituição União Soviética (Rússia) de 1918* foi a primeira a estabelecer um governo socialista, aboliu a propriedade privada, de cunho completamente antiliberal, apresentava um governo a partir da *ditadura do proletariado* em que todo o poder organizado nos *soviets* (comitês políticos locais) reunia-se no partido bolchevique que governava; a Constituição estabelecia uma aliança entre operários e camponeses.

O outro ciclo pode ser apresentado pelas Constituições Social-Democráticas, a partir do pós-Segunda Guerra Mundial. Como a Constituição Francesa de 1946, a Constituição Italiana de 1947, a Constituição Alemã de 1949, a Constituição Portuguesa de 1976, a Constituição Espanhola de 1978, e a própria Constituição Brasileira de 1988. O caráter dessas constituições foi de conciliar projetos sociais – como defesa dos direitos do trabalho, presença do Estado na promoção de instituições públicas de saúde, educação, previdência, etc. –, assim como assegurava pressupostos liberais – livre iniciativa, propriedade privada, liberdades individuais, controle do poder político, etc.



Figura 8.6: Hugo Chávez.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chavez141610.jpg>

Hugo Chávez (1954-2013) foi presidente da Venezuela entre 1999 até sua morte em 2013. Foi o líder da Revolução Bolivariana da Venezuela, que encaminhou uma das mais recentes versões do constitucionalismo social dos últimos anos. A Revolução da República Bolivariana da Venezuela de 1999 aponta para políticas de participação democrática da população no poder público, controle do Estado sobre os meios de comunicação, amplos processos de distribuição de moradias e erradicação do analfabetismo,

controle estatal sobre as empresas importantes do país – especialmente na produção de petróleo, principal produto de exportação do país.



Liberalismo

Liberalismo é uma doutrina social que tomou forma clássica inicial com os trabalhos sobre política publicados pelo filósofo inglês John Locke, no século XVII. Em linhas gerais, o liberalismo preconiza:

a) a libertação do homem de todas as formas de coerção e opressão consideradas injustas e injustificáveis;

b) a elevação e utilização do valor da pessoa humana para benefício próprio e da sociedade.

O liberalismo econômico aconselha a competição inteiramente livre, na livre concorrência entre os agentes, julgando chegar dessa maneira ao máximo de bem-estar individual e coletivo.

O liberalismo preconiza ainda a outorga ao indivíduo do máximo de liberdade para orientar-se no sentido de seus interesses pessoais, particularmente em suas relações econômicas, com um mínimo de intromissão social, sobretudo de caráter governamental.

A ideia em dar máxima liberdade ao indivíduo é que desse modo estará mais apto a prestar serviço, tanto para si próprio como para a sociedade.



Figura 8.7: A tocha é um símbolo do esclarecimento, da liberdade, frequentemente utilizada por liberais como um símbolo político.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Torch.svg>



Sugestão de leitura e de filme: *A revolução dos bichos*, EUA, 89 min, 1999

Quem quiser ter uma visão mais crítica acerca do processo de construção do constitucionalismo social e da Revolução Russa de 1917 não pode deixar de ler o livro *A revolução dos bichos* (original: *Animal Farm*), publicado em 1945 pelo inglês George Orwell (1903-1950). O autor faz um retrato satírico da Revolução mais importante do século XX, mostrando que, apesar de bem-intencionado, o processo de libertação contra a tirania do proprietário da fazenda, depois que chegam ao poder, uns ani-

mais passam a explorar os demais, mostrando a degeneração do processo revolucionário em traições e corrupções, desfazendo o sonho inicial de igualdade.



Fonte http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Animal_Farm_1stEd.jpg

Essa mesma história pode ser vista como filme, pode ser assistido completo no YouTube, procurando por “A revolução dos bichos – filme completo”, ou no link: <http://www.youtube.com/watch?v=I5KI0b2H6ks>.

Atividade 3

Atende ao Objetivo 4

Retomando o que aprendemos sobre as fases do constitucionalismo:

1ª. *Constitucionalismo clássico (liberal)* – A primeira fase do movimento prevaleceu em todo o século XIX, tendo como característica o Estado adepto do não intervencionismo, garantidor de liberdades públicas e de direitos individuais. A partir da eclosão das revoluções ocorridas nos países europeus a partir da metade desse século, ampliou-se a tendência reivindicatória de direitos sociais, um processo de democratização impulsionado pelo surgimento do proletariado.

2ª. *Constitucionalismo social* – Foi presente no século XX, e marcou a luta pela igualdade social, em que as reivindicações democráticas procuravam superar a igualdade formal perante a lei, para assegurar uma

igualdade efetiva, de modo que as ações estatais sobre a ordem social mostravam-se necessárias para esses objetivos. Comentamos ao longo da aula que as constituições de Weimar (Alemanha) (1919) e do México (1917) são exemplos do constitucionalismo social do século XX.

a) A partir do conteúdo desta aula e dos seus conhecimentos, complete os espaços em branco (I, II e III) com o nome do país e o ano da Constituição que corresponde às características constitucionais respectivas, apresentadas no quadro a seguir. Todos os três foram mencionados ao longo da aula.

CONSTITUIÇÃO:	I. _____	II. _____	III. _____
Antecedentes	Caudilhismo e instabilidade social.	Pós-Primeira Guerra Mundial, luta contra o imperialismo e contra a monarquia.	Pós-Primeira Guerra Mundial e revanchismo – intenção de se reerguer após ter perdido a Grande Guerra.
Influências	Anarcossindicalismo e Manifesto de 1906.	Marxismo e demais ideologias comunistas, trabalho obrigatório e administração das indústrias pelos operários, nacionalização dos bancos e das indústrias.	Alguns princípios liberais circunscritos em objetivos sociais.
Economia/Trabalho	Estatuto da propriedade privada, com uso submetido ao bem público.	Abolição da propriedade privada. Socialização do solo.	Intenção de concretizar a função social da propriedade.
Propriedades	Direitos trabalhistas como fundamentais; anticlerical; agrarista.	Governo dos <i>soviets</i> , qualquer um maior de 18 anos poderia ser votado com igualdade de direitos, independente de possuir propriedade. Exército vermelho atua ostensivamente. Valorização do trabalhador.	Legitimação dos novos direitos na Europa ocidental – os direitos sociais.

b) Aponte o critério sugerido para poder diferenciar o constitucionalismo liberal do constitucionalismo social. Comente sua resposta.

Resposta Comentada

a) Para (I) México (1917); para (II) Rússia, ou poderia responder União Soviética (1918), e (III) Alemanha ou República de Weimar (1919). Par-

te das características apresentadas no quadro já estavam no conteúdo da aula. A intenção do quadro é reforçar a memorização sobre os principais dados históricos desse constitucionalismo como elementos que permanecem até hoje nas políticas públicas vinculadas a esse ideal.

b) Um critério suficiente para categorizar um constitucionalismo é a intervenção do Estado nas ações sociais e econômicas. Apesar de o constitucionalismo social ter sido produzido por meio de agentes coletivos contra o Estado liberal, a intenção e a prática nos países em que foi aplicado foi a tomada do poder do Estado, a fim de transformá-lo em prol dos ideais sociais – defesa dos direitos dos trabalhadores, intervenção do Estado na economia, abolição ou controle da propriedade privada, programa político anticlerical (anti-Igreja), etc. O constitucionalismo liberal, por sua vez, procura alicerçar na Constituição a organização do Estado, de modo que as liberdades dos indivíduos possam ser garantidas e a intervenção do Estado seja a mínima necessária.

Conclusão

Há poucos dias, estava assistindo a um programa de televisão sobre drogas nos Estados Unidos – aliás, uma das poucas coisas interessantes na TV. Chama-se *Drugs Inc.* e passa em um canal de TV fechada (National Geographic Channel). O melhor desse programa é que ele consegue apresentar a estrutura do mundo das drogas, desde o consumidor ao traficante, passando pelo produtor e o processo de investigação policial, contando ainda como funciona o aparato estatal de combate às drogas. O repórter entrevistava uma usuária de anfetamina, que passou a fazer pequenos furtos para poder comprar e consumir a droga; em certa altura ela disse: “Sei que preciso parar de fazer isso [furar], pois estou colocando a minha liberdade em risco.”

Achei curioso o modo como a jovem se expressou. Talvez por estar nos Estados Unidos, dentre os países mais liberais do mundo, em que se guarda algo daquela noção de John Locke, que aprendemos no início do curso “de que a liberdade do indivíduo está no cumprimento da lei.” Ou seja, eu comprometo minha liberdade na medida em que infrinjo a lei, e estou passível de ser autuado pelos órgãos oficiais. Esse é um retrato da identificação do indivíduo com a lei do seu país, sob o paradigma liberal.

Os Estados Unidos servem de modelo para o que foi o constitucionalismo liberal, ainda que em vários momentos o governo executasse políticas sociais de intervenção do Estado na economia, como com o *New Deal* (*Novo*

Acordo) entre 1933 e 1937, sob o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt, e pretendia tirar a economia americana da Grande Depressão daquela época. Assim como o atual governo do presidente Barack Obama (desde 2009 no poder) também se inclina para políticas mais sociais, como a formação de um sistema estatal de saúde (uma espécie de SUS – Sistema Único de Saúde) para os americanos, dentre outras políticas e intervenções estatais na economia e na sociedade.

Por outro lado, do ponto de vista do constitucionalismo social, as leis constitucionais possuem como objetivo, acima de tudo, melhorar a vida social, o bem-viver coletivo, de modo que as leis são feitas para vincular a ação dos indivíduos ao projeto coletivo. O primordial deixa de ser a liberdade individual e passa a ser o poder coletivo – dos sindicatos, dos partidos com tendências sociais, dos movimentos sociais.

O constitucionalismo democrático-social (como marcado na Constituição brasileira de 1988) procurou aliar esses dois objetivos – *liberal* e *social*, com a seguinte justificativa: só é possível o exercício das liberdades individuais e coletivas, se há direitos sociais constitucionais que vinculem e obriguem o poder público a participar e agir. É a ideia de que as soluções para os problemas das liberdades individuais e coletivas contam com a intervenção estatal, entendendo que aquele que organiza a sociedade não é a própria sociedade, mas o Estado. Nesse debate, voltamos à discussão de que já tratamos neste curso: quem é o protagonista? A sociedade organizada em grupos, cooperativas, sindicatos, corporações, instituições próprias e independentes do Estado, ou devemos pensar que as ações sociais só acontecem a partir ou por meio do Estado?

===== **Atividade Final** =====

Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4

Trecho de entrevista: revista *Desafios do Desenvolvimento* – A revista de informações e debates do Ipea (edição de fevereiro de 2013):

Revista Desafios do Desenvolvimento – O que quer dizer constitucionalização de todo o território?

Wanderley Guilherme dos Santos – É levar a todos os cantos do país os juizados de pequenas causas, assessoria jurídica e zonas eleitorais. A Constituição tem que valer em todo o território. O problema da corrupção política assumiu essa dimensão porque

envolve preferências partidárias. Se olharmos os últimos anos, muitos prefeitos têm sido cassados por problemas com as contas públicas. Vereadores também. Os desbaratamentos que a Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República estão fazendo rotineiramente são excepcionais. O Brasil subiu muito, internacionalmente, no quesito combate à corrupção. Durante o período da ditadura, o eleitorado brasileiro cresceu a taxas inéditas no mundo, até porque a Arena [partido do governo] buscava votos no interior e o MDB [oposição] acompanhava para tentar impedir que a situação conseguisse disfarçar o autoritarismo vigente no país. Isso teve um aspecto muito positivo, que foi trazer o interior para as instituições políticas. Os conflitos passaram a aparecer nas tocaias e assassinatos, já que problemas de terra eram assim resolvidos. Hoje, as estruturas partidárias, inclusive a dos partidecos, desempenham papel importantíssimo, porque eles vão buscar votos nos locais mais distantes das capitais. Até porque sabem que nos grandes centros não têm muita chance. Também por isso os partidecos estão crescendo consistentemente em número de vereadores e prefeitos.

Fonte: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2896%3Acatid%3D28&Itemid=23

Matéria do jornal *Estado de São Paulo on-line*, 2/8/2010:

FGV: população considera Justiça lenta, cara e parcial

A maioria da população considera a Justiça no Brasil morosa, cara e parcial. A conclusão faz parte de uma pesquisa da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (Direito GV), que divulgou hoje o Índice de Confiança na Justiça (ICJBrasil). De acordo com o levantamento, 88% das pessoas avaliam que o Judiciário resolve os conflitos de forma lenta ou muito lenta. Para 80%, os custos para acessar a Justiça são altos ou muito altos e 60% acreditam que ela é nada ou pouco independente.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,fgv-populacao-considera-justica-lenta-cara-e-parcial,589426,0.htm>

Como pode ser interpretada a opinião do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos na entrevista e a matéria do *Estado de São Paulo on-line* sobre a baixa confiabilidade da Justiça no Brasil? De que maneira

a matéria do jornal contradiz a opinião do cientista político? Cite qual direito fundamental constitucional pode ser lembrado como central nesse debate.

Resposta Comentada

Na entrevista, Wanderley Guilherme apresenta um conceito de constitucionalização do território, que corresponde à expansão do sistema judiciário em todo território nacional, para que as pessoas tenham mais acesso à Justiça. De algum modo, a matéria do jornal *Estado de São Paulo on-line* confronta-se com esse movimento, descrito como positivo por Wanderley Guilherme. Ou seja, segundo a pesquisa da FGV, mesmo com a ampliação do acesso à Justiça, ela continua sendo lenta, cara e tendenciosa. Sem invalidar qualquer uma das opiniões ou pesquisas – tanto a ideia de Wanderley Guilherme é interessante como a pesquisa apresentada na matéria do *Estado de São Paulo on-line* é importante –, fica como crítica para você a noção de que a efetividade da Constituição passa pelo funcionamento da Justiça. Os órgãos jurídicos competentes, auxiliados pelas instituições da segurança pública, e todas as esferas de governo devem preocupar-se em fazer da expansão do acesso à Justiça algo efetivo, que funcione.

O direito fundamental que gira em torno desse debate é o *acesso à Justiça*.

Leitura complementar

Nunca fui capaz de convencê-lo de que o governo é um assunto humano, e que os homens são governados não por palavras sobre o papel ou por teorias abstratas, mas por outros homens. Eles são bem governados quando seus governantes compreendem os sentimentos e concepções do povo. E são mal governados quando não existe esta compreensão.

De todos os ramos do Estado, é o Judiciário o que tem maiores possibilidades de perder o contato com o homem comum. As razões para isto são, naturalmente, bastante óbvias. Ao passo que as massas reagem diante de uma situação conforme ela se apresenta em seus traços mais salientes, nós juízes dividimos em pequenos fragmentos cada situação que nos é apresentada. Juristas são contratados pelos antagonistas a fim de analisar e dissecar. Juízes e advogados rivalizam em ver quem é capaz de descobrir o maior número de dificuldades e distinções em um só conjunto de fatos (FULLER, Lon L. *O caso dos exploradores de cavernas*. Trad. Plauto F. de Azevedo. Sérgio A. Fabris Editor, Porto Alegre, 1976, p. 55-56.).

Resumo

1. Dando continuidade ao estudo sobre Constituição e Sociedade, na primeira seção da aula observamos a organização e alguns dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
2. A Constituição brasileira de 1988 é composta de 250 artigos, dividida em nove títulos.
3. Os Princípios Fundamentais da Constituição brasileira são os seguintes: princípio republicano, princípio federativo, princípio democrático, soberania do Estado brasileiro, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pluralismo político e o princípio político da separação de poderes.
4. A Constituição brasileira de 1988 apresenta um conteúdo programático, para a promoção do bem de todos sem preconceitos, garantir o desenvolvimento nacional, construir uma sociedade livre, justa e solidária, reduzir as desigualdades sociais e regionais, assim como aponta para objetivos internacionais - como a promoção da paz entre os povos.
5. O art. 5º da Constituição de 1988 refere-se aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; trata-se do núcleo mais importante para a defesa do indivíduo perante o Estado e contra as injustiças de outros indivíduos e coletivas.
6. Remédios Constitucionais, previstos no art. 5º da Constituição, são os instrumentos jurídicos para tornar efetivo o exercício dos direitos constitucionais, como o *Habeas Data*, a Ação Popular, a Ação Civil pública, o *Habeas Corpus*, o Mandado de Segurança, o Mandado de Segurança Coletivo e o Mandado de Injunção.

7. Direitos individuais são aqueles direitos considerados como inerentes ao homem; referem-se aos direitos subjetivos nos quais as pessoas estão investidas de faculdades e poderes para que possam fazer o melhor uso ao seu interesse, com a segurança da lei.
8. Direitos coletivos servem para amparar algo que supera o indivíduo, mas abarca os membros do grupo social ligados entre si, como o de acesso à terra urbana e rural, para nela trabalhar e morar, o de acesso de todos ao trabalho, o direito ao transporte coletivo, à energia, ao saneamento básico, etc.
9. Direitos Sociais são direitos que mantêm uma conexão com o direito de igualdade porque procuram fazer com que o Poder Público crie mecanismos de garantir a igualdade real entre os cidadãos, tornando efetivos os direitos individuais e coletivos.
10. O Título V da Constituição — Defesa do Estado e das Instituições, que vai do art. 136 ao 144 da CRFB/88, trata do Estado de Defesa, Estado de Sítio, das Forças Armadas e da Segurança Pública.
11. A Constituição brasileira de 1988 foi a primeira da história do país a definir o conceito de segurança pública como distinto de segurança nacional.
12. No Brasil, há duas grandes concepções de segurança pública: combate bélico e a prestação de serviços públicos.
13. Controle de constitucionalidade significa a verificação da conformidade das normas jurídicas com o texto constitucional. Sempre que houver anormalidade no sistema jurídico, em que se perde a harmonia, ordem e unidade, entram em cena os mecanismos do controle de constitucionalidade. É com esse controle que se garante a supremacia da Constituição, contra a ação ou omissão do poder legislativo.
14. Constitucionalismo significa o movimento social, político e jurídico que promoveu o surgimento das constituições nacionais e que concebe a Constituição como o instrumento maior de determinação das leis de um país.
15. O Constitucionalismo contemporâneo apresenta a tensão entre projetos liberais e projetos sociais.
16. Historicamente, o constitucionalismo liberal pressupõe constituições escritas que limitavam expressamente o poder monárquico absoluto (onde existe ou existiu monarquia, ou o controle do poder executivo nos países republicanos); reafirmavam a independência do poder político, expressavam a separação de poderes e procura-

vam assegurar liberdades e garantias individuais. O constitucionalismo liberal é ainda marcado pela declaração de direitos incorporada à Constituição, mostrando o compromisso do constitucionalismo moderno com os direitos e liberdades pessoais.

17. Constituições sociais, que conclamam os direitos de segunda geração/dimensão – relativos às relações de produção e de trabalho, à educação, à cultura, à previdência – foram feitas sob a égide de Estados Sociais na primeira metade do século XX, e as propostas refletem até hoje nas formulações do constitucionalismo social. Como exemplos inaugurais, pode-se mencionar a Constituição mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar (Alemanha) de 1919.
18. O constitucionalismo democrático-social (como marcado na Constituição brasileira de 1988) procurou aliar os dois objetivos do constitucionalismo moderno – *liberal* e *social*, com a seguinte justificativa: só é possível o exercício das liberdades individuais e coletivas, se há direitos sociais constitucionais que vinculem e obriguem o poder público a participar e agir.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 9, daremos início ao estudo do conceito de sociedade civil, para entender o protagonismo dos cidadãos nas decisões públicas, tanto na esfera jurídica quanto na política.

Leituras recomendadas

Leia no website do Senado Federal uma breve história das constituições brasileiras: <http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/constituicoes-brasileiras>

Na revista *Insight Inteligência*, edição n. 60, você poderá ler uma entrevista completa com o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, feita pelo também cientista político Christian Lynch: <http://www.insightinteligencia.com.br/60/PDFs/pdf1.pdf>

Procure ler uma pequena matéria do jornal *Zero Hora*, “Leis do tempo do imperador: Brasil conserva regras arcaicas e sem utilidade”, publicada em 6/4/2013. Ela pode ser lida on-line no site: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2013/04/leis-do-tempo-do-imperador-brasil-conserva-regras-arcaicas-e-sem-utilidade-4098021.html>

Aula 9

Surgimento da sociedade civil
e seu protagonismo

*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Metas

Avaliar o surgimento e as várias acepções de sociedade civil, identificando o seu protagonismo a partir dos movimentos sociais que surgiram no século XIX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. definir sociedade civil;
2. reconhecer os significados de sociedade civil ao longo do tempo até a concepção moderna de Hegel;
3. relacionar as críticas que Karl Marx fez às ideias de Hegel, em especial quanto à sociedade civil;
4. identificar como o Estado social é central no debate contemporâneo da sociedade civil;
5. definir movimento social.

Introdução: sociedade civil e movimentos sociais

Os conceitos de sociedade civil e movimentos sociais são centrais para a melhor compreensão da cidadania, como processo de conquista de direitos pelos indivíduos dentro de sociedades organizadas.

Em aulas anteriores, concentramos nossos esforços em expor o surgimento do Estado, assim como a relação do indivíduo com esse fenômeno. Através de autores contratualistas, como: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, aprendemos que a sociedade política existe a partir do consentimento dos indivíduos. Contudo, entre indivíduo e Estado há uma série de instituições e um conceito que congrega todas elas: sociedade civil. Nesta Aula 9, estudaremos o conceito de sociedade civil, suas diversas acepções e o debate atual sobre a posição da sociedade civil diante do Estado. Ao final, daremos início a uma temática que terá continuidade na Aula 10: o estudo dos movimentos sociais, como um tipo de ação social que se liga diretamente ao protagonismo da sociedade civil, a partir do século XIX.

Contemporaneamente, sociedade civil refere-se ao conjunto de organizações e instituições formadas voluntariamente pelos cidadãos, em oposição ao Estado – e independente da vontade governamental.

Partidos, cooperativas, instituições de caridade, igrejas, associações, ONGS (organizações não governamentais), clubes, academias, escolas privadas, grupos de voluntários, sindicatos, associações culturais etc. são algumas categorias de instituições da sociedade civil.

O principal instrumento de ação para a conquista de direitos da sociedade civil são os movimentos sociais. Movimentos sociais são grupos de ação e amplamente formados por indivíduos ou organizações cujo foco específico é a temática política e social. Vale ressaltar que nem todo movimento social tem o cunho político, por exemplo: uma torcida em um estádio de futebol é um movimento social, mas não é um movimento político. Para o assunto que trataremos aqui, nos concentraremos em tratar dos movimentos sociais que possuem objetivos políticos.

Os movimentos sociais procuram não apenas se afirmar socialmente perante o Estado e os cidadãos, mas resistir ou provocar mudanças, com o intuito de manter direitos ou reivindicá-los. Há movimentos sociais que atuam contestando instituições (tanto civis quanto estatais), e alguns mais radicais, enfrentando o poder estatal e o sistema econômico.

Um movimento social pode pretender apenas propor reformas à sociedade, ou a revolução por completo. Por exemplo, o Greenpeace é uma ONG internacional que promove ações sociais em defesa do meio ambiente e procura propor reformas na sociedade a partir de suas ações, como a aplicação de leis ambientais nos países e o incentivo a ações de defesa da natureza por parte das instâncias governamentais. Já o MST (Movimento dos Sem Terra), no Brasil, pode ser caracterizado como um movimento social revolucionário, que tem como primeiro objetivo a reforma agrária, para que, a partir dela, seja possível fazer uma revolução em toda a sociedade, aos moldes da doutrina marxista.



Figura 9.1: A figura em questão mostra a iminência de um enfrentamento entre forças policiais e trabalhadores, em uma greve de operários imigrantes da indústria têxtil, organizada pela Internacional dos Trabalhadores do Mundo, em 1912, em Massachusetts, Estados Unidos.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:1912_Lawrence_Textile_Strike_1.jpg

Um sindicato pode ser o exemplo de uma ação da sociedade civil na era moderna. Sindicato é a associação para defesa e coordenação dos interesses econômicos e/ou profissionais de indivíduos (empregados, empregadores, profissionais liberais, autônomos etc.) que exercem a mesma atividade ou atividades similares. Quase todas as categorias de trabalhadores no Brasil, por exemplo, possuem sindicatos, como o sindicato dos bancários, dos metalúrgicos, dos professores, dos eletricitistas,

dos mecânicos, dos policiais etc. Há ainda sindicatos para a defesa dos interesses do empresariado, mas que, em geral, não recebem o nome de “sindicatos”; pode-se citar o exemplo das federações das indústrias e das associações comerciais.



Figura 9.2: Movimentos sociais – Occupy cities.

Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:OccupyHandSignals.pdf>

A figura “Ocupar juntos – sinais com as mãos” mostra os diferentes sinais utilizados pelo movimento social internacional chamado Occupy Wall Street, e que também ganhou o nome de Occupy Movement (Movimento Ocupar). Os sinais serviram como meio de comunicação em uma das assembleias internacionais do movimento, justamente para poder promover a comunicação entre pessoas de diversas nacionalidades e línguas diferentes.

O Occupy Movement foi um movimento de protesto internacional contra a desigualdade social e econômica. Primeiramente teve como objetivo difundir uma proposta de relações econômicas e políticas em todas as sociedades com menos hierarquia vertical e mais distribuição horizontal, tanto economicamente, quanto socialmente. O movimento foi iniciado com a ocupação do Zuccotti Park, região de Wall Street, Nova Iorque – Estados Unidos, em 17 de setembro de 2011. Logo se espalhou por 95 locais, ao redor de 82 países e em mais de 600 comunidades nos Estados Unidos.

O Occupy Wall Street foi inspirado em outros três importantes movimentos recentes no mundo: (a) a Primavera Árabe, que foi uma onda de protestos, revoltas e guerras civis em vários países árabes a partir de dezembro de 2010; (b) os Indignados, movimento social espanhol que promove amplos protestos e passeatas desde 2011, contra o desemprego e as políticas econômicas e sociais na Espanha, e (c) o movimento Tea Party, que defende a aderência estrita da Constituição americana e pede a redução de despesas e taxas por parte do governo, assim como a redução do débito e do déficit público federal; trata-se de um movimento antigo nos Estados Unidos, desde 1773, e que tem relação com grupos conservadores e libertários – isso porque o Tea Party levanta bandeiras que são capazes de unir demandas dos conservadores (inclusive os que estão dentro do partido republicano dos Estados Unidos) e dos libertários: como a luta pela redução dos impostos, pela intervenção mínima do Estado na economia, pela diminuição dos gastos do Estado com questões de bem-estar público, contra um sistema de saúde público nos Estados Unidos etc.

O conceito de sociedade civil

Anterior à concepção moderna de sociedade civil, vigoravam as concepções das tradições jusnaturalistas e do filósofo Jean-Jacques Rousseau. A relação que temos hoje de sociedade civil como algo fora do Estado teve início no sistema filosófico de Hegel, no século XIX.

Neste momento, explicaremos sobre a sociedade civil ao longo do tempo:

- A noção jusnaturalista antiga e a noção jusnaturalista moderna.
- A noção rousseauiana.
- A noção hegeliana.
- As críticas à noção hegeliana de sociedade civil, a partir de Karl Marx.

Em outras palavras, o mais importante é observar como Hegel entendia o papel da sociedade civil entre a família e o Estado. E, a seguir, mencionar a perspectiva de Karl Marx sobre o termo sociedade civil, para que seja possível tratar de questões atuais a respeito do conceito de sociedade civil.

Apesar de essa exposição ser teórica, esses conceitos estudados à luz de uma história das ideias (ou seja, observando, ao longo do tempo, como os filósofos políticos lidaram com um dado conceito), ajudam-nos na compreensão do mundo em que vivemos hoje: como o direito, a cidadania e o Estado se organizam de acordo com essas filosofias desenvolvidas no passado e que são retrabalhadas no presente. Faremos esse exercício com o conceito de sociedade civil, avaliando como essa ideia foi pensada em momentos históricos importantes e por pensadores que marcaram a filosofia, para que possamos tratar com maior propriedade desse conceito nos dias atuais.

Sociedade civil na tradição jusnaturalista

A noção **JUSNATURALISTA** antiga de sociedade civil pode se encontrar em *A política*, de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), filósofo da Grécia Antiga, que entendia o termo *societas civilis* como uma expressão que designava a cidade (*polis*), sendo uma comunidade diversa e superior à família. A *polis* era o lugar em que a sociedade civil fazia aquilo que não poderia fazer dentro do espaço familiar: deliberar sobre as coisas públicas. A sociedade civil é formada enquanto comunidade superior ao espaço familiar (que é privado), porque tratava de questões mais importantes e congregava o conjunto dos homens capazes de participar dessa sociedade enquanto membros da polis grega. As características da sociedade civil para a sociedade grega antiga, conforme os ensinamentos de Aristóteles, são de independência e autossuficiência com relação à família.

Entre o mundo grego antigo e a concepção moderna de sociedade civil, há duas diferenças básicas:

1º. a atividade econômica para os gregos era atributo familiar, enquanto que a sociedade civil era o lugar para cuidar dos assuntos políticos; já na concepção moderna, a atividade econômica acontece de modo geral na sociedade civil (são raros os casos em que uma família é produtora e consumidora de tudo que utiliza);

2º. a sociedade civil era igual à sociedade política, quem era da sociedade civil necessariamente, e naturalmente, fazia parte da vida política; já na modernidade, a sociedade civil é separada da sociedade política.

A *societas civilis* (sociedade civil) na filosofia aristotélica é uma sociedade natural, correspondente à natureza política do homem, que sai do espaço familiar para fazer política. Ainda que para Aristóteles não

JUSNATURALISMO

ou direito natural (do latim *ius naturalis*) é uma teoria que fundamenta a lei a partir da natureza, conforme um caráter universal. Classicamente, o direito natural refere-se ao uso da razão para analisar a natureza humana – socialmente e pessoalmente –, que pode ser deduzida de regras de comportamento moral. O direito natural tem como contraste o direito positivo, que é artificial. O jusnaturalismo pretende apresentar uma razão independente dos fatos históricos para determinar uma ordem jurídica condizente com a natureza humana fundamental. Essa teoria conta com uma amplitude bastante vasta de filósofos, como São Tomás de Aquino, Francisco Suárez, Richard Hooker, Thomas Hobbes, Hugo Grócio, Samuel von Pufendorf, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Assim como exerceu influência profunda no movimento do racionalismo jurídico do século XVIII, quando surge a noção dos direitos fundamentais, embasa o conservadorismo e foi importante no desenvolvimento da *common law* inglesa. É ainda comparável aos direitos humanos modernos, pelo caráter universalista.

seria qualquer um que faria parte da sociedade civil. Cidadão eram os homens nascidos na Grécia e com propriedade. Eram excluídos: os estrangeiros, as mulheres, os soldados, os escravos.

Nicolau Maquiavel (1469-1527), no século XV, pretendeu falar do Estado como um organismo que concentra poderes sobre habitantes de um território e como o aparato de que alguns homens ou grupos se servem para adquirir e conservar poder. Mesmo com essa definição, ainda não era clara a diferença entre a sociedade civil e o Estado, pois os indivíduos preocupados com o poder confundiam-se com os membros da sociedade civil sem que houvesse uma separação definida entre atores políticos e membros da sociedade civil. A distinção entre sociedade civil e sociedade política apenas torna-se evidente com o advento da sociedade burguesa como principal protagonista no mundo político, a partir dos séculos XVII e XVIII, quando essa classe social burguesa age na sociedade economicamente, e de modo indireto na política, sem estar necessariamente com o poder direto do aparato governamental em suas mãos (na próxima aula analisaremos um típico fato correspondente a essa análise, sobre o ano de 1848 na França).

Há casos de autores que reiteravam o modelo aristotélico a respeito da sociedade civil, como o jurista francês Jean Bodin (1530-1596), que entendia o Estado (o lugar de deliberação das coisas públicas) como um fato natural, igualando-o à sociedade civil. Mas é com Thomas Hobbes (1588-1679), que a *noção jusnaturalista* moderna a respeito da sociedade civil aparece, rompendo com o modelo aristotélico. Nesse sentido hobbessiano, o termo “sociedade civil” (*societas civilis*) é usado de forma oposta a “sociedade natural” (*societas naturalis*). O que permanece entre a noção antiga e a moderna, de sociedade civil, é que, para ambas, sociedade civil é o sinônimo de sociedade política. No entanto, foi com a noção jusnaturalista moderna de sociedade civil que se abriu caminho para pensar uma separação entre sociedade civil e sociedade política, conforme veremos mais à frente com Hegel.

ANTÍTESE

Trata-se de uma figura pela qual se opõem, numa mesma frase, duas palavras ou dois pensamentos de sentido contrário, por exemplo: *com luz no olhar e trevas no peito; por extensão qualquer contraste muito nítido: a água é a antítese do vinho ou a noite é a antítese do dia.* (Dicionário Houaiss)

Diferente de Aristóteles, o filósofo inglês Thomas Hobbes irá conceber a sociedade civil como **ANTÍTESE** do estado de natureza. Hobbes é um dos inauguradores do jusnaturalismo moderno, pois a formação da sociedade civil é constituída mediante acordo dos indivíduos que decidem sair do estado de natureza. Portanto, nessa chave, a sociedade civil é instituída ou artificial.

Percebe-se dessa maneira como é permanente a dicotomia entre os modelos de sociedade civil: alguns pensaram a sociedade civil como formada naturalmente (como Aristóteles), outros artificialmente (como Hobbes).

Na modernidade, prevaleceu a tese de que a sociedade civil é artificial. Um dos filósofos mais influentes da modernidade – senão o mais influente, junto com Hegel – é Emmanuel Kant (1724-1804), que escreveu o seguinte sobre a sociedade civil – conforme a ideia jusnaturalista que entende a sociedade civil como antítese ao estado natural:

O homem deve sair do Estado de natureza no qual cada um segue os caprichos da própria fantasia, para unir-se como todos os outros [...] e submeter-se a uma pressão externa publicamente legal [...]: quer dizer que cada um deve, antes de qualquer outra coisa, entrar num Estado civil (KANT, E. *Metafísica dos costumes*. I. Doutrina do direito, § 44 apud BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1207).

A partir dessa citação de Kant é possível refletir como a noção de sociedade civil tem a ver com a ideia de civilização. Tornar alguém civilizado é contribuir para a saída da escuridão do estado de natureza, onde o homem não pensa com a razão e está entregue às paixões.



A concepção cristã de sociedade civil



Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Gesupietrochiave.jpg>

Mesmo na modernidade, uma perspectiva que ainda persiste é a jusnaturalista tradicionalista, bastante identificada com a doutrina cristã-católica e que parte do modelo aristotélico. Para a tradição do pensamento cristão há uma tripartição: sociedade religiosa, sociedade doméstica e sociedade civil. A sociedade religiosa compreende as pessoas ligadas pela Igreja, a sociedade doméstica é a família e surge naturalmente, assim como a sociedade civil, que constitui o espaço de atuação da política. Trata-se de um modo de pensar integrado e separado, entre: Igreja, família e Estado.

A imagem é um afresco do ano de 1481 que se encontra na Capela Sistina (Vaticano), pintada por Pietro Perugino, e mostra Jesus Cristo entregando as chaves do céu para São Pedro, patriarca da Igreja. Significa que a competência da sociedade religiosa (sob a condução da instituição Igreja) é a de promover a ligação dos homens na Terra ao reino dos céus.

Sociedade civil para Rousseau

Vale a pena entender como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) concebe a noção de sociedade civil. Ao contrário de Hobbes, para quem o estado de natureza possuía uma série de inconvenientes, sobretudo o risco da morte violenta na guerra de todos contra todos, para Rousseau o estado de natureza era idealizado como a melhor forma como o homem já viveu. Quando é instituída a propriedade privada, e todos os males dela decorrentes, Rousseau explica como esse é o principal componente para o surgimento da sociedade civilizada.

Rousseau é um dos pensadores mais influentes para a construção da modernidade, tendo sido um crítico do próprio movimento do qual fazia parte, o Iluminismo, e do Racionalismo do século XVIII. Tanto que suas críticas dirigem-se contra a sociedade civilizada, que surgira da corrupção da sociedade natural. Há no autor um forte sentido romântico ou pré-romântico, que o torna pessimista quanto às consequências daquela sociedade civil de seu tempo, marcada por egoísmos, vícios de toda sorte, desigualdades, problemas com a educação das crianças, etc.

O que salva essa sociedade civil de todos os males é que ela guarda o embrião de uma sociedade política que, mesmo diferente do estado de natureza, garantirá os direitos naturais e mais os direitos políticos, a partir do contrato social dessa nova sociedade. A sociedade política é aquela formada pelos homens quando instituem um governo fundado sobre o contrato social. Bobbio explica a diferença entre sociedade civil para Hobbes, e também John Locke (1632-1704) e Rousseau:

para Hobbes (e igualmente para Locke) a sociedade civil é a sociedade política e ao mesmo tempo a sociedade civilizada (civilizada na medida em que é política), a sociedade civil de Rousseau é a sociedade civilizada, mas não necessariamente ainda a sociedade política, que surgirá do contrato (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1208).

Sociedade civil segundo Hegel

Neste momento da aula, propomos um mergulho em algumas noções da filosofia do direito de Hegel, justamente para compreender as ideias desse filósofo, especialmente no que tange ao conceito de sociedade civil.

Para Aristóteles, a sociedade era constituída da **DICOTOMIA** família/Estado (ou *societas domestica/societas civilis*, e *civilis* de *civitas* corresponde a *politikós* de *polis*) e, no pensamento jusnaturalista moderno, a dicotomia se dava entre estado de natureza e estado civil. Rousseau aponta que feito o contrato social para o estabelecimento da sociedade política, todos se integram a ela, e cada indivíduo é soberano e súdito ao mesmo tempo.

Por outro lado, em Hegel a sociedade civil é a vida entre a família e o Estado, como em um modelo triádico: *família – sociedade civil – Estado*. Segundo o filósofo alemão, entre a família e o Estado surgem um conjunto de instituições, o sistema de necessidades, a administração da justiça e as corporações. Sociedade civil, para Hegel, implica simultaneamente determinações individualistas e a procura de um princípio ético que jamais poderia vir do mercado, mas sim das corporações, ou seja, o reconhecimento da vida humana não é dado a partir de uma moral liberal aleatória, mas acontece de modo integrado a partir das relações dentro das corporações, pelo trabalho.

DICOTOMIA

Significa a modalidade de classificação em que cada uma das divisões e subdivisões contém apenas dois termos.



Figura 9.3: Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831).

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hegel.jpg>

Hegel nasceu em 1770, na cidade de Stuttgart, Alemanha. Estudou teologia e foi por três anos pastor. Sua primeira obra é *A vida de Jesus*, de 1795. Em 1805 torna-se professor na Universidade de Jena, sob a recomendação de Goethe – um dos maiores nomes da literatura alemã. Em 1806, publica sua principal obra, a *Fenomenologia do espírito*. Entre seus últimos trabalhos está o livro *Princípios da filosofia do direito*, de 1821. Acometido pela cólera, morre em 1831.

Hegel explica que as determinações éticas resultam das relações necessárias, formando os deveres dos homens. Inclusive a esse respeito Hegel estabelece uma crítica à filosofia moral de Kant, no sentido de negar a identificação da obrigação ética com a moral (no sentido de *mores*, costumes), como se tal pudesse ser concebida apenas da racionalidade individual – como propõe Kant. Diferentemente, para Hegel, a moralidade só se realiza na ética, a qual compreende uma vida comunitária.

Isso mostra uma dualidade no pensamento moderno ocidental, entre perspectivas individualistas (mais próximas de Kant) e comunitaristas (mais próximas de Hegel).

Mas o que significa a ética em Hegel? O ético é o ser virtuoso e reflete-se no indivíduo como determinação da natureza conforme a integração do indivíduo à comunidade em que vive. Hegel diz que “a honestidade é a virtude que não apresenta senão a mera adaptação do indivíduo aos deveres das relações as quais pertence.” (HEGEL, 1968, p. 153). Ser honesto

quanto a si mesmo não basta, essa virtude deve estar relacionada com a vida na comunidade.

E quais os deveres que o homem deve cumprir para tornar-se virtuoso? Responde Hegel:

é fácil dizê-lo em uma comunidade ética: por sua parte [o homem], nada mais deve fazer senão o que suas relações prescreveram, assinalaram e advertiram. A honestidade é o universal que pode requerer-se nele, juridicamente, eticamente; mas, desde o ponto de vista moral, a honestidade aparece facilmente como algo subordinado, por cima do qual se deve exigir ainda algo mais em si e em relação aos demais (HEGEL, 1968, p. 153).

Este trecho final sobre a honestidade remarca um claro distanciamento da filosofia da moral kantiana, pois mostra que não basta a moral (que o indivíduo entende racionalmente a partir dos costumes), mas para ser honesto e, por conseguinte, ético, o indivíduo deve esforçar-se para exigir algo a mais de si e na relação com os demais que vivem na comunidade. Dizer que a honestidade é universal significa que, quando o homem se liga universalmente aos demais e à sua comunidade, ao ser honesto, se espera que os demais também sejam honestos, conforme as leis sociais.

Hegel mostra que é na condição de ser ético que o homem se realiza, pois se relaciona honestamente, encontrando seu espaço na família, na sociedade civil e no Estado. E como surgem as virtudes? Responde Hegel: dos deveres. Ser honesto é cumprir com seus deveres, não apenas com relação a si mesmo, mas quanto aos demais.

Pode-se dizer ainda que as virtudes são o ético aplicado ao individual e têm um caráter subjetivo, pois cada um tem a capacidade de perceber suas atitudes; honestas ou não, trata-se de algo introspectivo. Mas que se realiza no comunitário. Pois não somos nada, senão em comunidade, tanto na família quanto na sociedade civil como no Estado.

A negação do ético implica o efeito oposto, que é o vício. O viciado ou o que vive apenas conforme as paixões é aquele desengatado, que não se estabelece estavelmente em nenhum grupo, porque não consegue atingir uma relação honesta consigo mesmo, muito menos com relação aos demais.

O ser ético se estabelece como a segunda natureza de cada pessoa, e quando se realiza no homem substitui a primeira – que é identificada por Hegel como a vontade, meramente natural. Podemos interpretar isso como o mesmo processo de autonomia do homem moderno, em que, ao

invés de escravo de suas vontades naturais e irracionais, o homem autônomo, para Hegel, é o ser ético, capaz da autenticidade entre aquilo que pensa racionalmente e a maneira como age com relação aos outros.

E se estamos falando de filosofia do direito, onde o direito entra nesse sistema hegeliano? O direito aparece como o encontro da substancialidade ética – daquilo que as concepções éticas dos indivíduos indicam com sua validade legal. Em outras palavras, o direito é o resultado do encontro entre o arbítrio da consciência particular do indivíduo com as regras da sociedade. A união entre as regras do dever ser (direito) e a ética do ser (virtude de ser honesto) constitui um grande processo de libertação, na interpretação hegeliana. Pois, enquanto o indivíduo for egoísta, o homem não será livre.

O direito é a ética realizada enquanto norma do Estado. Hegel explica essa noção da seguinte maneira:

À pergunta de um pai sobre o melhor modo de educar eticamente ao próprio filho, um pitagórico deu a seguinte resposta (que também é atribuída a outros [como o próprio Hegel responderia]): “Que tu o faças cidadão de um Estado com leis justas”. (HEGEL, p. 155).

O ético é justamente o casamento entre direitos e deveres, entre o ser ético – honesto e cumpridor das leis justas – e as leis do Estado – direito.



Figura 9.4: A morte de Sócrates, tela de Jacques-Louis David (1787).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8c/David_-_The_Death_of_Socrates.jpg

Observe a imagem e levantemos a questão: e se as leis do Estado forem injustas!? Ao respondê-la, o filósofo hegeliano contemporâneo Charles Taylor utilizou o exemplo de Sócrates (469 a.C. – 399 a.C.). O grande pai da filosofia foi acusado de corromper os jovens de Atenas, por difundir suas ideias inovadoras e por ultrapassar a ética da comunidade para propor uma ética superior – e universal. Ocorre que naquela altura a comunidade em que Sócrates vivia não era capaz de compreender e digerir a sua genialidade, e o que fez foi condená-lo à morte. Ao invés de indignar-se e tentar fugir, ou não cumprir as leis de Atenas, Sócrates – apesar de romper com as normas da sua comunidade para um bem superior para a própria sociedade – aceita o processo e a condenação.

Repare que na própria tela de Jacques-Louis David, Sócrates aparece no centro, rijo e íntegro – e não desesperado como seus discípulos –, apontando o dedo para o alto, o que indica a superioridade da alma, e com a outra mão mostra que tomará o veneno (cicuta) que lhe cabe na condenação à morte.

Trata-se do exemplo do indivíduo ético, que mantém a sua integridade individual, cumprindo as leis do Estado. O mesmo exemplo poderia ser utilizado para Jesus Cristo, que poderia – se quisesse –, utilizar-se dos poderes espirituais para livrar-se da condenação imposta por Pôncio Pilatos, mas, para “cumprir as escrituras sagradas”, permitiu sua crucificação, morte e sepultamento.

Ao longo do tempo, a ideia ética hegeliana permanece como um espírito e uma entidade conhecedora de cada um e do real. É como se houvesse uma ordem que pairasse sobre a sociedade e que carrega a experiência do passado. O estudo sobre esse “espírito” permite-nos reconhecer, segundo a filosofia de Hegel, que no tempo presente a ideia ética envolve os três momentos da vida: a família, a sociedade civil e o Estado. Da forma mais particular de organização das vidas humanas à forma mais geral e abstrata, em todos os momentos e espaços, há essa ideia ética, conforme Hegel. A seguir, analisemos cada um desses momentos:

(a) a forma imediata ou natural, pela *família*: caracterizada pelos laços afetivos. Por isso, Hegel assinala que a família “é determinada pelo amor à sua unidade afetiva”.

O indivíduo adquire autonomia para se apartar da família pela educação, com a qual chega à maioridade, sendo sujeito capaz juridicamente, portanto livre para ter uma propriedade individual, independente da família;

(b) a *sociedade civil*: traduzida como a união de membros individuais e dependentes da universalidade formal, mediante suas necessidades e a constituição jurídica – como garantia da própria pessoa e da propriedade, e em virtude de alguma ordem externa, para seus interesses particulares e comuns. A sociedade civil é a universalidade de seres éticos, que não precisam estar na família, mas também podem compô-la, por exemplo: um pai de família, assim como é membro de uma família, faz parte da sociedade civil enquanto trabalhador, e está dentro de um Estado.

Os três momentos que compreendem a sociedade civil, conforme já mencionamos anteriormente são os seguintes:

1. o *sistema das necessidades* – exatamente aquilo com que a economia política lida; é na sociedade civil que os homens produzem e comercializam, onde mediam a necessidade e satisfação do indivíduo com trabalho, assim como suprem as necessidades dos demais;
2. a *administração da justiça* – corresponde à gerência da realidade do universal (que está na lei), da liberdade (que também se funda na lei) e da defesa da propriedade (elemento fundamental da vida em sociedade). A administração da justiça serve para cancelar a ofensa à propriedade e à personalidade de cada um.

É na administração da justiça que se pode, por exemplo, avaliar um delito. Se a lei é resultado de um conhecimento universal do direito, o delito não é somente uma ofensa a uma pessoa, mas também a todos os homens que fazem parte daquela universalidade (Estado). De alguma maneira podemos fazer um paralelo com as leis penais nos dias de hoje: no Brasil, quando uma pessoa dá queixa de um crime hediondo (estupro, por exemplo), considera-se que aquele tipo de crime feriu os valores comuns da sociedade, além da afronta à liberdade humana da vítima.

Portanto, os indivíduos pertencentes à sociedade civil que estão comumente perdidos em suas particularidades, na aplicação e necessidade de observar a justiça, relacionam-se uns aos outros universalmente, assim como adquirem noção particular e subjetiva dessa unidade. Mais uma vez usando o exemplo do estupro: quando esse crime ocorre, a sociedade inteira se indigna, mesmo que não conheça a vítima, pois reconhece a barbárie do fato – de modo que todos se unem num pensamento comum, conforme consta na lei;

3. a *polícia e a corporação* – correspondem à prevenção contra acidentes que subsistem nos sistemas e o cuidado com os interesses particulares enquanto coisa comum.

A *polícia* é o poder que garante o universal comunitário, segundo Hegel. Nesse sentido, a polícia serve como defensora e protetora do poder público, garantindo os negócios da sociedade civil, tanto na comercialização de produtos, na indústria e na propriedade, como na individualidade de cada pessoa, conforme os direitos estabelecidos em lei.

A *corporação* é o espaço da sociedade civil em que as aptidões particulares se combinam para um fim universal, de servir à comunidade. Corporação significa um grupo de pessoas com afinidades, profissionais, nesse caso, organizadas em associação. Exemplo: hoje ainda existem corporações, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

No fundo, a corporação é a maneira encontrada por Hegel de solucionar o egoísmo que poderia surgir a partir da classe média (burguesa) – composta primeiramente pelos artesãos – e, depois, pelos industriais, que estão essencialmente dirigidos ao enriquecimento particular –, de modo que, na corporação, o egoísmo de sua atividade econômica encontra uma unidade para algo comum. A corporação pode ter lucro, contanto que tal não onere injustamente a sociedade civil (por exemplo, não poderia obter lucro através do trabalho escravo), assim como pode utilizar-se de meios para a defesa da propriedade dos instrumentos que compõem a corporação.

Uma corporação legítima forma uma comunidade, e o indivíduo assim integra-se a ela, pois, sem a dignidade de classe, o indivíduo está reduzido ao isolamento e à relação egoísta que existe na indústria. Nesta, o indivíduo jamais irá obter o reconhecimento porque as relações são **ATOMIZADAS**, e partirá para demonstrações externas a fim de obter reconhecimento do seu ofício. Ao passo que dentro da corporação há os meios de assistência à pobreza, assim como dentro da corporação a riqueza perde o orgulho e a inveja que os não possuidores teriam dela, porque os valores que promovem o reconhecimento do homem nessa corporação não são a riqueza ou o ter, mas a dignidade do trabalho – o elemento essencial para obter-se a honradez de seu verdadeiro reconhecimento.

A sociedade civil é o reflexo de uma família universal, com o dever e o direito para agir diante do arbítrio e dos acidentes, bem como para vigiar e ter influência sobre a educação.

ATOMIZADO

É o que se atomizou, reduzido a átomo ou à dimensão mínima. Refere-se ao indivíduo dividido, fragmentado.

HOLISTA

Abordagem, no campo das ciências humanas e naturais, que prioriza o entendimento integral dos fenômenos, em oposição ao procedimento analítico em que seus componentes são tomados isoladamente. Por exemplo, a abordagem sociológica que parte da sociedade global, e não do indivíduo (*Dicionário Houaiss*).

IDEALISTA

Relativo ao ou próprio do idealismo, que significa qualquer teoria filosófica em que o mundo material, objetivo, exterior, só pode ser compreendido plenamente a partir de sua verdade espiritual, mental ou subjetiva (*Dicionário Houaiss*).

DIALÉTICA

Em sentido bastante genérico, oposição, conflito originado pela contradição entre princípios teóricos ou fenômenos empíricos. No hegelianismo, lei que caracteriza a realidade como um movimento incessante e contraditório, condensável em três momentos sucessivos (tese, antítese e síntese) que se manifestam simultaneamente em todos os pensamentos humanos e em todos os fenômenos do mundo material. No marxismo, versão materialista da dialética hegeliana aplicada ao movimento e às contradições de origem econômica na história da humanidade (*Dicionário Houaiss*).

A ideia de Hegel é que o homem sempre se sentirá parte da sociedade, estando na família, na sociedade civil, ou no Estado, pois em todos os espaços ele estará dentro de uma grande família, em um espaço integrado. Vê-se claramente que a visão hegeliana é **HOLISTA** e **IDEALISTA**. Um pensamento contrário, mas que manteve a **DIALÉTICA** hegeliana foi o **MATERIALISMO** de Karl Marx.

Hegel aponta que na sociedade civil a moralidade exerce um importante papel, pois sem os laços de afetividade típicos das relações familiares, o que dá coesão na sociedade civil é a moralidade.

Sobre a riqueza ou pobreza da sociedade civil, Hegel mostra que isso independe dos recursos individuais, pois o fundamento da sociedade não deve estar na riqueza ou na pobreza, mas em sua dignidade, e é pelo trabalho que o indivíduo se torna digno na sociedade.

Por fim, cabe ressaltar a relação entre a sociedade civil e o Estado, conforme escreveu Norberto Bobbio,

a sociedade civil hegeliana representa o primeiro momento de formação do Estado, o Estado jurídico-administrativo, cuja tarefa é regular as relações externas, enquanto o Estado propriamente dito representa o momento ético-político, cuja tarefa é realizar a adesão íntima do cidadão à totalidade de que faz parte, tanto que poderia ser chamado de Estado interno ou interior (BOBBIO, 2000, p. 42).

(c) o Estado é o máximo da realidade universal da vida humana. Trata-se da realidade da ideia ética, a instituição por si mesma – ou seja, não precisa de reconhecimento, pois simplesmente é. Só o que é absoluto, é em si mesmo. Como o homem não é um ser absoluto, precisa deixar de ser em si e ser para si, e isso só acontece em um diálogo (em uma dialética) com os demais para obter reconhecimento e ser algo para a sociedade, e realizar-se enquanto ser.

A plenitude dos direitos e a liberdade encontram-se dentro da unidade absoluta e imóvel que é o próprio Estado.

Os escritores políticos precedentes a Hegel conceituavam sociedade civil como Estado. Enquanto Hegel identifica a sociedade civil como uma forma inferior de Estado no conjunto do sistema. Bastam duas concepções anteriores e antagônicas a Hegel sobre o Estado para ilustrar melhor a explicação: (1) o Estado, para a teoria lockeana, surge para impedir a justiça privada própria do estado de natureza (onde não há

juízo imparcial por sobre as partes); (2) o estado de direito de Kant, limita o poder do Estado para garantir as liberdades individuais, seguindo um caminho que se aproxima da teoria de John Locke, distante de um ponto de vista orgânico – tal qual o de Hegel. Ou seja, a concepção orgânica do conceito de Estado em Hegel está em reconhecer “ao Estado o direito de solicitar aos cidadãos o sacrifício de seus bens (através dos impostos) e da própria vida (quando declara a guerra)...” (BOBBIO, 2000, p. 44).

E qual a diferença precisa entre Estado e sociedade civil? Bobbio, ao analisar Hegel, explica que essa diferença refere-se ao sujeito da história. Quem é o protagonista, o sujeito da história universal é o Estado, porque só ele estabelece relações com os outros Estados, enquanto a sociedade civil está circunscrita às relações internas dentro de um Estado, ou apenas privadas com relação às outras sociedades civis (por exemplo, quando uma sociedade importa produtos de outra, ainda assim age conforme as leis compatíveis entre dois Estados diferentes).

Com Karl Marx, por exemplo, surge uma crítica a essa concepção hegeliana. Para Marx os homens é que fazem a história, e não o Estado.

MATERIALISMO

Doutrina que identifica, na matéria e em seu movimento, a realidade fundamental do universo, com a capacidade de explicação para todos os fenômenos naturais, sociais e mentais. O materialismo histórico é a doutrina marxista que propõe uma compreensão do processo histórico universal fundamentada no labor humano, em sua finalidade de satisfazer as necessidades econômicas da sociedade e na luta estabelecida entre as classes sociais pelo controle dos instrumentos e frutos desta produção. Friedrich Engels (1820-1895), amigo e seguidor de Karl Marx, criou o materialismo dialético, que consiste no conjunto de ideias para integrar a reflexão de Marx a respeito da sociedade e de suas transformações (o materialismo histórico) a uma teoria sobre o processo dialético na realidade natural, no pensamento humano, e na trajetória evolutiva dos seres vivos (*Dicionário Houaiss*).

Atividade 1

Atende aos Objetivos 1 e 2

a) A noção moderna de sociedade civil surge com Hegel: qual a diferença da noção hegeliana de sociedade civil, para a noção rousseauiana?

b) Segundo Hegel, a vida ética se divide em três estágios: família, sociedade civil e o Estado. A descrição filosófica de Hegel é filogenética e ontogenética. Filogenia é a história evolutiva de uma espécie ou qualquer outro grupo taxonômico. Ontogenia é o desenvolvimento de um indivíduo desde a concepção até a maturidade.

Lembre-se de que, na família, as relações são pautadas pelos afetos. Mas há algo que o homem encontra ao entrar na sociedade civil, e que não pode encontrar de modo algum na família. O que é?

Resposta Comentada

a) Para Hegel, a sociedade civil é natural e positiva. Para Rousseau, trata-se de uma condição corrupta do estado de natureza. Em Hegel, não é propriamente a sociedade civil que faz o Estado, pois o todo já está pronto, a sociedade civil é o estágio intermediário entre a família e o Estado. Em Rousseau, a sociedade política é feita a partir da sociedade civil, trata-se daquilo que pode salvar os homens da civilidade (que para Rousseau possui consequências negativas ao homem) e garantir os direitos naturais e acrescer os direitos civis aos indivíduos.

b) Na família, observa-se que não se pode encontrar uma noção de igualdade, pois não há relações de igualdade dentro da família, todas as relações são hierárquicas. Os pais em relação aos filhos, o filho mais velho em relação ao menor, o irmão sobre a irmã ou o pai sobre a mãe (a concepção ainda não era tão moderna a ponto de colocar no mesmo nível homem e mulher). Ao entrar na sociedade civil, o homem encontra-se em situação de igualdade perante outros homens, enquanto cidadão pertencente a um Estado. A resposta à questão é que o homem encontra uma condição de igualdade diante de outros homens, enquanto cidadão e vinculado às mesmas leis.

A sociedade civil é o momento em que o indivíduo sai de casa e contribui para a coletividade por meio do seu trabalho. Como o produtor de algo você é particular naquilo que você contribui para a sociedade, mas você é tomado como igual por todos os outros. O conteúdo é particular, mas a ação é coletiva (igual aos outros). Para essa esfera há os direitos de propriedade que garantem algo para essa sociedade civil.

O Estado é onde está o estágio da vida ética em que as pessoas geram essa comunidade de sentimento constitucionalizado (ao passo que, na família, ele é apenas tácito, ninguém precisa de uma lei: você é obrigado

a amar a sua mãe!). A relação do homem no Estado é algo que vai além dos direitos civis na sociedade civil.



A Alemanha no final do século XVIII e início do século XIX – Hegel e o idealismo alemão



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Johann_Gottlieb_Fichte.jpg

Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), um filósofo alemão, está entre os fundadores do idealismo alemão. Fichte desenvolveu a teoria e os escritos éticos de Kant, e é considerado um dos filósofos que fazem a ponte entre as ideias de Kant e Hegel.

O *Idealismo alemão* foi um movimento filosófico especulativo que emergiu no final do século XVIII e início do século XIX na Alemanha; surgiu como uma reação à filosofia de Kant, exposta

na *Crítica da razão pura* (1781), e liga-se ao Romantismo, e às políticas revolucionárias do Iluminismo. Filosoficamente, o Romantismo busca uma aproximação maior entre a filosofia e a arte, enfatizando a sensibilidade mais do que a razão.

- *O contexto da Alemanha, entre o final do século XVIII e o início do século XIX*: nesse período, o que hoje compreende o território da Alemanha era um verdadeiro caos. O Estado unitário alemão ainda não existia, o que hoje é o país era composto por um variado conjunto de territórios: formado pela Áustria e pela Prússia, pelos príncipes-eleitores, por 94 príncipes eclesiásticos, por 103 barões, 40 prelados e 51 cidades imperiais, o que compunha aproximadamente trezentos territórios independentes. Em algumas regiões da Alemanha, a servidão ainda vigorava; na região de Württemberg, só foi abolida em 1817, em Hanover no ano de 1831, na Saxônia, em 1832, e no Império Austríaco, apenas em 7 de setembro de 1848. O exército não estava completamente organizado, era mal pago e desorganizado. A jurisdição também não era centralizada.

Uma testemunha contemporânea resume a situação: “Sem lei ou justiça, sem proteção contra a taxação arbitrária, incertos quanto à vida de nossos filhos e quanto à liberdade e aos nossos direitos, vítimas impotentes do poder despótico, faltando à nossa existência unidade e espírito nacional... esta é a situação de nossa nação [a Alemanha, no início do século XIX]” (ARANTES, Paulo Eduardo, p. 5 apud HEGEL, 2005).

Na França, a situação era bem diferente: o país vizinho emergira da revolução que aboliu a monarquia absolutista, destruiu a ordem feudal e estabeleceu o predomínio da sociedade burguesa. Fatores que tornaram o país exemplar entre os círculos intelectuais alemães. A França tornou-se **PARADIGMA** do alvorecer de uma nova era na história da humanidade, ainda que a maneira de fazer a revolução desejada para a Alemanha fosse bastante diferente da que os franceses fizeram na Revolução Francesa de 1789. Apesar de os eventos de 1789 na França terem declarado a liberdade e a igualdade, os homens acabaram criando e experimentando outra sorte de dependência, de injustiça e de crises periódicas. Os alemães observavam esse processo e digeriram-no em suas obras filosóficas.

PARADIGMA

Significa um exemplo que serve como modelo, um padrão.

O padrão da liberdade de mercado inglesa, também outro grande baluarte da vida moderna, não havia criado uma comunidade racional que pudesse garantir e satisfazer as necessidades de todos os homens. Vidas humanas foram sacrificadas em nome de mecanismos econômicos, de um sistema social que colocava indivíduos como meros compradores e vendedores isolados das mercadorias. Ao atentar para esses dilemas, Hegel, por exemplo, propunha uma filosofia integradora.

Um aspecto importante na comparação entre Alemanha, França e Inglaterra, é que o primeiro desses países não contava no início do século XIX com a força econômica dos demais, e não podia contar com uma classe burguesa que pudesse liderar sozinha uma revolução no país.

- *A filosofia responde aos anseios por modernização: é nessa onda de transformações da sociedade alemã que a nação legou ao mundo importantes filósofos que pensavam grandes sistemas para a modernidade, tais como Kant, Fichte, Schelling (1775-1854) e Hegel, e todos com o intuito de responder ao desafio vindo da França à reorganização do Estado e da sociedade em bases racionais, “de modo que as instituições sociais e políticas se ajustassem à liberdade e aos interesses do indivíduo”* (ARANTES, Paulo Eduardo, p. 6 apud HEGEL, 2005).

Os filósofos alemães preocupavam-se em entender o processo revolucionário francês para pensar, a partir dos desafios sociais e políticos, e assim projetar uma outra revolução em seu país.

Quando, em 13 de outubro de 1806, o exército francês de Napoleão anexa algumas regiões da Alemanha, como a cidade prussiana de Jena (onde Hegel dava aulas), o acontecimento causou forte impressão no filósofo, a ponto de ele anotar, enquanto escrevia sua obra-prima – *A fenomenologia do espírito* (1807):

Vi o imperador – esta alma do mundo – cavalgar pela cidade, em visita de reconhecimento: suscita, verdadeiramente, um sentimento maravilhoso a visão de tal indivíduo, que, abstraído em seu pensamento, montado a cavalo, abraça o mundo e o domina (ARANTES, Paulo Eduardo, p. 7 apud HEGEL, 2005).

SUCUMBIR

É cair sob o peso ou a força de algo, não resistir, ser vencido; ceder, entregar-se, perecer.

Hegel é um dos filósofos que procura unir a fundação da autonomia do indivíduo racional a uma sociedade que não **SUCUMBISSSE** diante de seus antagonismos. Isto é, que contemplasse tanto a libertação do indivíduo com sua racionalidade moderna, mas que não desagregasse a comunidade, mantendo as pessoas vivendo em famílias, na sociedade civil e dentro do Estado. Trata-se de um pensamento mais orgânico do que o divulgado por Kant – que tende a um individualismo, enquanto o pensamento de Hegel tende ao comunitarismo (a comunidade é mais importante do que cada indivíduo). Desses dois filósofos, vigoram duas matrizes do pensamento ocidental: o individualismo e o comunitarismo.

Para Hegel, a filosofia aparece com o papel de unificar os homens; a verdadeira realidade é a razão, onde as contradições se integram constituindo uma universalidade genuína.

Hegel influenciou e pautou o debate filosófico e político alemão no século XIX, e uma série de pensadores surgiram, entre o hegelianismo de direita e o hegelianismo de esquerda. Entre outros, podemos citar: David Friedrich Strauss (1808-1874) e Karl Ludwig Michelet (1801-1893) – como pertencentes ao hegelianismo de direita e que ligavam a filosofia de Hegel ao cristianismo; Bruno Bauer (1809-1872), Max Stirner (1806-1856), Ludwig Feuerbach (1804-1872) – como hegelianos de esquerda –, e o próprio Karl Marx (1818-1883) como o hegelianismo ao contrário, ou seja, adotando métodos hegelianos sem concordar com os objetivos finais de Hegel.

O anti-hegelianismo é representado pelo dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855) e Friedrich Nietzsche (1844-1900), que salientam o caráter existencial do homem diante da unilateralidade da razão e da abstração hegelianas, atacando ainda o caráter especulativo da filosofia de Hegel.

- *O problema dos grandes sistemas filosóficos modernos*: importante dizer que essa narrativa hegeliana, assim como a de Emmanuel Kant, é uma pretensão de fazerem a realidade a partir de um discurso. Em Marx, há o mesmo equívoco. A realidade passa a ser um problema para esses pensadores, que não mais se preocupam em encontrar a verdade no sentido antigo, mas, crentes de que eles têm a verdade, apenas a expõem em grandes sistemas filosóficos. Isso não acontecia antes da moder-

nidade, porque os filósofos reconheciam o caráter transitório da realidade, por mais que sempre buscassem uma verdade fundamental. Nessa mudança da filosofia moderna, o próprio caráter da filosofia – de amor pela verdade –, transformou-se, a ponto de a filosofia perder muito de seu foco clássico.

Nessa pretensão moderna de fazer de um discurso uma verdade, menos se produziu em mecanismos para compreensão da verdade, e mais se fez para a criação de ideologias. De Kant, surgiu o kantismo; de Hegel, o hegelianismo; de Marx, o marxismo, e por aí segue.

O combate atual de um estudioso da filosofia e das ciências sociais é questionar as ideologias. Por mais interessante que sejam muitas propostas de Kant, Hegel, dos idealistas alemães e de Karl Marx, e mesmo válidas como análises do contexto social, é preciso ter um olhar questionador sobre elas na medida em que procuram tornar-se a verdade em si, e não um caminho para entender melhor o que a vida humana em sociedade significa. Devemos estudar todos esses autores para entender que, sem eles, não saberemos identificar as nossas instituições e o pensamento ocidental moderno, mas, ao mesmo tempo, não se deve tomá-los como parâmetros de uma verdade absoluta, caso contrário transformaremos filósofos em seres perfeitos ou deuses.

A sociedade civil segundo Karl Marx

Para Hegel, o Estado tem um viés positivo, enquanto que, em Marx, o Estado é tratado de modo negativo. O Estado na sociedade moderna se apresenta como separado da sociedade civil – conforme observou Hegel. No entanto, Marx aponta que o Estado funciona como mais um elemento para exploração de alguns sobre outros na sociedade civil. O Estado serve para apagar a oposição de classes e colocar em situação de opressão a classe trabalhadora, para que a classe burguesa permaneça superior.

O que se mantém entre Hegel e Marx a respeito da sociedade civil é que Marx entende o lugar das relações econômicas na sociedade civil, que significa o conjunto das relações interindividuais fora ou antes do Estado.

A base do Estado moderno, segundo Marx, é a sociedade civil. Esse espaço da sociedade civil é constituído de homens independentes unidos a outros homens apenas pelo vínculo do interesse privado e da necessidade inconsciente. E é inconsciente porque, diferente do que vimos em Hegel; para Marx, o homem toma partido de si, realiza-se na sua classe social, e não dentro do Estado.

Enfim, a sociedade civil para Marx é o lugar da individualidade, em que os homens estão em disputa.



As críticas de Marx à filosofia hegeliana

Como estudamos brevemente algumas noções da filosofia de Hegel, cabe observar um dos seus críticos mais importantes, Karl Marx (1818-1883).

- *Religião.* Uma das críticas de Marx é quanto ao aspecto religioso da filosofia de Hegel. Segundo ele, a proposta de Hegel parecia um projeto religioso, em que o Estado tornava-se uma espécie de deus. Marx repudia isso, como contesta todas as religiões, pois, para ele, elas alienam os homens. A explicação é que, enquanto os homens buscarem algo superior a todos, não estarão dispostos a observar a própria condição material, assim como os homens, ao aderirem à religião e a um objetivo transcendente (que supera esse mundo), estariam negando as questões pertinentes ao social, em especial, estariam se distanciando dos problemas materiais – exploração no trabalho, baixo salário, escolas precárias, meios de transportes precários, alto custo de vida, etc.

Marx disse que “o fundamento da crítica religiosa é: o homem faz a religião, e não a religião faz o homem” (MARX, p. 7 apud HEGEL, *Prefácio à crítica da filosofia do direito*, 1968). Também foi Marx quem disse que “a religião é o ópio do povo”. Contudo, estudiosos de Marx e do marxismo mostram como o desenvolvimento dessas ideias que pregam o fim da religião acabam por criar uma outra religião, pois pretendem, sem dizer, condicionar a crença das pessoas e aprisionar as vontades.

des humanas a uma ideologia. Em última instância, podemos dizer que não existe sociedade sem religião, e aqueles, como Marx, que tentam destruí-la, acabam criando outras crenças a partir de ideias filosóficas.

- *Realizar a filosofia.* Marx argumentava que as condições sociais e políticas da Alemanha em 1843 eram paralelas às da França em 1789. Ele percebe que havia um momento revolucionário, e a filosofia hegeliana poderia contribuir para o não movimento, porque provocava resignação e ilusão. Ao passo que as condições materiais estariam prontas para a organização dos trabalhadores avaliarem as condições materiais e agir, dentro dessa compreensão marxista. Ou seja, os homens não deveriam permanecer fazendo filosofia, discutindo ideias, enquanto havia uma série de problemas práticos a serem resolvidos. Portanto, Marx propõe a realização da filosofia, e com o projeto hegeliano isso era impossível. A solução marxista foi manter a metodologia de Hegel quanto à dialética, mas mostrando que as mudanças sociais são feitas pelas classes, e que o momento era da classe trabalhadora alemã fazer a sua revolução contra a sociedade burguesa, como antes a burguesia havia feito ante a sociedade feudal.
- *Crítica do Estado.* Não cabia a Marx defender o Estado – como fizera Hegel –, porque naquilo que observava dos acontecimentos na Alemanha, a soberania do Estado alemão estava sendo formada não para o povo alemão, mas por uma classe de industriais vestidos de patriotas, que no fundo entregariam a soberania ao exterior, quando passassem a vender os produtos alemães aos demais países, a partir da exploração da sociedade. Nesse sentido é que o Estado é um aparato da burguesia, pois a soberania não tem um foco libertador dos homens. Ao contrário, depois que se tornou a classe mais importante na sociedade moderna, a burguesia procura manter o seu padrão de acumulação econômica contando com o poder político do Estado, e o fundamento dessa relação é a opressão da classe trabalhadora.

A superação desse domínio de uma classe por outra se resolve a partir de uma revolução, que precisa ser total. Quando incompleta, apenas política, ela é descrita do seguinte modo por Marx:

Sobre o que se apoia uma revolução parcial, somente política? Sobre isso: que uma parte da sociedade burguesa se emancipa e alcança um domínio universal; também em que uma determinada classe empreende desde sua situação especial a universal emancipação da sociedade (MARX, p. 18 apud HEGEL, *Prefácio à crítica da filosofia do direito*, 1968).

- *Sociedade civil*. Sobre esse tema é inegável a inovação de Hegel, ao pensar pela primeira vez que a sociedade civil não compreende mais o Estado na sua globalidade, mas apenas um momento no processo de formação do Estado. Por outro lado, Marx identifica a sociedade civil exclusivamente como o lugar das relações materiais ou econômicas, tanto separando sociedade civil do Estado, como mostrando sociedade civil como algo contrário ao Estado. Enquanto em Hegel haveria uma diferenciação entre a sociedade civil e o Estado, mas sempre dentro da unidade do Estado; para Marx a sociedade civil é a base material que determina a superestrutura da sociedade (da qual faz parte o Estado); em outras palavras, quem domina a sociedade civil domina o Estado. Ainda nessa chave interpretativa, se a burguesia domina a classe trabalhadora, o Estado será feito a partir dos interesses dessa classe dominante contra os trabalhadores.
-

O debate atual sobre sociedade civil

A sociedade civil foi reapropriada pelo Estado nos últimos anos? Essa é a questão que envolve o debate contemporâneo sobre o que é e como atua a sociedade civil. Enquanto a inovação moderna, como vimos com Hegel, foi a de mostrar que a sociedade civil é separada da sociedade política (Estado), atualmente há o debate a respeito da autonomia da sociedade civil frente ao Estado. O argumento é que o Estado social mal se distingue da sociedade civil, marcada pela presença estatal nos mais diversos setores (leia o box “Estado social”).

Por outro lado, observa-se o processo inverso à estatização da sociedade – que se reflete na socialização do Estado por meio da participação da sociedade civil nas decisões políticas – e do surgimento e desenvolvimento de organizações de massa que exercem direta ou indiretamente poder político. Nesse sentido, permanece o caráter do Estado social, mas o ponto de vista altera-se.

Não há uma resposta acabada à questão: a sociedade civil controla o Estado ou o Estado controla a sociedade civil? Um liberal dirá que o ideal do Estado mínimo permanece, e mesmo com a participação da população nas decisões governamentais, o Estado segue “grande” e oprimindo as liberdades individuais. Um social-democrata, comunitarista ou socialista, diria que a participação da sociedade nas decisões do governo reflete maior controle público e uma ação da sociedade na política. O exemplo apresentado no Boxe de Curiosidade sobre o Estado Social ajuda a esclarecer o debate.



Estado social



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/35/NHS_NNUH_entrance.jpg

A imagem é de um hospital da Inglaterra, administrado e mantido pelo NHS – National Health Service (Serviço Nacional de Saúde).

É o equivalente ao SUS – Sistema Único de Saúde do Brasil. O NHS inglês é um exemplo prático de ação do Estado social.

Na Aula 3, conversamos em uma das seções sobre a *Poor Law* (Lei dos Pobres), promulgada na Inglaterra, e que passou a funcionar no período moderno a partir de 1601 (apesar de existir desde a Idade Média). Essa lei instituía uma taxa à população para que o governo lidasse com o problema da pobreza, sendo levados, aqueles que não podiam trabalhar, a casas de correção, abrigos, casas de trabalho e até prisão, ou ainda criando um sistema de subsídios em dinheiro, e outros mecanismos voltados aos pobres. Em geral, a Lei dos Pobres foi bastante criticada, porque não visava propriamente à eliminação da pobreza, mas sim à eliminação dos pobres. Sobretudo com a Revolução Industrial, a partir de meados do século XVIII, a atuação do governo inglês era a de contribuir para o progresso da indústria e do comércio. O pensamento dos grupos políticos dominantes era o de que era preciso dar um destino àqueles que não estavam inseridos na sociedade de mercado – vendendo ou comprando força de trabalho. O governo cumpriria seu papel evitando problemas com a horda de pessoas que ficavam desempregadas, inválidas, doentes, enfim, aqueles que não podiam trabalhar. Não havia pensamento “social” para erradicar a pobreza, porque não havia quem reclamasse dela como um problema social. Foi paulatinamente nas lutas por direitos sociais, ao longo do século XIX, que esse tipo de ideia foi entrando no debate, o que propiciou a própria democratização da sociedade.

Até o início do século XIX, as tarefas assistenciais eram confiadas às corporações de artes e ofícios. Por exemplo: a corporação dos ferreiros possuía alguma enfermaria que prestava ajuda aos acidentados no trabalho. E ainda as assistências por meio das instituições e associações religiosas, como escolas, hospitais e orfanatos ligados à igreja católica, outras igrejas cristãs, e demais denominações. Esse tipo de assistência existe até hoje.

Com o fim das corporações, surgiram sociedades de socorro mútuo, que também incorporaram atribuições previdenciárias. Essas sociedades de socorro mútuo procuravam diminuir os efeitos drásticos da Revolução Industrial, que colocava os trabalhadores em situação de pobreza, exploração, insalubridade e precárias condições de vida. Foi a relação solidária dos trabalhadores que propiciou a organização dessas sociedades, bem como a criação dos sindicatos, que procuravam também reivindicar direitos para os trabalhadores.

Surge, a partir da Revolução Industrial do século XIX, a “questão social”, representando o fim da concepção orgânica da sociedade e do Estado. Aquela ideia hegeliana, de uma unidade integrada, família, sociedade civil e Estado, caiu por terra. Os conflitos entre Estado e sociedade civil se acirraram, assim como as disputas internas da sociedade civil: como entre trabalhadores e patrões das indústrias. O Estado aparece, em geral, na defesa da classe burguesa através dos instrumentos repressivos da segurança pública (em especial, a polícia), que historicamente pouco cumpriu com o papel de defesa dos direitos fundamentais.

A alternativa mais radical para a resolução dos problemas sociais era a implantação do socialismo, ou o fim definitivo do Estado pelo anarquismo.

Diante da demanda democrática por direitos sociais, assim como para evitar o crescimento das ideias socialistas, os países europeus encontraram dois caminhos para enfrentar o problema: (1) a partir de avançada legislação sobre a atividade industrial, para evitar os excessos da exploração (por exemplo, impedindo o trabalho infantil, garantindo a licença às mulheres gestantes etc.) nas relações de trabalho, como foi feito na Inglaterra antes de 1900. Ou, apesar de não excludente, (2) o modelo de Estado social adotado na Alemanha, sob a chefia de Estado de Otto von Bismarck, cuja política contou com uma série de intervenções visando criar um sistema de previdência social concretizado entre os anos de 1883 e 1889, e que garantia seguro obrigatório contra doenças, velhice e invalidez. Esses dois modelos foram exportados, tanto o sistema de legislação inglesa, quanto o Estado intervencionista alemão com um sistema de previdência.

As tentativas de reforma estatal, tanto na Inglaterra, quanto na Alemanha, foram respostas a problemas que o liberalismo não conseguiu resolver. A crença de que o mercado resolveria os problemas econômicos e sociais, e que o Estado deveria ser sempre mínimo, não se efetivou.

O Estado social interventor de Bismarck na Alemanha, por um lado foi uma clara alternativa ao modelo liberal, pois era um Estado interventor cada vez mais envolvido com o financiamento e a administração de programas de seguro social; e por outro lado evitava o avanço do socialismo, estabelecendo maior dependência entre aqueles que recebiam os benefícios (os trabalhadores contribuintes) e o Estado.

O surgimento do Estado social transformou a concepção do Estado moderno, pois vários países passaram a adotar uma forma de governo na qual o Estado tem um papel chave na proteção e promoção da economia e do bem-estar social dos cidadãos. O Estado social ou Estado de bem-estar social (nos países de fala inglesa é chamado de *Welfare State* e na França traduzido como “Estado Providência”) tem como base o princípio da igualdade de oportunidades e distribuição equitativa de riquezas, assim como responsabilidade pública pela provisão do mínimo para uma boa vida aos cidadãos. O sociólogo T. H. Marshall identificava o Estado de bem-estar social como uma combinação de democracia, bem-estar e capitalismo.

No século XX, vários países adotaram esse modelo, até mesmo países tradicionalmente liberais, como os Estados Unidos e a Inglaterra. Os norte-americanos aplicaram o *Welfare State* com o *New Deal* – um programa de intervenção do governo do presidente Franklin Delano Roosevelt, aplicado entre os anos de 1933 e 1937, que contava com grandes obras públicas, destruição dos estoques de gêneros agrícolas (para o Estado regular os preços), controle sobre preços e produção dos produtos da indústria, diminuição da jornada de trabalho, etc. O intuito do *New Deal* era superar a crise econômica provocada pela Grande Depressão a partir de 1929. Os países europeus lançaram mão de políticas do Estado de bem-estar social especialmente no pós-II Guerra Mundial. E o Brasil também foi marcante no modelo do Estado de bem-estar social, com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e (1951-1954).

Atualmente, os maiores exemplos de Estados de bem-estar social são os países escandinavos, como Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, onde os cidadãos pagam altos tributos, mas recebem em troca bons serviços de saúde, educação, habitação, pensão, aposentadoria, seguro-desemprego etc.



Figura 9.5: Orçamento participativo.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Centrosa%C3%BAde.JPG>

A imagem mostra a execução de uma obra na cidade de Belo Horizonte, decidida a partir do Orçamento Participativo.

O Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo governamental de democracia participativa, na qual os cidadãos influenciam e possuem um grau de decisão sobre o orçamento público governamental, através de meios de participação da comunidade. Em assembleias abertas e periódicas, os cidadãos podem decidir sobre o investimento do governo em obras públicas. A ideia favorável ao projeto é que a sociedade civil passa a ocupar espaços que antes eram exclusivos de burocratas e políticos eleitos. O caso mais conhecido de aplicação do OP é na cidade de Porto Alegre (RS). E muitas outras prefeituras adotaram a participação popular baseando-se no modelo da capital gaúcha, como é o caso de Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Montevidéu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Aracaju (Sergipe), Blumenau (Santa Catarina), Recife e Olinda (Pernambuco), Belo Horizonte (Minas Gerais), Santo André, Atibaia e Guarulhos (São Paulo) e Mundo Novo (Mato Grosso do Sul).

Sob um ponto de vista crítico, o OP não garante a participação de todos nos debates. No caso de Porto Alegre, criticou-se a falta de participação dos mais pobres nos fóruns deliberativos.

A crítica liberal mostra que, mesmo nesse modelo, acontece apenas uma atuação da sociedade civil no governo, mas o Estado continua sendo o centro arrecadador, limitando políticas que preveem reduções mais drásticas dos impostos.

Não há como negar que o OP é parte do Estado social. O que vale pensar é se mecanismos como esse representam uma maior dependência da sociedade civil diante do Estado, ou se é uma melhor maneira de controlar o Estado. E mais: é bom que o Estado seja interventor, ou é preferível que o Estado não tenha tantas competências e atue menos, para que a própria sociedade civil atue mais livremente?

Atividade 2

Atende aos Objetivos 3 e 4



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ballard_Farmers%27_Market_-_vegetables.jpg

- a) É certo dizer que Marx usou a filosofia de Hegel para aplicá-la à luta de classes? Justifique.

b) A figura anterior é de um mercado público tradicional de frutas e verduras. Tanto para Hegel quanto para Marx, é na sociedade civil que a economia acontece, ou seja, onde os homens produzem, trabalham, fabricam utensílios, têm fábricas, trocam bens, comercializam produtos, consertam equipamentos, etc., exercendo uma série de atividades correspondentes à vida material na sociedade. Acontece que há uma diferença de importância dessa gama de atividades entre Hegel e Marx – um dos dois filósofos compreende que são as relações econômicas na sociedade civil que determinam o Estado e assinala que, conforme a classe dominante na sociedade civil, o Estado será de um jeito ou de outro. Qual dos dois apresenta essa explicação? Como cada um deles interpreta a relação entre sociedade civil e Estado?

c) O Estado social tornou-se um modelo de governo a partir do final do século XIX. No que consiste o Estado social ou Estado de bem-estar social? E qual é o argumento de quem fala na estatização da sociedade civil pelo Estado social?

Resposta Comentada

a) Não. Marx lança mão da filosofia hegeliana no que tange ao método dialético, ou seja, como as noções de *tese*, *antítese*, e *síntese* da filosofia hegeliana são úteis para pensar o movimento e as contradições das relações econômicas. Mas Marx argumenta que a filosofia hegeliana por si só não ajuda a desenvolver o movimento e a luta de classes, pois não observa as contradições materiais entre as classes, pelo fato de considerar que o Estado é a síntese da vida humana em sociedade. Ao contrário, Marx mostra a tese da supremacia da sociedade burguesa na sociedade civil e que a *antítese* aos burgueses era a classe trabalhadora. A revolução, em outras palavras, a *síntese* dessa dialética, ocorreria quando a classe trabalhadora unida tomasse os meios de produção da burguesia e tomassem o controle, por conseguinte tomariam o poder do Estado.

Você deve lembrar que Marx incorpora o método dialético da filosofia hegeliana, mas que, ao criar uma nova explicação para a sociedade, sugere que Hegel não é útil pensar as contradições sociais e fazer uma revolução.

Há ainda um desprezo de Marx pela filosofia, pois o que interessa é fazer a história, e não fazer perguntas filosóficas fundamentais. Por isso há filósofos que questionam tratar Marx como filósofo. Para Marx, se alguém para e pergunta: para que serve tudo isso, qual o fundamento da revolução? Se você fizer isso, será um idealista burguês, pois não se deve parar para filosofar.

b) Marx é quem apresenta a explicação de que o Estado é determinado pelas relações na sociedade civil. A própria questão possui as justificativas, basta responder de qual autor se trata. Inclusive a segunda questão, sobre a relação entre sociedade civil e Estado, para a doutrina marxista, a resposta já está na própria questão. Quanto a Hegel, basta lembrar que a sociedade civil representa o primeiro momento da formação do Estado, é onde são tratadas as questões externas ao indivíduo e complementam as atividades do Estado, como o sistema das necessidades, a administração da justiça, a polícia e a corporação. Para Hegel, enquanto o Estado integra os indivíduos intimamente, através do sentimento de pertencimento a uma mesma lei, a sociedade civil integra os indivíduos a partir de relações comerciais, atividades judiciais, a ação da polícia, as relações de trabalho etc.

c) O Estado social ou Estado de bem-estar social é aquele que adota medidas intervencionistas na economia e nas questões sociais, pois procura resolver problemas sociais a partir de princípios de igualdade, distribuição equitativa de riqueza e responsabilidade social. Historicamente, foi uma forma de governo que procurou dar resposta ao modelo liberal do Estado mínimo e combinou democracia, bem-estar e capitalismo.

Falar em *estatização da sociedade civil* é uma forma de criticar o Estado social como sendo intervencionista e dizer que este, ao superar atribuições governamentais, absorve funções que deveriam ser tratadas exclusivamente pela sociedade civil. Os críticos do Estado social, como os liberais, argumentam que não é competência do Estado a economia, e que o governo não deveria atuar como proprietário de bancos e empresas. Outra alegação contra o Estado social é que a sociedade civil é usada para as ações do Estado, como no caso do Orçamento Participativo, que não representa uma autonomia da sociedade diante do Estado, mas apenas uma ação organizada de indivíduos que justificam o Estado interventor, enquanto a sociedade civil fica a reboque das principais demandas do Es-

tado, justamente porque mesmo no caso do Orçamento Participativo, a maior parte dos recursos é gerido pela burocracia governamental.

O século XIX e os movimentos sociais

O século XIX é o século do trabalho, do liberalismo, das unificações, das revoluções, das independências de uma série de colônias nos continentes americanos, enfim, é um século de transição e conflitos. A consolidação e os resultados da Revolução Industrial refletem a erupção de uma economia baseada na produção industrial e um embate entre capitalistas e trabalhadores. A Revolução Francesa é consolidada com Napoleão Bonaparte no início desse século, sem que as conquistas de liberdade, igualdade e fraternidade tenham sido efetivadas para todos. Os territórios germânicos formam a Alemanha em um processo que só termina em 1871 e, apenas um ano antes, a Itália fizera a sua unificação. Em toda a Europa, o ano de 1848 é marcado por revoluções. Em uma série de países do continente americano, como o Brasil em 1822, ocorre a independência.

Enfim, nesse momento da aula não daremos maiores detalhes sobre todos esses processos – pois isso será feito na aula seguinte, inclusive listando os principais movimentos sociais a partir do século XIX. Por ora, essa abordagem serve para mostrar o que representa o século XIX para o estudo dos movimentos sociais, pois nos mais variados acontecimentos desse século observa-se a ação social coletiva de indivíduos para alterarem a realidade social. E é nesse ínterim que surge a sociologia: de intelectuais preocupados em saber o porquê e o sentido dessas mudanças sociais.

Segundo o dicionário de sociologia: “Movimento social é uma ação conjugada de um grupo, tendo como objetivo uma modificação da organização social ou a preservação de instituições ameaçadas por outros movimentos sociais” (GLOBO, 1967, p. 231).

Os movimentos sociais são tema central na reflexão sociológica. Há duas correntes na reflexão clássica sobre o tema. De um lado, estão autores como: Gustav Le Bon, Gabriel Tarde e Ortega y Gasset, que se preocupam com a irrupção das massas na cena política e encaram os comportamentos das manifestações coletivas como irracionais e que

representam um perigo para a ordem existente. Essa perspectiva era trabalhada para defender ideias conservadoras e/ou liberais. Por outro lado, teóricos como Karl Marx, E. Durkheim e Max Weber, mesmo com variações entre si, veem nos movimentos coletivos um modo peculiar de ação social, inserida ou capaz de se inserir na estrutura global da sua reflexão, quer signifiquem a transição para formas de solidariedade mais complexas, como a transição de uma sociedade tradicional para o tipo legal-burocrático, ou do domínio da sociedade burguesa para a explosão revolucionária.

Ação social é o esforço organizado para modificar as instituições econômicas e sociais e compreende tudo quanto se refere a movimentos de reforma política, democracia, legislação social, justiça social, questões étnicas, liberdade religiosa e civil, etc. Os movimentos sociais são ações sociais exercidas de forma coletiva. O que interessa ao sociólogo é conhecer como surgiram os movimentos sociais, por que surgiram, quais as demandas, como se organizam e quais os objetivos. Essa análise sociológica é valiosa para o profissional de segurança pública, para poder saber desde o princípio sobre o surgimento dos movimentos sociais no século XIX e situar a posição do Estado, do direito e da cidadania diante desse fenômeno. E ainda, detectar como a segurança pública atuou diante dos vários movimentos sociais, ao longo da História.

Conclusão

O aprendizado que procuramos passar ao longo desta Aula 9 e nas demais é que as forças repressivas (polícia, exército, guarda civil etc.) foram bastante utilizadas no século XIX contra os movimentos sociais.

Com o advento e a consolidação da democracia, nos séculos XX e XXI, esse paradigma começa a mudar, mas a passos muito vagarosos. Significa que, se antes se tornava muito claro o uso das forças de segurança pública para garantir a segurança do soberano, na medida em que se compreende que o soberano é o povo, conforme o regime democrático (*demos* = povo; *cratia* = poder), a segurança pública não deve estar alijada dos anseios populares e deve, sim, procurar entender as necessidades e o valor de justiça das reivindicações sociais.

O estudo da estrutura dos movimentos sociais, como um dos principais meios de atuação da sociedade civil moderna, é um dos passos decisivos para esse curso. Significa que o profissional de segurança pública poderá analisar a atuação do Estado, a função do direito e o papel que as forças

repressivas exercem, diante dos movimentos promovidos pelos cidadãos. De modo a fazer perguntas, tais como: Quando o Estado tem legitimidade para coibir um movimento? Quando um movimento social não está na lei, mas é democrático e justo? Como identificar um movimento social revolucionário? Um movimento social pode ser um meio de manipular as massas? Estas e outras questões serão tratadas na aula seguinte.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2, 3, 4 e 5

1. Defina movimento social.

2. Observe o quadro contendo 11 instituições. Quais são exclusivas da sociedade civil? Quais são, além disso, propícias a se tornarem movimentos sociais? E qual delas é uma instituição típica do Estado de bem-estar social?



Resposta Comentada

1. Para a questão, o aluno tanto poderia lembrar-se do início da aula, quando demos uma definição prévia, ou procurar a definição da técnica apresentada anteriormente – a partir da citação do dicionário de socio-

logia: “Movimento social é uma ação conjugada de um grupo, tendo como objetivo uma modificação da organização social ou a preservação de instituições ameaçadas por outros movimentos sociais” (GLOBO, 1967, p. 231). E ainda poderia mencionar um exemplo para explicar o que significa um movimento social.

2. Hospital evangélico, igreja, ONG, sindicato, bombeiros voluntários, lanchonete e circo: instituições da sociedade civil. Dentre estas, ONG e sindicato são propícias a se tornarem movimentos sociais, quando mobilizam a sociedade ou apenas o grupo a que buscam representar, em prol de objetivos sociais e políticos, tanto específicos como genéricos. Igreja e os bombeiros voluntários são instituições sociais, mas não propriamente movimentos.

A previdência social é a instituição típica que compõe o Estado social. Em uma situação inversa, em uma sociedade liberal, com um Estado liberal, não há previdência social, e o sistema de aposentadoria e pensões é privado.



Resumo

1. Contemporaneamente, sociedade civil refere-se ao conjunto de organizações e instituições formadas voluntariamente pelos cidadãos, em oposição ao Estado – e independentemente da vontade governamental.
2. O principal instrumento de ação para a conquista de direitos da sociedade civil são os movimentos sociais. Movimentos sociais são grupos de ação amplamente formados por indivíduos ou organizações cujo foco específico é a temática política e social.
3. Na tradição jusnaturalista, o termo sociedade civil (*societas civilis*) é usado de forma oposta à “sociedade natural” (*societas naturalis*), e essa última é sinônimo de “sociedade política”.
4. Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C) entendia o termo *societas civilis*

como uma expressão que designava a cidade (*polis*), sendo esta uma comunidade diversa e superior à família.

5. Entre o mundo grego antigo e a concepção moderna de sociedade civil, há duas diferenças básicas, (i) a atividade econômica para os gregos era atributo familiar, (ii) e a sociedade civil era igual à sociedade política: quem era da sociedade civil necessariamente, e naturalmente, fazia parte da vida política; já na modernidade, a sociedade civil é separada da sociedade política.

6. Diferente de Aristóteles, o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679) irá conceber a sociedade civil como antítese do estado de natureza.

7. Na modernidade, prevaleceu a tese de que a sociedade civil é artificial.

8. Ao contrário de Hobbes, para quem o estado de natureza possuía uma série de inconvenientes, sobretudo o risco da morte violenta na guerra de todos contra todos, para Rousseau, o estado de natureza era idealizado como a melhor forma como o homem já viveu.

9. Em Hegel, a sociedade civil é a vida entre a família e o Estado, como em um modelo triádico: família – sociedade civil – Estado.

10. Hegel mostra que é na condição de ser ético que o homem se realiza, pois se relaciona honestamente, encontrando seu espaço na família, na sociedade civil e no Estado.

11. A sociedade civil para Hegel é a universalidade de seres éticos, que não precisam estar na família, mas também podem compô-la, por exemplo: um pai de família, assim como é membro de uma família, faz parte da sociedade civil enquanto trabalhador e está dentro de um Estado.

12. A base do Estado moderno, segundo Marx é a sociedade civil. Esse espaço da sociedade civil é constituído de homens independentes unidos a outros homens apenas pelo vínculo do interesse privado e da necessidade inconsciente.

13. A sociedade civil para Marx é o lugar da individualidade, em que os homens estão em disputa.

14. Atualmente, há o debate a respeito da autonomia da sociedade civil frente ao Estado. O argumento é que o Estado social mal se distingue da sociedade civil, marcada pela presença estatal nos mais diversos setores.

15. Por outro lado, observa-se o processo inverso à estatização da sociedade, e que se reflete na socialização do Estado por meio da participação da sociedade civil nas decisões políticas.

16. O século XIX é o século do trabalho, do liberalismo, das unificações, das revoluções, das independências de uma série de colônias nos continentes americanos, enfim, é um século de transição e conflitos.

17. Ação social é o esforço organizado para modificar as instituições econômicas e sociais e compreende tudo quanto se refere a movimentos de reforma política, democracia, legislação social, justiça social, questões étnicas, liberdade religiosa e civil, etc. Os movimentos sociais são ações sociais exercidas de forma coletiva.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 10, prosseguiremos com a mesma temática dos movimentos sociais, apresentando o contexto do seu surgimento no século XIX e listando os principais acontecimentos que tratam do protagonismo da sociedade civil.

Aula 10

Os movimentos sociais e o protagonismo
da sociedade civil – a história continua

*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Metas

Discutir o contexto do século XIX e apresentar o protagonismo da sociedade civil a partir dos movimentos sociais nesse período, analisando a atuação da segurança pública diante deles.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar o contexto social e político do século XIX para o surgimento de movimentos sociais;
2. identificar a relação entre a sociedade civil e o Estado nas principais transformações do século XIX;
3. listar alguns movimentos sociais que surgiram a partir do século XIX;
4. analisar o papel da segurança pública diante das ações da sociedade civil;
5. reconhecer as críticas aos movimentos sociais como instrumentos de massificação da sociedade civil.

Introdução

O século de transformações e abertura de horizontes

Ao prosseguirmos com o tema da atuação da sociedade civil diante da estrutura social e política, promovendo conflitos internos perante o poder público, devemos não apenas saber dos principais movimentos sociais, mas como a polícia, as forças armadas e, em geral, a segurança pública se posicionaram. Sempre que possível, faremos essa análise ao longo da aula.

O que facilita a introdução sobre o porquê de tratarmos dos movimentos sociais no século XIX já foi dado na aula anterior. Vale lembrar que a consolidação da sociedade burguesa acontece nesse período, e muitas das ideias desenvolvidas naquele século, como a respeito do **LIBERALISMO**, do **NACIONALISMO**, do **UTILITARISMO** e do **SOCIALISMO** permanecem até hoje como possibilidades ao caminho da **MODERNIZAÇÃO** das sociedades.

O século XIX é formado por um emaranhado de eventos importantes para a consolidação, a disputa e o desenvolvimento da era moderna. Com as revoluções dos séculos XVII e XVIII (Revolução Inglesa de 1688, Revolução Francesa de 1789, Revolução Americana de 1776, etc.), e outros processos sociais e políticos centrais, como a Revolução Industrial (1750-1840), o Império Napoleônico, as independências das colônias nos continentes americanos, a unificação da Alemanha em 1871 e a da Itália em 1870, bem como as revoluções de 1830, 1848, a Comuna de Paris de 1871, o movimento cartista na Inglaterra, as greves operárias, o movimento abolicionista internacional e no Brasil e a expansão imperialista europeia, o mundo se transformara, em 100 anos, como em nenhum momento anterior.

Vários autores e atores políticos que estavam no calor desses eventos pensaram os rumos da sociedade. Diante das rápidas mudanças surgia a questão: Qual o destino do mundo moderno? A sociedade democrática – conforme indicou Alexis de Tocqueville? O liberalismo – como pensou John Stuart Mill? O comunismo – segundo afirmava a doutrina de Karl Marx?

Como ainda vivemos esse processo, não é possível definir taxativamente quem deu a melhor indicativa. O fato é que houve uma abertura

LIBERALISMO

Doutrina baseada na defesa da liberdade individual nos campos econômico, político, religioso e intelectual, contra as ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal.

NACIONALISMO

De modo geral, o termo nacionalismo designa a ideologia nacional de determinado grupo político – o Estado-nação –, que se sobrepõe às ideologias dos partidos ou demais grupos sociais. O valor dado à nação se torna maior no cenário político. O nacionalismo serviu de legitimidade para a consolidação de Estados Nacionais, como foi na unificação italiana e na alemã, bem como no processo de independência de vários países das Américas do Sul e Central. A identificação da população com a nação surge na Revolução Francesa de 1789. Há um conteúdo de valores a ser preservados pelo nacionalismo, que em geral englobam a cultura, os bens públicos, a língua, as tradições, a religião, a etnia e os valores comuns congregados pela coletividade nacional.

UTILITARISMO

Teoria desenvolvida na filosofia liberal inglesa, especialmente por Jeremy Bentham (1748-1832) e Stuart Mill (1806-1873); ambos apontam que a boa ação ou a boa regra de conduta são caracterizáveis pela utilidade e pelo prazer que podem proporcionar a um indivíduo e, em extensão, à coletividade. O utilitarismo resume-se na ideia da maior felicidade para o maior número. É um valor que

observa a ação correta na proporção em que procura promover a felicidade. E felicidade, nesse sentido, é a obtenção de prazer, a abstenção da dor. Essa teoria pressupõe que o homem racional faz um cálculo conforme a obtenção de prazer ou de dor, mais do que na reflexão sobre a moral religiosa, que se reflete na dualidade virtude/pecado.

SOCIALISMO

Doutrina que preconiza a propriedade coletiva dos meios de produção – terra e capital – e a organização de uma sociedade sem classes. O socialismo moderno surge no final do século XVIII entre os intelectuais e nos movimentos políticos operários, que criticavam os efeitos da industrialização e da sociedade burguesa. O ataque era centrado na concentração do direito da propriedade privada. Um dos principais teóricos do socialismo foi Karl Marx, para quem esse modelo de sociedade seria alcançado através de uma luta de classes e da vitória do proletariado (trabalhadores organizados) sobre a burguesia e a aristocracia, o que tornaria possível a fase de transição do capitalismo para o comunismo. O comunismo é a doutrina das condições de libertação do proletariado; em outras palavras, significa o estabelecimento pleno e completo das propostas socialistas.

para horizontes de direitos civis, políticos e sociais, para autonomias – tanto individuais quanto públicas, revelando que as leis não surgiam de uma ordem externa ao homem, mas sim de sua vontade no âmbito das relações privadas e públicas. Do mesmo modo, surgiram novas tecnologias e transformações sociais que marcaram a história humana nos séculos XVIII e XIX, mas também outra sorte de problemas, como novas formas de dominação entre as pessoas, entre os países, violência, revoltas, crises entre a política e a religião, etc. O século XIX foi de superação de desafios, como a pobreza, a fome e a unidade nacional, bem como de uma série de dificuldades que explodiram nesse período, como parte das consequências negativas das transformações dos últimos séculos.

É claro que em apenas uma aula não será possível entender e saber todos os detalhes do surgimento dos movimentos sociais no século XIX, tampouco ter um entendimento completo acerca do caminho que a humanidade percorreu. Mas aqui encorajaremos você a perceber ao menos alguns pontos:

(i) quais as principais alterações políticas que propiciaram os movimentos sociais nos séculos XIX e XX;

(ii) listar alguns desses movimentos marcantes e, sempre que possível, analisar a atuação da segurança pública diante deles.



Eventos marcantes do século XIX

A seguir, alguns eventos que marcaram esse século. Vários deles, centrais para a história política do Brasil, não foram selecionados, mas serão tratados na Aula 11. A intenção é propiciar uma orientação temporal e que a explicação de cada evento esclareça a relação que guarda com a dinâmica entre transformações políticas e o protagonismo da sociedade civil.

ANO	EVENTO	COMENTÁRIOS
1804	Haiti conquista a independência diante da França.	Trata-se da primeira república onde os negros tomaram o poder contra o domínio da metrópole.
1804	Napoleão Bonaparte se autointitula imperador da França.	A França ocupa um papel central na política mundial, e Napoleão, ao tornar-se imperador, promete a expansão da Revolução Francesa de 1789; a partir do expansionismo, a França passa a invadir outros países.
1808	Começam os movimentos de independência nas colônias espanholas da América do Sul.	Gradualmente, vários países tornam-se independentes da Espanha. Alguns casos: em 1811, o Paraguai produz sua declaração de independência. Em 1816, é a vez da Argentina. A Colômbia passa por um processo que vai de 1810 a 1819, e a Venezuela, de 1810 a 1823. O movimento de independência do Chile vai de 1817 a 1818.
1814-1815	Congresso de Viena.	Após a derrota de Napoleão, representantes dos países vencedores reuniram-se em um congresso para retrair o mapa europeu, visando a uma partilha do continente por Inglaterra, Rússia, Áustria e Prússia. A conclusão foi o Concerto da Europa, que significou o equilíbrio de poder que existiu na Europa entre o fim das Guerras Napoleônicas de 1815 até 1914 com a I Guerra Mundial. A chamada Pax Britannica só foi interrompida entre os anos de 1854 e 1856, pela Guerra da Crimeia, envolvendo a Inglaterra, a França, a Sardenha e a Turquia contra a Rússia.
1822	Independência do Brasil.	D. Pedro proclama a Independência do Brasil em 7 de setembro. No dia 1º de dezembro, é coroado imperador.
1825	Ferrovias Stockton e Darlington.	São as primeiras ferrovias do mundo. O trem torna-se o principal transporte terrestre de longa distância, facilitando o comércio e o deslocamento de pessoas.

MODERNIZAÇÃO



Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:American_progress.JPG

Esta é uma tela apresentando o “destino manifesto” (a crença religiosa de que os Estados Unidos deveriam expandir-se a partir do oceano Atlântico ao Pacífico, em nome de Deus). Em 1872, o artista John Gast retratou a cena do povo movendo-se em direção ao oeste norte-americano (que até essa época ainda não havia sido explorado pelos brancos e era habitado pelos índios). Chamado de “Espírito da Fronteira” e amplamente distribuído como retrato dos estabelecidos no oeste, guiados e protegidos pela deusa Columbia e ajudados pelas novas tecnologias (ferrovias, telégrafos), a imagem representa os conquistadores do oeste dirigindo os americanos nativos (índios) que estavam imersos na obscuridade. É importante notar que, na tela, a deusa Columbia emana a “luz” que ilumina de leste a oeste, exatamente no sentido da marcha. Essa imagem, como aquilo que ela retrata, é um exemplo de como o ideal da modernização foi utilizado para fundamentar um propósito civilizatório nas nações. Modernização refere-se a um modelo de transição evolutiva de uma sociedade pré-moderna ou tradicional para uma sociedade moderna.

A sociedade moderna consistiria na urbanização e industrialização, assim como na ampla educação pública. As raízes longínquas desse processo constam no Renascimento, passando pelos ideais do Iluminismo e consolidados como ideologia no século XIX. Para o caso brasileiro, fala-se em modernização do país a partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando há um forte impulso à industrialização, à ampliação do sistema educacional, à urbanização e ao desenvolvimento econômico.

ANO	EVENTO	COMENTÁRIOS
1830	Revolução de Julho, na França.	Foi uma revolução na França, que depôs o rei Carlos X e anunciou a Monarquia de Julho (1830-1848), e que foi a Segunda Restauração da Monarquia na França, após a Revolução Francesa de 1789. Esse novo regime era impulsionado pelos liberais.
1833	Ato de Abolição da Escravidão no Império Britânico.	Crucial para impulsionar o fim da escravidão em todo o mundo; os britânicos passam a pressionar os demais países a tomarem a mesma decisão, inclusive o Brasil.
1834	Emendada a Lei dos Pobres (Poor Law) na Inglaterra.	Estabelecimento de políticas para diminuir os efeitos da pobreza. A emenda transforma a sociedade inglesa, pois significa o fim do princípio tradicional de que era dever da comunidade zelar pela subsistência dos pobres. A nova lei dos pobres era aplicada mais como punição à pobreza – pois colocava os pobres em verdadeiras prisões de trabalho (workhouses [casas de trabalho]), onde as famílias eram desfeitas e as pessoas trabalhavam exaustivamente por uma subsistência precária.
1838-1848	Movimento cartista na Inglaterra.	O movimento da classe trabalhadora recebeu o nome de cartismo, por enviar as chamadas “cartas do povo” ao parlamento inglês; eram grupos organizados em diversas cidades, que passaram das mobilizações em torno de pequenas petições à organização de greves, greves gerais e violência física. O intuito era reivindicar: direitos de voto para maiores de 21 anos, voto secreto, eleição anual, igualdade entre os direitos eleitorais, participação de representantes da classe operária no parlamento, e que os parlamentares fossem remunerados.
1845-1849	Grande período de fome na Irlanda (Great Famine).	Período de crise agrícola na Irlanda, provocando a escassez de alimentos no país. Mesmo fazendo parte do Império mais poderoso do mundo (britânico), a fome assola o país e provoca a emigração dos irlandeses.

ANO	EVENTO	COMENTÁRIOS
1848	Publicado o Manifesto do Partido Comunista na Alemanha.	Karl Marx e Friedrich Engels publicam o manifesto que conclama os trabalhadores a se unirem e fazerem uma revolução. O manifesto tornou-se um dos textos mais influentes da história contemporânea.
1848	Revoluções na Europa.	Em toda a Europa, uma série de levantes políticos, como uma onda revolucionária; no mesmo ano, forças reacionárias venceram e frearam os movimentos revolucionários. Uma série de valores e ideias políticas, como liberalismo, nacionalismo e socialismo emergiram e foram, em alguns casos, tomados como bandeiras para a luta contra a opressão da sociedade burguesa, contra o absolutismo, pela formação de Estados-nação ou ainda pela conquista de liberdades.
1848-1851	Revolução de 1848 em toda a Europa. Na França, em especial, termina com o golpe de Luís Bonaparte em 1851.	Um dos casos mais emblemáticos das Revoluções de 1848 foi o golpe de Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão, que toma o poder na França, decretando o fim da Monarquia de Julho e instaurando a Segunda República.
1861	Rússia abole a servidão.	Trata-se de um passo decisivo para a modernização do país; com a abolição da servidão, pode-se constituir relações de trabalho modernas (entre trabalhadores individuais e as indústrias).
1863	Surge a Cruz Vermelha Internacional.	A organização foi fundada sob o nome de Comitê Internacional para Ajuda aos Militares Feridos, cujo marco foi a Convenção de Genebra; a designação foi alterada, a partir de 1876, para Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Trata-se de uma das primeiras iniciativas internacionais da sociedade civil de caráter humanitário.
1864-1870	Guerra do Paraguai.	Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). O Paraguai sai derrotado, e a guerra exerce forte repercussão nos rumos da política na região.

ANO	EVENTO	COMENTÁRIOS
1864	Surge a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ou Primeira Internacional.	Organização que procurou unir vários grupos políticos de esquerda e sindicatos operários, integrada por organizações de diversos países europeus; teve, como mentor e principal líder, Karl Marx.
1864	Syllabus Errorum (Resumo dos Erros da Modernidade).	Documento lançado pela Santa Sé, assinado pelo Papa Pio IX na encíclica Quanta Cura; condena o modernismo. Trata-se de uma reação da Igreja na defesa dos valores tradicionais-conservadores contra o liberalismo e o avanço da modernização no mundo.
1866-1868	Fome na Finlândia.	A fome era um fato comum em diversos países europeus.
1869-1870	Concílio Vaticano I.	Convocado ainda em 1868 pelo papa Pio IX, consolidou as propostas tradicionalistas da Igreja diante do mundo moderno, como o dogma da infalibilidade papal.
1870-1871	Guerra Franco-Prussiana resulta na unificação da Alemanha e da Itália.	A Itália unifica-se e forma seu Estado Nacional em 1870; a Alemanha, no ano seguinte.
1871	Comuna de Paris.	Movimento revolucionário que eclodiu na capital francesa e instaurou um governo inspirado nas ideias do Manifesto do Partido Comunista. Entre outras medidas, adotou a bandeira vermelha, um novo calendário e o princípio da autonomia absoluta das comunidades.
1884-1885	Conferências de Berlim.	Início da “partilha da África” pelos países imperialistas europeus, para explorarem o continente africano.
1888	Abolição da escravidão no Brasil.	A Lei Áurea abole a escravidão no Brasil em 13 de maio.
1889	Surge a Segunda Internacional.	Criada em Paris, sua direção seguia a doutrina marxista, mas encontravam-se presentes em seu interior diferentes correntes do movimento operário.

ANO	EVENTO	COMENTÁRIOS
1891	Rerum Novarum ou “Direitos e Deveres do Capital e do Trabalho”.	Encíclica lançada pelo papa Leão XIII; trata-se de uma carta aberta em que mostra a preocupação da Igreja com as condições da classe trabalhadora, e uma resposta da Igreja aos conflitos sociais ocorridos com a industrialização. A carta fala em justiça social e proteção dos direitos, pregando princípios sociais e a harmonia entre as classes. Será utilizada por vários movimentos como instrumento para demandas cidadãs.
1894-1900	Caso Dreyfuss.	Foi um conflito social que dividiu a França entre pró e anti Dreyfuss. O capitão Alfred Dreyfuss (judeu) foi acusado de trabalhar secretamente para o Império Alemão contra a França. Ao final, nada foi provado, mas o contexto evidenciou o antissemitismo, o extremo nacionalismo e a xenofobia que permeava grande parte da opinião pública.

O século do capital e do trabalho



Figura 10.1: Uma indústria de fundição do século XIX.

Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:1890heyenbrock.jpg>

A **Figura 10.1** apresenta o trabalho em uma indústria de fundição do século XIX. A Revolução Industrial foi mais um passo para a vitória do capitalismo como sistema dominante. Quanto às relações sociais e políticas, foi uma resultante fundamental das revoluções burguesas, comandada por essa classe que detinha o controle sobre a economia em ascensão e desejava deslocar o poder político da aristocracia.

A fábrica era o indicativo base para a modernização. Apesar de, na maioria dos países, a agricultura ser predominante, o sentido da modernização dava-se pelo desenvolvimento industrial, a começar pela Inglaterra, economicamente hegemônica até 1914. Após a unificação, a Alemanha expandiu fortemente a sua indústria, assim como os Estados Unidos, o Japão, a França, a Bélgica, a Itália e a Rússia, entre o final do século XIX e o início do século XX.

SOCIALISMO UTÓPICO

É um conjunto de ideias humanistas e reformadoras de um grupo de filósofos e economistas utópicos da primeira metade do XIX que tem origens medievais e sempre procurava projetar sociedades igualitárias em pequena escala, e nesse passado fora bastante impulsionado por grupos religiosos. Na era moderna, tentou ser aplicado por Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858). A denominação de utópico é dada pelos socialistas científicos (Karl Marx e Friedrich Engels). Baseia-se na crença de que a eliminação das desigualdades e a conquista da segurança econômica através da propriedade socializada dos meios de produção poderiam ser atingidas mediante a entrega, voluntária e pacífica, da propriedade privada pelos grupos que a detêm. E projetava experiências de vida comunitária, pregando ideais igualitários dentro da sociedade moderna, sem procurar o rompimento com toda a estrutura social e econômica.

Observe mais uma vez os vários acontecimentos mencionados no Boxe Curiosidade, exposto anteriormente. Pois bem; não faltaram conflitos entre trabalhadores e indústrias, guerras, pobreza, fome, exploração, revoluções e golpes políticos, enfim, inúmeras agitações sociais. Em parte considerável desses acontecimentos, as massas populares passam a atuar e reivindicar direitos. E tudo isso aconteceu concomitantemente a um dos momentos de franca ampliação econômica e ganhos políticos da sociedade burguesa nos países europeus e nos Estados Unidos contra o Antigo Regime.

As revoluções burguesas trouxeram consigo ideais que entraram em disputa no século XIX: liberdade, igualdade, democracia, nacionalismo, república, socialismo. Para muitos, o sentido da História era o rumo para a liberdade; vários filósofos, como John Stuart Mill, apontavam que o grande objetivo do homem é ser livre, e as políticas liberais deveriam predominar. Para outros, o destino era a sociedade igualitária. Os ideais de igualdade aliavam-se ao sonho socialista, primeiramente ao dos **SOCIALISTAS UTÓPICOS**. A seguir, autores que radicalizaram a ponto de propor a própria abolição do Estado, como Proudhon e Bakunin – teóricos anarquistas. Mas o autor que mais influenciou o século seguinte, tanto em partidos políticos, sindicatos e entre intelectuais como nos movimentos sociais em geral, foi Karl Marx.

Segundo outra tradição de pensamento, o horizonte da sociedade moderna era a democracia. O francês Alexis de Tocqueville escreveu, em 1835, que havia uma tendência dos países europeus em igualarem-se às instituições norte-americanas, onde imperava uma república democrática; lá estaria o espelho da modernidade. Em *A democracia na*

América, Tocqueville lança a proposta de que o futuro é a democracia, entendendo que essa é não apenas uma forma de organizar o poder, mas um meio de viver na diversidade e na prosperidade, de modo a responder às demandas do século marcadas pela complexidade e pela relatividade.

Para entender o destino da sociedade a partir do século XIX, faz parte do nosso estudo tratar dos resultados da Revolução Industrial, que tantos efeitos geraram em todo o mundo. Estudos sobre o tema dão conta de, pelo menos, três importantes transformações:

1º. *De modo geral, a população passou a ser dividida entre empregadores capitalistas e trabalhadores que nada possuíam, senão a força de trabalho, a qual vendiam em troca de salários.* Enquanto na sociedade pré-industrial, a mão de obra era formada por famílias possuidoras de suas próprias propriedades agrícolas, oficinas artesanais, etc., ou cujas rendas salariais suplementavam – ou eram suplementadas – por algum acesso a direito e meios de produção, na sociedade industrial, o proletário é um indivíduo livre para negociar sua força de trabalho em troca de salários. A relação complexa e humana das sociedades pré-industriais, em que havia deveres recíprocos mesmo entre o senhor e o servo, é eliminada diante da relação contratual entre proletário e burguês, cujo único meio é o valor-trabalho (pago com o salário).

No livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), Friedrich Engels escreve que essas mudanças envolvem o todo social; as relações a partir das quais o dinheiro determina o valor do homem influem de forma preponderante na sociedade.

O sórdido espírito mercantil impregna toda a linguagem, e todas as relações humanas são traduzidas em fórmulas comerciais explicadas em termos de categorias econômicas. Encomenda e fornecimento, procura e oferta (supply and demand)... (ENGELS, 1985, p. 312).

Do mesmo modo, as relações familiares são profundamente alteradas; sai de cena aquela imagem idílica do antigo sistema de produção doméstica e suas relações harmoniosas e estáveis, entra a imagem do desmembramento pelo sistema da fábrica, que degrada a mulher, arrancando-a de sua casa, que subtrai a figura da autoridade paterna, que incita a irregularidades e os excessos da vida urbana – o alcoolismo, a prostituição, os jogos de azar.

2º. *A produção era, na fábrica, um novo espaço de trabalho (diferente das antigas corporações) composto de máquinas especializadas com mão de obra humana especializada.* O trabalho dentro da fábrica impõe uma regularidade artificial a que as pessoas não estavam habituadas, pois a sociedade pré-industrial era pautada pelo trabalho agrícola, pelo trato da terra, em que se dependia das variações das estações do ano, além de existir uma multiplicidade de tarefas não afetadas por uma divisão racional do trabalho. Enfim, vivia-se sem a tirania do relógio.

3º. *Dominação de toda a economia – e de toda a vida – pela procura e acumulação de lucro por parte dos capitalistas. Ademais, esse tipo de relação econômica dominante tem um palco principal: a cidade.* A vida urbana cresce vertiginosamente, e um grande contingente populacional deixa o campo para viver nas cidades. Londres, entre 1790 e 1841, passa de 1 milhão de habitantes para 2,5 milhões. O historiador Eric Hobsbawm traça o cenário das cidades inglesas:

Não era apenas o fato de serem cobertas de fumaça e impregnadas de imundície, nem o fato de os serviços públicos básicos – abastecimento de água, esgotos sanitários, espaços abertos, etc. – não poderem acompanhar a migração maciça de pessoas, produzindo assim, sobretudo depois de 1830, epidemias de cólera, febre tifoide e o pagamento assustador de tributo constante aos dois grandes grupos de assassinos urbanos do século XIX – a poluição do ar e das águas e as doenças respiratórias e intestinais. (...) “A civilização faz seus milagres, e o homem civilizado é quase levado de volta à selvageria”, dizia Tocqueville sobre a cidade inglesa de Manchester (HOBSEBAWN, 1986, p. 81).



As condições de vida em Londres no século XIX



Figura 10.2: A imagem apresenta um conjunto de moradias em Londres, por volta de 1870, e ilustra bem a densidade populacional na capital britânica, assim como o ambiente poluído e insalubre.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Dore_London.jpg

Mesmo áreas ricas como Westminster têm paróquias onde, segundo o *Journal of Statistical Society*, de 1840, moram 5.366 famílias de operários em 5.294 habitações, num total de 26.830 indivíduos, dispondo $\frac{3}{4}$ dessas famílias somente de uma peça para viver. Idêntica situação na aristocrática St. George, com 1.465 famílias num total de 6.000 pessoas. Nessas circunstâncias, o que esperar das condições de vida no grande bairro operário a leste da Torre de Londres, White Chapel e Bethnal Green, conhecido nas décadas finais do século pelo termo East End? (BRESCIANI, 1992, p. 25-26).

Os atores da transformação: a sociedade civil e o Estado

Como foi possível justificar toda essa transformação? Entre a elite, isso foi possível a partir da difusão da ideologia liberal. Entre a massa da população, quando não foi possível sociabilizar as pessoas às novas condições de trabalho e de vida social, fez-se uso da violência moral e física, lançando mão dos aparelhos repressivos da segurança pública.

Os postulados de John Locke – de que o homem tem direito à vida e que o trabalho é propriedade sua – justificam a apropriação individual do produto da terra, que fora doada por Deus para a humanidade em comum. E mais ainda: que é natural que aquele que se vê despossuído de terra ou propriedades materiais tenha na força de seus braços um meio de adquirir propriedade. A ideia liberal a partir de Locke é de que o direito de propriedade torna-se central na vida social, e a vida do homem na *sociedade* – tenha ele bens ou não, decorre de sua *participação* no mercado – como proprietário ou trabalhador.

O acordo dos homens para entrar na *sociedade civil*, na interpretação lockeana, que se tornou predominante no mundo liberal, não cria direitos novos, mas apenas significa que cada um cede seus direitos à autoridade civil (políticos) para que essa possa proteger os direitos naturais dos cidadãos. O *governo*, nesse sentido, está limitado a garantir a ordem natural que descrevemos no parágrafo anterior. Essa rememoração das lições de Locke nos ajuda a refletir sobre o liberalismo, que foi a principal força política da sociedade burguesa ao longo do século XIX.

A *sociedade civil* era composta por uma pluralidade de interesses. A *elite capitalista* – burguesia industrial, aristocracia financeira – procurava reafirmar seus direitos, para manter o sistema de exploração sobre os trabalhadores e camponeses, e organizava-se em clubes, nos teatros e em sociedades secretas com o intuito de influenciar as decisões políticas, tanto em governos autocráticos como nos parlamentos, além de atuar diretamente nas decisões públicas.

Mesmo diante de crises de alimento em várias partes do Império Inglês, como na Irlanda e na própria Inglaterra, os liberais obtiveram uma vitória que acentuava o problema da produção de alimentos em meados do século XIX. É no ano de 1840 que os defensores do livre comércio no parlamento inglês conseguem abolir a Lei dos Cereais (Corn Law), que dava proteção tarifária aos grãos colhidos dentro do próprio Reino Unido (Inglaterra e demais territórios). A eliminação das barreiras tarifárias sempre foi uma

reivindicação do liberalismo. Sobretudo as companhias de comércio e navegação e as instituições financeiras lucraram com o fim da Lei dos Cereais, e, politicamente, isso significava um passo a mais para promover a industrialização no país. Como resultado perverso, acabou por dificultar ainda mais a vida dos camponeses, pois não teriam como competir com produtos agrícolas importados de colônias britânicas na América, África e Ásia.

Muitos dos *movimentos sociais*, compostos por trabalhadores urbanos, classe média, pequenos artesãos e, em algumas ocasiões, camponeses, surgiram primeiramente para frear as principais mazelas provocadas pelo curso natural da sociedade burguesa liberal. Na maioria das vezes, o único meio de reivindicação era a atuação conjunta dentro do local de trabalho ou nas ruas. Diferentemente da burguesia, o proletariado não possuía espaço para organizar-se, tampouco tempo suficiente para isso. As jornadas de trabalho eram larguíssimas e exaustivas (por exemplo, só no início do século XX é que, em alguns países europeus, a jornada de trabalho cai para 8 horas diárias). Daí, que antes das greves dos sindicatos, um dos movimentos mais contundentes na Inglaterra foi o dos **LUDISTAS**.

LUDISTAS

Eram membros do movimento coletivo que se estendeu pela Inglaterra desde o início do século XIX. Eram contrários à mecanização do trabalho e visavam à destruição das máquinas, responsabilizando-as pelo desemprego e pela miséria social nos meios de produção.

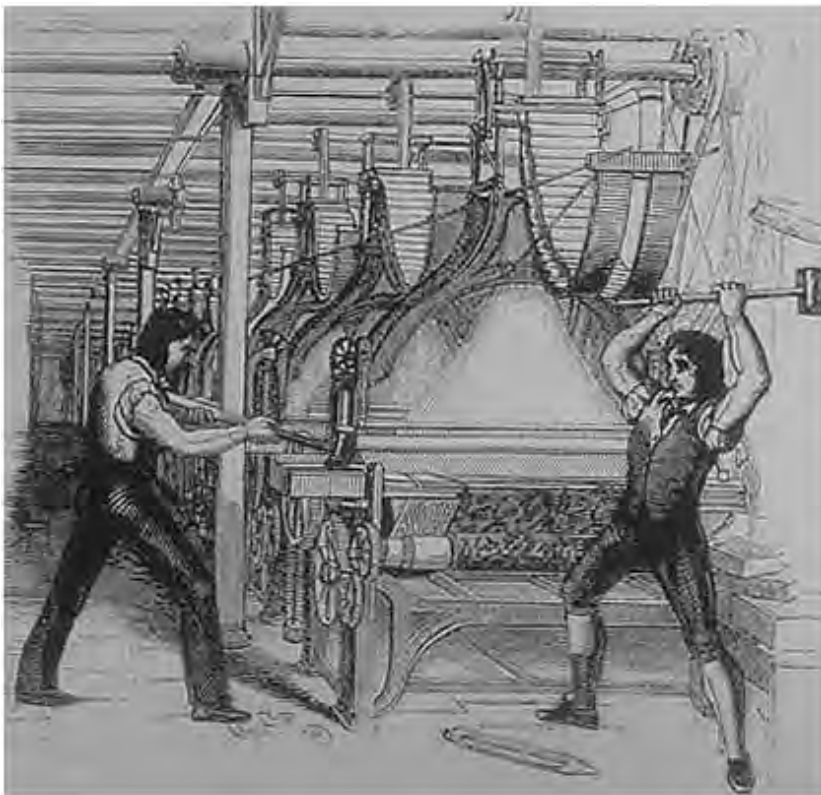


Figura 10.3: Ativismo ludista na Inglaterra.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:FrameBreaking-1812.jpg>

OPINIÃO PÚBLICA

Refere-se ao agregado de atitudes e crenças individuais e coletivas a respeito de assuntos de interesse geral. É ainda a opinião que traduz a vontade ou o julgamento popular no que diz respeito à condução dos destinos de uma coletividade organizada. Formada por um complexo de opiniões ou apenas de uma única opinião que adquire penetração através de algum meio que a faça circular, a opinião pública é um dos principais instrumentos para mudanças políticas. Dispor de instrumentos, especialmente os jornais – como no século XIX – propiciava à sociedade civil exercer pressão sobre decisões governamentais, parlamentares, e ainda desenvolver o debate dentro das instituições da sociedade civil. A atividade jornalística era intensa no século XIX, e os movimentos sociais, para desenvolverem suas políticas e propagandear suas atividades, encontravam nesse meio de comunicação um dos instrumentos-chave de suas atividades. O avanço no uso desses instrumentos de massa para formar uma opinião pública, como jornais, almanaques, revistas, panfletos e manifestos, condizia com a ampliação das demandas democráticas ou vice-versa. Os jornais, por exemplo, exerciam um papel singular na exposição da realidade social, dos debates políticos e da reivindicação das classes sociais, propiciando o debate democrático.

Gradativamente os movimentos sociais adquiriam organização e institucionalização, como foi o caso dos sindicatos, que passaram a ser considerados legítimos defensores dos trabalhadores e partícipes das negociações com os empresários e o governo. A partir da difusão dos movimentos na **OPINIÃO PÚBLICA**, foi possível a muitos obterem notoriedade e expandirem suas ações e demandas.

E que papel ocupou o *Estado* nessa história, e *as forças da segurança pública*? Em praticamente todos os momentos, o Estado foi o resultado direto dos interesses dominantes. Contudo, há um conjunto de fatores que propiciaram avanços importantes, entre eles: a pressão por democratização da sociedade política em geral, a demanda por direitos civis – sociais e políticos –, o crescimento dos movimentos socialistas e anarquistas, e mesmo a atuação crítica de setores da elite, descontentes com os resultados sociais da modernidade – como alguns aristocratas e a Igreja. Por um lado, durante boa parte do século XIX, vigorou a máxima do Estado mínimo liberal, em que cabia às instituições governamentais apenas funções básicas de justiça, segurança pública e controle social, sendo esse modelo restrito de atuação a melhor forma de o Estado contribuir com o livre funcionamento do mercado, permitindo o franco desenvolvimento econômico das empresas e grupos financeiros. No entanto, essa percepção acaba sofrendo críticas, e em vários momentos, entra em crise. Há um espectro socialista que ronda a Europa nessa época, o que mudava completamente a perspectiva sobre o Estado que, de mínimo (isto é, bastante limitado sob o ponto de vista da ação social), paulatinamente se tornaria social, para que uma revolução socialista não ameaçasse a ordem estabelecida pelos governos burgueses ou em aliança com a burguesia (quando a aristocracia ainda tem poderes e relaciona-se com os burgueses para manter-se no poder, dividindo o poder político).

Esses impulsos para governos mais sociais eram dados pela atuação dos movimentos sociais. E nas instituições políticas comprovam-se as mudanças. No fim do século XIX, partidos socialistas passam a ganhar algumas eleições locais, há um gradual aumento no número de votantes, ademais, greves e levantes populares são mais respeitados; enfim, o povo passa a ser considerado e temido. Ainda assim, não quer dizer que democracias plenas foram constituídas, pois mesmo nos países em que os direitos políticos, civis e sociais estavam em um estágio mais avançado – como na Inglaterra e na França –, havia uma série de restrições como, por exemplo, para o voto feminino. Na imensa maioria dos países, o direito de voto às mulheres só será conquistado no século XX.

Enquanto predominou o Estado liberal, a intervenção estatal limitava-se à prescrição das formas de atender à subsistência dos homens, como a partir da Lei dos Pobres na Inglaterra. E mesmo essa mínima atuação chegara a ser condenada por setores da política liberal e **MALTHUSIANOS**. A livre iniciativa e a livre concorrência – dois mantras liberais – não permitiam quaisquer limites, muito menos o controle estatal.

Quando a intervenção governamental parecia benéfica, os críticos de esquerda, como Karl Marx (2010, p. 53), argumentavam que a filantropia na Inglaterra, com a Lei dos Pobres, constava na ideia de que “o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados e ao qual portanto não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como delito”. O funcionamento da Lei dos Pobres, a partir de 1834, era mais uma forma de controle e vigilância sobre a massa da população pobre e desempregada do que propriamente um auxílio benéfico.

Por não poder dispensar o Estado, a burguesia necessitava dele para conter o proletariado. Durante a maior parte do tempo, diante das disputas da sociedade civil entre o proletariado e as indústrias capitalistas, o Estado lançou mão das forças repressivas. A fim de fazer cumprir o credo liberal e devido à necessidade de mão de obra na indústria, o Estado disponibilizava força policial para obrigar as pessoas a trabalharem dentro das fábricas, criava meios para o êxodo rural – facilitando a saída das pessoas das áreas rurais para as cidades – e agia com mais violência ainda para conter revoltas e/ou expressões públicas de descontentamento. Em várias notas de rodapé do livro *O capital*, de Karl Marx, há relatos de como o governo utilizava a coerção social para que as pessoas trabalhassem nas novas condições das fábricas.

Não é arriscado mencionar que as forças da segurança pública habituaram-se a agir como instrumentos fundamentais para a repressão e o controle da sociedade civil. Os militares, os policiais e os serviços secretos asseguravam o poder do Estado em meio a situações conturbadas de revoltas e insatisfações populares. O poder policial serviu, por exemplo, na Inglaterra, para forçar os trabalhadores a irem às fábricas e aceitarem condições precárias de trabalho ou a fazerem o mesmo para crianças e gestantes. A disciplina não permitia a reflexão sobre questões humanitárias, pois muitas ainda não estavam em debate.

MALTHUSIANOS

Adeptos da doutrina de Malthus (1766-1834), economista e demógrafo inglês que exorta à prática da continência sexual voluntária, invocando a disparidade entre o crescimento demográfico e a produção de alimentos, colocando o seguinte: o crescimento populacional cresce em proporções geométricas, e a produção de alimentos em proporções aritméticas. Ou seja, na evolução natural, haverá falta de alimentos, de modo que, se o governo intervém de qualquer modo para diminuir os efeitos da pobreza, estará agindo contra a natureza. Segundo essa teoria, a beneficência e as caixas de socorro mútuo não têm sentido, pois só servem para manter a vida e multiplicar a população que já é excessiva, cuja concorrência por emprego e salários só faz piorar a condição de vida de todos, em especial da fração da população que ainda não está pobre.

O burguês pode fazer o que quiser; o policial será sempre educado com ele e agirá rigorosamente conforme a lei! Mas o pro-

letário é alvo de tratamentos brutais e grosseiros, a sua pobreza torna-o, *a priori*, suspeito de todos os delitos imagináveis, ao mesmo tempo que lhe interdita os meios jurídicos de se defender contra a arbitrariedade dos detentores do poder. Para ele, portanto, o lado protetor da lei não existe; a polícia entra em sua casa sem qualquer mandado, prende-o, maltrata-o e só quando uma associação de operários, como a dos mineiros, contrata um Roberts [advogado], é que nos damos conta de como a lei protege pouco o operário e quantas vezes este tem de suportar todo o peso da lei sem usufruir uma única das vantagens que ela oferece (ENGELS, 1985, p. 317-318).

É preciso, no entanto, fazer a ressalva para dizer que não foi em todos os países que imperou uma política de Estado liberal para a modernização. Na Alemanha unificada, sob a liderança do chanceler Bismarck, conciliaram-se iniciativas privadas para a industrialização com a participação do Estado no planejamento do desenvolvimento nacional. Esse modelo prussiano de relacionamento entre Estado e sociedade foi implantado com a unificação do país e em aliança com políticas sociais-democratas. Havia cuidados estatais com a educação, de algum modo com o bem-estar dos trabalhadores, implementação de leis trabalhistas, previdência social, etc.

Essa situação não aconteceu porque o Estado alemão foi melhor que o inglês ou o francês, mas sim porque, à época da unificação da Alemanha (1871) e quando o país iniciaria a aceleração do seu processo de industrialização, a sociedade civil, a partir dos movimentos sociais em toda a Europa, já estava bastante organizada e pronta para atuar. Portanto, a saída encontrada com o fim de manter uma ordem política burguesa no Estado Nacional alemão, inclusive para conter radicalismos, foi promover o nacionalismo e formar um governo popular. Com isso, houve a concessão de direitos que já estavam implantados ou em discussão em outros países mais avançados, mas com a condição de que o poder político se mantivesse concentrado no Estado. Em outras palavras, na Alemanha de Otto von Bismarck (1815-1898), que governou o país de 1871 a 1890, o Estado não seria liberal, tampouco socialista; o Estado teria atuação direta na economia, mas a estabilidade política necessária para a sociedade moderna capitalista seria mantida. Esse é um dos motivos por que se pode afirmar que, na Alemanha, a ideologia liberal não

teve a mesma força que na Inglaterra, na França ou nos Estados Unidos.

Na Alemanha dirigida pelo chanceler Bismarck, uma legislação social foi implantada entre os anos de 1883-1889, demarcando o ponto de transição sobre a intervenção do Estado. E mesmo um pouco antes, a Inglaterra, com o primeiro-ministro Chamberlain (em 1880), já implantava um programa radical contrário ao liberalismo estatal (que pregava a intervenção mínima na sociedade e na economia). Os governos, no final do século XIX, começavam a adotar formas de regulamentação, de controle estatal, de compulsão dos indivíduos para fins sociais – para fazer com que todos se adequassem aos planejamentos estatais para a sociedade, de planejamento econômico a partir do Estado, e tudo isso envolvendo uma elaborada aparelhagem de administração e execução – foi aí também que surgiu uma burocracia estatal técnica e especializada. Significa que as transformações na sociedade industrial também modificaram a atuação do Estado, adotando políticas que até 1870 eram praticamente inexistentes. Esse foi o panorama da transformação do Estado liberal em Estado social na Europa.



Figura 10.4: Comuna de Paris, de 1871.

Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:Barricade18March1871.jpg>

As barricadas da Comuna de Paris, França, em 18 de março de 1871, foram massacradas pelas forças repressivas do Estado francês. O poder popular revolucionário, formado especialmente por trabalhadores e pela baixa classe média, não conseguiu suportar o enfrentamento. Cerca de 30.000 parisienses foram mortos e milhares executados pelo governo depois dos combates.

Atividade 1

Atende aos Objetivos 1 e 2

Responda se o item está *certo* ou *errado*, e justifique:

a) Apesar da forte exploração sofrida pelos trabalhadores em todo o mundo, a Igreja foi omissa, enquanto instituição da sociedade civil, e não atuou diante do conflito das relações entre capital e trabalho.

b) A nação pioneira, no mínimo, na primeira fase da Revolução Industrial (1750-1840) foi a Inglaterra.

Resposta Comentada

a) *Errado*. No Boxe Curiosidade – “*Eventos marcantes do século XIX*” – foi possível identificar como a Igreja Católica atuou, no mínimo, duas vezes de modo bastante contundente no século XIX. Em 1864, o Vaticano apresenta o Resumo dos Erros da Modernidade (*Syllabus*), condenando o liberalismo, o modernismo e os valores da sociedade burguesa, em defesa de um modelo de sociedade tradicional. Essa atuação, assim como o Concílio Vaticano I (1869-1870), foi de cunho declaradamente conservadora, procurando alertar o mundo sobre o destino a que aquele modelo de progresso da sociedade poderia levar. No final do século, o papa Leão XIII publica a encíclica *Rerum Novarum*, em 1891; trata-se de um marco para as críticas às relações capital/trabalho, pois condena a exploração do trabalho, a falta de direito aos operários, e traça um panorama do mundo moderno. Esses foram exemplos de atuação da Igreja enquanto sociedade civil em âmbito internacional.

b) *Certo*. A Inglaterra deu o primeiro passo para o desenvolvimento industrial ainda no século XVIII e produziu as primeiras tecnologias para a indústria. Também foi quando muitas transformações sociais foram, pela primeira vez, observadas, como o inchaço populacional nas cidades com o êxodo rural, situações de exploração do trabalho operariado, a poluição, doenças, a fome, etc., combustíveis que geraram

descontentamento na população, a qual gradativamente passou a organizar-se em movimentos para reivindicar direitos, como aconteceu com os sindicatos.



Atividade 2

Atende aos Objetivos 1 e 2

O século XIX trouxe a consolidação e disputa em torno de uma série de ideais da sociedade moderna contra o Antigo Regime, através do iluminismo do século XVIII, em linhas gerais com:

(i) o Estado de direito, a divisão de poderes, um sistema político parlamentar baseado em uma Constituição. Em outras palavras, um liberalismo político que se identifica com governo limitado e *intervenção mínima do Estado*;

(ii) liberdades civis públicas, que incluem liberdade religiosa, liberdade de expressão e liberdade de imprensa, liberdade de reunião e manifestação, liberdade econômica, liberdade de trabalho, livre imprensa, *livre mercado*. Essas medidas tanto proporcionaram um desenvolvimento das relações comerciais e financeiras, permitindo à iniciativa privada mínimas restrições para o estabelecimento do predomínio da propriedade privada individual, como implicaram a não sujeição das organizações de trabalhadores à sua organização;

(iii) mobilidade social, o que significou o fim da sociedade estamental; na era moderna, torna-se possível a ascensão ou descensão dos indivíduos entre as classes, segundo seus méritos e o trabalho (que expressam seu êxito econômico ou intelectual), e não simplesmente por sua origem, herança ou pertencimento a um estamento.

Responda:

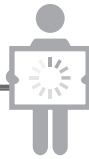
a) Como cada um dos termos grifados nos itens (i) e (ii) identifica-se com o debate em torno da Lei dos Pobres, na Inglaterra?

b) Qual o argumento que pode ser retirado do item (ii) para justificar a defesa dos direitos dos trabalhadores de se organizarem nos sindicatos?

Resposta Comentada

a) Os itens grifados foram: “intervenção mínima do Estado” e “livre mercado”. A emenda à Lei dos Pobres foi promulgada em 1834 na Inglaterra e previa uma aplicação da lei para diminuir os efeitos da pobreza. Os liberais, bem como os malthusianos, criticavam a sua implementação, pois a intervenção do Estado deixava de ser mínima e tornava-se intransigente, conturbando a condição natural da sociedade (segundo os malthusianos). O argumento dos liberais era de que o Estado não deveria intervir porque o livre mercado resolveria os problemas da sociedade ao seu tempo. A elite burguesa da sociedade civil agia para defender os valores da intervenção mínima do Estado e do livre mercado. Os grupos socialistas condenavam a Lei dos Pobres por ela colocar as pessoas em situação pior de vigilância e mínima subsistência.

b) O trecho final do item (ii) é a resposta da questão; um dos valores da sociedade burguesa era a liberdade para a organização dos trabalhadores, como nos sindicatos. Se a liberdade era um dos maiores valores daquela sociedade, as restrições à organização dos trabalhadores em sindicatos ou de outras formas tornava-se incoerente em um Estado liberal. É importante discutir como os ideais da sociedade moderna tanto trouxeram formas particulares de domínio da sociedade burguesa, como a partir do Estado pronto para agir com a segurança pública em defesa dos direitos de propriedade, como estabeleceram aberturas para a reivindicação de direitos a todos. Em outras palavras, pode-se levar em conta o paradigma da liberdade como exemplo, que tanto fora reivindicado para defender os interesses dos industriais contra os trabalhadores, inclusive lançando mão da segurança pública para a repressão, sob o argumento de que a liberdade era para que os proprietários gerassem mais riquezas; como também a ideia moderna de liberdade gerou condições para que os trabalhadores se defendessem contra as opressões que sofriam dos patrões e do Estado.



Sugestão de filme: *Germinal*



Figura 10.5: *Germinal* é um filme produzido na França, em 1993, do gênero épico, baseado no romance homônimo, de Émile Zola, e dirigido por Claude Berri.

Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:Germinal93.jpg>

O filme aborda os movimentos grevistas de um grupo de mineiros no norte da França do século XIX contra a exploração de que são vítimas. Entretanto, ao se levantarem contra o sistema, passam a ser alvos da repressão das autoridades.

Pode ser assistido (legendado) no Youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=vzVSlxWyxdc> ou pela busca “Germinal-Legendado”.

Tem 2 horas e 30 minutos de duração.

Alguns movimentos que marcaram o protagonismo da sociedade civil

A seguir, listamos dois conjuntos de movimentos importantes que compuseram a luta por direitos na era moderna: os sindicatos e a Revolução de 1848, na França.

Uma noção mais aprofundada do protagonismo da sociedade civil no século XIX poderia contemplar ainda o processo de unificação italiana e alemã, os movimentos de independência, a organização dos partidos políticos, os movimentos abolicionistas, etc.

Sobre os movimentos de independência, trataremos quando falarmos dos movimentos sociais no Brasil, na próxima aula, assim como analisaremos o movimento abolicionista. Quanto aos demais temas, deixaremos apenas a título informativo em um box, logo a seguir.



Movimentos nacionalistas italiano e alemão

Depois da derrota de Napoleão e do estabelecimento da *Pax Britannica* em 1815, os governos das grandes potências europeias tinham o cuidado de evitar conflitos de maior importância entre si, pois a experiência havia mostrado que as grandes guerras e as revoluções caminhavam juntas. A geração seguinte a 1848 não lidou com revoluções, mas sim com guerras.

Contudo, dois importantes processos de unificação e formação de nações são dignos de nota. A unificação italiana, terminada em 1870, e a alemã, no ano seguinte.

A *unificação da Itália* recebe o nome de *Risorgimento* (Ressurgimento) e foi o movimento na história italiana que buscou, entre 1815 e 1870, unificar o país, que era uma coleção de pequenos Estados submetidos a potências estrangeiras. A soberania nacional

da Itália unificada foi conquistada a partir de um processo em si bastante prolongado. E vai de 1815, depois do Congresso de Viena, até 1870, quando as forças políticas interessadas na unificação ocupam Roma. O início é a desocupação de Napoleão Bonaparte (líder da França) dos territórios da Península Itálica, em 1815, e o fim é a conquista do coração da Itália, Roma, que era também a sede do Estado Pontifício (a Santa Sé fica até hoje em Roma).

A *unificação da Alemanha* aconteceu oficialmente em 18 de janeiro de 1871 no palácio de Versalhes, na França. O processo foi liderado pelo primeiro-ministro prussiano Otto von Bismarck, conhecido como Chanceler de Ferro, e culminou com a formação do Segundo Reich (Império) alemão. A crise política na França contribuiu para que diversos Estados alemães também se revoltassem em manifestações populares, dando início a um movimento nacional para fossem aprovados um parlamento nacional eleito pelo povo e uma constituição. A vitória na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) possibilitou ao rei Guilherme I da Prússia pronunciar-se imperador do Império Germânico, diante da capitulação da França. De forma não oficial, a transição de uma nação formada por uma série de territórios separados, com peculiaridades especiais, para uma nação unida, levou muitos anos. Mesmo com a unificação, as diferenças linguísticas, sociais, religiosas e culturais dentro da Alemanha sugerem que o processo de unificação apenas teve início em 1871, mas acabou prolongando-se por várias décadas.

Os sindicatos

Na seção anterior, vimos que os efeitos da Revolução Industrial foram nefastos às relações humanas, por destruírem a estrutura tradicional do trabalho, das relações familiares, do contato das pessoas com a terra, etc. Essa desumanização repercutiu nas condições de vida social: casos de violência individual, brutalidades, assassinatos, brigas em bares e tavernas, alto consumo de álcool e roubos cresceram a perder de vista na Inglaterra e nos países que conviveram com os efeitos da industrialização no século XIX. Engels (1985, p. 242-243) argumenta que o crime

foi a primeira forma de indignação do operariado com sua condição de vida, “o roubo era a forma menos evoluída e consciente de protesto e, por essa simples razão, nunca foi a expressão geral da opinião pública dos operários, mesmo que eles a aprovassem tacitamente”.

Num segundo momento, a classe operária começa a se opor à burguesia de forma mais organizada, quando se opõe à introdução das máquinas, como acontecia no início da Revolução Industrial (1750). Era a revolta contra as máquinas, como feita pelos ludistas. Na Alemanha, por volta de 1844, oficinas inteiras foram demolidas e máquinas completamente esraçalhadas.

Ocorre que, enquanto as leis restringissem a organização dos trabalhadores, qualquer indignação – seja pelo crime, pela quebra de fábricas ou por pequenos motins – era enfrentada com repressão policial. Para o contexto inglês, só depois de muitas reivindicações é que uma lei foi votada em 1824 para anular os textos legislativos, que até então proibiam os operários de se associarem para a defesa dos seus interesses. Assim conquistou-se o *direito de associação*, o que possibilitou a criação de sindicatos em toda a Inglaterra. Em pouco tempo, essas organizações tornaram-se poderosas e manifestavam pautas reivindicatórias, como salários fixos, negociação em massa com os patrões, regulamentação dos salários em função do benefício da empresa, aumento e igualdade de salários para a mesma atividade.

De modo geral, o sindicato tornou-se popular na Europa e na maioria dos países durante a Revolução Industrial, quando a falta de ferramentas necessárias para exercer muitos trabalhos tornava-se motivo de barganha por parte de muitos empregadores, causando redução de condições e de ganhos dos trabalhadores. Os sindicatos surgiram para auxiliar o trabalhador individual nos enfrentamentos com o empregador, tornando-se peças-chave nas negociações trabalhistas, na formação de leis e nas reivindicações por direitos sociais.

O movimento político a partir do sindicato é denominado *sindicalismo*. O sindicalismo tem origem nas corporações de ofício da Europa medieval. E define-se pela ação coletiva que visa a proteger e melhorar o nível de vida dos indivíduos que vendem a força-trabalho, assim como

percorre outras atividades, como estudantes, professores, aposentados, desempregados, etc. A organização sindical é um instrumento importante nas mãos do proletariado, para se defender contra a deterioração de sua condição. Ao aliar demandas práticas à ideologia socialista, os sindicatos são tidos como verdadeiros instrumentos políticos na luta por cidadania.

Apesar de não ser exatamente um sindicato, o *movimento cartista* representou um marco para a organização do operariado. A Carta do Povo (*People's Charter*), que inaugura o movimento cartista na Inglaterra, é eminentemente política e reclama ao Parlamento uma base democrática. Trata-se de uma forma política de se opor à burguesia, demandando direitos políticos no Parlamento. O movimento cartista foi essencialmente operário desde o seu início, ainda que apoiado por setores da pequena burguesia, simpáticos ao movimento. Os cartistas eram os reais representantes do proletariado, mas sem transformarem suas bandeiras em situações revolucionárias.

Vale lembrar que o movimento cartista não se limitou às reivindicações do chão de fábrica, pois os organizadores do movimento passaram a levantar o problema da participação política do trabalhador, obrigando os políticos liberais a constatarem o grau de instrução e a difusão de jornais entre os operários, a capacidade de organizar-se em sindicatos profissionais e em sociedades de benefícios mútuos. Se vários daqueles políticos condicionavam o direito político de voto à capacidade de ler e escrever, então muitos trabalhadores estavam em condições de exercer tal direito. O liberal John Stuart Mill, na década de 1840, escreve dois textos (*Political economy* [Economia política] e *The claims of labour* [As demandas do trabalho]), mostrando sua desconfiança em relação à propalada incapacidade política do trabalhador.

Segundo Stuart Mill, a intenção do trabalhador em participar da política tinha-se explicitado desde 1832, quando já se observava a manifestação política de multidões. E, em 1848, com todo o movimento revolucionário em vários países europeus, obteve-se a completa certeza da capacidade dos trabalhadores em adentrarem na política, e Mill chegou a dizer: “os pobres escaparam dos cordéis e não mais podem ser governados ou tratados como crianças” (MILL, J. S. apud BRESCIANI, 1992, p. 103).



Figura 10.6: Greve contemporânea de bancários – Brasil.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Greve_dos_bancarios_do_Brasil_de_2010.jpg

Até os dias atuais, o principal meio de atuação dos sindicatos, assim como dos trabalhadores independentes, é a greve. Tanto quanto as negociações diretas com os patrões como pelo intermédio de instituições civis ou governamentais, a greve aparece com uma medida contundente diante da impossibilidade de se obter benefícios materiais ou sociais, ou garantir conquistas adquiridas e ameaçadas de supressão. A greve consiste na cessação voluntária e coletiva do trabalho, decidida por assalariados.



Figura 10.7: Movimento cartista em confronto.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:ChartistRiot.jpg>

A sociedade civil radicalizada

O socialismo aparece como ideia política na sociedade civil nas Revoluções de 1848 na Europa. Os abalos revolucionários de 1848 permitiram que a noção de **SOBERANIA POPULAR** passasse a vigorar para a conquista de direitos ao povo e a pretensão de acabar com as opressões do trabalho precário, dos baixos salários, da jornada excessiva de trabalho, das condições de vida nas cidades, do trabalho infantil, etc. Para o movimento socialista francês, as Revoluções de 1848 eram tratadas como continuidade da Revolução Francesa, de 1789.

O caso da França é o mais emblemático e debatido entre os autores, tanto pela centralidade e importância daquele país como pela série de eventos que aconteceram entre 1848 e 1851 – a reviravolta que vai da ameaça de revolução socialista a um golpe de Estado reacionário.

A Revolução Francesa de 1848 foi a segunda revolução do século XIX na França, depois da de Julho de 1830. Entre os dias 22 e 25 de fevereiro de 1848, o povo se subleva para tomar o controle da capital – Paris, impulsionados por liberais e republicanos. O rei Luís Filipe de Orleans é pressionado a abdicar em favor de seu neto, Filipe de Orleans, em 24 de fevereiro de 1848.

A Segunda República francesa é proclamada por Alphonse de Lamartine, que, junto dos revolucionários parisienses, põe fim à Monarquia de Julho. Logo em seguida, um governo provisório é posto no lugar da monarquia: instaura-se a Segunda República francesa (regime que vai de 1848 até, oficialmente, 1852, sendo que, um ano antes, Luís Napoleão havia dado o golpe de Estado).

Havia um descontentamento geral manifestado contra a Monarquia de Julho que, desde 1830, estava no poder. A saída de Luís Felipe, em fevereiro de 1848, culminou com a Segunda República, mas, com o passar do tempo, o novo governo foi tomado pelo conservadorismo. E contra a direção conservadora, os socialistas se organizam nas *Jornadas de Junho de 1848*, para rebelarem-se contra o novo regime republicano. No final do ano de 1848, Luís Napoleão (ou Napoleão III) é eleito presidente da Segunda República da França, prometendo resgatar a ordem pública. Napoleão III era apoiado basicamente por camponeses e setores da classe média, e é com esse apoio que, em 1851, ele dá o golpe de Estado, fechando o congresso nacional e instaurando o Segundo Império da França, em que ele era o chefe.

SOBERANIA POPULAR

É a doutrina política que atribui ao povo o poder soberano e abre margem para reivindicar acesso ao sufrágio universal e a plenos direitos dentro do Estado. Tornou-se a principal bandeira dos movimentos democráticos a partir do século XIX e guarda raízes no pensamento político de Jean-Jacques Rousseau.

Dentro daquilo que compõe as Revoluções de 1848 na França, estão as *Jornadas de Junho* – revoltas do povo parisiense, entre 22 e 26 de junho de 1848, para protestar contra o fechamento dos ateliês nacionais. Os ateliês foram organizações destinadas a fornecer trabalho aos desempregados, formadas pelo Estado, enquanto interventor direto: fornecedor, organizador e financiador do trabalho; foi uma experiência de Estado social que durou apenas três meses (março a junho de 1848).

Em síntese, a revolução de fevereiro de 1848 havia estabelecido o “direito ao trabalho” e, para tornar efetivo esse direito, o novo governo estabelecido (a Segunda República) criou as “casas de trabalho nacional” (ateliês nacionais) para os desempregados. Mas ao mesmo tempo havia uma tensão entre liberais orleanistas (apoiadores de Filipe de Orleans e da Monarquia de Julho) contra republicanos radicais e socialistas insuflados pelos levantes de junho de 1848. Um dos temas mais importantes em disputa era a organização do trabalho: se seriam mantidas as “casas de trabalho nacional” ou não. O resultado foi o não: o governo provisório não sustentou os ateliês nacionais; a pressão conservadora da elite parisiense foi maior.

Todavia, como narrou nas suas *Lembranças de 1848*, Alexis de Tocqueville descreve que o clima revolucionário socialista estava presente. Pertencente ao partido da ordem burguesa, Tocqueville viu o elemento socialista da Revolução de 1848 na França, mas condenou a ação dos socialistas como insensata. A radicalidade dos partidos socialistas estava, no fundo, em questionar o direito que fundamentava a sociedade burguesa: o direito de propriedade.

É necessário que os proprietários não se iludam sobre a força de sua situação e que não imaginem que o direito de propriedade seja uma muralha intransponível, pelo fato de que, até agora, em nenhum lugar tenha sido transposta, pois nosso tempo não se assemelha a nenhum outro. Quando o direito de propriedade não era mais que a origem e o fundamento de muitos outros direitos, era defendido sem esforço, ou melhor, não era atacado; constituía então um muro de proteção da sociedade, cujas defesas avançadas eram todos os outros direitos; os golpes a ele não chegavam; nem sequer se procurava seriamente atingi-lo. Hoje, porém, quando o direito de propriedade torna-se o último remanescente de um mundo aristocrático destruído, o unido a se manter de pé, privilégio isolado em meio a uma sociedade nivelada, sem a cobertura dos muitos outros direitos mais contes-

tados e mais odiados, corre um perigo maior, pois só a ele cabe sustentar a cada dia o choque direto e incessante das opiniões democráticas (TOCQUEVILLE, 1991, p. 41-42).

Na Revolução de 1848, a curta duração da Segunda República francesa e o golpe de estado de Luís Napoleão Bonaparte marcaram a destruição de uma monarquia constitucional em benefício do regime republicano e, em seguida, a destruição da república em benefício de um regime autoritário. ainda no ano de 1851, com o golpe. Observe que foram dois processos políticos em um só movimento. A burguesia permitiu que um chefe político autoritário chegasse ao poder por temer uma revolução socialista.

O governo provisório entre 1848-1851 contava com forte influência socialista. Durante esse tempo, tudo era possível na França. E foi nesse período que o país conheceu uma luta política avançada, de formato triangular, entre o que o cientista político Raymond Aron (1999) chamou de: *fascistas*, *democratas* ou *liberais* e *socialistas*, disputando o poder do Estado. Os socialistas contavam com o apoio dos operários; os democratas ou liberais, de setores da classe média, da elite industrial e aristocrática; os fascistas receberam o apoio do campesinato e de setores da classe média. Tal luta se repetiu com outros atores e em palco diferente, como na Alemanha de Weimar entre 1920 e 1933.

O ano de 1848 na França é importante porque antecipa uma série de lutas que se repetiram no século seguinte, numa espécie de prévia de como as disputas políticas se dariam dali para frente no mundo ocidental, em que não estariam apenas liberais ou democratas (burgueses) contra forças reacionárias (nobreza e clero), uma vez que também surgia na sociedade civil o ideário socialista (a partir do proletariado), além do outros elementos, como o apoio de grupos desorganizados (como a população rural e o lumpemproletariado) a chefes políticos populistas, como foi Napoleão III.

Para o ideólogo do socialismo científico, o alemão Karl Marx, a Revolução de 1848 tornava claro que o problema essencial das sociedades europeias passara a ser o social. O caráter do século para Marx, e também para um conservador (no sentido social, que entende que naturalmente há desigualdade entre as pessoas e elas são permanentes), como Tocqueville, era de que as revoluções futuras seriam sociais e com certo caráter socialista.

Marx sentia-se ligado à crise francesa de 1848, pois acreditava no sentido internacional da revolução. Ao ter afirmado no *Manifesto do Partido Comunista* (1848), que “os trabalhadores não têm pátria”, Marx acreditava que os acontecimentos na França poderiam se espalhar para os demais países, tanto enquanto modelo como enquanto primeiro motor de outras revoluções socialistas.

O golpe de Luís Bonaparte (sobrinho de Napoleão Bonaparte) em 1851, instaurando um governo autoritário (não liberal, mas também distante da anarquia que poderia ser causada por um governo socialista), serviu para mostrar aos analistas políticos que aquele que dirige o Estado, inevitavelmente, possui uma influência considerável sobre a sociedade. É um fato notório na ciência política que o desenvolvimento econômico e social de uma nação depende das instituições políticas. A propósito, outro movimento social de suma importância para a história mundial, a **REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917**, mesmo feita no bojo da doutrina marxista, sob a liderança de Vladimir Lênin, edificou o socialismo a partir da predominância do poder da máquina estatal, e não pura e simplesmente pela força do proletariado.

REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

Foi o resultado de uma série de conflitos iniciados em 1917 e que derrubou o Czar Nicolau II, levando ao poder o Partido Bolchevique, liderado por Vladimir Lênin. A Rússia, naquela época, estava no meio da Primeira Guerra Mundial e imersa em crises políticas. Recém-industrializada, os problemas que os operários e camponeses enfrentavam eram então piores que aqueles dos ingleses no início da Revolução Industrial. A Revolução Russa era um passo para a modernização do país que, de um só golpe, gerou uma república socialista: o país passou a chamar-se URRS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – e durou até 1991.



Figura 10.8: A Revolução de 1848 e a bandeira da França.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Lar9_philippo_001z.jpg

A **Figura 10.8** é uma tela de Félix Philippoteaux, que retrata o líder e romancista Lamartine ao recusar a bandeira vermelha (dos socialistas) e recebendo a bandeira tricolor (dos liberais ou democratas), como até hoje é a da França. Se os socialistas tivessem vencido a Revolução de 1848, talvez a bandeira da França fosse vermelha, e não tricolor: azul, branca e vermelha.

Atividade 3

Atende aos Objetivos 3 e 4

Observe a lista dos partidos políticos existentes no Brasil em maio de 2013, segundo fontes do Tribunal Superior Eleitoral, em <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>:

0001	SIGLA	NOME	DEFERIMENTO	PRESIDENTE NACIONAL	Nº
1	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	30.6.1981	Valdir Raupp, em exercício	15
2	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	3.11.1981	Benito Gama, em exercício	14
3	PDT	Partido Democrático Trabalhista	10.11.1981	Carlos Lupi	12
4	PT	Partido dos Trabalhadores	11.2.1982	Rui Goethe da Costa Falcão	13
5	DEM	Democratas	11.9.1986	José Agripino Maia	25
6	PCdoB	Partido Comunista do Brasil	23.6.1988	José Renato Rabelo	65
7	PSB	Partido Socialista Brasileiro	1º.7.1988	Eduardo Campos	40
8	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	24.8.1989	Sérgio Guerra	45
9	PTC	Partido Trabalhista Cristão	22.2.1990	Daniel S. Tourinho	36
10	PSC	Partido Social Cristão	29.3.1990	Víctor Jorge Abdala Nósseis	20
11	PMN	Partido da Mobilização Nacional	25.10.1990	Oscar Noronha Filho	33

0001	SIGLA	NOME	DEFERIMENTO	PRESIDENTE NACIONAL	Nº
12	PRP	Partido Republicano Progressista	29.10.1991	Ovasco Roma Altimari Resende	44
13	PPS	Partido Popular Socialista	19.3.1992	Roberto Freire	23
14	PV	Partido Verde	30.9.1993	José Luiz de França Penna	43
15	PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil	11.10.1994	Luis Henrique de Oliveira Resende	70
16	PP	Partido Progressista	16.11.1995	Francisco Dornelles	11
17	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	19.12.1995	José Maria de Almeida	16
18	PCB	Partido Comunista Brasileiro	9.5.1996	Ivan Martins Pinheiro	21
19	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28.3.1995	José Levy Fidelix da Cruz	28
20	PHS	Partido Humanista da Solidariedade	20.3.1997	Eduardo Machado e Silva Rodrigues	31
21	PSDC	Partido Social Democrata Cristão	5.8.1997	José Maria Eymael	27
22	PCO	Partido da Causa Operária	30.9.1997	Rui Costa Pimenta	29
23	PTN	Partido Trabalhista Nacional	2.10.1997	José Masci de Abreu	19
24	PSL	Partido Social Liberal	2.6.1998	Luciano Caldas Bivar	17

0001	SIGLA	NOME	DEFERIMENTO	PRESIDENTE NACIONAL	Nº
25	PRB	Partido Republicano Brasileiro	25.8.2005	Marcos Antonio Pereira	10
26	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	15.9.2005	Ivan Valente	50
27	PR	Partido da República	19.12.2006	Alfredo Nascimento	22
28	PSD	Partido Social Democrático	27.9.2011	Gilberto Kassab	55
29	PPL	Partido Pátria Livre	4.10.2011	Sérgio Rubens de Araújo Torres	54
30	PEN	Partido Ecológico Nacional	19.6.2012	Adilson Barroso Oliveira	51

Fonte: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>

Partidos políticos na França em 1848:

Partidos de esquerda:

- (i) os *socialistas*, formado pelo povo parisiense, em geral operários, eram os mais radicais à esquerda;
- (ii) os *sociais-democratas* (*Partido Democrata*), em que os eleitores são a pequena-burguesia, os pequenos agricultores proprietários e trabalhadores, tornando-se oposição ao Partido da Ordem.

Partidos de centro:

- (iii) os *republicanos*, moderados que participam da revolução de fevereiro de 1848 contra a Monarquia de Julho, mas são também os responsáveis por determinar o fim das *Jornadas de Junho* com o recurso de forças repressivas e de forma bastante violenta. Redigem a Constituição de 1848 da França e saem do governo depois da eleição de Luís Bonaparte no final de 1848.

Partidos de direita:

- (iv) *Partido da Ordem*, designa os orleanistas, legitimistas e outros conservadores que se unem diante do movimento socialista depois das Jorna-

das de Junho de 1848. Tocqueville, por exemplo, fazia parte desse partido. Esse partido, no primeiro momento, entra em coalizão com Luís Napoleão, fazendo parte do governo entre 1848 e 1849;

(v) os *bonapartistas*, partidários de Luís Napoleão; são eles que permitiram a vitória na eleição presidencial de dezembro de 1848; depois de ter recebido o apoio do Partido da Ordem, mostram-se inimigos da República, ao promoverem o golpe de Estado de dezembro de 1851, e instauram um Império autoritário, a partir de 1852. Segundo Karl Marx, os apoiadores de Luís Bonaparte não possuem qualquer relação orgânica partidária, sobretudo os camponeses, que votaram em massa no chefe “bonapartista” (termo que designa a política de alguém populista e golpista, a partir do próprio Luís Bonaparte) e o *lumpemproletariado* (que estão abaixo da condição de trabalhadores proletariados – são os desempregados, os moradores de rua, os miseráveis, etc.), que só votou em Luís Bonaparte por oportunismo, sem consciência de classe.

a) Analisando a tabela com os 30 partidos que compõem o cenário político brasileiro, e levando em conta a dinâmica entre partidos e base de apoio na França de 1848, responda: Qual é a relação entre as demandas da sociedade civil e os partidos políticos?

b) Além dos partidos políticos, mencione outros dois movimentos sociais importantes ao longo do século XIX.

c) Quando vimos, na seção “Os atores da transformação: a sociedade civil e o Estado”, sobre a atuação da segurança pública nas transformações sociais do século XIX, ficou claro que, em grande parte, as forças repressivas atuaram contra os movimentos sociais populares. Contudo, quando um líder popular atingia o poder, era sempre fundamental ter o apoio das forças armadas e da polícia em geral. Enfim, politicamente, fica claro que as forças que compõem a segurança pública de uma sociedade contribuem para algo fundamental na organização política de um Estado. O que é isso? Com uma palavra você responde a questão.

Resposta Comentada

a) Nessa questão, você deveria realizar comentários sobre a relação entre partidos políticos e forças da sociedade civil que procuram um canal para acessar e demandar poderes políticos. Não há um gabarito pronto sobre a questão; a intenção é promover a reflexão.

No caso do cenário francês de 1848, ficava clara a relação entre os partidos políticos e os grupos sociais que compunham sua base, assim: os operários afeitos às ideias socialistas faziam parte do partido socialista, e daí por diante. Era possível identificar de forma mais nítida a relação entre as demandas sociais e a organização partidária.

Enquanto observamos que, em 1848, na França, a disputa se dava entre poucos partidos, institucionalmente se reconhecem hoje 30 partidos no Brasil; portanto, entende-se que há, pelo menos, 30 opiniões, demandas e ideologias diferentes na sociedade civil brasileira. Você poderia discutir essa questão, refletindo se isso é real ou se muitos dos partidos existem apenas para formar acordos e ganhar cargos políticos.

Segundo Max Weber, o partido político é uma associação que procura, de forma deliberada, seja a partir da realização de um plano objetivo ou ideal, tanto quanto pessoal, obter benefícios, poder e glória para os seus chefes e seguidores ou, então, para objetivos conjuntos. O partido tem caráter associativo. E naturalmente volta-se à conquista do poder. Nesse sentido, pode-se dizer que nem sempre os objetivos dos partidos proporcionam objetivos comuns. Você poderia relacionar o nome da própria sigla do partido aos seus objetivos, por exemplo: o último partido político registrado no Brasil, o Partido Ecológico Nacional, pretende apresentar propostas ecológicas para o país. A questão é saber em que medida essas demandas interessam à nação brasileira. Há uma relação proporcional: quanto menor a abrangência do partido na sociedade civil, menor seu poder de representação.

No *Dicionário de política* (BOBBIO et ali, 1998, p. 899) há o seguinte comentário:

Daí que na noção de partido, entrem todas as organizações da sociedade civil surgidas no momento em que se reconheça teórica ou praticamente ao povo o direito de participar na gestão do poder político. É com este fim que ele se associa, cria instrumentos de organização e atua.

Portanto, é possível comentar sobre a relação do povo com os partidos políticos; conforme o nível de relacionamento entre partidos e os indivíduos da sociedade civil, o funcionamento é mais ou menos democrático. Ou seja, surge a questão: o partido utiliza-se do apoio popular para dar poder àqueles que elegeram seus candidatos – funcionando como um verdadeiro canal de demandas – ou serve para ganhar poder apenas para o pequeno grupo que faz parte da burocracia do partido? No caso da França de 1848, enquanto os partidos, *Socialista* e *da Ordem*, tinham uma relação orgânica com as classes sociais, o partido *bonapartista* procurou apenas apoiar-se em setores da sociedade para criar um governo autoritário e manter-se no poder. Foi o partido da conquista do poder pelo poder.

b) Entre outros, os movimentos sindicais, os movimentos pela unificação da Itália e da Alemanha; os movimentos por independência; os abolicionistas, que procuravam não só acabar com o tráfico de escravos, mas com a própria escravidão; as organizações comunistas internacionais (como a Primeira Internacional); os anarquistas; as ações da Igreja, etc.

c) Ordem. As forças que compõem a segurança pública contribuem para a estabilidade política, pois formam o poder efetivo de um Estado e são justamente aquilo que o definem, como vimos com Weber: o Estado é aquele que tem o poder legítimo da força coercitiva. Portanto, aquele que tem a legitimidade de utilizar as forças repressivas detém o poder do Estado. Desse modo, encara-se o papel fundamental dos membros da segurança pública para a política.

A crítica aos movimentos sociais enquanto movimento de massas

Uma série de movimentos sociais formados a partir do século XIX forma-se enquanto movimentos de massa; assim é com o sindicalismo, com os partidos socialistas, com os anarquistas, etc. E autores da envergadura de Marx, Weber e Durkheim observaram esses movimentos coletivos como um modo peculiar de ação social, encarando uma relação deles com a estrutura das sociedades. Contudo, esse tipo de olhar não foi unânime entre os pensadores. Para alguns, os movimentos sociais do século XIX não deveriam ser tidos como fenômenos positivos para

a humanidade. Escritores como Ortega y Gasset (1883-1955), Gabriel Tarde (1843-1904) e Gustav Le Bon (1841-1931), dentre outros, “se preocupam com a irrupção das massas na cena política e veem nos comportamentos coletivos da multidão uma manifestação de irracionalidade, um rompimento perigoso da ordem existente” (BOBBIO et alli, 1998, p. 787). São esses autores que antecipam assim os teóricos da sociedade de massa, aqueles que condenam os movimentos, mostrando que há sempre uma manipulação de alguns líderes sobre a multidão e que as relações ali formadas não são racionais, mas emotivas, irracionais, pseudoreligiosas, etc., enfim, contrárias à autonomia do indivíduo.



Figura 10.9: Ortega y Gasset (1883-1955).

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:JoseOrtegayGasset.jpg>

Nascido e falecido em Madrid, Espanha, José Ortega y Gasset foi jornalista e escritor. Uma de suas obras mais bombásticas foi *A rebelião das massas*, de 1929, que lhe deu notoriedade em todo o mundo.

O tema principal de *A rebelião das massas* é mostrar como os movimentos de massa representam a desmoralização radical da humanidade, segundo vários pontos de vista. Ele argumenta que, se a sociedade é massificada, ficou mais fácil mandar de forma única no mundo.

Para Ortega y Gasset, liberalismo e pluralismo são coisas recíprocas, que estão na entranha da história europeia. Portanto, movimentos so-

cialistas, sindicalismo de massa, anarquistas, etc. formam algo antagônico à história. E, para Gasset, a culpa da erupção desses movimentos sociais a partir do século XIX em toda a Europa foi da falta de responsabilidade dos intelectuais, porque a decadência intelectual permitiu o surgimento de doutrinadores, como Karl Marx.

Segundo a perspectiva liberal de Gasset, em uma sociedade de massas há um problema quanto à autonomia. Por exemplo, um jovem passa a ter dificuldades para construir-se individualmente, sem ter que adequar-se a padrões de comportamento de massa. O desafio do filósofo espanhol é sair de um impasse e salvar a civilização europeia de um mundo de demagogos. Comenta ainda que os demagogos são estranguladores de nações, como foram na Grécia Antiga e em Roma; a questão nevrálgica que Gasset levanta é como esses movimentos surgiram em tão grande número.

Há um grave problema, segundo Gasset, em transpor da quantidade à qualidade, eliminando o caráter particular de cada um, massificando e homogeneizando a grande quantidade de homens juntos. A incongruência é estrutural e arquitetônica, pois as construções, as cidades, as casas e os ambientes não foram feitos para as massas. Mas contra essa condição natural e liberal de vida, os governos, ao longo do século XIX, criaram ambientes sufocantes que se alastram ou tomam conta do que poderia existir ainda de calmo e tranquilo. Ou seja, o próprio poder público propiciou a sociedade de massas, quando forçou os trabalhadores a viverem nas cidades em espaços uniformizados e insalubres.

Gasset é um crítico do que ele chama hiperdemocracia, na qual a massa crê ter direito a impor e dar o vigor da lei. Argumenta que em nenhum momento da História as massas quiseram e conquistaram de modo tão direto o poder de governar. Mas não encara isso como algo positivo; ao contrário, trata-se de um sinal da barbárie dos tempos. Explica que a forma que mais criou solidariedade entre as pessoas e grupos foi a democracia liberal, e não a massificação dos movimentos, que servem a alguns demagogos.

A grave confusão do homem-massa, segundo Gasset, é achar que ele é o Estado:

A massa diz a si mesma: “o Estado sou eu”, o que é um perfeito erro. O Estado é a massa só no sentido em que se pode dizer de dois homens que são idênticos porque nenhum dos dois se

chama João. Estado contemporâneo e massa coincidem só em ser anônimos. Mas o caso é que o homem-massa crê, com efeito, que ele é o Estado, e tenderá cada vez mais a fazê-lo funcionar a qualquer pretexto, a esmagar com ele toda minoria criadora que o perturbe – que o perturbe em qualquer ordem: em política, em ideias, em indústria (GASSET, in *A rebelião das massas*. Disponível em <http://www.culturabrasil.pro.br/rebeliaodasmassas.htm> [texto completo]).

E a consequência é a tragédia de uma sociedade ter que viver para um Estado, pois para isso exclui a diversidade. O autor argumenta que a História mostra como um Estado não pode ser superior a uma sociedade, e quando o é, torna-se pesado a ela, sendo capaz de esmagá-la, e essa é a destruição de uma civilização.

Atividade 4

Atende ao Objetivo 5

Ortega y Gasset, ao criticar o coletivismo em *A rebelião das massas*, mostra que para “A saúde das democracias, quaisquer que sejam seu tipo e seu grau, depende de um mísero detalhe técnico: o procedimento eleitoral”. E mostra que a crise da Roma Antiga foi a partir de um vacilo no processo eleitoral:

Um regime eleitoral é estúpido quando é falso. Havia que votar na cidade. Já os cidadãos do campo não podiam assistir aos comícios. Mas muito menos os que viviam repartidos por todo o mundo romano. Como as eleições eram impossíveis, foi necessário falsificá-las, e os candidatos organizavam partidas de cacete – com veteranos do exército, com atletas do circo – que se encarregavam de romper as urnas.(...) Sem o apoio de autêntico sufrágio as instituições democráticas estão no ar. No ar estão as palavras. “A República não era mais que uma palavra.” A expressão é de César. Nenhuma magistratura gozava de autoridade. Os generais da esquerda e da direita – Mário e Sila – exibiam insolências em vazias ditaduras que não levavam a nada (GASSET, in *A rebelião das massas*. Disponível em <http://www.culturabrasil.pro.br/rebeliaodasmassas.htm> [texto completo]).

Enfim, Júlio César não escreveu preceitos sobre o cesarismo, ele foi e fez o cesarismo. Não se preocupou em tratar da política, ele fez a política, contra o modelo republicano instaurado. Em paralelo com a Europa, entre o século XIX e XX, significa que um político populista, que ganha o poder a partir das massas, pode facilmente dar um golpe e agir contra o modelo democrático liberal instaurado pela civilização. Responda:

a) As críticas de Ortega y Gasset, como um representante da intelectualidade crítica dos movimentos sociais de massa, mostram que o autor espanhol era um antidemocrata? Justifique.

b) Qual líder político da Revolução de 1848, na França, se assemelha a Júlio César?

Resposta Comentada

a) Não. Ortega y Gasset é um crítico da hiperdemocracia, pois este caminho exagera a participação das massas na esfera política, promove líderes populistas descomprometidos com a democracia liberal. O “detalhe técnico” eleitoral precisa ser bem equalizado para evitar que outros “Júlio Césares” apareçam na História, como Luís Napoleão Bonaparte foi um deles: líder político que se apoiou nas classes mais baixas da sociedade: o campesinato e o lumpemproletariado, para dar o golpe em 1848.

b) Portanto, a resposta da letra b é Luís Napoleão.

Conclusão

Nessa aula, não citamos alguns movimentos sociais do século XX, como as revoluções russa, mexicana, os movimentos populares anarquistas, a Guerra Civil espanhola, as revoluções chinesas e cubanas, os movimentos de superação do colonialismo europeu e pela independência dos países africanos, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e pelos direitos humanos em todo o mundo, as manifestações de 1968,

o movimento hippie, o debate sobre a Guerra no Vietnã, os movimentos feministas, os grupos de defesa dos direitos dos homossexuais, os movimentos sociais conservadores em defesa de valores tradicionais, as marchas e protestos antiglobalização, a atuação das organizações não governamentais em defesa do meio ambiente, os Fóruns Sociais Mundiais e os Fóruns Econômicos; enfim, uma miríade de movimentos em que poderíamos estar trabalhando.

Ocorre que o fundamento da existência deles foi explicado nesta aula: sem o processo de democratização e liberalização da sociedade, esses movimentos não existiriam. O protagonismo da sociedade civil fez parte da tônica do século XIX e continuou até hoje. Por mais importantes que sejam as críticas de autores como Ortega y Gasset à massificação da sociedade, é inegável que a democratização gerou condições para as pessoas se organizarem e reivindicarem direitos. As críticas de Gasset são válidas enquanto se reflete que para cada *bônus* há um ônus, ou seja, direito também requer responsabilidade, e quem quer mandar precisa saber em que está mandando e para quê. Caso contrário, como apontou Gasset, a liderança da sociedade recai sobre demagogos que se utilizam da popularidade perante as massas para manter um poder de Estado contra uma sociedade livre, heterogênea e aberta a inovações inteligentes.

Para fechar a aula, procurem no YouTube a declamação de um trecho da obra de Ortega y Gasset pelo dramaturgo brasileiro Antônio Abujamra, em seu programa Provocações. Anote na busca “Provocações – Vivemos em um tempo (Ortega y Gasset) – Antonio Abujamra” ou acesse o link <https://www.youtube.com/watch?v=puu0NQBBK6E>

E curta a mensagem!

===== **Atividade Final** =====

Atende aos Objetivos 1, 2, 3, 4 e 5

Leia atentamente o trecho retirado de *O 18 de Brumário, de Luís Bonaparte*, de Karl Marx:

A manifestação de 13 de junho fora, sobretudo, uma manifestação da Guarda Nacional democrática. Não tinham, é verdade, empunhado armas contra o exército, e sim envergado apenas

sua farda; precisamente nessa farda, porém, estava o talismã. O exército convenceu-se de que esse uniforme era um pedaço de lâ como qualquer outro. Quebrou-se o encanto. Nas Jornadas de Junho de 1848, a burguesia e a pequena burguesia, na qualidade de Guarda Nacional, se tinha unido ao exército contra o proletariado; a 13 de junho de 1849 a burguesia fez dispersar a Guarda Nacional pequeno-burguesa pelo exército; a 2 de dezembro de 1851, desapareceu a própria Guarda Nacional burguesa, e Bonaparte limitou-se a registrar esse fato quando subsequentemente assinou o decreto de sua dissolução. A burguesia destruiu assim sua derradeira arma contra o exército (MARX, 1968, p. 61).

Nesse trecho, Marx explica como a Guarda Nacional era uma força de segurança pública que estava ao lado da pequena burguesia em prol de um regime democrático. E que a cisão entre burgueses e pequeno-burgueses fez com que o exército (apoiado pela alta burguesia) destruísse a Guarda Nacional. Isso fez com que o exército alçasse grande poder, a ponto de tornar-se quase um poder militar autônomo.

Isso mostra como as relações entre a política e as forças de segurança pública são complicadas. Uma classe social, para conquistar o poder, precisa dominar as forças repressivas militares e civis (o exército e a Guarda Nacional, como no caso da França entre 1848-1851), e, se a sociedade civil não é capaz de promover alianças democráticas para limitar a autonomia do exército ou da Guarda Nacional, essas forças repressivas podem ser gravemente utilizadas contra a própria democracia. E foi isso que aconteceu na França, pois Luís Bonaparte e seu golpe político são frutos do fortalecimento do exército, que havia sido utilizado contra uma força repressiva pró-democracia (a Guarda Nacional).

Pergunta-se: Dentro dessa explicação, é possível dizer que nem sempre as forças da segurança pública agirão contra os movimentos sociais, certo? Comente sua resposta.

Resposta Comentada

Correto. No trecho retirado do livro de Karl Marx, ficou claro que cada grupo político estava envolvido com um poder armado. E a História comprova que as revoluções só puderam ser executadas quando os poderes armados se identificaram com as lutas sociais. Ou seja, ocorre que,

se uma força armada, uma polícia, uma Guarda Nacional, etc. deixa de ver como legítimo o poder político de um governante, pode aliar-se a forças da sociedade civil e provocar instabilidades políticas e institucionais, revoltas e até revoluções. Um exemplo contemporâneo: o falecido presidente da Venezuela, Hugo Chávez Frías, era oficial do exército, e um dos motivos que o fez permanecer por tanto tempo no poder, além da sua popularidade, foi o fato de contar com o apoio dos militares de seu país, inclusive para evitar contragolpes de Estado.

Resumo

1. O século XIX é formado por um emaranhado de eventos importantes para a consolidação, a disputa e o desenvolvimento da era moderna. Entre os vários exemplos: as revoluções dos séculos XVII e XVIII (Revolução Inglesa de 1688, Revolução Francesa de 1789, Revolução Americana de 1776, etc.), e outros processos sociais e políticos centrais, como a Revolução Industrial (1750-1840), o Império Napoleônico, as independências das colônias nos continentes americanos, a unificação da Alemanha em 1871 e a da Itália em 1870, bem como as revoluções de 1830, 1848, a Comuna de Paris de 1871, o movimento cartista na Inglaterra, as greves operárias, o movimento abolicionista internacional e no Brasil e a expansão imperialista europeia.

2. A Revolução Industrial foi mais um passo para a vitória do capitalismo como sistema dominante. Quanto às relações sociais e políticas, foi uma resultante fundamental das revoluções burguesas, comandada por essa classe, que detinha o controle sobre a economia em ascensão e desejava deslocar o poder político da aristocracia.

3. As revoluções burguesas trouxeram consigo ideais que entraram em disputa no século XIX: liberdade, igualdade, democracia, nacionalismo, república, socialismo.

4. A Revolução Industrial gerou efeitos em toda a sociedade: (i) de modo geral, a população passou a ser dividida entre empregadores capitalistas e trabalhadores que nada possuíam, senão a força de trabalho, e que a vendiam em troca de salários; (ii) a produção era, na fábrica, um novo espaço de trabalho (diferente das antigas corporações) composto

de máquinas especializadas com mão de obra humana especializada; (iii) dominação de toda a economia – e de toda a vida – pela procura e acumulação de lucro por parte dos capitalistas. Ademais, esse tipo de relação econômica dominante tem um palco principal: a cidade.

5. A sociedade civil era composta por uma pluralidade de interesses. Entre eles, a elite capitalista – burguesia industrial, aristocracia financeira – procurava reafirmar seus direitos, para manter o sistema de exploração sobre os trabalhadores e camponeses.

6. Muitos dos movimentos sociais, compostos por trabalhadores urbanos, classe média, pequenos artesãos e, em algumas ocasiões, camponeses, surgiram primeiramente para frear as principais mazelas provocadas pelo curso natural da sociedade burguesa liberal.

7. Em praticamente todos os momentos, o Estado foi o resultado direto dos interesses dominantes. Contudo, há um conjunto de fatores que propiciaram avanços importantes, entre eles: a pressão por democratização da sociedade política em geral, a demanda por direitos.

8. Por um lado, durante boa parte do século XIX, vigorou a máxima do Estado mínimo liberal, em que cabia às instituições governamentais apenas funções básicas de justiça, segurança pública e controle social, sendo esse modelo restrito de atuação a melhor forma de o Estado contribuir com o livre funcionamento do mercado, permitindo o franco desenvolvimento econômico de empresas e grupos financeiros. No entanto, essa percepção acaba sofrendo críticas e, em vários momentos, entra em crise.

9. Enquanto predominou o Estado liberal, a intervenção estatal limitava-se à prescrição das formas de atender à subsistência dos homens, como a partir da Lei dos Pobres na Inglaterra.

10. Por não poder dispensar o Estado, a burguesia necessitava dele para conter o proletariado. Durante a maior parte do tempo, diante das disputas da sociedade civil entre o proletariado e as indústrias capitalistas, o Estado lançou mão das forças repressivas.

11. Não é arriscado mencionar que as forças da segurança pública habituaram-se a agir como instrumentos fundamentais para a repressão e o controle da sociedade civil.

12. Na Alemanha dirigida pelo chanceler Bismarck, uma legislação social foi implantada entre os anos de 1883-1889, demarcando o ponto de transição sobre a intervenção do Estado.

13. Dentre outros, há dois conjuntos de movimentos importantes que compuseram a luta por direitos na era moderna: os sindicatos e a Revolução de 1848 na França.

14. Os sindicatos surgiram para auxiliar o trabalhador individual nos enfrentamentos com o empregador e tornaram-se peças-chave nas negociações trabalhistas, na formação de leis e nas reivindicações por direitos sociais. O movimento político a partir do sindicato é denominado sindicalismo.

15. O socialismo aparece como ideia política na sociedade civil nas Revoluções de 1848 na Europa.

16. Para o ideólogo do socialismo científico, o alemão Karl Marx, a Revolução de 1848 tornava claro que o problema essencial das sociedades europeias passara a ser o social.

17. Escritores como Ortega y Gasset (1883-1955), Gabriel Tarde (1843-1904) e Gustav Le Bon (1841-1931), dentre outros, “preocupam-se com a irrupção das massas na cena política e veem nos comportamentos coletivos da multidão uma manifestação de irracionalidade, um rompimento perigoso da ordem existente” (BOBBIO et alli, 1998, p. 787).

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 11, discutiremos o Brasil no século XIX: movimentos políticos, sociais e a cidadania diante de um país recém-saído da condição de colônia, tendo que lidar com o grave problema da escravidão. Investiremos, nas duas próximas aulas, como foi a dinâmica entre Estado, cidadania e segurança pública no período do Brasil Império (1822-1889).

Aula 11

Movimentos políticos, cidadania
e escravidão no Brasil imperial

*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Meta

Apresentar o panorama político do Brasil Império (1822-1889), dando ênfase à questão da escravidão e à construção de direitos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. discutir o processo de independência do Brasil, seus antecedentes e consequências;
2. apresentar os debates que envolveram a Constituinte de 1823 e a primeira Constituição do Brasil, de 1824;
3. relacionar os conflitos sociais e políticos durante o Brasil Império – os partidos, o funcionamento do sistema político, as revoltas, etc;
4. avaliar a questão da escravidão, as questões que envolviam o fim do tráfico de escravos, as leis abolicionistas e o movimento abolicionista;
5. identificar os temas que envolvem a cidadania no Brasil durante o período imperial.

Introdução

O Brasil no século XIX

Nas duas aulas anteriores, estudamos o protagonismo da sociedade civil e os movimentos sociais no século XIX. Enquanto observávamos o panorama na Europa e nos Estados Unidos, reservamos as lições sobre a história política do Brasil para esta e a próxima aula.

O objetivo aqui é tratar do processo de independência do Brasil, avaliar os conflitos sociais e políticos durante o Império, tratar do dilema da escravidão e da construção de direitos. Para isso, será necessária uma explicação sobre como o Brasil se inseriu nesse período de transformações do século XIX.

O Século das Luzes (XVIII) ou período do Iluminismo havia terminado e, em 1800, as mudanças na sociedade europeia eram bastante visíveis e seriam ainda maiores nos próximos cem anos. Como centro do mundo, as mudanças que lá ocorriam espalhavam seus efeitos por todas as partes. E a **INDEPENDÊNCIA DOS PAÍSES DA AMÉRICA HISPÂNICA**, assim como a portuguesa (Brasil), tem tudo a ver com as mudanças na Europa.

Na Inglaterra, multiplicavam-se as chaminés, o movimento nos portos, a exploração do carvão mineral; politicamente, a burguesia organizava as leis e os negócios do reino no Parlamento – era o tempo da Revolução Industrial e do Estado liberal, a partir da noção de que o fundamental era fabricar e vender, reivindicando liberdade absoluta para a produção e o comércio. O lema era: “Deixai fazer, deixai passar, o mundo caminha por si”, eis o liberalismo econômico.

Na França, a Revolução Francesa de 1789 levou o rei à guilhotina, e também a burguesia estava no poder, exigindo privilégios da nobreza e defendendo iguais oportunidades de riqueza e trabalho para todos.

E Portugal? O Império português estava bem longe da potência que fora no século XVI, em que constava entre as nações mais poderosas do mundo. Enquanto no século XVII Portugal defendeu o Brasil para não ter concorrentes, no século XVIII sustentou-se com as minas de ouro e prata retiradas do Brasil. No século XIX, a história parecia ser a mesma, mas não por muito tempo. A inserção **LUSITANA** no capitalismo internacional da época ocorria do seguinte modo: os produtos industrializados eram adquiridos da Inglaterra, e Portugal pagava-os com o ouro das minas brasileiras.

INDEPENDÊNCIA DOS PAÍSES DA AMÉRICA HISPÂNICA

Feita a partir de numerosas guerras contra o Império espanhol na América espanhola, entre os anos de 1808 e 1829, e que tiveram como principal consequência a independência das colônias hispânicas. As colônias divididas em quatro grandes Vice-Reinados: Nova Espanha (México), Nova Granada (Colômbia), do Peru, de La Plata (Argentina), fragmentaram-se e, em 1850, formavam um conjunto de 18 países, sendo que apenas Cuba e Panamá não eram independentes. Nesse sentido, o processo foi bastante diferente do Brasil: as 19 Capitanias-Gerais, em 1820, consolidaram um país centralizado e unido, em que cada uma das ex-Capitanias-Gerais formou uma província. As guerras na América Hispânica foram prolongadas e misturavam conflitos externos com disputas internas por poder. Figuras decisivas nesse processo foram os Libertadores da América, líderes políticos e militares, descendentes de europeus, como San Martín, Simón Bolívar e Antonio Sucre.

LUSITANO

Relativo à Lusitânia, região da Hispânia, ou quem é seu natural ou habitante. Segundo a tradição, relativo a Portugal ou o que é seu natural ou habitante.

A posição do Brasil no cenário econômico era fundamental para os negócios portugueses, que estavam intimamente relacionados aos acordos com a Inglaterra, principal parceira de Portugal. Politicamente, a colônia carecia de autonomia. Ainda assim, o “sistema colonial” (essa relação de dependência e domínio entre Brasil e Portugal), mantido por mais de três séculos, poderia ter-se prolongado, se não fosse por um fato inusitado, como veremos logo em seguida.

Independência do Brasil: de Reino Unido a país constituído



Figura 11.1: Transferência da Corte portuguesa para o Brasil – Príncipe regente de Portugal e toda a família real embarcando para o Brasil no cais de Belém (Portugal) em 29 de novembro de 1807.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pr%C3%ADncipe_Regente_de_Portugal_e_toda_a_Fam%C3%ADlia_Real_embarcando_para_Brasil_no_cais_de_Bel%C3%A9m.jpg

Há dois processos em curso, que concorrem para a perda da identidade de interesse entre o produtor de alguma mercadoria do Brasil e o comerciante de Portugal – antes unidos pelos vínculos da Coroa portuguesa. Primeiro: gradualmente surgem no Brasil movimentos nativistas e emancipacionistas que contestam a colonização do Brasil por Portugal; segundo: ao governo britânico interessava a liberalização do Brasil, para que, isentos do monopólio português, os ingleses pudessem comercializar diretamente com o nosso país. Portugal, pressionado pelos ingleses, não conseguiria segurar por muito tempo o monopólio comercial. Não à toa, em 1796, aboliu os privilégios da pesca de baleia no litoral brasileiro; em 1801, extinguiu o monopólio do sal, o que representava um dos primeiros passos para a liberalização da colônia.

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil (conforme retrata a **Figura 11.1**) foi um fato determinante para o seu processo de independência, o que contribuiu tanto para os movimentos nativistas como para os interesses do capitalismo britânico.

E o que a Corte de Dom João VI veio fazer no Brasil? Os integrantes da Corte e o príncipe regente abandonaram Portugal e fugiram para as terras brasileiras. Desde 1801, a França, liderada pelos exércitos de Napoleão Bonaparte, tentava romper a aliança de Portugal com a Inglaterra, fechando os portos para os navios ingleses. Em 1806, o Bloqueio Continental se constituía em uma tentativa de isolar países que se recusavam a alinhar-se à França. No ano seguinte, Napoleão ordena a invasão de Portugal, mas antes era preciso ocupar a Espanha, e o resultado foi a ocupação de ambos os países ibéricos, o que levou à Guerra Peninsular ou à Guerra de Independência da Espanha (1808-1814). Percebendo a ameaça à elite e ao equilíbrio político do Império, d. João VI decide a transferência da Corte para o Brasil no final de 1807.

No Brasil, uma das decisões mais significativas do regente português foi o decreto de abertura dos portos, em 1808, o que extinguiu o monopólio comercial para a maioria dos produtos, e foi impulsionado por ideias liberais, especialmente por intermédio de José da Silva Lisboa (mais tarde, visconde de Cairu), importante político da história nacional.

Em 1808, o Rio de Janeiro passou a ser a única capital de um império europeu nas Américas. Para o Brasil, foi um grande passo para a autonomia política, tendo se tornado sede do Reino Unido. Em 1815, foi alçado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, o que retrata um processo de independência diferente dos demais países latino-americanos, no qual não se observa a fragmentação do território e tampouco a forma republicana de governo.

A Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820, é apontada como outro elemento central no processo de independência. Os comerciantes portugueses da cidade do Porto forçam o retorno de dom João VI e pedem uma Constituição ao Reino. A Corte retorna a Lisboa, mas o filho do rei fica – foi a opção de d. João VI para manter a centralização e, quem sabe, o reino unido. D. Pedro torna-se príncipe regente do Brasil.

Dom Pedro adere ao constitucionalismo das Cortes de Lisboa, mas não admite o que estava sendo proposto pelos portugueses. O caráter impetuoso e autoritário de d. Pedro, aliado às insatisfações dos brasileiros em aceitar as decisões das Cortes de Lisboa – que, no processo para

elaboração da Constituição de Portugal, queriam recolonizar o Brasil –, acendeu uma situação de conciliação – entre d. Pedro (que não pretendia perder poder) e os interesses da elite brasileira. E com isso veio o dilema: submissão ou separação? Valia a pena separar-se de Portugal?

Por um tempo, muitos políticos no Brasil pensavam que não, já que manter-se unido a Portugal garantia a proteção da Casa de Bragança (Corte portuguesa) diante da **SANTA ALIANÇA**. No entanto, diante da Revolução do Porto, que estimulava aspirações liberais na colônia, a submissão já não fazia parte do repertório de ideias.

SANTA ALIANÇA

Coalizão formada entre grandes potências monarquistas – Rússia, Áustria e Prússia, que derrotaram Napoleão Bonaparte. Liderada por Alexander I, da Rússia, a Aliança foi assinada em 1815 na capital francesa. Um dos objetivos era consolidar os governos monárquicos, os valores religiosos cristãos, evitar a fragmentação de território (independência) dentro dos países-membros e gerar mútuos acordos. A Corte portuguesa estava presente na Aliança e no Congresso de Viena (1814-1815), que decidiu os rumos da Europa até a I Guerra Mundial (1914-1918).



Movimentos nativistas e emancipacionistas

Em reação à tentativa dos membros das Cortes de Lisboa (que elaboravam a Constituição para o Reino de Portugal, Brasil e Algarves, em 1822) de recolonizar o Brasil, ascende entre aqueles que representavam o Brasil a insatisfação diante daquela condição que seria muito desvantajosa para os interesses do nosso país. Entre eles, os mais radicais eram os chamados exaltados, que antes mesmo das Cortes, pregavam uma separação entre Brasil e Portugal, enquanto o comum até a década de 1820 era se pensar apenas em uma autonomia sem separação.

Há ainda uma série de situações em que a insatisfação de setores da elite com Portugal formou movimentos emancipacionistas, como a Inconfidência Mineira, em 1789, a Conjuração Carioca, de 1794, e a Conjuração Baiana, de 1798, que, apesar de semelhantes à Inconfidência Mineira, possuíam caráter popular. E também uma série de movimentos nativistas anteriores a esses e em diversos momentos do século XVIII: Guerra dos Emboabas (1708-1709), Revolta do Sal (1710), Guerra dos Mascates (1710-1711), Motins do Maneta (1711), Revolta de Filipe dos Santos (1720).

A Revolução Pernambucana, de 1817, foi um movimento emancipacionista contra a Corte portuguesa instalada no Brasil. Também foi chamada de Revolução dos Padres, pois contou com vários clérigos. Um deles, frei Caneca (1779-1825), tornou-se um dos mais significativos representantes das ideias liberais radicais na América portuguesa. Frei Caneca também foi importante na Confederação do Equador (1824), em Pernambuco, quando se pretendia fundar uma república. As ideias do frade revolucionário centravam-se no direito à revolução e vontade popular contra a monarquia portuguesa e, após a Independência, contra o governo de d. Pedro na Corte do Rio de Janeiro. Para os liberais pernambucanos, a autonomia frente a Portugal não era para criar outra dependência diante do Rio de Janeiro. Há toda uma literatura pernambucana mostrando um outro lado da independência do Brasil e que anula o discurso romântico de unidade nacional.

A Guerra de Independência da Bahia também corresponde a um movimento de emancipação ocorrido a partir de 1821 e com desfecho em 2 de julho de 1823. Tal movimento terminou com a inserção da então província da Bahia na unidade nacional brasileira, durante a Guerra da Independência do Brasil. E a Guerra de Independência do Brasil, por sua vez, estendeu-se de 1822 a 1824, envolvendo uma série de confrontos entre os interessados na Independência do Brasil e o governo português. A Guerra da Independência foi uma guerra civil luso-brasileira, pois portugueses e brasileiros combateram em ambos os lados.

Sob o ponto de vista político, pode-se falar em um processo de independência do Brasil, que vai de 1808 – ano em que a família real portuguesa se estabelece no Rio de Janeiro (e é a partir desse ano que o Brasil adquire maior autonomia e importância política no Império português) – e termina em 1825, quando Portugal e o Reino Unido reconhecem a independência do Brasil.



Figura 11.2: Napoleão Bonaparte. Nasceu em 1769 na Córsega e faleceu na ilha de Santa Helena.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Napoleon_retour_des_cendres_AV.jpg

Foi o primeiro imperador dos franceses. Teve uma carreira meteórica: atuou como militar na defesa da Revolução Francesa de 1789 e liderou campanhas importantes para a república francesa, como a Campanha do Egito em 1798; em 1799, com o apoio dos soldados, Napoleão Bonaparte promove um golpe de estado e torna-se primeiro cônsul da república francesa até 1804, quando se autocoroa imperador da França (sob o governo de Bonaparte, a França muda de República para Império); o Império Napoleônico dura até 1814, quando a França é derrotada pelas forças militares reunidas entre o Reino Unido, o Império russo, a Prússia e a Áustria. A França volta a ser uma monarquia com Luís XVIII. Mas isso duraria pouco, pois Napoleão Bonaparte consegue sair da prisão da ilha de Elba e retorna ao poder em 1815. Por 100 dias, Napoleão procurou fazer atos de paz com os inimigos, para acalmar a situação na França e tirar o país da ruína econômica, mas a derrota final acontece em 18 de junho de 1815, na batalha de Waterloo, quando os ingleses vencem a batalha. Três dias depois, Napoleão é deposto; a seguir, embarca para a prisão na ilha de Santa Helena, na costa da África. Napoleão Bonaparte foi um dos chefes militares e políticos mais importantes, não apenas para a França, mas para a Europa e para o mundo no século XIX. Várias transformações mundiais ocorreram sob seu comando ou em consequência dele: a consolidação da Revolução francesa, a ocupação de vários países europeus, inclusive os Estados pontifícios; Napoleão esteve na África, no Oriente Médio, enfrentou uma guerra na gelada Rússia – retratada na obra *Guerra e Paz*, do

escritor russo Leon Tolstói; sem contar as diversas batalhas que liderou na Europa, como a de Waterloo (1815). Napoleão foi um exímio estrategista e revolucionou muitas táticas de combate. Soube utilizar algo que só havia sido criado com a Revolução Francesa (1789), o Exército Nacional. Enfim, muito provavelmente, se não fosse seu ímpeto expansionista, a América Latina não teria encontrado espaço para independências naquele período. Economicamente, criou o Banco da França – regulando a emissão de moeda. Assinou acordo de paz e mútuo respeito com a Igreja Católica. Em 1804, promulgou o Código Civil francês, em vigor até os dias de hoje.



Eventos marcantes do século XIX no Brasil

ANO	EVENTO	COMENTÁRIOS
1806	França declara o Bloqueio Continental	Trata-se da proibição proposta por Napoleão I da França, a partir do decreto de Berlim, de acesso a portos a navios do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Pressionado pela Inglaterra, Portugal resiste para não aderir ao Bloqueio, após ser pressionado pela França e pela Espanha.
1808	Chegada da família real ao Brasil As embarcações chegaram de Lisboa à costa da Bahia em 18 de janeiro e, no dia 8 de março, no cais do Largo do Paço (atual Praça XV de Novembro), Rio de Janeiro	Dentre outras mudanças significativas: (i) Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas; (ii) a fundação do primeiro Banco do Brasil; (iii) criação da Imprensa Régia e a autorização para o funcionamento de tipografias e a publicação de jornais; (iv) criação da Academia Real Militar (1810); (v) abertura de algumas escolas, entre as quais duas de Medicina – na Bahia e no Rio de Janeiro; (vi) instalação de uma fábrica de pólvora e de indústrias de ferro em Minas Gerais e em São Paulo; (vii) vinda da Missão Artística Francesa em 1816, e a fundação da Academia de Belas-Artes; (viii) mudança de denominação das unidades territoriais, que deixaram de se chamar “capitanias” e passaram a denominar-se “províncias” (1821); (ix) criação da Biblioteca Real (1810), do Jardim Botânico (1811) e do Museu Real (1818), mais tarde Museu Nacional.
1808	No exílio, Hipólito da Costa publica o primeiro jornal brasileiro, o <i>Correio Brasiliense</i>	Ou <i>Armazém Literário</i> , que foi um mensário publicado em Londres e é considerado o primeiro jornal brasileiro. Circulou entre 1808 e 1822, contando 175 números.

ANO	EVENTO	COMENTÁRIOS
1815	Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – o Brasil é elevado à condição de reino	Designação oficial assumida em 16 de dezembro com a elevação do então Estado do Brasil (1621-1815), a reino unido com o Reino de Portugal e Algarves.
1817	Revolução Pernambucana ou Revolução dos Padres	Foi emancipacionista e influenciada por ideias liberais radicais, dos filósofos franceses, e tentava reagir contra a monarquia portuguesa, reclamando da crise econômica.
1821-1823	Independência da Bahia	Guerra motivada pelo sentimento federalista da Bahia, que naquele período era uma das regiões mais poderosas do Brasil e tentava enfrentar a formação de um país a partir do Rio de Janeiro, a fim de formar sua própria independência. Terminou pela inserção da região na unidade nacional brasileira.
1822	Independência do Brasil	Depois do Dia do Fico, em 9 de janeiro, d. Pedro promove uma triangulação política entre a Corte no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, para garantir o apoio das duas importantes províncias e evitar dissidências internas, consolidando seu poder político. Assim, em 7 de setembro, é proclamada a Independência, que não foi imediata, pois a Bahia – em guerra, Maranhão e Pará eram controladas por portugueses, que só reconheceram a independência em meados do ano seguinte, depois de vários conflitos entre Brasil e Portugal.
1824	Promulgada a Constituição do Império do Brasil	Após fechar a Assembleia Geral e Constituinte do Império do Brasil, de 1823, d. Pedro envia um projeto de Constituição elaborado pelo Conselho de Estado às províncias; o documento seria a primeira e mais duradoura Constituição brasileira. Vigorou por 65 anos.
1824	Confederação do Equador	Movimento revolucionário, de caráter emancipacionista (ou autonomista) e republicano, que teve como centro irradiador a província de Pernambuco.
1825-1828	Guerra entre Brasil e Argentina pela província Cisplatina (Uruguai)	A guerra da Cisplatina foi um conflito ocorrido entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata pela posse da Província Cisplatina (atual Uruguai), que pertencia ao Brasil.
1831	D. Pedro I abdica do trono. Início da Regência (1831-1840)	O filho de d. Pedro I, d. Pedro II, ainda não podia assumir o trono, pois contava com apenas 5 anos de idade. Conforme a Constituição, uma Regência governaria o país. Entre 1831-1840, foram quatro governos diferentes e vários regentes, inclusive um que era padre: Feijó.

ANO	EVENTO	COMENTÁRIOS
1832-1835	Cabanada ou Revolta dos Cabanos, nas regiões de Pernambuco, Alagoas e Pará	Rebelião iniciada logo após a abdicação de d. Pedro I. Envolveu pequenos proprietários, camponeses, índios e escravos, e contou com o apoio de ricos comerciantes e de políticos que queriam a restauração de d. Pedro I. Lutavam pelo retorno de d. Pedro I e pela religião católica. Um dos maiores problemas para os revoltosos era a crise do comércio exterior, estagnado com a queda no preço do algodão e do açúcar. Com o mercado aberto aos ingleses, a competição tornava-se mais acirrada.
1833	Ato de abolição da escravidão no Império britânico	Crucial para impulsionar o fim da escravidão em todo o mundo, os britânicos passam a pressionar os demais países a tomarem a mesma decisão, inclusive o Brasil.
1834	Ato Adicional	Foi a única reforma da Constituição de 1824. Criou a regência Una, dissolveu o Conselho de Estado, criou as Assembleias Legislativas provinciais – o que proporcionava mais autonomia para as Províncias –, estabeleceu o Município Neutro da Corte – separando-o da província do Rio de Janeiro, e manteve a vitaliciedade do Senado.
1835	Revolta dos malês, em Salvador	Sequência de rebelião liderada por escravos. Apesar de controlada rapidamente, revelou a capacidade de organização entre escravos e libertos, sobretudo os de religião muçulmana.
1835-1840	Cabanagem, no Pará	A mais trágica revolta popular, com cerca de 30 mil mortos, 20% da população do Pará. O conflito iniciou-se entre facções da elite local e tornou-se rebelião popular. A capital, Belém, chegou a ser tomada pelos rebeldes: índios e pretos, e a independência do Pará proclamada. O exército conteve as revoltas com prisões em massa e fuzilamentos.
1835-1845	Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul	Foi uma briga entre elites: estancieiros e charqueadores. Em 1836, os revolucionários (farrapos) proclamam a República do Piratini. Em 1839, a disputa se estende a Santa Catarina, onde é proclamada a República Juliana.
1837-1838	Sabinada, em Salvador	De caráter mais urbano e autonomista à época do Brasil Império. Foram cerca de 1.800 mortos em quatro meses de combates entre tropas imperiais e o povo.
1838-1840	Balaiaada, no Maranhão	Envolveu proprietários, camponeses e escravos. Leva esse nome porque um dos líderes era apelidado de Balaio, por ter sido um fabricante de balaio, e depois de vítima da violência policial, porque havia violentado duas de suas filhas, sem que houvesse punição nenhuma. Procurou vingança contra os representantes do governo imperial.

ANO	EVENTO	COMENTÁRIOS
1840	Golpe da Maioridade ou Declaração da Maioridade	Ocorreu com o apoio do Partido Liberal e pôs fim à Regência. O Senado aprovou a declaração de maioridade a d. Pedro II, antes do mesmo de completar 14 anos. O objetivo era que o novo regime aplacasse as disputas políticas que abalavam o Brasil.
1840-1889	Segundo Reinado	Iniciou em 23 de julho de 1840, com a declaração de maioridade de d. Pedro II, e teve seu término em 15 de novembro de 1889, com o fim da monarquia.
1842	Revolução Liberal, em São Paulo / Rio de Janeiro / Minas Gerais	Proprietários e membros do partido liberal eram contra a maioridade de d. Pedro II, a volta do Poder Moderador e o restabelecimento do Conselho de Estado: marcas de um regime centralizador. Contudo, esses mesmos liberais, ao retornarem ao poder em 1844, mantiveram as leis centralizadoras, pois haviam percebido sua utilidade para o exercício do poder.
1845	Bill Aberdeen ou Slave Trade Suppression Act	Foi uma legislação da Grã-Bretanha, que proibia o comércio de escravos entre a África e a América.
1848-1850	Revolução Praieira, em Pernambuco	Líderes liberais e separatistas contra o Império. A derrota dos revoltosos significou o fim do processo de aceitação da monarquia parlamentar pelas elites rurais.
1850	Lei Eusébio de Queiroz	Proibiu o tráfico interatlântico de escravos. Foi aprovada principalmente devido à pressão da Inglaterra, depois do Bill Aberdeen. O Partido Conservador, então no poder, passou a defender, na Câmara dos Deputados e no Senado, o fim do tráfico negreiro. À frente dessa defesa, esteve o ministro Eusébio de Queiroz.
1851-1852	Guerra do Prata ou Guerra contra Oribe e Rosas	Foi um episódio numa longa disputa entre Argentina e Brasil pela influência no Uruguai e hegemonia na região do Rio da Prata.
1851-1852	Revolta do Ronco da Abelha	Movimento popular armado que envolveu vilas e cidades de cinco províncias do Nordeste: Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe.
1862-1865	Questão Christie	Contencioso entre os governos do Império do Brasil e da Grã-Bretanha, que teve lugar de 1862 a 1865.

ANO	EVENTO	COMENTÁRIOS
1864	Guerra do Uruguai ou Guerra contra Aguirre	Inscribe-se na defesa dos interesses do Império do Brasil naquela região, diante do rompimento das relações diplomáticas entre a Argentina e o Uruguai naquele ano.
1864-1870	Guerra do Paraguai	Maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai.
1871	Lei do Ventre Livre	O gabinete conservador do visconde do Rio Branco promulgou a primeira lei abolicionista do Brasil. Na defesa, Rio Branco apresenta a escravidão como uma “instituição injuriosa”, menos para os escravos e mais para o país, sobretudo para sua imagem externa.
1872	Primeiro Recenseamento do Brasil	Na contagem, o Brasil tinha 9.930.478 habitantes, sendo 5.123.869 homens e 4.806.609 mulheres. Na ordem, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro eram as províncias mais populosas, com mais de um milhão de habitantes.
1872-1875	Questão Religiosa	Conflito religioso que envolveu a Igreja Católica, a maçonaria e o governo. Depois de dois bispos – d. Vital e d. Macedo Costa – agirem contra a maçonaria, eles são presos e gera-se uma crise entre a Igreja e o Império.
1874	Revolta dos Muckers	Conflito entre os muckers (grupo de imigrantes alemães) no Rio Grande do Sul, de caráter messiânico.
1874-1875	Revolta do Quebra-Quilos	O descontentamento popular com o governo atingiu o cume com a aprovação do Decreto Imperial de 18 de setembro, que impôs um novo sistema de pesos e medidas contra os sistemas tradicionais.
1880-1888	Campanha abolicionista	Em 1880, políticos importantes, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, criam, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, que teve participação destacada na campanha abolicionista. Outros grupos importantes da sociedade civil atuaram, como a maçonaria, os positivistas, setores da Igreja. Mas o pioneiro fora José Bonifácio, ainda em 1824, quando já advogava o fim do regime escravista. Outras figuras importantes foram os abolicionistas Luís Gama, Antônio Bento, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Silva Jardim e Rui Barbosa, além de estudantes por todo o país. Em 1884, Ceará e Amazonas abolem a escravidão e contribuem nas lutas populares pelo fim da escravidão.

ANO	EVENTO	COMENTÁRIOS
1884-1887	Questão Militar	Conflitos suscitados pelos embates entre oficiais do Exército Brasileiro e a monarquia, conduzindo a uma grave crise política que culminou com o fortalecimento da campanha republicana. Foi uma das questões que assinalaram a crise do regime imperial no Brasil, conduzindo à proclamação da República em 1889.
1887	Lei dos Sexagenários	Declarava a libertação de escravos com mais de 60 anos de idade. O movimento crescia, e os abolicionistas passaram a atuar no campo, muitas vezes ajudando fugas em massa, fazendo com que, por vezes, os fazendeiros fossem obrigados a contratar seus antigos escravos em regime assalariado. Em 1887, diversas cidades libertam os escravos; a alforria era normalmente condicionada à prestação de serviços.
1888	Lei Áurea – Abolição da escravidão no Brasil	Em 13 de maio, mediante lei assinada pela regente – a princesa Isabel.
1889	Proclamação da República	Levante político-militar ocorrido em 15 de novembro que instaurou a forma republicana federativa presidencialista de governo no Brasil, derrubando a monarquia constitucional parlamentarista do Império do Brasil.
1889-1894	República da Espada	Ditadura militar ocorrida no Brasil entre os anos de 1889 a 1894, sendo considerado o primeiro governo ditatorial do país. Durante o período, o país foi governado pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e eram comuns os levantes populares e a repressão a focos de resistência simpáticos a d. Pedro II e à restauração da monarquia.
1890	Decreto n. 110-A	Determina a liberdade de cultos, extingue o padroado e promove a separação entre Estado e Igreja.
1891	Constituição da República	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.
1891-1894	Revolta da Armada	Rebelião promovida por unidades da Marinha do Brasil contra o governo do marechal Floriano Peixoto, supostamente apoiada pela oposição monarquista à recente instalação da República.
1896-1897	Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos	Confronto entre o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular de fundo sociorreligioso liderado por Antônio Conselheiro, na então comunidade de Canudos, interior da Bahia.

O país constituído – a Constituição do Império do Brasil, de 1823

A Constituição Imperial de 1824 foi a vitória da ala conservadora da Constituinte de 1823. Abaixo, há um quadro que mostra as principais divergências no processo de elaboração do principal instrumento político e jurídico do país.

Tabela 11.1: Antagonismos nos debates da Constituinte de 1823

DESPOTISMO ILUSTRADO	REPUBLICANISMO DEMOCRÁTICO
Liberalismo monarquiano	Liberalismo vintista (referente à revolução da década de 1820, do Porto – Portugal)
Coimbrãos (burocracia monárquica)	Aristocracia territorial (senhores de engenho)
<ul style="list-style-type: none"> - Soberania nacional - Coroa como intérprete/representante da Nação (Poder Moderador) - Bicameralismo com Senado vitalício – Governo misto - Declaração de direitos - Centralização 	<ul style="list-style-type: none"> - Soberania nacional - Parlamentarismo como intérprete/representante da Nação - Monocameralismo ou Bicameralismo, com Senado eleito pelas províncias e temporário (monarquia democrática/republicana) - Declaração de Direitos - Semifederalismo
Principais representantes: d. Pedro I; José Bonifácio de Andrada e Silva (SP); marquês de Caravelas (RJ); marquês de Inhambupe; Martin Francisco, Antônio Carlos de Andrada (SP); marquês de Queluz (MG); marquês de Baependi (RJ); Francisco Carneiro de Campos (BA); visconde de Cairu (BA).	Principais representantes: Diogo Antônio Feijó; Custódio Dias; Gonçalves Ledo; frei Caneca; Paula Souza; Vergueiro (SP); José Martiniano de Alencar (CE).
<p>Não queriam que o príncipe voltasse para Portugal.</p> <p>São aqueles que “Inventam o Brasil”</p> <p>Eles têm maior apego a Portugal e à Coroa.</p> <p>Poder central forte.</p> <p>“Coimbrãos” – altos funcionários públicos que estudaram em Coimbra.</p> <p>Objetivo: Monarquia Constitucional Representativa</p>	<p>Querem enfraquecer a Coroa.</p> <p>Sem centralismo, para poderem governar em suas províncias (autonomia).</p> <p>“Vintistas” – Remissão a 1820 – Revolução do Porto.</p> <p>Objetivo: o modelo da Constituição Francesa de 1791, cuja maior referência era Sieyès. Oscilam também entre o republicanismo americano.</p>

Por parte dos liberais vintistas, a ala mais à esquerda, a Constituinte de 1823 deveria deixar o rei de fora, deslocado da soberania. Mas José Bonifácio, representante da ala conservadora e centralizadora, havia preparado a cerimônia de aclamação do povo a dom Pedro ainda em 1822, o que equivalia simbolicamente e de fato que d. Pedro se tornava soberano do Império do Brasil, não apenas por vontade de Deus, mas também por vontade do povo. A opção conservadora e vitoriosa foi conciliar tradição com vontade popular. E essa era a condição na Constituinte de 1823, que a Constituição não mexesse nos poderes do príncipe: veto nos projetos da Câmara, dissolução da mesma, Conselho de Estado e Senado vitalício.

Sentindo o poder ameaçado pelos excessos da Constituinte de 1823, d. Pedro decide fechar a Assembleia Constituinte e promulga no ano seguinte a Constituição feita pelo Conselho de Estado – órgão do poder executivo. A Constituição de 1824 instituía quatro poderes (executivo, legislativo, judiciário e moderador), e o monarca exercia dois deles (executivo e moderador), nomeando magistrados (juizes e ministros) e escolhendo os senadores a partir de uma lista tríplice indicada pelas províncias, além de ser pela Constituição o “primeiro representante” da nação. A escolha do Conselho de Estado composto de membros vitalícios e do Senado, bem como do ministério, era também poder do monarca.

Apesar do caráter centralizador, a Constituição brasileira de 1824 foi inovadora ao ter sido a primeira a apresentar uma Declaração de Direitos dentro do texto constitucional. Além de dois direitos sociais, que só foram retirados na Constituição de 1891: o inciso XXXI do art.179 – A Constituição também garante os socorros públicos – e o inciso XXXII do mesmo artigo – A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.

A maior prova da flexibilidade do texto constitucional do Brasil Império foi a durabilidade: até hoje, nenhuma outra constituição se manteve por tanto tempo. Os principais elaboradores do texto, como o deputado José Joaquim Carneiro de Campos (depois marquês de Caravelas), procuraram aliar os interesses diversos dentro do país para construir uma nação unida. Por isso, há elementos constitucionais nos dispositivos que concedem um grau de liberdade, mas mantendo a tradição do país, por exemplo, quanto à religião: o art. 5º garantia a permissão da prática de outras religiões privadamente, contanto que a católica seguisse como oficial e única permitida de forma pública.



Figura 11.3: Aclamação de d. Pedro I, imperador do Brasil, no Campo de Santana, Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1822. Tela de Jean-Baptiste Debret.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ef/Aclama%C3%A7%C3%A3o_de_D_Pedro_II_em_1831_by_Debret.jpg



Figura 11.4: Monumento em homenagem a José Bonifácio, no largo de São Francisco, centro histórico do Rio de Janeiro.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Bonif%C3%A1cio_de_Andrada_e_Silva

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos em 1763 e faleceu em Niterói em 1838. Cientista e estadista, reconhecido pelo epíteto de “Patriarca da Independência” por ter sido uma pessoa decisiva para a independência do Brasil. Está entre os maiores brasileiros de todos os tempos, tendo sido o idealizador central da nação brasileira.

Conflitos sociais e políticos no Brasil Império

No boxe de curiosidade apresentado no início da aula, você pôde observar a quantidade de revoltas que marcaram as primeiras décadas do Império do Brasil. A maior parte delas e as mais radicais ocorreram durante a Regência (1831-1840).

Os conflitos foram de toda sorte: populares, nativistas, de escravos, entre grupos da elite, entre partidos brasileiros e portugueses, etc. É importante que se entenda o quão frágil era a condição da nação naqueles primeiros anos de formação do Brasil. Ainda não existia uma noção clara entre o povo habitante no território que compõe o Brasil a respeito de uma nação unitária.

Muitas vezes, quando se falava em país de origem, as pessoas remetiam-se às suas províncias. Até mesmo deputados na Constituinte de 1823 diziam: “... eu faço isso pelo interesse do meu país, a Bahia...”

Os conflitos internos eram superados pela ação militar e pelas conciliações políticas promovidas pela Corte no Rio de Janeiro. Mas um sentimento acabou sendo preponderante para criar o primeiro sentimento comum entre os brasileiros: o ódio aos portugueses, que era anterior à própria independência:

A lusofobia transparece continuamente nos desabafos da imprensa através de todo o século XIX, nas reivindicações dos “praieiros” da corte e de Pernambuco (1848) pela nacionalização do comércio a varejo, repetindo-se em muitos outros episódios esparsos de violência, como, por exemplo, que se dá em Macapá, em Goiânia, em 1873 e pela Primeira República adentro (DIAS, Maria Odila da S., p. 179-180 apud MOTA, 1972).

O sentimento de uma identidade brasileira foi sendo construído ao longo do tempo. E a interpretação dos conservadores (no início, designados de *partido português*, por procurarem manter as alianças com

Portugal e favorecendo o comércio dos portugueses que permaneceram no país) correspondia à necessidade de uma construção da identidade nacional cuja formação se desse em consonância com a centralização do poder político, pois se os liberais ordenassem o sistema político haveria fragmentação do país. O grande propósito da ala liberal durante todo o Império – cujo grau de intensidade variava conforme a época – foi implantar o **FEDERALISMO** no Brasil. Já a opção conservadora por um império procurava manter a centralização, mas permitia a convivência de vários povos, e vários centros importantes (Rio, São Paulo, Salvador, São Luís, Recife, Belém, etc.), ou seja, era a diversidade na unidade.

O preço a pagar por um processo político formado a partir do centro – centrípeto –, ou seja, que procura construir o país a partir da centralização política, de um poder concentrado, e de forma **DISCRICIONÁRIA**, é a necessidade de se manter uma burocracia no centro do poder. Significa que a ala conservadora tenderá à defesa de maiores efetivos para os cargos públicos, dando maior importância à intervenção do Estado nos assuntos políticos e econômicos, e, para isso, requer maior pessoal ligado ao poder central.

O número de empregados públicos vinculados ao governo central no Brasil Império foi muito maior que nos demais governos. Por exemplo, enquanto nos Estados Unidos (uma república federativa presidencialista) em 1930 – período naquele país em que a União federal foi mais robusta, 18,65% dos empregados públicos eram vinculados ao governo federal, enquanto 81,35% aos governos estaduais e locais. No Brasil, em 1877 o governo central arregimentava 69,27% de toda a burocracia, restando 24,79% para os governos provinciais e 5,94% para os governos municipais. Concluindo, nem quando nos Estados Unidos o governo central era “maior”, chegou próximo da concentração de funcionalismo na esfera central que havia no Brasil Império. Raymundo Faoro (1991), na obra clássica *Os donos do poder*, critica o excesso de funcionalismo desde o período do Brasil Império, a ponto de anunciar que “a burocracia se tornará o ideal da vadiagem paga” (p. 256).

FEDERALISMO

Sistema de governo em que vários estados se reúnem para formar uma nação, cada um conservando sua autonomia. É condizente com a descentralização, sendo o contrário do unitarismo político. A história do Brasil é marcada pelo debate entre propostas unitaristas ou centralizadoras e propostas mais federalistas ou descentralizadoras.

DISCRICIONÁRIO

O que é livre de condições, restrições. Politicamente, diferencia-se de autoritário, pois age conforme as prerrogativas legais.



Figura 11.5: D. Pedro II, por volta dos 25 anos de idade, em 1851.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedro_II_of_Brazil_1851_edit.png.

Dom Pedro II nasceu no Rio de Janeiro (1825) e faleceu no exílio em Paris (1891). Foi o segundo e último monarca do Império do Brasil, tendo reinado no país durante um período de 58 anos. Era reconhecido e admirado por cientistas, filósofos e estadistas em todo o mundo. Foi um hábil articulador político e soube conduzir as disputas partidárias entre os dois partidos (liberal e conservador) durante a maior parte do seu reinado (que foi de 1831 a 1889, mas coroado apenas em 1841).

Influenciava as decisões governamentais como principal membro do Conselho de Estado, mas respeitava as iniciativas dos deputados. Enquanto chefe de Estado, alternava o poder entre os partidos a partir do exercício do Poder Moderador – espécie de poder que servia de garantia; quando algum dos demais se sobressaísse, o Moderador reequilibrava a relação entre os poderes. No fundo, era ele quem fazia a política. Ainda assim, jamais foi ditatorial e sempre foi reconhecido pela dedicação ao país e cuidado com o bem público. E se mostrava liberal na

medida em que procurou abrir o sistema; em outras palavras, gradativamente permitia mais autonomia para o parlamento e as províncias. É possível conjecturar que, se tivesse sido implantada a federação dentro do regime monárquico – como queria Joaquim Nabuco –, a monarquia no Brasil não teria caído em 1889. Mas alguns historiadores, como José Murilo de Carvalho (2006), argumentam que quando o governo imperial comprou a briga contra os fazendeiros para libertar os escravos, perdeu o apoio da elite e não foi mais capaz de se manter no poder.

Outro ponto que resta avaliar é sobre os conflitos entre os partidos políticos no Brasil. Entre as diferenças mais marcantes dessas duas posições políticas podemos apontar as seguintes:

CONSERVADORES		LIBERAIS
unitarismo		federalismo
autoritarismo		liberalismo
Pensamento: + reformista + tecnocrático + burocrático + estatocentrista	X	Pensamento: + prático - burocrático + autonomia às províncias + retórica popular

E essa relação entre posições centralizadoras ou descentralizadoras marca a política brasileira até os dias de hoje. A posição do chefe de Estado nesse conflito é a de promover a conciliação. Por isso, a figura de d. Pedro II foi central para o sucesso político em um importante período do Brasil imperial, sobretudo a partir de 1840 até 1868, quando há uma crise no partido liberal.



Chefe de Estado e chefe de governo

Chefe de Estado não é o mesmo que chefe de governo. Há países em que isso é dividido entre dois chefes políticos; em outros, como nos Estados Unidos, apenas uma pessoa concentra os dois poderes. Em uma monarquia parlamentar, como na Inglaterra dos dias atuais, a rainha é chefe de Estado, e o primeiro-ministro é chefe de governo.

O desejo dos liberais brasileiros no período imperial (1822-1889) era que vigorasse uma monarquia inglesa no Brasil, sendo o imperador apenas chefe de Estado. Gradualmente esse também foi o desejo de d. Pedro II, conforme revela Christian Lynch (2007).

Contudo, em muitas ocasiões tornou-se necessária a intervenção do monarca sobre os governos, como nas ocasiões em que as disputas entre os partidos tornavam-se muito acirradas. Segundo a Constituição de 1824, o imperador podia atuar enquanto chefe do Poder Executivo (PE), assim como chefe supremo da Nação (ou chefe de Estado) por meio do Poder Moderador (PM) com o Conselho de Estado (CE).

A liberalização política do sistema ocorria na medida em que o imperador permitia que o líder dos ministros chefiasse o governo, enquanto chefe de gabinete, permitindo a ele fazer as políticas de governo – o que realmente aconteceu no final do Império.

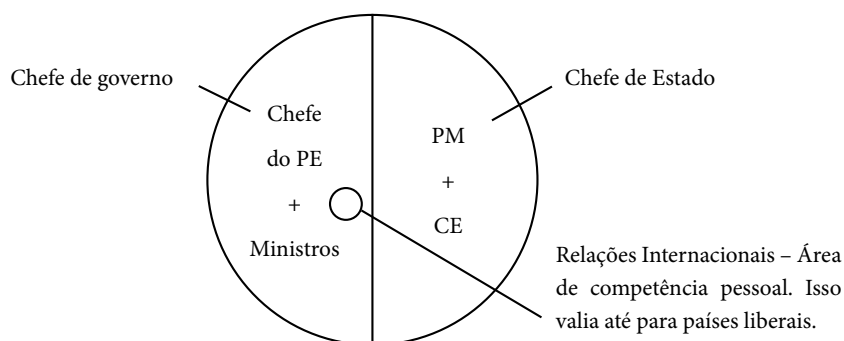


Figura 11.6: O imperador podia atuar enquanto chefe de Estado e chefe de governo.

Atividade 1

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

a) A política adotada por d. João VI ao chegar ao Brasil não propiciou o processo de independência do Brasil: está correto esse argumento?

b) Discuta a natureza da Constituição de 1824 diante da realidade social do país. Seus redatores eram alienados, maquiavélicos, ingênuos?

c) Há um período durante o Império (1822-1889) em que as intenções descentralizadoras, consideradas liberais, prosperaram. Contudo, em virtude de ainda ser uma nação prematura, eclodiu uma série de revoltas. Sobre qual período estamos falando? Mencione ao menos uma revolta durante esse período e seu caráter – se foi popular, entre elites, de escravos, etc. E aponte duas características do projeto contrário à descentralização do país e que se tornou marca da ala conservadora da política brasileira durante o Império.

Resposta Comentada

a) Não. Podemos perceber que d. João VI adotou medidas liberais quando veio ao Brasil, como: promover a quebra do monopólio português sobre o comércio nos portos brasileiros em 1808, elevar a condição do Brasil a reino em 1815 e deixar o filho como príncipe regente ao partir para Portugal. É claro que a intenção do monarca português era sempre a de manter o Império português unido, mas a historiografia constata que foi significativa, senão o ponto marcante para a independência do Brasil, a chegada de d. João VI ao Brasil em 1808.

b) Você deve lembrar que os redatores eram bastante sensíveis à realidade do país, por isso a solução conciliadora, isto é, manter as principais tradições do país e instaurar um regime monárquico constitucional, foi feita com relativo sucesso. Manteve-se a religião de praticamente 99% da população, ao passo que foi permitido o culto privado de qualquer

outro credo – aliando tradição com liberdade privada. A Constituição de 1824 provou sua eficiência pelo tempo que durou. E por seu caráter flexível, poderia ser alterada com relativa facilidade, como o foi a partir do Ato Adicional de 1831.

A ideia nessa questão é que não se possa reconhecer o sentido conciliador da Constituição de 1824, e que o maior poder dado ao monarca não servia a intenções despóticas, mas a uma interpretação de que o órgão que melhor garantia a estabilidade política do país – evitando guerras, revoltas e divisões – seria o poder monárquico. Tanto que o período mais violento e mais instável da história do Império foi a Regência (1831-1840).

Contudo, não devemos achar que a Constituição promoveria as transformações na sociedade, sem que a sociedade agisse para tornar efetivos os direitos elencados na Constituição. Ou seja, a Constituição não passa de um texto em forma de dispositivos legais, que só funciona se as pessoas forem capazes de agir sobre ela. Isso não vale apenas para o Império, mas sobretudo para a atual Constituição brasileira de 1988.

c) Estamos tratando do período regencial (1831-1840), em que as políticas de cunho liberal foram mais presentes, sobretudo a partir do Ato Adicional que eliminou baluartes da centralização do poder, como os Conselhos Gerais; concedeu mais autonomia às províncias que passaram a gozar do direito de estabelecer as Assembleias Legislativas Provinciais e suprimiu também o Conselho de Estado.

Entre 1831 e 1848 no Brasil, foram 17 revoltas importantes, sendo que 14 delas durante a Regência (1831-1840). As principais constam no box de curiosidade, como a Revolta dos Malês em 1835, liderada por escravos muçulmanos, ou a Cabanagem, no Pará, que aconteceu entre 1835 e 1840 e foi de caráter popular entre camponeses, índios e escravos.

As características contrárias à descentralização, aos projetos federalistas ao longo do Império fizeram parte das políticas dos conservadores. Entre as principais características estavam: maior sentido reformista, tendência à tecnocracia, maior importância à burocracia concentrada no centro do governo, preponderância do Estado como protagonista da economia e das reformas sociais, etc.



Escravidão e política no Brasil

A escravidão é uma prática comercial perversa e antiga. Na Europa, por exemplo, foi praticada pelos africanos muçulmanos contra os brancos europeus até o século XVII, em especial em regiões do mediterrâneo, como mostra Paul Baepler em “White Slaves, African Masters and Anthology of American Barbary Captivity Narratives”. Na era moderna e contemporânea, a escravidão foi amplamente difundida na triangulação Europa-África-Américas, praticamente até o final do século XIX, quando navios saíam de Liverpool (Inglaterra) ou Lisboa, passavam por algum ponto de tráfico na costa africana e levavam as pessoas acorrentadas em condições insalubres até algum país das Américas: Brasil, Colômbia, República Dominicana, Cuba, Venezuela, Estados Unidos, etc. O Brasil foi o país que mais recebeu escravos africanos durante o século XIX – cerca de 361 mil entre 1840 e 1852 (CARVALHO, 2006, p. 301). Ao todo, entre 1500 e 1855, segundo dados históricos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cerca de 3.806.000 escravos africanos vieram para o país. O tráfico era tão bem-sucedido, que mesmo antes da independência do Brasil de Portugal, a relação era direta entre a África e o Brasil – tratava-se de um dos maiores negócios no país.

Dois elementos são importantes: primeiro, historicamente a escravidão não se liga à cor da pele, pois já existiram casos em que pessoas de pele clara foram escravizadas pelas de pele escura, mas no Brasil a escravidão foi praticada contra os índios e africanos, e depois apenas contra os africanos – unânimes de pele escura. Segundo, a escravidão não é igual à servidão. No Brasil, a escravidão acabou com a criação do povo – no sentido de detentor de direitos, pois enquanto parte significativa da população era escrava, esta era destituída de qualquer tipo de cidadania. Escravo não faz parte do povo; o servo – mesmo subjugado – faz. A condição do escravo é o de coisa, de propriedade de alguém. A condição de servo é a de pessoa que não é livre, que não tem direito a bens e é dependente do senhor, mas juridicamente é pessoa capaz de reivindicar direitos.

Assim como um câncer alastrado por todo um corpo, a escravidão foi uma prática difundida em toda a sociedade brasileira até 1888. A discussão sobre a abolição fora levantada pela primeira vez por José Bonifácio, em 1824, através de uma Representação endereçada à Assembleia Constituinte. Mas o próprio Patriarca da Independência sabia das dificuldades para abolir o tráfico e, depois, o regime escravista no Brasil. Para José Bonifácio, o custo político seria mais alto que o da sua rejeição

e redundaria em suicídio político. Até mesmo governos rebeldes não faziam questão de emancipar os escravos, tanto que na revolta pernambucana em 1817, de forte cunho liberal, propôs-se apenas a emancipação “lenta, regular e legal”, reconhecendo como sagrados, embora conflitantes com o ideal de justiça, o direito dos proprietários de escravos (CARVALHO, 2006, p. 294).

Em 1831, o Brasil passa uma lei antitráfico de escravos, menos pela própria vontade e mais por pressão da Inglaterra, que desde 1807 havia proibido o tráfico de escravos em suas colônias, e começara uma agressiva campanha pela abolição no mundo todo. O objetivo era liberal e utilitário: permitir que aqueles que eram escravos se tornassem assalariados e capazes de consumir, para ampliar o mercado. Lutar contra a escravidão também fazia parte da cartilha fundamental do liberalismo. John Locke – um dos pais do liberalismo –, abominava a escravidão. As raízes desse sentimento são cristãs, não por menos, várias sociedades civis religiosas, igrejas protestantes, e mesmo a Igreja Católica, em certa altura, pressionavam as nações a darem cabo do sistema escravista. Um exemplo foi a Sociedade para a Abolição do Tráfico de Escravos, criada em Londres em 1783 sob influência dos *quakers* (religiosos protestantes).

A lei de 1831, que tornava livres os africanos desembarcados em solo brasileiro a partir daquele ano, ficou famosa como lei para inglês ver, e não vingou, já que não era cumprida. A Inglaterra volta a pressionar a partir de 1839, e aumentara a revolta da população sem lograr a quebra da resistência do governo. Na imprensa, jornais que defendiam o governo argumentavam contra a ação inglesa antitráfico, mostrando que a Inglaterra havia reduzido o Brasil à condição de país agrícola, e que a continuação do tráfico era o mal necessário para manter a agricultura, mesmo reconhecendo que quem ganhava com a escravidão eram os traficantes, e não propriamente os fazendeiros.

Em 4 de setembro de 1850, sai a Lei Eusébio de Queiroz, que dá fim ao tráfico de escravos no Brasil. As dificuldades para o passo seguinte – a abolição do regime escravista – se davam pela alta dependência da mão de obra escrava na agricultura, sobretudo as fazendas de café. De acordo com o censo de 1872, enquanto o norte do país (hoje norte mais o nordeste) contava com apenas 33,7% dos escravos, as quatro províncias cafeeicultoras do sul (ou seja, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) tinham 59% dos escravos do país, e apenas 7,3% estavam nas demais províncias do sul. Desse modo, os políticos representantes dos interesses da lavoura resistiam à aprovação de leis abolicionistas.



Figura 11.7: Mercado de escravos no Rio de Janeiro. Tela de Jean-Baptiste Debret.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:The_Slave_market_at_Rio.jpg

O jesuíta e historiador José Antônio Andreoni (Antonil), em *Cultura e opulência do Brasil*, publicado em 1711, já constatava o papel central do escravo na sociedade brasileira: “mãos e pés do senhor de engenho”. E mesmo com a independência política, o país não proporcionou a independência de grande parte da população. A escravidão gerou resultados negativos para a construção dos direitos no país.

A abolição ganha impulso a partir de 1871, com a aprovação da Lei do Ventre Livre – que concedia liberdade aos filhos das escravas nascidos a partir da entrada em vigor da lei. A lei foi promulgada no gabinete conservador do visconde do Rio Branco. Nessa época, líderes abolicionistas já promoviam campanhas em prol da abolição, como André Rebouças, José do Patrocínio, Luis Gama e Joaquim Nabuco.

Em 1884, Joaquim Nabuco lança o “manifesto” do primeiro movimento social brasileiro: o abolicionismo.

Hoje quer-se suprimi-la, emancipando os escravos em massa e resgatando os ingênuos da servidão da lei de 28 de setembro [de 1871 – Lei do Ventre Livre]. É este último movimento que se chama abolicionismo, e só este resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é a própria liberdade (NABUCO, 1988, p. 26).

Nabuco revela o abismo no qual se encontrava o país ao depender de um elemento que corrói os próprios valores da sociedade e vai de encontro à perspectiva de progresso nacional. A escravidão era a explicação para a sociedade ser atrofiada, o país carecia de povo, de sociedade civil ativa. Joaquim Nabuco explica a hipertrofia do Poder Moderador: por conta disso, como parte importante da população era mantida em um regime escravista, e os cidadãos ativos concentravam seus esforços nos interesses particulares – da lavoura ou da manutenção da burocracia para manter os empregos públicos – segundo Nabuco, não havia escolha para o imperador, sem um público formado por uma sociedade civil livre e autônoma, não havia outro público a ser representado na política, de modo que só o imperador aparecia como legítimo representante. Ou seja, era d. Pedro II representando os interesses nacionais, e os partidos representando interesses particulares. Faltava o povo. O movimento abolicionista procura preencher essa lacuna promovendo primeiramente a emancipação dos escravos.

CLUBE MILITAR

Após a Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança (1864 – 1870), o Brasil viveu um período muito conturbado até 1889, marcado pelas campanhas abolicionista e republicana e as questões militares e religiosas, assinaladas por grande efervescência de ideias, crises políticas e pelo surgimento das instituições que abrigariam os grupos que então se debatiam. Os militares, que haviam ganho notoriedade após a vitória na Guerra do Paraguai, passam a organizar-se e ter maior respaldo político. O Clube Militar, fundado no Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1887, é fruto desse processo. E tornou-se uma das instituições da sociedade civil mais importantes da história, participando das campanhas abolicionista e republicana, na instituição do serviço militar obrigatório, no apoio à campanha pelo monopólio do petróleo brasileiro, nas homenagens aos brasileiros que lutaram na FEB – Força Expedicionária Brasileira na Itália durante a II Guerra Mundial (1939-1945). E é uma instituição que segue em atividade.

Fonte: <http://clubemilitar.com.br/nossa-historia/historia-resumo/>

A última fase do processo de libertação dos escravos foi marcada por um elemento novo: a participação popular (CARVALHO, 2006, p. 318). Em 1883, havia sido formada a Conferência Abolicionista, que abrangia várias sociedades de fins idênticos em todo o país. O **CLUBE MILITAR** lança um manifesto, recusando-se a perseguir escravos fugidos. Dessa maneira, o governo ficava desguarnecido para enfrentar a rebeldia generalizada dos escravos, já que não bastavam a Guarda Nacional e as forças policiais. O clima abolicionista chegou à Assembleia dos Deputados; a votação da lei de abolição só não foi unânime porque nove deputados e seis senadores votaram contra em 1888.

O historiador e membro da Academia Brasileira de Letras, José Murilo de Carvalho (2006), argumenta que o sistema imperial começa a cair em 1871, com a primeira lei abolicionista. Foi o divórcio entre o rei e os barões, que viram na lei uma ação do governo contra a elite agrária.

A Coroa foi esgotando seu crédito de legitimidade perante os fazendeiros ao ferir seus interesses, e o imperador ficou sozinho em 1889, em vivo contraste com sua prematura coroação em 1840 [...] Ao invés, então, de ver-se legitimado pela atuação reformista, pela eficácia em solucionar problemas, o sistema imperial perdeu a legitimidade que conquistara. É que as principais reformas que promovera atendiam a interesses majoritários da população que não podia representar-se politicamente (CARVALHO, 2006, p. 323).

A lição que podemos tirar do processo abolicionista, sob o ponto de vista dos movimentos sociais e dos conflitos políticos, é a seguinte: que, sem pressão, um governo não funciona; e que foi fundamental a organização da sociedade, desde líderes como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Antônio Rebouças, Luís Gama, até a indignação popular generalizada. Outro aprendizado é que a vontade governamental é decisiva; de algum modo, o Império sacrifica o seu poder em nome da liberdade popular. E estava lá para isso; cumpriu seu papel na História.



Café e a economia no Brasil Império



Figura 11.8: Café – principal produto do Brasil durante o Império.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Roasted_coffee_beans.jpg.

Depois da crise da mineração no final do século XVIII, o açúcar do nordeste tampouco correspondia à altura do ouro e da prata, pois o valor de mercado do açúcar era menor e a rentabilidade comparativamente baixa. Foi a partir da década de 1830 que o Brasil encontraria no café o seu principal produto econômico. Se entre 1821 e 1830 o açúcar ainda correspondia a 30% da economia, o algodão a 21% e o café a 18%, entre os anos de 1831 e 1840 a situação passa a ser: café 44%, açúcar 21% e algodão 21% da produção de ri-

quezas no país. Isso projeta a mudança do centro econômico, bem como político, do Nordeste para o Sudeste, mais precisamente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; o centro econômico passa a coincidir com o centro político a partir da década de 1830.

O Brasil não promoveu um processo de industrialização durante o Império, a não ser naquilo que girava em torno do café – como fábricas que produziam as embalagens para os grãos. O café preponderava sobre qualquer política econômica, de modo que não havia espaço para iniciar a construção de indústrias de base – como as siderurgias. E até 1850, boa parte do capital disponível no Brasil era imobilizado na compra de mão de obra escrava, e o dinheiro pago aos traficantes evadia-se do país. A economia interna era frágil.

Apesar de algumas iniciativas privadas, como a do barão de Mauá, e da disposição de d. Pedro em promover a indústria, um processo robusto de industrialização do país só aconteceria na década de 1930, com Vargas. Durante o Império, o que houve foram melhoramentos estruturais, como a partir da introdução de ferrovias, e a primeira estrada de ferro foi construída em 1854. Em 1870, o país tinha apenas 1.000 quilômetros de ferrovia e, em 1889, chega a 9.583 quilômetros. A rede de telégrafos também passa de 187 quilômetros em 1864 para 6.286 em 1875, e para 18.925 nas vésperas da proclamação da República.



Figura 11.9: Lançamento da pedra fundamental da Estrada de Ferro Mauá, realizado no dia 30 de abril de 1854, na localidade de Frágoso, em Magé (RJ). O ato contou com a presença de dom Pedro II e de diversas outras autoridades.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedra_E.F._Maua.jpg.

Outro elemento importante que se liga à economia e ao desenvolvimento do país foi a imigração. A partir da década de 1850, o Brasil passa a receber imigrantes portugueses, italianos, alemães, japoneses, poloneses, escravos e de várias partes da Europa para criar colônias nas regiões do sul do país, trabalhar nas lavouras e nas cidades, em geral segundo a concepção de que o europeu contribuiria para a modernização da nação.

Cidadania e direitos no Brasil Império

Você pode iniciar o estudo desta seção da aula seguindo a sugestão do próximo box.



Série *Caminhos da cidadania no Brasil*

Acesse no YouTube o vídeo *Caminhos da cidadania no Brasil*, uma série dividida em três partes e disponibilizada pelo canal UNIVESPTV.

Para encontrá-lo, você pode digitar na página da busca “Caminhos da cidadania no Brasil I” ou acessar o link <http://www.youtube.com/watch?v=yD2kJ4aMMtw>

E o que é mesmo cidadania?

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu

povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1998).

Agora veremos como o desenvolvimento da cidadania se deu no Brasil. Apesar de o país ter uma constituição liberal, inclusive com declaração de direitos sociais, manteve um sistema que era o oposto da cidadania: a escravidão.



Os quatro tipos de cidadania, segundo José Murilo de Carvalho (cidadania, tipos e percursos)

I) Cidadania conquistada de baixo para cima dentro do espaço público: exemplo na trajetória francesa, mediante transformação do Estado.

II) Cidadania obtida de baixo para cima, mas dentro do espaço privado: o exemplo seria o caso norte-americano.

III) Cidadania conquistada mediante a universalização de direitos individuais (espaço público), mas com base em concepção do cidadão como súdito, condizente com o caso da história inglesa.

IV) Cidadania construída de cima para baixo dentro do espaço privado poderia ser encontrada na Alemanha, e também é esse o caso que mais se aproximaria do Brasil, onde o Estado teve a iniciativa modernizadora, colocando-se à frente da situação conjuntural para apontar os rumos da cidadania do povo.

Como recurso para mostrar o desequilíbrio na formação da cidadania no Brasil, o historiador apresenta outra distinção. “Três tipo de cultura política: a paroquial ou localista, a súdita e a participativa. Um quarto tipo, a cultura cívica seria a combinação dos três anteriores” (1996, p. 338). O indivíduo atua com seus direitos e deveres dentro de alguma dessas esferas – no espaço local, como

súdito ou como participante na política – ou nos três modos ao mesmo tempo, na cultura cívica.

No Brasil, segundo José Murilo de Carvalho, desenvolveu-se um caminho de cidadania que pode ser chamado de “estadania”: “não tem um sentido propriamente cívico, assim com não indica a afirmação civil da cidadania” (CARVALHO, 1996, p. 339), pois trata-se de uma afirmação dependente. É por isso que entender a política centralista do Brasil ajuda a perceber o sentido da “estadania”, em que o Estado torna-se o protagonista principal da vida pública, e o processo de obtenção de direitos passa pelo Estado.

Esse fenômeno pode ser observado em diversas instituições, como no processo eleitoral, no sistema judiciário, entre os militares, no sistema de ensino, no acesso a um cargo público, etc. Iremos apresentar o funcionamento do sistema eleitoral para ilustrar o quão conturbada é a construção da cidadania no Brasil. E na próxima aula, retomaremos esse tema ao comentarmos sobre a Guarda Nacional.

Eleições no Império e a cidadania

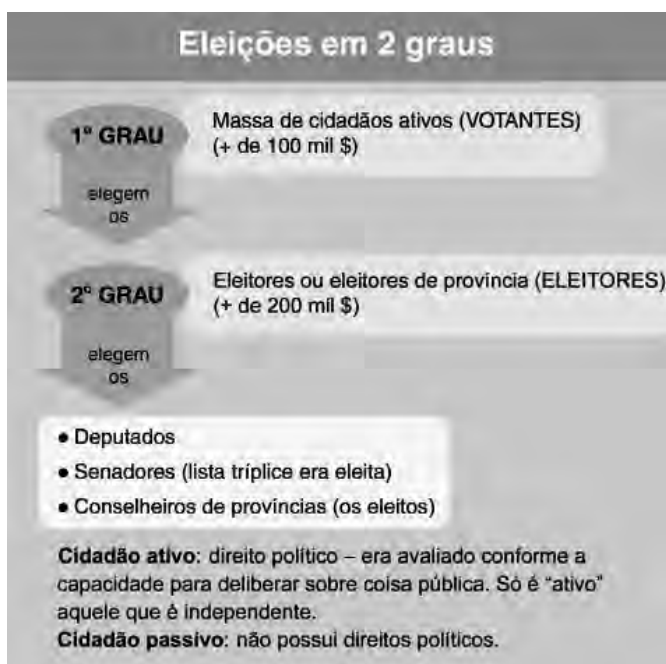
Uma das situações singulares que mostram como no Brasil a sequência da construção da cidadania não se deu entre direitos civis, políticos e depois sociais aparece quando analisamos a história eleitoral do Brasil.

A Constituição de 1824, ao tratar das eleições, estabelece-a consagrando o censo pecuniário para ter direito eleitoral. Quem não tivesse renda anual de 100 mil réis não votava. As eleições eram indiretas, com a divisão entre cidadão ativo (possuidores de direitos civis) e cidadão inativo (dependentes). Só aos primeiros era concedido direito de voto, e dentro desse grupo havia uma divisão em dois níveis: (i) aqueles que eram votantes (que possuíam no mínimo cem mil réis anuais e não sofriam restrições legais) e elegiam os eleitores; ii) os eleitores eram encarregados da eleição dos deputados, senadores e membros dos Conselhos de Província. Para ser eleitor, o limite era de 400 mil réis anuais.

O censo para ser votante não era considerado tão grande, de modo que mais de 10% da população votava até 1881, quando foi instaurado o censo literário (só votava quem fosse alfabetizado) pela Lei Saraiva, e o

índice caiu para menos de 2%. Em 1872, votavam 13% da população; em 1906, no governo da Primeira República, a marca atingiu 1,4%, mesmo o governo republicano tendo retirado o censo pecuniário. Em 1930, votaram 5,6% da população e, em 1945, 13%, retornando à marca de 1872.

O quadro a seguir ilustra melhor o funcionamento das eleições a partir da Constituição de 1824, conforme o artigo 90, que tratava das eleições para o governo representativo. O governo representativo é aquele que permite a sociedade escolher seus representantes.



A partir da relação entre o funcionamento das eleições e os direitos políticos no Brasil, é possível refletir porque o percurso da cidadania no país é de idas e vindas. Parecia anacrônico a um país com restrições aos direitos civis à maior parte da população, ser um dos que atingiam maior contingente de votantes no século XIX. Nenhum país europeu em meados do século XIX ganhava do Brasil em percentual de votantes. Só nos Estados Unidos votava-se mais que no Brasil. Alguém pode argumentar que as eleições no Brasil sempre foram fraudadas, mas isso não é fato exclusivo do Brasil; a historiografia mostra como na Inglaterra, na França (como mostrou Marx, em *o 18 de Brumário*), e em uma série de países ditos civilizados, a corrupção eleitoral acontecia.

Ocorre que a mensuração da capacidade de voto no Brasil Império era conforme as condições para exercer um juízo independente, e para

isso era preciso ser livre e ser proprietário. Eram impedidos os religiosos, os militares, as crianças e as mulheres, pois nenhum desses, segundo a interpretação da época, era capaz de ter opinião própria.

A preocupação política do regime imperial em conceder mais direitos políticos para poucos e menos direitos civis para a maioria revelava-se pela necessidade de obtenção de legitimidade política por parte de uma parte da população – exatamente os livres e proprietários. O que sustentava os direitos políticos de alguns era a escravidão de muitos.

Portanto, o grande passo para a construção dos direitos civis no Brasil se deu com a abolição da escravatura em 1888; a lei Áurea foi, sem dúvida, a lei mais importante assinada pelo governo imperial. Com o fim da escravidão, era possível pensar em direitos civis e sociais amplos para a maioria da população, no desenvolvimento de classes sociais e de um mercado de trabalho, e não na relação antiga entre súditos e senhores. A abolição foi central para modernizar o país.

A conclusão é que durante o Brasil Império os direitos políticos foram amplos, mas apenas para uma camada da população. Os direitos civis eram restritos para a maior parte da população, subjugada pelo regime escravista até 1888. E os direitos sociais igualmente restritos, também porque se não se tem direitos civis, os direitos sociais só existem como forma de benesse estatal ou caridade. Esse papel ativo nas obras de caridade coube à Igreja, que, desde o Império até o final da Primeira República (1930), era a principal aliada do Estado na promoção da educação pública e privada, no cuidado dos orfanatos, dos hospitais (com as Santa Casas) e enfermarias.

Um dos elementos para os indivíduos atuarem de forma autônoma em uma nação cidadã é que possuam capacidades para exercer seus direitos e deveres. Isso significa que um dos grandes problemas do processo de abolição foi que um amplo contingente de pessoas simplesmente adquiriu o direito à liberdade e com muita dificuldade logrou exercê-lo. Em várias situações, os libertos, sem condições para encontrar trabalho assalariado, sem educação, sem qualquer tipo de amparo da sociedade civil ou das instituições públicas, por fim, acabavam voltando para os senhores e permaneciam em situações de escravidão ou semiescravidão, ou mesmo porque na fazenda encontravam o único amparo possível para viver – ao menos tinham o que comer.

Um dos erros na história do Brasil não foi apenas a tardia libertação dos escravos, mas a falta de preparo com que o processo foi conduzido:

sem educar as pessoas, sem criar meios para as fazendas e indústrias contratarem trabalhadores assalariados, sem oportunidades de moradia. A cidadania no Brasil, pós-regime escravista e pós-Império, avista o imenso problema dos direitos sociais: a superação do desemprego, da falta de habitação, da miséria, da pobreza, do trabalho infantil, da falta de saneamento básico, da falta de lazer, da falta de acesso à saúde e à educação, etc. são pontos na agenda de qualquer político no Brasil contemporâneo.

Atividade 2

Atende aos Objetivos 4 e 5

a) Aponte uma causa política e econômica para a demora na abolição do tráfico e do regime escravista no Brasil.

b) Leia com atenção o trecho a seguir:

Mesmo antes de 1888, formava-se no Brasil uma nova classe social intermediária aos senhores de terras e aos escravos – estes últimos posteriormente substituídos pelos imigrantes europeus nos trabalhos pesados –, composta pelos “agregados” ou “dependentes”, nos campos urbano e rural. Eis a formação do que Jessé Souza denomina de “ralé estrutural”, que representa a classe social detentora da condição de subcidadania.

Para representar a condição desses indivíduos (e seus descendentes), marcada por uma “cultura política da dádiva”, que expressa uma total confusão entre público e privado, Teresa Sales fala numa “cidadania concedida”... (BELLO, 2010, p. 186).

A noção de “cidadania concedida” pode ser comparada ao conceito de “estadania”? A partir do que observamos em aula e desse trecho, é possível dizer que o processo de construção de direitos no Brasil foi bem executado após 1888?

Resposta Comentada

a) A dependência do país diante da agricultura e dos fazendeiros dificultava a proposição de leis que coibissem a prática escravocrata no Brasil. Quando advogados da abolição, como José Bonifácio, apontavam que seria um suicídio político uma abolição sem que o país estivesse preparado, significava que faltaria apoio político ao Estado, e a consolidação do país enquanto um Estado unitário e independente poderia ser posta em risco. Com o passar dos anos, manteve-se a preponderância dos interesses rurais contra o desenvolvimento de direitos civis no Brasil. Ademais, uma forte causa econômica, que complicava a situação, era que o tráfico era um bom negócio. Outro elemento que pode ser apontado era a dependência dos fazendeiros de mão de obra escrava, enquanto o contingente de imigrantes não existia no Brasil.

b) Sim; a noção de “cidadania concedida” pode ser comparada à noção de “estadania”, alcunhada por José Murilo de Carvalho, pois em ambas as situações não há formação da autonomia do indivíduo para reivindicar direitos, mas sim algo superior – o Estado em geral – que concede alguns direitos. Desse modo, as relações de dependência são mantidas; se antes vigorava o senhor e o escravo, na “estadania” vigora o Estado e o “cidadão”. Enquanto caminho para promover a cidadania, a preponderância do Estado pode ser válida, mas o problema é quando essa relação torna-se um costume, um hábito em que as pessoas recebem “dádivas” estatais e não promovem suas capacidades enquanto cidadãos.

Apesar da importância e da extrema necessidade da abolição da escravatura em 1888, o processo de construção dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil não foi bem conduzido. A população liberta ficou desamparada, sem condições de exercer seus direitos civis de liberdade. O que se percebeu foi a explosão dos problemas sociais a partir disso. As iniciativas governamentais em muitas ocasiões, apesar de necessárias e importantes, mantêm a “cultura política da dádiva”, ao tornarem os direitos sociais moeda de troca para apoios políticos. Ou seja, é importante refletir que, se não há autonomia do indivíduo, se alguém não é capaz de reivindicar, saber, reconhecer e tornar eficazes os direitos, tanto membros e sociedades mais poderosas da sociedade civil, e, sobretudo, o Estado, apenas farão manipulação com os direitos, e o país seguirá nas idas e vindas do processo de construção da cidadania.

Conclusão

Liberdade, participação e justiça social são três coisas que delimitam o problema político nacional. O maior desafio é conciliar esses três termos. As condições para o exercício da liberdade, a participação social e política, e a solução para as injustiças sociais se dão a partir de relações complexas entre sociedade civil e o Estado.

A construção da independência brasileira possibilitou um país cheio de recursos, de dimensões continentais e unido. Contudo, o custo da manutenção de um sistema escravista por tanto tempo levou o país a um estágio de atraso na construção da cidadania. Foi só com a abolição que parcela substantiva da população foi incorporada à sociedade nacional, que antes estava excluída. Portanto, na realidade, a nação só começou a ser construída a partir de 1888.

O Brasil ainda convive com os efeitos desse processo tardio, sobretudo com os graves problemas sociais. E não é por falta de leis: a gravidade está no funcionamento das instituições, que são feitas a partir da prática pública. São pessoas que agem na burocracia, nos poderes políticos, nos movimentos sociais, nas escolas, nos hospitais, etc. Enquanto há conveniência e aceitação de uma condição injusta e dependente, não há muito para onde avançar. Mais uma vez retornemos ao exemplo do processo de abolição. Não foi apenas porque políticos importantes, como André Rebouças e Joaquim Nabuco, levantavam o problema da escravidão no Brasil, ou simplesmente por interesse estatal, ou porque a Inglaterra seguia pressionando o país para implantar um mercado de trabalho e consumidor, ou por outros motivos externos, mas foi também e, sobretudo, porque havia descontentamento dos escravos, revoltas e reivindicação popular para o fim daquele regime. Ou seja, é só com uma ação conjunta e integrada que uma sociedade é capaz de dar passos mais efetivos.

Segundo o Ipea – Instituto de Política Econômica Aplicada, o Brasil está entre os 12 países mais desiguais do mundo em 2013. A mesma penetração cancerígena que a escravidão provocava no Brasil do século XIX, a desigualdade demarca a sociedade brasileira no século XXI. E quanto mais postergadas forem as soluções, piores as consequências. Não se trata de um prognóstico, mas de uma constatação histórica. O desafio de reduzir a desigualdade é o grande teste da democracia brasileira, é a prova de fogo da Constituição “cidadã” de 1988, que não passa apenas pela iniciativa Estatal, depende da pressão da sociedade civil, a partir dos movimentos sociais, das empresas, das comunidades, das escolas, das universidades, enfim, de soluções integradas e republicanas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2, 3, 4 e 5

Matéria de jornal:

17/5/2013 – Portal G1 – Globo

MPF-BA denuncia 85 suspeitos por “trabalho escravo” em menos de 1 ano.

Levantamento é de julho de 2012 a abril de 2013, somente no oeste da BA.

Maioria dos trabalhadores fazia trabalhos ligados à agricultura e pecuária.

Fonte: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/05/mpf-ba-denuncia-85-suspeitos-por-trabalho-escravo-em-menos-de-1-ano.html>

1. Constituição de 1824, art. 179, inciso XXII: “É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A Lei marcará os casos em que terá lugar esta única exceção, e dará as regras para se determinar a indenização”.

Esse dispositivo constitucional, apesar de garantir um direito fundamental no que concerne aos direitos individuais do cidadão – o direito à propriedade, foi um dos principais motivos de disputa para dificultar o processo que concederia direitos civis aos escravos. Os fazendeiros queriam que a abolição fosse realizada mediante indenização.

Qual o argumento dos escravistas para pretenderem indenização?

2. Segundo a matéria de jornal, mesmo em 2013, o Ministério Público do Trabalho encontra casos de trabalho escravo no Brasil. Mas se desde 1888, por lei, a escravidão foi abolida, por que esse tipo de prática ainda acontece no país? O problema estaria nas leis ou nos costumes?

Resposta Comentada

1. Nessa questão, bastava você lembrar a diferença entre servo e escravo. O argumento escravagista era de que escravo era coisa e, como propriedade de alguém, esse alguém deveria ser indenizado. Por isso o processo de modernização dos países europeus foi também mais fácil, porque no Antigo Regime na Europa até a Rússia, vigorava a servidão, e não a escravidão. Com a escravidão, o processo para o desenvolvimento das capacidades de direito e deveres das pessoas era muito mais complicado, até porque, no caso brasileiro, já se convivia com essa realidade desde o primeiro século de colonização.

É possível explorar na questão as contradições do pensamento liberal, em que um direito fundamental entra em contradição com o outro, apesar de que, se observado à luz do pensamento dos principais formuladores desse pensamento, como vimos com John Locke, a escravidão sempre se apresentou como algo abominável.

2. Assim como, ao estudarmos a Constituição de 1824 e observarmos o quão avançada ela era, e olhando para a realidade concreta do país, observarmos o quão atrasado o país era durante o Império, pode-se dizer que uma lei por si só não transforma nada. Essa é mais uma questão para reflexão do que propriamente para uma resposta certa ou errada. A indicação para um bom argumento é relacionar o processo de construção de direitos com as condições para exercê-lo. Não basta que o mercado de trabalho seja regulamentado por boas leis, se as práticas de exploração permanecem.

Quando analisamos o processo de abolição da escravidão no Brasil, vimos que foi a partir de iniciativas em conjunto que a realidade foi transformada, e isso vale para todos os outros processos da cidadania brasileira. Estado, sociedade civil, movimentos sociais, políticos, entidades internacionais, poderes públicos fiscalizadores, poder judiciário, opinião pública, etc. quando todas essas instituições se envolvem sobre um objetivo, é possível que as transformações se concretizem, exatamente como foram as campanhas abolicionistas – no parlamento, nos clubes, nas igrejas, nas ruas, nas cartas de personalidades importantes

ao imperador (como Vitor Hugo, o escritor francês que questionou d. Pedro II sobre a barbárie da escravidão no Brasil), etc.

Resumo

1. No início do século XIX, a inserção portuguesa no capitalismo internacional era assim: os produtos industrializados eram adquiridos da Inglaterra, e Portugal pagava-os com o ouro das minas brasileiras.
2. A posição do Brasil no cenário econômico era de peça fundamental nos negócios portugueses, os quais estavam entrelaçados com a Inglaterra, principal parceira de Portugal.
3. Entre os séculos XVII e XIX, gradualmente surgem no Brasil movimentos nativistas e emancipacionistas que contestam a colonização do Brasil por Portugal.
4. Ao governo britânico interessava a liberalização do Brasil, para que, isentos do monopólio português, os ingleses pudessem comercializar diretamente com o Brasil.
5. Tanto para os movimentos nativistas quanto aos interesses do capitalismo comercial e financeiro inglês e, sobretudo, fato determinante para o processo de independência do Brasil, foi a transferência da Corte portuguesa para o Brasil.
6. No Brasil, uma das decisões mais significativas do regente português foi o decreto de abertura dos portos em 1808.
7. A Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820, é apontada como outro elemento central no processo de independência do Brasil.
8. O caráter impetuoso e autoritário de d. Pedro, aliado às insatisfações dos brasileiros em aceitar as decisões das Cortes de Lisboa, acabou gerando uma situação de conciliação entre d. Pedro e os interesses da elite brasileira, fatores que conduziram ao processo de independência e manutenção da unidade nacional.
9. A Constituição Imperial de 1824 representou a vitória da ala conservadora da Constituinte de 1823, por conta do modelo político adotado: de conciliação de elementos tradicionais com propostas liberais.

10. José Bonifácio, representante da ala conservadora e centralizadora, havia preparado a cerimônia de aclamação do povo a d. Pedro ainda em 1822, o que equivalia simbolicamente e, de fato, que d. Pedro se tornava soberano do Império do Brasil, não apenas por vontade de Deus, mas também por vontade do povo.
11. A Constituição de 1824 instituía quatro poderes (executivo, legislativo, judiciário e moderador), e o monarca exercia dois deles (executivo e moderador), nomeando magistrados (juizes e ministros) e escolhendo os senadores a partir de uma lista tríplice indicada pelas províncias, além de ser, pela Constituição, o “primeiro representante” da nação.
12. Apesar do caráter centralizador, a Constituição brasileira de 1824 foi inovadora, ao ter sido a primeira a apresentar uma Declaração de Direitos dentro do texto constitucional, além de apresentar dois direitos sociais.
13. A maior parte das revoltas, bem como as mais radicais, ocorreram durante a Regência (1831-1840). Os conflitos foram de toda sorte: populares, nativistas, de escravos, entre grupos da elite, entre partidos brasileiros e portugueses, etc.
14. Dom Pedro II nasceu no Rio de Janeiro (1825) e faleceu no exílio em Paris (1891). Foi o segundo e último monarca do Império do Brasil, tendo reinado durante um período de 58 anos.
15. D. Pedro II foi central para o sucesso político em um bom período do Brasil Imperial, sobretudo a partir de 1840 até 1868.
16. Na era moderna e contemporânea, a escravidão foi amplamente difundida na triangulação Europa-África-Américas, praticamente até o final do século XIX; navios saíam de Liverpool (Inglaterra) ou Lisboa, passavam por algum ponto de tráfico na costa africana e levavam as pessoas acorrentadas em condições insalubres até algum país das Américas: Brasil, Colômbia, República Dominicana, Cuba, Venezuela, Estados Unidos, etc.
17. O Brasil foi o país que mais recebeu escravos africanos durante o século XIX – cerca de 361 mil entre 1840 e 1852 (CARVALHO, 2006, p. 301). Ao todo, entre 1500 e 1855, segundo dados históricos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, cerca de 3.806.000 escravos africanos vieram para o país.
18. Assim como um câncer alastrado por todo um corpo, a escravidão foi uma prática difundida em toda a sociedade brasileira até 1888. A

discussão sobre a abolição fora levantada pela primeira vez por José Bonifácio em 1824.

19. Em 4 de setembro de 1850, sai a Lei Eusébio de Queiroz, que dá fim ao tráfico de escravos no Brasil.

20. As dificuldades para o passo seguinte – a abolição do regime escravista –, se davam pela alta dependência da mão de obra escrava na agricultura, sobretudo nas fazendas de café.

21. A abolição ganha impulso a partir de 1871, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, que concedia liberdade aos filhos das escravas a partir da entrada em vigor da lei.

22. Em 1884, Joaquim Nabuco lança o “manifesto” do primeiro movimento social brasileiro: o abolicionismo.

23. A última fase do processo de libertação foi marcada por um elemento novo: a participação popular.

24. A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.

25. No Brasil, segundo José Murilo de Carvalho, desenvolveu-se um caminho de cidadania que pode ser chamado de “estadania”: “não tem um sentido propriamente cívico, assim com não indica a afirmação civil da cidadania” (CARVALHO, 1996, p. 339).

26. Uma das situações singulares que mostra como no Brasil a sequência da construção da cidadania não se deu entre direitos civis, políticos e depois sociais, aparece quando analisamos a história eleitoral do Brasil.

27. A Constituição de 1824, ao tratar das eleições, estabelece a consagração do censo pecuniário para ter direito eleitoral. Quem não tivesse renda anual de 100 mil réis não votava.

28. A preocupação política do regime imperial em conceder mais direitos políticos para poucos e menos direitos civis para a maioria, revelava-se pela necessidade de obtenção de legitimidade política por parte de uma parte da população – exatamente os livres e proprietários.

29. O grande passo para a construção dos direitos civis no Brasil se deu com a abolição da escravatura em 1888.

30. A cidadania no Brasil, pós-regime escravista e pós-Império, avista o imenso problema dos direitos sociais: a superação do desemprego, da falta de habitação, da miséria, da pobreza, do trabalho infantil, da falta

de saneamento básico, da falta de lazer, da falta de acesso à saúde e à educação, etc. são pontos na agenda de qualquer político no Brasil contemporâneo.

Informação sobre a próxima aula

Na aula seguinte, entraremos novamente na história política do Brasil do século XIX, com enfoque especial para o surgimento das forças repressivas do Estado brasileiro, como a milícia, o exército, a guarda nacional, a polícia.

Aula 12

Nascimento das forças repressivas
no Estado brasileiro

*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Meta

Analisar historicamente o surgimento das forças repressivas no Estado brasileiro a partir do século XIX e as relações sociais e políticas dessas instituições.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar a importância do poder armado no Brasil para a formação do Estado nacional independente;
2. listar o surgimento das principais forças repressivas no século XIX – milícias, Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícias;
3. relacionar a Guerra do Paraguai, a Questão Militar e os militares na política.

Introdução

A política não anda sem polícia; o poder não anda sem espada

É raro mencionar um poder político que tenha se constituído sem o recurso das armas. Talvez um dos poucos casos desse tipo tenha sido o de Mahatma Gandhi na Índia, que, pregando a paz e a desobediência civil, conquistou o mundo e está entre as personalidades mais importantes da história da Índia. Contudo, o objetivo desta aula é entender que a gênese de um Estado, assim como de qualquer poder político, não se faz sem o poder armado, bem como a sua consolidação, que conta com as forças repressivas auxiliando na estabilidade dos regimes políticos, na defesa do território nacional, na repressão a movimentos dissidentes e na consolidação da ordem, das leis e das instituições políticas.

Quando se pensa em força repressiva ligada ao Estado, logo a relacionamos com autoritarismo, poder **REACIONÁRIO**, violência, repressão a movimentos sociais, etc. Institucionalmente, as forças repressivas de um Estado são os poderes armados com legitimidade para atuar na defesa das leis do país, mantendo a ordem política. Eminentemente, as forças repressivas servem para conservar algo. São exemplos de forças repressivas: o conjunto das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), as Polícias (Civil, Militar e Federal), a Guarda Nacional, as guardas municipais.

Assim como lembramos o caso à parte de Gandhi, é difícil citar uma transformação política, seja ela conservadora ou progressista, que não tenha contado com o apoio de alguma das forças repressivas. As revoluções burguesas que analisamos em várias aulas deste curso contavam com o apoio de setores importantes de homens armados; os processos de unificação na Itália e na Alemanha contaram com milícias e exércitos simpáticos às causas populares e da elite interessada na unificação; os movimentos de independência no século XIX contaram com exércitos autônomos para enfrentar a reação dos exércitos europeus; a Revolução Russa, a Revolução Cubana e uma série de transformações no século XX contaram com a atuação central das forças repressivas.

O maior desafio nos governos modernos é conferir às forças repressivas uma legitimidade democrática. E o estímulo para esta aula é encontrar os pontos de contato entre a atuação das forças repressivas na sociedade e a construção da cidadania no Brasil.

REACIONÁRIO

Relativo, pertencente ou favorável à reação. Aquele que se mostra contrário ou hostil à democracia e se opõe às ideias voltadas para a transformação revolucionária da sociedade. Evita movimentos reformistas e revolucionários.



Gandhi



Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Gandhi_at_Darwen_with_women.jpg

Mohandas Karamchand Gandhi (1869 – 1948), comumente conhecido como Mahatma Gandhi, foi um líder político nacionalista indiano que lutou contra a colonização britânica. Empregava a não violência, a desobediência, e foi símbolo da paz mundial. Liderou o processo de independência na Índia a partir dessas ideias pacifistas e inspirou movimentos sociais de não violência por direitos civis e liberdade em todo o mundo. Na foto, Gandhi na Inglaterra, em Darwen, região de Lancashire, em 1931, dando seu apoio às lutas das trabalhadoras das indústrias têxteis.

Processo de independência do Brasil e as forças repressivas

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, teve várias consequências, além dos efeitos políticos e econômicos: a abertura dos portos e o fim do monopólio do comércio português, a criação de uma burocracia estatal em solo brasileiro e a centralização do poder a partir da Corte no Rio de Janeiro. Além disso, propiciou a transferência de Forças Armadas portuguesas para o Brasil. Tendo a bordo os 15 mil criados que faziam parte da Corte, os navios que trouxeram a família real formavam a maior parte da marinha portuguesa, composta por oito navios de linha, quatro fragatas, cinco corvetas e três escunas.

A proteção da Corte no Brasil foi feita a partir da criação de um órgão policial, a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, em 1808, que deu origem ao que hoje são as Polícia Civil e Militar. Tratava-se de um órgão que seguia o modelo da Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino, criada em 1760, em Lisboa, cujo objetivo primordial era a defesa da família real portuguesa.

Portanto, a consolidação de um poder a partir de uma força política centralizada, no caso, a família real da Casa de Bragança, instalada no Rio de Janeiro, nova sede do Império português, contou com a atuação das forças repressivas em dois sentidos: (i) defesa externa e manutenção do território, lançando mão da Marinha e do Exército portugueses; (ii) proteção da Corte e da burocracia estatal.

Os enfrentamentos externos mais importantes, antes da Independência, para defesa externa e manutenção do território, deram-se na ocupação da Guiana Francesa (1809-1817); na guerra contra Artigas (ou Primeira Guerra Cisplatina), que consistiu na invasão das forças portuguesas na região que hoje é o Uruguai, em 1816, resultando na anexação da região ao Reino do Brasil em 1821; na repressão à Revolução Pernambucana de 1817 e na reação à independência da Bahia entre 1821-1823. O exército português no Brasil atuava a partir de tropas de linha e milicianos. Tropa de linha é aquela que compõe o exército regular, e as milícias são formadas por tropas não integradas às Forças Armadas de um país. No caso português, as milícias têm origens medievais e ajudaram a formar o exército nacional, sendo formadas por senhores locais. Mas tanto as tropas de linha quanto os milicianos eram nomeados pela Corte de Lisboa e, depois de 1808, do Rio de Janeiro.



Figura 12.1: “Revista das Tropas Destinadas a Montevidéu na Praia Grande” – Embarque da infantaria portuguesa, na Ponta da Areia, Praia Grande, Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1816 (Príncipe D. João, D. Pedro, D. Miguel, Beresford e Lecor). Contexto da guerra contra Artigas. Tela de Jean-Baptiste Debret (1768–1848), que hoje está exposta no Museu Imperial de Petrópolis.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tropas_brasileiras_1825.jpg

Atente para o seguinte fato lógico: se as forças repressivas no Brasil eram formadas por portugueses, como o país poderia tornar-se independente? Não haveria como resistir ou provocar uma guerra, certo?

Por isso que as atuações de José Bonifácio e D. Pedro I foram estratégicas, na medida em que procuraram convencer o oficialato (que na imensa maioria era de portugueses) a aderir à causa da emancipação brasileira, adquirir equipamentos e munições para possíveis enfrentamentos e excluir aqueles que não aceitassem a proposta da independência do Brasil.

O início das guerras de independência do Brasil se dá em 18 de fevereiro de 1822, quando a Bahia pretende proclamar a sua independência diante de Portugal. O movimento insere-se nas reações no Brasil contra a tentativa de recolonização por parte das Cortes de Lisboa, desde 1821. As províncias brasileiras e D. Pedro estavam descontentes com Portugal. Vários documentos apontavam que Lisboa rebaixava o príncipe a mero delegado das Cortes, limitando suas ações nas províncias, que seriam subordinadas diretamente ao Congresso português.

Analisando o contexto propício para concentrar o poder do território brasileiro no Rio de Janeiro, José Bonifácio avalia que, para D. Pedro costurar a independência do Brasil, precisaria do apoio conjunto das

províncias, a fim de evitar a desunião. Inclusive já contava com o respaldo das elites locais, pois em janeiro de 1822 recebera um abaixo-assinado de comerciantes e aristocratas, que pediam que o Príncipe Regente permanecesse no Brasil.

Em 1822, os portugueses estavam com mais de 600 soldados na Bahia, para enfrentar a tentativa de emancipação, e 7 mil soldados e navios na região Norte do país, para consolidar o domínio português. O clima ameaçador, a perda de poder de D. Pedro e as possibilidades de alianças com as províncias consolidaram o processo de independência do Brasil, enfrentando as Forças Armadas lusitanas que juravam obediência à família real em Portugal e receberam ordens de não permitir a separação do Brasil do reino português.

A primeira atuação de caráter nacional das Forças Armadas no Brasil foi na construção do país. As guerras de independência do Brasil também são tratadas como guerras civis luso-brasileiras, pois portugueses e nativos lutaram em ambos os lados. O passo seguinte para a atuação das Forças Armadas foi a consolidação do território ante as dissidências, como a própria Bahia, que permaneceu até 1823 na tentativa de obter sua própria independência.



Forças Armadas

No *Dicionário de política*, de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), o verbete “Forças Armadas” recebe a seguinte definição: “As Forças Armadas constituem o complexo das unidades e serviços militares do Estado: seu núcleo tradicional e central é formado pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica militares” (p. 504). Em seguida, explica cada uma delas:

O Exército é a força militar típica da terra, preparada e equipada para desenvolver operações de defesa no terri-

tório nacional e de ofensiva no território inimigo. A sua organização permite operar em todos os terrenos, usando pequenas, médias e grandes unidades, de acordo com as características do teatro das operações e das necessidades da guerra. Neste século, porém, o uso tático de grandes massas de soldados tem-se revelado cada vez menos adequado às exigências da guerra moderna, e a utilização bélica do Exército tem reconhecido a ação de pequenas e ágeis unidades, unidas sob comandos centralizados e estruturadas segundo diversas especialidades operacionais e técnicas.

A Marinha militar atende à defesa das águas territoriais, das infraestruturas portuárias e receptivas e, em tempo de guerra, à proteção das comunicações marítimas e dos comboios comerciais. Em colaboração com o Exército, assegura o transporte marítimo de tropas de terra e, com a Aeronáutica militar, o emprego de porta-aviões. Cuida do ataque a unidades navais adversárias e da destruição da infraestrutura portuária do inimigo. Opera geralmente com comboios, que compreendem unidades diversamente especializadas, com vistas à comum defesa e a um mais incisivo uso ofensivo dos meios.

A Aeronáutica militar, a última das três armas historicamente formada, não só provê o apoio tático das tropas de terra e dos comboios marítimos como também realiza operações autônomas de destruição, por meio de bombardeamento de unidades ou infraestruturas militares inimigas e, quando necessário, do próprio aparelho industrial e infraestruturas civis (centros habitados, etc.) dos países adversários. A Aeronáutica opera com aeronaves individuais em operações de reconhecimento e com aeronaves organizadas em esquadrilhas para maior concentração do esforço ofensivo nos bombardeamentos (BOBBIO et alli, 1998, p. 504).

De maneira partilhada e cooperativa, as Forças Armadas agem de acordo com as tarefas a elas apresentadas pelas instituições políticas. Se o poder político é definido modernamente pelo monopólio legítimo da violência, então a força coercitiva está subjugada, em última instância, ao mando político. No limite, o chefe das Forças Armadas, para o caso brasileiro atual, é o presidente da República.

As Forças Armadas servem à “defesa da pátria”, ou seja, à defesa contra a agressão externa – territorialmente, no espaço aéreo

e nas águas. Outra acepção para o propósito de defesa é a das instituições que garantem o funcionamento do regime político: o Parlamento; o Poder Executivo; no Império, a família real; as administrações públicas; o funcionamento da justiça, etc. Historicamente, concebe-se defesa da pátria também como expansão do território, quando isso se mostra necessário para assegurar o poder de um país.

As Forças Armadas preenchem seus quadros a partir de recrutamento livre ou obrigatório. A forma antiga e ainda existente em diversos países é o recrutamento voluntário, como acontece nos Estados Unidos. Até 1906, não havia conscrição, isto é, o alistamento militar no Brasil não era obrigatório.

Nos Estados Unidos, há ainda uma forma de recrutamento que se dá a partir de empresas terceirizadas – como a Academi (antiga Blackwater) –, que recrutam mercenários e paramilitares para o exército norte-americano; mesmo aqueles que não são cidadãos do país podem ser contratados. Esse método é alvo de muitas críticas entre os analistas. A controvérsia é antiga. Nicolau Maquiavel (1469-1527) escreveu em *O príncipe*, publicado em 1532, que o mais recomendável ao Estado é lançar mão de milícias nacionais, a ideia do povo em armas, pois as tropas mercenárias e auxiliares (não nacionais), além de serem perigosas pela covardia, seriam caras. O fracasso dos exércitos mercenários, por sinal, já era notado desde a Antiguidade, com relação às Guerras Púnicas, entre 264 a.C. e 146 a.C., em que a república de Roma venceu a república de Cartago (cidade-estado fenícia), depois de quase um século de lutas ao longo do mar Mediterrâneo. Relatos contam que um dos motivos da derrota de Cartago foi a confiança nos exércitos mercenários diante de Roma, que possuía exército formado por cidadãos romanos.

O modelo de recrutamento obrigatório é da Revolução Francesa, em que todo homem cidadão francês deveria se alistar quando atingisse a idade fixada por lei. Servir às Forças Armadas torna-se um dever do cidadão. Trata-se de uma forma de aliar a vida civil à pátria. Une-se o propósito cidadão com o propósito militar. Essa relação do civil com o corpo militar passa por um processo de disciplina, tema que nos leva a outro boxe explicativo depois deste.

Também foram os franceses que criaram a ideia de uma força armada nacional. O sentimento nacional supera as formas de or-

ganização local, na forma de milícias ou grupos regionais, para a defesa armada dos interesses. O exemplo mais evidente desse modelo nacional, tanto de recrutamento como de atuação, é o exército organizado por Napoleão Bonaparte, que até as duas primeiras décadas do século XIX predominava em toda a Europa.

a) *Forças Armadas brasileiras*



Figura 12.2: Imagem do desfile dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras durante cerimônia de entrega do espadim aos novos formandos; anos 2000 (Resende, RJ).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Agulhas_Negras.jpg.

As Forças Armadas do Brasil são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Força Aérea. Conforme a Constituição de 1988, elas são instituições nacionais permanentes e regulares, tendo como missão zelar pela defesa da pátria, garantindo os poderes constitucionais, a lei e a ordem. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares estaduais e distritais compõem as forças reservas e auxiliares constitucionais do Exército brasileiro. As Forças Armadas federais subordinam-se ao Ministério da Defesa. Desse modo, o comando-em-chefe das Forças Armadas é o presidente da República; a seguir, na hierarquia, é o ministro da Defesa.

Em 2005, estavam disponíveis para o serviço militar 45.586.036 de homens entre a idade de 15 e 49, enquanto o pessoal ativo era composto, até 2005, de 371.1991, sendo o 13º efetivo no mundo. Na reserva, estão 1.115.000, com o 11º maior orçamento do mundo, de 28,07 bilhões de dólares (dados de 2010).

- Marinha do Brasil – é a mais antiga força armada brasileira, com data de fundação em 11 de junho de 1822. Durante o regime monárquico, chamava-se Armada Nacional, formada por embarcações, pessoal, organização e doutrinas provenientes do contingente e recursos vindos com a transferência da Corte em 1808. A princípio, era raro os brasileiros natos servirem na Armada Nacional. A falta de pessoal brasileiro especializado fez com que, durante os primeiros anos, a Marinha arregimentasse portugueses e, inclusive, mercenários estrangeiros – aqueles que atuam como militares mediante pagamento. O primeiro almirante da Marinha do Brasil não era brasileiro, mas inglês, lorde Thomas Cochrane, que comandou as embarcações que enfrentaram os portugueses, em 1822, e conteve as agitações na Bahia. Tradicionalmente, o oficialato da Marinha foi formado de defensores da monarquia.
- Exército Brasileiro (EB) – sua história confunde-se com o surgimento do Estado brasileiro, atuando na consolidação da independência em várias regiões do território nacional, como no Norte e na província Cisplatina. Ao longo do Império, o exército promoveu várias intervenções nos países vizinhos: contra a Argentina, na Guerra do Prata, e no Uruguai, além de na mais sangrenta guerra da América do Sul – a Guerra do Paraguai (1864-1870).
- Força Aérea Brasileira (FAB) – é a maior força aérea da América Latina em contingente, número de aviões e poder de fogo. Foi fundada em 1941.

Nota importante:

Quando tratamos de milícias, nesta aula, não estamos nos referindo de maneira alguma às milícias paramilitares que atuam no Rio de Janeiro nos dias de hoje. Além do nome, o que há de semelhante era a organização separada institucionalmente do Estado, mas, no caso do Brasil Império, as milícias prestavam serviço ao Estado. Já as milícias atuais são formadas por poderes paralelos, tanto contra o Estado como contra a sociedade civil.



O significado da DISCIPLINA, segundo Max Weber



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/783770>

Disciplina significa obediência às regras, aos superiores e a regulamentos. Ser disciplinado é quase o mesmo que dizer ser ordeiro, de bom comportamento. No caso dos militares, a disciplina é um dos aprendizados mais importantes na formação. Mas como alguém se disciplina ou é disciplinado? Em alguma situação, quando alguém pretende atingir um objetivo, acaba dizendo para si próprio: “Agora eu vou me disciplinar e trabalhar para atingir tal objetivo”. Ou, quando um professor não consegue mais controlar a bagunça de um aluno em sala de aula, diz: “Você precisa de disciplina!” Essas são situações cotidianas em que nos deparamos com a ideia de disciplina.

Segundo Max Weber, há três tipos puros de dominação legítima:

(i) de caráter racional – baseada na crença na legitimidade das ordens já estatuídas e do direito de mando daqueles que foram nomeados para exercer a dominação legal (seja governo, polícia, judiciário, etc.);

(ii) de caráter tradicional – baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e naqueles que a representam, por uma dominação tradicional (um exemplo típico é a Igreja);

(iii) de caráter carismático – baseada na veneração extraordinária da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de alguma pessoa que exerce a dominação carismática (Antonio Conselheiro, líder da Revolta de Canudos, foi uma personagem carismática).

Levando essa classificação em conta, Weber demonstra que o carisma é uma forma de dominação esporádica que, para se institucionalizar, transforma-se em algo tradicional (passa a exercer a dominação tradicional) ou passa a vigorar a partir da socialização racional por meio de regras (dominação legal). Isso acontece porque alguém não consegue ser extraordinário para sempre; um dia, as pessoas podem não mais achar que o líder é carismático ou pode acontecer de o líder falecer. Um exemplo recente desse fenômeno foi o presidente da República da Venezuela, Hugo Chávez Frías, que faleceu no início de 2013. Chávez era um líder carismático. Logo após seu falecimento, devido a um câncer, o séquito de políticos que o apoiava (e que não pretendia deixar o poder) tratou de manter acessa a chama de Chávez como um líder, transformando-o em um primeiro motor de uma ordem racional, da chamada Revolução Bolivariana. Ou seja, foi necessário manter a ideia de que a consequência do carisma de Chávez era a Revolução Bolivariana na Venezuela, e que esse processo político e social precisaria ser mantido, independentemente da pessoa do líder na institucionalização de seu objetivo, que se traduzia na Revolução Bolivariana.

É possível perceber como, na sociedade moderna, o que acaba predominando é uma ação individual fundamental para a criação das instituições: a disciplina racional, pois sem ordem, obediência, racionalidade, bom comportamento e constância, nenhuma instituição poderá existir e permanecer independente de uma pessoa. Perceba a diferença: se, na dominação carismática, é preciso que as pessoas se referenciem na ação de um líder carismático, porque observam naquela pessoa atributos extraordinários (seja porque acham que é forte, inteligente, bonito, articulado, milagroso, fora do comum, atraente, etc.), por outro lado, no caso da dominação legal, o que impera são as instituições racionais, sendo que a disciplina racional é instrumento de mudança social e comportamental das pessoas para seguirem regras – e não pessoas.

A disciplina é o mais importante instrumento para ordenar as ações dos indivíduos e consolidar instituições impessoais. A disciplina também serve para transformar a vida espiritual de cada um. Santo Inácio de Loiola (1491-1556), por exemplo, fundador da ordem religiosa católica Companhia de Jesus, edificou técnicas de disciplina religiosa em *exercícios espirituais* que consistem em meditações para que cada um consiga ordenar seus afetos e saber o que é mais importante na vida espiritual. Essa inspiração do líder jesuíta veio da disciplina militar, que aprendeu quando foi combatente pelo vice-rei de Navarra (Espanha).

A grande eficiência da disciplina está no seu caráter integrador, pois quanto mais disciplinada, fiel às regras de uma instituição, uniforme e obediente aos superiores, mais associada ao meio uma pessoa está. Tomemos o caso de um soldado em um quartel: quanto mais disciplinado, mais executará suas tarefas com regularidade, respeitará os horários, marchará em fila com precisão, e assim manterá o cumprimento dos seus deveres e do objetivo da instituição.

Retomando a questão anterior: Como alguém se disciplina ou é disciplinado? Agora ficou mais fácil responder que isso se faz na medida em que alguém executa regras racionais, ordenadas logicamente e impessoais, ou quando alguém é condicionado a executar essas regras, sob a pena de punição. Para essa última situação, mais uma vez, o exemplo clássico é o da pessoa que entra para o serviço militar; caso não siga as regras e/ou não obedeça aos comandos, sofrerá punições.

E qual é a origem da disciplina? Observamos que a disciplina racional é um importante mecanismo na formação das instituições, sobretudo nessas que compõem as Forças Armadas. E a própria origem da disciplina está na guerra. Se, algum dia, você se aventurar a estudar como foram os grandes combates na História: a Guerra de Troia; as lições de Alexandre, o Grande, da Macedônia, em suas conquistas; as batalhas do exército romano; as estratégias inovadoras do exército de Napoleão Bonaparte; as táticas de guerra na Primeira Guerra Mundial, etc., você poderá perceber que nem sempre os tipos de armas foram necessariamente decisivos nessas batalhas, mas as modificações de sucesso no tema da guerra dizem respeito à boa disciplina: o treinamento permanente de soldados, o respeito à hierarquia, a especialização, a formação cerrada e alinhada em combate; enfim, uma série de elementos que fundaram a ideia de

disciplina militar e que, a partir dela, tornaram possíveis as grandes estratégias, o uso bem-sucedido de armamentos mais especializados. Weber explica que a disciplina militar possibilitou muitos avanços: por exemplo, aos exércitos, que tiveram mais êxitos na medida em que estavam mais organizados e podiam aplicar as táticas de guerra, além de desenvolver e aplicar melhor as tecnologias – como um uso mais inteligente das armas de fogo, da cavalaria, etc. no lugar da antiga luta desenfreada e desorganizada contra o inimigo.

Ocorre que esse modo de organização da disciplina militar também estava presente em outros ramos da vida social. A disciplina dos exércitos dependia também da ordem política e social. Era uma troca: a disciplina dos exércitos influenciava na política, na economia e na sociedade; e a ordem, como a boa organização política, econômica e social, acabava também por influenciar na organização militar. Mas como a guerra era uma das principais ações dos Estados, a economia – e as próprias famílias – passava a receber influência da disciplina militar, pois um exército disciplinado e profissional era permanentemente requerido a atuar nas diversas batalhas em que os Estados atuavam, de modo que essa mentalidade de ordem, obediência, respeito à hierarquia (aos superiores), bom comportamento, etc. valia para instituições fora das Forças Armadas. Em resumo, a disciplina do exército foi a origem de toda a disciplina.

Veja, a seguir, um trecho do próprio Max Weber sobre o significado da disciplina.

É destino do carisma, sempre que chega às instituições permanentes de uma comunidade, dar lugar aos poderes da tradição ou da socialização racional. Esse desaparecimento do carisma indica, geralmente, a decrescente importância da ação individual. E de todas as forças que diminuem a importância da ação individual, a mais irresistível é a disciplina racional.

A força da disciplina não só elimina o carisma pessoal como também a organização baseada na honra estamental; pelo menos, um de seus resultados é a transformação racional da estrutura estamental.

O conteúdo da disciplina é apenas a execução da ordem recebida, coerentemente racionalizada, metodicamente treinada, e exata, na qual toda crítica pessoal é incondicionalmente eliminada e o agente se torna um mecanismo preparado exclusivamente para a realização da ordem. Além disso, tal comportamento em

relação às ordens é uniforme. Sua qualidade como ação comunal de uma organização de massa condiciona os efeitos específicos dessa uniformidade. Os que obedecem não são necessariamente uma massa que obedece simultaneamente, ou particularmente grande, nem estão necessariamente unidos numa localidade específica. Para a disciplina, é decisivo que a obediência de uma pluralidade de homens seja racionalmente uniforme.

[...]

A disciplina em geral, como seu ramo mais racional, a burocracia, é impessoal. Infalivelmente neutra, ela se coloca à disposição de qualquer força que pretenda seus serviços e saiba como promovê-los. Isso não impede a burocracia de ser intrinsecamente alheia e oposta ao carisma, bem como às honras, especialmente as do tipo feudal (WEBER, 1977, p. 292-293).

A Regência e a formação das polícias e da Guarda Nacional

A sequência de revoltas durante o período regencial (1831-1848) apresentou a fragilidade política no processo de formação do Estado brasileiro. Como analisamos na aula anterior, os problemas na consolidação do sistema de poder durante o período em que a monarquia esteve ausente não passava apenas pelo descontrole diante da população urbana e do campesinato, bem como dos escravos (como na revolta dos malês em Salvador). “A tarefa complicava-se pelo fato de não haver consenso entre as camadas dominantes sobre qual seria o arranjo institucional que melhor servisse a seus interesses” (CARVALHO, 2006, p. 254).

Para um exercício estável do poder político, o governo procura apoio em uma base social. Sem o apoio do proletariado, do campesinato e dos revoltosos que marcaram a Regência, ou mesmo da população urbana, ainda muito pequena, a monarquia encontra saída na aliança com os grandes comerciantes e a grande agricultura. Isso faz com que a orientação repressiva durante os momentos de instabilidade se voltasse para a defesa dos interesses dessa base social de apoio ao governo. Esse concerto de poder entre comerciantes, lavoura e Império, que engessou o processo político para a não concessão de direitos civis (escancarada-

mente, a manutenção do regime escravista), tampouco promoveria forças repressivas aliadas aos anseios populares.

Mas foi nesse período de maior repressão na história do Brasil que muitas instituições da segurança pública foram criadas ou transformadas. A seguir, analisamos a criação da polícia e da Guarda Nacional.



Figura 12.3: Em 1838, o governo tentava suprimir quatro revoltas ao mesmo tempo.
 Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Earlybrazilianrevolts.JPG>

A história militar brasileira chama de “consolidação” o período que vai de 1828 a 1865, o qual consiste na supressão de levantes, revoltas e movimentos contra o poder central. O Exército Imperial é reorganizado em 1831 e, concomitantemente, a Regência cria a Guarda Nacional, sendo extintos os corpos de milícias e ordenanças e as guardas municipais.

No combate a essas revoltas, o Exército Imperial foi-se formando. A atuação mais prolongada foi na Revolução Farroupilha (1835-1845), lutada no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina contra rebeldes separatistas e republicanos.

Essas revoltas, que mobilizaram contra si as forças repressivas do governo, não compunham as guerras de independência: na verdade,

foram revoltas civis. O processo de consolidação da independência do Brasil foi bastante diferente do dos demais países latino-americanos, que enfrentaram longos períodos de combate.

Essa diferença trouxe uma configuração especial no aspecto do recrutamento no Brasil. A primeira geração de **OFICIAIS** brasileiros da tropa de linha provinha da classe dominante, enquanto os **PRAÇAS** eram recrutados entre as populações pobres do campo e da cidade.

José Murilo de Carvalho (2007) mostra que, ao longo do tempo, esse padrão de recrutamento foi-se alterando. A composição do oficialato, em termos de origem social, modificou-se radicalmente: ao final do Império, os oficiais provinham sobretudo de famílias militares e de famílias de renda modesta. A presença de soldados particulares, comum no início da formação do país, praticamente desaparecera.

A exceção era na Marinha, pois não houve mudança significativa no recrutamento; manteve-se como força armada de origem nobre por parte do alto oficialato. Até algumas décadas atrás, só faziam parte do oficialato da Marinha os brancos de classe alta.

No Segundo Reinado, a principal atuação do Exército Imperial foi na Guerra do Paraguai.

OFICIAL

O que se executa pelo governo ou por uma autoridade administrativa reconhecida; o que é emanado de autoridade pública ou de autoridade competente, que faz parte do governo ou o representa legalmente. O oficialato atinge hierarquia a partir de alferes.

PRAÇA

Qualquer militar não graduado ou sem posto até subtenente.

A Guarda Nacional



Figura 12.4: Embarque da Guarda Nacional em 1865.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Embarque_da_Guarda_Nacional_em_26-2-1865.jpeg

O Exército e a Marinha tiveram participação política e militar importantes na primeira década do Império. Mas enquanto a Marinha era mais obediente ao poder central, membros do Exército estiveram envolvidos até mesmo nas rebeliões descentralizadoras. Ao lado dos padres, os militares eram os membros mais ativos da sociedade civil.

Tratava-se, evidentemente, de oficiais brasileiros, sobretudo soldados, lutando por duas reivindicações distintas, temporariamente aliadas – a nativista e a social – contra o oficialato português. A aliança quebrou-se com a Abdicação: eliminado o imperador português, a agitação de soldados do Rio e de várias outras capitais passou a colocar em perigo a integridade do Estado que se tentava consolidar (CARVALHO, 2007, p. 189).

À frente dos liberais, o regente Diogo Feijó decidiu licenciar e transferir boa parte da tropa. Concomitantemente, em 1831, os liberais criaram a Guarda Nacional, politicamente mais confiável que o Exército Imperial. Essa foi uma estratégia para evitar o poder político dos militares.

As mudanças na Guarda Nacional condizem com o partido no poder. Como teve origem com o governo dos liberais, a Guarda Nacional preponderava sobre o Exército quando esses estavam no poder, pois os membros do partido conservador confiavam mais no Exército e, logicamente, os liberais desconfiavam do Exército e confiavam na Guarda Nacional. Havia uma oscilação entre quem era mais importante na defesa das instituições públicas – a Guarda Nacional ou o Exército. Essa alteração dependia de qual partido estivesse no poder – e podemos nos lembrar de duas situações de alteração no Império, em 1850 e 1873. Em 1850, a Guarda Nacional foi reorganizada e manteve suas competências subordinadas ao ministro da Justiça e aos presidentes de província. Já em 1873, uma nova reforma diminuiu a importância da instituição em relação ao Exército brasileiro.

Com relação ao recrutamento, havia um censo pecuniário para que alguém pudesse ser membro da Guarda Nacional, e o objetivo dos liberais foi exatamente criar um corpo militar aristocrático.

A Guarda Nacional, criada em 1831, era sobretudo um mecanismo de cooptar os proprietários rurais, mas servia também para transmitir aos guardas algum sentido de disciplina e de exercício de autoridade legal. Estavam sujeitas ao serviço da Guarda quase

as mesmas pessoas que eram obrigadas a votar. Experiência totalmente negativa era o serviço militar no Exército e na Marinha. O caráter violento do recrutamento, o serviço prolongado, a vida dura do quartel, de que fazia parte o castigo físico, tornavam o serviço militar – em outros países, símbolo do dever cívico – um tormento de que todos procuravam fugir (CARVALHO, 2002, p. 37).

O propósito da Guarda Nacional era de que a segurança nacional estivesse nas mãos dos cidadãos nacionais. E o argumento para a restrição de propriedades para ingressar na Guarda Nacional era próximo do direito de voto: a segurança deve estar nas mãos das pessoas que têm algo a perder.

Há outro dado relevante: a origem da Guarda Nacional está na França, na legislação burguesa, em que os oficiais eram eleitos, o cunho era completamente antiabsolutista, ao mesmo tempo em que a burguesia, ao criar a Guarda Nacional, queria controlar o jacobinismo (ala radical na Revolução Francesa). No Brasil, a Guarda Nacional torna-se um sistema de promoção e, tal como se fosse um título, tornou-se sinônimo de prestígio, paralelo ao nobiliárquico, fazer parte da Guarda Nacional, até mesmo porque a hierarquia interna era organizada pela renda – quem tem mais sobe mais. Aquele que ascendia economicamente procurava fazer parte da Guarda. A ideia do coronel e do coronelismo no Brasil deriva da aura criada pelos que fizeram parte da Guarda Nacional, como se a partir desse cargo adquirissem o direito de chefiar as localidades, na ausência do Poder Público.

Essas características da Guarda Nacional distam das do Exército Imperial, no qual não se tinha vinculação com as classes altas, como na Guarda, além de estarem mais distantes da elite rural e formarem uma burocracia.

A história das Polícias Civil e Militar no Brasil

Antes da história da Polícia no Brasil, leia o conceito geral de polícia:

É uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa a pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade,

da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais (BOBBIO et alli, 1998, p. 944).

A Polícia Civil no Brasil tem origem na Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, órgão instituído em 1808 pelo príncipe-regente D. João VI, dois meses após a chegada da família real ao Rio. Em 22 de junho de 1808, outro avanço na institucionalização da segurança pública foi a criação da Secretaria de Polícia, órgão policial que daria nova estrutura e seria o embrião das futuras polícias civis. No ano seguinte, com o decreto de 13 de maio de 1809, foi criada a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, destinada à vigilância policial da cidade do Rio de Janeiro, que se tornaria embrião da futura Polícia Militar.

O termo “Civil”, para designar a Polícia, só apareceu a partir de 1866, quando foi criada a Guarda Urbana no Município da Corte, dividindo as atuações entre Polícia Civil e Militar.

Pela lógica da sociedade civil, uma polícia que serve à proteção e segurança dos cidadãos deve ser civil. A polícia militarizada tem origem na monarquia, na medida em que servia de proteção especial da Corte, a origem é de “Divisão Militar da Guarda Real”; portanto, não foi fundada para servir a toda a nação. A denominação oficial para a Polícia Militar só aconteceu na década de 1940.

No Império, as províncias criaram Corpos Policiais, seguindo o modelo do que já era implantado para a defesa da Corte do Rio de Janeiro. Repete-se, inclusive, a índole de atuar mais militarmente e menos civilmente com relação à população. Ainda que mais ligados à população local, os Corpos Policiais (depois, Polícias Militares) estiveram a serviço dos poderes políticos de forma repressiva contra os movimentos sociais e a sociedade civil que enfrentasse o poder político.

Tanto no Império como, mais tarde, durante a República, observamos o enfraquecimento dos poderes locais municipais. Na Colônia, o município gozava de amplas atribuições, como juiz de paz, alguma autonomia política e uma Guarda Municipal, que se manteve no Império com menores atribuições. A Guarda Municipal era subordinada ao juiz de paz e ao ministro da Justiça, e o funcionamento não era periódico – o guarda somente recebia quando mobilizado por mais de três dias consecutivos de serviço, e sua formação era paramilitar. O nível de profissionalização diferia bastante do Corpo Policial, que era sustentado pelas

províncias e subordinado ao presidente de província e, indiretamente, ao Ministério da Guerra. O Corpo Policial ainda era formado por tropa aquartelada, seguindo os moldes do Exército.

Democraticamente, há muito mais sentido na Guarda Municipal – para interesse dos direitos civis dos cidadãos – que na Polícia Militar, já que a Polícia Civil tem funções mais investigativas e judiciárias. O problema é que o modelo que a Guarda Municipal seguiu e segue até hoje é inspirado na Polícia Militar. Esse é mais um dos equívocos e empecilhos para o desenvolvimento da democracia no Brasil, pois o órgão da segurança pública responsável pelo cuidado e pela segurança dos cidadãos leva em seu nome a designação “militar”, que serve para guerras, revoltas e batalhas, mas não para os moldes de uma sociedade civil moderna. Significa que quanto mais “militarizada” é a polícia, mais próxima do Estado e menos próxima da sociedade civil.

Atividade 1

Atende aos Objetivos 1 e 2

a) Seria possível a consolidação da unidade nacional e da independência do Brasil sem as Forças Armadas? Comente.

b) Qual é a origem da Guarda Nacional?

Resposta Comentada

a) Não. Dificilmente isso seria possível. A unidade nacional de que trata a questão só pode ser pensada no sentido territorial, pois o país era bastante fragmentado geograficamente. O elemento que dava coesão ao país, além da religião católica, era a identidade com a monarquia; levando em conta esse fato, a simpatia de setores da elite comercial e agrária, assim como da população urbana, a D. Pedro, influenciado por políticos importantes do Conselho de Estado – como José Bonifácio, Carneiro de Campos, Vis-

conde de Cairú, etc. –, logrou convencer as tropas formadas por oficialato (em grande parte, português), a defenderem os interesses do Brasil contra Portugal. No entanto, você pode argumentar que a dimensão das lutas pela independência não foi tão grande em comparação com outros países, e que os maiores conflitos se deram internamente, sendo muitos deles por questões sociais e por direitos civis.

b) A Guarda Nacional teve origem no período da Regência. Foi criada pelo regente Padre Feijó, em 1831, e era uma tentativa de criar vínculos com os poderes locais, para não depender dos oficiais do Exército Imperial, que eram tratados com desconfiança pelos políticos do partido liberal. A principal atuação da Guarda Nacional foi a de reprimir os movimentos e revoltas que ocorreram durante quase todos os anos da Regência.

A Guerra do Paraguai



Figura 12.5: Batalha do Riachuelo, por Eduardo de Martino: em 11 de junho de 1865, no rio Paraná, travou-se a batalha naval do Riachuelo, na qual a esquadra brasileira derrotou a paraguaia, cortando as comunicações dos paraguaios, que atacavam o Rio Grande do Sul.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Martino-riachuelo-MHN.jpg>

A Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança aconteceu entre os anos de 1865 e 1870, entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Foi o conflito de maiores dimensões na história do continente. Do lado vencedor: foram 50 mil brasileiros mortos, 18 mil argentinos e pouco mais de 3 mil uruguaios. Do lado vencido: foram 300 mil paraguaios mortos – entre civis e militares.

Entre os anos de 1864 e 1865, o Paraguai, liderado pelo ditador Solano López, fez várias investidas nos territórios vizinhos, numa tentativa de expandir o território paraguaio e conquistar o acesso ao mar.

O Brasil costumava ter boas relações com o Paraguai, diferentemente do que acontecia com a Argentina e o Uruguai. Mas houve um erro da diplomacia brasileira em não dar atenção à movimentação militar do Paraguai na fronteira. Um dos motivos da guerra foi o ajuste na formação dos Estados dessa região: Argentina, Paraguai, Uruguai e partes do Rio Grande do Sul, que antes formavam o Vice-Reinado do Prata.

Nessa guerra maldita, como relatou o historiador Francisco Doratioto (*Maldita guerra – Nova história da Guerra do Paraguai* (2002)), o principal peso bélico ficou por conta do Brasil, assim como em materiais humanos. Doratioto trata de algo em torno de 139 mil homens enviados pelo Brasil, enquanto o professor José Murilo de Carvalho (1996) aponta um número um pouco menor de combatentes brasileiros, 135.582, divididos em:

Voluntários da Pátria	54.992
Guarda Nacional	56.669
Recrutados e libertos	8.489
Exército de linha	12.432
TOTAL (SOLDADOS)	135.582



Figura 12.6: Voluntários da Pátria é o nome dado aos corpos de militares criados pelo Império do Brasil (1822-1889) no início da Guerra do Paraguai (1864-1870), em 7 de janeiro de 1865, buscando reforçar o número de militares no Exército brasileiro.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Guerra_do_Paraguai_-_Volunt%C3%A1rios_da_P%C3%A1tria.JPG

Desde o início da guerra, foi grande o contingente de voluntários, pois receberam a promessa de receber pagamento e um pedaço de terra no retorno, mas isso nunca aconteceu. Os Voluntários da Pátria representaram o maior contingente de soldados.

Com o prolongamento da guerra, outros “métodos” de recrutamento foram utilizados, já que o governo não contava com um serviço militar obrigatório. Era cada vez mais frequente o oferecimento de liberdade aos escravos para poderem ir à guerra.

Mesmo com relações de troca, como promessas de dinheiro, liberdade, etc., foi surpreendente a adesão dos voluntários na Guerra do Paraguai, sobretudo em um país com sentimento de nação quase inexistente.

Pela proximidade com o combate, o Rio Grande do Sul foi o que mais enviou soldados: entre voluntários e membros da Guarda Nacional, foram 33.803, depois vinha a Bahia com 15.197 – na época a província mais populosa do Brasil.

A sociedade civil teve participação ativa na guerra, já que era um momento único na história do país. Há um caso de uma sociedade em Minas Gerais, a chamada “Sociedade Amor da Pátria”, que organizava doações em dinheiro para a campanha da guerra. E na partida dos voluntários, a comoção era grande: com missas, sessão solene na Câmara Municipal, execução de Hino Nacional e entrega da bandeira, com direito a discursos.

Isso significa que a Guerra do Paraguai contribuiu para dar uma realidade comum aos brasileiros, um propósito compartilhado entre os habitantes. O que foi mais particular ainda era o pedido de atuação dos negros livres e libertos, como o dos libertados, a fim de serem recrutados. Era uma situação irônica, destaca Carvalho (1996, p. 351):

Pedia-se a não-cidadãos, não só no sentido político como civil, que fossem lutar pela pátria que os escravizava. No entanto, eles foram em bom número. Os negros, livres ou libertos, formavam a maioria das tropas, ao ponto de despertar reações racistas dos paraguaios e mesmo dos aliados argentinos.

Uma das regras políticas antigas para criar a coesão interna é encontrar um inimigo externo, e o Paraguai veio a calhar. Foi com a guerra que ex-escravos, mulheres e soldados, quase a soma de cidadãos inativos, tivessem um lugar ao sol no mundo real da política do país (CARVALHO, 1996, p. 352). O Estado precisava do povo, e o povo compareceu e foi patriota.

Quais as consequências principais da guerra? A maior maldição ficou por conta do Paraguai, pelo grande número de mortos e pela destruturação do país, mesmo levando-se em conta que o estágio de miséria paraguaio era anterior à guerra, como mostrou Doratioto (2002). A guerra era uma tentativa de Solano López de reerguer o país. Certamente, ela foi um marco definidor do sentido do Paraguai como nação.

Para o Brasil, a principal consequência foi o sucesso em mobilizar a sociedade em prol da defesa da nação, até mesmo incluindo, pela primeira vez, a população escrava como defensora do país, dado que seria significativo para o próprio processo de abolição: se estiveram prontos para defender uma nação, logo não poderiam mais ser tratados apenas como coisas, lhes fora dada uma identidade comum. Outros dois pontos marcantes foram: o desgaste da monarquia, com os altos custos da guerra, que economicamente fora um desastre, e a crise entre os partidos; e, correndo em paralelo, o surgimento de uma força política, os militares.



Figura 12.7: Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias (Porto da Estrela, 1803 – Desengano, 1880). Alcunhado de o Pacificador ou o Marechal de Ferro, foi um dos mais importantes militares e estadistas da história do Império do Brasil. Teve participação marcante nos conflitos da Guerra do Paraguai.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Lu%C3%ADs_Alves_de_Lima_e_Silva.jpg

A Questão militar e a República

Os militares, enquanto força política, passam a gerar conflitos de poder de maneira mais incisiva na década de 1880, já que eles não se alinhavam completamente dentro dos partidos.

Nas campanhas abolicionistas, nas fileiras do Exército, generalizava-se o ideal abolicionista. O órgão da classe, o Clube Militar, em 1887, demonstra que o Exército rompia com os escravocratas e que nenhum militar iria perseguir os negros fugidos, pois até então os soldados eram utilizados como capitães do mato, aqueles responsáveis pela captura de escravos fugidos.

O problema foi quando o conflito saiu dos partidos e atingiu o governo. A Questão Militar é gerada em um embate entre um veterano da Guerra do Paraguai que fora atingido politicamente por um deputado conservador. Debates violentos na imprensa aconteceram entre o coronel Cunha Matos e o deputado Simplicio Coelho. Isso aconteceu em 1886, quando

as pressões abolicionista, federalista e republicana estavam nas pautas de discussão: três sustentáculos da monarquia que, sem o apoio das armas, não se manteria no poder, tanto que na coalizão entre militares, republicanos, maçons, positivistas e liberais, foram os militares os responsáveis por toda a movimentação de deposição de D. Pedro II e instauração de um novo regime a partir de 15 de novembro de 1889.

Atividade 2

Atende ao Objetivo 3

Leia o trecho e responda à questão que se segue:

A primeira república delimita-se pelos parênteses de duas intervenções militares e pontua-se com várias outras intervenções de menor consequência. Em um país que de 1831 a 1889 não presenciara crise política nacional provocada por interferência da força armada, o fato sinaliza mudança importante. A mudança verificou-se fora da organização militar, isto é, na sociedade, e dentro dela. Os aspectos internos têm merecido pouca atenção dos analistas do papel dos militares na política brasileira. Autores há, por exemplo, que consideram as Forças Armadas como simples representantes de grupos sociais.

A sociologia tem mostrado exaustivamente, no entanto, que organizações possuem características e vidas próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isto vale particularmente para as organizações militares que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Erving Goffman chama de instituições totais. Essas instituições, pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, constroem identidades mais fortes. Quando plenamente desenvolvidas, requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade. São exemplos desse fenômeno as antinomias entre homem velho e homem novo, nas ordens religiosas, e entre militar e paisano, nas organizações militares. Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente (CARVALHO, 2005, p. 13).

Segundo o texto, 1889 é um momento marcante a respeito da ação dos militares na política. Aponte causas dessa ascendência dos militares na sociedade brasileira. Qual característica, apontada no segundo parágrafo do texto apresentado, contribui para o poder político dos militares?

Resposta Comentada

Entre as causas da ascensão dos militares no século XIX, você poderia mencionar os próprios objetivos que compõem essa questão, os resultados da Guerra do Paraguai. A partir desse episódio, a classe militar tornou-se um instrumento de referência popular, sobremaneira quando passou a atuar nas campanhas abolicionistas, um meio de ascensão social e de libertação e local de inserção política fora dos arranjos partidários. A Questão Militar, que contribuiu para o fim da monarquia, era a mostra de quão longe os militares podiam chegar, atingindo não apenas partidos, mas o próprio governo imperial.

A causa central é o resultado da Guerra do Paraguai, e o próprio enfraquecimento do regime monárquico e as crises partidárias deixam o caminho livre para as lideranças militares que, ao contrário de vários políticos, estavam com o moral elevado. Inclusive, depois da monarquia, os militares advogam para si o quarto poder na República, como os sucedâneos do Poder Moderador do Império, ou seja, aquele poder que serve para aparar as arestas, para evitar excessos de um ou outro poder e promover o equilíbrio constitucional.

A característica que contribui para a força dos militares é a unidade. A forma hierárquica, a disciplina, a ideia de uma instituição total, são elementos que promovem uma alta concentração entre os membros desse grupo, gerando relações de afinidade e lealdade entre si.

Conclusão

O propósito desta aula foi conferir a importância das forças repressivas para o Estado brasileiro. As forças repressivas, como as polícias e as Forças Armadas, que compõem o braço armado do Poder Público, de modo geral, possuem um alto poder de organização, e a atuação de cada uma está condicionada à legalidade e à obediência aos poderes

e instituições públicas. Quando atingimos o nível da legitimidade, as forças repressivas prescindem do reconhecimento da sociedade civil. Qualquer autoridade dentro de um sistema de poder funda-se no reconhecimento, que só se realiza se é legítimo.

As questões que envolvem o papel dos militares na sociedade; se os cidadãos sentem medo, frustração, satisfação, segurança ou insegurança diante das forças policiais; as implicações dos militares na política; os riscos das ditaduras militares à democracia e aos direitos civis, e uma série de outros pontos que envolvem a segurança pública, os direitos e o Estado, conectam-se com o tema da legalidade e da legitimidade.

Quando um governo deixa de ser legítimo para uma sociedade, logo as Forças Armadas que o sustentam também o são. A partir do momento em que Portugal deixou de representar os interesses dos brasileiros, o sentimento de legitimidade caiu entre os nativos diante da Corte de Lisboa; restava a sensibilidade das forças repressivas e das lideranças políticas no sentido de promoverem uma nova situação política. Foram nos momentos de maior contato da sociedade com as forças repressivas que mais se verificaram caminhos em conjunto para a construção dos direitos no Brasil, como no caso da participação militar nas campanhas abolicionistas.

===== **Atividade Final** =====

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Leia a matéria e responda:

Ser bombeiro voluntário é tradição de mais de 120 anos em Santa Catarina

Apenas 14% dos municípios brasileiros têm bombeiros. Algumas cidades encontraram outro caminho: o Corpo de Bombeiros Civil. Um exemplo de corporação que funciona muito bem. Um dos motivos é a ajuda da população

Fumaça à vista. A reação é imediata. O deslocamento até o local do incêndio leva apenas cinco minutos. Adriano dirige o caminhão-tanque. Ele é um bombeiro voluntário. Assim como o mecânico João Pedro, que combate as chamas.

“Eu decidi a título de doação para a comunidade. É um dever que eu tenho com a comunidade”, afirma João Pedro Matheus, mecânico e bombeiro voluntário.

Fonte: Portal G1 – Globo – Edição do dia 14/04/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/04/ser-bombeiro-voluntario-e-tradicao-de-mais-125-anos-em-santa-catarina.html>

O trecho da matéria mostra um exemplo de voluntariado que é capaz de envolver uma comunidade. Do mesmo modo, a incorporação dos Voluntários da Pátria foi fundamental para o desenvolvimento do sentimento de nação entre os brasileiros. Você considera que as instituições de segurança pública, como os próprios bombeiros e as demais, podem relacionar-se de modo mais democrático e contribuir para a cidadania no Brasil?

Resposta Comentada

Essa é uma questão para sua reflexão. Não há um gabarito fechado sobre ela. Você pode lembrar que, quando tratamos da polícia no Brasil, comentamos a incongruência, e até o absurdo, de termos no Brasil uma polícia “militar”, enquanto a população é civil. A matéria mostrou que o voluntariado, ou seja, a ação livre da sociedade civil pode gerar bons resultados, sem que as iniciativas sociais estejam sempre a reboque dos poderes públicos estatais. A relação das forças repressivas de modo mais horizontal e positivo, em prol da cidadania, não está em apenas obedecer estritamente às leis e defender o espaço público, mas também em estabelecer canais de contato com as comunidades, estar abertos ao controle público e à participação, gerando um complexo de influência que não torne as instituições públicas apenas à mercê das vontades governamentais.

Resumo

1. A gênese de um Estado, assim como de qualquer poder político, não se faz sem o poder armado.
2. A vinda da família real para o Brasil, em 1808, além dos efeitos políticos e econômicos, propiciou a transferência de Forças Armadas portuguesas para o Brasil. Além dos 15 mil criados que faziam parte da Corte, os navios que trouxeram a família real compunham a maior parte da Marinha portuguesa, formada por oito navios de linha, quatro fragatas, cinco corvetas e três escunas.
3. A consolidação de um poder a partir de uma força política centralizada, no caso, a família real da Casa de Bragança, instalada no Rio de Janeiro, nova sede do Império português, contou com a atuação das forças repressivas em dois sentidos: (i) defesa externa e manutenção do território, lançando mão da Marinha e do Exército portugueses; (ii) proteção da Corte e da burocracia estatal.
4. O início das guerras de independência do Brasil se dá em 18 de fevereiro de 1822, quando a Bahia pretende proclamar a sua independência diante de Portugal. O movimento insere-se nas reações no Brasil contra a tentativa de recolonização por parte das Cortes de Lisboa desde 1821.
5. As Forças Armadas constituem o complexo das unidades e serviços militares do Estado: seu núcleo tradicional e central é formado pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica militares.
6. A história militar brasileira chama de “consolidação” o período que vai de 1828 a 1865, o qual consiste na supressão de levantes, revoltas e movimentos contra o poder central.
7. No combate a essas revoltas, o Exército Imperial foi-se formando. A atuação mais prolongada foi na Revolução Farroupilha (1835-1845), lutada no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina contra rebeldes separatistas e republicanos.
8. À frente dos liberais, o regente Diogo Feijó decidiu licenciar e transferir boa parte da tropa. Concomitantemente, em 1831, os liberais criaram a Guarda Nacional, politicamente mais confiável que o Exército imperial. Essa foi uma estratégia para evitar o poder político dos militares.
9. Com relação ao recrutamento, havia um censo pecuniário para que alguém pudesse ser membro da Guarda Nacional, e o objetivo dos liberais foi exatamente criar um corpo militar aristocrático.

10. A Polícia Civil no Brasil tem origem na Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, órgão instituído em 1808, pelo príncipe-regente D. João VI, dois meses após a chegada da família real ao Rio.

11. No ano seguinte, com o decreto de 13 de maio de 1809, foi criada a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, destinada à vigilância policial da cidade do Rio de Janeiro, que se tornaria embrião da futura Polícia Militar.

12. A Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança aconteceu entre os anos de 1865 e 1870, entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Foi o conflito de maiores dimensões na história do continente. Do lado vencedor: foram 50 mil brasileiros mortos, 18 mil argentinos e pouco mais de 3 mil uruguaios. Do lado vencido: foram 300 mil paraguaios mortos – entre civis e militares.

13. Os Voluntários da Pátria representaram o maior contingente de soldados.

14. A Guerra do Paraguai contribuiu para dar uma realidade comum aos brasileiros, um propósito compartilhado entre os habitantes.

15. Os militares, enquanto força política, passam a gerar conflitos de poder de maneira mais incisiva na década de 1880. Os militares já não se alinhavam completamente dentro dos partidos. O problema foi quando o conflito saiu dos partidos e atingiu o governo. A Questão Militar é gerada em um embate entre um veterano da Guerra do Paraguai que fora atingido politicamente por um deputado conservador.

Informação sobre a próxima aula

Na sequência desta aula, analisaremos a atuação das forças repressivas no século XX, identificando a participação militar e política dessas forças na história do Brasil.

Aula 13

Forças repressivas organizadas
do Estado brasileiro no século XX

*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Meta

Introduzir noções fundamentais a respeito da repressão no Estado brasileiro, no século XX, e também sobre a história da Polícia Militar brasileira.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. listar alguns dos movimentos da sociedade que questionavam o distanciamento político do governo diante dos problemas sociais na Primeira República (1889-1930);
2. apresentar uma noção do que foi a Era Vargas e de que modo a construção da cidadania foi apresentada como projeto político;
3. reconhecer períodos importantes com os militares no poder do Estado brasileiro no século XX, como o regime entre 1964 e 1985;
4. identificar como a repressão militar dificultou e travou o processo de construção de direitos na sociedade brasileira, com destaque para o regime militar de 1964.

Introdução

Na última aula, começamos a trabalhar o tema das forças repressivas no Brasil, indo até o início do século XX. Depois de estudarmos as teorias que explicam a organização militar e estudarmos também a presença dos militares no Império brasileiro, entraremos agora no século XX. Começaremos com a Primeira República (1889-1930), passaremos pelo período Vargas (primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, de 1930 a 1945) e alcançaremos o período militar que se iniciou em 1964 e foi até 1984. Estudaremos também alguns eventos emblemáticos, como as guerras do Contestado e de Canudos, por exemplo.

A Primeira República brasileira

A Primeira República surge da ruptura com o regime monárquico. Em 15 de novembro de 1889, é proclamada a República no Brasil e decretado o fim da monarquia, com o exílio da família real. Essa primeira experiência de governo republicano e federalista encerra-se em 1930.

Uma série de medidas é tomada nesse período, como o Decreto n. 119-A, de 1890, que proibiu a intervenção da autoridade federal e dos estados federados em matéria religiosa, consagrou a plena liberdade de cultos e extinguiu o padroado (que unia a igreja católica ao Estado). Era o rumo da liberalização do sistema político e da formação de um governo nos moldes de outras repúblicas, mais precisamente da Argentina e dos Estados Unidos. De fato, a Constituição republicana do Brasil de 1891, cujo principal redator foi o jurista Rui Barbosa, era praticamente uma cópia das Constituições dos Estados Unidos e da Argentina. Inclusive o nome do país passara de Império do Brasil para Estados Unidos do Brasil. A Constituição de 1891 estabeleceu autonomia aos estados e municípios, extinguiu o Poder Moderador que vigorava no Império, o regime de governo passou a ser o presidencialista, eleito por voto direto, foi eliminada a menção a Deus no preâmbulo da Carta, manteve-se o censo literário para o voto (analfabeto não votava) e, ao mesmo tempo, não promoveu aberturas para a concessão de direitos sociais, já que a matriz desta Constituição era liberal, em que os entes privados geram as condições necessárias para desenvolver esses direitos. A luta por direitos trabalhistas e sociais até a década de 1930 esbarrava na Constituição liberal de 1891. Além de que o próprio Estado interviria o mínimo possível nas relações entre trabalhador e empregador nesse modelo liberal, por exemplo. Iremos observar que um dos pontos de transformação da

Primeira República para o Estado Novo na década de 1930, foi o intervencionismo estatal como bandeira para o desenvolvimento da cidadania, sobretudo dos direitos trabalhistas.

Antes de adentrarmos nos aspectos políticos e institucionais, e nos momentos de repressão na primeira República, vale mencionar alguns dados sobre o contexto social do país. Inclusive porque havia um vácuo entre a realidade social e a vida institucional, o que provocou uma série de revoltas, guerras civis e descontentamentos populares – como iremos observar nesta aula.

O federalismo da Primeira República veio para superar o centralismo político, aplicado no Brasil Império (1822-1889). O objetivo ideal era que as regiões pudessem gozar de maior autonomia administrativa e resolver seus problemas, assim como gerir melhor seus recursos, sem ter de recorrer ao governo central. No entanto, o federalismo praticado na Primeira República provocou a concentração de poder nas mãos de coronéis locais que muito pouco fizeram para transformar a realidade social e econômica do Brasil. O poder desses líderes das oligarquias locais pode ser tratado como um verdadeiro pacto da mediocridade, pois era o tipo de poder que se sobressaía em regiões pobres a partir de uma população miserável e sem direitos, e que apenas mantinha o *status quo* do regime.

A ideia de República foi outra falácia. Primeiro porque o Brasil fez uma República “sem povo”, ou melhor, sem que o povo fosse protagonista. Originalmente, República significa coisa (*res*) do povo (*pública*). Mas como você poderá perceber em seguida, a Primeira República foi feita à revelia do povo, sem estar voltada ao povo e em nome de uma elite econômica de fazendeiros, militares e liberais. As iniciativas políticas não giravam em torno da promoção de valores republicanos, ou seja, de apreço pelas coisas públicas, por ampliação em massa da educação, erradicação do analfabetismo (em 1890, 82,6% da população brasileira era analfabeta) e governos voltados para amenizar o sofrimento da maior parte da população com a pobreza e a miséria. Tampouco houve consulta popular e menos ainda a ampliação do direito ao voto nos 41 anos de existência da Primeira República. Se as eleições são consideradas como um termômetro para a adesão do povo à política, a Primeira República foi um desastre, pois apenas nas eleições para presidente em 1930 o percentual de eleitores superou os 5%.

O final do século XIX e o início do século XX foram de grandes transformações sociais. O fim da escravidão em 1888 gerou uma mudança no padrão de relações no que diz respeito ao trabalho; apesar da insuficiência de vários direitos trabalhistas, a condição de liberdade e trabalho apenas por pagamento estava instituída. Com o início do desenvolvimento da agricultura e indústria no Brasil, e as crises na Europa, foi propício ao país importar imigrantes, em especial portugueses, italianos, espanhóis, alemães e eslavos (em menor número). Essa vinda de pessoas de outras nações concentrou-se no Sul e Sudeste. Em 1900, os estrangeiros eram 16% da população do Sudeste. Segundo o sociólogo Adalberto Cardoso (2010, p. 155), “em 33 fábricas têxteis no estado [de São Paulo] como um todo encontrou 80% de nascidos fora do Brasil e estimativas para 1913 na capital apontavam que 80% dos trabalhadores da construção civil eram italianos”.

As péssimas condições de vida, mesmo nas regiões mais ricas, como São Paulo e Rio de Janeiro, propiciavam descontentamentos por parte da população. Uma das formas de manifestação foram as greves operárias, organizadas por movimentos anarquistas. O anarquismo foi bastante fértil no Brasil nesse início de século XX porque a política era demasiadamente oligárquica, feita de modo distanciado da população. Desse modo,

a partir da década de 1910, o anarquismo tornou-se força praticamente exclusiva nos meios operários, sendo a ação sindical a forma por excelência de afirmação de voz numa esfera pública caracterizada por todo tipo de obstáculo à participação. Para os anarquistas, a política era o campo de ação “dos outros”, “dos ricos” (CARDOSO, 2010, p. 174).

Após uma análise do percurso político da Primeira República (ou República Velha), iremos observar outras expressões de descontentamento popular diante da forma com que a política era feita e da carência de direitos, como através de movimentos messiânicos e revoltas urbanas.

A República da Espada (1889-1894)

O primeiro momento da recém-proclamada República brasileira é conhecido como República da Espada, que vai de 1889 a 1894. O nome acompanha o período em que o país viveu a sua primeira ditadura militar sob a presidência dos então marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

O fim da monarquia, em 15 de novembro de 1889, não representava o interesse de toda a sociedade, como o então Marechal Deodoro da Fonseca havia proclamado, mas sim do partido republicano e de um grupo militar insatisfeito com as atitudes do Império brasileiro. A República da Espada trouxe um novo problema à arena política brasileira: Qual seria o modelo republicano a ser adotado? Se havia de um lado os militares que apoiavam a ideia de um regime centralizador, por outro havia as oligarquias rurais e os grandes cafeicultores de São Paulo, que se apresentavam contrários a esta ideia, alegando que deveria acontecer a implantação de um regime que fosse voltado aos estados, com maior autonomia a cada um, para que não fossem controlados economicamente e, menos ainda, sentirem-se ameaçados.

Deodoro da Fonseca foi eleito pelo Congresso Nacional em 1891, o que representou a vitória dos militares contra o adversário civil – Prudente de Moraes. No entanto, no mesmo ano de 1891, devido à forte instabilidade em seu governo, crises econômicas, desavenças com as oligarquias e o insucesso em promover um golpe de Estado fizeram com que Deodoro relegasse a presidência da República ao seu vice, Floriano Peixoto, que governaria até 1894.

Muitas decisões que Floriano Peixoto tomaria enquanto presidente da República objetivaram conquistar a adesão popular ao novo regime, o que de certa forma conseguiu. Ao obter a simpatia de boa parcela do povo, ele iniciou a consolidação da República, porém, logo de pronto, enfrentou várias batalhas, entre elas a Revolução Federalista, que ocorreu no Rio Grande do Sul, o Manifesto dos 13 Generais e a Segunda Revolta da Armada. Esta Revolução só veio ter fim quando o governo de Floriano já havia acabado, em 1895, saindo-se vitorioso o exército republicano.



Revolução Federalista



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Gumercindo_tropa.jpg

A imagem anterior traz de Gumercindo Saraiva e Aparício Sarai-va (ao centro) com outros comandantes na Revolução Federalis- ta, em 1893. Gumercindo Saraiva foi um dos principais líderes das tropas rebeldes (chamados de “maragatos”) durante a Revo- lução Federalista que desafiava o governo de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, em nome do federalismo, no sentido de instalar um regime parlamentarista. Os republicanos, por outro lado, defendiam um presidencialismo forte, centralizador, como o governo de Floriano Peixoto.

A Revolução Federalista deu-se no ano de 1893 e foi até 1895. Jú- lio de Castilhos, membro do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), defensor do governo e favorável ao estabelecimento de Floriano Peixoto no comando do país, foi intitulado presidente do estado gaúcho. Entretanto, isso desagradou o Partido Fede- ralista, cujos membros eram os maragatos, liderados por Silvei- ra Martins, um inimigo da centralização política que ocorria no

Rio Grande do Sul. Convocaram-se 600 homens para a batalha contra os republicanos (chamados de “chimangos” ou pica-paus, por causa do formato do chapéu). Os combates mais conhecidos foram os de Lagoa Branca e da Restinga da Jarraca, dos quais os federalistas saíram vitoriosos.

A derrota irritou os republicanos e o marechal Floriano Peixoto, que recorreu ao exército federal, conhecido na época como tropa legalista. Os maragatos, por sua vez, receberam o apoio da polícia estadual.

Devido à diferença de forças, os maragatos foram derrotados no embate do riacho Inhanduí (Rio Grande do Sul). Entretanto, apoiados por tropas gaúchas, derrotaram as tropas legalistas na batalha de Cerro do Ouro e mantiveram os ataques a outras regiões do estado.

A guerra chegou ao seu auge no momento em que os maragatos aliaram-se aos rebeldes da Revolta da Armada, que haviam tomado a cidade de Desterro, no estado de Santa Catarina. A vitória das tropas legalistas em Santa Catarina teve, entre outros resultados, um marco simbólico, que foi a mudança do nome da capital, de Desterro para Florianópolis (cidade de Floriano), para marcar a vitória de Floriano Peixoto sobre os rebeldes federalistas.

Após diversas outras batalhas, as forças unificadas conseguiram o estado do Paraná, porém o excesso de combates reduziu seus contingentes de forma alarmante, fazendo-os recuar novamente para o Rio Grande do Sul e concentrarem-se no estado do Paraná. Apenas em 1895, o Presidente recém-eleito, Prudente de Moraes, assina um acordo de paz, dando fim aos combates.

O governo concede novamente o poder para Júlio de Castilhos e os maragatos são penalizados.



Revolta da Armada



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Floriano_Peixoto_na_revista_D._Quixote_1895.jpg.

A imagem retrata o Marechal Floriano Peixoto e a Revolta da Armada, feita em bico-de-pena por Angelo Agostini, na revista *D. Quixote* de 29 de junho de 1895.

A Revolta da Armada foi capitaneada pela Marinha brasileira como forma de representar sua insatisfação com o governo republicano. Tradicionalmente, a Marinha era mais próxima ao regime monárquico e essa revolta representa, entre outros motivos, a insatisfação dessa parte das Forças Armadas contra o regime republicano, encampado pelo Exército. A Revolta da Armada desenvolve-se em duas fases, por isso fala-se em Primeira e Segunda Revolta da Armada.

A Primeira é contra o governo do presidente Marechal Deodoro. Em 1889, logo quando a República foi proclamada, o então presidente provisório marechal Deodoro da Fonseca precisaria lidar com um verdadeiro dilema: escolher qual candidato ia apoiar nas eleições estaduais, pois o apoio a um grupo geraria o descontentamento

tamento da oposição e, de fato, a consequência foi a insatisfação de grupos da elite política.

Dois anos depois das eleições presidenciais, Deodoro da Fonseca foi vitorioso nas eleições e tinha como vice-presidente Floriano Peixoto, que contava com o apoio de todos os seus opositores. Insatisfeito com a escolha do vice-presidente – nesta época, as eleições para presidente e para vice-presidente eram separadas –, o então presidente resolveu agir e ordenou o fechamento do Congresso, o que fez com que alguns centros da Marinha, incluindo o estabelecido na baía de Guanabara, revoltassem-se e apontassem os canhões para a cidade do Rio de Janeiro. Sem apoio do seu gabinete, do Congresso Nacional e até de seus eleitores, o marechal Deodoro encontrava-se acuado e sem saída, e viu que a única possibilidade de impedir que o Rio de Janeiro fosse invadido pelas forças da Marinha era renunciando ao cargo de presidente da República, deixando-o livre ao vice-presidente Floriano Peixoto.

Floriano Peixoto assume o cargo provisoriamente. Entretanto, segundo a nova Constituição brasileira, era necessário convocar novas eleições para o cargo já que Deodoro da Fonseca não havia completado nem metade de seu mandato. Floriano ignorou a lei e a oposição passou a acusá-lo de se manter no poder ilegalmente. O então presidente reuniu o Congresso e depôs todos os governadores que apoiavam Deodoro da Fonseca e que o criticavam.

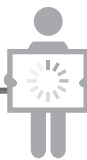
Por conta de sua perpetuação no poder, Floriano recebeu uma carta, vinda da parte de alguns generais, que exigiam a convocação imediata de novas eleições para respeitar a Constituição. Essa é a Segunda Revolta da Armada, contra Floriano Peixoto. Em resposta, além de não levar em consideração o pedido dos generais, o presidente ordenou a prisão de todos os envolvidos com o levante que ameaçava o seu governo.

Neste sentido, os oficiais superiores das Forças Armadas convocaram uma reunião, a fim de escolher os novos governadores e planejar um golpe para destituir Floriano Peixoto. Entretanto, com o frágil apoio que receberam na capital, Rio de Janeiro, não conseguiram mais do que algumas trocas de tiros. A seguir, migraram para o Sul do país, onde acabaram recebendo o apoio dos revoltosos federalistas do Rio Grande do Sul por algum tempo.

Com o enfraquecimento da Revolução Federalista no Rio Grande

do Sul, os maragatos retornaram ao Sul e separaram-se do grupo de revoltosos, o que culminou na vitória do então presidente Floriano Peixoto, amparado pelo Exército brasileiro e pelas elites estaduais, além de por uma nova frota de navios, obtidos no exterior, que derrotou os revoltosos em março de 1894.

A República da Espada, no entanto, não resistiria ao grande poder político dos barões do café de São Paulo e dos pecuaristas de Minas Gerais, que iniciariam uma nova fase da história política do Brasil, que ficou intitulada como a República do Café com Leite, em que políticos das oligarquias desses dois estados alternavam-se no poder.



Sugestão de filme: *Policarpo Quaresma, o herói do Brasil*

O funcionário público Policarpo Quaresma, nacionalista e patriota ao extremo, é conhecido como major Quaresma, no Arsenal de Guerra, onde exerce a função de subsecretário. Com poucos amigos, o major vive isolado em sua casa junto à sua irmã Dona Adelaide, mantendo os mesmos hábitos que repete há 30 anos. Para Policarpo Quaresma, tudo que é brasileiro é superior, o que o faz não ser compreendido por seus pares.

Esse patriotismo leva-o a valorizar o violão, as modinhas do folclore brasileiro, os costumes tupinambás, o tupi-guarani (a verdadeira língua do Brasil, segundo o major). Por isso, torna-se objeto de ridicularização, escárnio e ironia. Um ofício em tupi, enviado ao ministro da Guerra por engano, faz com que Policarpo Quaresma seja suspenso e, como seus gostos sugerem um claro desvio comportamental, é aposentado por invalidez depois de passar algum tempo no hospício.

Após recuperar-se, o major Quaresma deixa a casa de saúde e

compra o Sossego, um sítio no interior do Rio de Janeiro; está decidido a trabalhar na terra. Com Adelaide e o preto Anastácio, muda-se para o campo para colher da fértil terra brasileira seus sustento e felicidade, dispensando adubos.

Depois de algum tempo, o projeto agrícola de Quaresma cai por terra, derrotado por três inimigos terríveis, o clientelismo local, a deficiente estrutura agrária brasileira e as formigas saúvas que atacam sua plantação. Desanimado, estende sua dor à pobre população rural, lamentando o abandono de terras improdutivas e a falta de solidariedade do governo, protetor dos grandes latifundiários do café. Para ele, era necessária uma nova administração.

A Revolta da Armada faz com que Quaresma abandone o Sossego e, como bom patriota que é, siga para o Rio de Janeiro para defender a capital. Alistando-se em defesa do Marechal Floriano, torna-se comandante de um destacamento, onde estuda artilharia, balística e mecânica.

Durante a visita de Floriano Peixoto ao quartel que o major fora designado, que já o conhecia do arsenal, Policarpo fica sabendo que o presidente havia lido seu projeto agrícola para a Nação. Diante do entusiasmo e das observações do comandante, o presidente limita-se a responder: “Você Quaresma é um visionário”.

Após quatro meses de revolta, a Armada ainda resistia bravamente. Diante da indiferença de Floriano com seu projeto, Quaresma começa a se questionar se valeria a pena deixar o sossego de casa e arriscar-se, ou até morrer nas trincheiras por esse homem que não parecia estar interessado. Ao fim da revolta, Policarpo Quaresma é designado carcereiro da Ilha das Enxadas, prisão dos marinheiros insurgentes.

Uma madrugada, a ilha é visitada por um emissário do governo que, aleatoriamente, escolhe 12 prisioneiros que são levados pela escolta para serem fuzilados. Indignado, escreve a Floriano, denunciando esse tipo de atrocidade, cometida pelo governo. Por conta de sua atitude, acaba sendo preso como traidor e conduzido à Ilha das Cobras. Apesar de tanto empenho e fidelidade ao país, Quaresma é condenado à morte. Depois de tanto amar a sua pátria é esta que retira a sua vida, assinalando o triste fim de Policarpo Quaresma.

Você pode conferir o filme no YouTube, acessando o link: <http://www.youtube.com/watch?v=mSSTpFHL3J0>. Ou por meio da busca por “Policarpo Quaresma, o Herói do Brasil - Filme Completo”.



Positivismo

O positivismo é uma doutrina social creditada ao francês Auguste Comte (1798-1857) e sugere a ideia de que a sociedade só pode ser convenientemente reorganizada através de uma completa reforma intelectual do homem. Ou seja, o foco está no homem, e não na reforma de instituições. O positivismo comteano propõe que há um progresso do pensamento humano voltado para a ciência e que gradualmente a humanidade iria se ver livre de concepções mágicas, místicas, metafísicas e religiosas, para chegar a um estágio positivo, ou seja, cujo pressuposto para os valores humanos partiria apenas da ciência.

Comte sugere a observação científica da realidade, que nos permitiria viabilizar o estabelecimento de leis universais para o progresso da sociedade e dos indivíduos. Ele acreditava na possibilidade da observação da vida a partir de um modelo científico único que permitiria interpretar a História e o homem e trabalhar em um novo modelo para melhorar e evoluir a espécie humana. O processo de evolução divide-se em três estágios, a fase teológica e a fase metafísica – estágios inferiores –, e o estágio superior: a fase positivista. Para Comte, progredir era sinônimo de respeitar a ordem, e esta visão está relacionada ao contexto de caos e anarquia em que ele viveu na França pós-revolucionária, em que uma das maiores demandas no panorama político era a ordem para a estabilidade das instituições e da vida social. O modelo positivista é voltado para um regime republicano baseado em uma espécie de ditadura científica.

Um dos princípios do positivismo é a separação entre o poder religioso e o poder civil, isto é, somente homens esclarecidos cientificamente seriam os verdadeiros sacerdotes do saber. Esta sabedoria transmite-se aos ditadores ilustrados, e estes possuem as condições de comandar o Estado e as classes inferiores. Comte também era defensor da universalização do ensino primário e do amparo ao proletariado.

A doutrina positivista repercutiu enormemente em países da América Latina, em especial no Brasil e no México. Em 1876, foi fundada a primeira sociedade positivista do Brasil, cujo objetivo era expandir a doutrina positivista e aplicá-la para a sociedade e na política brasileira. Posteriormente, foi fundada uma Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, a qual originou o Apostolado Positivista do Brasil e a Igreja Positivista do Brasil, para formar crentes no positivismo e modificar a opinião por meio de intervenções oportunas. Acontece que o positivismo procurou formar uma religião da humanidade, em que seriam cultuados – ao invés de santos, Maria, Jesus Cristo e Deus –, os grandes cientistas do passado, uma mulher que era considerada musa por Comte e a própria humanidade.

O positivismo no Brasil teve entrada a partir das escolas militares e foi importante no movimento republicano contra a monarquia na década de 1880. É marcante a influência do positivismo no Brasil na proclamação da República e na escolha da nova bandeira para o país, em que o lema “Ordem e Progresso”, é retirado de uma frase de Augusto Comte: “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”, que é o lema da religião positivista pautada no altruísmo, no viver às claras e para outrem. O lema da bandeira brasileira, criado no período da República da Espada, é, portanto, um pressuposto do positivismo de Comte.

A República Oligárquica (1894-1930)

O segundo momento da Primeira República Brasileira foi de governos civis, a partir de Prudente de Moraes em 1894 até Washington Luís em 1930. Mas, politicamente, quem consolidou o regime republicano no Brasil foi Campos Sales, que governou o país entre 1898 e 1902, reestruturando as finanças, criando uma aliança entre as principais oligarquias estaduais e promovendo um hiperfederalismo – descentralização administrativa em que os estados gozavam de ampla autonomia, ao mesmo tempo que o presidente da República possuía amplos poderes para intervir – por meio de intervenção federal ou estado de sítio – quando o governo de um estado não estivesse ligado à oligarquia dominante na União Federal e compromettesse a estabilidade do regime.

Apesar dessa passagem para governos civis em 1894, os militares só se afastaram do poder depois de situações conturbadas na Primeira República, em que ficaram bastante desgastados, como na Campanha de Canudos – que iremos saber logo mais – e com o assassinato do ministro da Guerra do presidente Prudente de Moraes.

A seguir, iremos analisar alguns episódios que marcaram a história do país na Primeira República, em que a população agia ou organizava-se contra a ordem estabelecida, como greves operárias, guerras civis, revoltas populares, insurreições nas Forças Armadas e movimentos militares em conjunto com a população. Dentre os principais, é possível tratar da Revolta da Vacina, da Revolta da Chibata, da Guerra de Canudos e da Guerra do Contestado. Esses movimentos foram gradativamente minando os governos da Primeira República em sua legitimidade perante a população e as próprias elites políticas, cujo fim foi o cume do descontentamento de um setor da elite política e de militares.

Revolta da Vacina



Figura 13.1: A Revolta da Vacina.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Revista_da_Semana.jpg

A imagem anterior é da *Revista da Semana* sobre a Revolta da Vacina, em outubro de 1904.

A Revolta da Vacina foi uma manifestação popular, ocorrida na então capital brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904, contra a imposição da vacinação obrigatória da população. O objetivo da campanha era erradicar doenças tropicais, como: febre amarela, varíola, malária e peste, além de melhorar as condições de higiene da então capital da República. O plano de saneamento básico, organizado por Oswaldo Cruz, foi elaborado em sintonia com a política de modernização do espaço urbano do então prefeito da capital federal, Pereira Passos.

Entre os problemas enfrentados pelo Rio de Janeiro, a falta de saneamento básico e de higiene por parte da população destacavam-se claramente. Como consequência, a propagação de doenças era recorrente e a cidade possuía uma péssima imagem no exterior.

Devido à situação sanitária caótica, o então presidente Rodrigues Alves (1902-1906), nomeou o sanitarista Oswaldo Cruz como diretor-geral do Departamento Federal de Saúde Pública (DGSP), cargo equivalente ao de ministro da Saúde. Os três primeiros passos para sair desta situação eram: erradicar a epidemia de febre amarela, vacinar a população contra a varíola e melhorar as condições de vida dos habitantes.

Para cumprir o proposto, Oswaldo Cruz encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de lei sobre a obrigatoriedade da vacinação, a chamada Lei da Vacina Obrigatória, o que gerou insatisfação de diversos setores da sociedade civil. A população temia que a vacina fosse uma forma de extermínio das camadas pobres, visto que a reformulação do sistema de saúde estava ligada à modernização da cidade, inspirada nos moldes parisienses e proposta por Pereira Passos e Rodrigues Alves, com a destruição de cortiços e casebres integrantes da região central da cidade para dar lugar a grandes avenidas e ao alargamento de ruas. A consequência de tais medidas foi o aumento demográfico tanto nas encostas dos morros cariocas quanto nas regiões periféricas. A aprovação da Lei da Vacina foi apenas o estopim da revolta.

Oswaldo Cruz recrutou mais de 1.500 pessoas para o combate ao mosquito, vetor da febre amarela. Todavia, a campanha não esclarecia as dúvidas da população sobre a campanha de vacinação. Aliada a esta ausência de esclarecimentos, a tomada arbitrária de atitudes agressivas – as chamadas “brigadas mata-mosquitos” eram formadas por funcionários do Serviço Sanitário, que invadiam as casas e vacinavam as pessoas à força, com a ajuda de policiais, além de exterminarem mosquitos e ratos – por parte dos agentes de saúde incitou a revolta junto à população.

Percebendo a crescente insatisfação popular, diversos setores da oposição ao governo e grande parte da imprensa mobilizaram-se contra as medidas sanitárias propostas por Oswaldo Cruz. Alguns historiadores consideram que a revolta popular fora, na realidade, um movimento manipulado politicamente por partes da elite brasileira insatisfeita com os rumos da República. Para aumentar a crise, criou-se a Liga contra a Vacina Obrigatória.

O levante popular explodiu no dia 11 de novembro de 1904. Carroças, bondes e postes de iluminação destruídos, lojas saqueadas, policiais atacados. A população reivindicava o fim da vacinação obrigatória, mas aproveitava para demonstrar também a insatisfação com o projeto de transformação urbanística da cidade do Rio de Janeiro.

Com a situação incontrolável, o governo suspendeu a obrigatoriedade da vacina e declarou estado de sítio. A rebelião foi contida no dia 16 de novembro, deixando dezenas de mortos e feridos. Centenas de participantes do motim foram enviados para o Acre, como penalização. Após o governo reassumir o controle da situação, o processo de vacinação foi reiniciado.

Revolta da Chibata



Figura 13.2: O líder da Revolta da Chibata, João Cândido Felisberto, com repórteres, oficiais e marinheiros no encouraçado Minas Gerais, em 26 de novembro de 1910.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Joao_Candido.jpg

No início do século XX, os marinheiros brasileiros eram submetidos a uma dura rotina de trabalho e recebiam salários baixíssimos. Além disso, quando de baixa patente, eram submetidos a castigos físicos, chibatadas, toda vez que não cumpriam a ordem estabelecida, mesmo a prática sendo proibida desde o final do Império.

Em 1910, sob o comando de um marujo negro e analfabeto chamado João Candido, os marinheiros dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo organizaram um protesto, tomando o controle das embarcações

e enviando um telegrama ao presidente brasileiro, exigindo que os castigos fossem abolidos, os salários incrementados e uma folga semanal, concedida a todos os marinheiros. Se não tivessem seu pedido imediatamente atendido, ameaçavam bombardear a capital.

A gravidade da situação e as seguidas críticas dos grupos políticos oposicionistas fizeram com que o governo decidisse por atender aos pedidos dos marinheiros. Em poucos instantes, o Congresso votou uma lei em que o castigo físico era abolido e todos os envolvidos na revolta não sofreriam qualquer tipo de punição.

O governo, no entanto, revelando sua face autoritária, descumpriu suas próprias determinações e prendeu alguns dos participantes dessa primeira revolta. A mudança aconteceu quando, alguns dias antes, provavelmente empolgados pela primeira revolta, um grupo de fuzileiros navais alocados na Ilha das Cobras resolveu organizar uma nova manifestação contra o governo. O Exército foi enviado para um violento ataque contra os rebeldes com o objetivo de destruí-los. Os sobreviventes foram deportados para a Amazônia e obrigados a trabalhar em seringais da região.

Durante a realocação para o território amazônico, alguns dos condenados foram submetidos ao fuzilamento. João Candido acabou sendo inocentado pelo governo federal, mas ao preço de perder seu cargo na Marinha brasileira e ser internado como louco no Hospital dos Alienados, uma pena talvez tão cruel ou até mais que a prisão. Em 1969, ele acabou morrendo pobre, esquecido e acometido por um câncer.

Guerra de Canudos

No início da Primeira República, entre os anos de 1896 e 1897, o interior do Nordeste brasileiro foi palco de um dos maiores conflitos sociais envolvendo a luta das populações pobres pela manutenção de terra. As principais causas deste conflito, que desencadeou a Guerra de Canudos, estão relacionadas às condições sociais e geográficas da região.

As características geográficas e as condições sociais do Nordeste brasileiro formavam um conjunto de fatores geradores de um estado de conflito e revolta social. A região à época era composta de latifúndios pouco produtivos, mas a partir dos quais os fazendeiros, considerados como coronéis, aliados aos governos estaduais, exerciam a dominação política e física sobre a população. E através de meios de intimidação

repressiva, econômica e psicológica, garantiam o seu poder e dos políticos estaduais contra a população. O povo via-se dependente desses coronéis, por conta da concentração de terra e meios para subsistência, além da seca que dificultava iniciativas de superação dos sertanejos pela agricultura.

Esses coronéis, por serem os donos das terras da região, mantinham uma enorme massa de sertanejos em condições de absoluta miséria, já que estes eram obrigados a aceitar as péssimas condições de trabalho impostas pelos coronéis, situação agravada pelas condições do clima da região. Muitas vezes, aceitar a supremacia do coronel era uma questão de vida ou morte, já que o Nordeste brasileiro sofria com um período de seca que assolava toda a região, acabava com as plantações de alimentos, matava as criações de animais e secava os reservatórios de água.

A miséria das populações do interior do Nordeste brasileiro favorecia os conflitos e revoltas sociais, formando grupos de cangaceiros que saqueavam casas, cidades e mesmo fazendas inteiras, roubando tudo que podiam e aterrorizando a região. O cangaço era uma forma de luta, em forma de banditismo, contra a miséria e a fome, com um evidente caráter vingativo e violento.

Outra forma de reação diante da situação nordestina – de miséria, descaso dos governos locais e da República, e condições ambientais de seca – provinham das lideranças religiosas, conhecidas na região como beatos ou conselheiros. A pregação da salvação da alma que esses religiosos realizavam mobilizava seguidores e favorecia a formação de comunidades ao seu redor. Eles se contrapunham ao catolicismo conservador vigente e, por esse motivo, não eram bem-vistos pela Igreja oficial.

A história do arraial de Canudos começa por volta de 1893. Nesta época, em Canudos, que fica no vale do rio Vaza-barris, interior da Bahia, o beato Antônio Conselheiro reuniu um grupo de fiéis seguidores para pregar a salvação e dias melhores para quem o seguisse. Ao longo do tempo, o arraial foi crescendo e, em 1896, chegou a 15 mil sertanejos que viviam de modo comunitário, à base da criação de animais e de plantações.

A produção era dividida entre os habitantes e seu excedente era comercializado nas cidades vizinhas, permitindo que a comunidade conseguisse aquilo que não conseguia produzir. Além disso, os habitantes formaram grupos organizados para proteger a região, permitindo que em alguns anos a região se firmasse como a grande saída da miséria e da dominação.

O rápido crescimento da comunidade de Canudos, pouco a pouco, começou a incomodar os coronéis locais que perdiam a mão de obra barata. Sendo assim, o arraial de Canudos passou a ser alvo de inúmeras críticas. Padres e coronéis pressionavam o governador do estado da Bahia para que este acabasse com o arraial de Canudos. Na imprensa, intelectuais e jornalistas baianos condenavam os habitantes da comunidade, acusando-os de buscarem restabelecer o regime monárquico e chamando-os de “fanáticos” e “degenerados”.

A pressão surtiu efeito e fez com que o governo da Bahia organizasse expedições militares para destruir Canudos. A primeira, composta por 120 homens, terminou sendo vencida pelos fiéis de Antônio Conselheiro; a segunda expedição, composta por 500 homens, também foi derrotada pelos sertanejos do arraial.

Diante dos dois primeiros fracassos, o governo estadual organizou uma terceira expedição militar composta por 1.200 homens, porém esta também não obteve sucesso e, com a terceira derrota, a resolução do problema passou para a competência do governo federal. O então ministro da Guerra, Carlos Bittencourt, preparou uma quarta expedição, que foi composta por 6 mil homens.

Fortemente armados, os soldados cercaram por três meses o arraial de Canudos, que sofreu forte bombardeio e depois foi invadido. O arraial foi completamente destruído em 5 de outubro de 1897. Os sertanejos de Canudos, homens, mulheres, idosos e crianças, foram massacrados pelos soldados, que tinham ordens para não fazer nenhum prisioneiro.



Sugestão de filme: *A Guerra de Canudos*



Figura 13.3: Pôster do filme *Guerra de Canudos*.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/5/50/Canudosfotocapa.jpg>

A Guerra de Canudos acabou se tornando um filme, de 1997, estrelado por Cláudia Abreu, Paulo Betti, Marieta Severo, José Wilker e grande elenco, que recontou a história de Antônio Conselheiro.

Guerra do Contestado

A região fronteira entre Santa Catarina e Paraná recebeu o nome de Contestado devido às sucessivas disputas políticas e econômicas entre os dois estados pelo domínio da região. Tratava-se de uma região estratégica para a produção e o transporte das principais riquezas da região no início do século XX, a erva-mate e a madeira. A região também era palco de conflitos locais entre grandes proprietários de terras, que forçavam agregados e posseiros a se estabelecerem em outras regiões.

A construção de uma estrada de ferro interligando os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul passava pela região, e, por sua vez, agravou o problema social ali instalado ao exigir a desocupação das famílias por onde a estrada fosse passar, ao mesmo tempo atraiu cerca de 8 mil operários para a construção da obra.

A mesma construtora da estrada de ferro, a companhia Brazil Railway, adquiriu uma área com mais de 180 mil hectares onde realizaria exploração madeireira. Novamente, utilizando um moderno maquinário para a execução deste novo empreendimento, a empresa estrangeira precisou de um contingente mínimo de mão de obra, o que acabou repetindo a expulsão forçada de outra leva de pequenos agricultores que também estavam fixados naquela região.

A formação dessa massa de trabalhadores sem trabalho, camponeses desapropriados e o descaso do governo com a questão social propiciaram a formação de movimentos messiânicos na região, algo parecido com o que ocorrera em Canudos. Diversos profetas, beatos e “monges” surgiram com pregações por ideais de justiça, paz e comunhão, que seriam estabelecidos a partir de movimentos de inspiração religiosa. A origem desses peregrinos religiosos no interior do Sul do Brasil é anterior à República e teria inspirado os monges que influenciaram nos conflitos da guerra do Contestado entre 1912 e 1916. Um monge de origem italiana, João Maria D’Agostini, já fazia peregrinações entre 1844 e 1870, ajudando na cura de doentes por onde passava e arrebatando crentes para a sua caminhada. Outro monge, que viveu em época mais próxima do início da guerra, foi Atanás Marcaf, que adotava o nome de João Maria de Jesus e se dizia aliado dos sofredores. Morto em 1908, sua ressurreição era esperada por seus seguidores. Esse clima de messianismo contribuiu para que a figura do curandeiro de ervas José Maria de Santo Agostinho surgisse como o primeiro monge diretamente ligado aos combates, que foi inclusive o primeiro comandante das forças rebeldes contra o governo brasileiro em 1912. Em suas pregações, José Maria atacava o autoritarismo da ordem republicana e pregava por novos tempos de prosperidade e comunhão espiritual.

Buscando inspiração na lenda messiânica do antigo rei português dom Sebastião, José Maria agrupou dezenas de seguidores para a fundação da comunidade de Quadrado Santo, que viveria à base da agricultura subsistente e do furto de gado. Preocupados com a formação de comunidades semelhantes a Canudos, os governos estaduais e federal passaram a enviar expedições militares contra a população de Quadrado Santo. Ao saberem da ação do governo, os sertanejos fugiram para a cidade de Faxinal do Irani, no Paraná.

Após essa fuga, ainda no ano de 1912, o governo enviou um novo destacamento militar para entrar em confronto com os seguidores de José Maria. Durante os conflitos, as tropas federais foram derrotadas;

entretanto, José Maria faleceu, em 1912. Após esse primeiro confronto, os rebeldes começaram a reorganizar a comunidade de Quadrado Santo e, no final de 1913, foram capazes de enfrentar o Exército, derrotando as forças do governo republicano.

Em 1914, o governo mais uma vez tentou neutralizar a comunidade. Porém, a fuga dos moradores, mais uma vez, repeliu o fim da comunidade de Quadrado Santo. Novos conflitos sucederam-se com derrotas para o Exército brasileiro contra os rebeldes do Contestado. O já prolongado conflito só veio a ter um fim quando as tropas do governo foram mantidas por mais de um ano em confrontos regulares contra a comunidade revoltosa. Para vencer, as tropas utilizaram aviões e uma pesada artilharia contra a comunidade. O fim da luta viria em 1916, com milhares de sertanejos brutalmente executados.

O Tenentismo



Figura 13.3: Os 18 do Forte de Copacabana.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Os_18_do_Forte.jpg

A imagem anterior marca a coragem de 17 militares e um civil contra as autoridades políticas e militares, em referência àqueles que se revoltaram pelo fim das oligarquias no poder da República brasileira. A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, ocorrida em 5 de julho de 1922, foi a primeira do Movimento Tenentista.

O tenentismo foi um movimento político-militar entre os anos de 1922 e 1935, envolvendo oficiais de baixa e média patente, descontentes com a situação política e social do Brasil. Há três movimentos que são centrais para o tenentismo: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, a Revolução de 1924, a Comuna de Manaus de 1924 e a Coluna Prestes.

Ao mesmo tempo em que o levante dos militares acontecia, a inconformidade da classe média urbana contra os desmandos e o conservadorismo presentes na cultura política do país também crescia e acabaria simpática ao tenentismo, um dos reflexos do evidente processo de diluição da hegemonia das oligarquias que dominavam a política brasileira.

Insuflados pelos anseios políticos e sociais das populações urbanas, os militares envolvidos nos movimentos dos tenentes mostraram-se favoráveis às tendências políticas republicanas liberais. Dentre outros pontos, reivindicavam uma reforma constitucional capaz de trazer critérios mais justos ao cenário político nacional, exigiam o uso do voto secreto, criticavam os vários episódios de fraude e corrupção que marcavam as eleições em todo o país, eram favoráveis à liberdade dos meios de comunicação, exigiam que o Poder Executivo tivesse suas atribuições restringidas, maior autonomia às autoridades judiciais e a moralização dos representantes que compunham as cadeiras do Poder Legislativo. Além de defenderem uma agenda social que contemplasse direitos aos operários, soluções para os problemas da seca e a pobreza.

Este discurso liberal e moralizador, contudo, convivia com a opinião de alguns oficiais que defendiam a presença de um poder forte, centralizado e comprometido com as “necessidades da Nação brasileira”, terminologia não clara na época. Os movimentos tenentistas se sustentavam de duas formas: a partir da violência ou do adesismo de classe, ou seja, ora partiam ou ameaçavam com o enfrentamento direto em nome de suas bandeiras, ora encontravam na adesão das classes sociais médias ou pobres uma fonte de legitimidade.

Durante as eleições de 1922, começaram as manifestações militares. Aproveitando que algumas oligarquias haviam formado uma oposição, os tenentes aproveitaram a oportunidade para apoiar a candidatura de Nilo Peçanha – político que tentou angariar as massas em campanha política por todo o país –, em oposição ao mineiro Arthur Bernardes – politicamente comprometido com o conservadorismo, aliado da oligarquia cafeeira de São Paulo e próximo de setores intelectuais da igreja católica, além de ser o candidato da situação. A falta de unidade política dos militares, todavia, acabou enfraquecendo essa primeira manifestação, conhecida como “Reação Republicana”.

Durante a eleição de 1922, a tensão entre militares e governo aumenta quando diversas críticas contras os militares, falsamente atribuídas a Arthur Bernardes, começam a ser veiculadas nos jornais da época. Com a vitória eleitoral das oligarquias, a primeira manifestação tenentista

veio à tona, com uma série de levantes militares que ficaram marcados pelo episódio dos 18 do Forte de Copacabana, ocorrido na capital Rio de Janeiro, em julho de 1922.

Duas novas revoltas militares, uma no Rio Grande do Sul e outra em São Paulo, aconteceriam nos anos seguintes e demonstrariam a presença dos tenentes e seus correligionários no cenário político. Sua força, contudo, surgiria no momento seguinte à República Oligárquica, quando Getúlio Vargas assume a Presidência da República e absorve os tenentes em seu governo.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao Objetivo 1

a) Ficou marcante uma frase do presidente Washington Luís (governou entre 1926 e 1930) ao dizer que “questão social era caso de polícia”. A frase resumia a postura adotada pelos governos da Primeira República diante dos movimentos sociais. Isso mostra que havia certa simpatia do governo quanto à construção da cidadania no Brasil?

b) Compare a Revolta da Vacina e a Revolta da Armada

Resposta Comentada

a) Bastaria ao aluno responder negativamente e dar alguma explicação, na linha do argumento que será apresentado.

Se cidadania significa a construção dos direitos, ficou bastante claro que o modo como os governos conservadores da Primeira República lidaram com o povo não contribuiu para o desenvolvimento dos direitos.

As condições sociais do país não possibilitavam uma atuação autônoma das pessoas para reivindicarem e buscarem seus direitos, ao passo que a Constituição de 1981, de matriz liberal, pregava a mínima intervenção estatal e a livre disposição dos indivíduos para se relacionarem. As con-

seqüências eram de exploração dos trabalhadores urbanos e precariedade das condições nas lavouras. A situação só não era pior porque a Igreja ainda mantinha várias instituições sociais, como hospitais, abrigos de indigentes, idosos e menores, assim como escolas.

Uma discussão importante feita ao longo da aula foi o caráter da Primeira República, que não foi feita pelo povo e para o povo, mas sim para uma oligarquia, portanto, a conquista por direitos à maioria da população estava comprometida desde sua origem.

b) A Revolta da Armada foi um movimento de marinheiros insatisfeitos com as contínuas punições físicas que sofriam quando não realizavam suas tarefas. Tais punições, denominadas “chibatadas”, estavam abolidas desde o Império. O governo, devido à pressão exercida pelo grupo de marinheiros, cedeu às demandas destes e aceitou a anistia, o aumento do soldo e o fim dos castigos. Entretanto, após a rendição dos revoltosos, o governo prendeu uma parte destes e enviou para a Amazônia.

A Revolta da Vacina, por sua vez, foi um levante popular impulsionado tanto por motivos políticos quanto pelas atitudes intransigentes dos agentes de saúde. O sanitarista Oswaldo Cruz – com o objetivo de erradicar doenças como a febre amarela do Rio de Janeiro – criou brigadas mata-mosquitos para extinguir os focos de doença. Os agentes de saúde, despreparados, atuavam de forma truculenta e sem orientar os cidadãos sobre a importância da ação, tanto do fim dos mosquitos quanto da vacinação. Dada as movimentações populares, o governo suspendeu a obrigatoriedade enquanto enfrentava os levantes populares, enviou alguns presos nos confrontos para o Acre, em exílio e, após a situação na capital Rio de Janeiro retornar à calma, retomou o processo de vacinação.

Desta forma, podemos perceber que ambos os movimentos, um buscando direitos para os marinheiros, outro buscando defender a própria população, tiveram em seus presos a repressão quanto a tais atuações contrárias às atitudes do governo brasileiro.

Revolução de 1930

O segundo momento da República Velha, conhecida hoje como República Oligárquica, possuía como característica a centralização do poder entre os partidos políticos e a conhecida aliança política “café com leite”, entre São Paulo e Minas Gerais, já que o país possuía como base a economia cafeeira e, portanto, mantinha fortes vínculos com grandes proprietários de terras desses dois estados, além do apoio do Rio Grande do Sul, outro estado importante na conformação da política nacional.

A Revolução de 1930 é o resultado acentuado da crise do sistema oligárquico que vinha se arrastando há muitos anos na República Velha. Um dos traços dessa degeneração do sistema oligárquico, moldado por Campos Sales, entre 1898 e 1902, aparece na Campanha Civilista, em que pela primeira vez na História um político – Rui Barbosa – promove uma campanha eleitoral, aproximando-se da população a partir de discursos públicos, manifestações em teatros, passeatas e contatos diretos. Nilo Peçanha tentou recuperar esse espírito de fazer campanha política na Reação Republicana, para a eleição presidencial de 1922.

O que acontece em 1930 já não se trata de uma força opositora fora do concerto das oligarquias, mas de dentro dela. Significa que oligarquias dissidentes em torno de políticos, como Getúlio Vargas, Borges de Medeiros, João Pessoa e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, unem-se contra o domínio da oligarquia paulista, que um ano antes já havia rompido com Minas Gerais e quebrado com a *política do café com leite*. A união opositorista recebeu o nome de Aliança Liberal, formada em 1929 a partir das forças políticas do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba, além de políticos locais em diversos estados, contando também com o apoio de intelectuais e até mesmo de alguns líderes das revoltas tenentistas, assim como setores da classe média urbana e militares.

Nas eleições presidenciais de 1930, estavam no pleito os candidatos Julio Prestes, indicado pelo então presidente Washington Luís, e o opositorista Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal. O candidato governista Júlio Prestes acabou eleito, mas não tomou posse.

A Aliança Liberal, enquanto chapa de oposição, recusou-se a aceitar a validade das eleições, alegando fraude na vitória de Júlio Prestes. Além disso, deputados eleitos em estados onde a Aliança Liberal conseguiu a vitória não tiveram o reconhecimento dos seus mandatos. Em seguida, uma conspiração a partir do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais foi iniciada para evitar a tomada do poder por Júlio Prestes.

Sem obter sucesso na conciliação com Washington Luís – líder da oligarquia paulista –, Getúlio Vargas parte para a capital federal, à época no Rio de Janeiro, para dar um golpe e tomar o poder. Um manifesto lançado por Getúlio Vargas, intitulado “O Rio Grande de pé pelo Brasil”, dava o tom salvacionista da Revolução de 1930. Para conquistar o poder, as forças oposicionistas da Aliança Liberal prescindiam da consolidação das forças repressivas para a garantia do poder, o que foi possível a partir do apoio de setores das forças armadas à Aliança Liberal. O estopim para uma revolta armada acaba sendo quando João Pessoa, candidato à vice-presidente de Getúlio Vargas, é assassinado no Recife. Como os motivos dessa morte foram duvidosos, a propaganda getulista aproveitou-se disso para usá-la a seu favor, atribuindo a culpa à oposição. Somando-se a esse cenário, há ainda a crise econômica que assolava o país e fora acentuada pela crise mundial da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e pelo apoio do Exército – desfavorável ao governo vigente desde o tenentismo –, que começou a se mobilizar e formou uma junta governamental composta por generais. Enfim, o cerco estava armado. No mês seguinte, em 3 de novembro de 1930, Júlio Prestes foi deposto e exilado junto com Washington Luís. O poder foi repassado para Getúlio Vargas, demarcando o fim da Primeira República (que também ficou conhecida na História como República Velha).

A Era Vargas



Figura 13.5: Getúlio Dorneles Vargas (São Borja, 19 de abril de 1882 – Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954) nomeando seus ministros em 1930.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Get%C3%BAlio_nomeando_os_Ministros_03-11-1930.jpg

A Era Vargas é conhecida como o período de grandes transformações no país sob o governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945. Esse foi um momento de ampla modernização do país, com a introdução de indústrias de base, urbanização, reformas administrativas e judiciais, concessão de direitos, forte intervenção do Estado na economia, consolidação do poder do Estado nas ações sociais, como educação e cultura, e centralização do poder político. A face perversa desse período foi a ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945, que suprimiu liberdades, a independência entre os três Poderes e o federalismo.

Não há dúvidas de que Getúlio Vargas marcou e transformou a história do país em seus dois governos (1930-1945 e 1951-1954), deixando um legado que assentou o processo de modernização do país e de uma

cidadania calcada no Estado, que o historiador José Murilo de Carvalho cunhou de *estadania*. Na visão de Getúlio Vargas e daqueles que eram tomados como base para o seu regime, como o sociólogo Oliveira Vianna, o Estado funcionaria como o aglutinador e centro de organização de uma sociedade a partir de corporações. Portanto, em seu regime, tornou-se importante a Justiça do Trabalho como o espaço em que patrões e trabalhadores sentar-se-iam para perceber o resultado da balança da justiça do Estado sobre os agentes privados.

Governo Provisório (1930 - 1934)

O Governo Provisório teve por objetivo reorganizar a vida política do país. Nesse período, o presidente Getúlio Vargas deu início ao processo de centralização do poder, eliminando os órgãos legislativos federal, estadual e municipal. Diante da importância que os militares tiveram na estabilização da Revolução de 1930, os primeiros anos de seu governo foram marcados pela presença dos tenentes nos principais cargos do governo, designados representantes do governo para assumirem o controle dos estados, com o objetivo de anular a ação dos antigos coronéis e sua influência política regional.

Esta medida, no entanto, encontrou um clima extremamente hostil nos estados, principalmente no que diz respeito ao relacionamento entre as velhas oligarquias e os militares interventores. A oposição às ambições centralizadoras de Vargas concentrou-se em São Paulo, onde as oligarquias locais, sob o apelo da autonomia política e um discurso de conteúdo regionalista, convocavam o povo paulistano a lutar contra o governo Getúlio Vargas e exigiam a realização de eleições para a elaboração de uma Assembleia Constituinte. A partir desse movimento, teve origem a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, que não obteria sucesso em sua empreitada, porém seria determinante nas eleições convocadas em 1934.

Mesmo derrotando as forças oposicionistas, o presidente convocou eleições para a Constituinte. No processo eleitoral, devido ao desgaste gerado pelos conflitos paulistas, as principais figuras militares do governo perderam espaço político e, em 1934, uma nova Constituição foi promulgada.

A Carta de 1934 deu maiores poderes ao Poder Executivo, adotou medidas democráticas e criou as bases da legislação trabalhista. Além

disso, sancionaram-se tanto o voto secreto como o voto feminino. Por meio desta resolução e do apoio da maioria do Congresso, Vargas garantiu mais um mandato.

Governo Constitucional (1934 – 1937)

Este segundo momento de Vargas no poder está marcado por um evento que ficaria marcado como estopim para a formação do Estado Novo. A Aliança Nacional Libertadora (ANL), favorável à reforma agrária, à luta contra o imperialismo e à revolução por meio da luta de classes, aproveitando-se desse espírito revolucionário e com as orientações dos altos escalões do comunismo soviético, promoveu uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas. Em 1935, iniciaram-se revoltas dentro de instituições militares nas cidades de Natal (RN), Rio de Janeiro (RJ) e Recife (PE). Devido à falha de articulação e adesão de outros estados, a chamada Intentona Comunista foi facilmente controlada pelo governo.

Getúlio Vargas, no entanto, que cultivava uma política de centralização do poder e após a experiência frustrada de golpe por parte da ANL, utilizou-se do episódio para declarar estado de sítio. A partir desta decisão, Vargas perseguiu seus oponentes e desarticulou o movimento comunista brasileiro. Mediante a “ameaça comunista”, Getúlio Vargas conseguiu anular a nova eleição presidencial que deveria acontecer em 1937 e anunciou outra calamitosa tentativa de golpe comunista, conhecida como Plano Cohen. Neste contexto, Getúlio Vargas anulou a Constituição de 1934, dissolveu o Poder Legislativo, recebeu amplos poderes e iniciou o período que ficaria marcado na história brasileira como Estado Novo.

Estado Novo (1937 – 1945)

No dia 10 de novembro de 1937, era anunciado em cadeia de rádio pelo até então presidente e agora ditador Getúlio Vargas o início do Estado Novo. Começava, então, um período de ditadura na história do Brasil que foi o mais repressivo e com restrição de direitos.

Sob o pretexto da existência de um plano comunista para a tomada do poder, Vargas havia fechado o Congresso Nacional, impondo ao país uma nova Constituição (Carta de 1937), conhecida posteriormente

como “a polaca”, porque incorporava elementos da Constituição autoritária da Polônia e também porque, no momento, um grande contingente de poloneses chegava a São Paulo como imigrantes, daí a adoção do apelido para essa que foi a quarta Constituição brasileira. A ideologia fascista era marcante no Estado Novo, cujo autoritarismo político buscava suprimir o liberalismo, assim como o socialismo e o comunismo internacionalista. A prioridade era para a intervenção estatal nacional: os símbolos da pátria foram fortificados e a língua nacional foi a única a ser considerada oficial e houve perseguição aos imigrantes que não falassem português.

O golpe de Getúlio Vargas foi organizado junto aos militares e teve o apoio de grande parcela da sociedade, já que a propaganda oficial anticomunista no Brasil, desde o final de 1935, alarmara a classe média e a preparou para apoiar sem hesitar a subsequente centralização política que se desencadeava lentamente desde 1930. A partir de novembro de 1937, Vargas impôs a censura aos meios de comunicação, reprimiu a atividade política, perseguiu e prendeu seus inimigos políticos, adotou medidas econômicas nacionalizantes e deu continuidade a sua política trabalhista com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), além de publicar um novo Código Penal e um Código de Processo Penal.

O principal acontecimento na política externa foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo. Tal posicionamento é considerado, por muitos, responsável pela grande contradição do governo Vargas, que dependia economicamente dos Estados Unidos e possuía uma política semelhante à da Alemanha. A derrota das nações nazi-fascistas foi a abertura que surgiu para o crescimento da oposição ao governo de Vargas e o início de sua derrocada. Assim, a batalha pela democratização do país ganhou força, o governo foi obrigado a indultar os presos políticos, além de constituir eleições gerais, que foram vencidas pelo candidato oficial, isto é, apoiado pelo governo, o general Eurico Gaspar Dutra.

Chegava ao fim a Era Vargas, mas não o fim de Getúlio Vargas, que em 1951 retornaria à presidência pelo voto popular.



Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Carteirade_trabalho.jpg

A CLT é a Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-lei de 1º de maio de 1943. Tornou-se a principal norma brasileira relativa ao direito do trabalho, unificando toda a legislação trabalhista então existente, sendo baseada na Carta del Lavoro, do governo fascista de Benito Mussolini na Itália. A CLT tornou-se o maior legado da Era Vargas e representou o ideal, impulsionado por intelectuais como Oliveira Vianna (1883-1951), de que o direito do trabalho como direito social tinha uma particularidade: de que o Estado deveria proteger os trabalhadores que estavam em posição subalterna e subordinada na sociedade capitalista, pois estes precisariam ser protegidos por um agente externo à relação de trabalho. O direito do trabalho seria um passo para o projeto de civilizar o país, o que significa dizer a construção da cidadania.

Aquele que fosse capaz de obter uma carteira de trabalho ganharia um *status* diferenciado na sociedade: equalizava-se a posição de trabalhador com carteira assinada e cidadão. O caráter dessa caminhada é que ela é protagonizada de maneira sobreposta pelo Estado; trata-se de uma cidadania regulada pelo ente estatal, conforme o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos apontou (CARDOSO, 2010, p. 218).

Atividade 2

Atende ao Objetivo 2

Em 1995, quando o sociólogo e então senador Fernando Henrique Cardoso assumiria a cadeira de presidente da República do Brasil, ele anunciou o fim da Era Vargas. Entre outras medidas, isso correspondia a uma diminuição no funcionalismo público, no intervencionismo estatal na economia e em alterações nas leis trabalhistas. Várias dessas medidas não foram cumpridas no período em que FHC ficou no poder, entre 1995 e 2002, mas isso representou a força das medidas adotadas por Getúlio Vargas nos anos 1930.

A respeito da construção de direitos, responda: qual direito era tido como central para o desenvolvimento da cidadania no Brasil? Por quê?

Resposta Comentada

A resposta correta é *direito do trabalho*. Segundo os formuladores da política do presidente Getúlio Vargas, o direito do trabalho ocuparia uma posição central na vida dos brasileiros, pois congregaria a relação ética e comportamental de cada um com uma atividade laboral, incentivaria as pessoas a buscarem a regularização e contribuiria para o crescimento econômico. O direito do trabalho era a forma com que o Estado poderia intervir não só na economia, mas na vida privada dos indivíduos, sob

o argumento de tutela e proteção frente aos empresários e patrões. A ideia era dispor os direitos sociais, começando pelos ligados ao mundo do trabalho, para justamente formar uma sociedade brasileira voltada ao trabalho, integrando sindicatos, empregadores e governo em um entendimento comum a partir da CLT. O Estado seria o organizador de uma sociedade feita de corporações (os sindicatos seriam considerados como corporações). O acesso aos direitos, portanto, seria regulado pelo Estado, pois a porta de entrada seria a carteira de trabalho, a partir da qual a pessoa adquiriria o *status* de cidadão trabalhador, ligado a um sindicato e empregado em uma fábrica, indústria ou comércio.

A crítica que se poderia presumir nessa questão é que os direitos foram dispostos, mas não os meios suficientes para que fossem devidamente cumpridos. O legado da Era Vargas quanto aos direitos, mais especificamente ao direito social do trabalho foi amplo, mas seus meios de execução, restritos e limitados, tanto pelas condições estruturais do país quanto, principalmente, pela falta de iniciativa e comprometimento das autoridades políticas ao longo da História.

O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar

Panorama do período

O período de 1945 a 1964 pouco apresenta em termos de repressão já que fora de liberdade política democrática e de governos civis. Entretanto, com a renúncia de Jânio Quadros e a iminente posse de João Goulart, considerado como simpático ao comunismo, começam movimentações que culminariam com o golpe militar de 1964.

O golpe militar foi deflagrado em 31 de março de 1964, com a movimentação de tropas comandadas pelo então general Olímpio Mourão Filho, no estado de Minas Gerais, que rumaram em direção ao Rio de Janeiro. A falta de reação do governo e dos grupos que lhe davam apoio foi determinante, já que não houve articulação de militares legalistas. João Goulart, que se encontrava no Rio de Janeiro, em busca de segurança, viajou no dia 1º de abril para Brasília e em seguida para Porto Alegre, onde Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e seu

cunhado tentava organizar a resistência a favor do presidente, com o apoio de oficiais legalistas, a exemplo do que ocorrera na Cadeia da Legalidade, em 1961. Apesar da insistência de Brizola, Jango desistiu do confronto com os militares e seguiu para o exílio no Uruguai.

A presidência da República, antes mesmo que João Goulart saísse do país era dita vaga, sendo interinamente assumida por Ranieri Mazzilli, conforme previsto na Constituição de 1946 e como já ocorrera em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. O poder real, contudo, encontrava-se em mãos militares. No dia 2 de abril, o general Costa e Silva enviou uma notificação a todos os comandos militares, informando-os que, em virtude de ser o membro do Alto Comando mais antigo, assumiria o comando do Exército, autointitulando-se comandante-em-chefe do Exército, cargo que cabia ao presidente da República.

Após a implantação da ditadura militar no Brasil, vários setores da esquerda organizaram-se para enfrentar o regime e reaver a democracia. Grupos como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Confederação Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). A resposta do governo militar foi por meio de repressão a muitos desses grupos, com práticas violentas, censura à imprensa, perseguições políticas e civis, e um clima incompatível com liberdades democráticas e o exercício pleno de direitos. Muitos casos de tortura foram apurados durante o regime militar e que até hoje não foram devidamente investigados.

Por outro lado, o golpe militar era saudado por importantes setores da sociedade brasileira. Havia apoio popular para superar as ameaças do governo Jango em instaurar um regime comunista no Brasil, tanto que foi simbólica a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 13 de maio de 1964, organizada pelos setores conservadores da população, em especial a igreja católica, contra o anúncio das *reformas de base* de João Goulart em 1964, que incorporavam uma série de medidas próximas ao comunismo, como desapropriações de terras e promoção do sindicalismo.

Em resumo, não apenas setores do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da igreja católica e parte da elite política e militar apoiaram o golpe, mas também a classe média e a população em geral que estava mais próxima dos valores da Igreja. O entendimento era de que essa era a forma mais efetiva para acabar com a ameaça de esquerdização do governo e também de se controlar a crise econômica que assolava o país. Tanto que a estabilidade do regime militar de 1964 foi

mais sólida enquanto a economia do país crescia e vivia sem crises, na medida em que o milagre econômico foi desaparecendo e o país deixou de crescer a taxas recordes (entre 1968 e 1973, os índices figuravam entre os 10 e 14% de crescimento do Produto Interno Bruto ao ano), a insatisfação da população foi aumentando, as mobilizações nas ruas, escolas, universidades, igrejas, fábricas e mesmo de políticos desejosos do retorno da democracia contra os militares no poder.

Ainda sobre os apoiadores do golpe de 1964, de fato o governo norte-americano recebeu o feito com grande satisfação, por ver que o Brasil não seguia o mesmo caminho de Cuba. Os Estados Unidos acompanharam de perto a conspiração e o desenrolar dos acontecimentos, principalmente através de seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, e do adido militar, Vernon Walters, e, através da secreta “Operação Brother Sam”, deram apoio logístico aos militares e estavam prontos para agir caso estes enfrentassem uma longa resistência por parte de forças leais a Jango.

É preciso perceber a falta de resistência ao golpe não como resultado de uma bem articulada atuação militar. Era clara a desorganização dos militares naquele momento. Mais do que uma conspiração única, centralizada e estruturada, a realidade se dava com grupos unidos ideologicamente pela rejeição da política pré-1964, mas com baixo grau de articulação entre si, sem coordenação de ação. Não havia um projeto de governo bem definido, era evidente a necessidade de uma “limpeza” nas instituições e de se recuperar a economia. Desta forma, é possível afirmar que o que diferenciava os militares golpistas era a avaliação da profundidade necessária à intervenção militar.

O apoio dos militares encontrava a justificativa de seus atos nas afirmações de que seu objetivo era restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e destruir o “perigo comunista” que, imaginavam, pairava sobre o Brasil. Eles também entendiam como insuficiente o regime democrático instituído no Brasil após 1945, já que este não se contrapunha de forma satisfatória ante o inimigo vermelho. Os militares sempre enfatizaram de forma acertada o fato de que não estavam sozinhos durante o processo, isto é, que o golpe de 1964 não foi de sua exclusiva iniciativa, e sim resultou da confluência do apoio de importantes segmentos da sociedade civil que estavam preocupados com a possibilidade de que a esquerda conquistasse o poder no Brasil.

Desde o início de toda a movimentação militar era evidente uma característica que perduraria até o fim do regime: a busca de se preservar a unidade por parte dos militares no poder, apesar da existência de confli-

tos internos nem sempre bem resolvidos. O medo de uma “volta ao passado” e da ameaça vermelha, ou de uma ruptura no interior das Forças Armadas, estiveram presentes durante os 21 anos em que a instituição militar permaneceu no controle do poder político no Brasil. Mesmo desunidos internamente em muitos momentos, os militares demonstrariam um considerável grau de união sempre que vislumbrassem alguma ameaça “externa” ao regime, vinda da oposição política.

A repressão

Durante a ditadura militar, foi enorme a censura sob as produções culturais que contrariavam as políticas dos militares. A repressão atingia o teatro, o cinema, a literatura, a imprensa, a música, isto é, toda e qualquer obra que prejudicasse a imagem do regime ou fosse contrária a este. O órgão responsável pela censura durante o regime era a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que sofreu muitas críticas ao longo dos anos.

No governo do general João Figueiredo (1979-1985) – último do regime militar – criou-se o Conselho Superior de Censura (CSC), que tinha o intuito de reduzir as atuações dos censores. Era uma forma de diminuir a ação dessa recriminação para auxiliar na abertura política.

Mesmo com este novo órgão, o DCDP insistia na censura de cantores da MPB, como Raul Seixas e Chico Buarque. Com o fim do mandato do último presidente militar, era esperado que a censura acabasse. Entretanto, o ministro da Justiça na época acabou com a CSC e manteve a DCDP. Em 1987, o novo ministro do órgão retomou o funcionamento do Conselho Superior de Censura. Assim, começou o processo para acabar com a censura. O seu fim ocorreu apenas com a nova Constituição, em 1988.

Durante a ditadura militar, diversos brasileiros saíram do país para fugir da repressão. Os principais exilados eram de classe média, o que não correspondia à grande parte da população. Os primeiros partiram para países da América Latina, como Chile e Uruguai, porém quando passaram a verificar que o regime militar iria perdurar no poder, os exilados passaram a fugir para países europeus, como a França e a Inglaterra. No exterior, eles ainda tentavam ajudar no combate à ditadura militar, divulgando o que estava acontecendo no país. Após a anistia, muitos retornaram ao Brasil.

A importância da repressão para o regime

A repressão não nasceu com o AI-5, mas foi com ele que viveu seu auge. O Ato Institucional n. 5 do regime militar visava ampliar os poderes do governo, suprimir liberdades públicas e fechar o Congresso Nacional. Desde os primeiros anos de governo militar, a tortura e a censura entraram em vigor.

Inclusive pelo comportamento normal dos militares, que não são formados para fazer política, muito menos democracia, mas sim treinados para a guerra e o combate, muitas práticas percebidas como “normais” pelos militares, em uma vida civil, são absurdas: a mais contundente delas é a tortura. Disso retiramos que é sempre um problema a presença de militares na política. Quanto ao golpe de 1964, um setor dos militares, como o próprio general Castelo Branco (primeiro a tomar o poder), queria uma intervenção cirúrgica dos militares e que logo o poder fosse devolvido aos civis. No entanto, isso não aconteceu e os militares se mantiveram no poder, tanto quanto pelo argumento de extirpar a ameaça comunista e estabelecer a ordem, havia o desejo natural do homem em manter-se no poder.

O prolongamento dos militares no poder não condizia com o processo de construção de uma sociedade democrática e cidadã, pois muitos dos direitos e liberdades estavam suspensos. Órgãos foram criados com o intuito de aparelhar o poder do Estado e criar um sistema de controle e repressão sobre a população. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), subordinado ao governo estadual, existia desde os anos 1920. Usado na repressiva ditadura de Vargas no Estado Novo, seria novamente utilizado no regime de 1964. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado em 1964. A Polícia do Exército começou sua prática de tortura logo após o golpe. As manifestações de 1968 foram reprimidas com dureza. O fato era que o AI-5, decretado em 1968, foi entendido como uma licença para uma repressão e violência desenfreada por parte dos militares contra a sociedade civil e as liberdades públicas. Com a repressão e o AI-5 a seu favor, o governo virou a mesa: os militares passaram à ofensiva e aperfeiçoaram suas engrenagens. A repressão compôs dossiês de pelo menos 60 mil nomes.

No início da década de 1980, o sistema já se mostrava incontrollável. As crises econômicas e os problemas antigos da sociedade brasileira – miséria, analfabetismo, falta de infraestrutura, péssimas condições de saúde etc. – continuavam assolando o país. Os anos de crescimento não foram

suficientes ou foram mal geridos para preparar o país e ao menos orientar-se à resolução desses problemas crônicos. Mesmo os setores que no início apoiaram o golpe de 1964, 20 anos depois se mostravam descontentes. A igreja católica foi importante na luta pela democratização. Assim como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os meios de comunicação, os intelectuais e universitários, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), e políticos contrários ao regime. A década de 1980 foi da democratização e do sindicalismo paulista. As greves da região do ABC marcaram esse processo de lutas e este foi o berço do maior partido de esquerda da América Latina, bem como de seu principal líder – o Partido dos Trabalhadores (PT) e o metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva (Lula).

O apogeu do protagonismo civil na década de 1980 se deu nas “Diretas Já” – um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil entre 1983 e 1984. Um dos principais líderes foi o deputado Ulysses Guimarães, do PMDB, e contou ainda com personalidades políticas pró-democracia, artistas, estudantes, trabalhadores e um amplo setor da sociedade civil. O movimento ganhou as ruas e gerou protestos históricos, como o que aconteceu em frente do Congresso Nacional em Brasília, em 1984, que aparece na **Figura 13.6**. Esse foi o ponto de virada de uma sociedade, marcada pelo autoritarismo e pela repressão, para a democracia.



Figura 13.6: “Diretas Já” – protesto em frente ao Congresso Nacional, em Brasília (DF), no ano de 1984.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Diretas_J%C3%A1.jpg

Atividade 3

Atende aos Objetivos 3 e 4

a) Qual foi o último período em que os militares estiveram no poder no Brasil? Qual foi o principal argumento para o golpe que destituiu os civis do poder?

b) Explique qual era a principal demanda do maior movimento social da década de 1980 e por que a repressão do regime militar inibia expressões como as vistas nesse movimento.

Resposta Comentada

a) O último período de governo militar durou de 1964 a 1985. O golpe de 1964 aconteceu sob o argumento de evitar a criação de uma república de sindicatos ou um regime comunista por parte do presidente João Goulart, do PTB. O golpe contou com apoio de setores da sociedade civil, que viam com desconfiança as iniciativas e os projetos de Goulart.

b) O movimento de que a questão trata é as “Diretas Já,” que aconteceu entre 1983 e 1984, cuja principal demanda era pela eleição direta para presidente. Esse tipo de atividade popular, com ampla adesão da sociedade civil e ações nas ruas, foi possível no final do regime, quando os militares já estavam desmoralizados e a situação de repressão tornara-se insustentável. A repressão inibe os movimentos sociais e, por conseguinte, trava o processo de construção dos direitos, pois reprime formas de expressão, de exercício de liberdades fundamentais – como o ir e vir, o falar, o criticar, o escrever o que quer que seja etc. Especialmente após o AI-5, em 1968, o regime criou um clima de repressão aos movimentos e às atividades da imprensa e de intelectuais em nome das liberdades e da democracia. Sindicatos, organizações estudantis, organizações da Igreja e da sociedade civil em geral, em muitas ocasiões, se reuniam de modo camuflado para evitar a repressão militar. O grande problema foi o prolongamento do regime de 1964, que não criou bases para a construção da cidadania e desacostumou a sociedade sob a organização democrática, pois quase uma geração foi formada sem conviver com

liberdades, eleições livres, governos civis, imprensa sem censura etc.

Conclusão

A partir da leitura deste capítulo, podemos perceber que, mesmo que os militares estivessem fora da organização política do país, sempre estiveram próximos desta como o braço armado da organização. Neste sentido, percebe-se que, antes do período de redemocratização, o Brasil viveu sempre conectado a seu aparelho de repressão. A partir de 1989, contudo, com o novo cenário, acaba por se afastar um pouco das Forças Armadas que, após possuir durante o século XX uma grande importância política no país, começa a ser relegada a um segundo plano político.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4

Diferencie a importância dos militares no poder no período da República da Espada e no período do golpe de 1964, no que diz respeito ao momento vivido no país e da transição a um novo governo civil.

Resposta Comentada

Analisando os dois contextos históricos, percebemos primeiro dois momentos distintos. No período da República da Espada, o país passava por um momento breve de transição do regime monárquico para o regime republicano. Neste sentido, após a Proclamação da República, realizada pelos militares, entendia-se que o melhor a se fazer, enquanto organizava-

-se o regime, era um governo militar. O poder militar acabou limitando-se a um período de cinco anos até que o primeiro civil assumisse.

O regime militar de 1964, por sua vez, entendia que o momento no Brasil era de ameaça de um possível comunismo. Nesta perspectiva, o golpe militar é tratado como uma contrarrevolução. Aliado a isto, temos a questão da transição para um novo governo civil. Diante desta questão não houve, como na República da Espada, uma transição breve e este acabou perdurando por 25 anos.

Resumo

1. A Primeira República surge da ruptura com o regime monárquico. Em 15 de novembro de 1889 é proclamada a República no Brasil e decretado o fim da monarquia, com o exílio da família real.
2. A Constituição republicana de 1891 era de matriz liberal e pouco contribuiu para a conquista de direitos. A República no Brasil foi feita à revelia do povo e com baixíssima participação deste.
3. O modelo institucional adotado para o novo regime era baseado no da Argentina e no dos Estados Unidos, tanto que o próprio nome do país passou a ser “Estados Unidos do Brasil”.
4. O federalismo da Primeira República veio para superar o centralismo político, aplicado no Brasil Império (1822-1889). O objetivo ideal era que as regiões pudessem gozar de maior autonomia administrativa e resolver seus problemas, assim como gerir melhor seus recursos, sem ter de recorrer ao governo central.
5. Entre o final do século XIX e o início do século XX, com o início do desenvolvimento da agricultura e da indústria no Brasil e com as crises na Europa, foi propício ao país importar imigrantes, em especial portugueses, italianos, espanhóis, alemães e eslavos (em menor número).
6. O primeiro momento da recém-proclamada República brasileira é conhecido como República da Espada (1889-1894). O nome acompanha o período em que o país viveu a sua primeira ditadura militar sob a presidência dos então marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.
7. A Revolta da Armada foi um movimento social e político de 1895, capitaneada pela Marinha brasileira como forma de representar sua insatisfação com o governo republicano.

8. A doutrina positivista repercutiu enormemente em países da América Latina, em especial no Brasil e no México. O positivismo no Brasil teve entrada a partir das escolas militares e foi importante no movimento republicano contra a monarquia na década de 1880. É marcante a influência do positivismo no Brasil na Proclamação da República e na escolha da nova bandeira para o país, em que o lema “Ordem e Progresso” é retirado de uma frase de Augusto Comte, pai do positivismo.

9. O segundo momento da Primeira República Brasileira foi de governos civis, a partir de Prudente de Moraes em 1894 até Washington Luís em 1930. Mas politicamente quem consolidou o regime republicano no Brasil foi Campos Sales, que governou o país entre 1898 e 1902, reestruturando as finanças, criando uma aliança entre as principais oligarquias estaduais e promovendo um hiperfederalismo.

10. Dos episódios que marcaram a história do país na Primeira República, na qual a população agia ou se organizava contra a ordem estabelecida, como greves operárias, guerras civis, revoltas populares, insurreições nas Forças Armadas e movimentos militares em conjunto com a população, pode-se mencionar: a Revolta da Vacina, a Revolta da Chibata, o Movimento Tenentista, a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado.

11. A Revolução de 1930 é o resultado acentuado da crise do sistema oligárquico que vinha se arrastando há muitos anos na República Velha. O que acontece em 1930 já não se trata de uma força opositora fora do concerto das oligarquias, mas de dentro dela. Significa que oligarquias dissidentes em torno de políticos como Getúlio Vargas, Borges de Medeiros, João Pessoa e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada unem-se contra o domínio da oligarquia paulista, que um ano antes já havia rompido com Minas Gerais e quebrado a política do café com leite.

12. A Era Vargas é conhecida como o período de grandes transformações no país sob o governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945. Esse foi um momento de ampla modernização do país, com a introdução de indústrias de base, urbanização, reformas administrativas e judiciais, concessão de direitos, forte intervenção do Estado na economia, consolidação do poder do Estado nas ações sociais, como educação e cultura, e centralização do poder político. A face perversa deste período foi a ditadura do Estado Novo entre 1937 e 1945, que suprimiu liberdades, a independência entre os três Poderes e o federalismo.

13. O Estado Novo é o regime político dirigido por Getúlio Vargas entre 1937 e 1945, que foi caracterizado por centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo.

14. Um dos principais legados da Era Vargas foi a CLT. A CLT é a Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-lei de 1º de maio de 1943. Tornou-se a principal norma brasileira relativa ao direito do trabalho, unificando toda a legislação trabalhista então existente, sendo baseada na Carta del Lavoro, do governo fascista de Benito Mussolini, na Itália.
15. O período de 1945 a 1964 pouco apresenta em termos de repressão, já que fora de liberdade política democrática e de governos civis.
16. O golpe militar de 1964 foi contra o governo civil João Goulart, sob o mote de evitar a ascensão do comunismo no Brasil, e contou com apoio de setores da sociedade civil. Contudo, vários militares e outros setores da sociedade civil foram contra o golpe e, desde o início, reagiram na imprensa e nos movimentos sociais.
17. Após a implantação da ditadura militar no Brasil, vários setores da esquerda se organizaram para enfrentar o regime e reaver a democracia.
18. Durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, foi grande a censura sob as produções culturais que contrariavam as políticas dos militares.
19. No início da década de 1980, o sistema já se mostrava incontrolável. As crises econômicas e os problemas antigos da sociedade brasileira – miséria, analfabetismo, falta de infraestrutura, péssimas condições de saúde, inflação etc. – continuavam assolando o país.
20. O apogeu do protagonismo civil na década de 1980 se deu nas “Diretas Já” – um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil, entre 1983 e 1984.

Aula 14

Democracia e esfera pública moderna.
Consenso e dissenso na prática
democrática

*Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Luiz Carlos Ramiro Jr.*

Meta

Introduzir noções fundamentais a respeito da democracia e de suas práticas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a abordagem da democracia como forma de governo por parte dos filósofos gregos – Platão e Aristóteles –, e a partir da tradição republicana;
2. apresentar uma definição geral de democracia a partir das principais teorias democráticas estudadas;
3. analisar a relação entre democracia, direitos humanos e segurança pública.

Introdução



Figura 14.1: A “Escola de Atenas”, de Rafael. A pintura representa a visão do pintor Rafael sobre como seria a Academia de Platão na Grécia Antiga. Realizada pelo pintor italiano entre 1509 e 1510, por encomenda do Vaticano, encontra-se hoje no Palácio Apostólico, no Vaticano.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/Sanzio_01.jpg

O conceito de democracia

Na aula anterior, discutimos a repressão no Estado brasileiro no século XX, um Estado Democrático. Nesta aula, estudaremos a formação e conceituação de democracia.

Contemporaneamente, o conceito de democracia advém de duas grandes tradições do pensamento político: *a teoria clássica e a teoria moderna*. A primeira foi iniciada por Aristóteles, na Grécia Antiga, que afirma existir três tipos de governo: o governo de um só, definido como a monarquia; o governo de poucos, a aristocracia, e o governo de todos ou da maioria, a democracia.

Já *a teoria moderna*, conhecida por vir do pensamento de Maquiavel, nascida na forma das grandes monarquias; entende que existem duas formas de Estado: a monarquia e a república.

O problema da democracia, de suas características, de sua importância ou ausência desta, é recorrente. A reflexão sobre as coisas da política foi reformulada e mesmo reproposta em inúmeras oportunidades

ao longo do tempo. Assim, antes de apresentarmos os diversos debates acerca do conceito de democracia, é preciso apresentarmos brevemente a tradição democrática.

As duas tradições democráticas

A tradição clássica

Uma das primeiras disputas de que se tem notícia em torno das três formas de governo é narrada por Heródoto (III, 80-83). Otane, Megabizo e Dario discutem sobre a futura forma de governo da Pérsia. Enquanto Megabizo defende a aristocracia e Dario a monarquia, Otane toma a defesa do governo popular, que segundo o antigo uso grego chama de isonomia, ou igualdade das leis, ou igualdade diante da lei, com o argumento que ainda hoje os defensores da democracia têm como fundamental: “Como poderia a monarquia ser coisa perfeita, se lhe é lícito fazer tudo o que deseja sem o dever de prestar contas?” Igualmente clássico é o argumento com o qual o fautor da oligarquia e, em seu encalço o fautor da monarquia, condenam o governo democrático: “Não há coisa... mais estulta e mais insolente que uma multidão incapaz”. Como pode governar bem “aquele que não recebeu instrução nem conheceu nada de bom e de conveniente, e que desequilibra os negócios públicos, intrometendo-se sem discernimento, semelhante a uma torrente caudalosa”? (BOBBIO, 1998).

O primeiro autor que apresenta a democracia que a Ciência Política estuda é o autor grego Platão [Ver boxe de curiosidade]. O autor grego apresenta cinco formas de governo em seu livro *A República*: aristocracia, timocracia, oligarquia, democracia e tirania.

A democracia surge

quando os pobres, após haverem conquistado a vitória, matam alguns adversários, mandam outros para o exílio e dividem com os remanescentes, em condições paritárias, o Governo e os cargos públicos, sendo estes determinados, na maioria das vezes, pelo sorteio (PLATÃO, 2006).

Ela é caracterizada pela “licença”. Posteriormente, Platão, além disso, formará uma teoria de tripartição das formas puras e das formas degeneradas e definirá a democracia como o governo da multidão.

Distinguindo as formas boas das formas más de governo, com base no critério da legalidade e da ilegalidade, a Democracia é, nesse livro, considerada a “menos boa” das formas puras e a menos má das formas degeneradas de governo. Nas palavras do próprio autor:

Sob todo o aspecto é fraca e não traz nem muito benefício nem muito dano, se a compararmos com outras formas, porque nela estão pulverizados os poderes em pequenas frações, entre muitos. Por isso, de todas as formas legais, é esta a mais infeliz, enquanto que entre todas as que são contra a lei é a melhor. Se todas forem desenfreadas, é na democracia que há mais vantagem para viver; por outro lado, se todas forem bem organizadas, é nela que há menor vantagem para viver (PLATÃO, 2006).



Platão



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4a/Plato-raphael.jpg>

Platão foi um filósofo grego que viveu no período da Antiguidade Clássica e é considerado o fundador da teoria política. Autor de diversos diálogos filosóficos, fundou a Academia de Atenas, considerada a primeira instituição de ensino superior do mundo ocidental. Com sua ampla capacidade intelectual, abordou temas diversos, tais como: retórica, epistemologia, justiça, virtude, política, educação, militarismo e filosofia.

Platão nasceu em 428 a.C. e faleceu em 348 a.C. Sua família era bastante tradicional. Foi um jovem aristocrata, cujos ancestrais paternos descendiam do último rei de Atenas. Ele era descendente de Sólon, que foi um dos maiores legisladores de Atenas. Platão era belo e vigoroso, chegando a ser duas vezes coroado nos jogos atléticos nacionais. Seus dons intelectuais e físicos pareciam reservar-lhe uma excelente carreira política. Na sua juventude, teve um encontro com Sócrates, fato que modificou toda a sua vida; foi um momento significativo e simbólico, já que Platão tratará o filósofo como seu grande mestre. A condenação à morte do mestre Sócrates afeta-o profundamente: Platão chega a abandonar os planos de carreira política em Atenas, desiludido com a política, e volta-se para a filosofia. Após 386 a.C., Atenas torna-se a “universidade” da Grécia, centro do pensamento helênico, após perder o império que possuía no século anterior. Com isso, as escolas de Platão e Sócrates abrem-se para receber estudantes vindos de toda a Grécia e, assim, Platão dedica os últimos 40 anos de sua vida a lecionar, dando ênfase principalmente ao estudo da ética.

O sucessor grego de Platão no debate sobre as formas de governo foi o seu pupilo Aristóteles [ver boxe de curiosidade]. Em sua teoria, Aristóteles distingue três formas puras e três formas degeneradas de governo: monarquia; aristocracia e politia; tirania, oligarquia e democracia.

Quando o detentor do poder governa a partir do interesse geral, o governo puro da maioria é chamado “politia”. Por sua vez, o nome democracia é atribuído à forma degenerada do governo da maioria, sendo esta definida como o governo de vantagem para o pobre.

Segundo o cientista político Norberto Bobbio:

Da democracia entendida em sentido mais amplo, Aristóteles sub-distingue cinco formas: 1) ricos e pobres participam do governo em condições paritárias. A maioria é popular unicamente porque a classe popular é mais numerosa. 2) Os cargos públicos são distribuídos com base num censo muito baixo. 3) São admitidos aos cargos públicos todos os cidadãos entre os quais os que foram privados de direitos civis após processo judicial. 4) São admitidos aos cargos públicos todos os cidadãos sem exceção. 5) Quaisquer que sejam os direitos políticos, soberana é a massa e não a lei. Este último caso é o da dominação dos demagogos, ou seja, a verdadeira forma corrupta do governo popular (BOBBIO, 1998).

Desta forma, Aristóteles formou uma tradição clássica que entendia a democracia como a forma de governo da maioria degenerada. Além disto, a teorias de Platão e Aristóteles entendiam que as formas de governo se organizavam de forma cíclica. Assim, as formas puras degeneravam-se e estas tornavam-se outro tipo de pura, criando um ciclo vicioso e virtuoso, ao mesmo tempo.



Aristóteles

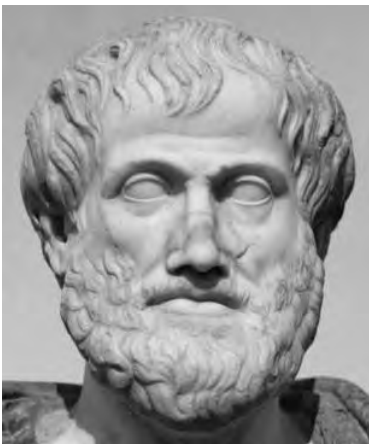


Figura 14.2: Aristóteles, filósofo grego.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/62/Aristotle_Altemps_Detail.jpg

Em 384 a.C, na cidade de Estagira, nascia Aristóteles. Aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande, Aristóteles teve seu pensamento valorizado até a Idade Média, quando autores como Thomas Hobbes e Nicolau Maquiavel começaram a criticá-lo. Morreu em 322 a.C.

Aristóteles era filho de um médico, chamado Nicômaco, amigo e médico pessoal do rei Amintas II, da Macedônia. Naquela época, era comum que os filhos seguissem a profissão dos pais e os ensinamentos sobre a profissão começavam muito cedo. Entretanto, Aristóteles preferiu ir para Atenas e seguir os ensinamentos de Platão na Academia de Atenas.

Aristóteles começou a desenvolver seus estudos em uma Atenas que sofria com uma atmosfera pesada após o fim da Guerra do Peloponeso, a qual determinara a vitória de Esparta. Aristóteles escolheu Atenas como sua pátria, porque esta concedia a ele proteção de sua pessoa, dos bens e das convicções. Todavia, o filósofo ainda era visto e entendido como um meteco, isto é, um estrangeiro. Os metecos viviam à margem da sociedade e eram participantes apenas nos negócios, não se misturavam com as classes altas. Aristóteles, no entanto, era uma exceção, por ser professor, e lidava diretamente com as altas classes. É interessante notar que por ser meteco, o filósofo não podia se envolver com a política prática e não possuía os direitos de um cidadão.

Após a morte de Platão, Aristóteles fundou sua escola de produção de pensamento, que ficou conhecida como Liceu. Sua escola também era chamada de peripatética, já que o filósofo tinha o hábito de ensinar caminhando. A escola de Aristóteles possuía uma orientação empírica, enquanto o pensamento platônico mostrou-se mais especulativo. Aristóteles obteve uma grande coletânea de constituições e elaborou uma vasta e metódica análise em cima delas. Foram 158 constituições dos estados simples ou das confederações, com um apêndice sobre o governo dos tiranos, uma monografia sobre as leis dos bárbaros e um estudo especial sobre as pretensões territoriais dos estados; porém, grande parte desta obra se perdeu.

A tradição republicana

Enquanto a teoria clássica grega propôs um modelo de três tipos de governo, com uma organização cíclica entre formas puras e formas impuras, o desenvolvimento da história romana propõe ao pensamento político, mais do que a teorização da república romana do governo misto, a contraposição entre principado e república.

Nicolau Maquiavel, filósofo italiano, no início da obra que ele dedicou ao principado, *O príncipe*, afirmou que “todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm império sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados”. Ainda que a ideia de república, em sua contraposição à monarquia, não se identifique diretamente com a democracia que aqui é entendida como “governo popular” – existiam à época repúblicas democráticas e também repúblicas aristocráticas –, sua noção idealizada, que viajará os séculos XVII e XVIII, chegando até à Revolução Francesa, será entendida como uma forma de governo oposta àquela que concentra o poder nas mãos de um ou alguns representante(s). A república, nesse sentido, é o governo que distribui este poder por diversos órgãos colegiados, embora, por vezes, contrastando entre si.

Modelada sobre as três formas de governo descritas pelo jurista francês Barão de Montesquieu (república, monarquia e despotismo), a forma republicana de governo compreende tanto a república democrática como a aristocrática, que, na maioria das vezes, são analisadas de forma separada. Quando voltamos as atenções aos princípios de um governo, isto é, à essência que move aquele governo, o princípio próprio da república, a virtude, é o princípio clássico que consideramos da democracia, e não da aristocracia. Foi, contudo, com o teórico francês Jean Jacques Rousseau que os ideais republicano e democrático coincidiram perfeitamente. No célebre texto “Contrato social”, ambos confluem e fundem-se à doutrina clássica da soberania popular, a quem compete o poder de fazer as leis e a doutrina contratualista da fundação do Estado, baseada tanto no consenso quanto na participação dos cidadãos na produção de leis.

O Estado que Rousseau constrói é um Estado democrático que o autor opta por chamar de república, a partir das doutrinas mais modernas de governo. Rousseau, enquanto chama de república a forma do Estado, considera a democracia uma forma possível de governo que ou é uma república ou não é um Estado.

Atividade 1

Atende ao Objetivo 1

Diferencie a posição da democracia nas teorias de governo dos filósofos gregos Platão e Aristóteles da apresentada pela tradição republicana.

Resposta Comentada

As duas teorias gregas, primeiro possuem uma característica em comum: são teorias que entendem a democracia como a forma degenerada do governo da maioria, isto é, não seria uma forma pura de governo, sendo prejudicial ao Estado. A tradição republicana, por sua vez, entende a democracia não como um governo, mas como uma forma em que este governo se apresenta. Isto é, se antes a democracia era um dos tipos de governo da forma cíclica, caracterizando o governo degenerado da maioria, agora a democracia é uma qualidade a que os governos querem estar conectados. Logo, a principal diferença deu-se no *status* da democracia, que passou de uma forma ruim de governo a uma qualidade louvável de governo.

O significado formal de democracia

Depois de conhecer as duas tradições mais aceitas nos estudos sobre democracia, iremos trabalhar o significado formal do termo. Segundo Norberto Bobbio, na teoria política contemporânea, as definições de democracia surgem a partir de algumas regras universais:

- 1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau;

- 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas);
- 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores;
- 4) todos os eleitores devem ter voto igual;
- 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional;
- 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada);
- 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre;
- 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições;
- 9) o órgão do governo deve gozar de confiança do parlamento ou do chefe do Poder Executivo, por sua vez, eleito pelo povo (BOBBIO, 1998).

Se lermos com atenção o que Bobbio nos apresenta, percebemos que estas regras não nos apresentam o que deve ser decidido, porém como se deve chegar a decisões políticas dentro de uma democracia. Deve se ter em conta que é possível a existência de diferenças entre a enunciação do conteúdo e sua aplicação. De fato, nenhum regime histórico jamais observou inteiramente a presença de todas estas regras; e por isso é lícito falar que existem regimes mais ou menos democráticos. Não é possível estabelecer quantas regras devem ser observadas para que um regime possa se proclamar democrático. É possível, porém, afirmar que um regime que não observa nenhuma não é certamente um regime democrático, pelo menos até que se tenha definido o significado comportamental de democracia.

As teorias democráticas

A democracia concorrencial

O cientista político norte-americano Robert Dahl, em seu texto “Democratização e oposição pública”, apresenta quatro grandes tipos de governo ideais na busca do autor por apresentar um modelo a ser empírica e normativamente utilizado como manual para a manutenção da democracia. Democracia, neste caso, é entendida a partir de duas características principais: a *responsividade* às preferências do cidadão e a igualdade política entre os cidadãos. O importante para Dahl são os modelos democráticos e que seu estudo sirva de base para analisar o que existe, como ele mesmo afirma:

Como sistema hipotético, ponto extremo de uma escala, ou estado de coisas delimitador, ele pode (como um vácuo perfeito) servir de base para se avaliar o grau com que vários sistemas se aproximam deste limite teórico (DAHL, 2005).

Robert Dahl entende que são necessários três movimentos para a plenitude da responsividade do Estado: a livre formulação de preferências, a livre expressão destas preferências e a igualdade na consideração destas preferências pelo governo quando em consideração com o todo. Esta última, que contempla as outras duas, seria atingida ao respeitarem-se oito garantias institucionais essenciais: liberdade de formar e aderir a organizações, liberdade de expressão, direito a voto, elegibilidade para cargos públicos, direito de líderes políticos disputarem apoio, fontes alternativas de informação, eleições livres e idôneas e instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. Estas oito garantias, para o autor, são divisíveis em duas grandes dimensões: a contestação pública e o direito à participação em eleições e cargos públicos. As duas variariam de forma independente, mesmo que, para o autor, “na falta do direito de exercer oposição, o direito de ‘participar’ é despido de boa parte do significado que tem num país onde existe a contestação pública” (DAHL, 2005, p. 3). Isto é, existe uma interdependência, porém esta não é capaz de evitar que a outra funcione, apenas prejudica a sua plenitude.

Neste sentido, a teoria dahlsiana, que é uma teoria ideal, está analisando a realidade não ideal de forma a tentar conceber como que estas

duas dimensões se relacionaram nas diferentes evoluções democráticas. A partir dessas duas dimensões, Robert Dahl formula seu modelo que ficaria famoso, no qual a dimensão representada horizontalmente é o direito de participação e a dimensão vertical, a contestação:

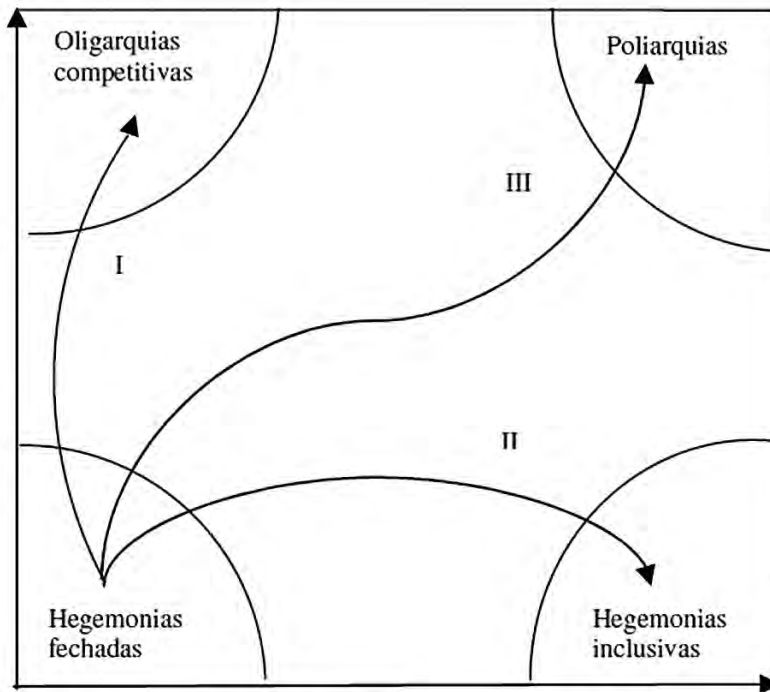


Figura 14.3: Esquema da poliarquia de Dahl.

Fonte: Adaptado de DAHL, Robert. *Poliarquia*, 2005.

Existiriam, segundo o gráfico, três caminhos que levariam ao sistema ideal. De hegemonias fechadas, pode-se chegar a hegemonias inclusivas, oligarquias competitivas e poliarquias. No canto superior direito da imagem está o ponto ideal para o funcionamento da democracia, com a garantia de um maior nível de contestação e de participação. É interessante notar que esse modelo ideal é chamado poliarquia, e não democracia. Isto se deve pela preocupação do autor em “encontrar termos já em uso que não tragam consigo uma grande carga de ambiguidade e de significado adicional” (DAHL, 2005, p. 5, nota 4), isto é, utilizar um conceito que permita criar um modelo ideal, que não sofresse prejuízos de termos escolhidos de forma descuidada. Poliarquia reforça a ideia de que há vários pequenos grupos que circulam em torno do poder, seguindo regras de transparência, participação, liberdade, debates e todas as premissas levantadas por Dahl. Na realidade, Dahl afirma que mesmo

Estados poliárquicos não são ainda democracias, já que “nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado” (DAHL, 2005). As democracias seriam um sistema posterior, reforçando a ideia de preocupação com o movimento, e não com o sistema verdadeiramente. Os outros três sistemas são as oligarquias competitivas, as hegemonias inclusivas e as hegemonias fechadas. Hegemonias fechadas são o ponto inicial para Robert Dahl, sistemas com pouca ou nenhuma contestação ou participação; hegemonias inclusivas são sistemas que possuem um alto grau de participação, entretanto, não possuem a contestação; oligarquias competitivas possuem alto grau de contestação, porém não possuem a participação.

Existem três caminhos possíveis, como a **Figura 14.3** apresenta, para alcançar a poliarquia, o estado com maior nível de contestação e de participação, localizado no canto superior direito da imagem. O caminho I é o caminho que teria sido utilizado pelos países desenvolvidos, no qual primeiro se garante a competição entre os cidadãos para depois se garantir a participação política. Neste sentido, o caminho seria hegemonia fechada, oligarquia competitiva e poliarquia. O caminho II seria o caminho utilizado pelas novas democracias, no qual primeiro garantir-se-ia a participação política para posteriormente se institucionalizar a competição, proporcionando um caminho: hegemonia fechada, hegemonia inclusiva e poliarquia. Por fim, o caminho III é um caminho hipotético (não que os outros não o sejam), no qual se consegue aumentar a competição e a participação de forma igual, passando diretamente de uma hegemonia fechada a uma poliarquia, sem passar por regimes intermediários.

A democracia deliberativa

A vertente deliberativa da democracia está diretamente ligada ao filósofo alemão Jürgen Habermas. Para apresentar sua teoria, primeiro Habermas realiza uma digressão junto às concepções liberal e republicana de democracia.

Segundo Habermas, a concepção liberal entende o processo democrático como processo que programaria o Estado para se voltar aos interesses da sociedade, sendo que todo este processo é fundado em eleições e votações. A política, definida no conceito liberal como lutas que permitem o alcance do poder administrativo, congrega as vontades dos cidadãos em um Estado que utiliza sua organização com a finalidade coletiva de impor interesses sociais à sociedade como um todo. Neste

sentido, o cidadão do Estado deve adequar seus interesses particulares aos limites das leis para estar protegido pelo escopo desta. Essa vontade é o que legitima o processo político. É importante ressaltar que para os liberais não é possível eliminar a distinção Estado/sociedade, apenas é possível superar a distância. O problema principal para Habermas é que esta concepção acaba apenas observando os resultados das conquistas, e não a formação das vontades.

Para Habermas, o republicanismo entende a política como parte do processo de coletivização social. Esta concepção entende que o cidadão possui os direitos de participação e de comunicação política, o que acaba definindo o processo democrático como um processo no qual estes cidadãos controlam as ações do Estado. Estes cidadãos são fruto necessariamente de um processo de formação de opinião e vontade. Com isso, a importância da formação da opinião pública surge. Esta é formada através da comunicação pública e do entendimento mútuo, e não pelas regras do mercado. Por fim, Habermas define a vontade dos cidadãos como formada através do consenso e sendo importante para a formação da sociedade, reforçando-se a cada eleição.

O autor, todavia, entende que ambas as concepções são incompletas para explicar a democracia, mas que juntas podem se complementar e se tornar um modelo melhor. Segundo o autor, as condições de pluralismo cultural e social é importante porque diversas questões constitutivas da identidade do coletivo são partilhadas entre os sujeitos. Para Habermas, o direito precisa estar em consonância com os princípios morais que guiam estes sujeitos. A importância da política deliberativa para o autor surge apenas quando a vontade comum é entendida como um equilíbrio plural de diversidades.

Diante disso, para o autor, esse terceiro modelo seria um modelo procedimental que alcança resultados racionais a partir da deliberação. O procedimento democrático cria coesão interna, permitindo à razão prática tornar-se apenas regras discursivas e formas argumentativas, trabalhando como base normativa da ação. Para Habermas, o ponto chave desta teoria do discurso é o seu procedimento institucionalizado da discussão. Segundo o autor, essa teoria é capaz de refletir o conjunto de cidadãos de diversas maneiras distintas, agindo em seu favor.

Nesta perspectiva, Habermas afirma que a formação de opinião é informal, e não totalmente racional, desembocando em respostas eleitorais. Por fim, o autor, definindo a soberania popular dentro desta política deliberativa, entende que esta só atua para poder conferir sua própria validação em um processo comunicativo.

Democracia agonística

A teoria agonística é uma teoria relativamente nova na teoria democrática; seu principal expoente é a inglesa Chantal Mouffe. A autora começa sua construção teórica com críticas às duas formas de democracia existentes até o momento: a democracia agregativa e a democracia deliberativa. Segundo a autora, a democracia agregativa entende que a política deve se portar como o mercado, ou seja, de forma racional, seguindo regras. Aproximada da economia, esta política agrega os interesses semelhantes através da barganha, permitindo ao governo, através do que é comum entre os diferentes grupos, alcançar uma posição comum. Seu problema, para Mouffe, no entanto, seria não resolver diversos problemas que não possuem confluência de interesses e não respeitar as diferenças entre os diferentes cidadãos e grupos.

A democracia deliberativa, por sua vez, é a democracia que busca a imparcialidade e o consenso, acabando por reduzir a política à ética. Este sistema busca conciliar as diferenças a partir da lógica argumentativa na busca pelo consenso. Por sua vez, a crítica que a autora faz à democracia deliberativa é clara:

ao postular a disponibilidade de uma esfera pública em que o poder teria sido eliminado e onde um consenso racional poderia ser produzido, este modelo de política democrática é incapaz de reconhecer a dimensão do antagonismo e seu caráter inerradicável, que decorre do pluralismo de valores (MOUFFE, 2005).

Desta forma, ambas as democracias possuem os mesmos problemas: não conseguem compreender os diferentes antagonismos existentes e inerentes à política, impossibilitando o pleno desenvolvimento plural da política, e também buscam movimentar a democracia através de interesses comuns, agregados ou construídos através da deliberação.

Para resolver estes problemas, Mouffe formula a sua própria teoria: a teoria agonística. A proposta agonística de Chantal Mouffe começa no conceito de hegemonia da autora. Junto ao autor argentino Ernesto Laclau, Mouffe forma seu conceito de hegemonia, no qual a hegemonia atua como uma direção objetiva para que as relações de poder constituam a dominação. Para Mouffe e Laclau, o poder é o que constitui primeiro tudo o que existe na política. Além do poder, o antagonismo é parte crucial na teoria destes autores. Entretanto, o antagonismo puro prejudicaria o modelo por emergir de forma agressiva e mesmo hostil dentro das relações entre os distintos cidadãos. Para resolver esta questão, a autora evoca dois conceitos importantes do jurista alemão Carl Schmitt, o político e a política, e realiza uma releitura destas, buscando manter o realismo do autor.

O político é “a dimensão do antagonismo que é inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo que pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas” (MOUFFE, 2003). A política, por sua vez, é o conjunto de práticas, que buscam domesticar a dimensão do político em uma unidade que permitiria a distinção entre um “nós”, ou amigo, e um “eles”, inimigo. Esta teoria, contudo, traz um problema a Mouffe: Carl Schmitt, quando trabalha o conflito na democracia, entende que este seria prejudicial à democracia e que acabaria por destruir o sistema. Chantal Mouffe, no entanto, irá entender que o conflito é, na realidade, o motor desta mesma democracia e é essencial para esta ser plena. Para resolver o aparente paradoxo, a novidade virá na distinção entre amigo e inimigo, substituindo o conceito de inimigo pelo conceito de adversário. Para a autora, o antagonismo importante na política não é aquele que insufla ódio e a vontade de destruir o outro, mas aquele que preza pela competição e respeita o outro, o qual recebe o nome de agonismo. Logo, a política deve domesticar o político, reduzindo a vontade destrutiva do antagonismo e aumentando a competição e a vontade de vencer, porém sem destruir o adversário, fato que o agonismo propicia. Um dos mecanismos que reduziriam a força antagonônica seria um consenso dissensual que formaria os princípios comuns que permitiriam a toda essa democracia se manter.

Sem a característica destrutiva, é possível, segundo a autora, formar um pluralismo de esquerda e direita – o centro para a autora está à direita, visto que para ela não existe a tão proclamada imparcialidade –, permitindo a conversão de pessoas ligadas de um lado para o outro e compromissos estratégicos entre membros adversários para conquistar

vitórias que seriam impossíveis em um contexto de inimizade onde um lado busca tão somente destruir o outro.

Democracia inclusiva

A autora norte-americana Iris Young apresenta-nos a dificuldade que é discutir uma democracia como processo de comunicação em uma sociedade tão fluida. Diante dessa sociedade, surgem críticas acerca da exclusão de minorias que se inicia no normativismo da representação. E, diante dessa exclusão, propostas para aumentar a inclusão política nos processos, reduzindo a subrepresentação.

Segundo a autora, essa inclusão política traz também um grave problema: começam a surgir objeções que entendem que essas minorias têm suas diferenças destacadas, e não reduzidas, possuindo interesses que deveriam ser representados em uma clara posição liberal clássica. Essa ideia de não diferenciação, para Young, poderia criar exclusões opressivas.

Iris Young distingue o senso comum das imagens de representação de substituição ou identificação, definindo representação como relacionamento diferenciado entre os atores no processo no espaço e no tempo.

Para Young, uma democracia forte tem mecanismo de democracias diretas que aumentam as possibilidades de atuação da sociedade civil. Entretanto, a representação também é necessária por vincular pessoas e instituições, mesmo que as opiniões entre representantes e representados sejam distintas e, como Dahl explicara, não há como existir participação igualitária se não em pequenos comitês. Assim, Young conclui a ligação realizada entre participação e representação.

A autora também analisa a representação como relacionamento. Young apresenta uma crítica que ela considera plausível de que não é possível ao representante representar identicamente o cidadão. Para a autora, resolver a questão parte por entender a democracia e a representação como relações de espaço e tempo, e não apenas a questão de identidade com o cidadão no momento, até porque para a autora sempre irá acontecer de o representante afastar-se do seu representado.

A partir dessa ideia, Young passará sobre organismos essenciais para a verdadeira representação política como o espelho da população e os interesses representados e como estes representam a realidade.

A definição de Iris Young de representação surge quando a autora afirma que representação é um relacionamento mediado entre representantes e representados ao longo do tempo e entendendo que há diferenças entre as duas partes, sem que tal fato ocasione um rompimento entre estas.

Para a autora, o ato de contemplar na agenda questões diversas deve ser o mais público e inclusivo possível, para que o cidadão sinta-se cada vez mais contemplado, evitando que a agenda seja apenas a reprodução de interesses de uma elite específica. Esta, aliás, é a maior preocupação normativa da autora, de que a representação está tão afastada do cidadão que este perde o interesse em atuar. Os representantes possuem todo o respaldo para agir, mas isto não significa que não estão sujeitos às avaliações dos cidadãos ou à prestação de contas a estes.

O interesse é importante, na concepção de Young, por estar ligado à livre associação política e à importância de se precisar de mecanismos para grupos pressionarem por seus interesses. As opiniões, por sua vez são juízos e crenças que iniciam muitas vezes critérios e posicionamentos políticos. Neste sentido, os partidos são exemplos de como as opiniões se tornam mecanismos dentro da democracia para melhor representar os diversos grupos. Por fim, as perspectivas são importantes por mostrarem as diferentes sintonias de diferentes posições sociais e que mesmo essas perspectivas de grupos podem ter distinção dentro destes. Neste sentido, para Iris Young, os três aspectos são importantes representantes das pessoas, mesmo que não esgotem a ideia e as dimensões da representação.

Segundo a autora norte-americana, cada vez que se incluem mais os grupos sociais marginalizados, mais estes grupos demandam mais participação. Neste sentido, Iris Young apresenta que a representação teórica dos grupos pode ser entendida tanto como possível na ideia de representação de grupo quanto também como representação individual.

Desta forma, Young entende ser importante abrir o debate para uma melhor compressão dos distintos grupos. Para que este pluralismo seja devidamente respeitado é necessário que a livre expressão e a livre associação, princípios liberais, sejam respeitados junto a um acesso igual, a partir da mídia das distintas opiniões dos grupos de interesse diferentes, para que assim seja possível criar uma democracia comunicativa inclusiva.

Atividade 2

Atende ao Objetivo 2

Após a leitura acerca dos quatros tipos de democracia, apresente uma proposta própria de democracia, utilizando os conhecimentos aprendidos.

Resposta Comentada

Nesta atividade, não há resposta certa ou errada quanto à forma democrática desenvolvida, contudo é esperado do aluno uma precisão conceitual. Robert Dahl, em seu texto, demonstra preocupação em construir um modelo para apresentar a democracia como modelo viável de governo. Neste sentido, o autor formula um novo conceito, o conceito de poliarquia, para definir o que seria um governo o mais próximo da democracia possível. A partir deste conteúdo, o autor, utilizando dois conceitos – contestação e participação – nos demonstra três formas de se alcançar a poliarquia, que seria a forma de sistema de governo com altos índices de possibilidade de contestação e participação políticas, um caminho que primeiro eleva a contestação ao máximo e posteriormente alcança a participação; outro que primeiro abre a possibilidade de participação para depois abrir a contestação e o modelo idílico que conseguiria elevar ambos conceitos ao mesmo ritmo e tempo. Logo, é importante perceber que a teoria concorrencial de Robert Dahl busca nos explicar como é possível manter um sistema democrático partindo de duas dimensões concorrentes: a participação e a contestação.

A teoria agonística, por sua vez, busca tratar também sobre uma concorrência, porém não entre dimensões políticas, mas quanto a posições políticas. Capitaneada pela inglesa Chantal Mouffe, a teoria agonística, contudo, entenderá que é importante que os embates na esfera política são importantes, porém desde que mantenham um caráter de não destruição do outro. Utilizando a ideia de consenso dissensual, a teoria

agonística reduz o caráter antagonista da política e se pauta pela manutenção de uma esfera deliberativa que mantenha sempre posições distintas dentro dos conflitos políticos internos, sem que um seja tão forte a ponto de destruir o outro plenamente.

Jürgen Habermas, o grande expoente da democracia deliberativa, tem como seu objetivo principal formular um modelo no qual o debate produza racionalmente. Esta racionalidade engloba regras discursivas e formas argumentativas, criando coesão interna e permitindo a melhor comunicação por parte dos cidadãos. A democracia inclusiva, por sua vez, busca, como o próprio nome já apresenta, incluir os grupos marginalizados. Neste sentido, Iris Young tenta resolver o problema da comunicação em uma democracia fluida que excluiria os grupos marginalizados. Para resolver a questão, a democracia inclusiva utiliza a teoria de representação tanto de grupo quanto individual, o que respeita a liberdade de expressão e a liberdade de associação, princípios liberais, para congregar e atrair melhor os diversos grupos e respeitar o pluralismo existente.

Desta forma, podemos perceber que a democracia pode ser definida de diversas formas e com diversas características. É preciso, entretanto, definir qual o objetivo da teoria em questão: formar uma teoria que explique o caminho para a democracia, ou manter o conflito de forma a não destruir as forças existentes na esfera de deliberação, construir um melhor procedimento democrático de comunicação, ou mesmo melhor incluir grupos marginalizados são exemplos de objetivos traçados para a teoria da democracia de alguns dos autores mais destacados deste campo.

A questão dos direitos humanos e a segurança pública



Figura 14.4: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Declaration_of_the_Rights_of_Man_and_of_the_Citizen_in_1789.jpg

Nesta aula sobre democracia, cabe traçar a relação que o regime político possui com os direitos humanos e a segurança pública. O que caracteriza a democracia enquanto regime político é a existência de uma série de requisitos, como aqueles apontados por Robert Dahl anteriormente, assim como outros que podemos incluir ou repetir: eleições livres e periódicas, liberdade de expressão, circulação de ideias, alternância de indivíduos nos cargos eletivos, possibilidade de destituição de um representante, possibilidade de participação direta do povo nas decisões políticas – via plebiscito ou referendo –, disponibilidade de informações sobre a vida política do país, sistema judiciário em bom funcionamento, etc. Enfim, o âmago de uma sociedade democrática é o reconhecimento de que é preciso liberdade para discussão e participação de polos opostos.

Na política há uma tensão permanente entre polos opostos: esquerda e direita, revolucionários e reacionários, reformadores e conservadores, defensores de uma maior intervenção do Estado na economia e defensores de menos intervencionismo do governo. O fato é que de modo algum essas disputas serão completamente solucionadas, e a melhor maneira de fazer um bom uso delas é possibilitando o debate livre e aberto, para que as melhores propostas possam ser decididas pela população. Ou seja, a democracia não pode pressupor a destruição do outro, como se a esquerda devesse querer a supressão de todos os políticos de direita, ou vice-versa.

Dentro dessa perspectiva de que democracia vai além de um regime político para que o povo detenha poder, e refere-se a um comportamento que envolve liberdade, tolerância, compreensão, diálogo, e outros atributos que possibilitem a convivência entre posições divergentes, salientando que o caráter decisório não agrada a todos, coloca-se a questão sobre o limite da democracia: Até que ponto devem-se aceitar as regras sem que seja necessário recorrer às forças da segurança pública?

Podemos delimitar que a legitimidade de um governo democrático está no respeito à autonomia do *demos* (povo). Desse modo, a manutenção dos direitos que são comuns a todos os humanos é o critério mínimo para o exercício de uma autoridade. Nesse sentido, um dos suportes para a vida democrática, pautada primordialmente nos direitos humanos – pois sem eles não há condições para cumprir com aqueles requisitos mencionados anteriormente –, é a proteção que as forças de segurança pública proporcionam, como defensoras e garantidoras dos direitos fundamentais de todos os homens.

Apesar de os direitos humanos serem direitos “operatórios”, podem levar a tudo – a uma ampla gama de direitos e concepções –, e tendo em vista o percurso histórico que possibilitou a democracia, um ideal fundamental perpassa os direitos humanos: a luta pela construção e preservação das condições de liberdade e igualdade.

Os direitos humanos foram o fruto da filosofia moderna, a partir do século XVIII, e desde a Idade Média, com o progresso da burguesia, saíram do mundo clerical universitário para a vida laica. Um dos primeiros autores a falar em “direito do homem” foi Thomas Hobbes, em *Leviatã* (1651). Hobbes parte do homem, pura e simplesmente, para abordar a questão da lei natural. Ou seja, a natureza não é retirada de uma lei que adviria do legislador divino, mas do próprio homem. E ainda que esse homem seja mau, possui também um caminho de salvação: pela razão.

Desse modo se presume que o modo pelo qual o direito humano gera a paz, assim como a liberdade e a igualdade, é pela razão.

É a partir do século XVIII que tanto quanto o ideal democrático como a noção de direitos humanos predomina no debate político. Houve momentos históricos em que a questão dos direitos humanos se acentuou, como no final do século XVIII com a Revolução Francesa, na repercussão do caso Dreyfuss na França (em que era forte o antisemitismo e a prisão injusta de Dreyfuss, que era judeu, dividiu a França) e no pós-II Guerra Mundial, na ocasião da queda de Adolf Hitler na Alemanha. Nesse percurso de consolidação dos direitos humanos, há dois documentos fundamentais: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 [ver **Figura 14.4**] – elaborada na Revolução Francesa –, e a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, reiterada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993, a partir da ONU – Organização das Nações Unidas.

Atividade 3

Atende ao Objetivo 3

Conforme vimos nesta última parte da aula, o lugar da segurança pública em uma sociedade democrática é: jamais esquecer de que os direitos humanos ocupam lugar central na vida social e defender requisitos centrais para a consolidação destes direitos – a liberdade e a igualdade. Por mais genérico que isso possa significar, se relacionarmos liberdade e igualdade ao princípio democrático: de livre debate, de acesso às informações, de funcionamento do Judiciário etc., fica mais clara a posição das forças de segurança pública enquanto protetoras desses direitos. É nessa condição que o policial, por exemplo, exerce seu papel como cidadão privilegiado e parte do Estado para a consolidação da cidadania no país.

Para responder à questão que irá ser proposta, leia atentamente os parágrafos finais do artigo publicado na revista *Consultor Jurídico*, de 22 de janeiro de 2010, pelo delegado de Polícia e pós-graduado em Gestão Estratégica de Segurança Pública, Archimedes Marques:

Da Constituição cidadã decorreu e nasceu da vontade popular a polícia cidadã que tem por dever e obrigação privilegiar a legali-

dade e a dignidade da pessoa humana, sem descurar, entretanto, da sua ação pontual e de pulso firme, intervindo de forma ampla e protetora, demonstrando o compromisso do Estado para com o bem-estar social. Os direitos humanos evoluíram e, a Polícia, adequando-se a esta realidade, também se amoldou às transformações e passou a ser além da guardiã da Lei, a defensora da sociedade e da cidadania.

Em contrassenso as ações despropositadas, abusivas e ilegais praticadas por alguns policiais que ferem os direitos humanos por óbvio e pelas Leis devem ser combatidas, mas quando os seus direitos também forem atacados devem de igual modo ser amplamente defendidos, não confundidos, como ainda ocorre no nosso país em que se acha que só existem deveres e obrigações inerentes às classes policiais.

O policial é antes de tudo um cidadão como outro qualquer e deve ser respeitado como tal, entretanto os conceitos misturam-se no seio da sociedade. Da mesma forma em que o policial é obrigado a cumprir os preceitos estabelecidos em Lei aos direitos humanos de todo e qualquer cidadão, deve também para ele ser uma recíproca verdadeira, entretanto, em disparate, é mais do que comum vermos no cotidiano nossos agentes sendo vítimas de criminosos sem assim haver interferência dos organismos defensores dos direitos humanos em seu favor, diferentemente do que ocorre quando é o contrário, situação em que o policial é mistificado e massacrado por toda a sociedade e até mesmo pela própria instituição em que trabalha (MARQUES, apud revista *Consultor Jurídico*).

Segundo Marques, qual instrumento legal que lega ao policial a ação de defesa e atuação em conformidade com os direitos humanos?

Resposta Comentada

Para a resposta correta, bastaria mencionar que é a própria Constituição “cidadã” de 1988. O aluno poderia também reiterar alguns argumentos do próprio autor, ou até mencionar dispositivos constitucionais, como o art. 5º que é central para a defesa dos direitos e garantias fundamentais na sociedade brasileira, e que todos devem respeitar e zelar, sobretudo aqueles que atuam na segurança pública.

Conclusão

Se a democracia na Grécia Antiga foi percebida como algo negativo e passou por um período de consolidação republicana, hoje o conceito expandiu-se e já possui diversas definições. Atualmente, a democracia tornou-se um fator indiscutível e apresenta novas perspectivas à realidade e novos desafios.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

§ 6º - Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação,

instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

CAPÍTULO V DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

§ 2º - Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º - Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

(...)

TÍTULO III Da Organização do Estado

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º - Brasília é a Capital Federal.

§ 2º - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção I DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes

do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º - O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados. (Vide Lei Complementar nº 78, de 1993)

§ 2º - Cada Território elegerá quatro Deputados.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º - A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º - Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Fonte: Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Artigo de José Roberto de Toledo e Danial Bramatti – *Jornal O Estado de São Paulo*:

Brasileiro confia mais no Supremo do que no Congresso, diz pesquisa Ibope

Envolvido em um conflito com o Poder Legislativo em torno do mensalão, o Supremo Tribunal Federal leva vantagem na batalha pela opinião pública. Pesquisa Ibope mostra que o STF tem um índice de confiança entre a população maior do que o do Congresso Nacional: 54 a 35, numa escala que vai a 100.

Marco Maia e Joaquim Barbosa, presidentes da Câmara dos Deputados e do STF, respectivamente, estão em campos opostos desde que o plenário do tribunal decidiu cassar os mandatos dos deputados federais condenados no processo do mensalão. Maia reagiu à sentença e, na semana passada, afirmou que só o Legislativo tem a prerrogativa de cassar seus próprios integrantes, o que gerou o impasse.

Comparando-se aos 83 pontos do Corpo de Bombeiros – sempre a instituição mais bem avaliada pela população –, nem o Supremo nem o Parlamento estão especialmente bem aos olhos do público. Mas os 19 pontos de vantagem dos ministros de toga em relação aos congressistas estão além de qualquer margem de erro.

Evolução. É a primeira vez que o Ibope mede o índice de confiança no STF e não há como saber se ele cresceu ou diminuiu durante os 136 dias do julgamento do mensalão, nos quais o tribunal esteve em evidência nos meios de comunicação. Mas uma pista é dada pela evolução da confiança no Judiciário. Entre junho e dezembro, o índice oscilou de 53 para 47 pontos. Os brasileiros estão mais confiantes no Supremo (54) do que na Justiça (47) de modo geral.

Há diferenças, porém, do grau de confiança no STF entre os brasileiros. Os mais confiantes são os mais ricos (60 pontos entre quem tem renda familiar superior a 10 salários mínimos), os moradores das regiões Norte e Centro-Oeste (60 pontos) e os com 50 anos ou mais de idade (56 pontos).

Impopular. Das sete instituições pesquisadas pelo Ibope em dezembro, o Congresso foi a que inspirou menos confiança na população. Seu índice de 35 pontos é inferior aos 40 da polícia, aos 54 do sistema eleitoral e aos 60 dos meios de comunicação, por exemplo.

Em junho, o Ibope pesquisou um número maior de instituições, e o Congresso ficou em penúltimo lugar, à frente apenas dos partidos políticos: bateu 36 pontos contra 29. Se serve de consolo, nesses seis meses a desconfiança da população em relação aos parlamentares manteve-se estável.

Se o Supremo bate o Congresso aos olhos do público, ambos perdem para o chefe do Executivo federal. Em junho, a Presidência da República chegou a 63 pontos de confiança, enquanto o governo ficou 10 pontos abaixo.

O Ibope não avaliou a Presidência nem o governo federal na mesma pesquisa que analisou o STF e o Congresso em dezembro. Mas outra sondagem feita no mesmo período também pelo Ibope mostra que a confiança da população em Dilma Rousseff é maior do que nos outros dois Poderes: 73% dizem que confiam na presidente, mesma taxa obtida em setembro.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,brasileiro-confia-mais-no-supremo-do-que-no-congresso-diz-pesquisa-ibope-,977294,0.htm>

A partir da leitura dos trechos da Constituição Federal e da reportagem, explique se, a partir dos pontos destacados por Norberto Bobbio, o Brasil pode ser considerado uma democracia.

Resposta Comentada

A democracia, segundo Norberto Bobbio, deve respeitar nove garantias. A primeira diz respeito à necessidade de uma eleição para a composição do órgão legislativo máximo. Conforme o Capítulo I do Título IV nos apresenta, o Congresso Nacional é eleito de forma direta, o que respeita a primeira garantia. A segunda garantia que o autor nos apresenta é a necessidade de um dirigente eleito em outra instituição. Neste caso, as eleições para o Executivo satisfazem este ponto. A garantia de direito a voto quando o cidadão atinge a maioridade, a garantia da igualdade de votos e da livre escolha do candidato estão garantidas no Capítulo IV do Título II, que versa sobre os direitos políticos do cidadão.

A liberdade de opinião e de partidarização estão no Capítulo V do Título II, o que computa mais uma garantia a nossa democracia.

A tomada de decisão a partir da maioria dos votos, seja na eleição, seja no Legislativo também estão presentes na Constituição, como os artigos 45 e 47 apresentam.

No caso das garantias ao direito das minorias, há dispositivos como o inciso III do artigo 19 que apresenta que não é permitida a diferenciação entre brasileiros.

Por fim, a última garantia a que Bobbio se refere diz respeito à confiança junto aos órgãos legislativos, que, segundo a reportagem, não gozam de apoio da sociedade.

Desta forma, podemos dizer que no Brasil oito de nove das garantias apresentadas por Norberto Bobbio são respeitadas, o que nos permite dizer que o país é um Estado Democrático. Entretanto, é importante

salientar que mesmo que haja um grande respeito a estes pontos, a teoria que Norberto Bobbio nos apresenta não qualifica as democracias por quantidade de garantias. Apenas apresenta pontos importantes que devem ser respeitados, na visão do autor, para que o Estado possa dizer-se democrático.

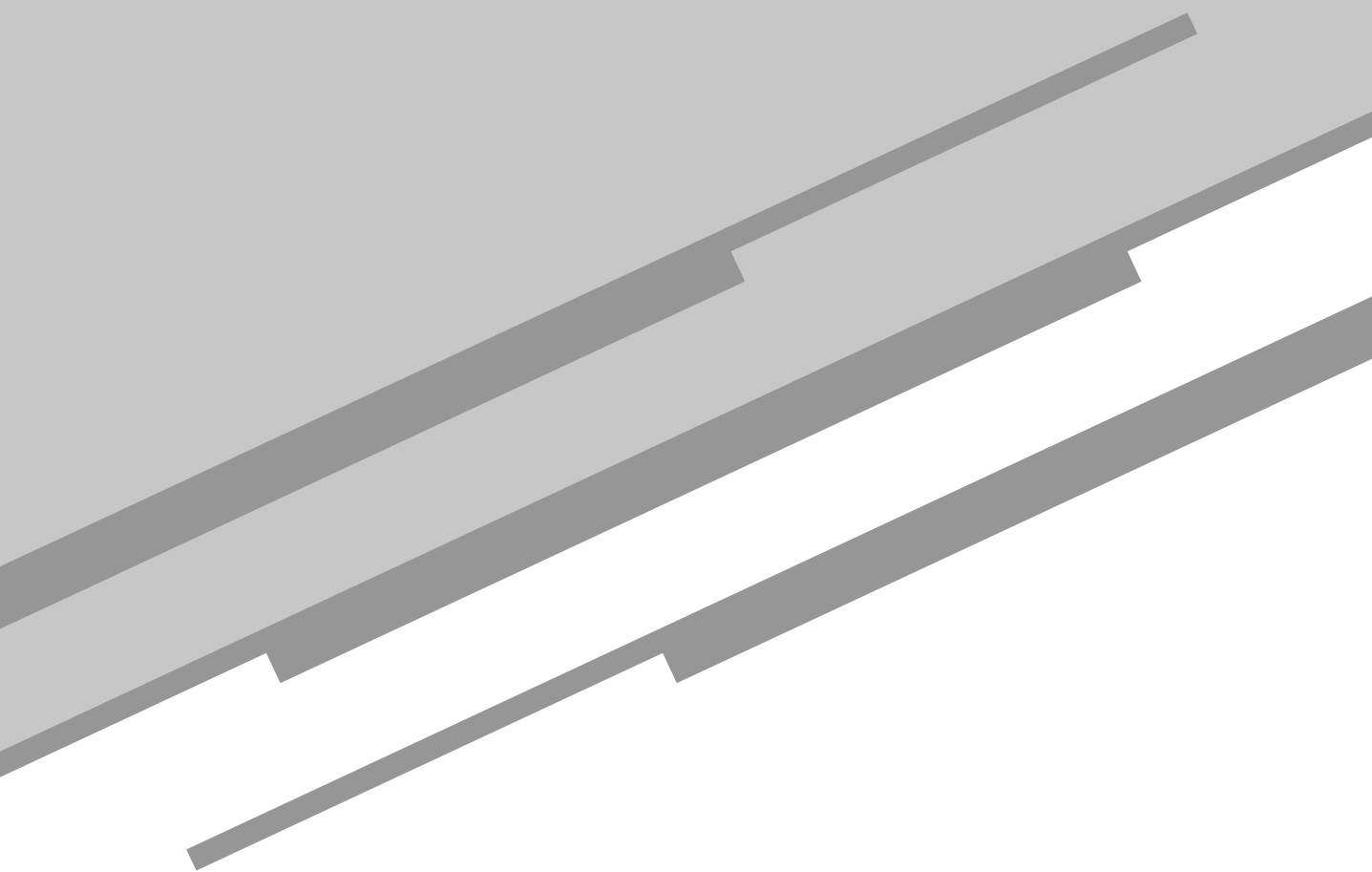
Resumo

Nesta aula estudamos, de modo geral, os seguintes pontos:

1. A História apresentou-nos duas tradições democráticas: a tradição clássica e a tradição republicana.
2. A tradição clássica, baseada nas teorias de Platão e Aristóteles, apresentou-nos a democracia como uma forma de governo degenerada.
3. A tradição republicana, capitaneada por Nicolau Maquiavel, apresenta-nos a democracia como uma característica política necessária aos Estados.
4. A democracia é um conceito amplo, mas que deve garantir eleições livres, a igualdade dos direitos dos cidadãos e a confiança do cidadão perante os órgãos deliberativos.
5. Existem diversos tipos de democracia, dentre os quais se destacam a democracia concorrencial, a democracia deliberativa, a democracia agonística e a democracia inclusiva.
6. A democracia concorrencial, capitaneada por Robert Dahl, apresenta-nos a democracia como o resultado da soma entre contestação e participação.
7. A democracia deliberativa, por sua vez, de Jürgen Habermas, apresenta-nos a importância do debate para a melhor qualidade da democracia.
8. A democracia agonística de Chantal Mouffe apresenta-nos a que o consenso é extremamente prejudicial à democracia, por reduzir as discussões argumentativas. É preciso, contudo, que se entenda que a relação entre adversários não é de destruição, mas apenas de vencer o outro.
9. A democracia inclusiva de Iris Young apresenta-nos a necessidade de se considerar as minorias. O pluralismo existente apenas é respeitado quando se respeitam as opções do outro.

10. O papel da segurança pública na formação e consolidação de uma sociedade democrática condiz com a defesa e manutenção dos direitos humanos, em especial para que a liberdade e as condições de igualdade entre as pessoas sejam mantidas.

Referências



Aula 1

BOBBIO, Norberto. *Teoria das formas de governo*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Ed. UNB, 1980.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. *História das ideias políticas*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

DUVERGER, Maurice. *Institutions Politiques et Droit Constitutionnel*. Paris: PUF Thémis, 1965.

ELIAS, Norbert. *La Dynamique de l'Occident*. Paris: Calmann-Lévy, 1991.

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo (Org.). *Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GANSHOF, F. L. *O que é o feudalismo?* Coleção Saber. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1974.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe e Escritos Políticos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1983.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

SOUSA JÚNIOR, Cesar Saldanha. *A crise da democracia no Brasil: aspectos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 2.

TILLY, Charles. *Contrainte et Capital dans la Formation de l'Europe: 990-1990*. Paris: Aubier, 1992.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2008.

Aula 2

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CALAFATE, Pedro. *Da origem popular do poder ao direito de resistência: doutrinas políticas no século XVII em Portugal*. Lisboa: Espera do Caos Editores, 2012.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. *História das ideias políticas*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político*. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1995.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0, 2009.

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimir Lombardo (Org.). *Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. *Curso de sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011.

LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.

_____. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril, 1983.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. *O espírito das leis*. Introd. e notas de Gonzague Truc. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1979.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discours sur l'Origine et les Fondements de l'Inégalité Parmi les Hommes*. Discours sur les sciences et les arts. Paris: Garnier-Flamarion, 1971.

_____. *Do contrato social / Ensaio sobre a origem das línguas*. Vol. 1 Coleção Os Pensadores. Nova Cultural, São Paulo, 1997.

SILVA, Roberto Romano. *Razão de Estado*. Disponível em: <http://robertoromanosilva.wordpress.com/2010/03/08/razao-de-estado-roberto-romano/>

SILVA, Roberto Romano. *O desafio do segredo e a democracia*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/fea/ortega/NEO/RobertoRomano-ODesafioDoSegredo.pdf>

WEINGAST, Barry R.; WITTMAN, Donald A. (ed.). *The Oxford Handbooks of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Aula 3

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Discurso proferido no Royal Athenee, em Paris, 1819.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político*. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1995.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0, 2009.

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimir Lombardo (Org.). *Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Trad. Luiz Marques e Martha Gambini. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 18.

GODECHOT, Jacques. *A Revolução Francesa: cronologia comentada 1787-1799*. Trad. Juliana Leite. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1949.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *O paradoxo de Rousseau: uma interpretação democrática da vontade geral*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SARTORI, Giovanni. *The Theory of Democracy Revisited*. New Jersey: Chatam House Publishers, 1987.

SPINDEL, Arnaldo. *O que são ditaduras*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

WEINGAST, Barry R.; WITTMAN, Donald A. (Ed.). *The Oxford Handbooks of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Aula 4

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. (“Dei Delitti e Delle Pene”[1764]). Trad. Paulo M. Oliveira. Coleção Universidade de Bolso. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político*. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1995.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimir Lombardo (Org.). *Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. *Curso de sociologia jurídica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GARLAND, David. *Punishment and Modern Society: a study in social theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

GIDDENS, Anthony. *Manual de sociologia*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Imperio*. Trad. Eduardo Sadier. Harvard University Press, 2000.

HOBBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0, 2009.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Análise de temas sociais*. Vol. I. São Paulo: Editora Logos, 1962.

SARTORI, Giovanni. *The Theory of Democracy Revisited*. New Jersey: Chatam House Publishers, 1987.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Aula 5

ARAÚJO, G. A. Função social do direito. In: *Curso de sociologia do direito*. 2011.

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1995.

CAMARGO, M. M. Lacombe. *Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do direito*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

FERREIRA, Liers Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo (Org.). *Curso de sociologia jurídica*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0, 2009.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad. João Baptista Machado. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. *Lições preliminares do direito*. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Mário Ferreira. *Dicionário de filosofia e ciências culturais*. São Paulo: Matese, 1963. 4 v.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília/São Paulo: Ed. UNB/Imprensa Oficial do E. SP, 1999.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Aula 6

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. *História constitucional brasileira*. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 2005.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. *História das ideias políticas*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimir Lombardo (Org.). *Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *O poder constituinte*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0, 2009.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad. João Baptista Machado. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORAES, Guilherme Peña de. *Direito constitucional: teoria da constituição*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *A constituinte burguesa: o que é o terceiro estado?* Trad. Norma Azevedo. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1988.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. A teoria constitucional e seus lugares específicos: notas sobre o aporte reconstrutivo. *Revista de Direito do Estado*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 89-104, 2006.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de et al. *Teoria da constituição: estudos sobre o lugar da política no direito constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

Aula 7

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009.

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo (Org.). *Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0, 2009.

LASSALLE, Ferdinand. *A essência da Constituição*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

_____. *Que é uma Constituição?* Trad. Walter Stönnner. São Paulo: E-Books Brasil, 1933 [1863].

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoria de la Constitución*. Barcelona: Ariel, 1990.

Aula 8

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. *História constitucional brasileira*. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

GLOBO. *Dicionário de sociologia*. 1ª ed. Porto Alegre: Globo, 1967.

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo (Org.). *Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FULLER, Lon L. *O caso dos exploradores de cavernas*. Trad. Plauto F. de Azevedo. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris Editor, 1976.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0, 2009.

LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública e os 20 anos da Constituição Cidadã. *Cadernos Adenauer IX*, n. 1, 20 anos da Constituição Cidadã. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer, 2008.

SILVA, de Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de et al. *Teoria da constituição: estudos sobre o lugar da política no direito constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

VILLEY, Michel. *O direito e os direitos humanos*. Trad. Maria Ermantina de A. Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Aula 9

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

GLOBO. *Dicionário de sociologia*. 1ª ed. Porto Alegre: Globo, 1967.

HEGEL, G.W. Friedrich. *Estética*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

_____. *Filosofia del Derecho*. Prólogo de Carlos Marx. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1968.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era do capital 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0, 2009.

MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TAYLOR, Charles. Hegel: History and Politics. *Liberalism and Its Critics*.

Ed. M. Sandel. New York: New York University Press, 1984, p. 177-199.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Aula 10

AQUINO, Rubin Santos Leão de et. al. *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Trad. Sérgio Bath. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CURY, Vania Maria. *História da industrialização no século XIX*. Série Didáticos. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Coleção Bases 47. São Paulo: Global Editora, 1985.

_____. *El Papel de la Violencia en la Historia. Obras escogidas (tres tomos)*, de C. Marx y F. Engels. Moscou: Progreso, 1981.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do partido comunista*. Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimir Lombardo (Org.). *Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GASSET, José Ortega y. *A rebelião das massas*. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/rebeliaodasmassas.htm>. Acesso em 10 maio 2013.

GLOBO. *Dicionário de sociologia*. 1ª ed. Porto Alegre: Globo, 1967.

HEGEL, G. W. Friedrich. *Estética*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

_____. *Filosofia del Derecho*. Prólogo de Carlos Marx. Buenos Aires: Claridad, 1968.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0, 2009.

MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Escriba, 1968.

MILL, John Stuart. *On Liberty and Other Essays*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

TAYLOR, Charles. Hegel: History and Politics. *Liberalism and Its Critics*. Ed. M. Sandel. New York: New York University Press, 1984, p. 177-199.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. Trad. Luc Monnier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

Aula 11

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravidão (1824). In: FALCÃO, Edgard Cerqueira de. *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Edição comemorativa do bicentenário de seu nascimento (1963). Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

BARRETTO, Vicente; PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989.

BELLO, Enzo. Cidadania e direitos sociais no Brasil: um enfoque político e social. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. *Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie*. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. / Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Cidadania: tipos e percurso. *Estudos Históricos, Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo v. 9, n. 18, São Paulo, 1996.

_____. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CIVITA, Victor. *Grandes personagens da nossa história*. Vol. II e III. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DALLARI, *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9ª ed. São Paulo: Globo, 1991.

GLOBO. *Dicionário de sociologia*. 1ª ed. Porto Alegre: Globo, 1967.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0, 2009.

LYNCH, Christian E. C. *O momento monarquiano: o poder moderador e o pensamento político liberal*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras*. Volume I - 1824. Brasília: Senado Federal, 2012.

Aula 12

BARRETTO, Vicente; PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. / Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Cidadania: tipos e percurso. *Estudos Históricos, Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 18, 1996.

_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CIVITA, Victor. *Grandes personagens da nossa história*. Vol. II e III. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: uma nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLOBO. *Dicionário de sociologia*. 1ª ed. Porto Alegre: Globo, 1967.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss* – versão digital 3.0, 2009.

LYNCH, Christian E. C. *O momento monarquiano: o poder moderador e o pensamento político liberal*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras*. volume I - 1824. Brasília, Senado Federal, 2012.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

Aula 13

ABRUCIO, F. L. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/USP, 1998.

BARROS, A. Problemas de transição democrática na frente militar: a definição do papel dos militares, a mudança da doutrina e a modernização do País. *Política e Estratégia*, v. 6 n. 2, p. 206-214, abr./jun. 1988.

CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV Editora/Faperj, 2010.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção*. São Paulo: LeYa Brasil, 2010.

FERNANDES, F. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

FLEISCHER, D. Governabilidade e abertura política: as desventuras da engenharia política no Brasil, 1964-84. *Revista de Ciência Política*, v. 29, n. 1, p. 12-39, jan./mar. 1986.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

ZAVERUCHA, J. Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9 n. 26, p. 162-178, out., 1994.

Aula 14

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. *A política*. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: AGIR, 1999.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo, EdUSP, 2005 [1971].

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimir Lombardo (Org.). *Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola. 1997 [1996].

_____. *Teoria do Agir Comunicativo: 1 - Racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MACHIAVELLI, Niccolò. *The Discourses*. Londres: Penguin Books, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Comentado por Napoleão Bonaparte. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 25, p. 165-177, 2005.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 11-26, 2003.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VILLEY, Michel. *O direito e os direitos humanos*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006 [2000].

ISBN 978-85-7648-934-4



9 788576 489344



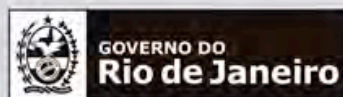
UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade
Federal
Fluminense



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério da
Educação



PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA